INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

MARIA GARDÊNIA NASCIMENTO SANTOS

MEMÓRIA DA DESTRUIÇÃO E A PRESERVAÇÃO DA *PAISAGEM DO DESASTRE* DA BRASKEM EM MACEIÓ/AL

RIO DE JANEIRO - RJ
2024

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

MARIA GARDÊNIA NASCIMENTO SANTOS

MEMÓRIA DA DESTRUIÇÃO E A PRESERVAÇÃO DA *PAISAGEM DO DESASTRE* DA BRASKEM EM MACEIÓ/AL

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.
Linha de Pesquisa: Patrimônio Cultural
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Lia Motta
Supervisor: Maicon Fernando Marcante

RIO DE JANEIRO – RJ
2024

O objeto de estudo desta pesquisa foi definido a partir da ideia de a *Paisagem do Desastre* ser um Lugar de Memória e passível de preservação como forma de reparação do desastre socioambiental da Mineradora Braskem na cidade de Maceió/AL.

N 244 m

Nascimento, Maria Gardênia Santos
Memória da destruição e a preservação da *paisagem do desastre* da Braskem em Maceió/AL / Maria Gardênia Santos Nascimento. – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2024.

407 f.: il.

Orientadora: Lia Motta.
Supervisão: Maicon Fernando Mercante

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2024.

1.Memória. 2. Meio ambiente. 3. Maceió/AL. I.Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). II. Título

CDD 306

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Maria Gardênia Nascimento Santos

“Memória da destruição e a preservação da paisagem do desastre da Braskem em Maceió/AL”

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 2024.

Banca examinadora

Professora Dra. Lia Motta (orientadora e presidente da Banca) – Mestrado Profissional do IPHAN

Professor Dr. Rafael Winter Ribeiro – Mestrado Profissional do IPHAN

Professora Dra. Joseane Paiva Macedo Brandão – Mestrado Profissional do IPHAN

Professora Dra. Lucia Tone Ferreira Hidaka – UFAL

Maicon Fernando Marcante (supervisor) – Superintendência do IPHAN em Alagoas

Documento assinado eletronicamente por **Joseane Paiva Macedo Brandão**, **Técnico I**, em 04/06/2024, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Lia Motta**, **Técnico I**, em 05/06/2024, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Maicon Fernando Marcante**, **Técnico I**, em 12/07/2024, às 11:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **LUCIA TONE FERREIRA HIDAKA**, **Usuário Externo**, em 15/07/2024, às 22:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Rafael Winter Ribeiro**, **Usuário Externo**, em 16/07/2024, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iphan.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **5366862** e o código CRC **4A493244**.

Para as minhas filhas, Betina e Lívia, e para todos os afetados pela Mineradora Braskem.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não é meu, ele é uma construção coletiva repleta de pessoas que, por mim ou pela causa dos afetados, entenderam que juntos somos mais fortes.

Eu início agradecendo às minhas duas filhas, Betina Caetano e Lívia Caetano, por estarem juntas e acreditarem na minha capacidade e dedicação, além de terem entendido as minhas ausências. Agradeço ao meu melhor amigo, Nelson Braga, pelos constantes incentivos, apoio moral, amizade e compreensão. Quando eu nem mais acreditava, era ele que me impulsionava para frente e acreditava mais em mim do que eu mesma. À minha psicóloga, Silma Oliveira, que me ajudou a superar os desafios pessoais e me fez enxergar a pesquisa como a minha terapia escrita, apesar de não ser uma autoetnografia. E deu certo.

Agradeço ao IPHAN, através do Centro Lúcio Costa, e a todos que o fazem, por investir em pesquisa do patrimônio cultural brasileiro e por dar oportunidades a servidores da instituição, como eu, a estudar no melhor curso de preservação cultural no Brasil. Na superintendência de Alagoas, sou grata à Melissa Motta, ex-superintendente, por permitir que eu realizasse o curso, mesmo sabendo que menos um servidor faria falta no trabalho diário. Agradeço ao meu Supervisor, Maicon Marcante que, junto comigo, compreendeu a importância desse tema dentro do IPHAN, sendo estimulador do meu desenvolvimento. Paciência e compreensão não faltaram para me ensinar desde o mais básico de uma pesquisa até o despertar de novos caminhos. Ele me ajudou tanto quanto a minha orientadora.

Aliás, sou grata à minha orientadora, Lia Motta, por ter me aceito como mestranda e por compreender, com muita sensibilidade, a minha posição de afetada e de servidora do IPHAN. Sua orientação foi extremamente assertiva e conduziu a pesquisa para alcançar o que eu queria propor. A ela, todo meu respeito e admiração.

Sou grata a todos os professores do mestrado, porém, em especial àqueles que aceitaram participar da minha Banca de Qualificação e da Banca de Defesa: Joseane Brandão e Rafael Winter. Eles trouxeram muita luz e discernimento para meus pensamentos e contribuíram imensamente para o melhor direcionamento da dissertação com os apontamentos na Banca de Qualificação. Muito obrigada à Josemary Ferrare, minha primeira professora universitária, que me incentivou ao estudo do patrimônio, tanto em suas aulas, quanto em especializações e curso de mestrado. Foi ela que plantou a semente e que agora pode colher um de seus frutos, entre tantos que já nasceram. Grata à Professora Lúcia Hidaka, por ter aceitado participar da minha banca de defesa com apontamentos importantes de quem é cidadã de Maceió que sente na pele

as consequências que o desastre tem causado na cidade. A ela, também, toda a minha admiração e respeito por sua trajetória.

A pesquisa não seria a mesma sem o apoio da Professora Sônia Rampim, que conduziu, com maestria, a Oficina Participativa. Sou imensamente agradecida aos participantes dessa Oficina que dedicaram um pouco do seu tempo para construir e embasar uma visão mais democrática e ampla do desastre. Grata às associações de bairro, aos ex-moradores, às instituições culturais, aos professores universitários, militantes e tantos outros. Neles encontrei o verdadeiro sentido de identidade. Com eles eu não estava só. Perto deles eu me senti completa. Grata também ao Professor Leonardo Castriota, por ter aceitado palestrar em Maceió, mesmo com tantos compromissos, dentro e fora do país, e por fazer compreender os valores de um lugar de desastre, mesmo diante da sua complexidade.

Grata imensamente pela experiência e conhecimento da cultura maceioense compartilhada por Isadora Padilha e Marisa Beltrão.

Lembro do apoio e agradeço às amigas Rafaella Yonnara e Elaine Rodrigues que zelaram pela organização e atendimento aos participantes da Oficina Participativa, da mesma forma que tiveram o esforço em gravar a fala de todos com um simples celular. Essa gravação possibilitou capturar as visões discutidas por todos e permitiu uma análise mais cuidadosa dos relatos.

Dentre tantos trabalhos que participei, sou grata ao Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais, criado pelo MPF/AL para tratar dos danos morais dos afetados, cuja presidência exerci por mais de um ano, o que possibilitou escutas públicas que resultaram em material também usado nesta pesquisa. Essa foi uma iniciativa singular e inovadora do MPF/AL, criada pelas Procuradoras da Força Tarefa: Júlia Cadete, Juliana Câmara, Roberta Bomfim e Niedja Káspary, na tentativa de participação social no Acordo Socioambiental. Acredito no poder de realização desse Comitê e torço pelo seu sucesso, agora na presidência de minha amiga-irmã, Dilma de Carvalho.

Para o sucesso da Exposição Fotográfica *Aqui morava uma família*, que realizei em agosto de 2023, muitas pessoas se envolveram e se uniram voluntariamente pela causa dos afetados, e foi na classe artística que encontrei um dos maiores suportes: a curadoria dos fotógrafos Jorge Vieira e Dilma de Carvalho fez da exposição um evento cultural na cidade, que não aconteceria sem a cessão das fotos de Ana Paula, Carlos Eduardo, Deth Nascimento, Dilma de Carvalho e Arthur Celso. As fotos cedidas para a exposição é um acervo ímpar e de muita competência. Graças ao voluntariado dos artistas plásticos Yara Pão e Levy Paz pudemos ter emprestada a arte do grafite de ambos para realizar as intervenções da fachada da exposição,

além da criação do vídeo de lançamento da exposição editado por Rafael Teixeira. Gratidão a Ênio Lins, jornalista, cartunista, ex-Secretário de Cultura de Alagoas, que não mediu esforços para divulgar a exposição, que mesmo concorrendo com a Bienal do Livro conseguiu ser um sucesso de público. Para essa equipe de artistas e profissionais entrego minha total gratidão.

Preciso colocar em destaque o apoio incondicional de Dilma de Carvalho, minha amiga, ex-moradora do bairro do Pinheiro, elo com todos os artistas da exposição e professora de Português/Literatura, que gentilmente se dispôs a revisar essa dissertação como forma de presente. Senti-me abraçada carinhosamente por isso.

Sou grata também à Professora Natallya Levino pela oportunidade de escrever um capítulo do Livro, sob sua organização: "Cidade Engolida", lançado simultaneamente durante a Bienal do Livro e da Exposição Fotográfica, cujo fortalecimento do meu trabalho veio a contribuir para outras oportunidades que enriqueceram minhas reflexões para escrever essa dissertação.

Grata ao amigo Silas Medeiros por ter executado os mapas necessários nessa dissertação e à Alice Jardim por criar as primeiras imagens usadas no Capítulo III. À Naka, meu agradecimento por revisar o meu inglês enferrujado para o resumo dessa dissertação. Grata imensamente a todos os funcionários do Centro Lúcio Costa, sempre prestativos, em especial à Vera, ao Felipe e ao Wallace, mas sem esquecer da gratidão pelos lanchinhos maravilhosos do Zé.

E por fim, mas não menos importante, eu agradeço a mim mesma por ter passado na seleção de mestrado, por ter estudado seriamente, por usar a criatividade para buscar soluções e metodologias diante do desafio de pesquisar um assunto novo, complexo, singular, com pouca literatura, por ser um desastre ainda em andamento. Sou grata a mim mesma, também, por ter conseguido enxergar a importância da pesquisa científica para o universo do mundo prático. Nele consigo enxergar melhor e perceber que ambos precisam e caminham juntos.

Quanto “menos a memória é vivida do interior, mas ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma experiência que só se vive através delas”. [...] “A medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe em que tribunal da história” (Nora, 1993, p.8).

NASCIMENTO, Maria Gardênia Santos. Memória da Destruição e a Preservação da *Paisagem do Desastre* da Braskem em Maceió/AL. 407 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2024.

RESUMO

Essa dissertação tem como ideia central a MEMÓRIA do desastre socioambiental da Braskem em Maceió/AL, deflagrado em 2018, após um tremor de terra que expulsou milhares de famílias de seus lares e causou caos social, ambiental, cultural e urbano. Além da história que resultou no desastre, foram levantadas referências culturais dos cinco bairros afetados, atribuídos pela sociedade, buscando a importância da preservação da memória e identidade na paisagem, aqui denominada *Paisagem do Desastre*. O objetivo foi saber se os bairros em afundamento podem ser reconhecidos como um Lugar de Memória, pois, desta forma considerados, eles passam a ser objetos de patrimonialização e, consequentemente, uma hipótese de reparação. A pesquisa mostra que o desastre não se originou em 2018, mas na década de 1970, quando o Governo Federal impôs a implantação da mineradora Salgema, hoje Braskem, que apesar dos danos ambientais, prevaleceu a conveniência dos gestores e políticos em troca do clientelismo da multinacional, resultando no silenciamento da sociedade. A despeito das limitações da pesquisa, devido ao número de afetados, cerca de 57 mil pessoas, métodos alternativos foram usados para estudar registros que pudessem expressar os sentimentos das vítimas, direta e indiretamente afetadas, optou-se por estudar pichações, podcasts e aplicar Oficina Participativa nos moldes do Inventário Participativo. Na busca pelo melhor instrumento de preservação no âmbito do IPHAN, analisou-se o Tombamento, a Chancela da Paisagem e o Lugar de Memória, considerando o último o mais adequado, pois concentra em seu propósito a tríplice compreensão dos bairros em afundamento: material, simbólica e funcional, tornando-o um DOCUMENTO do desastre ambiental praticado pela mineradora Braskem. Dessa forma, essa dissertação propôs procedimentos para a declaração da paisagem como um Lugar de Memória, tendo essa declaração como instrumento de proteção já proposto pelo IPHAN, mas ainda sem regulamentação. Há a construção de um conceito de paisagem: a *Paisagem do Desastre*, baseado nas ideias de cidade-documento, lugar de memória e paisagem. Como contribuição desta dissertação ao IPHAN, elaborou-se uma Minuta de Portaria para os procedimentos de Declaração de um Lugar de Memória, com base em estudos de portarias da instituição. Finaliza-se a dissertação, com o uso da minuta de proposta de portaria, como um exercício, apresentando um ensaio para a Declaração da *Paisagem do*

Desastre como Lugar de Memória. O resultado mostra a possibilidade de utilizar essa ferramenta como uma alternativa possível, viável e necessária.

Palavras-chave: Paisagem; Desastre; Braskem; reparação; Memória.

ABSTRACT

The central idea of this dissertation is the MEMORY of the Braskem socio-environmental disaster in Maceió/AL, which took place in 2018 after an earthquake displaced thousands of families from their homes and caused great social, environmental, cultural, and urban chaos. In this study, cultural references of the five affected neighborhoods, attributed by society, were surveyed, looking at the importance of preserving memory and identity in the landscape, herein referred to as the Disaster Landscape. The objective was to determine whether the sinking neighborhoods could be recognized as a Place of Memory. If considered as such, they become objects of heritage protection and, consequently, a potential form of reparation. The research shows that the disaster did not originate in 2018, but in the 1970s, when the federal government imposed the establishment of the *Salgema* mining company, now *Braskem*, despite the environmental damage, and the convenience of managers and politicians in exchange for the multinational's patronage, which resulted in the silencing of society. Despite the limitations of the research due to the large number of people affected, the methodology used sought alternatives to study records that could express the feelings of the victims, and thus, it was decided to study means such as graffiti interventions and podcasts, and apply a Participatory Workshop along the lines of the Participatory Inventory. In the search for the best preservation instrument within the scope of IPHAN, we analyzed the existing means: *Tombamento* – Brazilian cultural heritage listing system –, the *Chancela da Paisagem* – Landscape Chancel – , and the *Lugar de Memória* – Place of Memory –. This research considers the latter to be the most appropriate for this site, as it concentrates in its purpose the triple understanding of the sinking neighborhoods: material, symbolic, and functional; making it a DOCUMENT of the environmental disaster committed by the Braskem mining company. Thus, this dissertation suggests procedures for declaring the landscape as a Place of Memory, with this declaration as a protection instrument already proposed by IPHAN, but still without regulation. There is the construction of a concept of landscape: the Disaster Landscape, based on the ideas of city-document, place of memory, and landscape. As a contribution of this dissertation to IPHAN, a Draft Ordinance was prepared for the procedures of a Place of Memory, necessary for its identification. This draft is based on IPHAN ordinance conference studies that created a proposal building a comparison of these ordinances together with the content already studied in this dissertation. This was an initiative that made it possible to structure a Declaration that could show that the Disaster Landscape can be seen as a Place of Memory. The draft could perhaps be a starting point for discussions within the institution. The dissertation concludes

with the use of the draft ordinance proposal as an exercise, presenting an essay for the Declaration of the Disaster Landscape as a Place of Memory. The result demonstrates the possibility of using this tool as a possible, viable, and necessary alternative.

Keywords: Landscape; Disaster; Braskem; Reparation; Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Área de ações prioritárias (2,4 km²) decretado desde 2019 [área verde] e localização das 35 minas de sal gema [pontos em cinza]; 25
Figura 2 - Localização de Alagoas e Maceió 40
Mapa 1 – Caminho do povoamento de Maceió, do Norte ao Porto de Jaraguá 41
Figura 3 - Mapa ferroviário de Maceió em 1880 com a estrada de Bebedouro para o Tabuleiro 42
Mapa 2 - Linha férrea e Fábricas de Tecido Carmem, em Fernão Velho, e Alexandria, na Cambona 42
Mapa 3 - Litoral sul de Maceió e a Av. Duque de Caxias 43
Mapa 4 - Eixos de crescimento da cidade de Maceió 44
Foto 2 - Localização da Braskem (antiga Salgema) entre o mar e a Laguna Mundaú 48
Foto 3 - Presidente Ernesto Geisel em Maceió, sem data 49
Mapa 5 - Imagem de satélite com localização da duplicação da Salgema em Marechal Deodoro/AL 55
Imagem 1 - Publicação do Jornal de Alagoas em 9 de maio de 1984 58
Imagem 2 - Publicação em jornal dos estudos sobre o Terminal Químico da Salgema, Tribuna, 06-08-1986 59
Imagem 3 e 4 - Relatório da Comissão Integrada sobre o complexo industrial da Salgema Indústria Química S.A., e Portaria 2035 de 1983 59
Foto 4 - Os tratores enterraram o lixo industrial, após denúncias 60
Imagem 5 - Publicação em jornal da manifestação contra a Braskem: A Voz do Jornalista - 07-1985 62
Foto 5 - Manifestação contra a Duplicação da Salgema em 1986 63
Foto 6 - Pichações nos muros do bairro do Pontal da Barra, 1986. 63
Foto 7 - Pichações nos muros do bairro do Pontal da Barra, 1986. 63
Foto 8 - Pichações nos muros do bairro do Pontal da Barra, 1986. 63
Foto 9 - Pichações nos muros do bairro do Pontal da Barra, 1986. 63
Foto 10 - Pichações nos muros do bairro do Pontal da Barra, 1986. 63
Imagem 6 - Material escolar doado pela Salgema em 1989 65
Imagem 7 - Felicitações de Natal da Salgema que trabalha "em prol do desenvolvimento do potencial econômico do Estado", [s. d.] 65
Imagens 8 e 9 - Licenças de Operação da Mineradora Braskem em 2016 e 2017 66

Figuras 4 e 5 - Charges e notícias sobre os riscos da Salgema na década de 80 67
Quadro 1 - lista de perigos e acontecimentos registrados na imprensa 68
Imagem 10 - Publicação jornal em 22 de julho de 1987 do sindicato dos jornalistas contra a licença ambiental para a duplicação da Salgema..... 70
Mapa 6 - Ventos dominantes que levaram cloro para outras áreas de Maceió 71
Mapa 7 - Litoral sul de Maceió (bairro do Pontal da Barra, Trapiche, Vergel e a Braskem). 72
Mapa 8 - Maceió, orlas do Pontal, Jaraguá, Pajuçara, Ponta Verde, Jatiúca e Cruz das Almas. 74
Foto 11 - Estátua em bronze da psiquiatra alagoana Nise da Silveira, Maceió 76
Figura 4 - Identificação da área de ações prioritárias em relação aos bairros atingidos 81
Foto 12 - Praça Lucena Maranhão, 1920. 83
Foto 13 - Porto de Bebedouro, 1908. 83
Foto 14 - Ponte de Bebedouro no início do século XX. 83
Foto 15 - Colégio Bom Conselho, 1905. 83
Foto 16 - Palacete construído por Francisco Leão em 1914 e posteriormente Clínica de Saúde José Lopes. 83
Foto 17 - Solar da família Nunes Leite. 84
Foto 18 - Bonde elétrico na Praça Santo Antônio em 1905..... 84
Foto 19 - Natal na Praça Lucena Maranhão, 1923. 84
Foto 20 - Apresentação da Chegança na Praça Lucena Maranhão nas festas Natalinas.84
Foto 21 - Cavalhada em Bebedouro. 84
Foto 22 - Missa Campal na Praça Lucena Maranhão, 1939..... 84
Foto 23 - Major Bonifácio e as Ciganinhas nos anos 30. 85
Foto 24 - Major Bonifácio e dançarinas de folguedos alagoanos. 85
Foto 25 - Estádio do CSA, no Mutange, 1922 87
Foto 26 - Vista do bairro do Mutange a partir do campo do CSA, 2019. 88
Foto 27 - A Fábrica Alexandria no Bom Parto, 1920..... 89
Foto 28 - Igreja do Bom Parto, 1949. 89
Foto 29 - Vista aérea do bairro do Bom Parto, 2018..... 89
Foto 30 – bairro do Bom Parto alagado em setembro de 2022..... 90
Foto 31 - Primeiro farol erguido em 1956. Deu nome ao bairro do Farol. 90
Foto 32 - Graf Zeppelin sobrevoando o farol em 1934. 90
Foto 33 - Praça do Centenário. 91

Foto 34 - Mirante de São Gonçalo na Praça Rosalvo Ribeiro em 1934..... 91
Foto 35 - Avenida Fernandes Lima em março de 1975. 91
Foto 36 - Vista aérea do bairro do Farol com a Av. Fernandes Lima, 2018. 91
Foto 37 - Vista parcial do CEPA, em 1960..... 93
Mapa 9 - Vista aérea do Centro Educacional de Pesquisa Aplicada e sua afetação na área do desastre. 93
Figura 5 - ocupação do bairro do Pinheiro - loteamentos aprovados pelo município entre 1950 e 1970. 94
Foto 38 - Vista aérea do bairro do Pinheiro em 2020 95
Figura 6 - uso de solo dos bairros em afundamento 96
Figura 7 – Linha do tempo das legislações ambientais no Brasil, de 1967 até 2024 98
Imagem 11 - indicação de zonas de falhas nos bairros em afundamento..... 100
Imagem 12 - Estudo sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL). Aspecto do mapa de integração dos processos de instabilidade do terreno. 103
Figura 8 - Evolução do Mapa de Linhas de Ações prioritárias..... 104
Imagem 13 - Slide de apresentação da Braskem sobre o processo de preenchimento das minas de sal-gema 108
Imagem 14 – Excesso de exploração das Dunas do Cavalo Russo, em Marechal Deodoro/AL..... 109
Imagem 15 - perda progressiva do mangue com o afundamento do solo na área da mina 18 111
Figura 9 - Notícias na rede social do Instagram da Prefeitura de Maceió durante o colapso da mina 18, em dezembro de 2023..... 116
Foto 39 - Vista aérea a partir do bairro do Pinheiro do bairro evacuado do Mutange e Laguna Mundaú..... 120
Mapa 10 - Zoneamento urbano de Maceió localizando a área de afundamento 122
Mapa 11 - Identificação de área onde foram suspensos seguros imobiliários 124
Fotos 40 e 41 -. Vista aérea a partir da Laguna Mundaú vendo o bairro Mutange, 1º bairro demolido 125
Foto 42 - Cidade de Pripyat, na Ucrânia, abandonada desde 1986..... 130
Mapa 12 - Cidades da Região Metropolitana passíveis de serem atingidas, através das Lagoas Mundaú e Manguaba 137

Foto 43 - Camada de vegetação que cobre as ruínas do desastre, no bairro do Bom Parto 138
Figura 10 - Área da lavra concedida à Braskem (cor roxa) 139
Mapa 13 - Bacia hidrográfica do Rio Mundaú 139
Quadro 2 - Concessão de autorizações para a Mineradora Braskem até 2020..... 140
Mapa 14 - Autorização para novas prospecções de sal-gema à mineradora Braskem.. 141
Mapa15 - Vista aérea do Cemitério Santo Antônio e reivindicações da população local 143
Mapa 16 - transferências no fluxo viário com a interdição da área afetada..... 145
Fotos 44 e 45 - Manifestantes nos portões de Bebedouro e Bom Parto, respectivamente 146
Mapa 17 - Apagamento da Av. Major Cícero de Góes Monteiro no *Google Street View* 147
Figura 11 - Equipamentos públicos na área afetada 148
Imagem 17 - Exposições de fotos ao ar livre e divulgação de fotografias aéreas 150
Foto 46 - Intervenção urbana Finados Bairros - Grupo Ruptura, 2021 151
Imagem 18 - Projeto A gente foi feliz aqui, de Paulo Accioly. 152
Fotos 47 e 48 - Intervenções urbanas por artistas locais em 2022 e 2024, respectivamente 152
Foto 49 - Exposição Aqui morava uma família..... 153
Foto 50 - Estátua em bronze do escritor alagoano Jorge de Lima, Maceió 156
Figura 14 - Ruas percorridas para o registro das pichações entre os dias 03 e 08 de junho de 2023. 164
Mapa 18 - Georreferenciamento das pichações no Mapa de Ações Prioritárias. 165
Foto 51 – Pichação com expressão de afeto..... 166
Quadro 3 - Transcrições das pichações de afeto 167
Foto 52 – Pichação com expressão de pertencimento: Imóvel com a identificação dos moradores como o nome da rua 170
Quadro 4 - transcrições das pichações de pertencimento..... 170
Foto 53 – Pichação com expressão de esperança 172
Quadro 5 - transcrições das pichações de fé e esperança 172
Foto 54 - Pichação com expressão de denúncia de afetação da família e da vida social 174
Quadro 6 - transcrições das pichações de denúncia e resistência..... 174
Foto 55 - Pichação com expressão de mágoa..... 177

Quadro 7 - transcrições das pichações de mágoa..... 177
Quadro 8 - Frequência da categorização das pichações. 179
Figura 15 - Projeto da exposição fotográfica na área de exposição temporária da Casa do patrimônio de Maceió 183
Foto 56 - Abertura da Exposição fotográfica: Aqui morava uma família, 17/08, dia do Patrimônio Cultural Brasileiro 183
Figura 16 - Livro A Cidade Engolida..... 184
Quadro 9 - Lista de entrevistados do Podcast *Vozes do Afundamento* 188
Quadro 10 - Categorização de sujeitos..... 193
Figura 17 - Card-convite da Oficina Participativa 196
Figura 18 - Representação da dinâmica da Mandala 211
Quadro 11 - Sistematização das referências culturais faladas na oficina participativa 212
Imagem 19 – Caminho histórico de comerciantes 223
Imagem 20 – Bacia do Riacho do Silva 224
Imagem 21 – trilho do trem e localização das fábricas têxteis. 224
Imagem 22 - Localização de casarões..... 225
Imagem 23 – local do Estádio do CSA 225
Imagem 24 - localização das clínicas que eram mansões..... 225
Imagem 25 – Borda do tabuleiro e visada da Laguna Mundaú e o mar. 226
Figura 19 - Representação das referências da *Paisagem do Desastre*..... 229
Foto 57 - Estátua em bronze do professor, crítico literário e dicionarista alagoano, Aurélio Buarque de Holanda. 231
Foto 58 - Árvore genealógica pichada no bairro do Pinheiro..... 257
Fotos de 59 a 62 - Pichações dos ex-moradores dos bairros em afundamento..... 258
Foto 63 - Vista aérea do bairro de Bom Parto, após a desocupação, em 2021. 260
Foto 64 - Moradores retirando telhas de suas casas no bairro de Bebedouro, 2021. 260
Figura 20 - Morfologia da cidade de Maceió e visão da paisagem da lagoa e do mar ... 262
Figura 21 - Resumo esquemático da construção da *Paisagem do Desastre* 266
Imagem 26 - Paisagem de desastres nacionais e internacionais. 266
Quadro 12 - Comparativo de casos de paisagem de desastres e destruições..... 273
Mapa 19 - Síntese dos atributos na área do desastre 283
Imagem 27 – Visão geral dos indicativos de critérios de preservação 286
Foto 65 – Ladeira do Calmon – Lugar síntese da *Paisagem do Desastre* como Lugar de Memória. 287

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ANM - Agência Nacional de Mineração

ASFAL - Associação do Fisco de Alagoas

BNDE - Banco Nacional do Desenvolvimento

CDR - Centro Desportivo e Recreativo

CDR - Centro Desportivo e Recreativo

CEAGB - Centro Educacional Antônio Gomes de Barros

CEDUC - Coordenação de Educação Patrimonial

CEPA - Centro Educacional de Pesquisa Aplicada

CETESB - Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental de São Paulo

CGDE - Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais

CIMADEC - Centro Integrado de Monitoramento e Alerta da Defesa Civil

CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural

COBRADE - Classificação e Codificação Brasileira de Desastre

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CQA - Comissão do Complexo Químico de Alagoas

CREA - Conselho Regional de Engenharia

CRB - Clube de Regatas Brasil

CSA - Centro Sportivo Alagoano

DCM - Defesa Civil Municipal

DCE - Defesa Civil Estadual

DEPAM - Departamento de Patrimônio Material

DPU - Defensoria Pública da União

DPE - Defensoria Pública do Estado

EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental e relatório de Impacto Ambiental

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo.

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

ESG - *Environmental, Social and Governance*

FECOMÉRCIO - Federação do Comércio do Estado de Alagoas

GU - Guia de Utilização

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IMA - Instituto do Meio Ambiente

INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JHC - João Henrique Caldas

MAPA - Ministério da Pesca e da Agricultura

MEC - Ministério de Educação e Cultura

MINC - Ministério da Cultura

MPF - Ministério Público Federal

MUVB - Movimento Unificado das Vítimas da Braskem

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ODS - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organizações das Nações Unidas

PAC-CH - Programa de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas

PIB - Produto Interno Bruto

PDM - Plano Diretor de Maceió

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNPI - Programa Nacional de Patrimônio Imaterial

PPCM - Política de Patrimônio Cultural Material

PRAD - Plano de Recuperação da Área Degradada

PRRNH - Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SEPLAN/AL - Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas

SIMPRO-DF - Sindicato dos Professores do Distrito Federal

SMS - Secretaria Municipal de Saúde

SINDEC -Sistema Nacional de Defesa Civil

SINTEAL - Sindicado dos Trabalhadores da Educação de Alagoas

SUDENE - Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

VLT - Veículo Leve sobre Trilhos

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

USP - Universidade de São Paulo

UNICAMP - Universidade de Campinas

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura

UEP - Unidades Especiais de Preservação

ZEP - Zona Especial de Preservação

ZR- Zona Residencial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 25

2 CAPÍTULO I - A implantação da Mineradora Salgema 38
2.1 A paisagem indutora de desenvolvimento e referências culturais 39
2.2 A implantação da Salgema/Braskem e as primeiras desconstruções urbanas, sociais e paisagísticas 45
2.3 A exploração insustentável e a supressão de referências ambientais 47
2.4 Sobre as leis ambientais no Brasil 49
2.5 Discussões com o Centro Nacional de Referências Culturais sobre as influências da industrialização na cultura em Maceió 51
2.6 Os acidentes da mineradora e os movimentos sociais 54
2.7 O tombamento do Pontal da Barra como instrumento de luta 69
2.8 A afetação difusa da sociedade e a exclusão urbana e social 71
2.9 Considerações do capítulo 75

3 CAPÍTULO II – O Desastre Socioambiental da Braskem 76
3.1 Sobre os bairros atingidos 80
3.1.1 Bebedouro 82
3.1.2 Mutange 86
3.1.3 Bom Parto 88
3.1.4 Farol 90
3.1.5 Pinheiro 94
3.2 A Legislação sobre os recursos minerais no Brasil 96
3.3 Estudos técnicos e o desastre tecnológico 99
3.4 O acordo socioambiental 112
3.5 As posturas do poder público e do poder político 115
3.6 A dor dos afetados no desastre 119
3.7 Impactos que geram as características da *Paisagem do Desastre* 121
3.7.1 Perda da função social da propriedade e criação da paisagem e vazio urbano 121
3.7.2 Suspensão dos seguros de imóveis 123
3.7.3 Demolição dos imóveis e sensação de insegurança 125

3.7.4 Destruição do núcleo histórico de Bebedouro e o apagamento físico e virtual da história dos bairros 131
3.7.5 Falta de informação, imaginário coletivo e a saúde mental dos afetados..... 133
3.7.6 O meio ambiente afetado 135
3.7.7 Impactos para vivos e mortos..... 142
3.7.8 A transformação da paisagem com danos à mobilidade urbana (rodoviária, ferroviária e hidroviária)..... 144
3.7.9 A retirada dos equipamentos públicos e a carência na cidade e nas áreas de entorno 148
3.8 Camada de arte-denúncia na *Paisagem do Desastre* 149
3.9 Considerações do Capítulo..... 153

4 CAPÍTULO III – Memória e Identidade: valor cultural na *Paisagem do Desastre*.... 156
4.1 Pichações como manifestação-documento..... 158
4.1.1 Do georreferenciamento das pichações 164
4.1.2 Da classificação e análise das pichações 165
4.1.3 Traduzindo as expressões em números 179
4.1.4 Transformando pichações em exposição fotográfica 181
4.2 Estudo do Podcast *Vozes do afundamento* 186
4.2.1 Entrevista 1 189
4.3 Categorização dos atores para Oficina Participativa para Levantamento das Referências Culturais - Representatividade não, diversidade social sim..... 191
4.4 Oficina Participativa - levantamento de Referências Culturais Preliminares - Memória e identidade dos afetados 197
4.4.1 Busca das referências culturais 200
4.4.2 Estruturação das atividades para a Oficina Participativa..... 209
4.4.3 Oficina Participativa de levantamento das referências Culturais [dia - 19/08/23].... 209
4.4.4 Metodologia da Oficina Participativa..... 210
4.4.5 Sistematização das informações..... 212
4.5 Considerações do Capítulo..... 228

5 CAPÍTULO IV - Um ensaio sobre a Declaração da *Paisagem do Desastre* como Lugar de Memória 231
5.1 Tombamento, Chancela da Paisagem ou Declaração de Lugar de Memória? 234

5.2 O poder-dever do IPHAN como órgão de memória contra o apagamento da história 236
5.3 A competência do IPHAN 238
5.4 Construindo procedimentos para a caracterização da *Paisagem do Desastre* como Lugar de Memória 239
5.5 Minuta de Portaria de procedimentos para Declaração de Lugar de Memória 241
5.6 Estudo da *Paisagem do Desastre* como Lugar de Memória 244
5.7 Narrativa conceitual para apreciação do mérito do valor cultural nacional e seus significados material, simbólico e funcional 244
5.8 Caracterização da *Paisagem do Desastre* 263
5.9 Características da Paisagem do Desastre [casos] 265
5.9.1 Desastre de Mariana e Bento Rodrigues/MG 267
5.9.2 Desastre de Brumadinho/MG 268
5.9.3 Acidente nuclear em Chernobyl 270
5.9.4 A Bomba de Hiroshima 271
5.10 Definição da *Paisagem do Desastre* como lugar de Memória 274
5.11 Ensaio para uma Declaração da *Paisagem do Desastre* como lugar de Memória .. 274
5.12 Declaração da *Paisagem do Desastre* como lugar de Memória 277

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 288

REFERÊNCIAS 293

APÊNDICE A 311
APÊNDICE B 364
APÊNDICE C 396
APÊNDICE D 400

ANEXO I 404

1 INTRODUÇÃO

A mineradora e multinacional Braskem iniciou um desastre tecnológico socioambiental de grandes proporções na cidade de Maceió/AL. Não há perspectivas precisas de quanto tempo durará e de que maneira poder-se-á combatê-lo, pois está em andamento. Enquanto isso, minas de sal-gema, exploradas a quase 1km de profundidade, desde a década de 1970, entraram em colapso e emergem para a superfície lentamente. Por isso, cinco bairros municipais - Bebedouro, Mutange, Bom Parto, Pinheiro e Farol - estão em processo de subsidência do solo [afundando] e cerca de 57 mil pessoas afetadas foram expulsas de seus lares, desencadeando múltiplos danos e de toda a ordem. Desta forma, o desastre tecnológico da Braskem é hoje considerado o maior desastre socioambiental, em andamento, no Brasil.

Figura 1 – Área de ações prioritárias (2,4 km²) decretado desde 2019 [área verde] e localização das 35 minas de sal gema [pontos em cinza]



Fonte: Defesa Civil de Maceió, com intervenções de Gardênia Nascimento, 2023.

Dentre os danos, a destruição dos bairros e a ameaça ambiental do Complexo Estuarino das Lagunas Mundaú e Manguaba, desperta a memória traumática e dolorosa do que a exploração mineral insustentável pode causar. Diante desse fato, esta pesquisa busca perceber o desastre sob a ótica da preservação patrimonial, baseando-se na importância da preservação da MEMÓRIA, simbolizada na paisagem, definindo os bairros em afundamento como um Lugar de Memória.

O isolamento da área provocou danos diversos e, o que chamamos nesta dissertação, de *Paisagem do Desastre,* que será conceituada adiante, no Capítulo IV. Leva-se a crer que ocorreu, e ainda ocorrerá, uma ruptura cultural. A saída dos moradores de suas casas provocou, e ainda provoca, sofrimento e adoecimento mental, explícito em pichações, reportagens, pesquisas acadêmicas, artigos, livros e outros. A transferência da posse dos imóveis para a Braskem como forma de indenização, imposto por um Acordo Socioambiental, deixa a mineradora como a proprietária da maior faixa de terra urbana em Maceió, com possível reutilização futura, caso as minas sejam estabilizadas. Abaixo, parte do citado Acordo Socioambiental, referente a Cláusula 58, Parágrafo Segundo:

> **Parágrafo Segundo**. A Braskem compromete-se a não edificar, para fins comerciais ou habitacionais, nas áreas originalmente privadas e para ela transferidas em decorrência da execução do Programa de Compensação Financeira, objeto do Termo de Acordo celebrado em 03 de janeiro de 2020, **salvo se, após a estabilização do fenômeno de subsidência, caso esta venha a ocorrer, isso venha a ser permitido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da cidade de Maceió** – AL (MPF, 2020), grifo nosso.

A justa indignação dos ex-moradores e da sociedade alagoana está, em peso, nessa transferência de posse. A busca por direitos da sociedade civil, seja ela organizada ou não, coloca em xeque as leis brasileiras e gestores públicos a, efetivamente, cumprir os direitos constitucionais de cidadania e proteção da memória. A nossa Carta Magna de 1988, chamada de Constituição Cidadã (Brasil, 1988), requer que se coloque em prática o reconhecimento amplo e atual da cultura e dos grupos sociais, incluindo seu direito à memória.

Recorda-se que há uma mudança contínua desde o século XX da valorização do ser humano e a intensificação das relações sociais em escala mundial. Surgiram novas identidades através de lutas por seu reconhecimento, como por exemplo as lutas dos pretos, das mulheres, de libertação nacional, dos homoafetivos e outras. Ou seja, há um movimento global em direção **à sociedade como eixo central das discussões e decisões nos conceitos de democracia, inclusão, direitos humanos e comunidade**.

> A **abordagem baseada em Direitos Humanos num contexto de desastre** sugere como imprescindível a definição de parâmetros que sejam capazes de realizar a Reparação Integral dos danos, reduzir os riscos decorrentes do desastre, promover a resiliência das populações atingidas através do **respeito aos seus direitos**, sendo o acesso aos serviços públicos um desses direitos. E nessa perspectiva, os resultados devem, principalmente, dar atenção às condições de vulnerabilidade existentes (United Nations, 2016[1]).

É como servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que foi atingida pelo desastre, que enxergo aqui as questões da pesquisa, pois, o tema tem aderência às políticas de preservação já instituídas pela instituição, da mesma maneira que às práticas desta autarquia.

Importante ressaltar que a pesquisa não usa a autoetnografia, apesar dessa pesquisadora ser afetada e expulsa pelo desastre, e ter morado desde o nascimento no bairro Pinheiro. Contudo, a percepção do desastre e suas consequências ficaram mais aguçadas e mais fortes pela soma da condição dessa pesquisadora como atingida e profissional com formação e experiência em urbanismo e preservação do patrimônio cultural.

Além das características profissionais, a relação dessa pesquisadora com o desastre foi vivida de várias maneiras: como ex-moradora; como participante da Associação dos Moradores S.O.S Pinheiro; como membro voluntária e Presidente do Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais entre 2022 e 2023 [criado no Acordo Socioambiental do Ministério Público Federal/AL]; por meio das amizades no bairro de origem [padres, pastores, donos de comércio local, vizinhos, amigos de infância e adolescência]; por ter assumido a Secretaria Adjunta de Estratégia e Projetos Prioritários do Município de Maceió, entre 2021 e 2022, que deu suporte ao Gabinete de Gestão Integrada dos Bairros em Afundamento; ou por colegas de profissão e pesquisadores do tema; ativistas amigos; líderes de associações e produtores culturais. Nesse universo de colegas e amigos, pode-se construir ideias mais ricas, e que se complementaram entre si. Essa rede de contatos e vivência permitiu acessar diferentes olhares, diferentes valores e diferentes caminhos trilhados nesta dissertação.

Construir a ideia de que a área afetada poderia ser valorizada como um Lugar de Memória está de acordo com a nova proposta da Política do Patrimônio Cultural Material[2]. É importante esclarecer que o Lugar de Memória nesta dissertação está sendo tratado como um instrumento de valorização para proteção da *Paisagem do Desastre*, baseado no conceito de Pierre Nora. Nora conceitua como Lugares de Memória os suportes tangíveis de uma

[1] Organização das Nações Unidas (ONU) . General Assembly. Report of the open-ended intergovernmental expert working group on indicators and terminology relating to disaster risk reduction. A/71/644. Genebra: UN, 2016. Disponível em: www.preventionweb.net/publications/view/51748. Acesso em: 8 abr. 2023.
[2] Portaria IPHAN nº 375 de 19 de setembro de 2018.

experiência, que têm sentidos atribuídos por grupos sociais ou pelo poder público. Esses lugares adquirem valor simbólico por trazer lembranças de fatos e são referências de memórias sociais.

Também se faz necessário informar que o conceito de Lugar de Memória é um novo instrumento de proteção de bens culturais, proposto pelo IPHAN na PPCM, porém, ainda sem regulamentação. Portanto, a abordagem aqui produzida, proporcionou o desenvolvimento de questões atuais sobre o direito à memória e ao esquecimento, sobre Lugar de Memória, sobre a *Paisagem do Desastre* e sobre as consequências de desastres provocados por mineradoras e sua relação com a memória coletiva e identidade dos atingidos. Dessa forma, essa dissertação também sugere um encaminhamento para análise para a classificação desses Lugares de Memória.

Além de rupturas físicas, há evidências de rupturas socioculturais, cuja compensação de danos é prevista no Acordo Socioambiental, quando trata dos danos morais coletivos, cláusula 69, Parágrafo Sexto, Cláusula Sexta, itens:" r) Direito à identidade cultural (modos de fazer e viver) e u) direito à informação e aos valores históricos". Por isso, cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tratar das consequências desse desastre socioambiental que se tornou um fato memorável, não só para a cidade, mas também, para o país, como exemplo do que o poder capitalista é capaz quando se coloca acima da vida humana, contra a essência dos princípios constitucionais de 1988 e do Estatuto das Cidades.

Dessa forma, torna-se uma contribuição tanto para a Superintendência de Alagoas, que atualmente tem aberto um processo de pedido de tombamento provisório da área afetada[3], requerido pela sociedade, como também para o próprio Instituto, pois, são discussões atuais e que precisam ser tratadas no órgão de preservação de memória, no Brasil. Entendendo que o IPHAN não é apenas um órgão fiscalizador, e que tem como missão tanto promover quanto coordenar o processo de preservação no país, destaca-se também que cabe a ele garantir o direito à memória em parceria com todos os órgãos de preservação, das instâncias municipais e estadual. Portanto, é o seu papel preservar a memória dessa destruição.

É importante lembrar que, segundo a PPCM os processos de tombamento, conforme o que está aberto na Superintendência do IPHAN, são desenvolvidos, hoje, por meio de estudos e procedimentos participativos para atribuição de valores aos bens. Entende-se, portanto, que a dissertação e proposta de Declaração da *Paisagem do Desastre* como Lugar de Memória em Maceió contribui para a sua preservação, uma vez que atribuiu valor ao bem, contando com a

[3] Processo SEI nº 01403.000333/2023-63

colaboração da comunidade, seguindo conceitos e critérios atuais e determinações constitucionais.

Pode-se ainda justificar o uso da Declaração do Lugar de Memória pela importância de não deixar que a destruição traumática caia no esquecimento, para que novos desastres sejam evitados. A memória é a ideia central da valorização da materialidade da paisagem, resultante da violência do desastre e descaso com os grupos que ali tinham construído suas histórias e modos de vida. E ainda se tem nessa declaração um alcance educativo, passível de envolver as pessoas, podendo motivar a continuidade nos estudos e desenvolvimento dos procedimentos administrativos para o tombamento da *Paisagem do Desastre*.

A necessidade de mobilização da sociedade civil exige a contribuição do saber técnico e educação e, por isso, ela é fundamental nos processos de preservação da memória. Entende-se que deve existir um espaço de debate na sociedade civil independente do Estado, fortalecida, dessa forma, e capaz de expressar o que a sociedade realmente almeja.

Tem-se como objeto de estudo, portanto, a preservação da memória da *Paisagem do Desastre* formada pelos cinco bairros de Maceió, atingidos pela mineração da sal-gema, considerando o período da década de 1970, época da implantação da mineradora Salgema Indústria Química S/A, hoje Braskem, até dezembro de 2023, compreendida e delimitada geograficamente pelo Mapa de Ações Prioritárias, elaborado pela Defesa Civil de Maceió (Figura 1). Nela, na *Paisagem do Desastre*, buscou-se identificar as perdas das referências culturais da área atingida ao mesmo tempo os valores atribuídos a ela pela sociedade, para demonstrar e reconhecer que se trata de um Lugar de Memória, caracterizado nesta pesquisa, possibilitando seu conceito através de um ensaio de Declaração da *Paisagem do Desastre* como lugar de Memória.

Tem-se como questão principal desta pesquisa: Em que medida a patrimonialização da área atingida pela exploração de sal-gema[4] em Maceió é um recurso para a reparação dos danos? E a partir dela, seguem-se os questionamentos: De que maneira podemos identificar os valores culturais da área afetada como referências de memória e identidade? Em que medida trabalhar o desastre de Maceió contribui para construir o conceito de *Paisagem do Desastre*, fortalecendo ações de reparação de outros desastres recentes no Brasil? Reconhecer a *Paisagem do Desastre*

[4] Sal-gema é uma rocha sedimentar formada pela evaporação de antigas massas de água salgada. É extraída de rochas subterrâneas na forma de sal mineral chamado halita e é matéria prima da indústria química usada na produção de soda cáustica, ácido clorídrico, bicarbonato de sódio, para a fabricação de produtos de limpeza, de higiene e de produtos farmacêuticos. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Sal-gema.)

da Braskem como Lugar de Memória é uma forma de reparação para os afetados e para a cidade?

A afetação dos bairros em Maceió resultou em ruínas com pichações, ruas desertas, onde somente a natureza resiste através da vegetação que se espalha. O local agora é um "limbo" urbano e socioambiental, que não pode ser usado pelo homem por tempo indeterminado, até que o solo se estabilize, mas as ações de demolição em andamento provocam o apagamento total da memória do desastre.

Diante do exposto, a proposta de preservação é, como tratado por Leonardo Castriota no Dossiê de Tombamento da cidade de Bento Rodrigues, um desafio "teórico e metodológico", quando propõe a preservação da memória de um lugar de destruição, contrário aos valores estéticos tradicionais; porém, demonstra sua importância enquanto documento do que o capitalismo especulativo, em forma de exploração mineral, pode provocar (Castriota, 2019, p.17).

Entende-se que ações de conscientização de fatos dolorosos ajudam a manter a percepção da sociedade e dos governos do que não se deve repetir e assim poder evitá-los. Exemplos como o campo de concentração em Auschwitz, na Alemanha, cujas visitas transmitem aos visitantes a rotina de dor e tentativa de extermínio de judeus, deixa claro o que o nazismo foi capaz de fazer. Mas observa-se que nesse caso, temos a preservação do seu suporte material: o próprio campo. Já no caso das cidades bombardeadas, Hiroshima e Nagasaki, a paisagem foi totalmente destruída e reconstruída, porém, com elementos conservados e novos suportes foram ressignificados através de rituais anuais. Apesar de alguns países terem a tecnologia da bomba nuclear, depois dela, nenhum outro país a usou. Por outro lado, o acidente nuclear de Chernobyl, em 1986, não impediu a construção de usinas nucleares de Angra 2, em funcionamento desde 2003, e Angra 3 em construção, por exemplo. Tem-se também o registro do segundo maior acidente nuclear da história em Fukushima, no Japão, em 2011. Será que o acidente de Chernobyl proporcionou significativas técnicas de segurança e maiores exigências para que não se repetisse tamanha tragédia? Políticas públicas de Estado na Argentina contra o apagamento dos sete anos de ditadura militar [1976-1983], adota pauta obrigatória na grade escolar pública, com ritos anuais e divulgação plena. Entende-se ações necessárias para sua não repetição até os dias atuais. A patrimonialização do Cais do Valongo, por exemplo, tem a função de lembrar e conscientizar sobre os horrores da escravidão no Brasil – a violência da exploração humana. Entretanto, vale ressaltar que a proteção do Cais do Valongo se relaciona com a escravização de africanos no passado, o que torna a sua preservação menos complexa e de mais "cômoda" adesão. Portanto, preservar a memória do

desastre da mineradora Braskem, recente e ainda em processo, além da dificuldade de provocar reflexões sobre poderes econômicos e relações clientelistas nos embates sobre preservação da memória, requer a escolha criteriosa do conceito adequado à caracterização do bem material resultante do desastre. Portanto, entendeu-se, que a paisagem seria o conceito adequado, documentando a violência contra os bairros afetados.

Em se tratando de uma paisagem urbana transformada em *Paisagem do Desastre*, e sabendo que ela foi causada pela exploração desmedida da mineração acima de vidas, deixando a Braskem como única proprietária de toda a área afetada, preservar a memória dessa paisagem, valorizando-a como patrimônio nacional pode ser um recurso de reparação social à medida em que se torna um bem comum, uma paisagem portadora de memória, de referência da história do Brasil, dando ao coletivo o direito de intervir no seu futuro.

Embora desde a década de 1970 seja prática de Estados da Federação e de municípios proteger seus bens culturais e entendendo que o desastre da Braskem tem interferências na região metropolitana e na cidade de Maceió, tornando-se um assunto transversal entre Município e Estado, aqui defende-se sua proteção como evento com valor simbólico da história nacional, por diversos motivos: a dimensão da área de mineração licenciada pelo Ministério de Minas e Energia, em subsolo brasileiro, assim como a sua singularidade de ser o único desastre de mineração em área urbana no Brasil; sua relação com a violência causada pelas mineradoras, podendo ser exemplificado com casos ocorridos há poucos anos em Minas Gerais – Bento Rodrigues e Brumadinho – resultando na morte de moradores e trabalhadores; mais recentemente o garimpo e mineração ilegal (com estímulo de autoridade governamentais) nas terras indígenas dos Yanomami, com consequências trágicas, levando à morte de indígenas e comprometendo a saúde daquele povo, um tipo de ameaça iminente da mineração em diversas regiões do território nacional. São processos que compreendem dinâmicas interligadas, definidas fora das localidades, "por mercados mundiais, mas que encontram materialidade nos territórios" (Zhouri, 2018, p. 2), envolvendo políticas econômicas nacionais.

No que diz respeito ao patrimônio cultural, violentamente atingido pelos efeitos da mineração e do desastre, a relação com esse tema torna-se um dever, considerando que o Art. 215 determina: "o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais". Esses, com seus bens imóveis e modos de vida, materializados nos territórios, devem ser protegidos. Simbolicamente o direito a reparação e à memória torna-se um dever constitucional de escala nacional para que cada violência e ameaça de violência não sejam ignoradas.

Em Maceió, sua dimensão nacional também pode ser vista pelos aspectos legais relacionados ao patrimônio arqueológico, considerado bem da união, porque a área afetada tem fortes possibilidades de presença de sítios arqueológicos, como uma planície lagunar que compôs o caminho de povoamento da cidade e a presença de um cemitério, abrigando comunidades pesqueiras relacionadas às comunidades indígenas e, ainda pelo patrimônio cultural da extinta Rede Ferroviária Federal, compreendendo trajeto hoje inativo devido ao desastre. Ainda há a perda das manifestações culturais e modos de vida que, de algum modo, devem ser recuperados.

O desastre da Braskem em Alagoas é, portanto, referência de um problema que ultrapassa fronteiras municipais e estaduais. Diz respeito a uma memória que deve ser construída e patrimonializada como documento passível de trazer à consciência consequências da voracidade do capital em detrimento de vidas humanas. No mundo das disputas entre políticas públicas, trata-se de uma contribuição da área da cultura pela luta na prevenção de consequências indesejáveis da mineração.

A pesquisa utilizou como base a PPCM que, dentre os seus princípios, propõe a **Ressignificação** por entender que "Constantemente novos significados são atribuídos ao Patrimônio Cultural Material que, em consequência, deve ser entendido para além de um registro do passado" e propõe a **Humanização** por entender que "A preservação dos bens culturais deve considerar sua contribuição para garantir a cidadania e a dignidade da pessoa humana" (IPHAN, 2018, Art.2, I e III). Tanto se percebe que há uma ressignificação das referências e valores dos bairros afetados, quanto há a necessidade de garantir a dignidade humana e a cidadania das pessoas afetadas.

Os três processos utilizados nessa pesquisa também são provenientes da PPCM: o de **Educação Patrimonial, de Identificação e de Reconhecimento**. Por isso, a pesquisa utilizou os recursos das instalações da Casa do Patrimônio de Maceió/AL para a prática da Educação patrimonial em parceria com a sociedade; promoveu Oficina Participativa com a metodologia de Inventários Participativos do IPHAN e concluiu a pesquisa com o Reconhecimento da *Paisagem do Desastre* como Lugar de Memória; ou seja, toda a base originou-se nas políticas patrimoniais e práticas do IPHAN.

A dissertação fez uso de metodologia de pesquisa mista (quantitativa e qualitativa). Os dados quantitativos foram usados na caracterização da área afetada, através de informações científicas e dados disponíveis. Porém, entendendo que é preciso atribuir significados à *Paisagem do Desastre* (valores de preservação), esse trabalho usou a pesquisa qualitativa como essência, pois, se esperou compreender comportamentos e sentimentos.

Nos procedimentos metodológicos, a pesquisa buscou contextualizar a história do desastre e em seguida averiguar se aquele local destruído tinha valores a serem preservados. Ao compreender as referências culturais atribuídas nos bairros afetados, observou-se que havia valores em conflito entre referências culturais locais e referências do desastre em si, o que se configurou em um desafio teórico-metodológico ao se propor preservar a memória de um lugar destruído. Assim, foram necessárias reflexões sobre diferentes valores, inclusive para perceber a paisagem destruída como objeto de preservação. Esse desafio foi vencido quando se propôs a valorização do sítio como *Paisagem do Desastre*, cujos valores material, funcional e simbólico, caracterizam-no como Lugar de Memória, documentando a violência contra os bairros afetados, conforme anteriormente afirmado. Diante disso, surge novo desafio: como propor a preservação da *Paisagem do Desastre* como Lugar de Memória se não há normativa para esse instrumento? Assim, essa dissertação propôs uma Minuta de Portaria para Declarar a *Paisagem do Desastre* como Lugar de Memória e, dessa forma, afirmar que a paisagem tem valores e pode haver mecanismo para sua proteção.

Importante acrescentar que a apresentação dessa dissertação segue a ordem cronológica de como a pesquisa foi avançando. Os dois primeiros capítulos mostram a história da implantação da Salgema/Braskem até o ano de 2023. O terceiro capítulo consiste na pesquisa prática, com criação de dados primários e levantamento de dados secundários sobre referências culturais; inclusive tratando de referenciais teóricos sobre valores, memória e identidade. O quarto, e último capítulo, contém as reflexões principais e basilares da dissertação: o desenvolvimento do que se entende por *Paisagem do Desastre* e a proposta de normativa para o instrumento de preservação Lugar de Memória. Esses dois passos também tiveram o estudo de referenciais teóricos para a construção da proposta. Ou seja, os referencias teóricos aparecem separados nos dois últimos capítulos. Entende-se que assim, a proposta seria melhor compreendida. Portanto, podemos detalhar melhor cada capítulo como relatado nos parágrafos abaixo.

No Capítulo I, investigou-se o início do processo da memória da destruição, focando em como e porque se iniciou o processo de implantação da Salgema, hoje Braskem, em Maceió. Percebe-se o processo político brasileiro, compulsório e impositivo, para implantação de indústrias em todo o país, em prol do que se chamou “Milagre Econômico”. A Política de Desenvolvimento Econômico no Brasil compreendeu como “progresso” a implantação de uma petroquímica em um santuário ecológico, entre a Laguna Mundaú e o mar, independente de relatórios técnicos desfavoráveis e do apelo dos movimentos sociais. Ações de clientelismo praticadas pela mineradora e o constante silenciamento do poder público, em troca de apoio

político, configuraram um **sistema baseado no capital especulativo e amparado pelo poder público**. A pesquisa desse capítulo se embasou em referências bibliográficas locais, como também em periódicos e sites de notícia e de pesquisa.

O Capítulo II deteve-se a entender como a *Paisagem do Desastre* foi construída, considerando tanto os estudos técnicos que responsabilizaram a Braskem pelo afundamento dos bairros, quanto também a flexibilidade da legislação ambiental sobre a exploração dos recursos naturais no Brasil, que favoreceu o monopólio de informações pela mineradora. Simultaneamente, notou-se a postura silenciosa do poder público e a predominância do poder político [nacional, estadual e municipal] associada às consequências do Acordo Socioambiental que culminou na caracterização do caos na *Paisagem do Desastre*. A ocorrência desses fatores, além de corroborar com inúmeros impactos, transformou a paisagem urbana na *Paisagem do Desastre*. Pela ausência e silêncio sobre informações oficiais, muitas fontes usadas partiram de jornais e revistas, agregados aos poucos dados técnicos públicos.

O Capítulo III foi o mais desafiador, pois, era essencial a participação social para a atribuição dos valores da *Paisagem do Desastre*. Mas, como acessar milhares de pessoas que foram expulsas e dispersas na cidade sem nenhum cadastro disponível? O único está nas mãos da Braskem e é inacessível a todos. A pesquisa desenvolveu meios alternativos e novas metodologias: primeiramente estudou-se os conceitos de memória, identidade e valores através dos escritos de Candau, J. (2021) e Castriota, L. (2022) porém, sempre atrelados à Política de Patrimônio Cultural Material e ao Programa Nacional de Patrimônio Imaterial.

A pesquisa considerou a expulsão como um marco para os afetados e estudou as referências e valores antes, durante e depois dessa expulsão. Para o momento pré-expulsão, foram estudadas as pichações nas residências, feitas por seus moradores. O estudo psicanalítico sobre as fases de luto, feito por Sigmund Freud, foi a base para a classificação das pichações e a compreensão dos sentimentos contidos nelas. Essa análise pôde transformar os dados aparentemente subjetivos em objetivos, quando transformados em percentual calculável.

A análise do podcast *Vozes do Afundamento* considerou o momento pós-expulsão e usou metodologia diferenciada, identificando por cores os sentimentos de luto já antes estudados. Dessa forma pode-se perceber também a carga de cada sentimento, ratificando os resultados da análise das pichações. As percepções atuais das referências culturais foram tratadas em uma Oficina Participativa, instrumento importante de interação com a sociedade, adotado nas práticas do IPHAN, através das técnicas do Inventário Participativo. Além dessas atividades, outras derivaram em ações importantes para a comunidade, como a realização de Exposição Fotográfica, *Aqui morava uma família*, na Casa do Patrimônio em agosto, no mês do Patrimônio

Cultural, que também arrecadou recursos com a venda das fotos para o contribuir para a Associação S.O.S Pet Pinheiro[5], arrecadando R$1.560,00 [um mil e quinhentos e sessenta reais].

Diante da dificuldade de acesso aos milhares de afetados, para a escolha de sujeitos participantes da Oficina Participativa, optou-se pelo conceito de diversidade ao invés de representatividade da sociedade, caracterizando e classificando os sujeitos por diferentes critérios como: geográfico, religioso, profissional, artístico, acadêmico, relacional com a mineradora, associações de bairros e folclóricas, dentre outros. **Essa classificação foi o diferencial para se obter a diversidade de olhares da *Paisagem do Desastre* e ter-se uma visão também mais diversificada do lugar.** A sua sistematização também usou uma classificação proposta por essa pesquisadora diante da análise das referências atribuídas ao lugar. Por conseguinte, os valores do lugar foram diferenciados em três tipos: elementos relativos ao meio físico; elementos relativos à sociabilidade e elementos relativos às políticas públicas nacionais e municipais, ou ciclos e acontecimentos nacionais. Essa classificação nos permitiu ver os elementos apontados por novas visões e, algumas vezes, com múltiplos valores.

As três ações juntas [pichação, podcast e oficina] nos fizeram perceber que os bairros em afundamento formam uma **única paisagem urbana transformada em *Paisagem do Desastre***. Essa afirmação é importante para considerar os bairros uma *Paisagem do Desastre* como lugar de Memória, que foi tratado no capítulo seguinte.

O Capítulo IV é a conclusão dessa dissertação que considerou a delimitação da *Paisagem do Desastre* como um Lugar de Memória, após análise de três instrumentos de patrimonialização da PPCM: o Tombamento, a Chancela da Paisagem e o Lugar de Memória. Compreendeu-se que os bairros em afundamento possuem três significados importantes: material, simbólico e funcional e caracterizado como um Lugar de Memória. Seu significado material está na própria *Paisagem do Desastre* que se faz suporte e referência para simbolizar o que o capital especulativo pode causar em áreas urbanas em detrimento da vida humana; melhor dizendo, essa paisagem tem a função de remeter a um passado doloroso e ser um objeto pedagógico para a conscientização do que não se deve fazer; do que não deve ser repetido.

Após caracterizar os bairros em afundamento como Lugar de Memória, estudou-se as características da *Paisagem do Desastre* da Braskem, primeiramente por meio dos conceitos de Cidade-Documento, adotado pelo IPHAN na década de 1980 e explorado na dissertação de Márcia Sant'Anna, Lugar de Memória; de Pierre Nora, e Paisagem nas visões de Carl Sauer,

[5] S.O.S Pet Pinheiro é uma associação sem fins lucrativos, criada para atender os gatos abandonados nos bairros em afundamento, proporcionando nutrição, vacinação, castração e adoção.

Yi-Fu Tuan e Angelo Serpa. Conclui-se que a *Paisagem do Desastre* é uma forma de ver o sítio e, ao mesmo tempo, é um documento e testemunho do que o capital especulativo no Brasil pode causar, por meio de atividades minerárias. Assim, propõe-se que o Lugar de Memória seja o instrumento de proteção dessa paisagem.

A caracterização da *Paisagem do Desastre* foi uma escolha dessa pesquisa ao entender que os cinco bairros formam uma só paisagem destruída com as mesmas características de causa e efeito, que é produto da análise do desastre da Braskem. Para sua definição, observou-se e comparou-se outras paisagens destruídas, nacionais e/ou internacionais, a exemplo de Brumadinho, Mariana e Bento Rodrigues, no Estado de Minas Gerais, como também as paisagens de Chernobyl, entre a Ucrânia e Belarus, e Hiroshima, no Japão.

Com a abordagem comparativa de casos, e a análise de suas causas e consequências, a pesquisa define a *Paisagem do Desastre*, que será explorada no Capítulo IV.

A análise comparativa, acima citada, permitiu construir um conceito ainda não explorado na literatura de *Paisagem do Desastre* como o resultado da imposição do capital especulativo sobre as vidas humanas que afeta a sociedade de forma difusa, excluindo-a muitas vezes, de seus lugares, suprimindo os suportes de suas referências culturais, refletindo em múltiplas perdas socioambientais, econômicas e culturais. Torna-se um lugar de contra-apagamento e memorável pelo que representa. Na realidade, a *Paisagem do Desastre* cria uma identidade para a sociedade e se converte em um lugar de múltiplas transformações: paisagísticas, valorais, referenciais, identitárias e da vida. Portanto, essa paisagem transformada no caos deixa nascer novos significados das referências materiais que vemos, e busca, através da associação delas com o desastre, transformar-se em documento a ser preservado como substituição de valores.

Como contribuição dessa dissertação ao IPHAN, elaborou-se Minuta de Portaria para os procedimentos de um Lugar de Memória, necessários para sua identificação. Essa minuta tem como base estudos de conferência de portarias do IPHAN [ver Apêndice C] que considerou a proposta, criando uma comparação dessas portarias junto com o conteúdo já estudado na dissertação. Essa foi uma iniciativa que possibilitou estruturar uma Declaração com finalidade de mostrar que a *Paisagem do Desastre* pode ser vista como um Lugar de Memória.

Enfatiza-se a necessidade de continuidade de reflexões sobre instrumentos e procedimentos de identificação e proteção de Lugares de Memória, para que a PPCM do IPHAN possa ser mais eficaz para esse instrumento tão importante. A minuta poderia ser a "provocação", talvez, para discussões dentro da Instituição.

Finaliza-se a dissertação, com a utilização da Minuta de Portaria criada, como um exercício dessa proposta, apresentando um ensaio para a Declaração da *Paisagem do Desastre* como Lugar de Memória. O resultado mostra que esse é o primeiro de muitos trabalhos que discute o Lugar de Memória, como também mostra a possibilidade de utilizar essa ferramenta como uma alternativa possível, viável e necessária.

2 CAPÍTULO I - A implantação da Mineradora Salgema

Foto 1 - Estátua do romancista e cronista alagoano Graciliano Ramos



Fonte: Carlos Eduardo, 2024.

Este capítulo busca compreender como se iniciou o processo da construção da *Paisagem do Desastre* através dos impactos iniciais da implantação da Mineradora Salgema Indústrias Químicas S/A, hoje Braskem S/A, em Maceió/AL, cidade onde os condicionantes naturais e paisagísticos construíram os caminhos de sua ocupação e desenvolvimento, assim como são referências histórica-sociocultural-paisagística de seus habitantes.

Antes de começar a tecer informações sobre a implantação da mineradora, é importante mostrar a cidade e suas características naturais, percebendo que Maceió é uma cidade com águas em abundância e inúmeras áreas de proteção ambiental, a exemplo de rios, lagoas, mangues, vales, grotas. Ela é dividida entre planície e planalto, com média de 40m de altura entre eles; que permitem ao maceioense usufruir de uma cidade "avarandada[6]", onde a paisagem dos mirantes passa a ser um dos elementos protegidos pelo PDM. Na verdade, são elementos referenciais e unidades especiais de preservação para o patrimônio cultural de Maceió, materiais ou imateriais, históricos e culturais do Município. A própria adoção de parâmetros urbanísticos específicos para ocupação de bordas dos tabuleiros, priorizando a implantação de mirantes,

[6] Avarandada é um adjetivo utilizado em dissertação de mestrado intitulada: As Varandas da Cidade: proposta de valorização dos mirantes do Centro e Farol de Maceió/AL, de Maria Luíza de Carvalho Viegas Machado, 2019.

mostra a importância da paisagem para a cidade e a necessidade de mantê-los como espaços públicos, ou seja, de acesso a todos (Maceió, 2005).

Importante também perceber a cidade e sua ocupação urbana em função, tanto de seus aspectos morfológicos quanto funcionais, pois, enquanto os primeiros condicionam os caminhos e núcleos de ocupação, o segundo se apropria da rede de fluxos entre regiões distintas e se utilizam dele para também priorizar a ocupação de lugares (Júnior, 2020, p.15).

E é dentro desse contexto de valorização ambiental e da paisagem, que mostramos a seguir como essa paisagem começou a ser destruída e vulnerabilizada pela implantação da então mineradora Salgema e sua exploração insustentável. Para tanto, utilizamos revisão bibliográfica baseada em três importantes livros de autores alagoanos: *...Daqui só Saio o Pó! - Conflitos Urbanos e Mobilização Popular*, de Maria do Carmo Vieira, 1997; *Salgema - do Erro à Tragédia*, de Joaldo Cavalcante, 2020 e por fim, o livro *Rasgando a Cortina de $ilêncios - O lado B da Exploração do Sal-gema de Maceió*, de Elias Fragoso, Org., 2022. Todos relatam a soberania do poder econômico e político em detrimento da vida da população, ao meio ambiente e às necessidades da cidade, ao mesmo tempo em que mostram as lutas sociais e movimentos coletivos contra a mineradora.

Apesar desse capítulo não descrever o desastre socioambiental propriamente dito e deflagrado em 2018, essa pesquisadora achou importante sempre referenciar o local do desastre nas imagens apresentadas, como forma de melhor apreensão, tanto dos valores locais dos bairros atingidos, quanto da forma de perceber que, apesar da instalação da mineradora ser no bairro Pontal da Barra, à beira mar, o raio de ação das suas transformações na cidade não se limita geograficamente ao local onde foi implantada.

2.1 A paisagem indutora de desenvolvimento e referências culturais

Maceió é uma cidade situada no litoral nordestino do Brasil e privilegiada por se localizar entre a Laguna Mundaú e o Oceano Atlântico, por isso, chamada “O Paraíso das Águas”.

Figura 2 - Localização de Alagoas e Maceió



Fonte: GISMAPS com adaptação de Gardênia Nascimento, 2024.

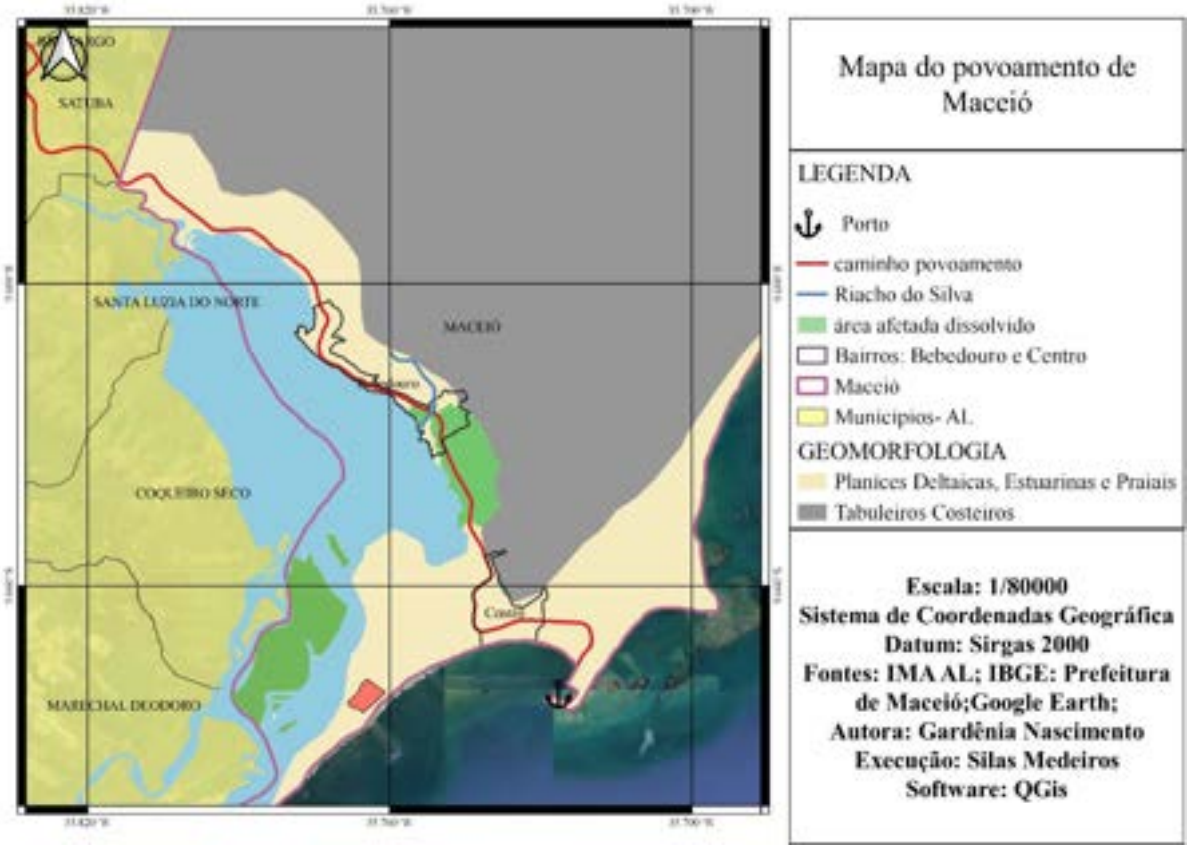
A relação da população com o mar e a laguna é intrínseca, e condicionou a ocupação do território da cidade, inicialmente no contorno dessa Laguna [percurso histórico], onde hoje está implantada a linha férrea. A relação das águas, do mar, rios e riachos e, principalmente, das 17 lagoas no território alagoano, dá origem ao nome do Estado: Alagoas = "há lagoas"; enquanto a origem do nome Maceió é do tupi, Massayó, que quer dizer "o que tapa o alagadiço". Alguns bairros de Maceió passaram a ser chamados com nomes relativos a essa condição geográfica, como por exemplo: Poço, Riacho Doce, Vergel do Lago e Bebedouro (Duarte, 2019, p. 22).

E foi a partir das excelentes condições do Porto de Jaraguá, onde hoje se encontra o bairro Jaraguá, que inúmeros tropeiros[7] percorreram as margens da Laguna Mundaú, antes conhecida como Lagoa do Norte, vindos do Norte, para comercialização de mercadorias no porto. Esse percurso podia ser realizado sem esforço porque beirava a planície lagunar, que por um lado, limitava-se com a Laguna Mundaú e por outro lado, com a encosta. Portanto, era um caminho traçado a partir da morfologia da cidade, ou seja, pela paisagem. A Laguna em si também era um importante meio de comunicação e conexão comercial entre as cidades que a margeavam:

> Por conta da ausência de estradas, as lagoas se consolidaram como uma região estratégica para o escoamento da produção interna, pois era através delas, de seus canais, que trafegavam os moradores e os comerciantes: os que residiam nos municípios de Pilar, Marechal Deodoro e adjacências, nas águas da Lagoa Manguaba; e através de Mundaú, os habitantes e comerciantes de Satuba, Santa Luzia do Norte e Coqueiro Seco (Fragoso, 2022, p.71).

[7] Homens que levavam mercadorias através de mulas.

Mapa 1 – Caminho do povoamento de Maceió, do Norte ao Porto de Jaraguá



Fonte: Gardênia Nascimento, com execução de Silas Medeiros, 2024.

Ao longo desse caminho formaram-se núcleos de povoamento:

a) a área do Porto de Jaraguá devido a sua excepcional condição natural;

b) o centro da cidade, que se firmava como um ponto estratégico, pois era o ponto de espera para aguardar a maré baixa para a travessia do Riacho Salgadinho; e,

c) o bairro Bebedouro, às margens do Riacho do Silva, local de parada dos tropeiros para beber água.

Esse caminho favoreceu a posterior implantação da rede ferroviária que, junto à facilidade de acesso à água da Laguna Mundaú, rios e nascentes, também possibilitou a construção de fábricas têxteis durante o ciclo do algodão em Alagoas. A fábrica Carmen, localizada no distrito de Fernão Velho, devido à disponibilidade de água potável, [onde se localiza hoje a Área de Preservação Ambiental - APA - do Catolé] também na planície lagunar e no percurso dos tropeiros, foi um potencializador de desenvolvimento desse local. O desenvolvimento têxtil ancorou, além da fábrica Carmen, novas fábricas como a Fábrica Alexandria [bairro do Mutange, à beira da Laguna Mundaú], e uma filial da fábrica da Pedra, no Centro. Ligadas agora pela estrada de ferro, o escoamento têxtil tinha no Porto de Jaraguá seu maior destino. A vista disso, entende-se que o caminho iniciado por tropeiros e fortalecido

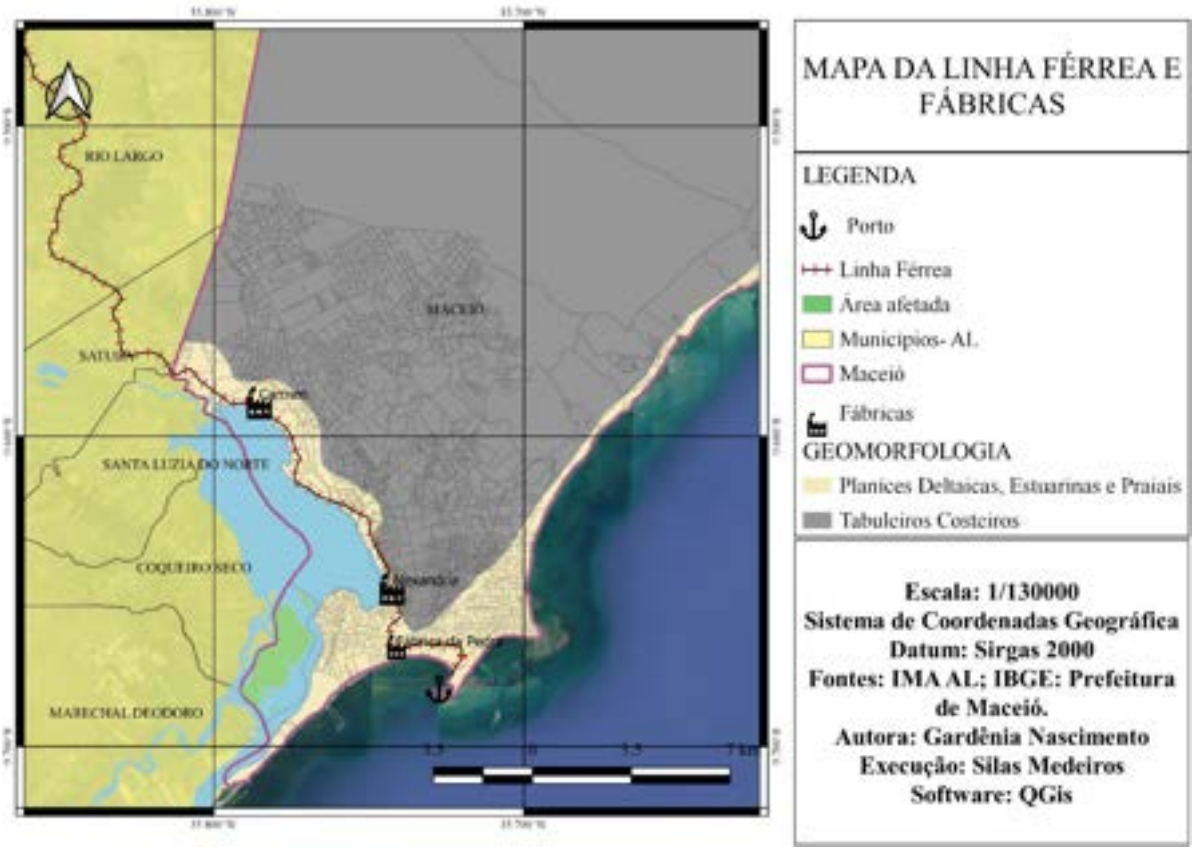
através da linha férrea com o ciclo do algodão tornou-se, historicamente, um corredor importante e de referência para o povoamento e desenvolvimento territorial. Abaixo podemos ver um mapa de 1880 que já mostrava o caminho ferroviário, passando pela Lagoa do Norte [Laguna Mundaú], chegando ao Porto de Maceió, em Jaraguá.

Figura 3 - Mapa ferroviário de Maceió em 1880 com a estrada de Bebedouro para o Tabuleiro



Fonte: Ticianeli, 2020.

Mapa 2 - Linha férrea e Fábricas de Tecido Carmem, em Fernão Velho, e Alexandria, na Cambona

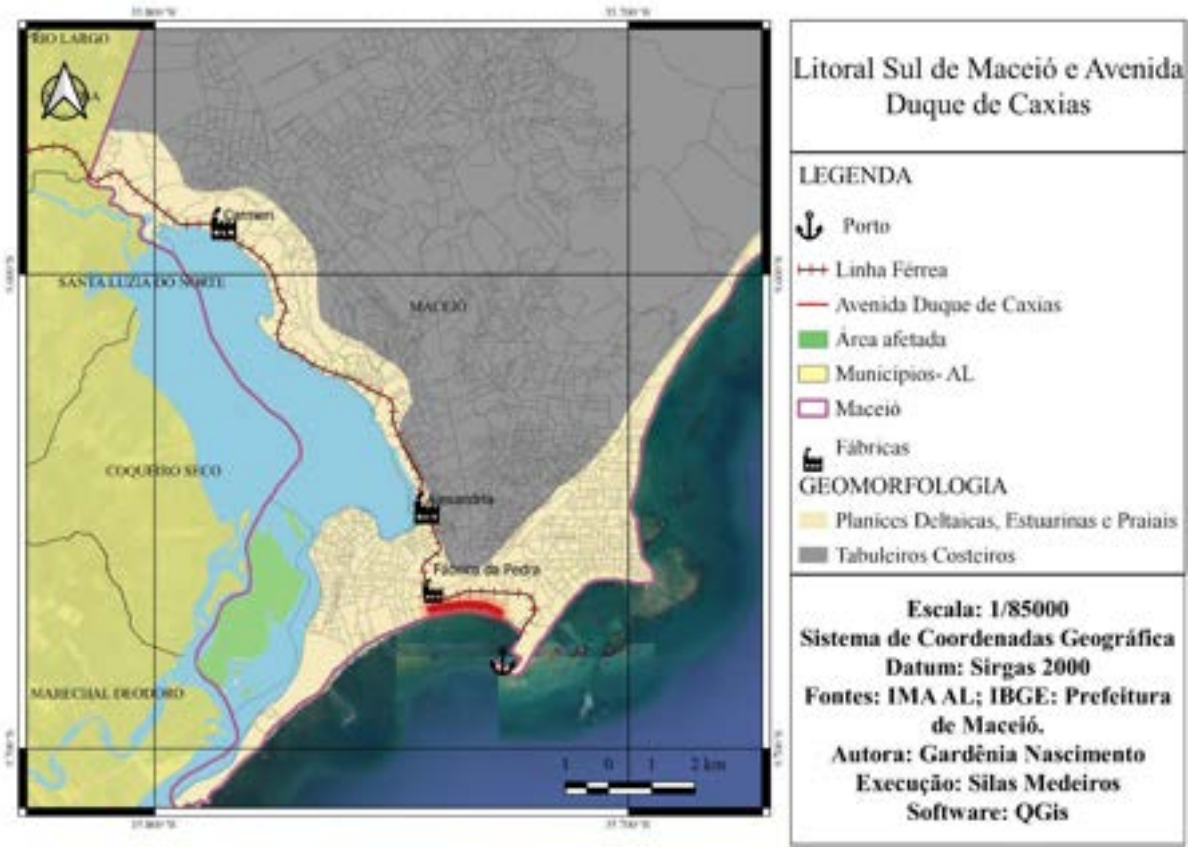


Fonte: Gardênia Nascimento com execução de Silas Medeiros, 2024.

Devido ao seu valor histórico-cultural esse trajeto foi considerado pelo PDM (Maceió, 2005) como um Corredor Cultural, protegido através do seu artigo 46, Parágrafo Único, IV - criação de um corredor cultural que integre as zonas especiais de preservação cultural e as unidades especiais de preservação cultural atravessadas pela rede ferroviária, envolvendo os bairros Jaraguá, Centro, Bom Parto, Mutange, Bebedouro, Fernão Velho e Rio Novo.

A elevação de Maceió à categoria de cidade, em 1839, se deu por causa do desenvolvimento do porto natural de Jaraguá, expandindo, posteriormente, pelos atuais bairros Centro, Bebedouro e Fernão Velho, que hoje fazem parte desse percurso histórico, que possibilitou também o desenvolvimento do centro da cidade e induziu as primeiras ocupações da orla marítima, litoral sul de Maceió, na Avenida Duque de Caxias, local dos primeiros hotéis da cidade e das primeiras atividades urbanas.

Mapa 3 - Litoral sul de Maceió e a Av. Duque de Caxias



Fonte - Gardênia Nascimento com execução de Silas Medeiros, 2024.

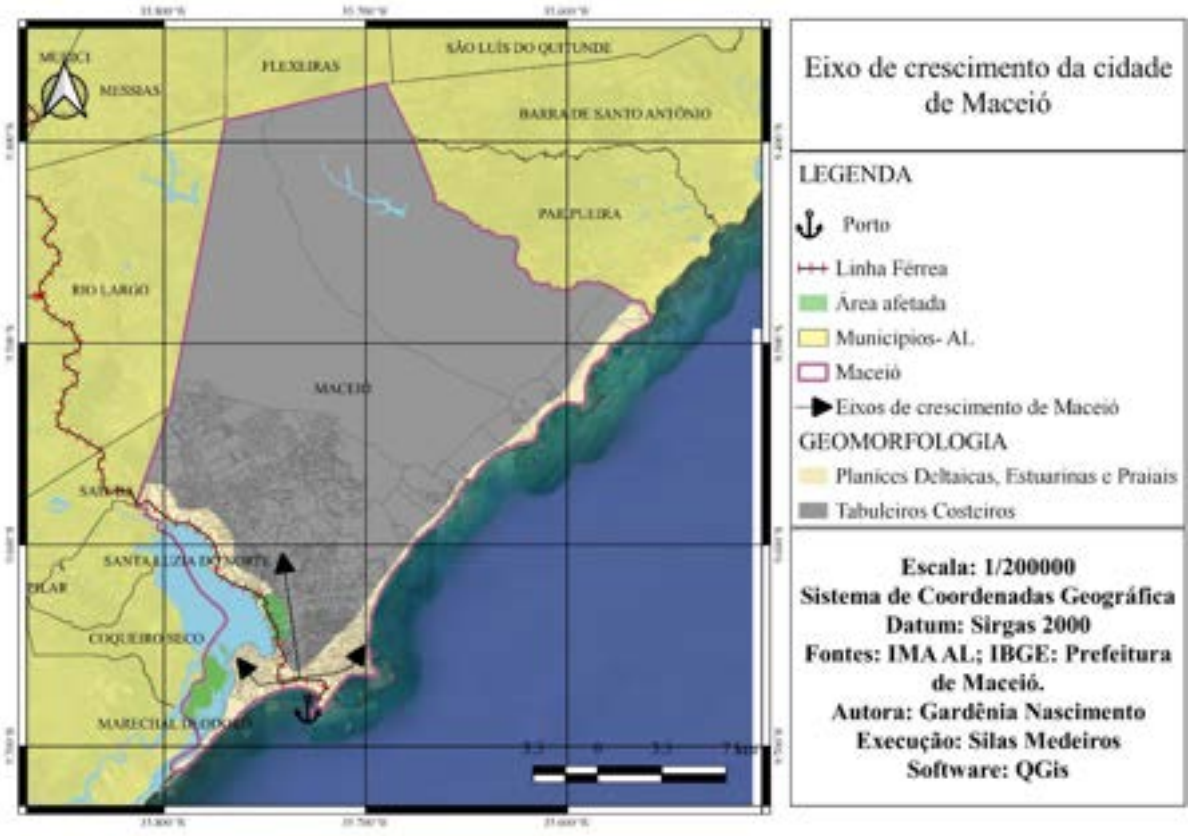
A ocupação potencializou atividades econômicas, comerciais e de serviços, além da instalação de equipamentos públicos importantes nos bairros voltados para a Laguna e para o percurso histórico, como o primeiro aeroporto: com pousos de hidroaviões na então Lagoa do Norte [Laguna Mundaú], o quartel do 20º batalhão, o primeiro Mercado Público, Cemitério,

Asilo de Órfãos, o primeiro Hospital e Cinema ideal. Ou seja, a cidade crescia para a região sul e a sua orla tinha potencial de desenvolvimento.

Além do percurso histórico acima descrito, um novo eixo de crescimento surge com a construção das Avenidas Fernandes Lima e Durval de Góes Monteiro, no início do século XX, porém, é só depois da metade daquele século que se desenvolvem áreas de expansão como os bairros Farol e, posteriormente, o bairro Pinheiro.

O desenvolvimento urbano se estendeu cada vez mais para a área dos tabuleiros, hoje considerada área de expansão, segundo o PDM vigente (Maceió, 2005). Ao longo do tempo, novas áreas são valorizadas a partir da retirada do antigo "lixão" (transformado em aterro sanitário na região norte) e atualmente possibilita a expansão da cidade na orla marítima do litoral norte.

Mapa 4 - Eixos de crescimento da cidade de Maceió



Fonte: Gardênia Nascimento, com execução de Silas Medeiros, 2024.

2.2 A implantação da Salgema/Braskem e as primeiras desconstruções urbanas, sociais e paisagísticas

O relato da implantação da mineradora Salgema mostra, num primeiro momento, como se deu uma intervenção econômica no urbano que além de tipificar o modo de decisão centralizado no Regime Militar, em que a certeza da impunidade sustentava decisões acima dos códigos vigentes, mostra ainda a prioridade dada à questão do capital, do desenvolvimento econômico adotado a época, em relação às condições de habitabilidade e de segurança da vida no bairro e na cidade (Vieira, 1997, p.141).

Em 1974 o Governo Federal adotou o II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND que criou estrategicamente polos de desenvolvimento, potencializando importantes projetos no Nordeste e nele indicava-se a criação de polos cloroquímicos em Alagoas, Sergipe e Bahia e que fossem criados complexos químicos complementares (Fragoso, 2022, p.95).

Dessa forma, durante todo a década de 1970, a política desenvolvimentista federal favoreceu a implantação da Salgema, considerando apenas o lucro sem respeitar outros fatores de sua situação ambiental, como por exemplo, eliminação de um santuário ecológico entre a lagoa e o mar para estar próximo tanto do Porto quanto do local de extração do minério, ocupando de modo devastador uma área de importância histórica, social e ambiental. Esse processo levou a intensas discussões e o município acabou declarando a área da mineradora como zona industrial para legitimar sua implantação.

Na década de 1980, com a solicitação da mineradora em construir sua ampliação implantando o Terminal Químico de Alagoas – TEQUIAL, as discussões e manifestações da sociedade foram constantes e a possibilidade de se ter expandida a ameaça já era sentida pelos inúmeros acidentes registrados. Apesar dos intensos manifestos dos movimentos sociais, o poder público autorizou essa ampliação, porém, em outra cidade, mas dentro ao Complexo Estuarino Lagunar onde se encontram as duas maiores lagunas do Estado: Mundaú e Manguaba. Com essa ampliação, legitimou-se outros investimentos na área como novas indústrias que são derivadas e formam uma cadeia produtiva industrial.

Um estudo particular, isolado, não serve para várias conclusões, mas alguns pontos precisam ser levantados e dizem respeito aos paradigmas que têm orientado os estudos sobre a *Paisagem do Desastre* e da conjuntura que não pode ser deixada de lado, ao se tratar de questões econômicas, urbanas e sociais.

As mobilizações iniciais contra a Salgema que se observaram no meio urbano trataram, na sua maioria, de ações no sentido de defender interesses coletivos, de natureza negociável.

Essas mobilizações em nenhum momento questionaram o sistema econômico, pelo contrário, compartilhavam da ideia de benefícios da industrialização diante de determinadas condições favoráveis. Ou seja, se feita em condições favoráveis seria um benefício, e nesse caso, compartilha da ideologia do que se prega hoje com o desenvolvimento sustentável.

Era notório que na implantação e duplicação da Salgema/Braskem destacava-se uma briga de interesses: a maior preocupação das pessoas estava nas ameaças de acidentes e poluição do meio ambiente, defendido pela população ou grupos de classe média, e na defesa da moradia, defendida por grupos de menor renda do bairro Pontal da Barra, ao lado da Salgema/Braskem, preocupadas com sua possível expulsão. Entretanto, a população de maior renda, formada por representantes da oligarquia local, usineiros e políticos, entendiam que o valor ambiental e social estava bem abaixo do interesse econômico que o beneficiava. O sistema político e econômico, tão flexível para a ideia de progresso e desenvolvimento da cidade, foi sempre a bandeira levantada.

> Trata-se de um conflito de interesse, em termo de ocupação do solo, tendo como protagonistas as elites econômicas interessadas no uso industrial ou turístico da restinga, e os moradores. A questão que se coloca, portanto, é a ocupação do território. Dito de outra forma, **o solo da restinga tem um valor de uso para os moradores, e um valor de troca - ou de geração de renda - para as elites econômicas** (Vieira, 1997, p.54).
>
> A geração de renda através do ICM e do emprego e a integração com a agroindústria açucareira são os argumentos principais do Estado (Vieira, 1997, p.30).

Apesar do movimento do Estado em implantar a mineradora, sabe-se que o descobrimento do sal-gema não foi algo planejado. A descoberta foi uma casualidade, pois era intenção do Conselho Nacional do Petróleo fazer prospecções no manguezal de Maceió no início da década de 40, mas acabou achando uma camada de sal-gema de alta qualidade no bairro Mutange. Anos depois, um prestador de serviços das sondas de prospecção, Senhor Euvado Freire de Carvalho Luz, empreendedor baiano, abriu a Salgema Indústrias Químicas A/A em 1966, adquirindo o direito de exploração. Os estudos da Petrobras na década de 70 indicavam cerca de meio bilhão de toneladas de minério. Em seguida, o BNDES investiu U$140 milhões na mineradora e dessa maneira se deu início a sua estatização no governo do General Garrastazu Médici, que em 1975 passou a incluir a Petroquisa e tinha como acionista a multinacional Dupont de Nemours. (Cavalcante, 2020, p.26; Fragoso, 2022, p.26).

Entre as décadas de 1960 e 1970, o desenvolvimento urbano da cidade teve relevante mudança devido à implantação da mineradora, que aparece como elemento influenciador na ocupação do território desde o momento de sua instalação.

A mineradora é uma empresa multinacional e surgiu no período ditatorial brasileiro conhecido como período do "Milagre Econômico[8]" que financiou muitas indústrias no Brasil inteiro com o objetivo de substituir elementos químicos que o Brasil importava. Até o ano de 2020 extraia o sal-gema e hoje ainda produz a clorossoda, matéria prima do plástico[9]. Ela se instalou no litoral Sul de Maceió, em um santuário ecológico, entre a Laguna Mundaú e o mar, onde, erroneamente, foi decretada como área industrial pelo poder público. Com as minas de sal aos seus pés, um porto na sua porta, mão de obra barata e benefícios fiscais, a mineradora se instala (*Braskem passou por aqui*, 2021).

Até 1997, a mais relevante alteração no capital social da Salgema foi a ascensão da Odebrecht como sócia que se tornou sua maior acionista, quando a mineradora passou a se chamar Trikem. Em 2002, agora já como Braskem, a mineradora se tornou a maior empresa brasileira de exploração da sal-gema e chegou a 2008 como a maior empresa do mundo no setor cloroquímico. Atualmente o quadro acionário da empresa é da Novonor [Odebrecht], com 50,1% das ações, Petrobras, com 47% das ações e 2,9% de acionistas de menor porte. Com a crise do grupo Odebrecht na operação Lava Jato[10], a Braskem é atingida e negociou empréstimos entre 2016 e 2018 com os Bancos Santander Brasil, BB, BNDES, Bradesco e Itaú Unibanco e colocou como garantia as ações dos acionistas majoritários; ou seja, esses bancos são os proprietários da empresa, pois, a Braskem não está conseguindo ser vendida para liquidar seus débitos com seus credores (Fragoso, 2022, p.96 e 97).

2.3 A exploração insustentável e a supressão de referências ambientais

Em termos urbanísticos, a localização da mineradora provocou impacto ambiental local na área de restinga[11], como também a estagnação do crescimento natural urbanístico e turístico

[8] Entre os anos de 1968 e 1973, o Brasil viveu um expressivo crescimento econômico que contribuiu para o fortalecimento do regime militar. Chamado de "milagre econômico", esse crescimento esteve relacionado a políticas econômicas do Governo Castelo Branco e suas repercussões nos anos seguintes. A criação do Programa Befiex, em 1972, permitiu às empresas exportadoras uma série de incentivos à atividade de exportação/importação. Em conjunto ao contexto econômico externo de grande disponibilidade de crédito e baixos juros (2,2% ao ano), essas medidas ampliaram as exportações e importações impulsionando um processo de crescimento econômico notável.

[9] Clorossoda é a matéria prima básica para as indústrias químicas mundiais, incluindo o plástico e a soda cáustica. "O gás cloro é primariamente um irritante respiratório. É então intensamente irritante que baixas concentrações no ar são imediatamente detectáveis por uma pessoa normal. Agudo e irritante às membranas, às mucosas, ao sistema respiratório, à pele e agressor aos olhos. (...) Como, em estado gasoso, o cloro forma uma nuvem densa, mais pesada que o ar, ela pode se deslocar perigosamente ao sabor da ventania" (Cavalcante, 2020, p.38 e 39).

[10] A operação Lava jato foi deflagrada em 2014 pela Polícia Federal para investigar grande esquema de lavagem de dinheiro e corrupção no Brasil.

[11] A Restinga é uma vegetação mista composta por árvores, arbustos que protege os ninhos das tartarugas marinhas, atualmente ameaçadas de extinção, e serve de abrigo para espécies de crustáceos, como siris e caranguejos.

de Maceió na sua área Sul. A foto 2 mostra, à frente da mineradora, o mar e ao fundo, a área de restinga e a Laguna Mundaú. Localizava-se em zona acelerada de expansão urbana, próxima a um estádio de futebol com capacidade para 19 mil pessoas, em uma estreita faixa de terra, limitada, de um lado pelo Oceano Atlântico e de outro pelas dunas, nas imediações de uma vila de pescadores [comunidade Pontal da Barra], isolando um dos principais *campi* da Universidade Federal de Alagoas, além de ter como limite um dos bairros que mais se valorizava: o Trapiche da Barra. (Fragoso, 2022, p.29). Dessa forma, vemos que, desde a sua implantação, a Salgema promoveu uma exploração insustentável da natureza. Ela não tem valor enquanto área ambiental que serve à cidade e a todos, mas tem valor de mercado, visando a lucratividade da exploração.

> As contradições urbanas são dadas como decorrentes da lógica da urbanização capitalista, pelas prioridades expressas pelas políticas de poder público para a expansão da produção, priorização da criação, manutenção e expansão de infraestrutura urbana em função do Capital, e em detrimento aos investimentos destinados a atender as necessidades relacionadas à reprodução de força de trabalho, afetando, pois, as camadas mais pobres da população (Vieira, 1997, p.13).

Foto 2 - Localização da Braskem (antiga Salgema) entre o mar e a Laguna Mundaú



Fonte: Vieira, 1997.

> A instalação da Salgema Indústrias Químicas S/A (...) foi fruto de imposição em pleno regime militar. Sua concessão foi outorgada em 15 de junho de 1970. Não se levou em conta a expansão urbana da capital, o correto zoneamento industrial, o potencial turístico da região e o ecossistema lagunar. Não houve planejamento, nem observância do conceito de desenvolvimento sustentável. Prevaleceram o custo-benefício dos investidores, a força de Brasília e a cumplicidade das autoridades locais". (...) Mais a frente, a prefeitura de Maceió consideraram o Pontal da Barra como zona industrial, de acordo com a lei municipal n° 2485, de 1978 (Cavalcante, 2020, p.25 e 26).

Nas palavras do ex-deputado Mendes de Barros, Cavalcante registra as falas: “A Salgema foi legalmente implantada no Pontal, valendo-se da inexistência do órgão do meio ambiente e de Decreto Presidencial assinado pelo General Geisel. Nem sequer possuía um alvará da Prefeitura de Maceió quando começou a operar”. A Salgema começou com a extração do sal-gema [...] sem estudo de impacto ambiental e sem licenciamento para implantação adequada (Fragoso, 2022, p.27).

Foto 3 - Presidente Ernesto Geisel em Maceió, sem data



Fonte: Histórias do Subsolo, 2022.

> Quando a Salgema foi instalada na restinga do Pontal da Barra, a Constituição de 1988 estava longe de ser consagrada. Em seu artigo 225, há este dispositivo: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Na década anterior (1970), prevalecia o autoritarismo, a imposição do governo militar e a vassalagem política das autoridades locais, cujo foco era a redenção econômica, através da industrialização química, a qualquer custo para o erário estadual, como fora dito pelos governantes da época (Cavalcante, 2020, p.67).
>
> O vice-presidente da empresa [Salgema] não concordou com as alternativas de viabilidades locacionais que o nosso engenheiro [Beroaldo Maia Gomes] apresentou e deixou-o peremptoriamente sem alternativa: “era ali na restinga que tinha que ser, uma vez que a atividade industrial não apresentava perigo nenhum”! Vila dos Pescadores? Era atraso a ser erradicado. Em um seminário de apresentação de um polo cloro químico que terminou por ser implantado, um técnico respondeu [...]: “é mais fácil mudar Maceió do que mudar a Salgema do lugar” (Fragoso, 2022, p.31).

2.4 Sobre as leis ambientais no Brasil

É importante frisar que foi apenas em 1981 que o Governo Federal criou a Lei 6.938/81 que implantou a Política Nacional do Meio Ambiente e que, posteriormente, tornou-se uma política de Estado. Nela se buscava o desenvolvimento econômico, os interesses de segurança

nacional e a proteção da dignidade da vida humana. Porém, ela só foi criada devido ao movimento internacional derivado da Lei aprovada no congresso dos Estados Unidos, em 1969 - *National Environmental Policy Act* - que incluía avaliações de impacto ambiental, sendo reproduzida pelo mundo. O Brasil, sofrendo as pressões das instituições financeiras internacionais que investiam em infraestrutura no país, se obrigou a adotar medidas ambientais (Lima, 2017, p.284).

Essa lei de 1969/81 criou também o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA integrado com o Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA - com função consultiva e deliberativa. Foram instituídos a Avaliação de Impactos Ambientais - AIA e o processo de licenciamento de empreendimentos potencialmente poluidores. Mas, o CONAMA só emitiu sua primeira resolução em 1986 que descreve os critérios básicos e diretrizes do AIA, incluindo Relatórios de Impacto Ambiental [EIA/RIMA]. Esses critérios incluíram estudos sobre o meio socioeconômico e, então, reconhecia as populações afetadas e entendia que havia uma indissociabilidade entre o empreendimento e a sociedade (Lima, 2017, p.285).

Na década de 90, mesmo não se tratando especificamente das leis ambientais, é importante citar a Lei 8.031/1990, na gestão do Presidente Fernando Collor de Mello, que tratou do Programa Nacional de Desestatização que transferiu atividades, exclusivamente públicas, para o setor privado, e em continuidade a ela, em 1995, na gestão de Fernando Henrique Cardoso - FHC, a criação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado que transferia para a atividade privada o controle e gestão das atividades econômicas, exceto das atividades minerárias, deixando para o poder público a participação como agente ativo de atividades de bem-estar social. Essa exceção é devido à importância do setor de mineração que deveria estar nas mãos do Estado; em outras palavras, era uma forma de regulação para condicionar, restringir e influenciar os mecanismos de intervenção estatal na economia sem deixar de mão o controle do Estado nas atividades de mineração, pois, ele [Estado] se coloca também como investidor. Mesmo com a autorregulação que estabeleceu limites às atividades econômicas, havia uma "força endógena" na mineração que influenciava, mas não comandava, teoricamente.

Em 1988, com a Constituição Federal, além da valorização da diversidade étnica e cultural do povo brasileiro, buscou-se assegurar o direito das minorias e a proteção e defesa do meio ambiente, referenciando essa proteção em vários capítulos da lei magna (Brasil, 1988). Contudo, as pressões do poder econômico nunca deixaram de existir, desrespeitando continuamente as minorias, os territórios, a cultura e a vida, provocando situações até hoje de injustiça social, ambiental e racismo ambiental.

A assimetria de poder do capital contra o poder social tem gerado conflitos e criado movimentos sociais organizados, atos de resistência, porém, ineficazes e enfraquecidas pelo próprio poder do Estado, que não é transparente nas informações e limita a equidade e justiça no processo decisório ambiental.

Em suma, no momento da implantação da mineradora Salgema ainda não havia leis que pudessem regular ou frear os danos ambientais. Essa regulação acontece na década de 1980, cujos interesses também eram econômicos: de se manter os investimentos internacionais no país para o seu desenvolvimento. Tanto que após a publicação das leis ambientais não houve pacificação e proteção da natureza e sim, agravaram-se os conflitos entre sociedade e o capital que, apoiado no poder público, até hoje, legitima suas intenções e ainda continua a desrespeitar o meio ambiente, como o caso do desastre socioambiental da mineradora Braskem em Maceió,

2.5 Discussões com o Centro Nacional de Referências Culturais sobre as influências da industrialização na cultura em Maceió

Para aprofundamento das discussões sobre os efeitos produzidos pela industrialização, a Secretaria de Planejamento do Estado de Alagoas - SEPLAN/AL solicitou ao Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC, criado em 1975 e com início de trabalho no ano posterior (1976), uma discussão sobre o assunto que culminou em um encontro inicial realizado em Maceió, de 17 a 19 de maio de 1976, mesmo ano da instalação da Braskem. O trabalho envolveu especialistas do Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Indústria e do Comércio, Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Universidade de Brasília e o Governo do Distrito Federal, além de ter o interesse da SUDENE, SEPLAN/PE, SEPLAN/PB e professores da UFAL, USP, UNICAMP, UFMG. Os debates foram realizados depois da apresentação do prof. Beroaldo Maia Gomes, Coordenador da Comissão do Complexo Químico de Alagoas - CQA, sobre o polo cloroquímico, e pelo Prof. José Geraldo Marques, sobre os problemas ecológicos nas lagunas Mundaú e Manguaba. No encontro, as discussões foram divididas em três comissões: Executiva, Socioeconômica-cultural e Ecológica Ambiental que encaminharam propostas.

A proposta da comissão executiva, cujo um dos integrantes era Aloísio Magalhães, Coordenador geral do CNRC da época e posterior diretor do IPHAN em 1979, solicitava urgente convênio entre SEPLAN/AL, SUDENE, CNRC e UFAL, para estudos intersetoriais do Estado pela SEPLAN; a coordenação, acompanhamento e análise da dinâmica cultural brasileira pelo CNRC [devido ao seu âmbito nacional e flexibilidade de atuação]; a inclusão da

SUDENE como órgão para estimular e apoiar trabalhos de interesse sócio-econômico-cultural para o Nordeste; e a UFAL para a assessoria científica. Destaca-se a preocupação com as questões culturais que, segundo o relatório:

> Não é necessário enfatizar a importância de um tal estudo, no momento em que um conjunto de parâmetros culturais do estado sofre em sua estrutura básica, influências e alterações tão relevantes. [...] A situação observada em Maceió se apresenta como da mais alta e específica relevância para o CNRC - considerando que se trata de um atual e bem definido quadro de encontro entre a moderna tecnologia e as forças de toda uma tradição cultural (CNRC, 1976, p.8).

A proposta da comissão sócio-econômica-cultural sugeriu: a) a convocação de especialistas para formar grupo básico e multidisciplinar para gerar e acumular conhecimento além do "acompanhamento, a avaliação e o controle permanentes do processo e das amplas implicações decorrentes da implantação do complexo cloroquímico no Estado de Alagoas." b) um levantamento cultural-ecológico diante o "ineditismo do problema e a inexistência de teorias (modelos) imediatamente aplicados ao caso", com a participação das ciências: Antropologia, Sociologia, Economia, Geografia, Urbanismo, Ecologia, Engenharia Ambiental e outras; c) análise dos efeitos positivos e negativos da industrialização para acentuar os positivos e atenuar o negativos, acrescentando:

> Faz-se necessária a especificação de providências (soluções) para que a acomodação do sistema, após o impacto perturbador, se estabeleça em um novo nível de equilíbrio definido como desejável. Esse novo equilíbrio, tanto quanto possível, deverá representar uma contabilização entre as aspirações comunitárias e as vocações ecológicas (CNRC, 1976, p.4).

Em outras palavras, quando se pede a "acomodação do sistema" e "um novo nível de equilíbrio", compreende-se um discurso de aceitação da implantação da mineradora, adequando-se a ela "tanto quanto possível" questões sociais e ecológicas.

Independentemente desses estudos acima citados, destacou-se a resolução indispensável de problemas com níveis de criticidade e urgência, como o "problema global da microrregião de Maceió, Mundaú e Manguaba [...]" que elencou: "a) problemas relativos à remoção forçada de populações; b) Perturbações ecológicas decorrentes da construção do Dique-Estrada[12], ora em andamento; c) Repercussões sobre o patrimônio histórico-cultural, em Marechal Deodoro e circunvizinhanças; d) Riscos e danos advenientes da poluição ambiental." (CNRC, 1976, p.5).

[12] Via de 5 km implantada na década de 1970, ao longo da orla da Laguna Mundaú ligando os bairros do Trapiche, Vergel do Lago e Bom Parto. Liga a mineradora Braskem ao Bairro do Bom Parto.

A proposta da comissão ecológica ambiental, a qual tinha como um dos integrantes José Geraldo Marques, como membro da SEPLAN/AL e coordenador de meio-ambiente do Estado, concluiu que: “A zona dos canais e lagoas, uma região estuarina tropical, [...], deverá sofrer um impacto importante com a instalação de um complexo químico-industrial nas suas imediações.” Detectou também evidências de poluição nos canais e lagoas, mas que eram recuperáveis e sugeriu o manejo e administração como um ecossistema de múltiplos usos prioritariamente para recursos naturais renováveis. Essa comissão sugeriu:

> a) documentação audiovisuais das condições ecológicas atuais; b) inventário biótico; c) atual produção primária; d) determinação de cadeias e redes tróficas; e) caracterização do seu estado sanitário; f) tipificação e quantificação de sua atual carga poluidora; g) caracterização do seu estágio eutrófico.

As propostas seguem apontando a necessidade de uma legislação ambiental estadual; criação de uma comissão de planejamento adotada de assessoria ecológica para análise e aprovação de plantas industriais; proibição de aterros de canais; e, parceria entre UFAL e Governo do Estado para estudos sobre o assunto.

Ou seja, houve a percepção de que o Estado de Alagoas precisava se organizar e se estruturar melhor para manter o equilíbrio entre as atividades minerárias e o meio ambiente, assim como indicou as ameaças futuras e de que maneira poderiam ser enfrentadas. Entende-se também que o poder público sozinho não seria capaz de lidar com o problema e que ele deveria criar parcerias com instituições para estudar, pesquisar e apontar soluções coerentes, como a UFAL, por exemplo.

Em outro relatório sobre os primeiros quatro anos de trabalho do CNRC, em 1979, é destacado que houve colaboração financeira e técnica à SEPLAN/AL e SUDENE para um trabalho de avaliação dos efeitos da instalação do polo cloroquímico de Maceió sobre a ecologia, cultura e qualidade de vida das populações locais, com a colaboração da USP e UNICAMP; porém, com o propósito de “procurar um nível de saber intermediário entre pesquisa e ação.”, preocupando-se com o produto e com a produção cultural brasileira (CNRC, 1979, p.8 e 10).

Importante ressaltar que as abordagens dos trabalhos do CNRC situavam-se tanto no nível do fazer como do pensar; ou seja, valorizada referências de pesquisa e ação e se posicionava também para captação, memorização, referenciamento e devolução à sociedade (CNRC, 1976, p.10).

Em suma, observa-se nos relatórios a preocupação com cultura, em âmbito nacional, através dos técnicos do CNRC, que buscavam a junção de bases culturais e científicas e que essa discussão já acontecia também nos Estados de Pernambuco e Ceará. Buscavam: "meditar sobre o problema um traçado de um perfil cultural do Nordeste. [...]" em um contexto nacional e construção de modelos para universos culturais. No entanto, a nota final do relatório 10 deixa claro que era uma discussão que ainda precisava de validação superior, pois, constava-se: "os relatórios técnicos, sobre trabalhos de sua equipe ou de consultores especializados, não refletem necessariamente posições oficiais do órgão." Eram para circulação restrita e com autorização do CNRC.

Até o momento, não foram localizados estudos de continuidade às questões acima levantadas, porém, entende-se que, desde a implantação da mineradora, buscou-se ponderar a defesa do meio ambiente e da cultura com as atividades de desenvolvimento econômico e esse movimento se deve ao trabalho constante de José Geraldo Marques, em buscar alternativas para impedir futuros problemas para a cidade.

2.6 Os acidentes da mineradora e os movimentos sociais

A mineradora começou a funcionar efetivamente em 1977, conforme dito. Em ordem cronológica, seguem expostos os 22 (vinte e dois) sucessivos acidentes da mineradora, após o início de seu funcionamento, associados aos acontecimentos e movimentos sociais que contam a história de sua implantação e duplicação (Cavalcante, 2020, p.32):

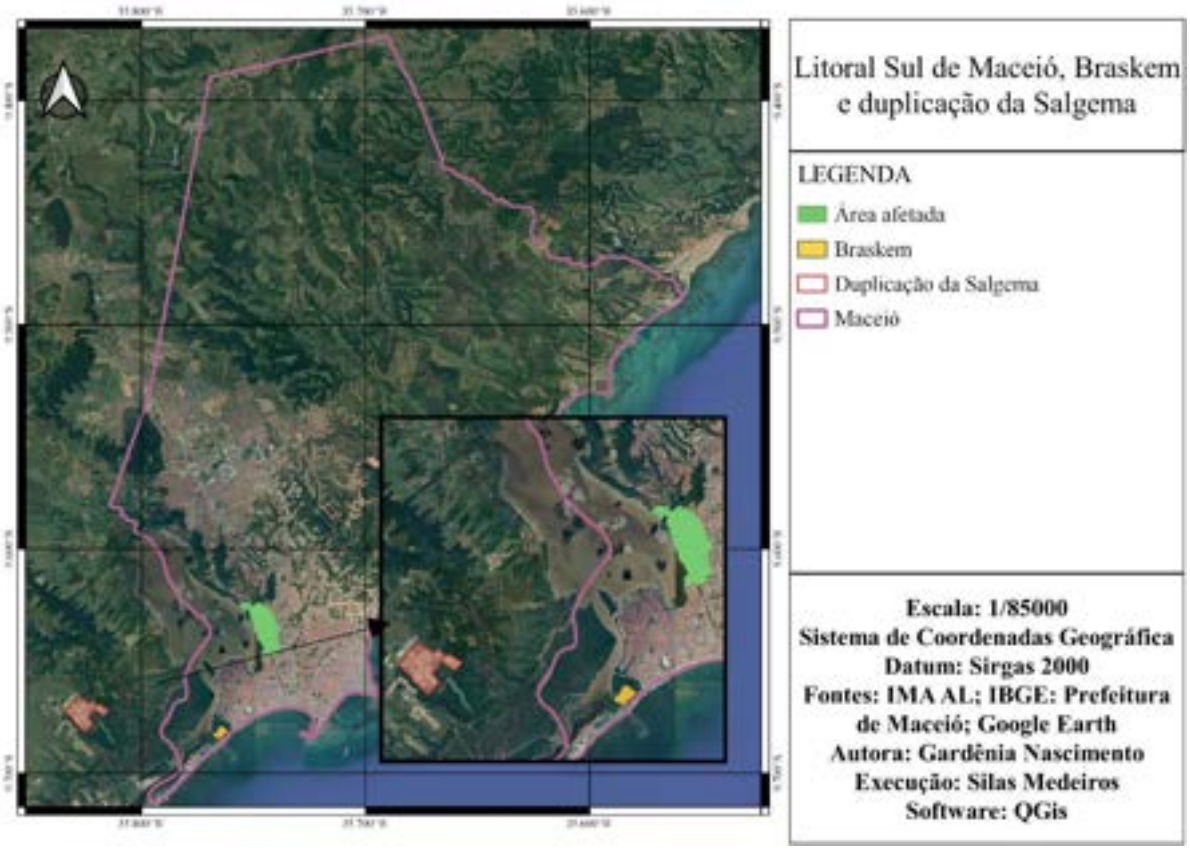
1º acidente 27/10/1977 - "vazamento de cloro durante a partida da fábrica com duas casas de células";

Indiferentes ao acidente e ameaças futuras da Salgema, o interesse no aumento de empregos formais, resultou no apoio à duplicação da mineradora, no final da década de 1970 e início da década de 1980, pelo Sindicato do Açúcar do Estado de Alagoas, da Cooperativa Regional de Produtores de Açúcar, do Sindicato dos Estabelecimentos Bancários, além da Federação do Comércio do Estado de Alagoas (Cavalcante, 2020, p.32). Vivia-se esse contexto na década de 1980, sendo possível afirmar que houve uma "efervescência" social.

Maceió tinha uma estrutura de renda concentrada, com 74% da população ganhando igual ou menor que um salário-mínimo e apenas 40% da população com emprego formal. Dessa forma era dada importância ao polo como alternativa de desenvolvimento da economia local, através da diversificação da atividade industrial que compraria 40% do álcool produzido pela

indústria açucareira, promovendo integração econômica e geração de renda. Ou seja, continuou sendo uma “redenção econômica”.

Mapa 5 - Imagem de satélite com localização da duplicação da Salgema em Marechal Deodoro/AL



Fonte: Gardênia Nascimento, com execução de Silas Medeiros, 2024.

Na década de 1980, existiam duas referências importantes: a Nova República, com esperança da redemocratização e a conquista da cidadania. Voltaram as eleições diretas para Prefeito das capitais e a liberalização de manifestações populares. Enquanto isso, esgotava-se o modelo econômico, que, em crise, ameaçava a estabilidade do Regime Militar. No entanto, a conjuntura econômica estava em crise e a Salgema fortaleceu a ideia de redenção econômica, principalmente por garantir o consumo do álcool excedente da indústria sucroalcooleira, que representava o “casamento” das duas atividades industriais.

> A reconstituição do caso evidencia a identidade dos interesses do comércio, da agroindústria e do estado, em relação à indústria química e mostra a que nível da elite econômica e governamental existe uma representação positiva sobre a Salgema: é a redenção econômica do Estado (Vieira, 1997, p.97).

2º acidente: abril de 1980 - “explosão do cilindro de cloro transportado por caminhão, em Paulo Jacinto”;

3º acidente: 31 de março de 1982 - “explosão de reator do DCE [dicloretano], um composto químico organoclorado, que se apresenta de forma incolor e com odor semelhante ao clorofórmio e que produz gás tóxicos”;

Apesar da Política Nacional de Meio Ambiente já existir por meio da Lei 6.938 de 1981, não foram encontrados registros de nenhuma ação do Governo Federal para começar a combater os acidentes gerados pela mineradora.

4º acidente: 27 de abril de 1982 - “vazamento de gás cloro, resultado de curto-circuito na subestação que alimenta a bomba de lubrificação do compressor de cloro e a bomba d’água”.

> O momento mais crítico da empresa ocorreu na manhã de 31 de março de 1982, quando uma “violenta explosão, seguida de chamas que alcançaram cerca de 15 metros” (Gazeta de Alagoas, 1º/04/1982) atingiu a unidade de dicloroetano. “Houve pânico, com correrias, desmaios e choros por parte dos moradores e familiares dos funcionários da empresa. As ruas próximas a Salgema, embora chovesse muito em Maceió, ficaram movimentadas, com o povo procurando abandonar suas casas”, noticiou a reportagem da Gazeta de Alagoas na época. Cinco pessoas foram atendidas na Unidade de Emergência Dr. Armando Lages. Vinte e cinco dias após a explosão faleceu no Hospital dos Usineiros o trabalhador Genival Ribeiro dos Santos, 44 anos, que trabalhava para uma empresa terceirizada. Morreu em consequência de queimaduras de 1º, 2º e 3º graus (Jornal Gazeta de Alagoas de 18/07/2020).

Embora houvesse tantas preocupações com vazamentos e explosão, é em 1982 que o Professor José Geraldo Marques, na época Coordenador do Meio Ambiente do Estado, já advertia sobre a possibilidade de subsistência na área de extração, devido à mineração da Salgema, exatamente nos bairros Mutange, Bom Parto, Bebedouro e Pinheiro (Fragoso, 2022, p.37). Ele afirmava: “se ela [a mineradora Salgema] continuasse cavando do jeito que ia, haveria problema, baseado no que se chama de segurança hidráulica.”.

Em 1983 o Governador Divaldo Suruagy publicou a Portaria 2035/83 que constituiu uma Comissão Integrada para avaliar tecnicamente as condições de segurança do complexo industrial da Salgema Indústria Química S.A que impactavam o meio ambiente e, ao mesmo tempo, apontar medidas para sua preservação. Apesar de cinco acidentes anteriores, relatório informou ser insignificante o número de acidentes, levando-se em conta o número de estocagem e o porte da instalação industrial. A segurança do trabalho foi também considerada satisfatória, reforçando que acidentes anteriores ocorreram devido à falha humana. Por outro lado, o relatório também descreveu a forma de exploração da matéria prima [sal-gema] e criação de poços, já advertindo a possibilidade de subsidências, relatando:

> Esses poços, quando operados, produzem, em sua extremidade inferior, um vazio tecnicamente chamada “caverna”, que adota formas dependente da estrutura do subsolo. As “cavernas” são previamente dimensionadas e devem ser desativadas

> quando atingirem a dimensão pré-fixada ou quando o poço é operado ininterruptamente, durante 10 anos, em média. No oportuno, é de se ressaltar que a captação da matéria prima, se não forem observadas as dimensões das caveiras, poderá oferecer acentuado perigo, com desabamento das paredes e consequente afundamento do solo na superfície (Alagoas, 1983, p.12).

Importante ressaltar que esse mesmo relatório apontou que a medição nas cavernas de sal-gema só poderia ser dimensionada com ferramenta que funcionava com o sistema de sonar, e não existia ainda no país essa tecnologia. Para se fazer a medição, o instrumento deveria ser alugado, há altos custos, tornando o monitoramento limitado, e surpreendentemente, a mineradora não tinha adquirido essa ferramenta, mas se comprometeu em adquiri-la.

Acrescentou também que caso haja algum incêndio, o Corpo de Bombeiros não poderia oferecer nenhum apoio, devido à falta de equipamentos. Dessa maneira, indicou que a mineradora tivesse um eficiente sistema de combate a incêndio, como também sugeriu, ao Governador do Estado, equipar o Corpo de Bombeiros.

Ainda concluiu que o funcionamento da mineradora Salgema [...] resulta em riscos potenciais consideráveis de agressão ao meio ambiente, e especificamente, ao homem [...] com produtos potencialmente nocivos ao meio ambiente, à saúde do homem [...] (Alagoas, 1983, p.12).

No ano de 1984, as discussões sobre a mineradora continuavam latentes, porém, a publicação Jornal de Alagoas deixou claro que “tomadas as medidas preventivas necessárias, a empresa poderá funcionar normalmente sem maiores sobressaltos para a população[...]”. E dá como sugestões, ao final do relatório, que seguem resumidamente:

1. Delimitar área de segurança de 500m;
2. Desapropriar imóveis existentes e demoli-los para fazer um reflorestamento, como um “cinturão verde”;
3. Proibir residências em um raio de 1km, cujo centro é o reator de dicloroetano da Salgema;
4. Instalar sistema rápido e eficaz de alarme para os moradores num raio de 4 km;
5. Construir via própria e específica para o transporte rodoviário de produtos perigosos em horário entre 22:00h e 05:00h;
6. Recomendou a Salgema **adquirir novos terrenos ao redor das minas para, no futuro, dispor de oferecer segurança à perfuração, para que não se façam poços juntos uns aos outros, o que evitaria maior diâmetro das cavernas e afastaria o perigo de afundamento da superfície do solo**;
7. Fazer campanha educativa para moradores do entorno para caso de emergências.

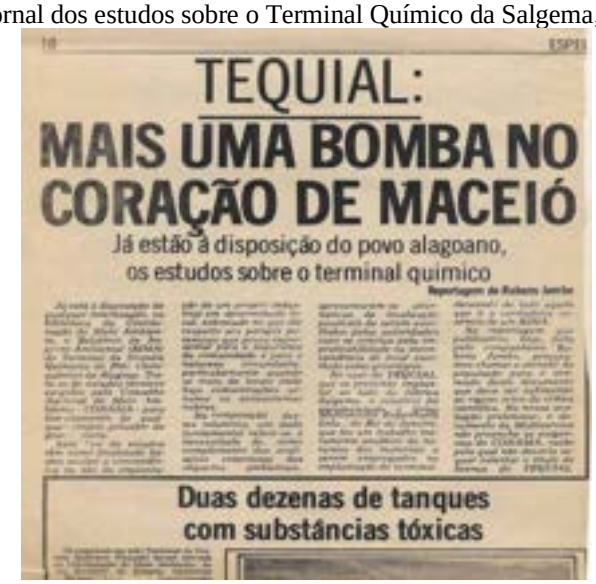
Ou seja, as sugestões ratificam a aprovação da mineradora e transferem a responsabilidade ao Estado de se equipar melhor para caso de acidentes, equipando e fazendo concurso para o Corpo de Bombeiros ou desapropriando áreas do entorno, além de limitar residências nele. Ao mesmo tempo, pede-se à mineradora campanha educativa e mais compras de terreno nas áreas das minas, aumentando o percentual da propriedade dela na cidade. Importante pensar que, nesse momento, já se tinha plena ciência das possibilidades de afundamentos e já se alertava para o distanciamento das minas de sal-gema. O argumento de afastamento da perfuração das minas não era a preocupação com as pessoas, e sim, com o maior volume possível de exploração do minério. Mais uma vez a área tem valor venal e lucrativo para os grupos detentores do poder, alheio ao valor de pertencimento e de identidade.

Imagem 1: Publicação do Jornal de Alagoas em 9 de maio de 1984



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, [s. d.].

Imagem 2 - Publicação em jornal dos estudos sobre o Terminal Químico da Salgema, Tribuna, 06-08-1986



TEQUIAL:

MAIS UMA BOMBA NO CORAÇÃO DE MACEIÓ

Já estão à disposição do povo alagoano, os estudos sobre o terminal químico

Duas dezenas de tanques com substâncias tóxicas

Fonte: Histórias do Subsolo, 2022.

Imagem 3 e 4 - Relatório da Comissão Integrada sobre o complexo industrial da Salgema Indústria Química S.A., e Portaria 2035 de 1983.



COMPLEXO INDUSTRIAL DE SALGEMA INDÚSTRIAS QUÍMICAS S.A.

Fonte: Histórias do Subsolo, 2022.



PORTARIA Nº 2035 DE 07 DE NOVEMBRO DE 1983

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE constituir Comissão Integrada dos membros Engenheiro DILTON FALCÃO SIMÕES, Secretário de Planejamento; Deputado JOSÉ BANDEIRA DE MEDEIROS, Prefeito da Capital; Economista EVILÁSIO SORIANO DE CERQUEIRA, Coordenador do Pólo Cloroquímico de Alagoas; Empresário NOÉ SIMPLÍCIO, Secretário da Indústria e do Comércio; Engenheiro VINICIUS FURTADO MAIA NOBRE, Secretário de Saneamento e Energia; Bacharel LUIZ DE GONZAGA MENDES DE BARROS, Consultor Jurídico da Assembléia Legislativa Estadual; Bacharel FRANCISCO MALAQUIAS DE ALMEIDA, Consultor Geral do Estado; Industrial NAPOLEÃO LOPES CAVALCANTI BARBOSA, Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Alagoas; Engenheiro JOSÉ ROBERTO DA FONSECA E SILVA, Coordenador Estadual do Meio Ambiente; Engenheiro ANTÔNIO PESSOA CAVALCANTE, Representante da SALGEMA Indústrias Químicas S/A, e o Tenente Coronel PM JOÃO RAMALHO DA SILVA FILHO, Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado de Alagoas para, sob a coordenação do primeiro, proceder levantamentos técnicos das condições atuais de segurança do complexo da SALGEMA INDÚSTRIAS QUÍMICAS S/A, na restinga de Trapiche e do Pontal da Barra, no que concerne aos riscos de impacto ambiental e, ao final, oferecer relatório circunstanciado, com indicação das medidas julgadas indispensáveis à sua preservação.

DIVALDO SURUAGY
Governador

Fonte: Histórias do Subsolo, 2022.

5º acidente: agosto de 1984 - “vazamento de cloro no sistema de compressão”.

É notória a preocupação exposta no Parecer sobre o perigo da exploração da sal-gema pela mineradora, já atentando para o perigo tanto para o meio ambiente quanto para as pessoas; no entanto, apesar da aprovação do relatório acima pelo Governador do Estado, a continuidade da exploração e, ainda mais, a sua expansão, foi implementada. Ou seja, por vários momentos, técnicos se posicionaram sobre a possibilidade do desastre atual, porém, vencido pela força econômica.

Foto 4 - Os tratores enterraram o lixo industrial, após denúncias



Fonte: Vieira, 1997, p.36.

6º acidente: janeiro de 1985 - "vazamento de cloro no sistema de compressão";

Em agosto de 1985, Maceió sediou o 13º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e defendeu a relocalização do polo cloroquímico, indicando a não duplicação da planta industrial.

> Diante da perspectiva de duplicação da capacidade da Salgema, em meados da década de 80, surge uma mobilização a nível da cidade de Maceió, agregando sindicalistas, intelectuais, técnicos, enfim os segmentos médios da população que, preocupados com a questão ecológica, criaram o Movimento pela Vida - MPV (Vieira, 1997, p.17).
>
> Ressalte-se que a Salgema Indústria Química, já em operação, é a célula máster do Polo, e sua duplicação, pela implantação do TEQUIAL - Terminal Químico de Alagoas, assume uma importância estratégica para a viabilização da implantação do Polo Cloro químico de Alagoas - PCQA (Vieira, 1997, p.23).

Sob pressão do MPV [sindicato dos Jornalistas, Instituto dos Arquitetos do Brasil, seccional de Alagoas, UESA, Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos e Sociedade dos Engenheiros Agrônomos de Alagoas] o Governador solicitou ao TRE de Alagoas a realização de um plebiscito sobre a Salgema, que foi questionado pela população e pela Assembleia Legislativa sobre os critérios para a consulta popular, sendo rejeitado pelo desembargador José Agnaldo de Souza Araújo. O TRE disse que não dispunha de recursos humanos para a realização do evento devido à proximidade das eleições e assim o plebiscito não foi à frente. Apesar do Movimento Pela Vida sair em passeata em defesa da relocalização

da Salgema, a imprensa o chamou de “bando de radicais” contra a redenção econômica de Alagoas (Cavalcante, 2020, p.74).

> As classes médias, através dos sindicatos dos jornalistas e de outros sindicatos urbanos, através de técnicos de nível superior e das forças políticas de oposição jogaram papel de destaque principalmente pela difusão de valores democráticos e inclusive por exigir e participar da divulgação de um conhecimento técnico, durante anos tido como monopólio do Estado (Vieira, 1997, p.102).

> A expansão da indústria, em meados da década de 80, representava um aumento dos riscos de poluição e acidentes, colocando em perigo a vida da cidade, e, mais que isso, uma ameaça de expulsão para os moradores dos bairros adjacentes. (Vieira, 1997, p.16).

De 1º a 7 de junho de 1986, aconteceu a **Semana Nacional do Meio Ambiente**, com a participação do Ministro de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz e Marco Maciel, do Gabinete Civil da Presidência da República, e é nesse momento que aconteceu a manifestação contra a duplicação da Salgema, a implantação do Polo Cloroquímico e da permanência de tanques de gasolina da *Atlantic*, em Jaraguá, capitaneado pelo Movimento Pela Vida.

Vale lembrar que foi nesse ano que as discussões sobre meio ambiente no país se fizeram mais fortes e quando há a publicação da primeira resolução do CONAMA que indicou a aplicação do EIA/RIMA para empreendimentos potencialmente poluidores (Lima, 2017, p. 286). Acrescenta-se que em 1986 a ONU lançou a Resolução 41/128 a Declaração do Direito Humano ao Desenvolvimento, em Assembleia Geral, que deixou de centrar as discussões de desenvolvimento no contexto soberania nacional, comércio internacional, industrialização e outros, para centrar nas discussões da autodeterminação dos povos, proteção da dignidade humana, democracia, informação (Instituto Souza Ltda, 2016, p. 22).

Ou seja, o mundo começava a entender que o valor do desenvolvimento econômico não está atrelado somente a um PIB - elevado, mas sim ao direito ao desenvolvimento humano que considera o equilíbrio entre um PIB elevado juntamente com um Índice de Desenvolvimento Humano[13] - também elevado.

Mas em Alagoas esse modelo de desenvolvimento econômico só fortaleceu o latifúndio e concentração de renda, facilitou os danos ambientais e às contas públicas, porque a agroindústria sempre se privilegiou das renúncias fiscais concedidas pelo Estado ou mesmo pela sonegação (Fragoso, 2022, p.93).

[13] Índice estatístico que leva em consideração a composição de três variáveis indissociáveis: expectativa de vida, educação e renda.

Segundo dados do IBGE[14], o IDH de Maceió em 1991 era de 0,507 em 2010 passa a ser 0,721 [ambos considerados índices médios], levando cerca de 20 anos para crescer aproximadamente **0,5 vezes.** No entanto, ainda segundo ao instituto, o PIB de Maceió em 2000, que era de 3.277.988,00 em 2000, passou para 27.484.016,31 em 2021, ou seja, cresceu **9** vezes mais em 21 anos. Em outras palavras, mesmo com uma indústria multinacional que prega o desenvolvimento e progresso do Estado, vemos que não há equidade na qualidade de vida da população e o crescimento econômico.

Imagem 5 - Publicação em jornal da manifestação contra a Braskem: A Voz do Jornalista - 07-1985



A VOZ DO JORNALISTA PÁGINA 15

FIM DO JETON

Câmara e Assembléia criam comitês

QUEREMOS VIVOS

Um Movimento pela Vida

Origens do Pólo

Aníbal de Miranda

Fonte: Histórias do Subsolo, 2022.

[14] IBGE. **Índice de Desenvolvimento Humano** – Maceió 1991. IBGE, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/pesquisa/37/30255?ano=1991. Acesso em: 25 jul. 2024. E IBGE. **Índice de Desenvolvimento Humano** – Maceió 2010. IBGE, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/pesquisa/37/30255?ano=2010. Acesso em: 25 jul. 2024.

Foto 5 - Manifestação contra a Duplicação da Salgema em 1986



Fonte: Vieira, 1997.

Foto 6 - Pichações nos muros do bairro do Pontal da Barra, 1986.



Fonte: Vieira, 1997.

Foto 7 - Pichações nos muros do bairro do Pontal da Barra, 1986.



Fonte: Vieira, 1997.

Foto 8 - Pichações nos muros do bairro do Pontal da Barra, 1986.



Fonte: Vieira, 1997.

Foto 9 - Pichações nos muros do bairro do Pontal da Barra, 1986.



Fonte: Vieira, 1997.

Foto 10 - Pichações nos muros do bairro do Pontal da Barra, 1986.



Fonte: Vieira, 1997.

> Segundo depoimento dos moradores, o pichamento dos muros do bairro foi feito com o acompanhamento de uma viatura policial, foram notados carros estacionados diante das residências durante noites seguidas, e as lideranças foram convocadas em diversos momentos para comparecerem à Salgema, ou à Secretaria de Planejamento do Estado, (...) essas pressões sem dúvida geraram apreensão nos moradores, que se sentiam ameaçados (Vieira, 1997, p. 68)

Como pode ser lido acima, as pichações foram um ato dos movimentos sociais que, de maneira coordenada, realizaram as pinturas com as palavras de ordem. Na verdade, a pichação foi feita com a autorização de seus moradores. Mas é importante ressaltar que não foi uma ação voluntária e espontânea dos moradores do Pontal da Barra e sim, parte de uma ação, comandada pelo Movimento Pela Vida. Contudo, isto não deslegitima a pichação e reforça a importância do MPV em apoio aos moradores.

É bom lembrar que em 1986, a participação social da população do Pontal contra a instalação da Salgema se deu pela ameaça de sua retirada para que fosse implantado um "cinturão verde", apontado pelo Diretor-Presidente, Roberto Miragaya, como solução de proteção da área, a pedido do Governo Federal para o Município fazer a desapropriação, ou seja, a perda do lar dos moradores do Pontal da Barra. Assim, o CEPRAM determinou através da Resolução 048/85 que a mineradora apresentasse projeto de instalação do cinturão verde, enquanto o Governo do Estado, através do Decreto 6730/85, definiria os limites geográficos como área de utilidade pública para desapropriação. No entanto, a mineradora incluiu no projeto a rua de acesso ao Pontal da Barra, passando pelo bairro Trapiche, o que fez explodirem as manifestações populares com os moradores do Pontal da Barra. Enquanto a Salgema defendia que era ação de proteção ambiental a população mostrava a concreta ameaça de sua expulsão.

Além das ações sociais, a Câmara dos Vereadores criou o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente para "fiscalizar as medidas de manutenção e preservação da Laguna Mundaú e as áreas de manguezais", enquanto a sociedade civil encaminhou um "dossiê" relatando a luta da população contra a permanência da fábrica da Salgema na restinga do Pontal da Barra, e a localização do Polo Cloroquímico entre as Lagunas Mundaú e Manguaba (Vieira, 1997, p.31).

O combate da equipe técnica estadual, coordenada por José Geraldo Marques contra a Salgema, usou da transparência de dados através de informes técnicos que eram enviados às instâncias decisórias e à mídia, além da criação de conselhos ambientais com poder decisório com voz e voto e a indústria só com voz para abrir diálogo. No entanto, a mineradora muitas vezes se negava a dar informações, pois, ainda existiam cláusulas de segredo tecnológico e fiscal, o último ainda existindo atualmente. O conselho se utilizou de comunicação com a comunidade através de palestras e eventos e, dessa forma, conseguiu-se reverter, por exemplo, o uso da tecnologia do mercúrio, um metal pesado que entraria na cadeia alimentar do alagoano e produziria sérios problemas de saúde, impondo a tecnologia do diafragma, que foi adotada apesar da resistência da mineradora. Outra exigência foi a implantação de um "cinturão verde" ao redor do parque industrial, e que posteriormente foi implantado um anel com plantas da caatinga, e não de restinga (Fragoso, 2022, p.32).

A mineradora instalou o Terminal Químico de Alagoas, apesar de não se ser encontrada, em pesquisas relacionadas ao tema, a licença de autorização para essa duplicação. Para "compensar" a sociedade, a mineradora exercita ações clientelistas com: doações de 360 mil cadernos à Secretaria de Educação, apoio à Cooperativa de rendeiras do Pontal da Barra, doações ao SOPROBEM[15], ao Corpo de Bombeiros, ao DER/AL, ao Hospital do Pronto Socorro, ao Hospital Nossa Senhora de Lourdes, no Pilar, à Secretaria de Saúde, aos atletas individuais, constrói salas de aula no Trapiche, promove doação de ambulância e outros, ou seja, uma relação clientelista.

> Todavia, [...], ao longo do tempo a Salgema-Braskem desenvolveu uma ardilosa expertise em suas relações com a sociedade civil e durante décadas foi-se articulando e oferecendo as suas benesses ao mundo político [através do financiamento de campanhas], seja com as particularidades de suas articulações com a mídia local [para além dos investimentos em propagandas, a empresa também criaria prêmios de jornalismo] e ainda, em suas ofertas para com a sociedade de um modo geral, através de práticas de políticas compensatórias, com a construção de praças, o patrocínio de torneio esportivos, a aquisição de lanchas e quaisquer outras instalações e equipamentos possíveis de edulcorar a sua imagem diante da tragédia (Fragoso, 2022, p. 82).

Imagem 6 - Material escolar doado pela Salgema em 1989



Fonte: Cotidiano fotográfico, 2023.

Imagem 7 - Felicitações de Natal da Salgema que trabalha "em prol do desenvolvimento do potencial econômico do Estado", [s. d.]



Fonte: Cotidiano fotográfico, 2023.

Quanto à Licença de Operação - LO - o registro mais antigo encontrado foi a Licença 157/2016 e a sua renovação em 2016 e 2017, com validade até 2027.

[15] Organização civil, não governamental desde 1979 que atua na viabilização de direitos sociais.

Imagens 8 e 9 - Licenças de Operação da Mineradora Braskem em 2016 e 2017


Licença Ambiental

IMA

Licença de Operação Nº 157/2016 Validade: 31.03.2022

O INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS - IMA/AL, expede o presente Licença de Operação nº 157/2016 – IMA/GELIC, que renova a LO nº 166/2013, com base na Resolução nº 105/2006, de 31 de outubro de 2006, do CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL – CEPRAM e na Lei nº 6.787/06 de 22 de dezembro de 2006, Art. 47, por meio da qual autoriza a empresa BRASKEM S.A. inscrita no CNPJ nº 42.150.391/0203-13, estabelecida na Avenida Major Cícero de Góes Monteiro, nº 2889, Bebedouro – Maceió – Alagoas a operar a Base de Unidade de Mineração, localizada no seu solo e dos poços de produção de sal: 17, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37 e 38.

Esta Licença de Operação é válida até 31 de março de 2021 e está condicionada ao cumprimento das condicionantes que constam no verso desta licença e dos demais anexos constantes do Processo IMA nº 4003-424/2014 (Parecer Técnico IMA/GELIC nº 042/2015). Esta Licença deverá estar disponível, por ocasião da realização de fiscalizações.

Maceió-AL, 31 de março de 2016.

Gustavo Kassenskaja Lopes
Diretor Presidente



Fonte: Histórias do Subsolo, 2022.

Diante do que foi dito sobre a implantação (1977) e duplicação (1986) da Salgema e do que foi relatado sobre os sucessivos acidentes, se faz necessário pontuar os diferentes papeis que o Estado adota. Se tradicionalmente a atuação do Estado é ambígua nos conflitos urbanos, por garantir a reprodução do capital e da força de trabalho, aqui essa ambiguidade aparece duplicada - O Estado - a nível federal - não apenas sustenta as condições para a reprodução da propriedade: ele integra esse capital com um discurso de provedor do bem-estar, se encarregado de garantir a prestação dos serviços urbanos à população, que no caso específico representaria a garantia da qualidade de vida urbana. Por outro lado, "o Estado capitalista: no caso, ele é um dos acionistas da Salgema, é o capital, é o vilão da estória. Ele não apenas protege os vilões, ele é o próprio vilão da história" (Vieira, 1997, p.98). Além do mais não podemos esquecer de que as mineradoras também pagam *Royalties* para o poder público.

7º acidente: julho de 1990 - acidente com o vapor da caldeira da CINAL, a Companhia Alagoas Industrial;

8º acidente: 1991 - vazamento de organoclorados da lagoa de decantação da ALclor Química Alagoas, com infiltração com impacto no lençol freático;

9º acidente: 1992 - incêndio nas bombas e vazamento de Medidor Volumétrico de Combustível;

10º acidente: junho de 1993 - vazamento de organoclorados causando possível poluição na Lagoa Mundaú (segundo o jornal "O Diário");

11º acidente: julho de 1993 - explosão da torre de secagem do cloro da Salgema;

12º e 13º acidentes: outubro de 1993 - explosão da junta de vedação da salmoura;

14º acidente 26/05/1995 - vazamento de dicloretano (substância altamente corrosiva, inflamável e tóxica) com escapamento de 150 toneladas do produto;

15º acidente: março de 1996 - vazamento de seis toneladas de dicloretano diretamente para o canal da Lagoa Mundaú;

16º- 22º acidentes 1996 - acidente na casa de célula da Salgema.

Em 17/04/1996, o jornal O Diário tem como manchete: "Salgema já provocou 23 acidentes, inclusive com morte, desde 1990 - Mas Odebrecht diz que CPI dos vereadores é política e que imprensa exagera". Ou seja, a Odebrecht ameniza os acontecimentos e dá a ideia de normalidade.

Em 1996, mudou-se a administração da mineradora Salgema e ela passou a ser chamada de Trikem. Seis anos depois, em 2002, a empresa muda novamente a sua administração e passa a se chamar Braskem.

Além dos protestos nas ruas e pichações, as charges nos jornais de circulação relataram a cumplicidade da imprensa ao receber verbas publicitárias e já apontavam para os possíveis problemas de subsidências gerados pela escavação das minas de sal-gema.

Figuras 4 e 5 - Charges e notícias sobre os riscos da Salgema na década de 80





Fonte: PRONZATO, 2021.

Acidentes eram publicados em jornais, rádios e televisão e, ao longo de meses, ano a ano. Residir nos entornos da Salgema foi-se transformando em um permanente *stress* e, lentamente, os mais abastados foram dali se deslocando para os bairros da Pajuçara e Ponta Verde (Fragoso, 2022, p.69). Em relação às questões urbanísticas, foi a partir da implantação da Salgema que loteamentos habitacionais começaram a ser implantados no litoral norte, abandonando o litoral sul (onde a mineradora se implantou) como polo de desenvolvimento, local onde hoje se encontra o bairro Cruz das Almas, sinalizando claramente a mudança de praticamente 180º no rumo da ocupação urbana e futura exploração turística. [...], ou seja, a paisagem urbana vai se modificando quando populações migram para outros locais, numa expulsão velada, fundamentada no medo de acidentes e doenças, e, ao mesmo tempo, provocando transformações importantes na cidade. A desvalorização da orla sul é uma das

consequências da implantação da Salgema e, com ela, a desqualificação e degradação das edificações locais, hoje ocupadas pela população mais empobrecida.

Em 08/03/1997, a Sindiquímica denunciou a Trikem, antiga Salgema, pela explosão de tanque de abastecimento de cloro. No entanto, a mineradora sempre recorreu a intenso relacionamento social, com parcerias e envio de recursos a inúmeros projetos, inclusive o de premiação ao Jornalismo Alagoano, dando continuidade do clientelismo local.

Em suma, desde a sua instalação em 1977 até a sua paralisação em 2019, segundo exposto em audiência, a Salgema/Trikem/Braskem explorou cerca de 83 hectares de área. [...] "Em mais de 40 anos de mineração, a Salgema/Trikem/Braskem perfurou 35 poços, que possuíam vida útil de 10 a 15 anos, deixando como herança no subsolo imensas cavernas." (Cavalcante, 2020, p.115).

Importante ressaltar que diante da inevitável implantação da Salgema, na década de 1970, a equipe técnica estadual elaborou uma relação exaustiva que indicava os diversos riscos ambientais para a população e para a cidade. Esses riscos foram relembrados e listados por José Geraldo Marques e essa pesquisadora relaciona na segunda coluna da quadro abaixo, os acontecimentos registrados pela imprensa (Fragoso, 2022, p.33 e 36):

Quadro 1 - lista de perigos e acontecimentos registrados na imprensa

Lista da equipe técnica prevendo possíveis perigos	**Acontecimentos registrados pela imprensa e listados nessa pesquisa, mas ainda sem notícias de subsidências.**
Perigos de explosão	Explosão
Perigos de emanações massivas de gás cloro;	Emanação de cloro massiva de cloro sobre a cidade de Maceió
Inevitáveis emanações fugitivas de gás cloro;	Emanação frequente de cloro atingindo a vizinhança imediata
Perigos de incêndio	Incêndios
Alteração da linha de costa fronteiriça à planta industrial, com avanços marinhos erosivos e assoreamentos consequentes	
Lançamento de ácido clorídrico diretamente no mar	
Incompatibilidade geológica entre os pilotis do terminal marítimo e o seu substrato	
Devastação da vegetação de restinga restante	Desmatamento da restinga e eliminação de dunas no Pontal da Barra.

Transporte de substâncias e cargas perigosas, inclusive tóxicas, através do tecido urbano	Transporte de substâncias perigosas por tubovias, sem monitoração, tanto enterradas no tecido urbano quanto com exposição sobre o canal principal que une as duas lagoas
Previsão de subsidências por ação mineradora	
Destruição de manguezais	Destruição de manguezais
Contaminação do lençol freático	Vazamento de organoclorados da lagoa de decantação da ALclor Química Alagoas, com infiltração com impacto no lençol freático
	Agravo a saúde de moradores do Pontal
	Pluma de contaminação por substância altamente perigosa
	Escavação de minas na Lagoa Mundaú.

Fonte: Fragoso, 2022 com complementações de Gardênia Nascimento, 2024

2.7 O tombamento do Pontal da Barra como instrumento de luta

Uma proposta de tombamento do bairro Pontal da Barra em favor de sua preservação como patrimônio histórico-cultural foi apresentada pelo vereador Fernando Costa, na Câmara Municipal de Maceió, em junho de 1987. Em seguida, foi apoiada pelo Promotor Público e jornalista Juarez Ferreira, que também era membro do Conselho Estadual de Cultura. Assim, uma proposta de tombamento da restinga do Pontal da Barra foi encaminhada a esse conselho como instrumento para evitar a implantação do Terminal Químico de Alagoas, ampliando a Salgema. Contextualizado no período da redemocratização do país depois do Regime Militar, ele representou um objeto de luta das forças em oposição à Salgema, resultando no Decreto nº 33225/1988, publicado dia 15/11/1988, que tornou o núcleo urbano do bairro Pontal uma Zona de Preservação Rigorosa - ZPR e o seu entorno, uma zona de preservação paisagística - ZPP.[...]. No seu artigo 3 lê-se "O tombamento (...) tem por objetivo assegurar a preservação e integridade da área, face às ameaças de depredação, depreciação e descaracterização ambiental, constituindo-se em patrimônio cultural do Estado de Alagoas (Vieira, 1997, p.69). Assim sendo, a preservação paisagística conciliou os interesses do patrimônio cultural local.

Cabe destacar que **esse Decreto de preservação da paisagem e cultura locais foi responsável por frear a duplicação da mineradora na orla marítima de Maceió**. **Ou seja, concretizou-se uma ação de luta baseada nos princípios de proteção cultural, se tornando um exemplo do poder que a patrimonialização pode ter** (Vieira, 1997, p.69). Nesse momento, o papel do poder público estadual foi assertivo na defesa da população local, ao

mesmo tempo em que se utilizou de instrumento de regulação do solo urbano para conter a ampliação da mineradora.

Como a participação social da população do Pontal contra a instalação da Salgema se deu pela ameaça de sua retirada para que fosse implantado um “cinturão verde” (solução de proteção da área) e com o Decreto de Tombamento eliminando a ideia de expulsão, a população se acomodou por causa da garantia da posse da terra para seus moradores. O clientelismo da Salgema, atendendo aos pedidos dos moradores e obras no bairro, desmobilizou, aos poucos, o movimento.

Apesar da duplicação da Salgema ser implementada na cidade de Marechal Deodoro/AL, ainda no ano de 1987 foi publicada a notícia de que jornalistas alagoanos recorreriam na justiça contra a aprovação da licença ambiental para essa duplicação, emitida pelo Conselho Estadual de Proteção Ambiental, localizada no bairro Trapiche da Barra. Foi denunciada manipulação para aprovação forçada em área não adequada ambientalmente. Cabe ressaltar que não se teve acesso a essa licença ambiental, não sendo encontrada em outras pesquisas sobre o tema.

Imagem 10 - Publicação jornal em 22 de julho de 1987 do sindicato dos jornalistas contra a licença ambiental para a duplicação da Salgema



Política

Jornalistas vão à Justiça contra duplicação da Salgema

E denunciam que a aprovação aconteceu de forma irregular e contraditória

Fonte: Histórias do Subsolo, 2022.

O Tombamento do Pontal não o protegeu dos efeitos da mineradora e ainda o desvalorizou territorialmente. Devido às ameaças de acidentes e ao alcance de seus vazamentos de cloro levados pelo vento, não só sua vizinhança passou a ser ameaçada, mas também, toda a

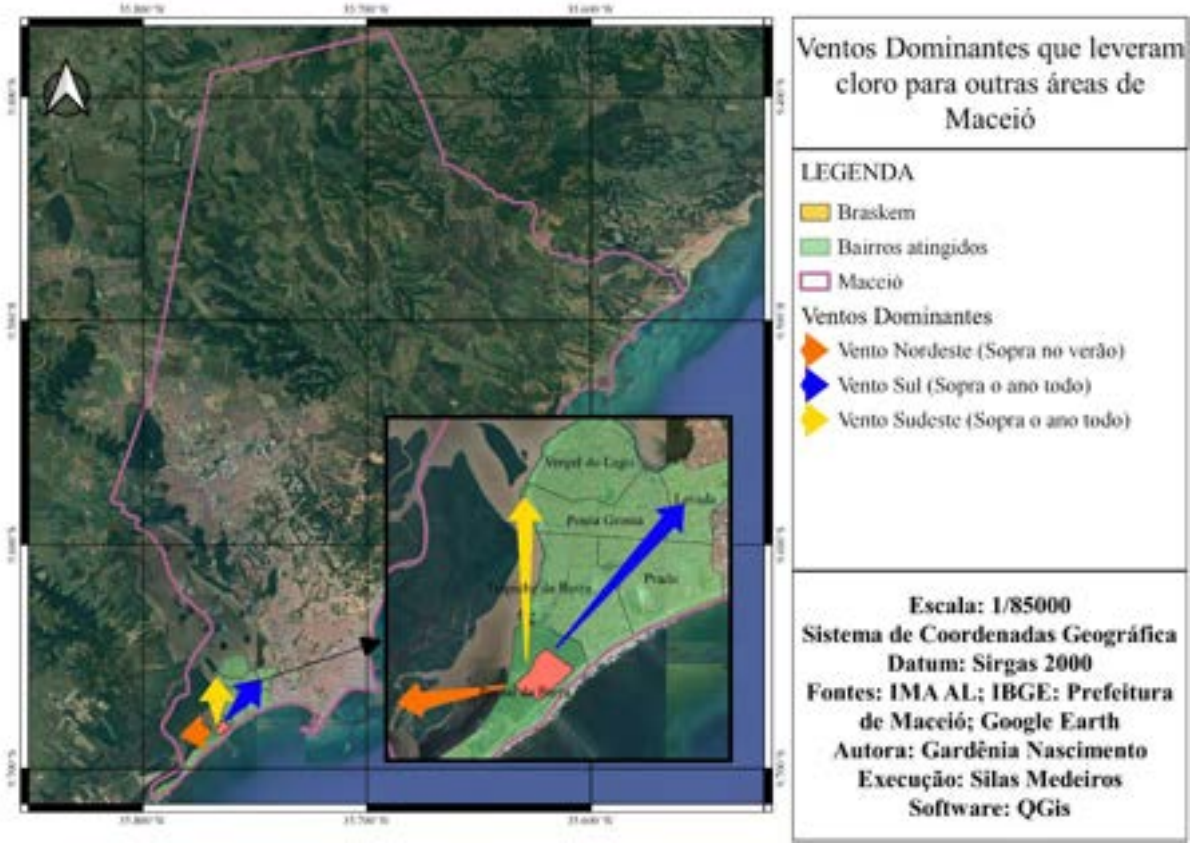
área que aqueles vazamentos pudessem alcançar. Assim, a mineradora limitou a ocupação do solo urbano, redirecionando interesses públicos e imobiliários para o litoral norte da cidade.

2.8 A afetação difusa da sociedade e a exclusão urbana e social

A ameaça silenciosa e constante de acidentes com cloro freou a ocupação do entorno imediato da mineradora Braskem. As condições de clima, através dos ventos predominantes que podem espalhar os vazamentos, estenderam a área impactada aos bairros da orla lagunar, como o Trapiche da Barra, Ponta Grossa e Vergel do Lago. Junto com o Pontal da Barra esses bairros somam 7,43 Km² de extensão de desvalorização imobiliária sendo ocupados, em sua maioria, com habitação horizontal e de baixa renda.

> Em meados dos anos 1990, funcionam, na praia do Sobral [Avenida Duque de Caxias] dois dos mais importantes hotéis da cidade: o Luxor Hotel e o Hotel Beira-Mar, ambos, juntamente com o Clube Fênix Alagoana - reduto secular e privilegiado das elites alagoanas -, estariam todos eles em um paulatino processo de falência, sinalizando ali, naquela paisagem, o alastramento de um acelerado e silencioso processo de mutação (Fragoso, 2022, p. 69).

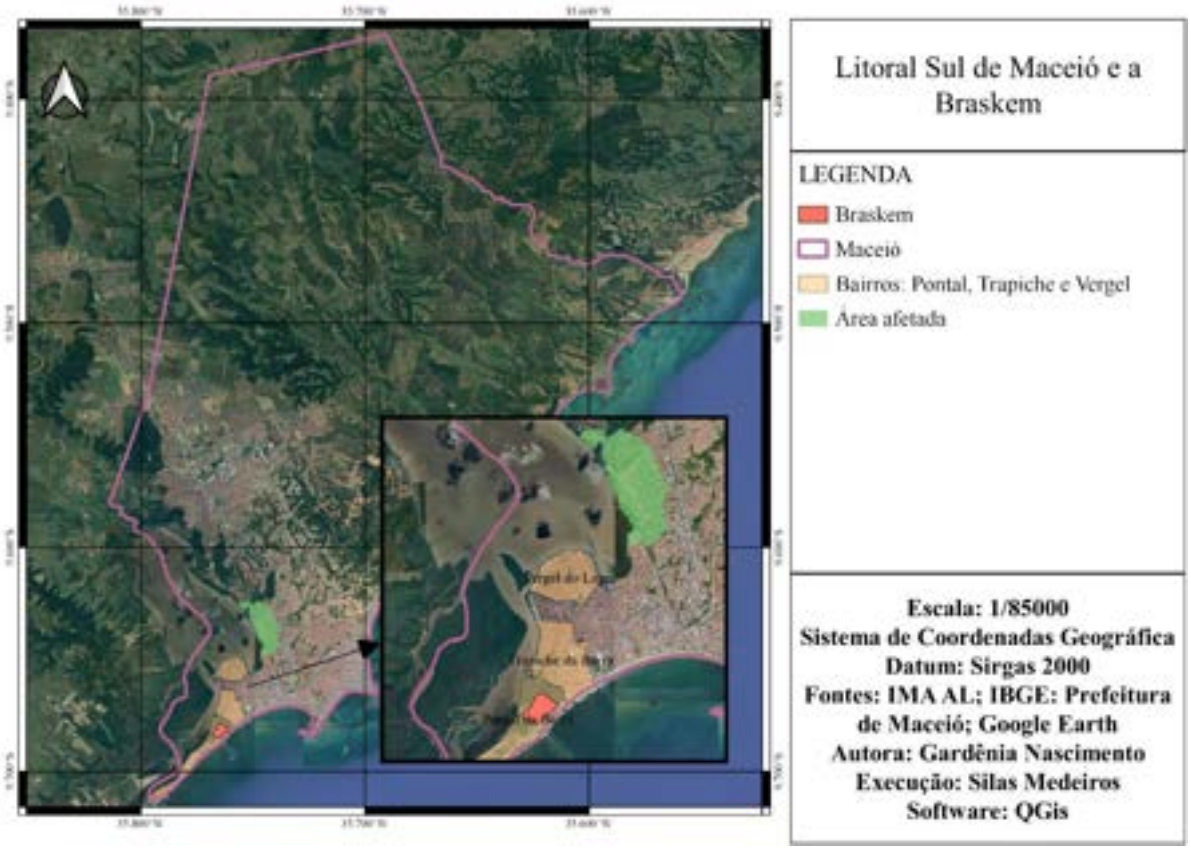
Mapa 6 - Ventos dominantes que levaram cloro para outras áreas de Maceió



Fonte: Gardênia Nascimento, com execução de Silas Medeiros, 2023.

O Pontal da Barra, por exemplo, localizado entre a Laguna Mundaú e o mar, ao lado da Braskem, até hoje faz parte da área de interferência direta da mineradora, sujeito aos vazamentos de cloro, com treinamento semanal, sinalização com rota de fuga e simulação periódica de evacuação. O Trapiche, originário de ocupação da classe média, também sofreu desvalorização pela proximidade da mineradora.

Mapa 7 - Litoral sul de Maceió (bairro do Pontal da Barra, Trapiche, Vergel e a Braskem).



Fonte - Gardênia Nascimento, com execução de Silas Medeiros, 2024.

> (...) a indústria química foi utilizada como carro chefe do desenvolvimento nacional no período militar, através da criação de polos petroquímicos, que tiveram desenvolvimentos e impactos diferenciados nas regiões onde se instalaram, mas sempre interferindo na questão do solo urbano e no meio ambiente, modificando as condições de vida das populações (Vieira, 1997, p.05)

Em suma, a instalação da mineradora frustrou o crescimento e desenvolvimento urbano de Maceió de várias formas:

a) limitou o crescimento urbano para o litoral sul, área que era um santuário ecológico localizado entre a Laguna Mundaú e o Mar;

b) desqualificou a orla marítima da Avenida Duque de Caxias (hoje Avenida da Paz), já em consolidação turística desde a década de 20 (antes da 2ª Guerra) onde se encontravam os primeiros hotéis da cidade; e,

c) desvalorizou a orla lagunar, que até então tinha rico potencial turístico ambiental.

Ou seja, desde a sua instalação a mineradora Salgema se tornou instrumento limitador e modificador do desenvolvimento urbano, empobrecendo e desvalorizando áreas com potencial ambiental e de crescimento urbano e favorecendo a exclusão socioambiental.

Ressalta-se que a desqualificação da orla lagunar pela instalação da mineradora influenciou diretamente o tipo de povoamento dessa área. Como terra sem valor por causa da influência dos vazamentos ocorridos, foi ocupada com a população de baixa renda. Com o tempo, tornou-se o "quintal" da cidade, aquele que está sempre atrás e escondido.

> A configuração espacial de Maceió se deu, ao longo de sua história de expansão, sob diferenças extremas entre áreas elitizadas e outras muito carentes, determinando a faixa litorânea da cidade como seu "cartão de visitas" ao passo que as áreas de encostas, grotas e a extensão da orla lagunar foram se agrupando as populações de baixo poder aquisitivo. [...] Nota-se que mesmo o discurso turístico-institucional atual privilegia o lazer marítimo em detrimento do lazer lagunar, que ainda é visto como pejorativo, pois sempre remete ao mangue, o caranguejo, enfim, à lama (Vasconcelos, Araújo, Ramos, 2016).

No entanto, a cidade de Maceió sempre se apresentou resiliente aos problemas gerados pela mineradora Braskem, pois, após sua instalação, o poder público trabalhou em outras áreas da cidade que tinham potenciais turísticos possíveis de atrair turistas em função de sua condição física e ambiental: a cidade era cercada de praias que ainda não eram exploradas.

Assim, os investimentos públicos passaram a ser aplicados no sentido contrário à implantação da mineradora, entre as praias de Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca, como pode ser observado em:

> [...] a década de 1970 prenunciou uma etapa de crescimento e modernização do turismo em Maceió. A cidade cresceu, a orla do bairro de Pajuçara, onde se situa até hoje o famoso ponto turístico denominado "Sete Coqueiros" [...] foi urbanizada em 1974; também foi aberta a avenida que atualmente liga o bairro de Ponta Verde [...] à chamada Lagoa da Anta, hoje denominada Avenida Álvaro Otacílio. A partir dessas transformações urbanas, foram inaugurados restaurantes e hotéis de grande porte nessa parte da cidade. Com isso, o trecho de orla formado pelos bairros de Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca se tornou a área central da urbanização turística da cidade.[7]
>
> [...] constata-se que, historicamente, o turismo de "sol e praia" é o segmento predominante nesse destino, modelando e remodelando o espaço urbano de Maceió, com notável privilégio de equipamentos turísticos e urbanos, concentrados em trechos específicos do litoral da cidade, [...] (A Braskem passou por aqui, 2021).

Mapa 8 - Maceió, orlas do Pontal, Jaraguá, Pajuçara, Ponta Verde, Jatiúca e Cruz das Almas.



Fonte – Gardênia Nascimento com execução de Silas Medeiros, 2024.

Cabe ressaltar que após passadas décadas de implantação da Braskem, houve a surpreendente valorização turística do bairro Pontal da Barra, que apesar de estar localizado ao lado da mineradora e ser área de constante monitoramento e treinamentos, transformou-se em um polo gastronômico, de esportes náuticos e de lazer. Um contrassenso do que a história aponta, resultado do apagamento da história de sua implantação e sucessivos acidentes proporcionado pelo frequente clientelismo e abrandamento de notícias na mídia local. Mesmo com todos os problemas, moradores associam a Braskem com o "progresso" e entende a criação do "cinturão verde" como uma forma de preservação da fauna e da flora e compensação pela destruição das dunas e desmatamentos cometidos.

> O cenário que encontramos foi desolador e já TOTALMENTE IRREVERSÍVEL: a terraplanagem avançara de tal modo que não restava mais duna sobre duna naquele campo agora desarrumado e destroçado, com restos de troncos de coqueiros abatidos e um outro ainda em pé, testemunhando conosco o ecocídio consumado (Fragoso, 2022, p. 30).
>
> Antes do progresso chegar, o Pontal da Barra tinha dunas em toda sua orla marítima. O desmatamento e a construção da Salgema (Trikem) acabaram com esse visual, mas

> a empresa montou um "cinturão verde", que proporciona a preservação da fauna e da flora.[16]

Ou seja, mesmo sendo uma área de resguardo, em constante monitoramento e sujeita a vazamentos, mas cercada pelo cinturão verde, suas características naturais são tão atrativas que hoje parecem se sobrepor ao perigo, e fazem do local um território deleitável para a cidade e para o turismo. O silêncio sobre os perigos da mineradora causou o apagamento do medo. A Braskem e seus perigos não são obstáculos para as atividades turísticas dessa área.

2.9 Considerações do capítulo

Em resumo, a implantação da Salgema indústria Química S/A, hoje Braskem, mostrou como o sistema capitalista especulativo da mineração, apoiado pelo poder público e grupos sociais mais favorecidos, se sobrepuseram à vida e aos interesses da população, demonstrando ser uma exploração insustentável, baseada na supressão de referências ambientais, culturais, sociais e tantas outras, que afeta de forma difusa a sociedade, provoca exclusão social das decisões no território, além de causar multiplicidade de perdas.

Importante destacar o silêncio percebido tanto na ação da mineração nas possibilidades reais de acidentes constantes por escapamento de substâncias tóxicas, quanto pelas ações da empresa no silenciamento político, governamental e de moradores com a prática do clientelismo, tendo como consequência o apagamento da história dessa implantação e o enfraquecimento dos movimentos sociais.

Acrescenta-se, também, a percepção da ressignificação do valor do lugar para o poder público: o que antes era apenas de uso do território, passa a ser o valor da troca e de geração de renda para o benefício do próprio Estado e do empreendimento que financia esse sistema capitalista especulativo. Ao mesmo tempo, esse valor de uso do território é também ressignificado pela população que passa a tê-lo não só como lugar de pertencimento, mas como um lugar de disputa, luta pela sobrevivência e de possível reparação social.

[16] GISMAPS. **Bairros de Maceió (KML).** Governo do Estado de Alagoas, Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – Seplag/AL, 2017. Disponível em: https://gismaps.com.br/downloads/bairros-de-maceio-kml/. Acesso em: 29 jul. 2024.

3 CAPÍTULO II – O Desastre Socioambiental da Braskem

Foto 11 - Estátua em bronze da psiquiatra alagoana Nise da Silveira, Maceió



Fonte: Cotidiano Fotográfico, 2024.

Este capítulo busca compreender como se formou a *Paisagem do Desastre* devido às ações da Mineradora Braskem na cidade de Maceió, deflagrado em março de 2018, após um terremoto de magnitude 2,4 na escala Richter. Para isso, foram pesquisadas suas consequências geológicas, registradas nos relatórios técnicos científicos; as alterações urbanas e sociais; os impactos gerados para a sociedade e os movimentos sociais e políticos derivados da inoperância ou silenciamento do Estado e da Justiça, diante do que é hoje considerado o maior desastre socioambiental, em curso, no mundo (Maior, 2023).

Importante salientar e justificar as fontes de pesquisa para esse capítulo pela considerável falta de acessibilidade aos acervos sobre o assunto, devido tanto a sua singularidade, quanto à dificuldade de acesso a documentos públicos importantes, principalmente relatórios e diagnósticos; pois, não há relatórios **periódicos** disponibilizados pela DCM, CPRM e Agências Reguladoras. Há os que estão disponíveis nos seus respectivos *sites*, a maioria disponibilizados após o colapso da mina 18, em dezembro de 2023, período limite dessa pesquisa. As solicitações de respostas feitas por essa pesquisadora à Defesa Civil Municipal só foram entregues após "sabatina" dos seus técnicos e mesmo assim, com limitações e respostas abrangentes feitas por escrito e expostas nessa dissertação. O próprio poder público

municipal não realizou diagnóstico que conferisse os danos sofridos aos serviços públicos, ficando tão somente o registro de diagnóstico realizado pela empresa Diagonal, com recursos da Braskem, no qual há ampla discussão de pesquisadores e moradores sobre sua metodologia e sua tendência em mostrar mais vulnerabilidades pré-existentes na cidade que aparentemente mostrar os danos sofridos.

Com o cadastro para pagamento das indenizações, a Braskem detém as informações sobre a população atingida, porém, apesar de solicitado por pesquisadores ou pelo município, a mineradora se nega a fornecer os dados alegando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei 13.709 de 14/08/2018.

Essa é uma preocupação legítima, pois sabemos que os acervos fazem parte de processos de preservação de informações no intuito de guardar e produzir conhecimento, dentro da narrativa escolhida para esse fim. Ou seja, é uma forma de conhecimento construído para dar continuidade a uma história com objetivos definidos de seu colecionador (Thiesen, 2009, p. 71).

Dessa maneira, entende-se que a importância do acervo sobre o desastre está na concentração de informação que proporciona ao seu detentor, ou a quem tem o acesso a ele, o poder do conhecimento, pois os acervos se propõem a garantir a perpetuidade no tempo e no espaço. Assim, a preservação em forma de acervo é uma ação política e detentora de poder, acima de qualquer coisa (Thiesen, 2009, p. 77).

Isso posto, compreende-se que acervo se trata de bem a ser preservado, porém, sua importância reside desde a sua construção, como também no objetivo para que foi criado, na escolha do que será preservado, na narrativa transmitida, e mais que isso, na acessibilidade a seu conteúdo. Conhecimento é poder e ele precisa estar acessível a todos.

> O arquivo para o autor, a partir de uma abordagem epistemológica, é o lugar onde se concretizam os discursos (históricos), levando-se em conta que esses não dizem respeito somente aos fatos do passado, da História, mas são vistos como redes de saber e poder produzidas no passado e que fazem sentido para o historiador contemporâneo. (Ophir, 2011, p. 76).

Para essa pesquisa, os acervos sobre o desastre se tornam essenciais para a produção de conhecimento, e mais, para a construção de diferentes narrativas que dependem, também, do olhar de quem pesquisa e do contexto social onde trabalha. Dessa forma, Thiesen usa a definição de documento de Laud para ressaltar “a importância dos contextos em que os documentos circulam, pois eles influenciam a função social ou cultural que o documento adquire em decorrência dessas interações.” (Thiesen, 2009, p.04).

Nesse caso específico do desastre da Braskem, a necessidade de documentos sobre o assunto passa a ter uma importância maior, pois a escassez de informação pode proporcionar a essa pesquisa a construção de fontes, a partir da junção de diferentes informações, dados e outras bibliografias complementares, formando assim, um conjunto de informações para a formulação de narrativas sobre a criação da *Paisagem do Desastre*.

Na falta de acervos semelhantes, o desafio é o acesso a informações oficiais. A não transparência do poder público, omitindo informações ou deixando-as confidenciais, associado à centralização de dados com a própria mineradora geram dificuldades de acesso e, ao mesmo tempo, baixa credibilidade no conteúdo informado, e assim, dá poder ao município e à Braskem de traçarem sua própria narrativa, muitas vezes distorcida ou fora da realidade. Citando Marlon Salomão que organizou no livro *Saber dos Arquivos* (2009), apoia-se a ideia de Sonia Combre que refuta a confidencialidade de arquivos como "uma categoria que não deveria ser tolerada em qualquer democracia". Portanto, essa pesquisa acaba se restringindo aos depoimentos, sem documentos que possam ser complementares, quando o ideal é a junção dos dois.

Essa pesquisa se constrói a partir da inquietação de entender como se formou a *Paisagem do Desastre* através de levantamentos de dados técnicos, bibliográficos, iconográficos, jornalísticos e depoimentos orais, como fontes que, através de metodologia adotada, vão se transformando em conhecimento. Logo, conjunto de documentos e informações entregue à sociedade na forma dessa dissertação, como a construção de uma narrativa sobre a *Paisagem do Desastre*, pretende outras narrativas, em oposição àquelas dos interessados nos lucros da Braskem ou que dificultam outros tipos de narrativas, dominando os acervos, de forma específica e inacessível.

Ainda refletindo sobre o aspecto da acessibilidade, entende-se que o pesquisador passa a ser um elemento de transformação, que tanto pode criar documentos quanto pode criar narrativas sobre um mesmo objeto. Em Maceió, a pressão econômica e política relativa ao assunto gera distorções e a rede de pesquisadores tem tido um papel importante para mostrar, à sociedade, olhares diferentes sobre o desastre; ou seja, a função social da pesquisa e de suas diferentes fontes podem e devem ser utilizadas como instrumento também de luta, pois, quando acessíveis, podem se tornar mecanismo de combate à desinformação, alienação e manipulação da sociedade.

Justificada a limitação de informação e do peso desse limite, trataremos do relato das transformações urbanas que estão acontecendo em toda a cidade de Maceió, com foco na área afetada, descrevendo o estado da arte do desastre a partir de entrevistas, artigos de jornais, sites e os poucos relatórios e diagnósticos públicos disponíveis.

A remoção compulsória de milhares de pessoas dos bairros afetados pelo desastre causou, e continua a causar, desequilíbrios, sofrimento e novas dinâmicas em outros bairros da cidade, adensados pelos afetados. Por conseguinte, e em função da necessidade de delimitação dessa pesquisa, nos deteremos ao estudo da *Paisagem do Desastre* da mineradora Braskem, limitada geograficamente pelo mapa de ações prioritárias da DCM, atualizado até novembro de 2023. No entanto, essa delimitação nos permite exercitar pensamentos e reflexões sobre uma área mais ampla da cidade afetada pela *Paisagem do Desastre*, pois essa paisagem se transformou em um vazio urbano, fantasma, que a cada dia se modifica, tanto com a ação humana, no caso da desconstrução das casas arruinadas pelos moradores e sobre elas as pichações de denúncia, raiva e amor ao lugar; quanto pela reação da natureza, onde hoje o mato se espalha e começa a cobrir as ruínas abandonadas e o chão que afunda aos poucos e abre cratera no colapso da mina 18 em dezembro de 2023.

Além das consequências materiais que percebemos a olho nu, o desastre em Maceió aparece como algo histórico de destruição socioambiental, que marca um capítulo importante na existência da cidade e na história da exploração de minérios no Brasil e que necessita de testemunho para não ser esquecido e/ou repetido. E é dentro desse testemunho que a *Paisagem do Desastre* precisa ser estudada, compreendida e conceituada, levando em conta o que de fato a representa e de que maneira podemos caracterizá-la e reconhecê-la.

Após o Capítulo I em que compreendemos a forma impositiva da implantação da mineradora Salgema na cidade, mostraremos neste capítulo como essa multinacional continua transformando negativamente Maceió, de tal forma, a provocar um desastre tecnológico (cometido pelo homem), e não geológico (natural), percebido através de diferentes visões, que juntas compreendem a *Paisagem do Desastre* em Maceió.

Importante também ressaltar duas coisas: 1. Diante da falta de transparência dos órgãos oficiais (municipal, estadual e federal) e da própria Braskem, e apesar dessa pesquisadora procurar respostas oficialmente, muitas informações estão sendo colhidas através de reportagens em jornais de circulação, local e nacional, para contar a história; 2. Como se trata de um desastre em andamento, sem previsão de estabilização, e sabendo que essa pesquisa tem um limite de prazo para sua discussão e conclusão, optou-se por relatar o acontecimento do desastre até o colapso da mina 18, em 10 de dezembro de 2023 e sua repercussão, quando se constatou o conhecimento nacional do desastre mineral em Maceió, e também como o segundo marco transformador da *Paisagem do Desastre*, depois do tremor em 2018.

3.1 Sobre os bairros atingidos[17]

Na visão dessa pesquisadora, antes de se falar sobre o desastre da mineradora Braskem, se faz necessário compreender a história da área afetada através do enredo de cada bairro, de modo sucinto, percebendo os valores de cada um e que, apesar das diferenças geográficas, sociais ou econômicas, hoje eles fazem parte de uma única área: a área do desastre da Braskem.

Dentre os cinco bairros afetados, há uma distinção temporal e morfológica importante: os bairros Bebedouro, Mutange e Bom Parto estão localizados na planície lagunar, diretamente em contato com a Laguna Mundaú e fazem parte do caminho histórico de povoamento como bairros mais antigos da cidade. A linha férrea os une e todos três têm características ligadas à baixa renda, à atividade pesqueira, à influência do trem, dos mangues e ao futebol de várzea. O contato direto com o meio ambiente lagunar os diferencia, e a relação social com a laguna é uma das mais fortes.

Cabe destacar aqui o Bairro Bebedouro, devido a sua relevância como núcleo Histórico protegido pelo Plano Diretor de Maceió, considerado área de interesse cultural e caracterizado como uma Zona Especial de Preservação – ZEP. Faz parte dessa zona "o centro histórico de formação do núcleo, incluindo a praça Lucena Maranhão, a Igreja de Santo Antônio e o Colégio Bom Conselho" (Maceió, 2005, p. 26).

Segundo o Plano Diretor, esse destaque se deve à importância do seu conjunto de edificações e suas manifestações culturais tradicionais (Maceió, p.25, 2005). Inclusive a preservação propõe divulgação para sua preservação, incentivo às atividades turísticas e restrições edilícias e urbanas por se entender que as manifestações estão relacionadas ao meio ambiente construído. Suas diretrizes buscam a interligação entre programas culturais e de interesse social e sustentabilidade econômica. As diretrizes abaixo mostram o quanto o bairro é importante não só para a população local, mas sim para toda a cidade, pois, estabelece a realização de inventário de bens, plano de gestão e parâmetros edilícios específicos para a sua preservação (Maceió, 2005, p. 26).

Além de Bebedouro ser protegido como núcleo histórico, há nele também significativas edificações consideradas como Unidades Especiais de Preservação Cultural – UEPs que possuem interesse cultural por sua expressão arquitetônica e/ou histórica, ou serem suporte físico de manifestações culturais. A exemplo temos a Vila Lilota - Casa de Saúde Dr. José

[17] PIMENTEL, Jair Barbosa. **Bom Parto.** Bairros de Maceió, Maceió, 1996. Disponível em: http://www.bairrosdemaceio.net/bairros/bom-parto. Acesso em: 10 jul. 2024.

Lopes de Mendonça [ver foto 17]. Para eles, são oferecidos incentivos fiscais para obras de conservação, reparação ou restauração.

Acrescenta-se que o bairro Bebedouro também é uma Zona de Interesse Ambiental e Paisagístico “em face de sua relevante contribuição para o equilíbrio ecológico” [...] por “serem áreas abrangidas por remanescentes de mangues” (Maceió, 2005, p. 20). Assim, as diretrizes estabelecidas para Bebedouro visam aproveitar seu potencial paisagístico, apoio à pesca e recuperação de manguezal, por exemplo (Maceió, 2005, p. 20 e 21).

Ou seja, a Braskem também afetou um significativo bairro, de importância cultural e ambiental para toda a cidade de Maceió, registro do início do povoamento da cidade e com tradições e manifestações culturais ativas até antes do desastre.

Já os bairros Farol e Pinheiro fazem parte de um outro momento histórico de ocupação da cidade, quando somente na metade do século passado foram fortalecidos pela ocupação. A sua condição geográfica também os diferencia: estão na borda do tabuleiro, a 40m de altura de diferença dos outros bairros afetados e, por isso, têm como uma das principais referências a visão da Laguna Mundaú e dos mangues no lado oeste, e a principal avenida que corta a cidade de norte a sul, Av. Fernandes Lima, no lado leste. Possuem outro tipo de relação com a ambiência natural e a paisagem. O contato visual da natureza exuberante, vista do alto é referência, assim como o som do apito do trem. Nesse caso, há a construção de outros referenciais de vida e de ocupação do espaço.

Figura 4 - Identificação da área de ações prioritárias em relação aos bairros atingidos



Fonte: Diagonal, 2023.

Ressalta-se que, em função dessa paisagem, os investimentos imobiliários no Pinheiro e Farol iniciaram a construção de prédios como alternativa de expansão habitacional vertical, motivados pelos incentivos do Plano Diretor de Maceió. Ou seja, foi a paisagem da laguna que condicionou a forma de ocupação dos bairros. Infelizmente essa ocupação vertical não pode se desenvolver devido à expulsão de seus moradores a partir de 2019, da área considerada pela DCM mapa de ações prioritárias.

3.1.1 Bebedouro[18]

Bebedouro faz parte da literatura alagoana como foco de festas memoráveis, encontros políticos e comércio. É um dos bairros mais antigos da cidade com histórico de berço da cultura. Devido a sua localização privilegiada à beira da Laguna Mundaú, tinha a preferência da elite alagoana que construiu mansões ao longo das suas margens e da linha férrea.

Os manifestos políticos vividos em Bebedouro também culminaram em guerrilhas, como a dos lisos e cabeludos[19], como também era lugar de palanques nas épocas de eleições instalados na Praça Lucena Maranhão. Sua aparência se assemelhava a uma cidade interiorana, de casas geminadas, hábitos provincianos. Os equipamentos urbanos como a Praça Lucena Maranhão, o mercado, a feira livre, a estação ferroviária, o Colégio Bom Conselho [antigo asilo de órfãs], o casarão da família Leão, [utilizado, posteriormente, como clínica de repouso Dr. José Lopes de Mendonça], o Casarão dos Nunes Leite e a Igreja de Santo Antônio são referências para a sociedade, tanto arquitetônicas quanto de valores sociais. A vida girava em torno deles.

[18] O relato a seguir trata de conteúdo retirado de: TICIANELI. **Os Morais:** subsídios para sua história. História De Alagoas, Maceió, 2017. Disponível em: https://www.historiadealagoas.com.br/os-morais-subsidios-para-sua-historia.html. Acesso em: 25 jan. 2024.

[19] Guerrilha entre dois partidos políticos que lutavam pelo poder na década de 1840: Os conservadores, chamados de lisos e os liberais, chamados de cabeludos. Em Alagoas, os conflitos começaram em 1844, com mortos dos dois partidos, porém com a vitória dos cabeludos. TICIANELI. **Os Morais:** subsídios para sua história. História De Alagoas, Maceió, 2017. Disponível em: https://www.historiadealagoas.com.br/os-morais-subsidios-para-sua-historia.html. Acesso em: 25 jan. 2024.

Fotos das referências históricas do bairro de Bebedouro, pesquisadas no site historiadealagoas.com.br

Foto 12 - Praça Lucena Maranhão, 1920.



Foto 13 - Porto de Bebedouro, 1908.



Foto 14 - Ponte de Bebedouro no início do século XX.



Foto 15 - Colégio Bom Conselho, 1905.



Foto 16 - Palacete construído por Francisco Leão em 1914 e posteriormente Clínica de Saúde José Lopes.



Foto 17 - Solar da família Nunes Leite.



Foto 18 - Bonde elétrico na Praça Santo Antônio em 1905.



Foto 19 - Natal na Praça Lucena Maranhão, 1923.



Foto 20 - Apresentação da Chegança na Praça Lucena Maranhão nas festas Natalinas.



Foto 21 - Cavalhada em Bebedouro.



Foto 22 - Missa Campal na Praça Lucena Maranhão, 1939.



Fonte: Ticianeli, 2015, 2020.

Um de seus residentes, o Major Bonifácio da Silveira, foi um incentivador da cultura local, promovendo festas de carnaval, juninas e natalinas. Tornou o lugar um centro de festas e encontros. Era referência para a cidade. Durante as festas, a Praça Santo Antônio, hoje Lucena Maranhão, recebia parque de diversões, era toda enfeitada com bandeirolas e o pastoril se apresentava, além do Guerreiro e da Chegança. Havia retretas e fogos de artifício e muitas barracas de comida. A ida da população da cidade era facilitada pelo bonde que ali passava, percorrendo a orla lagunar com mangues e a vista exuberante da Laguna Mundaú, passando pelos bairros Levada, Cambona, Bom Parto, Mutange até chegar em Bebedouro (Ticianeli, 2015).

Foto 23 - Major Bonifácio e as Ciganinhas nos anos 30.



Foto 24 - Major Bonifácio e dançarinas de folguedos alagoanos.



Fonte: Ticianeli, 2015.

Um dos residentes, Senhor Nunes Leite, um rico industrial português que adotou o Brasil como lar, foi a primeira liderança do bairro. Ele importou todos os azulejos usados na Igreja de Santo Antônio, assim como doou o sino que foi fundido em sua fábrica: Fundição Alagoana, única na província. O crescimento do bairro se deve à família portuguesa Nunes Leite, com o patriarca Jacinto José Nunes Leite. Era a família mais tradicional do bairro. Essa família implantou engenho de açúcar, casa grande e mudou a conformação urbana atrelada ao desenvolvimento econômico e social do lugar. Costumava comprar escravos e libertá-los. Sua fundição fornecia todo material para os engenhos banguês da época e, por isso, era próspero e respeitado. Criou o serviço de abastecimento de água de Bebedouro, inaugurou lojas de ferragens, comandou fábricas de tecido no atual bairro Fernão Velho e a companhia de Bondes de Maceió. Contudo, foi a influência de Major Bonifácio que potencializou as festas natalinas

em Bebedouro como o ponto da elite. Dançava-se lá o coco de roda (coco das Alagoas) que até então era uma manifestação folclórica dos salões.

> A igreja fica na principal praça, com coreto, bancos e sempre movimentada. Em dias de festa de Santo Antônio e no Natal, é o ponto de concentração dos moradores e visitantes. O coreto, que ornamenta mais ainda a praça, também foi obra do comendador Jacinto Nunes Leite, que viveu no casarão, e ainda hoje é preservado pelos seus descendentes. A praça sempre foi o centro de convergência dos bebedourenses. Em dias de baile, no Clube 29 de Julho, ela ficava fervilhando de jovens, que paqueravam e aguardavam os primeiros acordes da orquestra para começar a farra (Pimentel, 1996, [n. p.]).

> Quem viveu em Bebedouro até a década de 50, não esquece o passeio de bonde até o Centro que se prolongava ao Farol, Pajuçara e Trapiche. Eram momentos de intenso prazer, apreciando a paisagem bonita dos casarões e dos trens de passageiros, que percorriam quase o mesmo trajeto. Fazer compras no comércio central ou mesmo ir até a praia da Avenida, na época ponto de encontro da juventude, era programa obrigatório dos jovens e adultos que viviam naquele bairro. Tomar banho de rio, saborear frutas da Granja Conceição, passear pela praça depois da missa do domingo, paquerar, bailar no clube do bairro, que ficava na esquina entre a praça e a principal rua do bairro, se constituíam em momentos agradáveis que ninguém esquece (Pimentel, 1996, [n. p.]).

As narrativas da literatura alagoana foram claramente marcadas pela vida expressa nos bairros Bebedouro, Mutange, Bom Parto, Levada e Centro. Trechos que falam do bonde que percorriam a orla lagunar (Lagoa do Norte), o sururu, os trilhos e apito do trem. No livro *Traços e Troças*, de Pedro Nolasco Maciel; no Livro *Angústia* (1936) de Graciliano Ramos; no *Frevo Sururu da Nega* (1934) de Aristóbulo Cardoso e Pedro Nunes; escritos de Jorge de Lima sobre o sururu (1977); do *Manifesto do Sururu*, de Edson Bezerra. Além dos escritos, imagens de Bebedouro estão no primeiro filme alagoano (1933) chamado *Casamento é negócio*, de Guilherme Rogato, como também nas imagens de *Memórias do Cárcere* (1984), de Nelson Pereira dos Santos. As festividades de Bebedouro também foram amplamente relatadas pelo historiador Félix Lima Júnior.

3.1.2 Mutange

A história do bairro Mutange se confunde com a história do CSA - Centro Sportivo Alagoano, um dos dois principais times de futebol da cidade, juntamente com o CRB. A aquisição do terreno para a construção do estádio do Mutange foi fruto de um passeio de bonde entre craques do time que tinham naquele local o objetivo de implantar a sede de seu clube. O dono do terreno se tornou sócio do time e a construção do estádio começou e, em 1922, o estádio foi inaugurado. Posteriormente passou a ser o estádio mais moderno de Alagoas até a construção

do atual estádio Rei Pelé, no bairro Trapiche. A população residente no bairro Mutange foi resultado da população que buscava terrenos próximos aos postos de trabalho, perto do centro, à beira da laguna e com o trem passando na porta. A ocupação da encosta, área de proteção ambiental, com o fechar dos olhos da legislação municipal, gerou uma comunidade de cerca de 2.632 habitantes, de baixa renda, quase todos residentes em áreas de encosta, local irregular, instável e teoricamente, não edificante por causa da sua declividade – entre 20% à 45%[20]. A relação de troca entre o estádio e essa comunidade identificou o bairro como a torcida do CSA. Pobre, o Mutange mantinha uma dinâmica voltada ao futebol e à torcida do "azulão" ou "mancha azul" [CSA]. O Mutange era o CSA e o CSA era o Mutange. As casas construídas na encosta se tornaram a continuidade da arquibancada dos treinos do clube [ver foto 23]. Nas rixas entre os times CSA e CRB, a torcida do CSA era chamada de "mundiça", forma pejorativa de tratar pessoas de baixa renda; devido à sua torcida ser originária de área considerada assentamento precário; enquanto o time CRB, com sede na orla marítima de Maceió, área nobre, tinha como torcedores, em sua maioria, pessoas em condição social mais favorecida. Os times fazem referência aos dois elementos mais marcantes da cidade: a Laguna Mundaú, berço do CSA, e o mar de Maceió, berço do CRB.

Foto 25 - Estádio do CSA, no Mutange, 1922



Fonte: Ticianeli, 2020.

[20] GOVERNO DE ALAGOAS. **Mapa de Declividade (2° Edição).** Secretaria do Estado de Planejamento e do Desenvolvimento Econômico – SEPLANDE, Maceió, 2021. Disponível em: https://dados.al.gov.br/catalogo/nl/dataset/mapas-de-caracterizacao-territorial/resource/80d352e6-32c9-40c3-a8f8-23537b6b2324. Acesso em: 05 maio 2024.

Foto 26 - Vista do bairro do Mutange a partir do campo do CSA, 2019.



Fonte: Nascimento, 2019.

3.1.3 Bom Parto

Dentre os bairros entre a Laguna Mundaú e a encosta, ele é o mais extenso com 5,5 km² de área. Inicialmente era um bairro operário onde se encontrava a fábrica têxtil Alexandria [de Mário Lobo] que oferecia muitas vagas de emprego e, assim, o bairro passou a viver em função dessa fábrica. A origem desse bairro está estreitamente ligada à Fábrica Alexandria como também à Igreja Nossa Senhora do Bom Parto, que dá nome ao lugar e que existe desde 1859. Já era um ponto de referência na cidade em meados do século XIX, como demonstra o mais antigo registro gráfico dessa construção: um mapa de Maceió datado de 1859 onde se lê claramente “Igreja do Bom Parto” (Ticianeli, 2019). Como antigo bairro operário, a população dos mais velhos relatam festas e bailes do sindicato dos trabalhadores da fábrica. O bairro era autossuficiente, com feira livre e outros suportes que a fábrica fazia existir para suprir as necessidades de seus funcionários. A fábrica deixou de existir em 1966 e depois o prédio foi derrubado. Hoje encontramos depósitos e supermercados em seu lugar.

Foto 27 - A Fábrica Alexandria no Bom Parto, 1920.



Foto 28 - Igreja do Bom Parto, 1949.



Fonte: Ticianeli, 2019.

Foto 29 - Vista aérea do bairro do Bom Parto, 2018.



Fonte: domínio público.

Segundo o censo do IBGE 2010, a área tinha cerca de 12 mil habitantes. Ainda é um bairro popular, residencial e sem muita infraestrutura, pois, apesar do desastre e com a retirada de parte dos residentes, ele não foi atingido totalmente. Assim como o bairro Mutange, a população ocupava áreas de risco de alagamentos [beira da laguna] e deslizamentos [encostas]. Nos períodos de chuvas é um dos bairros mais atingidos e com vários desabrigados. Após a retirada de parte dos residentes devido ao desastre, alguns dos serviços públicos, como escolas e CRAS foram deslocados, deixando o lugar ainda mais vulnerável.

Foto 30 – bairro do Bom Parto alagado em setembro de 2022



Fonte: Barros, 2022.

3.1.4 Farol

O bairro surge em função da expansão urbana da planície para as áreas de tabuleiro, motivada pela abertura das Av. Fernandes Lima e Durval de Góes Monteiro, vias que cortam a cidade de norte a sul e que interligam a parte alta e a parte baixa da cidade. Segundo o site *Bairros de Maceió*, o Farol era o bairro preferido da burguesia e seu nome provém da implantação de um farol chamado Farol do Alto do Jacutinga. Os abastados [usineiros e industriais] de Bebedouro começaram a migrar para o Farol pela sua proximidade do Centro. Também migraram magistrados e políticos (Pimentel, 1996).

Foto 31 - Primeiro farol erguido em 1956. Deu nome ao bairro do Farol.



Foto 32 - Graf Zeppelin sobrevoando o farol em 1934.



Fonte: Ticianeli, 2015.

Foto 33 - Praça do Centenário.



Foto 34 - Mirante de São Gonçalo na Praça Rosalvo Ribeiro em 1934.



Fonte: Ticianeli, 2019.

Foto 35 - Avenida Fernandes Lima em março de 1975.



Fonte: Ticianeli, 2019.

Foto 36 - Vista aérea do bairro do Farol com a Av. Fernandes Lima, 2018.



Fonte: PJM Drone, 2022.

Como as avenidas se tornaram corredores de comércio e serviços, os casarões passaram a ser substituídos por lojas, clínicas, supermercados, bancos, edifícios e apartamentos. Os edifícios de apartamentos, concentram boa parte do PIB alagoano [usineiros, industriais e comerciantes, políticos, magistrados, e outros profissionais liberais de alto poder aquisitivo], moravam nesse bairro. É ainda hoje, mesmo após o desastre, um dos bairros de maior infraestrutura da cidade, com colégios de referência, consultórios e clínicas, emissoras de TV e rádio, Faculdades, escritórios de profissionais autônomos, bancos, supermercados e centros comerciais; ou seja, o bairro ainda é autossuficiente porque apenas uma parte dele foi afetada [ver figura 4 anterior], e a outra parte não teve necessidade de remoção forçada dos moradores, tendo, ainda, acesso à serviços e comércios necessários à vida cotidiana.

Uma das referências não só do bairro Farol, mas do Brasil, é o complexo educacional chamado Centro Educacional Antônio Gomes de Barros - CEAGB, antigo Centro Educacional de Pesquisa Aplicada - CEPA. Nele crianças e adolescentes do Jardim Infantil ao Ensino Médio estudaram por décadas e ele foi por muito tempo referência de ensino.

> Na avenida mais movimentada de Maceió, ele chama atenção pela imponência: são 11 escolas, 7.827 alunos, gerações de alagoanos formados e quase 60 anos de tradição de um dos maiores complexos educacionais da América Latina. Um dos principais cartões da rede estadual alagoana [...] (Agência Alagoas, 2017).

O complexo foi inaugurado em 1958 e teve todas as escolas construídas em 1971, referência da arquitetura moderna em Alagoas. O antigo CEPA, foi um projeto de vanguarda, com vários colégios, dos antigos primeiro e segundo graus, mantidos pelo Estado, funcionando os dois horários. Lá, se preparava não só para o vestibular (atual ENEM), mas também para a vida: aulas em um turno e no outro atividades físicas com pista de atletismo e piscina olímpica permitiam o desenvolvimento esportivo como do atletismo, polo aquático, salto ornamental e natação. O Ginásio CDR - Centro Desportivo e Recreativo Cleonice Barros, oferecia os diversos esportes. Associados ao esporte, estavam as disciplinas de Técnicas Agrícolas [com hortas], Técnicas Industriais, Técnicas Bancárias, Técnicas Comerciais e Artes do Lar. O complexo ainda contava com a Escola de Artes, a Biblioteca e um Teatro de Arena (hoje Linda Mascarenhas), além do Instituto de Línguas, onde se lecionavam Inglês e Francês no contraturno. Um verdadeiro complexo educacional. Com o passar dos anos, a falta de investimentos o limitou. No entanto, no período pré-pandemia do Covid 19, antes do desastre, o Governo do Estado retomou os investimentos, requalificando todas as escolas e as suas áreas

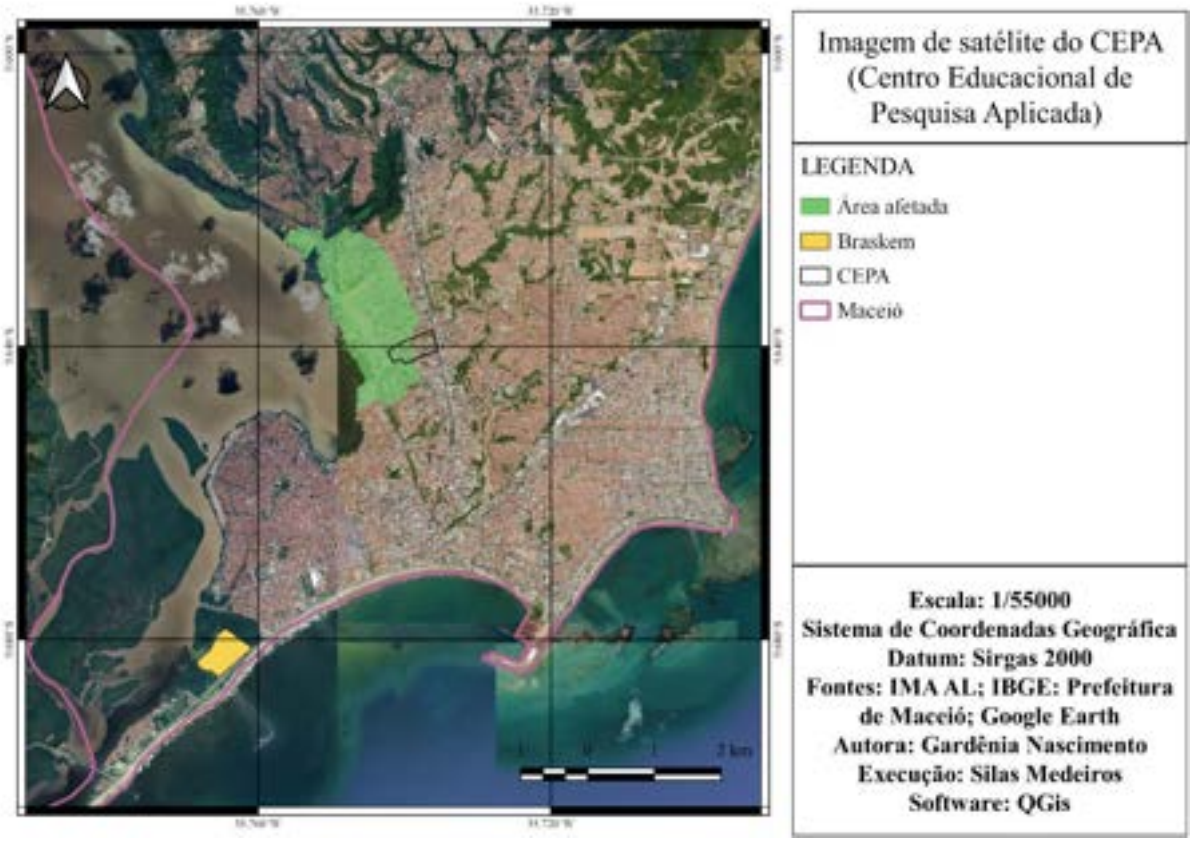
comuns. É esse complexo educacional está parcialmente no mapa de ações prioritárias da DCM, devido ao desastre da Braskem e quase metade das escolas já estão com suas atividades suspensas ou realocadas. Ou seja, o complexo constituído de várias edificações está metade na área de risco e ainda não se sabe qual o destino desses espaços (Agência Alagoas, 2017).

Foto 37 - Vista parcial do CEPA, em 1960



Fonte: Ticianeli, 2019.

Mapa 9 - Vista aérea do Centro Educacional de Pesquisa Aplicada e sua afetação na área do desastre.



Fonte – Gardênia Nascimento, com execução de Silas Medeiros, 2024.

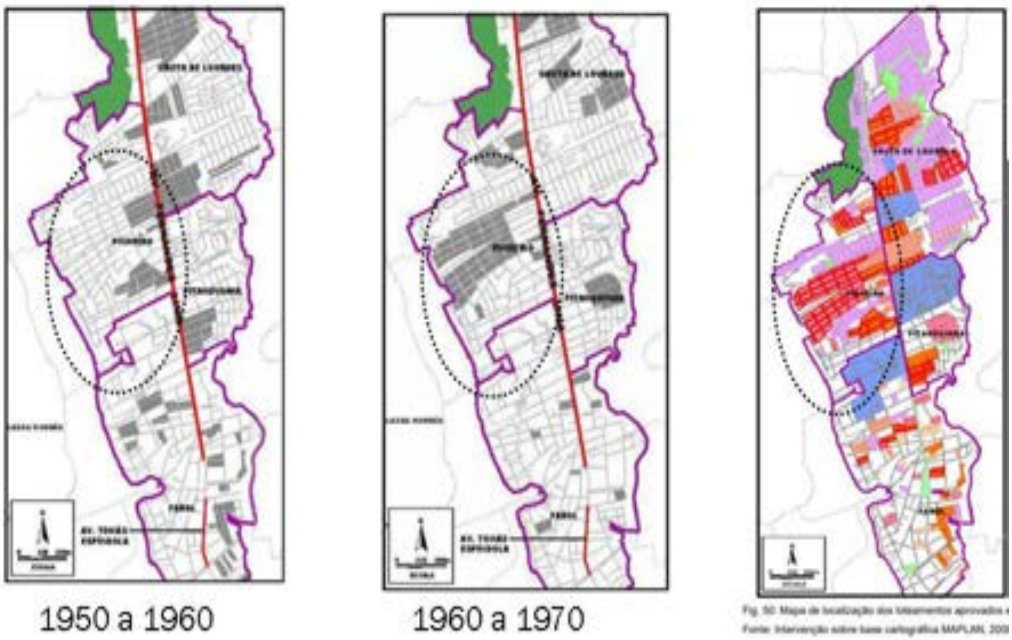
A ligação do bairro Farol para o Centro era também feita por bondes ainda nos meados do século passado.

> Era o único meio de transporte, que servia a vários bairros de Maceió, transportando trabalhadores, estudantes, donas de casa e outros passageiros. Tornava-se até mesmo um lazer para a juventude que estudava nos colégios do Centro, ou aqueles que saiam de outros bairros para estudar no colégio Guido ou no Batista. Se havia festa no Centro [desfiles escolares, carnaval ou qualquer outro acontecimento], o bonde era que servia para a classe média e até mesmo os ricos, que ainda não dispunham de carro, coisa rara nos anos 40. Podia ir até Bebedouro, outro ramal, mais distante, apreciando as belas mansões e a Lagoa Mundaú (Pimentel, 1996, [n. p.]).

3.1.5 Pinheiro

O limite oficial do bairro Pinheiro foi homologado pela lei municipal 4952 em 06 de janeiro de 2000. Inicialmente o bairro se caracterizou por sítios e residências, constituindo-se uma nova área de expansão da parte alta da cidade. Segundo Cavalcante (2020, p.12) o bairro Pinheiro fez parte da história da Aviação Alagoana, pois, nele havia sido construída uma pista de pouso [entre a antiga Rua Belo Horizonte, hoje José da Silva Camerino e a Praça Arnon de Melo] "que nasceu para ajudar a decolar rumo ao [bairro] Tabuleiro dos Martins". A implantação do 20º Batalhão de Caçadores do Exército, em 1944, favoreceu para acelerar a ocupação da área. Ao longo dos anos 50 a 80, o bairro recebeu vários loteamentos segundo mapas abaixo:

Figura 5 - ocupação do bairro do Pinheiro - loteamentos aprovados pelo município entre 1950 e 1970.



Fonte: Marques; Ferreira *et al.*, 2018.

A sua localização motivou esse povoamento: possui área predominantemente plana, ao leste está às margens da rodovia federal que dá acesso ao Centro da cidade, à oeste contém parte da borda do Tabuleiro, com vista para a Laguna Mundaú, ao sul é divisa com o CEAGB/CEPA, que até poucos anos era o maior complexo educacional da América Latina, e ao norte um parque ecológico onde hoje se encontra o IBAMA. Antes do desastre da mineração, o IBGE contou cerca de 20 mil habitantes que desfrutavam de um bairro predominantemente residencial, autossuficiente, de boa infraestrutura, de comércio e serviços variados. Em sua maioria, a população local era composta de classe média, e média alta.

Foto 38 - Vista aérea do bairro do Pinheiro em 2020

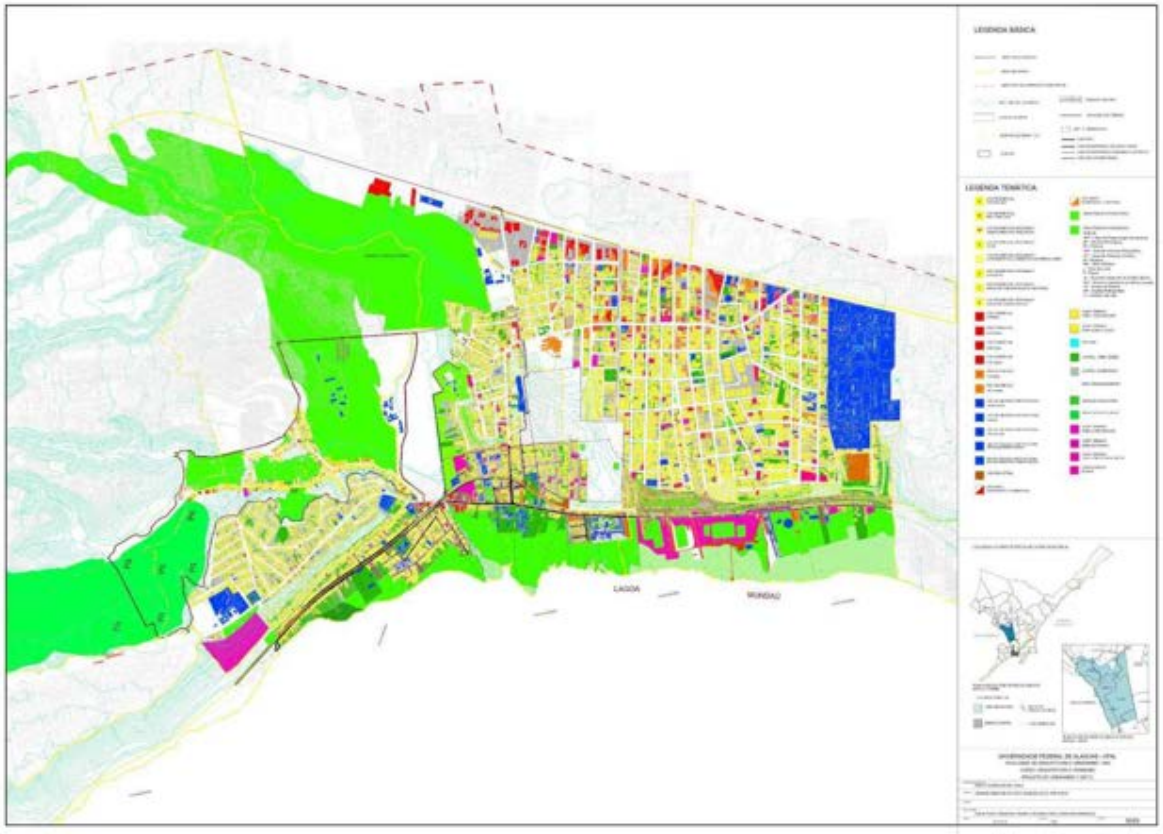


Fonte: PJM Drone, 2022.

Os bairros em afundamento eram bairros predominantemente residenciais, horizontais, autossuficientes, centrais, com recursos ambientais em abundância, de fácil acesso, atravessados por vias rodoviárias e ferroviárias estruturantes da cidade, em crescimento e valorização imobiliária. Uma mostra importante dessa descrição pode ser vista por meio da figura a seguir, com o uso de solo dos bairros afetados e entorno, elaborado no ano 2018 [ano do tremor], na disciplina de Projeto e Urbanismo, ministrada pelas Professoras Dra. Lúcia Hidaka e Ma. Regina Coeli, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFAL, que felizmente registraram as características gerais de ocupação dos bairros antes de sua total desocupação.

Nela está clara a predominância do uso residencial, a relação com as áreas verdes de mangues, encostas e o Parque Municipal, influenciado pela bacia do Riacho do Silva, o uso comercial e de serviços nos corredores de transportes, importante uso institucional educacional, como o CEPA, e onde os vazios urbanos se concentravam nas áreas de várzea, encostas e de declividade.

Figura 6 - uso de solo dos bairros em afundamento



Fonte: Marques; Hidaka *et al.*, 2018.

3.2 A Legislação sobre os recursos minerais no Brasil

Os recursos naturais são considerados bens públicos e pertencem à união pela sua importância no desenvolvimento de atividades econômicas, e sua autorização de exploração só pode acontecer com a permissão da União. O Decreto-Lei nº 227/1967, ficou conhecido como o Código de Mineração[21], pois, indicava as responsabilidades e competências, os regimes de exploração, os requisitos para autorização da exploração de minérios e as penalidades. Para se perceber a importância da exploração mineral, registra-se que até 2021 a atividade mineradora no Brasil movimentou cerca de 309 bilhões de reais (Fachini, 2022).

Acrescenta-se que na Constituição de 1967 não havia previsão do direito de preferência dos empreendimentos no aproveitamento dos minérios, e sim sua participação no

[21] O Decreto-lei 227/1967 [Código de Mineração], trata-se da principal legislação vigente no país acerca da **extração de recursos minerais**. Foi publicado no Regime Militar no Brasil. BRASIL. **Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.** Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). Brasília, DF, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm. Acesso em: 24 jul. 2024.

resultado da mineração: [...] calculada como o valor equivalente ao dízimo do imposto único sobre minerais (Feitosa, 2016, p.16).

A Lei 6.567, de 1978[22], alterou o código de mineração adicionando regras para licenciamento e aproveitamento mineral. Em 1989 o Decreto 97.632[23] acrescentou cinco artigos que estão em vigência até hoje, pois, eles tratam do Plano de recuperação de área degradada pela mineração a ser apresentado junto ao EIA/RIMA. Somente com a Lei 9.314/1996[24] foram definidas as competências do, até então, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - que hoje é a Agência Nacional de Mineração. Vinte e um anos depois, a Lei 13.575/2017[25] cria a ANM como autarquia, com a estrutura administrativa atual. Após o desastre de mineração em 2015, na cidade de Mariana/MG, foi publicada a Lei 14.066/2020[26] que incluiu a exigência de um Plano de Aproveitamento Mineral de Jazidas [art. 39º] e responsabilidades ambientais e trabalhistas das empresas, acrescentando a recuperação ambiental das áreas impactadas [art. 6º].

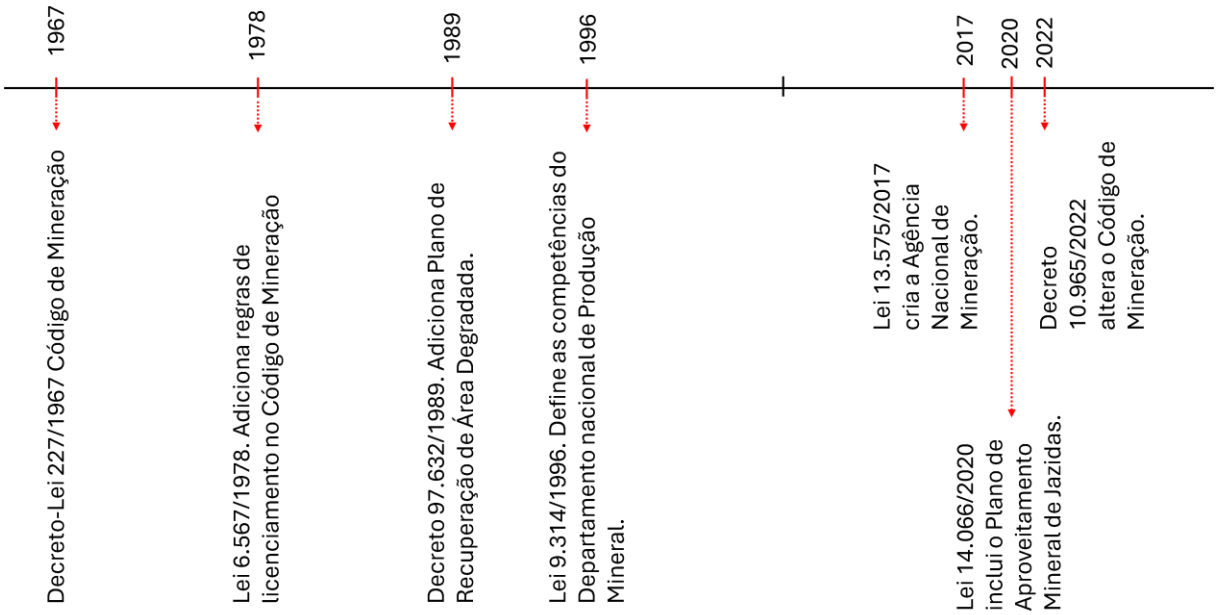
O mais recente, no Governo do Presidente Bolsonaro, o Decreto nº 10.965/2022 altera significativamente o Código de Mineração, e ambientalistas criticam como um retrocesso na legislação. Ele simplifica as regras para empreendimentos de pequeno porte no artigo 4º, como também possibilita a aprovação tácita da atividade mineral no seu artigo 39º abaixo, (Brasil, 2022):

> **§ 1º** A efetivação do registro de licenciamento pela ANM em área livre, desde que devidamente instruído em conformidade com os procedimentos e os requisitos estabelecidos em Resolução da ANM, será concluída no **prazo de sessenta dias**, contado da data de apresentação da licença ambiental competente.

[22] BRASIL. **Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978.** Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências. Brasília, DF, 1978. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6567.htm. Acesso em: 19 jun. 2024.
[23] BRASIL. **Decreto nº 97.632, de 10 de abril de 1989.** Dispõe sobre a regulamentação do Artigo 2°, inciso VIII, da Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981, e dá outras providências. Brasília, DF, 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d97632.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.
[24] **BRASIL. Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996.** Altera dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9314.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.
[25] BRASIL. **Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017.** Cria a Agência Nacional de Mineração (ANM); e dá outras providências. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13575.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.
[26] BRASIL. **Lei nº 14.066, de 30 de setembro de 2020.** Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e dá outras providências. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14066.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.

> **§ 2º** Encerrado o prazo de que trata o § 1º sem que a ANM tenha se manifestado, desde que cumpridos os requisitos de que trata o referido parágrafo, **serão produzidos os efeitos da efetivação do registro**.
>
> **§ 3º** O disposto no § 2º **não dispensará a efetivação do registro pela ANM** e não impedirá que a ANM faça exigências para adequação ao plano de lavra em momento posterior. (Brasil, 2023) grifos nossos.

Figura 7 – Linha do tempo das legislações ambientais no Brasil, de 1967 até 2024



Fonte: Gardênia Nascimento, 2024.

Esse Decreto também dá novas responsabilidades sobre a mitigação e reparação de impactos ambientais, saúde e segurança dos trabalhadores, e exige a elaboração de um Plano de Contingência. Uma das decisões de maior peso desse decreto está no reconhecimento da Guia de Utilização - GU – pois, ela **dá a legalidade da extração mineral na fase de autorização prévia e temporária da concessão**. Por outro lado, também se aumentam as responsabilidades das mineradoras, fazendo-se necessário investimento em programas de *Environmental, Social and Governance* - ESG. Ou seja, apesar de colocar mais responsabilidades para os empreendedores, ela facilita a autorização tanto antes da autorização de licença em si, como ainda deixa, de forma tácita, a autorização que não tenha sido autorizada em prazo legal. Diante do sucateamento dos órgãos ambientais nacionais e da falta de mão de obra compatível com a demanda de processos de licenciamentos, o cumprimento dos prazos de autorização passa a ser cada vez mais difícil de ser cumprido.

Vale considerar que os minérios são recursos não renováveis, e que as atividades de sua exploração são causadoras de degradação do meio ambiente. Assim, mesmo com medidas mitigadoras, não se anulam as perdas ambientais. Desse modo, é essencial que as mineradoras

façam a sustentabilidade socioambiental para equilibrar o crescimento econômico com o direito humano ao desenvolvimento e conservação ambiental (Feitosa, 2016, p. 24).

No caso específico da mineradora Braskem, apesar das exigências da legislação ambiental que foi se transformando desde a década de 1960 até 2022 [60 anos], como já visto no Capítulo I, não houve eficácia no combate à degradação ambiental, seja por imposição do poder público de sua implantação, seja da precariedade e/ou ausência de documentação de estudos e monitoramentos da mineradora[27], seja da falta de monitoramento adequado dos órgãos ambientais competentes, ou até mesmo a autodeclaração da mineradora de que os estudos não apontavam problemas ambientais com consequências futuras (Brasil, 2023). O fato é que com ela, [a legislação] que deveria evitar desastres e proteger o meio ambiente, formou-se uma *Paisagem do Desastre*, marco da ação predatória mineral da cidade e das consequências da destruição que ela trouxe, ou seja, as causas de desastres como o de Maceió não estão baseadas em deficiências na lei em si, mas sim, no cumprimento dela e da postura do poder público em permitir esses empreendimentos. O direito passa a ser o braço do Estado e o Estado o braço da mineradora.

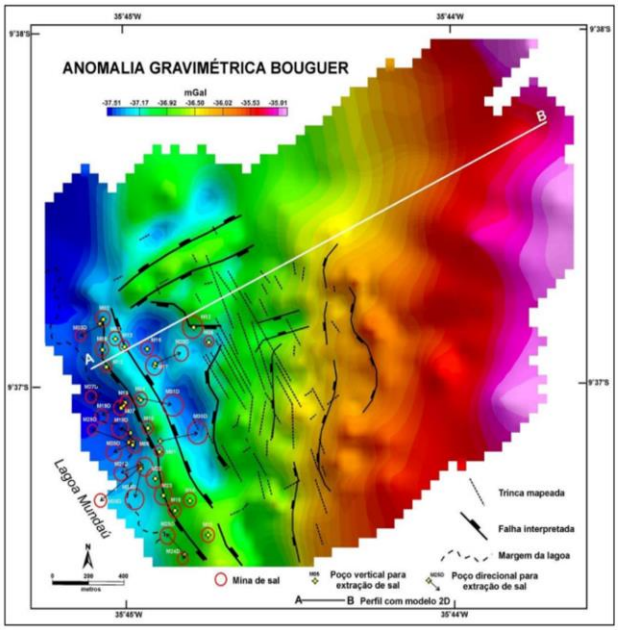
3.3 Estudos técnicos e o desastre tecnológico

Maceió vive há seis anos as consequências de um desastre tecnológico socioambiental ocasionado pela exploração do sal-gema pela Mineradora Braskem. O desastre foi percebido através de um tremor de terra em 03 de março de 2018.

O Professor Abel Galindo, engenheiro civil alagoano, mestre em geotecnia, consultor do CREA/AL e Responsável técnico da empresa AGM - Geotécnica Ltda, foi o primeiro profissional que descartou as possibilidades de rebaixamento do lençol freático ou problemas de saneamento para sustentar a hipótese de reativação de falhas geológicas[28]: “a reativação da falha geológica, apresentada no mapa do livro do Prof. Ivan Fernandes Lima, teria sido a causa mais provável”. Após os estudos do CPRM em 2019, foi descoberto que existem mais falhas geológicas passando pelas minas escavadas pela mineradora Braskem (Fragoso, 2022, p.43).

[27] A mais antiga licença encontrada em pesquisa foi emitida em 2016 atualizada em 2017.
[28] Falha Geológica é a ruptura de um bloco de rochas da superfície que é responsável pelo deslocamento de suas partes. O acúmulo e liberação de energia em zonas de falhas geológicas ocasionam terremotos (Pena, [s. d.]).

Imagem 11 - indicação de zonas de falhas nos bairros em afundamento



A correlação entre zonas de falha com direção NNW-SSE que ocorrem nos bairros do Mutange e Bebedouro e a localização das minas de sal indicam que o processo de extração interferiu diretamente na trama estrutural da região e favoreceu a reativação neotectônica dessas estruturas produzindo a subsidência observada nos dados de interferometria;

Fonte: Brasil, 2019.

Em 2018, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte começou os estudos de sismologia, porém, em pouca profundidade, mas foi a CPRM que, no Senado Federal, comprovou com georadar a movimentação do terreno; usou eletrorresistividade para mostrar fraturas e vazios na profundidade de 150m; usou áudio magneto telúrico [AMT] para investigar até 1.500m; fez uso da gravimetria verificando a aceleração da gravidade sobre a superfície; e também o levantamento interferométrico para comprovar a subsidência. Desses estudos, a CPRM pode construir mapa [imagem 14] com a localização e dimensões das minas de sal-gema; pois, não se tem conhecimento de um projeto inicial da localização delas a não ser de uma revisão feita em 1996, pela própria CPRM (Fragoso, 2022, p.44, p.46). Ou seja, durante 20 anos de perfuração, não havia projeto técnico nem estudo de subsidência para a localização das minas. Além do mais, a CPRM informou a deformação de 18,5 cm por ano na localização das minas em colapso. Já em 2020, a CPRM informou que a área das minas afundou mais de 70 cm. Atualmente não temos essa informação dos órgãos competentes.

Importante ressaltar que subsidências sempre existem quando se extrai o sal-gema, sejam elas de menor ou maior intensidade. A subsidência só seria evitada em Maceió se não houvesse extração. Ou seja, de certa forma, havia a certeza dela no momento que se permitiu a extração do minério no Bairro Mutange.

> A ocorrência de subsidência é inerente à lavra de sal por dissolução, ou seja, sempre vai ocorrer, em menor ou maior grau, devido à fluência do extrato salino (halita), que

> tende a fechar as cavidades no sal, diminuindo a espessura da camada salina, o que resulta no abatimento dos extratos de rocha sobrejacentes. **A única maneira de evitar a situação seria não ter ocorrido a lavra de sal naquele local** (Brasil, 2023), grifos nossos.

O que se sabe é que há minas projetadas com diâmetro de 60m, 90m e 75m com distância média entre elas de 100m, no entanto, os pesquisadores da área não apontam os critérios desses diâmetros e dessas distâncias. (Fragoso, 2022, p.47). O que se tem certeza é que a execução de diâmetro das minas com tamanhos excessivamente grandes implicou na junção delas e o seu consequente desabamento. Ainda devido à movimentação das falhas geológicas que passam pelas minas 1,2, 4, 6, 7, 9, 11, 12, 15, 17, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 26, 27, 28 e 29, a salmoura (mistura da diluição do sal-gema na água) foi substituída por água e ar. Portanto, elas estão completamente despressurizadas (Fragoso, 2022, p.53).

> Existe um espaçamento mínimo recomendável para que uma cavidade não interfira nas cavidades adjacentes. De um modo genérico, seria de 1,5 a 2 vezes o diâmetro da cavidade. Algumas cavidades chegaram a se conectar, o que é um indicativo de que tal distanciamento, ou não ocorreu no momento da lavra, ou decorreu das deformações das cavidades ao longo do tempo (Brasil, 2023).

Outros estudos também foram feitos através da consultoria do instituto alemão IFG, publicado em dezembro de 2019, que mostraram que os tetos das minas 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 14, 15, 17, 19, 20, 25, 29 e 34 [15 ao todo] desabaram, saíram da camada salina, sem controle de sua estabilidade e sem nenhuma pressurização, podendo, assim, fluir e tornar-se mole como um gel e as camadas que estão acima delas começarem a afundar e causarem deformações que chegam até a superfície.

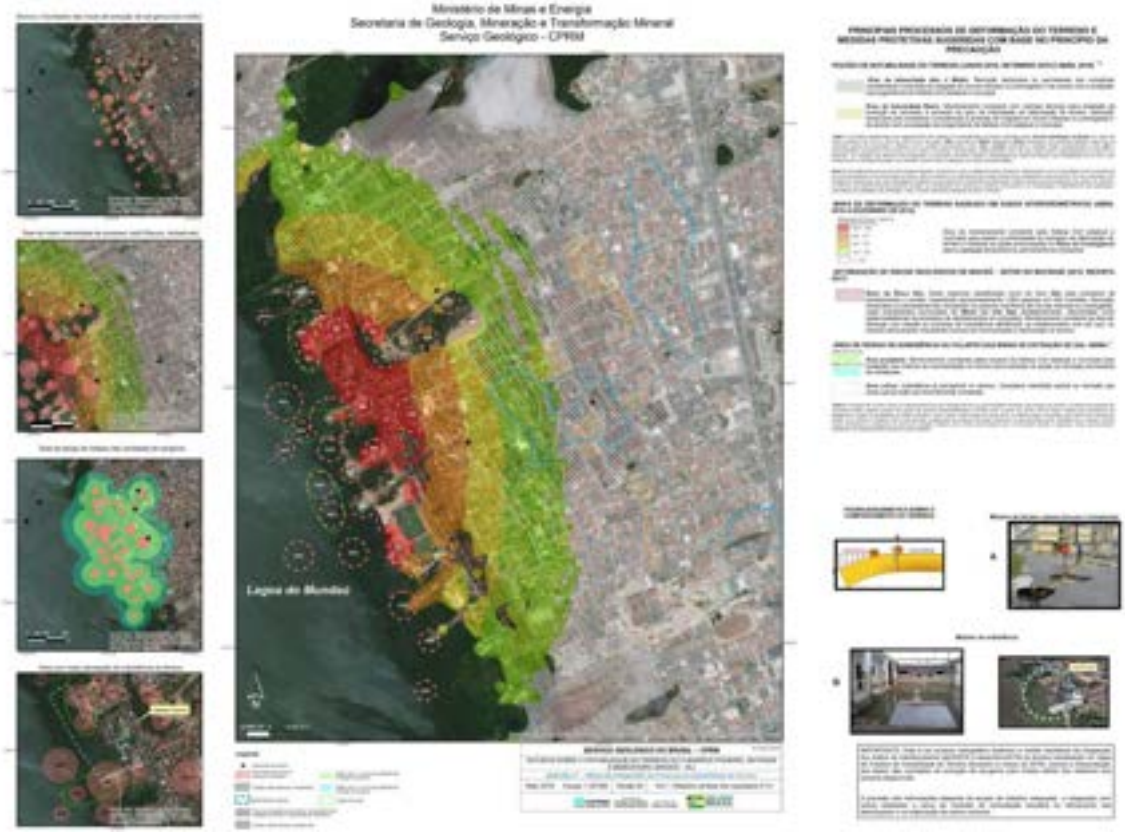
Apesar do mapa de ações prioritárias da DCM, a mesma não publicou mapas denominando como áreas de risco ou referências ao raio de ação da movimentação do solo. Estudos paralelos de pesquisadores de várias partes do mundo afirmam diferentes raios de ação. Os pesquisadores de Murayama apontam um raio de 900m; os pesquisadores de Van Sambeer indicam 1000m e o pesquisador Prof. Abel Galindo indica 950m; ou seja, há uma distância máxima de 1000m de raio de ação das minas em colapso. Assim como a definição do raio de ação das minas, há também diferenças de prognósticos para o afundamento. Segundo os estudos do Prof. Abel Galindo, esse tempo deve variar entre 10 e 40 anos e, previu que no segundo semestre de 2022 as áreas do Pinheiro e Farol poderiam ser reabilitadas, pois, não haveria mais deformações (Fragoso, 2022, p.59). Esse prognóstico nunca foi confirmado pelos órgãos oficiais, aliás, os órgãos oficiais não tratam desse assunto.

O que se tem, oficial e afirmativo, é que o laudo realizado pela CPRM[29] foi conclusivo no que se refere à desestabilização das cavidades da extração de sal-gema pela Mineradora Braskem, provocando helocinese (movimentação de sal), e criando uma situação dinâmica com reativação de estruturas geológicas antigas (fendas), subsidência (afundamento) do terreno e deformações rúpteis na superfície. Abaixo, parte do relatório citado e o mapa de integração dos processos de instabilidade do terreno demonstram a gravidade do caso e o raio de ação das minas em colapso, com os níveis de deformação do terreno.

> A análise integrada dos dados dos oito sonares em ambiente 3D permite afirmar que **as atividades de extração de sal-gema, alterou o estado de tensões resultando no colapso de minas e causando os processos de subsidência no bairro do Pinheiro**". Há evidências que comprovam que a deformação nas cavernas da mineração teve papel predominante na origem dos fenômenos que estão causando danos na região estudada. **Este processo está em evolução**. (...) A correlação entre zonas de falha com direção NNW-SSE que ocorrem nos bairros do Mutange e Bebedouro e a localização das minas de sal indicam que **o processo de mineração interferiu diretamente na trama estrutural preexistente da região e favoreceu a reativação dessas estruturas**, produzindo a subsidência observada nos dados de interferometria (Brasil, 2019, p. 37), (grifos nossos).

[29] A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM é uma empresa governamental brasileira, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que tem as atribuições de Serviço Geológico do Brasil. Sua missão básica é "Gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil". Responsável pela execução do primeiro estágio da cadeia da indústria mineral, o Serviço Geológico do Brasil é o braço operacional do Governo Federal para cartografia geológica de todo o território nacional.

Imagem 12 - Estudo sobre a instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL). Aspecto do mapa de integração dos processos de instabilidade do terreno.



Fonte: Brasil, 2019.

Segundo a própria ANM, ela só tomou conhecimento dos riscos de desabamento após o relatório da CPRM, em 2019, que interditou a mineradora Braskem na extração da sal-gema e pediu um Plano de Ação Emergencial. O órgão ainda esclarece que, apesar de fazer o acompanhamento desde 1976, cabe **ao empreendedor a análise do risco e gestão do impacto e que ela estuda os documentos apresentados**. No caso da Braskem, os documentos **não** apresentavam indícios de subsidência até o abalo sísmico de 2018 (Brasil, 2023). Atenta-se que a autoprodução de estudos e dados favoráveis à mineração pelos próprios empreendedores deixam fragilizadas as aprovações e fiscalizações para evitar danos ambientais.

Em dezembro de 2023, a Polícia Federal com a operação *Lágrimas de Sal* cumpriu mandados contra a Braskem em Maceió, Aracaju e Rio de Janeiro, devido ao inquérito policial aberto, ainda em 2019, sobre suspeitas de crime de omissão de informações e envio de dados falsos para os órgãos públicos, para que a atividade da mineradora prosseguisse, mesmo com os problemas de subsidência já causados. Esse inquérito é sigiloso até o momento.

> Não se pode afirmar que houve mentira ou omissão. O que se sabe é que os laudos e **documentos técnicos apresentados pela empresa [Braskem] a partir de 2012 não**

> **indicam qualquer alteração nas camadas, nem sequer qualquer subsidência nas áreas de lavra**. Posteriormente, foi constatado, por um estudo do SGB, que o desmoronamento da camada de conglomerado já havia sido iniciado. A ANM então interditou as áreas de lavra e em seguida a empresa decidiu encerrar definitivamente as atividades e iniciou a execução de um plano de fechamento de mina (Brasil, 2023).

Importante acrescentar que os documentos ambientais como os EIA/RIMA são exigidos pelo órgão local; ou seja, IMA-AL, e o procedimento de apresentação de estudos realizados pela própria empresa se repete.

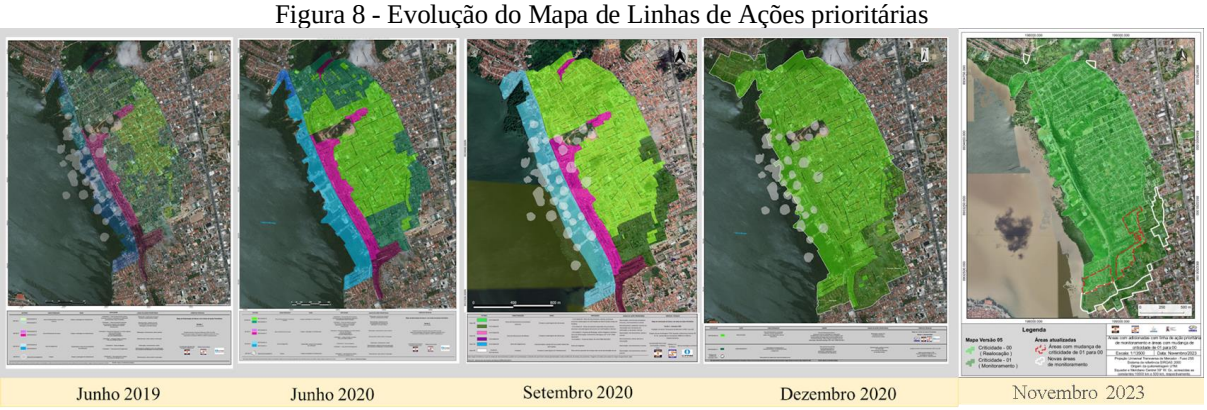
Após a conclusão da CPRM que responsabilizou a mineradora Braskem, cerca de 57 (cinquenta e sete) mil pessoas foram retiradas compulsoriamente de suas casas com o Decreto 9.050/2019 de calamidade pública, emitido pelas DCE e DCM desde 25/03/2019 e renovado até 24/11/2021. Nele declarou-se: Estado de Calamidade Pública nas Áreas do Município de Maceió Afetadas por subsidências e colapsos – COBRADE Nº. 1.1.3.4.0, CONFORME IN/MI 02/2016.

Os primeiros decretos também contaram com as Portarias 371/2018; 1.311/2019; 2.532/2019; 1.733/2020; 2.697/2020, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Percebe-se que somente até outubro de 2020 a Defesa Civil Nacional apoiou os decretos municipais, não sendo justificada formalmente essa atitude.

Nas considerações do Decreto 9.050/2019, destaca-se que os estudos geológicos realizados pela CPRM denotaram um processo evolutivo de subsidência; em decorrência desses eventos e da evolução das fissuras, diversos danos progressivos estão ocorrendo em imóveis, já sendo objeto de evacuação; ou seja, o afundamento era contínuo.

Seguem abaixo os Mapas de Linhas de Ações Prioritárias que demonstram a aceleração do processo de subsidência do ano de 2019 a 2024, produzidos pela DCM e DCE após os estudos da CPRM, (observar o aumento da área verde).

Figura 8 - Evolução do Mapa de Linhas de Ações prioritárias



Fonte: Defesa Civil Municipal, 2023.

As zonas em verde indicam as zonas de fraturamento e processos erosivos, cujo verde escuro é criticidade 01 e o claro criticidade 00. As zonas cor de rosa são as de movimentação de massa, cujo rosa mais escuro em criticidade 01 e o claro 00. A zona azul é de alagamento. A branca (onde estão as minas), são zonas de colapso. Percebe-se a olho nu que as áreas de fraturamento cresceram, pelo menos, cinco vezes desde a sua detecção e a *Paisagem do Desastre* cresceu junto com elas em quatro anos, delimitada por esse mapa.

O Decreto 9.128 publicado em 24/11/2021 (válido até abril de 2022) ratificou o primeiro Decreto 9.050/2019 e informava que, "*em decorrência destes eventos e da evolução das fissuras, acima descritos, 14.476 (catorze mil quatrocentos e setenta e seis mil) imóveis foram afetados pelos problemas de subsidência do solo*;".

Não houve renovação desse Decreto nem pela DCM, DCE ou Nacional, estando a área, portanto, sem efeitos de uma calamidade pública, de abril de 2022 até novembro de 2023. No entanto, em 29/11/2023, a DCM publicou o Decreto 9.643/23 que declara emergência no Município de Maceió [não somente nas áreas do mapa de ações prioritárias e válido até 29/05/2024] em virtude da iminência de colapso da mina de sal-gema de número 18 da Braskem; em outras palavras, a cidade permanece em estado de alerta. Importante destacar que o quinto mapa só foi publicado em novembro de 2023, após a mina 18, que se encontra na área da laguna, entrar em processo de colapso total e precedendo ao colapso verificou-se vários abalos sísmicos sentidos pela população, inclusive do entorno e fora do mapa de ações prioritárias [como no Ed. Morada das Árvores, na área do bairro Pinheiro, fora do mapa]. Esse foi o último mapa emitido pela DCM, não havendo relatórios técnicos disponíveis dela até o presente momento. No entanto, apesar das evidências, a justiça suspendeu o mapa 5 a pedido da Braskem em janeiro de 2024. No entanto, essa pesquisa tem como delimitação do território estudado, o quinto mapa.

Apesar da gravidade do assunto, nem a DCM ou Estadual e nem a mineradora Braskem emitiram relatórios técnicos informativos periódicos, de acesso ao público, nem mesmo quando a mina 18 colapsou totalmente. Em nota, a ANM divulgou em seu site que enviou equipe de 21 a 24 de dezembro que constatou o que já sabemos: a área está isolada e desocupada e que continua sendo acompanhada. Em reportagem do jornal de Alagoas de 27/12/2023 lê-se sobre o relatório da ANM com um novo Parecer Técnico, baseado nos documentos apresentados pela Braskem:

> No relatório, pelo menos 5 cavernas formadas a partir de 6 minas - considerando que as minas 20 e 21 estão unidas formando uma única caverna - são classificadas como "Sem indicação de estabilidade". São elas: 03, 15, 20 e 21, 29 e 34. [...] O relatório aponta que a situação das minas é tão complicada que não há sequer indicação de como elas serão fechadas, se com material sólido ou se por pressurização. Todas as

> minas classificadas como "sem estabilidade" estão total ou parcialmente acima da camada de sal, registram desabamento de teto e migram para a superfície (Redação Jornal de Alagoas, 2023).

Diante da constante falta de informações oficiais, essa pesquisadora procurou a DCM em dois momentos: quatro meses antes do colapso da mina 18, em agosto de 2023, e depois do colapso da mina 18, em janeiro de 2024. No entanto, apenas em 2023 as perguntas foram respondidas e até o momento não tivemos respostas da consulta feita em 2024. A devolutiva foi feita através de e-mail e reunião presencial em 2023.

Sobre o Mapas de Linhas de Ações Prioritárias:

> Vale ressaltar que o referido **mapa não define regiões de risco e sim regiões de necessidades de ações para lidar com os diversos riscos locais**, um deles está associado ao processo de *sinkhole*, no qual envolve, também, a área lagunar. Para este último, boias de contenção foram colocadas na região para não permitir o fluxo de embarcações, onde a Defesa Civil de Maceió solicitou a Marinha através de ofício em 2020.

Sobre os Decretos e a não revalidação durante 2022 e novembro de 2023:

> Foram 7 decretos municipais de calamidade pública, dos quais 5 foram reconhecidos por meio de portaria federal publicada em Diário Oficial da União. O último reconhecido pelo Governo Federal foi em setembro de 2020.
> "O não reconhecimento do Decreto de Calamidade Municipal (Pelo Governo Federal), não implica na continuidade do monitoramento do fenômeno de subsidência.

Ou seja, a área não era mais de calamidade pública em abril de 2024 e só voltou a ser com o colapso da mina 18, e isso não foi noticiado. Seria porque não havia mais necessidade? Seria pela diminuição do perigo de afundamento? Seria pela desaceleração da subsidência? Como já foi dito antes, o silêncio municipal dá margens às conjecturas, mas nunca houve um canal aberto de acesso às informações.

Sobre a previsão de estabilização das minas e eliminação do processo de subsidência:

> Prever até quando o processo de subsidência irá ocorrer é um desafio devido a dinamicidade do fenômeno, que envolve, entre outras: diferentes áreas de subsidência, movimentação das cavidades fora do sal, movimentação das cavidades dentro do sal, processo de preenchimento ainda em andamento etc. Possivelmente, quando algumas dessas variáveis se tornarem constantes, uma previsão mais assertiva se tornará mais plausível.

Ou seja, a resposta foi evasiva e continuamos sem fazer previsões. Será porque não há como prever ou não se quer informar?

Sobre o monitoramento:

> A instrumentação instalada na região dos bairros do Pinheiro e adjacências levanta uma vasta gama de informações, com **sensores nas minas, perfuração de furos investigativos, aplicação de diversos métodos geofísicos, diversos meios de levantamento da deformação em superfície, monitoramento da água sub superficial entre outros**. O monitoramento é realizado com base em equipamentos dispostos na área afetada pela subsidência, sejam eles: Rede sismológica com 14 sensores superficiais e 12 em profundidade; Interferometria de radar por abertura sintética (InSAR) que recobre a área de interesse;76 Receptores com Sistema diferencial de navegação Global por satélite (DGNSS); 4 Inclinômetros;13 Tiltímetros e 3 Pluviômetros da rede CEMADEN, próximos a área afetada.
>
> O Centro Integrado de Monitoramento e Alerta da Defesa Civil (CIMADEC) é responsável pela recepção dos dados obtidos pelos equipamentos dispostos, e interpretados conforme a compreensão dos processos, subsidiada também por todos os demais dados. A equipe é composta por: Engenheiro Agrimensor; Engenheiro Civil; Geólogo; Meteorologista; Agentes de Monitoramento, com formação na área de Geografia e Eng. de Agrimensura.

Sobre o preenchimento das minas de sal para conter a subsidência:

> O processo de subsidência (não levando em conta a movimentação lateral) ocorre de maneira diferenciada a depender da área a ser estudada. **Na região onde se encontram algumas das cavidades que estão sendo preenchidas, no caso aquela caracterizada por possuir a maior taxa de subsidência do fenômeno, vem ocorrendo a diminuição na velocidade de movimentação vertical (afundamento), podendo ser um indicativo desta relação**. Porém, ainda que seja um indicativo, o mesmo não ocorre em todas as regiões, fazendo-se necessário um monitoramento contínuo e análises específicas para se chegar a uma conclusão mais assertiva."
> Até o momento 09 cavidades estão/serão preenchidas, tendo as solicitações feitas em períodos diferentes, sendo as cavidades M#02, M#04, M#07, M#11, M#17, M#18D, M#19D, M#25D e M#27D. Até o momento foram executados preenchimentos de 3 cavidades: M#7, M#17 e M#19D. As Cavidades M#4, M#11, M#25D e M#27D estão em execução com previsão de conclusão em setembro/2023, agosto/2023, março/2024, junho/2024, respectivamente. As 2 restantes (M#02 e M#18D) estão com previsão de iniciação para jun./2024 e agosto/2023. Vale ressaltar que os planejamentos de execuções passam pela aprovação da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Ou seja, em combate à subsidência e por força do acordo socioambiental, iniciou-se o preenchimento das 15 minas com colapso acelerado, processo que está previsto para conclusão até agosto de 2024, dos quais se preencheram cinco minas.

O processo de preenchimento optou pelo uso de areia injetada através de tubulações em novas perfurações, paralelas às existentes. Esse processo deveria ser ininterrupto, e cada poço teria previsão de preenchimento em três anos.

Imagem 13 - Slide de apresentação da Braskem sobre o processo de preenchimento das minas de sal-gema



Fonte: Braskem, 2021.

Com a ameaça silenciosa constante das minas de sal não estabilizadas, foi organizada uma força tarefa coordenada pelo Comando Militar do Nordeste, para simulações do desastre de resposta imediata da população em 12 de agosto de 2020. (Cavalcante, 2020, p.13). Contudo, não houve aderência da população. O ponto de encontro era o CEAGB/CEPA.

Apesar disso, o perigo de *sinkhole* se consolidou com o colapso da mina 18 e ainda há possibilidade de outras minas colapsarem totalmente. Importante salientar que a mina 18, que colapsou totalmente em dezembro de 2023, estava dentro da previsão de preenchimento, porém, não antes das minas 4, 11, 25D, 27D; o que se supõe uma desconformidade com o processo de gravidade de cada mina ou mesmo a falta de maior conhecimento do problema pelos técnicos envolvidos e até a incapacidade de previsão diante de situação tão singular. Segundo a DCM, até que as 15 minas que entraram em colapso estejam totalmente preenchidas, ainda haverá possibilidade de *sinkhole*, não excluindo a necessidade de ainda se monitorar todas as outras.

> Os dados de monitoramento indicam que as ações de fechamento têm apresentado resultados positivos para a estabilização do terreno, indicados por uma redução de 40% na velocidade do deslocamento vertical do solo e uma redução de mais de 80% dos eventos microssísmicos na região central da ocorrência da subsidência. (Brasil, 2023).

Em função da quantidade de areia necessária para o preenchimento de cada mina [porém sem dados da DCM de quanto aproximadamente], a mineradora Braskem teve que explorar

minas de areia no Estado. A mais utilizada se encontra na cidade vizinha, Marechal Deodoro, licenciada pelo IMA, no entanto, essa exploração é alvo de denúncias. Cabe salientar que o IPHAN faz parte do processo de licenciamento através do processo SEI nº 01403.000291/2021-07 o qual emitiu parecer em fevereiro de 2023 quando houve suspeita de que a Braskem faria uso de extração de areia irregular na área de proteção ambiental chamada Dunas do Cavalo Russo[30]. O parecer 4148362 relata a exploração excessiva das dunas e abre processo administrativo dentre outras providências. Nesse mesmo mês, a Braskem disse não adquirir mais areia daquele fornecedor.

> Já as manifestações oficiais dos órgãos de controle e de fiscalização sobre o atendimento aos limites das licenças foram contraditórias. Inicialmente, IMA e ANM cumpriram a recomendação e suspenderam as licenças, mas em seguida **voltaram a liberar a extração de areia, apesar das reiteradas autuações por irregularidades ambientais**. A controvérsia tornou a investigação mais complexa, exigindo a realização de perícia, inclusive pela Polícia Federal (MPF, 2023).

Imagem 14 – Excesso de exploração das Dunas do Cavalo Russo, em Marechal Deodoro/AL



Fonte: IPHAN, 2023.

[30] Entre os Municípios da Barra de São Miguel e Marechal Deodoro, situa-se uma área de rara beleza natural que hospeda um bioma bem peculiar: as Dunas do Cavalo Russo. Trata-se de uma área contínua de restinga, com vegetação fixadora de dunas. Apesar de ser alvo de intensa degradação nos últimos anos — inclusive por conta da descontrolada extração de areia —, as Dunas do Cavalo Russo ainda conservam traços marcantes de sua vegetação natural, servindo de refúgio para aves migratórias e de abrigo para animais em extinção. Por esse motivo, a preservação dessa área é fundamental para a manutenção de fauna e flora nativas (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **MPF quer o fim da extração de areia em área de proteção ambiental em Marechal Deodoro (AL)**. Assessoria de Comunicação Social Procuradoria da República em Alagoas, Maceió, 2023. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/noticias-al/mpf-quer-o-fim-da-extracao-de-areia-em-area-de-protecao-ambiental-em-marechal-deodoro-al. Acesso em: 13 jan. 2023.)

Em dezembro de 2023, o MPF ajuizou ação civil pública, com o pedido de liminar contra a empresa fornecedora de areia para Braskem por extração irregular e pediu que o IMA e a ANM suspendessem quaisquer licenças já emitidas à empresa fornecedora; além da apresentação de um Plano de Recuperação da área degradada - PRAD e pagamento de multa para indenização da União no valor de 7,8 milhões. Ou seja, além do crime ambiental em Maceió, os desdobramentos para a remediação do afundamento das minas de sal-gema continuam ocasionando novos crimes ambientais que envolvem a mineradora Braskem.

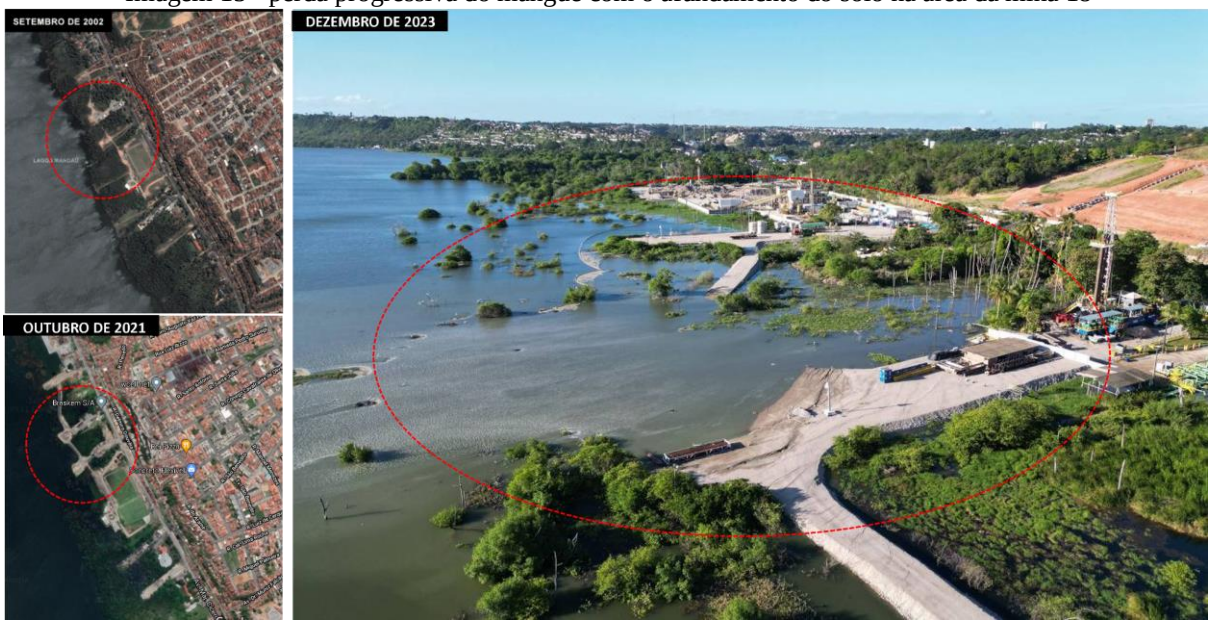
Importante ressaltar que a DCM afirmou que a Laguna Mundaú estava também em risco de *sinkhole*, tanto que a primeira mina a colapsar totalmente, localizava-se nela.

> **O perigo do eventual *sinkhole* existe desde que foram reconhecidas que ao menos 15 cavidades estavam desestabilizadas**. Medidas que envolvem o preenchimento das cavidades e desenvolvimento de métodos de monitoramento preditivo estão sendo tomadas para evitar tal tragédia. **Vale ressaltar que o preenchimento de todas as cavidades desestabilizadas elimina o risco de ocorrência de sinkhole e que o monitoramento daquelas que ainda se encontram em profundidade, mesmo que ainda na camada de sal, é a melhor maneira de evitar que elas passem por processo de desestabilização** (DCM, 2023), (grifos nossos).

Em síntese, o processo de afundamento e novos riscos de *sinkhole* são reconhecidos pela DCM e ainda se tem uma situação de instabilidade geológica que precisa de monitoramento constante. Apesar de já existir uma cratera na Laguna Mundaú, formada pela mina 18, os órgãos públicos municipais e estaduais e a Braskem continuam sem publicizar relatórios técnicos que expliquem a situação atual do afundamento. Melhor dizendo, a situação de desinformação se repete desde a implantação da mineradora e, ao mesmo tempo, percebe-se como estratégia de tentativa de silenciamento da população local.

Isso posto, temos em Maceió a desconstrução de uma Paisagem Urbana e a construção de uma *Paisagem do Desastre*, ainda em curso, delimitado pelo mapa de ações prioritárias, isolado, arruinado, 100% desabitado, como um vazio urbano, reduzindo-se gradativamente pelo afundamento e com o avanço da Laguna Mundaú. Como não está claro até onde ou quando haverá afundamento, há ainda a possibilidade dessa extensão de terra diminuir de tamanho e até atingir imóveis da orla lagunar, como podemos ver nas fotos abaixo a redução de mangues registrada desde 2002 pelas imagens de satélite do Google e de drone.

Imagem 15 - perda progressiva do mangue com o afundamento do solo na área da mina 18



Fonte: Google Maps e BBC News Brasil, 2023, com adaptações da autora.

Em entrevista à BBC News Brasil em 10/12/2023, a Professora da UFAL Nídia Fabré, especialista em ecossistemas aquáticos, marinhos e continentais, prevê um cenário difícil: "Nós vamos ter uma perda de mangues. Os mangues são fundamentais como berçários de diversidade de peixes, que têm importância comercial e para a segurança alimentar dessas populações que vêm sofrendo já há bastante tempo por toda essa degradação ambiental", afirma. Acrescenta a preocupação de que a salinização da água também pode ter consequências para o ecossistema da região que, além dos mangues, tem o sururu, que mantém a subsistência de quem vive na beira da laguna, além de ser referência cultural da cidade, registrado no INRC de Maceió. Pode ser o começo de um outro processo ainda não esclarecido pelas autoridades.

Acrescenta-se que o município de Maceió decretou a proibição de construção ou reforma nos imóveis dentro do mapa de setorização de danos e de linhas de ações prioritárias. Ou seja, parte da cidade está “engessada” enquanto durar o processo de subsidência e a *Paisagem do Desastre* não terá elementos a serem edificados no processo de afundamento, exceto pelas estruturas de mitigação do desastre como os canteiros de obra, canteiros de estocagem de areia, estruturas dos poços auxiliares para injeção de areia e outros.

Ressalta-se também que, segundo a ANM, o monitoramento realizado em Maceió é o terceiro melhor do mundo na preservação de subsidências, depois de Venezuela e Istambul (Brasil, 2023).

Para a “cassação” ou caducidade do título de exploração da Braskem, as minas precisam ser totalmente fechadas, no entanto, devido à necessidade de seu preenchimento, elas não

podem ser fechadas até que o Plano de Fechamento das minas seja concluído, desse modo, a mineradora permanece com o seu título minerário (Brasil, 2023)

Assim, as 35 minas estão lá, como estigmas marcantes na *Paisagem do Desastre* e registro da exploração insustentável mineral na área urbana, capazes de modificar a paisagem atual, afetando de forma difusa a população de Maceió e gerando multiplicidades de perdas materiais e imateriais.

3.4 O acordo socioambiental

Apoiada no sentimento de revolta da sociedade contra a mineradora, está também a revolta contra o principal acordo firmado para reparação da cidade e das vítimas.

Em troca da extinção da Ação Civil Pública Socioambiental (Processo nº 0806577-74.2019.4.05.8000) foi firmado Acordo Ambiental em 30/12/2020 entre Braskem, Ministérios Público Federal e Estadual e Defensoria Pública, no qual, em sua cláusula 18, a mineradora se compromete a manter o monitoramento por 10 anos, ou seja, até 2030, podendo ser prorrogado, mediante novo acordo entre as partes, caso a subsidência se mantiver.

Até hoje a mineradora não foi responsabilizada criminalmente e nem minimamente houve um pedido de desculpas da Braskem para a cidade de Maceió. Em abril de 2023, a Prefeitura Municipal de Maceió aderiu a esse Acordo e recebeu uma indenização de 1,7 bilhões de reais. Inclusos nessa adesão estão todas as áreas públicas municipais que hoje estão de posse da mineradora. Na cláusula 58, parágrafo único, a Braskem se compromete a não edificar na área atingida, salvo se a subsidência se estabilizar e se o Plano Diretor de Maceió permitir. No entanto, o Plano Diretor vigente é de 2006, está defasado e tem gerado insatisfação da sociedade pela sua não revisão, principalmente pelos órgãos do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU-AL, Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB-AL e a UFAL[31]. A sua última revisão aconteceu entre os anos de 2016 e 2017[32], no final da gestão do Prefeito Rui Palmeira, com plena participação da sociedade civil; porém, realizada antes do desastre da Braskem que afetou significativamente a cidade, desequilibrando os serviços públicos e isolando uma área estruturada na cidade. O Prefeito eleito em 2020, João Henrique Caldas – JHC, não tratou e nem está tratando desse plano com a sociedade civil em sua plenitude. Em 2023 contratou

[31] RODRIGUES, Ricardo. Plano Diretor de Maceió não sai do papel. **Tribuna Hoje,** Maceió, 2024. Disponível em: https://tribunahoje.com/noticias/politica/2024/02/24/134300-plano-diretor-de-maceio-nao-sai-do-papel. Acesso em: 06 jun. 2024.
[32] NOTÍCIA CAU/AL. **CAU/AL abre fórum permanente para Plano Diretor de Maceió.** Participe! CAU/AL, Maceió, 2016. Disponível em: https://www.caual.gov.br/?p=6263. Acesso em: 05 jun. 2024.

empresa para recomeçar os estudos do Plano Diretor, mas sem a participação da sociedade, até o momento. O que foi publicado em jornais foi a sua primeira reunião com a – Associação das Empresas do Mercado Imobiliário -ADEMI[33] e recentes reuniões com o CAU-AL. Diante do fato de que a Prefeitura de Maceió nem sequer desenvolveu diagnóstico sobre os danos do desastre na cidade e nos seus serviços, o que esperar sobre esse Plano Diretor sem participação social? Além disso, é preocupante a falta de discussão da posse e gestão do território afetado, de forma não democrática, como preconiza o Estatuto das Cidades.

Na cláusula 100, parágrafo segundo, o Acordo Socioambiental[34] ainda permite que a mineradora Braskem possa pleitear, em juízo ou fora dele, o ressarcimento de tudo que tem pago, caso seja reconhecida a responsabilidade do desastre por terceiros; ou seja, mesmo com tantas evidências e comprovações técnicas do desastre, além de não assumir ainda coloca a possibilidade da responsabilidade a terceiros, segue parágrafo abaixo:

> **PARÁGRAFO SEGUNDO**. A Braskem reserva-se, caso se reconheça responsabilidades de terceiros pelo fenômeno de subsidência nas áreas afetadas pelos impactos PBM, o direito de pleitear, em juízo ou fora dele, dos responsáveis que vierem a ser identificados o ressarcimento dos custos incorridos com a execução das medidas previstas no presente Acordo (MPF, 2019).

Em 20 de dezembro de 2023, o Jornal Folha de S. Paulo publicou que o Senado instaurou uma CPI para apurar o afundamento do solo e o Governo de Alagoas questionou, no STF - os acordos que a mineradora Braskem assinou com o Município de Maceió.

Ainda em 04 de dezembro de 2023 a CNBB, enviou documento assinado por Dom Vicente Ferreira, Presidente da Comissão para a Ecologia Integral e Mineração da CNBB[35], que foi ignorado, sem motivos, pela Arquidiocese de Maceió, criticando o Prefeito JHC por perdoar o passivo ambiental da Braskem com a indenização de 1,7 bilhões. Ou seja, com a quitação da Braskem, futuras consequências socioambientais também representarão a transferência da dívida privada da mineradora para uma dívida pública. O Estado assume todos os ônus e o bônus é privatizado. Dom Vicente Ferreira se solidariza com as vítimas, denuncia os incentivos fiscais concedidos à Braskem, diz que a mineração sustentável é uma mentira e

---

[33] MACEIÓ. **IPLAN debate com setor imobiliário planejamento urbano de Maceió.** Prefeitura de Maceió, Al, 2023. Disponível em: https://maceio.al.gov.br/noticias/iplan/iplan-debate-com-setor-imobiliario-planejamento-urbano-de-maceio. Acesso em: 13 maio 2024.

[34] Processo MPF nº 0806577-74.2019.4.05.800.

[35] A Comissão para Ecologia Integração e Mineração, presidida por Dom Vicente Ferreira, bispo da cidade de Livramento de Nossa Senhora, no interior da Bahia, tem como missão defender a preservação da natureza e denunciar os crimes ambientais, cobrando das autoridades providências e punição para os culpados.

que “é urgente superar esse modelo extrativista que coloca o lucro acima da vida. [...] “Quando cuidamos da terra, ela também cuida de nós” [...] (Tribuna de Hoje, 2023).

Ressalta-se o importante conteúdo da carta da CNBB na reportagem do jornal digital Tribuna de Hoje, do dia 13/01/2023, onde se lê:

> Solidariedade com as famílias de Maceió e denúncia dos crimes da mineração.
>
> Enquanto a crise socioambiental atinge seus limites, **o extrativismo predatório da mineração emerge como a expressão mais emblemática da insustentabilidade deste sistema**. O cenário vivenciado em Maceió, Alagoas, configura, na realidade, um crime continuado perpetrado pela empresa petroquímica Braskem, **evidenciando a perversidade intrínseca à mineração no Brasil**, **com a conivência do Estado**. Os crimes da mineração no Brasil se acumulam e demonstram que a **propalada mineração sustentável ou verde é uma mentira**. **As violações dos direitos humanos, abrangendo o direito à cidade, moradia, trabalho, educação, saúde, vida digna e meio ambiente saudável, tornaram-se parte do cotidiano imposto pela Braskem**.
>
> O avanço das minas sob as casas na capital alagoana já resultou na expulsão de mais de 60 mil famílias, transformando áreas antes habitadas em bairros fantasmas. Recentemente, veio a público o iminente colapso da Mina 18, ameaçando a vida da Lagoa Mundaú, seus pescadores e outros residentes vulneráveis. Na madrugada, mais de 20 famílias foram despejadas e alojadas em abrigos de emergência, enquanto um hospital transferiu todos os seus pacientes para outras unidades de saúde.
>
> Em conformidade com a nota da Comissão Pastoral da Terra do Estado de Alagoas, **repudiamos veementemente: “com base em testemunhos, a truculência por parte da Defesa Civil Municipal, utilizando a força policial e as viaturas da Braskem para remover as pessoas de suas casas, na madrugada da quinta-feira** (30/11), **oferecendo apenas escolas creches como abrigo delas, mas sem respeito às suas escolhas, propriedades e, inclusive, aos pessoais que tiveram que ser deixados para trás**. Também não houve sensibilidade com os pacientes do Hospital Sanatório, realocados às pressas para outras unidades de saúde. Tais situações podem se configurar como graves violações de direitos humanos”.
>
> A Comissão para Ecologia Integral e Mineração da CNBB expressa solidariedade às famílias desalojadas e **denuncia, ainda, o acordo recente firmado entre a prefeitura de Maceió e a Braskem**, no âmbito da Ação Civil Pública nº 0808806-65.2023.4.05.8000 (ACM dos Moradores), pelo qual, mediante ao pagamento de R$ 1,7 bilhão, o município **dará quitação plena de todo o passivo ambiental da companhia, doando áreas públicas e isentando a empresa de dados futuros**.
>
> Somente em 2021, as renúncias fiscais concedidas à Braskem somaram R$ 791,5 milhões. A maior parte (R$ 726 milhões) foi concedida pelas operações da Braskem na região Nordeste, por meio da Sudene. São renúncias que existem desde a metade do século passado e que acabaram de ser renovadas pelo Congresso brasileiro, por mais 5 anos.
>
> O Estado, **portanto, apoia as operações das corporações mineiras por meio de benefícios fiscais e recebe dinheiro silenciando-se sobre as violações e danos provocados por elas**. **Mais um caso em que a mineração impacta milhares de vidas e destrói o meio ambiente está ficando impune**. Exigimos das autoridades a penalização criminal e civil. Cabe também à União tomar as devidas providências, cobrando o papel que lhe compete, uma vez que os bens do subsolo pertencem à União, incluindo a responsabilidade por sua proteção.”

De maneira concisa, entende-se que, se por um lado, o acordo socioambiental e seus correlatos deram caminhos para os afetados reconstruírem as suas vidas através da obrigatoriedade de indenização pela mineradora, por outro lado, foram decisivos para a construção da *Paisagem do Desastre*, para a destruição da memória existente e para construção de uma memória recente que mostra os prejuízos físico, emocional e moral, considerando que, através de suas determinações, as casas foram abandonadas e arruinadas, formou-se o vazio dos imóveis que já foram demolidos, surgiram as expressões de dor e revolta nas pichações, criou-se o vazio urbano sinalizado pelas placas de rota de fuga, construíram-se as estruturas de engenharia para o preenchimento das minas, puseram-se os tapumes metálicos de isolamento da área, marcaram as fissuras do solo e tudo mais que sensibiliza, surpreende e atinge nossa visão com a ideia de terra arrasada, e sociedade sem justiça social. Melhor dizendo, é o desastre enquanto processo. As ações do acordo são tão doloridas quanto o próprio desastre.

3.5 As posturas do poder público e do poder político

Atualmente não há divulgação sobre as consequências da subsidência dos bairros em Maceió, pois a iniciativa pública, em todas as suas três esferas, não apresenta canais atualizados e nem tão pouco o assunto é discutido com a sociedade. Apenas a ANM e MPF expõem em seus sites, notas sobre o assunto.

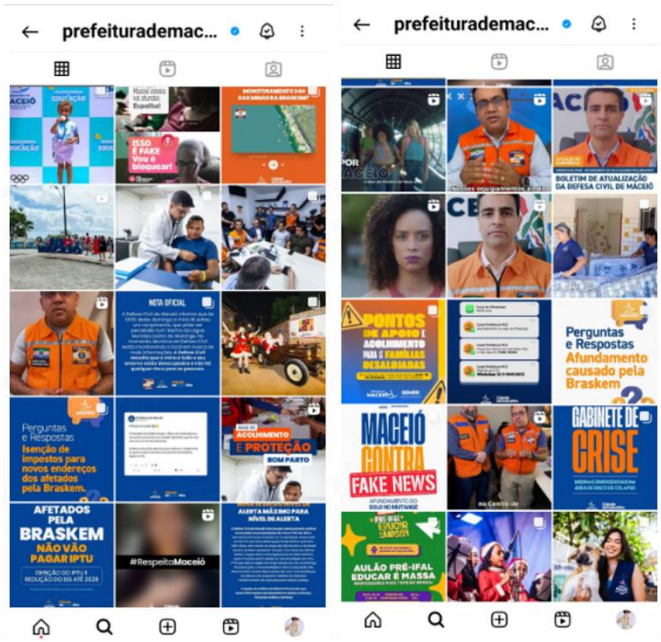
Em janeiro de 2023, um Diagnóstico Técnico Participativo do Plano de Ações Urbanísticas e Diagnóstico Ambiental, elaborados pelas empresas Diagonal e Tetra Tech, respectivamente, foram entregues como uma das ações da Braskem no cumprimento do acordo socioambiental entre Ministérios Públicos, Estadual e Federal, Defensoria Pública Federal e a mineradora. Estudando o Diagnóstico citado acima, faz-se mister ressaltar a narrativa utilizada nesse documento que tende a amenizar, reduzir ou omitir as dimensões dos danos causados pela mineradora Braskem na cidade de Maceió.

Em um diagnóstico de 798 (setecentos e noventa e oito) páginas, é notório o esforço do documento relatar um desastre quase sem tocar na palavra DANO (usada 12 vezes no corpo do texto), nem mesmo tratá-lo como um DESASTRE (palavra usada 3 vezes no corpo do texto enquanto as demais são usadas nas referências bibliográficas e definições técnicas), pois essas duas palavras quase não são escritas. Aliás, o desastre foi transformado em evento ou fenômeno geológico (ocasionado pela natureza), e não tecnológico (palavra inexistente no diagnóstico) que apontava mais causas preexistentes e vulnerabilidades. Percebe-se, uma estratégia clara de

omissão e atenuação dos fatos. Contudo, não se tem outro diagnóstico do desastre emitido pelos poderes públicos (Diagonal, 2023).

Ao mesmo tempo, o município de Maceió também silencia o desastre, não divulgando notas oficiais sobre o assunto. O que existe é o Decreto de Calamidade 9.643 de 29 de novembro de 23, publicado em Diário Oficial do Município e no site oficial da Prefeitura de Maceió[36]. O acompanhamento do colapso da mina 18 foi feito pela rede social do Instagram municipal para dar notícias, além de entrevistas para a TV local:

Figura 9: Notícias na rede social do Instagram da Prefeitura de Maceió durante o colapso da mina 18, em dezembro de 2023



Fonte: Instagram da Prefeitura de Maceió, 2023.

Essa parece ter sido uma tentativa de não manchar a imagem que a cidade conquistou em anos como um lugar paradisíaco de águas mornas e sol, onde não há lugar para desastres. Vale ressaltar que a limitação da cidade na diversificação de atividades econômicas, como a industrial e agrícola, faz do turismo a principal fonte de desenvolvimento econômico. Parece ser um contrassenso divulgar um desastre quando o que se quer é atrair o turista para um lugar tranquilo, onde ele possa descansar livre de preocupações.

[36] MACEIÓ. **Decreto de Calamidade 9.643 de 29 de novembro de 2023.** Declara emergência no município de Maceió em virtude da iminência de colapso da mina 18 da mineradora Braskem. Prefeitura Municipal De Maceió, 2023. Disponível em: https://maceio.al.gov.br/uploads/documentos/Decreto-de-Emergencia-Municipio-de-Maceio-DOM-extraordinario-29-de-novembro-de-2023.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

Associado a esse fato, salienta-se a forte campanha da própria mineradora Braskem na construção de uma nova narrativa, que tenta tranquilizar a todos e que se coloca como uma empresa consciente e preocupada com as questões ambientais e com a população.

> Desde 2018, quando surgiram rachaduras em casas e ruas de alguns bairros em Maceió, logo após o registro de um abalo sísmico, a Braskem vem colaborando com o poder público para entender as causas desse fenômeno geológico. Foi com base em estudos feitos com a participação das maiores autoridades nacionais e mundiais no tema que a empresa decidiu, em novembro de 2019, propor a remoção preventiva dos moradores na chamada área de resguardo, em torno dos 35 poços de sal que eram operados nos bairros e já estavam paralisados desde maio do mesmo ano.
>
> Todos os moradores, proprietários e comerciantes de cerca de 14 mil imóveis vêm sendo atendidos no Programa de Compensação Financeira, criado pela Braskem para promover a segurança das pessoas e garantir que elas possam ser indenizadas de maneira justa, no menor tempo possível.
>
> As áreas de convivência da comunidade serão consideradas nos diagnósticos, assim como a estabilização do terreno da região, começando pela encosta do Mutange, transformada em uma área com cobertura vegetal permanente (Braskem Explica, 2023).

Salienta-se que, dessa forma, a mineradora tenta esconder que a subsidência ainda está em andamento e que, portanto, o problema ainda não está resolvido. Em seu canal do Instagram, lê-se: “Somos inquietos. Movidos pelo novo. Apaixonados por transformar. Somos a Braskem. Bem-vindos!”. De fato, a transformação do lugar aconteceu, transformando a Paisagem Urbana e a vida da comunidade em uma *Paisagem do Desastre*.

O fator do silenciamento do poder público e da Braskem, traz uma reflexão importante e crucial: a nova narrativa da empresa associada à possível estratégia do poder público implica no silêncio de informações, apesar dos impactos na cidade. Assim, constata-se “uma dívida histórica que investidores privados e o poder público (Prefeitura, Estado e União) têm com Alagoas e Maceió” (Cavalcante, 2020, p.14). “O erro oficial de apostar todas as fichas num modelo excludente, quando a realidade social impunha um processo inclusivo e o zoneamento produtivo” (Cavalcante, 2020, p.13).

Devido ao colapso total da mina 18 em 10 de dezembro de 2023, houve divulgação nos canais de comunicação local e nacional que mudaram o rumo da história de silenciamento do desastre. O assunto tornou-se viral em todos os jornais e mídias e colocou explicitamente as condições dos afetados, o desespero das famílias do entorno imediato como dos Flexais e parte

do bairro Bom Parto, os acordos já firmados com a Braskem, além de expor políticos, como o Prefeito JHC e órgãos licenciadores como o IMA[37].

Na verdade, para entender melhor o porquê a notícia furou a "bolha" de Alagoas, é importante compreender a batalha de poderes políticos no Estado. Estamos falando de duas forças políticas: uma vinculada ao Senador Renan Calheiros [MDB] e outra ao Presidente da Câmara dos Deputados Federais, Arthur Lyra. [PP]. Calheiros foi aliado do Presidente Lula durante os dois primeiros mandatos a Presidente da República e no impeachment de Dilma Rousseff articulou para preservar os direitos políticos da Presidente, o que o deixa em uma situação confortável no governo atual do Presidente Lula. Calheiros e Lyra são opositores e lutam, desde 2020, pelo poder em Alagoas, mas ambos receberam em suas campanhas doações da Braskem (Folha de Alagoas, 2023). Na última eleição para prefeito, ganhou JHC [PL], hoje aliado à Lyra e temos como Governador do Estado, Paulo Dantas, apoiado pelos Calheiros [pai e filho]. Importante salientar que Renan Calheiros é sócio da emissora de rádio CBN, junto com Tito Uchôa, que pertence ao sistema Correio da Rádio, além de administrar a Rádio Correio. Essa pesquisadora acredita que os meios de comunicação, acrescidos da rede de influência do Senador, além da sua vontade política de eliminar o adversário para a campanha de 2024 para Prefeito da capital, preparação para eleições do Governo do Estado, foram os principais fatores que levaram à difusão em massa do desastre da Braskem em Maceió/AL. Relembrando que o Estado tem questionado ao STF o acordo indenizatório entre JHC e Braskem.

Ao mesmo tempo, o Estado resolve, após seis anos de apatia do IMA, tomar medidas mais enérgicas de suspensão de licenças e multas para a mineradora Braskem[38], enquanto negocia com uma indenização também para o Estado[39]. Ou seja, os rumos do desastre continuam sendo traçados pelos interesses políticos e econômicos de quem está no poder e,

---

[37] CNN BRASIL. Colapso em mina de Maceió: veja o que se sabe sobre o caso. **CNN Brasil**., [*s. l.*], 2023. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/colapso-em-mina-de-maceio-veja-o-que-se-sabe-sobre-o-caso/. Acesso em: 26 dez. 2023.
BBC NEWS. Parte de mina da Braskem se rompe em Maceió, mas risco de colapso "diminuiu" diz Defesa Civil. **BBC NEWS Brasil**., [*s. l.*], 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0j2jv93wljo . Acesso em: 29 dez. 2023.
SEIXAS, Josué; PAMPLONA, Nicola; LUCCA, Bruno. Mina da Braskem desaba em Maceió. **Folha de São Paulo**, Maceió, Rio de Janeiro, São Paulo, 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/12/mina-da-braskem-em-maceio-sofre-rompimento-diz-prefeito.shtml. Acesso em: 05 maio 2024.

[38] PODER360. Instituto do Meio Ambiente de AL multa Braskem em R$ 72 milhões. **Poder 360**, [*s. l.*], 2023. Disponível em: https://www.poder360.com.br/meio-ambiente/instituto-do-meio-ambiente-de-al-multa-braskem-em-r-72-milhoes/. Acesso em: 05 maio 2024.

[39] PASSOS, Gésio. Braskem é condenada a indenizar o Estado de Alagoas. **Agência Brasil**., Brasília, 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/justica/audio/2023-10/braskem-e-condenada-indenizar-estado-de-alagoas. Acesso em: 06 jun. 2024.

quando convenientes, podem manipular a sociedade nas suas manifestações públicas em apoio a punição da mineradora Braskem.

3.6 A dor dos afetados no desastre

As informações da DCM são difusas e pouco profundas, porém, é preciso fazer reflexões sobre a reutilização da área após a sua estabilização, e considerar formas de reparação e preservação com o uso de possíveis áreas consideradas referências culturais dentro da *Paisagem do Desastre*, ou mesmo, como essa *Paisagem do Desastre* pode ser patrimonializada e, assim também, ser uma reparação para as perdas materiais e imateriais da população.

O isolamento da área de 2,4 km² e a interdição das ruas e da linha férrea têm gerado rupturas e um vazio na paisagem urbana, e, o que se leva a crer, uma ruptura na cultura e modos de vida local. O processo doloroso dos moradores com a saída de suas casas pode ser observado de várias formas: manifestações públicas, falas em audiências públicas, livros, artigos, podcast, jornais, revistas, sites, além de pichações por todos os bairros atingidos. A indignação dos ex-moradores e de todos que se sentem afetados se agrava diante da forma compulsória de aceitação do Acordo Socioambiental assinado pelas autoridades públicas sem a sua participação. Uma das maiores indignações dos atingidos está na **transferência da posse de todas os imóveis afetados para a Mineradora Braskem**, como forma de pagamento das indenizações dos atingidos, podendo ser realizada reabilitação da área após a sua estabilização. Em outras palavras, o maior patrimônio imobiliário da cidade de Maceió passa a ser da causadora do maior desastre socioambiental do Brasil. Inclusive o programa de adesão dos moradores ao acordo, apesar de se chamar Plano de Compensação Financeira - PCF, na verdade é uma compra compulsória.

Na adesão do município ao acordo em 2023, é transferida a posse de toda a área pública: ruas, calçadas, praças, infraestrutura e imóveis públicos; ou seja, a mineradora comete um crime, faz um acordo e transforma as indenizações/imóveis em ativos. **Assim, atualmente, 2,4 km² da cidade de Maceió são propriedade da Mineradora Braskem**.

Ao sair de seus lares, o que resta à população hoje é a memória do que viveu lá e a necessidade de manter vivo o registro de uma realidade que não deve ser esquecida para ser evitada futuramente. Descontextualizados de seu lugar de origem e quebradas as relações sociais, as pessoas vão entrando em processo de “luto” por suas perdas e morrendo lentamente pelo desamparo e distanciamento de seus afetos e rede de apoio.

> Quanto a grande mortandade de pessoas, há que se pensá-la não [apenas] através da morte [física] das pessoas, mas de **uma morte situada por entre a erosão dos tecidos sociais, quando pessoas e grupos, descontextualizados de suas relações socioculturais originárias, foram condenados a uma situação de "anomia**", **compreendida enquanto um fenômeno sociológico de desamparo**, e assim, deslocados de suas relações afetivas estruturantes, são realocados em contexto de isolamento e deslocados de suas cadeias simbólicas, o que, involuntariamente, pode vir a engendrar situações existenciais propensas ao suicídio, às depressões, à loucura e a outros somatórios de desamparos (Fragoso, 2022, p. 66) (grifos nossos)

Podemos ver nos bairros em afundamento o processo de gigante ruptura urbana e do tecido social, como mostra a foto abaixo:

Foto 39 - Vista aérea a partir do bairro do Pinheiro do bairro evacuado do Mutange e Laguna Mundaú



Fonte: Imagem cedida pelo próprio autor Arthur Celso (2021).

O tratamento igual para situações desiguais associado à limitação do desastre em números de moradores e km² de área atingida busca ofuscar os danos causados e não considera que se trata de milhares de famílias afetadas e não objetos ou coisas. Essa situação desigual é observada pela socióloga Nair Palhano (2022), Doutora em Planejamento Urbano e Regional, em sua Nota Técnica para a Prefeitura Municipal de Maceió:

> O tratamento do território de forma homogênea e orientado unicamente pela situação geológica (afundamento) é insuficiente para dar conta da diversidade econômica, sociocultural e identitária dos danos, pois se perde a possibilidade se evidenciar as perdas no que elas interferem com os modos de vida locais (Palhano, 2022, p.5).

Em função da revolta, angústia e dor, em seu luto, moradores picharam suas próprias casas com mensagens diversas de afeto, pertencimento, raiva, mágoa e denúncias. É através da leitura dessa forma de expressão, que compreendemos o sofrimento silencioso dos afetados e

nele encontramos uma das principais referências da *Paisagem do Desastre* que pode se traduzir como um lugar de memória sensível. Ao caminhar pelas ruas arruinadas, é a leitura do observador que não faz calar a voz do afetado. Enquanto lidas, as vozes ecoarão no presente e enquanto existirem.

3.7 Impactos que geram as características da *Paisagem do Desastre*

As informações sobre os impactos do desastre em Maceió foram baseadas nos relatórios oficiais da CPRM, e diagnósticos provenientes do acordo socioambiental realizados pelas empresas Diagonal e Tetra Tech. Assim, o material acima citado, como se trata de material pago pela Mineradora Braskem, foi visto com ponderação ao mesmo tempo que essa pesquisa se valeu de notícias de jornais de grande circulação e dos sites do MPF e da ANM.

O desastre tecnológico da Braskem significa um divisor de águas para a cidade de Maceió, pois, ele provocou além do impacto socioambiental, diversos danos significativos, não apenas na população expulsa dos bairros diretamente afetados, e sim em toda a cidade.

Importante ressaltar que os danos relacionados a seguir são exemplificativos e colocados de maneira sucinta como forma de se compreender, de forma mais ampla, as muitas consequências do desastre na cidade, e a maioria delas, com implicações diretas na construção da *Paisagem do Desastre*.

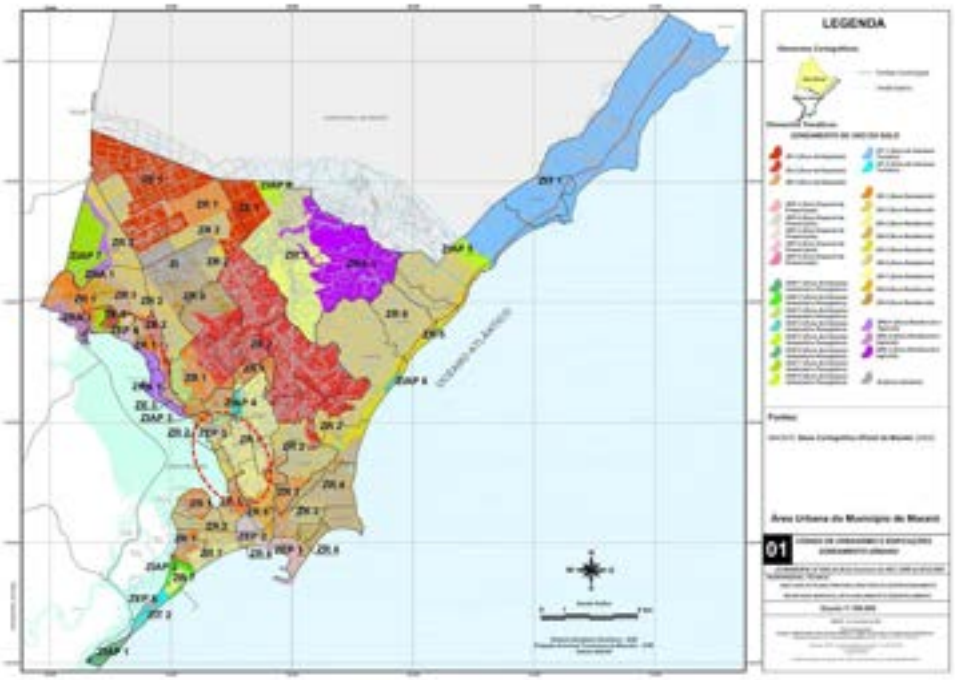
3.7.1 Perda da função social da propriedade e criação da paisagem e vazio urbano

A função social está atrelada aos direitos e garantias fundamentais da Constituição de 1988, XXIII do artigo 5º, e consiste na utilização da propriedade, urbana ou rural, em consonância com os objetivos sociais de uma determinada cidade. A função social impõe limites ao direito de propriedade, para garantir que o exercício desse direito não seja prejudicial ao bem coletivo. Esse direito visa ordenar o desenvolvimento das funções sociais e o bem-estar da população através do Plano Diretor, sendo até capaz da força de desapropriação pelo poder público se a propriedade não estiver cumprindo a função social.

Desse modo, de acordo com o Plano Diretor de Maceió – PDM de 2006, ainda vigente, as áreas afetadas eram constituídas de zonas residenciais - ZR [Bom Parto – ZR1; Mutange – ZR2; Pinheiro e Farol – ZR7 e uma Zona Especial de Preservação - ZEP [Bebedouro – ZEP 3], e de uma maneira geral, os bairros atendiam a função social da propriedade, pois, eram

predominantemente de uso residencial, com permissão para o exercício de atividades comerciais, de serviços e industriais, compatibilizadas ao uso residencial; havia o estímulo à promoção de habitação de interesse social [Bom Parto e Mutange]; permitia a verticalização alta de edificações populares [Mutange] e ainda permitia a verticalização alta, até 20 [vinte] pavimentos, compatibilizado ao saneamento básico [Pinheiro e Farol]. Em outras palavras, a cidade perdeu uma área além de histórica, definida também como Corredor Cultural, era central e estratégica, com potencial construtivo [visão do capital], fácil mobilidade urbana, serviço e comércio diversificados, com infraestrutura urbana [exceto drenagem e esgoto], autossuficientes, cumprindo plenamente a sua função social [ver Figura 14 - mapa de uso do solo, 2018].

Mapa 10 - Zoneamento urbano de Maceió localizando a área de afundamento



Fonte: Plano Diretor de Maceió, 2005.

Segundo o Professor do Instituto de Energia e Ambiente da USP, Pedro Côrtes, em entrevista à CNN Brasil, em 1º de dezembro 2023, ele compara a área afetada a "nossa Chernobyl[40]", pois, caracteriza-se por "uma área de exclusão, onde as pessoas não vão poder voltar, pelo menos tão rapidamente, e afetando diversas famílias. É considerado hoje o maior

[40] Acidente na usina nuclear Chernobyl, em 1986, na antiga URSS, hoje Ucrânia, que explodiu e jogou gases radioativos na atmosfera, incluindo iodo-131, césio-137 e plutônio-239, formando uma zona de exclusão com raio de 30 km da usina, com cidades abandonadas até hoje.

desastre ambiental em ambiente urbano."[41] Desse modo, a área ficará impossibilitada de ocupação do homem e condicionada à recuperação ambiental para um uso social.

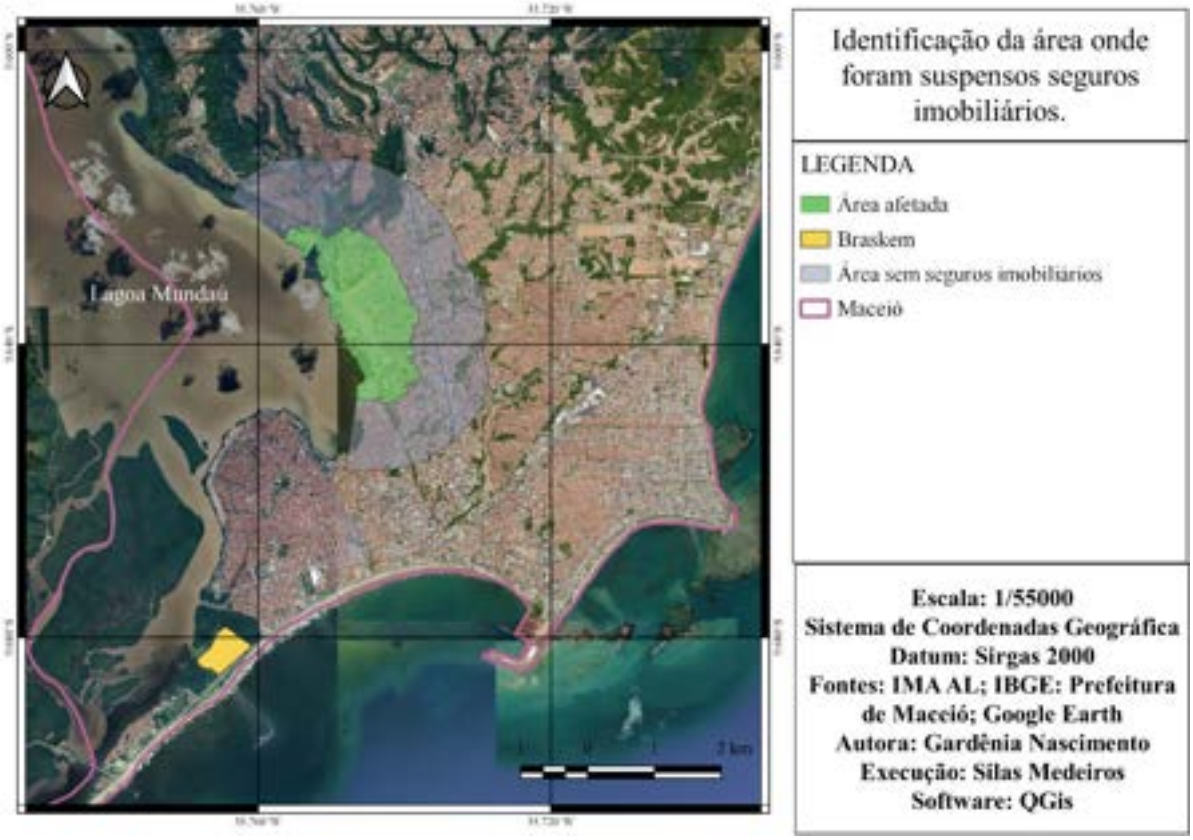
A comparação com o acidente nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, em 1986, ratifica inclusive a reflexão de que a *Paisagem do Desastre* da Braskem, caracteriza-se como um lugar de memória sensível, pois, o acidente nuclear deixou uma chamada "zona de exclusão" onde, silenciosamente, estão materiais radioativos invisíveis, sem sabor e sem cheiro que expulsaram milhares de pessoas por 24 mil anos. *Pripiat* hoje é uma cidade abandonada. Assim como Chernobyl, o desastre da Braskem formou uma "zona de exclusão" de 1km de raio das minas, expulsou milhares de pessoas que também abandonaram suas casas, com um perigo constante de afundamento silencioso e invisível, transformando o lugar, antes com vida, em uma "cidade fantasma", sem previsão de reutilização do lugar.

3.7.2 Suspensão dos seguros de imóveis

Agravando ainda mais os impactos urbanos dos bairros afetados e da cidade, em 2021 a Caixa Econômica Federal - CEF, em 2021, listou 1.400 ruas para suspender seguros imobiliários em áreas próximas à área afetada. Apenas em 12/01/2024 a Justiça Federal de Alagoas atendeu ao pedido da DPU, feito ainda de 2021, depois que houve várias negativas das asseguradoras de imóveis, aplicação de preços abusivos e aumento expressivo de valores cobrados compreendidos como uma estratégia de abdicar a contratação de seguros residenciais.

[41] CNN BRASIL. **Professor sobre mina em Maceió:** Essa é a nossa Chernobyl. Youtube, CNN PRIME TIME, [*s. l.*], 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yXZsGliE5Dk. Acesso em: 19 jul. 2024.

Mapa 11 - Identificação de área onde foram suspensos seguros imobiliários



Fonte: Gardênia Nascimento, com execução de Silas Medeiros, 2024.

Segundo a DPU em Alagoas, as seguradoras estavam adotando uma margem de segurança de 1km a partir do limite do mapa da área afetada como área suspensa de seguros, aumentando em torno de 100% da área atingida. Essa iniciativa não teve base técnica legal apresentada. Dessa forma, essa área passaria a ficar também estagnada de desenvolvimento ou crescimento urbano, pois, o seguro é requisito nas compras financiadas de imóveis. Ou seja, novos investimentos imobiliários e até a simples venda do imóvel já existente, estariam estagnados e a consequência na Paisagem Urbana, a longo prazo, teria efeito a sua desvalorização, aumentando ainda mais a *Paisagem do Desastre*. Segundo o Juiz Felini de Oliveira Wanderley, da 5ª Vara da Justiça Federal em Alagoas:

> Não se está negando a autonomia da vontade, nem a liberdade de as seguradoras avaliarem e aceitarem, ou não, o risco envolvido, mas estabelecendo limites razoáveis a fim de evitar que as negativas ocorram de forma indiscriminada, genérica e abstrata... (Carta Capital, 2024).

É importante acrescentar que a desvalorização do entorno da área de risco pode gerar um efeito em cadeia no sentido de estagnação dos negócios e serviços, redução significativa de

construções e reformas, desocupação de imóveis gerando problemas de segurança e saúde pública.

3.7.3 Demolição dos imóveis e sensação de insegurança

O projeto de demolição dos imóveis da área afetada ainda está sendo avaliado pelos órgãos ambientais e até o momento sem autorização, no entanto, imóveis já foram demolidos, como por exemplo todo o bairro Mutange. Cerca de 650 imóveis foram demolidos e 26 mil pessoas foram expulsas em três meses. Outros imóveis foram paulatinamente, porém, pontualmente, demolidos, a pedido da DCM, com a justificativa de estarem em iminente risco de desabamento. Os primeiros prédios a serem demolidos foram do Conjunto Habitacional Jardim das Acácias, no Pinheiro, seguidos de ações pontuais.

Para cumprir o acordo socioambiental em implementar projeto de estabilização e drenagem da encosta do Mutange, cerca de 2000 imóveis em uma área de 200 mil m² foram demolidos em 2022. Após a demolição, foi feita terraplanagem e atualmente se faz o sistema de drenagem para que posteriormente haja o plantio de vegetação através de hidrossemeadura.

Fotos 40 e 41 - Vista aérea a partir da Laguna Mundaú vendo o bairro Mutange, 1º bairro demolido





Fonte: Google Maps e acervo Arthur Celso, respectivamente, 2023.

É notória a transformação do bairro que deixou de ser lugar de vivência para se tornar território da Braskem. A *Paisagem do Desastre* se constrói na destruição das casas, ruas, becos e lugares de encontro. O contraste atual do barro vermelho apaga a vida que ali existiu e que vai continuar sendo apagada com a cobertura vegetal em implementação pela mineradora. Na laguna, árvores estão ficando submersas com o afundamento, e o antigo Centro de treinamento e campo do clube CSA, é tomado e apagado pelo canteiro de obras da Braskem.

Imagem 16 - Recuperação da encosta do Mutange



Fonte: Braskem Explica, 2024.

O plano de demolição foi exposto em Audiência Pública *online*, como exigência do licenciamento ambiental e foi presidida pelo IMA -AL, publicada no Diário Oficial do Estado em 13.04.2023, e que teve como finalidade a apresentação e discussão do Relatório de Impacto Ambiental oriundo do Estudo de Impacto Ambiental – RIMA - das atividades de demolição e outras atividades de apoio a serem desenvolvidas nas áreas desocupadas do Mapa de Linhas de Ações Prioritárias emitido pela DCM (dezembro de 2020), em atendimento à Resolução CEPRAM nº 01/22, à Resolução CONAMA nº 09/1987 e ao Termo de Acordo Socioambiental (processo nº 0806577- 74.2019.4.05.8000) firmado com o MPF, com interveniência do MPE-AL.

Como parte integrante do processo de licenciamento, o IPHAN foi requerido pela mineradora Braskem para que se manifestasse tecnicamente sobre o plano de demolição somente no ano de 2023, pois, o estudo não previa a demolição e/ou descaracterização de imóveis de valor histórico reconhecido pelo Município e pelo Estado. O processo se encontra no sistema SEI nº 01403.000273/2023-89 e dele foram elaborados três pareceres técnicos sobre o patrimônio imaterial, material e arqueológico, que exigiram: a caracterização e avaliação da situação do patrimônio existente; a localização georreferenciada dos bens culturais e comunidades a eles associados bem como seus espaços de prática de avaliação das ameaças e impactos silenciosos sobre o patrimônio; a proposição de medidas de preservação e salvaguarda e mitigação dos impactos provocados pelo empreendimento.

Ainda foi solicitado, antes de qualquer outra demolição, a possibilidade de manter registros como testemunhos do lugar tratando-os como marcos referenciais do que existia, como pode ser visto no trecho abaixo:

> Cabe então refletir sobre a **possibilidade de se manter testemunhos materiais do lugar, os quais poderão ser compreendidos como marcos referenciais que o caracterizavam**, o tornavam peculiar aos sujeitos que ali eram permanentes e contarão essa história juntamente aos demais aportes. [...] **a perda total deste território poderá inviabilizar o conhecimento por gerações futuras do que foi esse significativo trecho da cidade de Maceió**. Faz-se importante, perante o compromisso de dar sustentabilidade também à história do ambiente construído, permitir que referências arquitetônicas e/ou urbanísticas dos bairros afetados, possam, de certa forma, não se perder completamente (IPHAN, 2023) grifos nossos.

No entanto, o parecer acima não trata e nem prevê a preservação das marcas dos efeitos do desastre tecnológico, que nessa pesquisa, vê-se, também, como referências do lugar marcado pela violência minerária.

Os pareceres também sugerem que os afetados possam identificar e propor proteção para os marcos referenciais sugerindo a ferramenta desenvolvida pelo IPHAN: o Inventário

Participativo: “moradores deslocados são os sujeitos que deverão apresentar as propostas para os marcos de referência dos bairros afetados.”.

Nos pareceres é lembrado também que: “o estudo arqueológico preventivo é parte integrante do processo de licenciamento ambiental e visa a proteção e preservação do patrimônio cultural, direito difuso garantido a todos os cidadãos brasileiros,” [...] além de apontar o arcabouço legal que o protege. Importante consideração extraída da Carta de Lausanne de 1990 indica que o patrimônio arqueológico **é um recurso não renovável e que não deve ser destruído**.

Em síntese, os pareceres apontam para a necessidade de investigação prévia do patrimônio arqueológico, material e imaterial, antes de qualquer demolição e que a identificação dos mesmos deve contar com a colaboração da sociedade para identificá-los.

Segundo o Memorial descritivo apresentado pela mineradora: “Os imóveis de interesse histórico não serão objeto de demolição[...]. Para a integridade das edificações acauteladas serão adotadas medidas preventivas, ou corretivas, caso necessário, prescritas em laudos de vistorias prévias e pós atividade.” como também afirma que “há necessidade de demolição para assegurar a integridade dos usuários das vias públicas da região”. Em outras palavras, caberá a própria mineradora realizar inventário participativo, com a participação social, para pesquisar as referências culturais e assim, também propor soluções para sua preservação.

Apesar do acordo prever a recuperação da encosta com a demolição das casas, não ficou estabelecida a necessidade de demolição de todos os imóveis da área afetada, principalmente os imóveis pertencentes ao núcleo Histórico de Bebedouro e as Unidades Especiais de Preservação - UEP.

Com os imóveis em ruína e abandonados, aumentaram os casos de doenças na área de entorno. Segundo o Diagnóstico Técnico Participativo da empresa Diagonal, a Secretaria Municipal de Saúde de Maceió relatou que houve aumento de mosquitos e escorpiões na região de desocupação, e a Vigilância Sanitária fez ações no local. Nas reuniões do processo participativo ficou evidente as preocupações com: “[...] surtos de dengue, a proliferação de insetos e doenças veiculadas por vetores para as pessoas que ainda permanecem nessa área e surgimento de demandas que antes não existiam, como criadouros de insetos e a ocorrência de doenças transmitidas por eles [...]” (Diagonal, 2023, p. 250).

Associadas às questões sanitárias estão também as questões de segurança pública, pois, se trata de 2,4 km² de área desocupada e em ruína. A empresa contratada pela Braskem para segurança do local, GPS, não pode se confundir com a prerrogativa do Estado na segurança da população. A empresa cuida da segurança dos imóveis que, hoje, estão de posse da mineradora

Braskem. O efetivo da PM parece não conseguir garantir a segurança em área de vazio urbano. A sensação de insegurança também leva à limitação do transporte por aplicativos para a população do entorno que evita passar próximo ou pelo local, visto que são consideradas como áreas de risco.

Fazendo uma correlação do desastre da Braskem com a zona de exclusão do acidente nuclear de Chernobyl, onde há previsão de 24 mil anos de ação radioativa de plutônio, e que os três reatores ainda existentes só podem ser desativados em 2065, é importante salientar que as cidades e aldeias ucranianas não foram demolidas apesar de abandonadas. Hoje, após 28 anos, continuamos a perceber a gigantesca dimensão do acidente, sem apagamentos do que foi a ocupação do lugar. Questiona-se se a manutenção dessas cidades, com um prazo de recuperação extremamente maior que a era cristã com 2024 anos, segundo o calendário gregoriano, acontece pela necessidade do não apagamento do acidente, da dificuldade de demolir imóveis em um raio de 30km, ou da impossibilidade de demolição pela preservação da vida de trabalhadores que o fariam, ou mesmo outro fator aqui não considerado. Mas, o que se considera é que sua permanência se tornou um documento urbano para o não esquecimento. “Aqui os efeitos são “invisíveis” e percebidos pela desocupação. Diferente de Maceió que tem efeitos físicos também[42].

Foto 42 - Cidade de Pripyat, na Ucrânia, abandonada desde 1986



Fonte: National Geographic, 2021.

[42] Comentário da Professora e Arquiteta Lúcia Hidaka, em avaliação dessa dissertação.

3.7.4 Destruição do núcleo histórico de Bebedouro e o apagamento físico e virtual da história dos bairros

Dentre os bairros afetados, destaca-se Bebedouro, território protegido pela Lei Municipal nº 5486 de 30/12/2005 como Patrimônio Histórico; referência cultural de um dos primeiros núcleos de povoamento de Maceió. A afetação transcende a dimensão do impacto material das casas, praças e equipamentos, pois, impactou a continuidade da existência da identidade cultural, histórica e do patrimônio imaterial da cidade.

Inicialmente percebe-se a perda material das edificações que, abandonadas e arruinadas pelos próprios moradores[43], foram descaracterizadas com a permissão do Município. O motivo que levou a esse arruinamento foi a retirada de todos os materiais de valor das residências, como telhado, esquadrias, louças, fiação, revestimentos e outros, para vender ou mesmo serem reaproveitados nas novas residências, por necessidade ou afeto. Não foram consideradas as condições de conservação de casas geminadas que hoje passam por um processo de desestabilização devido a essa retirada.

A obrigação dada à Braskem foi recuperar e restaurar 54 imóveis identificados pelo município como unidades de preservação ou de referência histórica ou estética [ver Anexo I], não sendo incluída a ideia de proteção da ambiência do conjunto como um núcleo histórico completo ou parte do caminho histórico de povoamento da cidade, desconsiderando que todo o bairro é protegido pelo Plano Diretor Vigente. Há a ameaça de demolição e ainda não se tem conhecimento de discussões do poder público ou da Braskem com a sociedade sobre como esse núcleo histórico pode ser preservado.

A ruptura dos vínculos com familiares, vizinhos e amigos, que contribuíam para o modo de vida local, foram interrompidos devido à subsidência e seus efeitos. Com a realocação, reduziu-se a capacidade de engajamento da população com os fazedores de cultura que também tinham uma relação no uso dos espaços urbanos, como a Praça Lucena Maranhão em Bebedouro, por exemplo, e onde as manifestações culturais aconteciam; ou mesmo a Praça Menino Jesus de Praga, onde realizavam-se os festejos da comunidade do Pinheiro. As atividades culturais foram separadas assim como os integrantes do bairro, e a dificuldade financeira do reencontro diminui as chances de continuidade das atividades populares. Assim

[43] Após a expulsão, inicialmente casas foram saqueadas [retirados materiais de valor como, telhas, madeiramento, esquadrias, louças sanitárias, vidros, balcões de pedra e outros]. Devido a isso, os moradores começaram a vender esses materiais da casa para ter mais recurso financeiro. Já outros moradores retiraram esses materiais por afeto e apego de seus lares, para serem utilizados em sua nova residência.

como os brincantes, toda a rede de apoio familiar também se pulverizou, sem ter sido planejada e discutida uma realocação que pudesse assegurar a aproximação de familiares e amigos. O relato comum entre as pessoas atendidas [pelo Serviço Psicossocial do Município] se refere à perda de vínculos históricos e sociais com os locais de moradia (Diagonal, 2023, p.250). O mesmo resultado pode ser observado em estudo dos podcast *Vozes do Afundamento* realizados no Capítulo III dessa dissertação.

Diante da memória de destruição e da possibilidade real de apagamento da história dos bairros, as organizações sociais dos bairros afetados [Associação S.O.S Pinheiro, Associações dos bairros Bebedouro, Mutange, Alto do Céu, Ladeira Gruta do Padre, a Igreja Batista do Pinheiro, Conselho Municipal de Políticas Culturais, a MEI Fragma, Associação Cultural Joana Gajurú, Instituto Quintal Cultural, S.O.S Pet Pinheiro, Instituto para o Desenvolvimento das Alagoas, Quadrilha Junina Pé de Serra das Alagoas, Projeto Ruptura e moradores individuais], participantes da Oficina Participativa promovida e coordenada por essa pesquisadora, deram entrada em pedido de tombamento provisório da área de ações prioritárias, decretada pela Defesa Civil de Maceió, para impedir a demolição dos imóveis sem que antes se faça um Inventário Participativo que identifique as referências culturais do lugar [Processo SEI nº 01403.000333/2023-63]. Dentre as considerações sobre a carta da sociedade civil, o IPHAN expõe seu entendimento sobre a ideia de que os bairros afetados podem ser lugares de memória sensível:

> Entretanto, a Carta [...] se refere ao elemento que atualmente pode ser considerado o cerne deste processo de acautelamento, a saber: **o seu reconhecimento patrimonial enquanto sítio de memória sensível em referência direta e explícita ao desastre do afundamento dos bairros de Maceió** (IPHAN, 2023).

A citada Oficina Participativa levantou importantes referências culturais que serão apresentadas no Capítulo III e que se tornaram base para o pedido de tombamento, sendo anexo do pedido. Essa pesquisa está sendo elaborada e, concomitantemente, sendo também utilizada para buscar ações concretas, dentro do IPHAN, para preservação das referências culturais.

A transformação do patrimônio histórico municipal e estadual, reconhecido por lei, em ruínas e o abandono dos locais de sociabilidade dos encontros culturais como praças e escolas, constroem a *Paisagem do Desastre* deserta, abandonada, inóspita, com alguns imóveis sendo preservados, mas que perdeu sua ambiência. A tentativa de preservação de referências pode ser vista em dois processos no IPHAN, tanto sobre a demolição dos imóveis afetados quanto do pedido de tombamento provisório, que se encontram em andamento.

3.7.5 Falta de informação, imaginário coletivo e a saúde mental dos afetados

Em março de 2018, quando aconteceu o terremoto e a percepção de rachaduras, tanto no solo quanto em algumas habitações, ainda não havia respostas sobre sua causa[44]. Desde 2018 a população de Maceió busca saber, através de órgãos oficiais, o que acontece com o afundamento dos bairros afetados pela Braskem.

Durante todo o ano de 2018 até abril de 2019 cogitava-se várias possibilidades, dentre elas, problemas de saneamento agravados pelas fortes chuvas (defendida pelo CREA)[45] enquanto o Engº. Abel Galindo afirmava ser as minas da Braskem (relatado no Capítulo I) e a Defesa Civil não se posicionou sobre a causa. Nesse intervalo de tempo, não havia relatórios ou notas oficiais sobre o problema e a população do bairro Pinheiro afligia-se pela falta de transparência do setor público. Após o laudo da CPRM em abril de 2019[46] [um ano depois do tremor], atestando a responsabilidade da mineradora, as preocupações dos moradores não só do Pinheiro, mas Mutange, Bom Parto e Bebedouro, incluídas no laudo, são de que o referido laudo não deixou claro se haveria ou não colapso total das minas e por quanto tempo esse problema duraria. Além dessa ausência de informação, o laudo, extremamente técnico, não é compreensível a todos. Por isso, especulações diárias no imaginário coletivo causaram pânico social.

Após um ano, em março de 2020, declarou-se a Pandemia da Covid 19. A campanha dizia: “Fique em Casa”, mas como ficar em casa se essa mesma casa estava ameaçada, silenciosamente, com um afundamento que não se sabia o quanto iria afundar, até onde alcançaria e por quanto tempo duraria? A aflição, a angústia e o pesadelo diário de não se ter mais informações oficiais foram incentivadores do imaginário coletivo que dizia: “a cidade vai afundar”.

---

[44] CÓLEN, Roberta. Tremor de terra é registrado em vários bairros de Maceió. **G1 Alagoas,** Maceió, 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/tremor-de-terra-e-registrado-em-varios-bairros-de-maceio.ghtml. Acesso em: 18 jul. 2024.

[45] ASSESSORIA JORNAL EXTRA. Uma das causas para afundamento do bairro é a drenagem, diz Crea. **Jornal Extra,** Maceió, 2019. Disponível em: https://ojornalextra.com.br/noticias/alagoas/2019/04/46106-uma-das-causas-para-afundamento-do-bairro-e-a-drenagem-diz-crea. Acesso em: 18 jul. 2024.

[46] AGÊNCIA BRASIL. **Relatório aponta mineração como causa de rachaduras em Maceió.** 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-05/relatorio-aponta-mineracao-como-causa-de-rachaduras-em-maceio#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20CPRM,no%20solo%20e%20nas%20edifica%C3%A7%C3%B5es. Acesso em: 20 ago. 2024.

O acordo socioambiental conduzido pela Força Tarefa do MPF, MPE, DPU[47], que obrigou a Braskem a retirar os afetados e a indenizá-los, só veio a ser assinado em dezembro de 2020 e efetivamente aconteceu em 2021. Foram três anos de sofrimento contínuo com a falta de transparência, aflição, pressão psicológica de um desastre iminente e a imaginação de 57 mil pessoas que não tiveram condições de tomar decisões sobre suas vidas.

Sabe-se que os desastres causam impacto na saúde mental dos afetados, pois há a ruptura de rotinas, perda de fontes de renda e de referências, isolamento social, desencadeamento de distúrbios mentais, depressão, ansiedade, angústia, insegurança, síndromes de estresse pós-traumático e suicídio. Pode ocasionar alcoolismo e uso de outras drogas (Diagonal, 2023, p.242). O impacto na saúde mental dos afetados da Braskem, que ainda está em estudo, foi percebido no dia a dia dos funcionários da Prefeitura Municipal de Maceió, como foi relatado no Diagnóstico Técnico Participativo, realizado pela empresa Diagonal, que registrou os depoimentos abaixo, da Fundação Cultural e da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS:

> "... o bairro de Pinheiro tinha muitos idosos e parte deles desenvolveram quadros depressivos. [...] **No início, sensação de pânico, quadro de depressão, incertezas, enquanto outros negaram a existência da situação**. Depois, a revolta por estarem sendo retirados do local, vivenciar o plano de fuga, com a sirene, situação nunca vista, não fazendo parte da cultura brasileira, gerando mais stress. **Falta de informação gerou o pânico também**. Depois veio a crise das competências institucionais, indefinições dos recursos (Federal, Estadual, Municipal?), depois as demandas judiciais. Agora parece que se começa a vislumbrar que o problema existe e que precisa ser resolvido. A cultura faz falta na vida das pessoas. A relação dos moradores com a Lagoa, como uma grande mãe, a questão dos pescadores..." (Fundação cultural, 2022).
>
> "... **A saúde mental foi o problema mais reportado pela população**." (Secretaria Municipal de Assistência Social, SEMAS).
>
> A saúde mental é um tema apontado como central entre os impactos mapeados sobre a saúde e a rede de atenção psicossocial – RAPS, incipiente, **está sendo impactada pelo aumento da demanda resultante do processo de realocação**, mesmo com as alternativas de atendimento psicossocial criadas pela SMS (CAT) e pela Braskem (CAP) (Diagonal, 2023, p. 264).

Segundo o diagnóstico da Diagonal, nas escutas da população realocada, obteve-se relatos de problemas emocionais retratados no isolamento, ansiedade, insegurança, tristeza, fobias, pânico, depressão, abandono, medo, violência e agravamento do *stress* e de quadros depressivos. Observaram-se fatores geradores como, por exemplo, perdas de laços comunitários

[47] MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Acordo de cooperação MPF / PR-RR N° 001/2020.** Acordo de Cooperação que entre si celebram o Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado de Roraima – e o Ministério da Defesa Exército Brasileiro – Força-Tarefa Logística Humanitária– VIII Contingente. Boa Vista, Roraima, 2020. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/rr/sala-de-imprensa/docs/Acordo_assinado_PRRR00010660.2020.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

e de convivência; interrupção e alterações do modo de vida, lazer e atividade cultural. Considerando a saúde mental, os relatos expressaram com ênfase às condições da coletividade, do ambiente familiar, do ambiente de moradia e trabalho, com alguns poucos relatos individuais (Diagonal, 2023, p. 248).

Isso significa que a falta de informação associada às perdas dos afetados provocaram sofrimento, dor e deixou a sociedade sem condições de planejar suas vidas. Essa condição gerou sentimentos diversos, percebidos como uma espécie de luto coletivo, nitidamente expresso em pichações que os próprios moradores fizeram em suas casas antes de serem expulsos, e tratadas nessa pesquisa como uma das principais formas de expressão dos afetados. Essas pichações se tornaram uma outra camada de importantes registros da história do desastre por sobre as ruínas que se formaram, sendo tratadas no Capítulo III. E mais uma vez a *Paisagem do Desastre* vai sendo construída e, dessa forma, representando as referências do momento da expulsão dos moradores.

3.7.6 O meio ambiente afetado

Na região diretamente afetada está também parte da Laguna Mundaú, que possui uma área de 23km² e interliga-se com o mar através de uma extensa rede de canais que cortam a planície, formando dezenas de pequenas ilhas. O vasto manguezal e a variedade de peixes, crustáceos e moluscos garante a subsistência da comunidade ribeirinha, mas precisou ter parte da sua margem interditada, impactando diretamente a atividade pesqueira. Relatório produzido pela empresa Tetra Tech[48], entregue ao MPF, apesar de comporem o site do órgão, não estão acessíveis e sempre com mensagem de erro, por isso, não temos acesso às informações oficiais sobre os danos.

As minas de sal-gema em colapso, localizadas na Laguna Mundaú, também ameaçam silenciosamente o complexo lagunar, principalmente após o colapso total da mina 18, e, consequentemente, as cidades ligadas a ele. Ou seja, poderá atingir parte da Região Metropolitana. A ameaça silenciosa de salinização da laguna[49], o desaparecimento do

[48] Empresa contratada pela mineradora Braskem por exigência do Acordo Socioambiental.
[49] REDAÇÃO T82. Risco iminente: colapso da mina 18 no Mutange pode causar salinização drástica na Lagoa Mundaú, segundo a Defesa Civil. **T82**, Maceió, 2024. Disponível em: https://t82.com.br/maceio/noticia/2023/11/29/risco-iminente-colapso-da-mina-18-no-mutange-pode-causar-salinizacao-drastica-na-lagoa-mundau-segundo-a-defesa-civil. Acesso em: 16 jan. 2024.

sururu[50][referência e patrimônio cultural alagoano] e a mortandade de peixes[51] já são investigados pelos órgãos ambientais. No entanto, após o colapso total da mina 18, pesquisadores da UFAL e do IMA divulgaram o resultado de amostras da água da Laguna Mundaú. Segundo eles: não foram identificadas alterações no ecossistema local, mas os cientistas reforçaram que ainda precisam ser feitas novas checagens[52].

Abaixo, o relato do Coordenador Geral da Defesa Civil de Maceió, Abelardo Nobre ainda no período iminente do desabamento da mina 18:

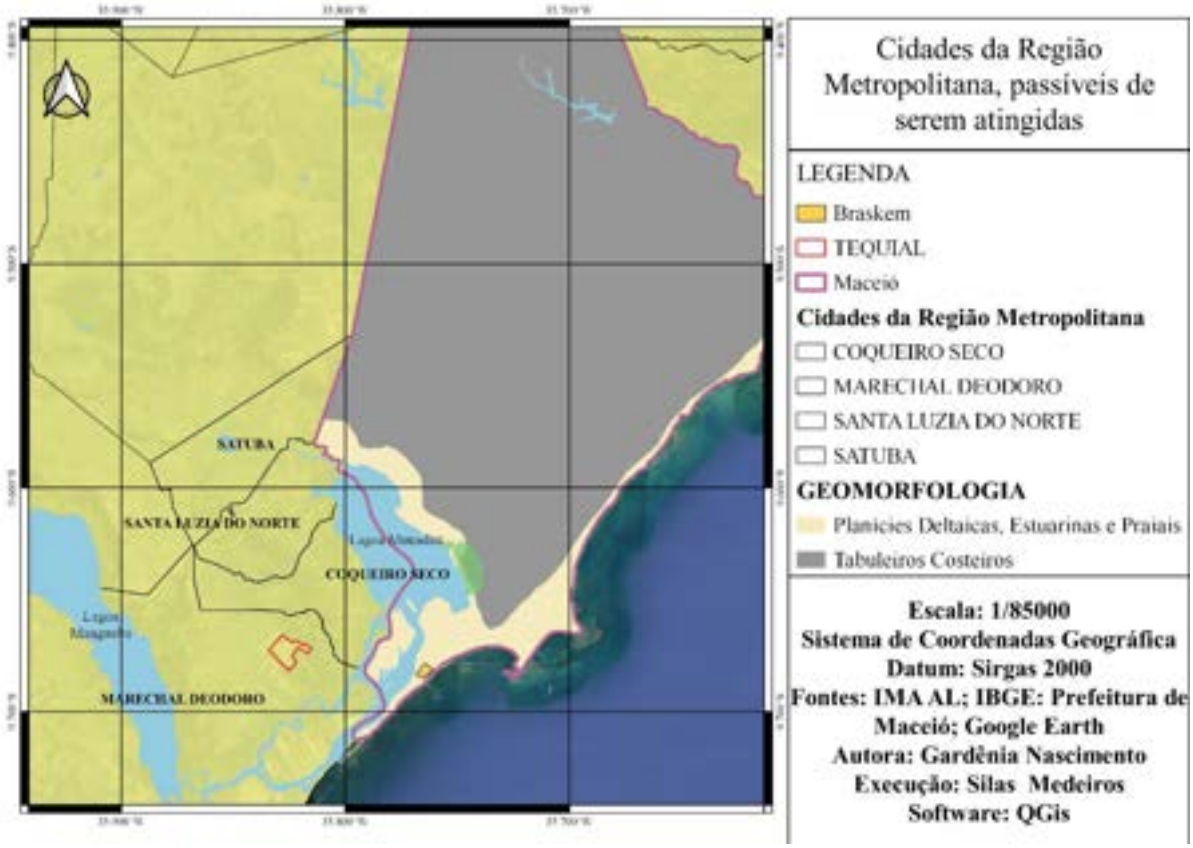
> "Se o teto dela [mina 18] vier a desabar, essa cavidade chega até a superfície. Se ela chegar dentro da lagoa, as consequências são mais preocupantes. Você pode ter um processo de sinalização, porque a água da lagoa vai ter contato com o fluido que há dentro da cavidade. Isso pode causar um aumento drástico da salinização dessa água", explicou Nobre, sublinhando a gravidade do potencial impacto ambiental (T82, 2024).

[50] GONÇALVES, Heliana. Sururu pode ser extinto da lagoa Mundaú após colapso de mina em Maceió, diz especialista. **G1 AL**, Maceió, 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/12/06/sururu-pode-ser-extinto-da-lagoa-mundau-apos-colapso-de-mina-em-maceio-diz-especialista.ghtml. Acesso em: 16 jan. 2024.

[51] MADEIRO, Carlos. Milhares de peixes aparecem mortos em lagoa onde mina rompeu em Maceió. **UOL**, [*s. l.*], 2024. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2024/01/02/milhares-de-peixes-aparecem-mortos-em-lagoa-onde-mina-colapsou-em-maceio.htm. Acesso em: 16 jan. 2024.

[52] MAGALHÃES, Júlia. Pesquisadora Projeta impactos da mineração em Maceió. **Agência Econordeste**., Fortaleza, 2024. Disponível em: https://agenciaeconordeste.com.br/pesquisadora-projeta-impactos-da-mineracao-em-maceio/. Acesso em: 16 jan. 2024.

Mapa 12 - Cidades da Região Metropolitana passíveis de serem atingidas, através das Lagoas Mundaú e Manguaba



Fonte: Gardênia Nascimento, com execução de Silas Medeiros, 2024.

Os impactos na Laguna Mundaú não se restringem às questões ambientais do ecossistema existente, mas às questões sociais de subsistência da população ribeirinha que dela tira o sustento e que já sofre as consequências.

Além da posse da Braskem das terras afetadas pelo desastre, agora parte da Laguna Mundaú se transformou em área de resguardo da Mineradora, local isolado, onde não se pode mais pescar nem percorrer. A redução do mangue e das terras tomadas pelas águas da laguna, aos poucos, transforma a Paisagem Urbana, ao mesmo tempo que a natureza reage à ação do tempo e resiste, formando mais uma camada de vegetação sobre as ruínas e pichações, transformando e construindo, mais uma vez, a *Paisagem do Desastre*.

Foto 43 - Camada de vegetação que cobre as ruínas do desastre, no bairro do Bom Parto



Fonte: Imagem cedida pelo próprio autor, Arthur Celso, 2023.

Importante ressaltar que a concessão de autorização da lavra de sal-gema desde 1970[53] com duração indefinida (ANM, Despacho nº 199606/SOT-ANM/ANM/2023) não só abrangia os bairros já afetados com milhares de pessoas, mas se estende à boa parte da Laguna Mundaú e, pelo menos, mais 5 bairros, a exemplo dos bairros Pitanguinha, Gruta de Lourdes, Feitosa, Barro Duro e Jacintinho, como pode ser visto na figura abaixo, áreas de plena ocupação urbana com aproximadamente 150 mil pessoas. Hoje a concessão de exploração está suspensa.

[53] Salgema Mineração Ltda. (CNPJ:12.318.374/0001-39), que, por sua vez, foi incorporada pela Empresa Trikem S.A. (CNPJ: 13.558.226/0001-54) em 10/08/2004, que, por sua vez, foi incorporada pela Braskem S.A. em 20/08/2004.

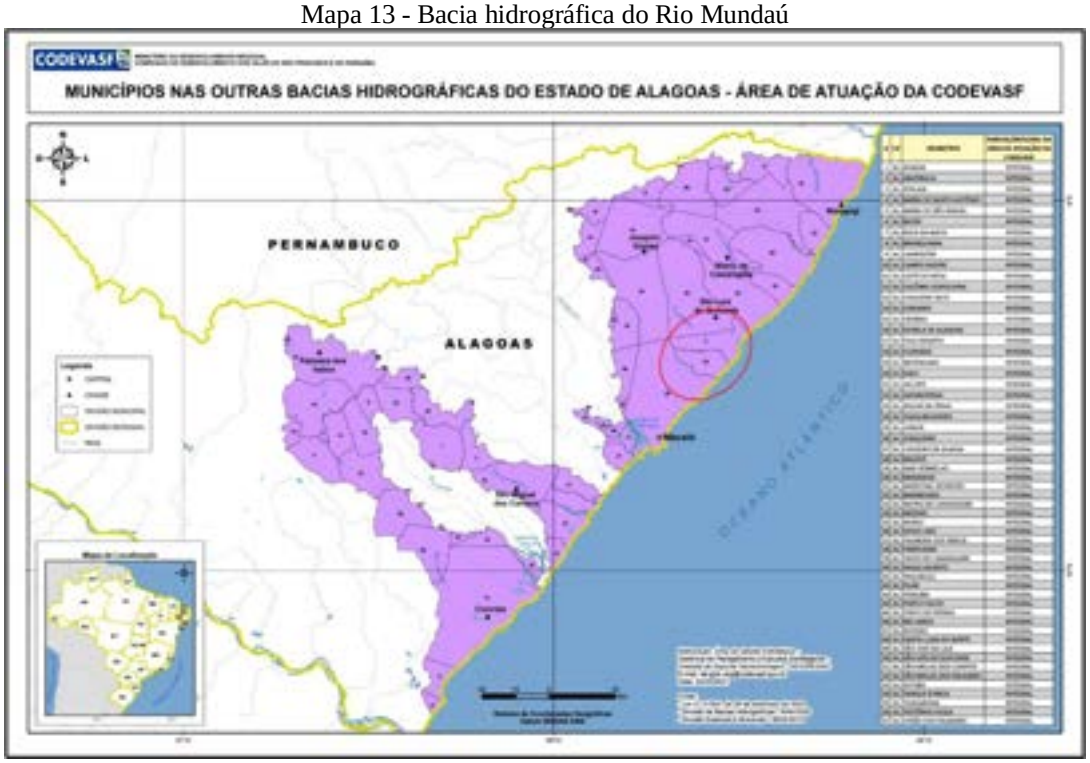
Figura 10 - Área da lavra concedida à Braskem (cor roxa)



Fonte: ANM e Google, com modificações da autora, 2023.

Apesar dos impactos ambientais causados pela Braskem, desde 2020, a ANM emitiu autorização em favor da mineradora para explorar a sal-gema em outras áreas do território alagoano, como nas cidades vizinhas de Paripueira, Barra de Santo Antônio e na própria Maceió. Segundo a ANM há áreas urbanizadas dentro das áreas autorizadas: "foram identificados agrupamentos de moradias nas áreas dos processos minerários, 844039/2019 e 844043/2019. Esse último interfere em áreas urbanizadas mapeadas pelo IBGE." (Despacho nº 200444/COGEO/ANM/2023). Além disso, as áreas se encontram na bacia do Rio Mundaú que banha e abastece boa parte do território alagoano.

Mapa 13 - Bacia hidrográfica do Rio Mundaú



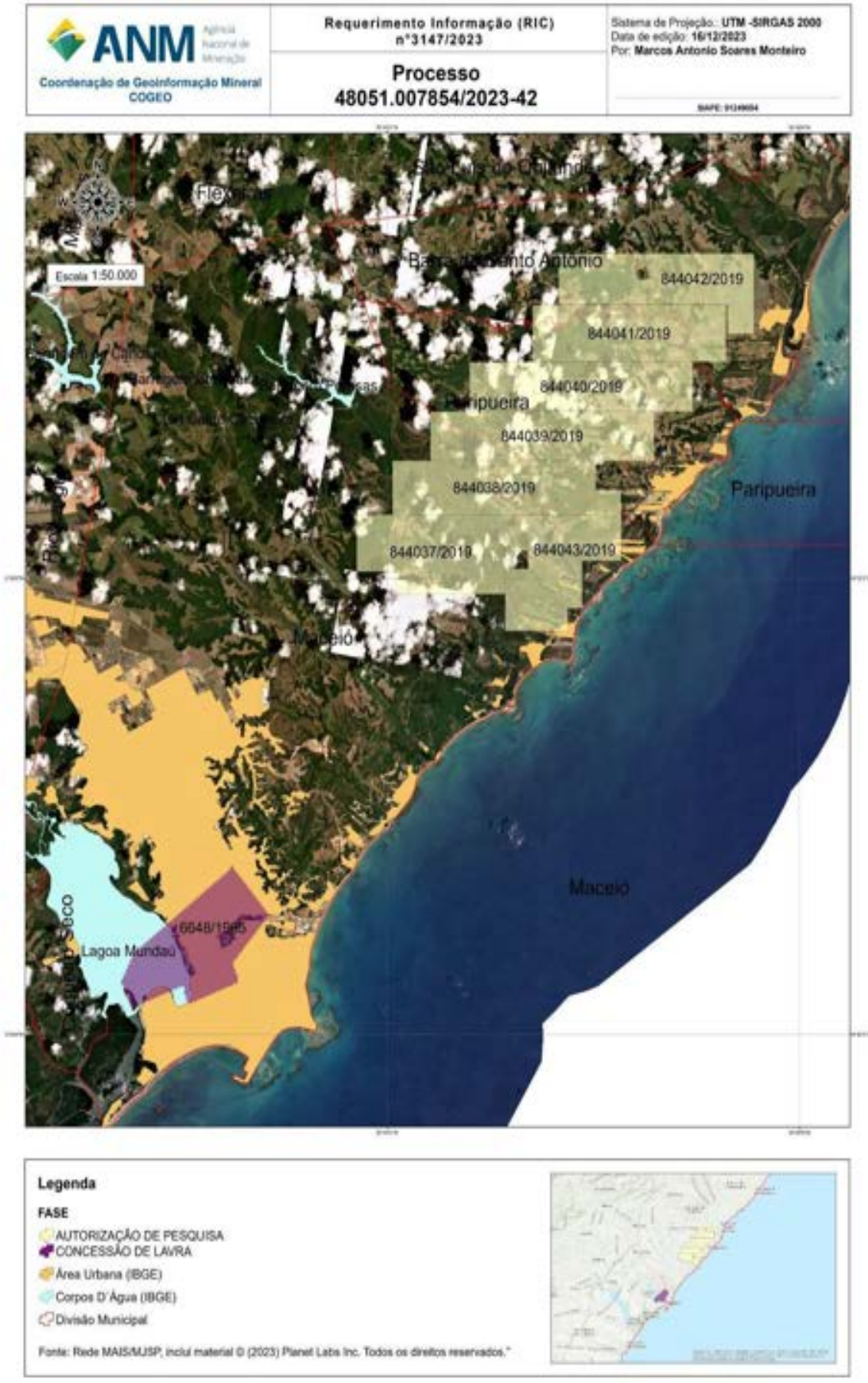
Fonte: CODEVASF, 2024.

Quadro 2 - Concessão de autorizações para a Mineradora Braskem até 2020.

Titular	CNPJ	NUP	UF	Substância	Fase	Município
BRASKEM S.A	42150391000170	27225.006648/1965-86	AL	SALGEMA	Concessão de Lavra	MACEIÓ - AL
BRASKEM S.A	42150391000170	48081.844037/2019-34	AL	SALGEMA	Autorização de Pesquisa	MACEIÓ - AL
BRASKEM S.A	42150391000170	48081.844038/2019-89	AL	SALGEMA	Autorização de Pesquisa	MACEIÓ - AL, PARIPUEIRA - AL
BRASKEM S.A	42150391000170	48081.844039/2019-23	AL	SALGEMA	Autorização de Pesquisa	PARIPUEIRA - AL, MACEIÓ - AL
BRASKEM S.A	42150391000170	48081.844040/2019-58	AL	SALGEMA	Autorização de Pesquisa	PARIPUEIRA - AL
BRASKEM S.A	42150391000170	48081.844041/2019-01	AL	SALGEMA	Autorização de Pesquisa	BARRA DE SANTO ANTÔNIO - AL, PARIPUEIRA - AL
BRASKEM S.A	42150391000170	48081.844042/2019-47	AL	SALGEMA	Autorização de Pesquisa	BARRA DE SANTO ANTÔNIO - AL
BRASKEM S.A	42150391000170	48081.844043/2019-91	AL	SALGEMA	Autorização de Pesquisa	MACEIÓ - AL, PARIPUEIRA - AL

Fonte: Agência Nacional de Mineração, 2023.

Mapa 14 - Autorização para novas prospecções de sal-gema à mineradora Braskem



Fonte: ANM, 2020.

Em suma, o desastre ambiental está em curso, sem previsão de estabilização geológica, mas a mineradora pode prospectar em outros lugares, com autorização do poder público; melhor dizendo, a *Paisagem do Desastre* pode, caso se repitam as ações em Maceió, se expandir ao longo do tempo, e mais uma vez o Estado permite o crescimento de áreas de risco para exploração mineral, mesmo em áreas urbanizadas. É a valorização do capital especulativo sobre os riscos da vida humana.

3.7.7 Impactos para vivos e mortos

O lugar de repouso dos mortos considerado solo sagrado, o cemitério, se tornou um importante lugar na paisagem das cidades. Não só por uma questão de salubridade, pois, eles estão completamente absorvidos pelos tecidos urbanos, mas também, por serem discutidos em políticas patrimoniais e urbanas que reconhecem a função social e cultural para o coletivo (Nogueira, 2013, p.13). Na verdade, os cemitérios representam valor significativo para o bairro onde se localiza.

> Estes lugares corroboram com a possibilidade de preservação de **memórias individuais e coletivas e permitem o estudo de manifestações e crenças religiosas produzidas em um espaço secular**, **além de ideias e posturas políticas**. Demonstram também o percurso artístico percorrido pela sociedade que balizava as construções tumulares, permitindo o conhecimento da formação étnica do município e o conhecimento da expectativa de vida populacional, propiciando a possibilidade de estudos genealógicos (Nogueira, 2013, p. 14). Grifos nossos.

Em um cemitério há inúmeras memórias coletivas que são eternizadas em monumentos e lápides, como registros permanentes de ligação entre os mortos e os vivos daquela comunidade e tem valor significativo para o bairro que está localizado, e que se constitui uma paisagem cemiterial.

O cemitério Santo Antônio, no bairro Bebedouro, funciona desde o final do século XIX e está dentro do mapa de ações prioritárias da DCM. Desde outubro de 2020 encontrava-se interditado devido ao afundamento do solo causado pela mineradora Braskem e somente reaberto para visitação em outubro de 2021[54]. Durante um ano, familiares e amigos não tiveram acesso aos seus mortos. Até hoje, a visitação é por agendamento, a partir de 8 às 16h, e não há mais sepultamentos, tornando-se um memorial. Quem possui jazigo no local, tem cobrado

[54] Publicação no Diário Oficial de Maceió em 15 de outubro de 2021.

indenização também. Apesar da mineradora Braskem se comprometer a construir um novo cemitério, isso ainda não foi realizado.

Até 2023, moradores fizeram abaixo assinado exigindo-o. “Ninguém colocou à venda as casas e nem os jazigos. A Braskem não respeita nem os vivos nem os mortos”, afirmou o Professor José Balbino[55].

Com o cemitério fechado, roubos de objetos de bronze como estátuas e vasos se tornaram frequentes (Rodrigues, 2023).

Mapa15 - Vista aérea do Cemitério Santo Antônio e reivindicações da população local



Fonte: Gardênia Nascimento, com execução de Silas Medeiros, 2024.

Segundo o Gabinete de Gestão Integrada dos Bairros em Afundamento – GGI dos Bairros[56] - que possuía a prerrogativa de responder às questões do desastre da Braskem pela Prefeitura de Maceió, ainda não foi decidido pelo poder público e Braskem o que fazer nessa situação, pois, cogita-se tanto a transferência dos restos mortais ali sepultados, que seriam

[55] BRANDÃO, Tatiane. Moradores cobram solução para o cemitério de Bebedouro. **Gazeta de Alagoas**., Maceió, 2022. Disponível em: https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/390905/moradores-cobram-solucao-para-cemiterio-de-bebedouro. Acesso em: 16 jan. 2024.

[56] O acesso à informação do GGI dos Bairros se deve ao fato desta pesquisadora ter feito parte dele durante o período de maio 2021 a setembro de 2022.

exumados, um a um, como também a conservação do cemitério como memorial. A indecisão segue e a população sofre.

Com a adesão do Município ao acordo socioambiental e, simultaneamente, a entrega de todas as áreas públicas para a mineradora, não se observou nenhuma exceção quanto à titularidade do Cemitério de Santo Antônio, o que se compreende que o cemitério público também passa a ser posse da Braskem, mas com restos mortais da população.

Em Chernobyl, após o acidente nuclear, a população de ex-moradores da zona de exclusão, apesar de toda a radiação local, quer ser enterrada em cemitérios locais como forma de demonstrar sua intrínseca ligação com o local de origem, uma demonstração de pertencimento e afeto ao lugar. Assim como em Chernobyl, os ex-moradores dos bairros afetados exigem continuar o uso do cemitério como um ato de respeito, dignidade e consideração aos seus mortos, além da sua relação de pertencimento com o lugar de origem.

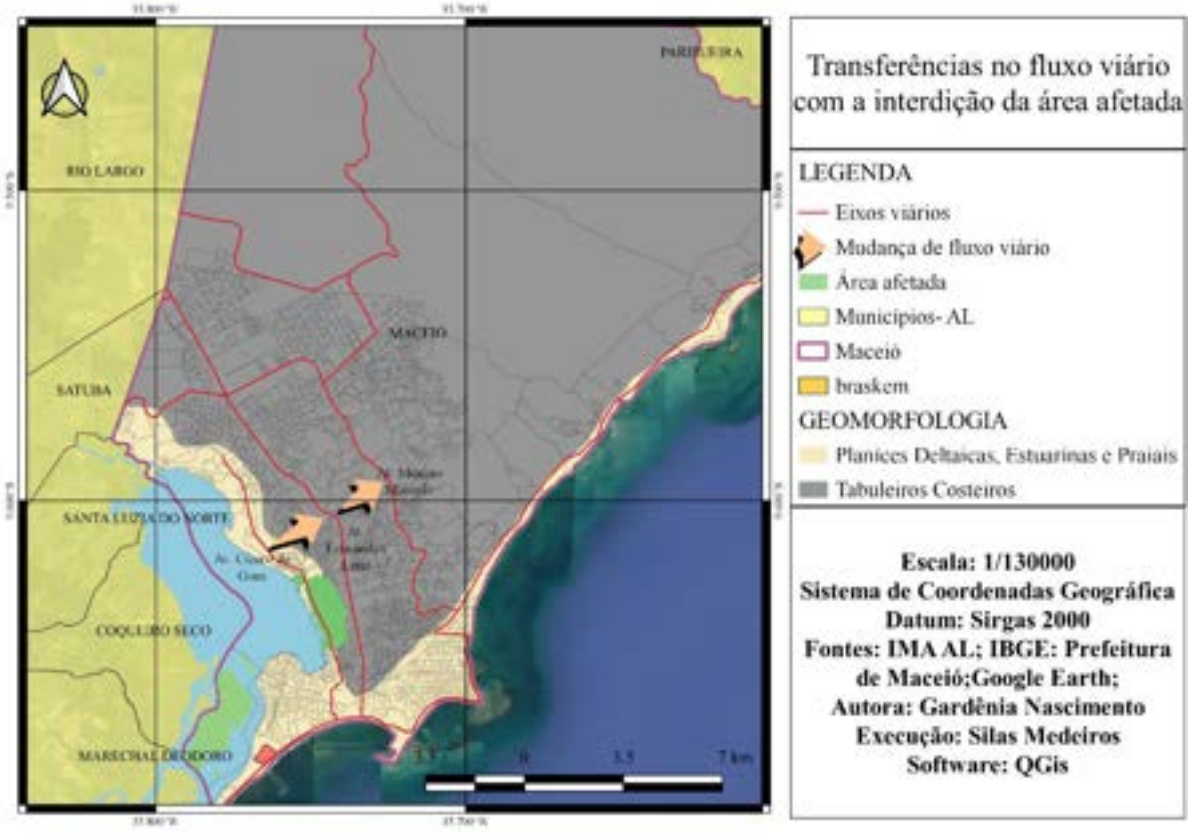
Em outras palavras, a *Paisagem do Desastre*, que inclui o Cemitério Santo Antônio, continua à mercê de decisões do setor público, sem consulta aos moradores, e que hoje se transforma em local, além do luto, também de luta e resistência, cuja referência ao desastre provocado pela Braskem se dá pela sua importância cultural, não só por referências materiais e imateriais existentes, mas pelo registro das lutas, reivindicações de expressões dos sentimentos de seus ex-moradores e cidadãos de Maceió.

3.7.8 A transformação da paisagem com danos à mobilidade urbana (rodoviária, ferroviária e hidroviária)

Na sequência de ações resultantes do afundamento, com o isolamento da área afetada, houve também a interdição da Avenida Major Cícero de Góes Monteiro, ocorrida em março de 2020. A via ligava o bairro Centro aos municípios metropolitanos de Rio Largo e Satuba. Nela, além da via asfáltica, seguia a linha férrea que transportava 11 mil pessoas/dia com o VLT - Veículo Leve sobre Trilhos e que atualmente, devido ao desastre, transporta 2 mil pessoas/dia[57]. Por consequência, a principal via urbana que corta toda a cidade de norte a sul, a Avenida Fernandes Lima/Durval de Góes Monteiro, ficou sobrecarregada com a transferência do fluxo da Avenida Major Cícero de Góis Monteiro para ela[58].

[57]COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU. **Maceió.** CBTU, Maceió, 2022. Disponível em: https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sistemas-cbtu/maceio. Acesso em: 18 maio 2024.
[58] CARVALHO, Regina. Mineração põe em colapso também a mobilidade urbana de Maceió. **Gazeta de Alagoas**., Maceió, 2020. Disponível em: https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/280966/mineracao-poe-em-colapso-tambem-a-mobilidade-urbana-de-maceio. Acesso em: 06 jun. 2024.

Mapa 16 - transferências no fluxo viário com a interdição da área afetada



Fonte: Gardênia Nascimento, com execução de Silas Medeiros, 2024.

Os portões que bloqueiam o acesso da população foram colocados em Bebedouro e Bom Parto, isolando totalmente o bairro Mutange e o local das minas, podendo apenas adentrar a defesa Civil e os funcionários da Braskem para os serviços de preenchimento das minas e recomposição da encosta do Mutange. Em setembro de 2023, em ato de protesto, esses dois pontos foram bloqueados pela população que apelava para os direitos humanos[59]. Em seguida, a justiça é acionada pela Braskem por ação de interdito proibitório[60] e a mineradora culpa os manifestantes de que a obstrução foi a causadora do colapso da mina 18 pelo impedimento da entrada de areia para o preenchimento das minas. A justiça atende ao pedido da mineradora.

[59] G1 ALAGOAS. Justiça determina fim de protesto em área da Braskem em Maceió; manifestantes mantêm acampamento. **G1 Alagoas,** Maceió, 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/09/18/justica-determina-fim-de-protesto-em-area-da-braskem-em-maceio-manifestantes-mantem-acampamento.ghtml. Acesso em: 18 maio 2024.
[60] Ação para evitar que o detentor da posse de um bem venha a ter esse direito ameaçado.

Fotos 44 e 45 - Manifestantes nos portões de Bebedouro e Bom Parto, respectivamente

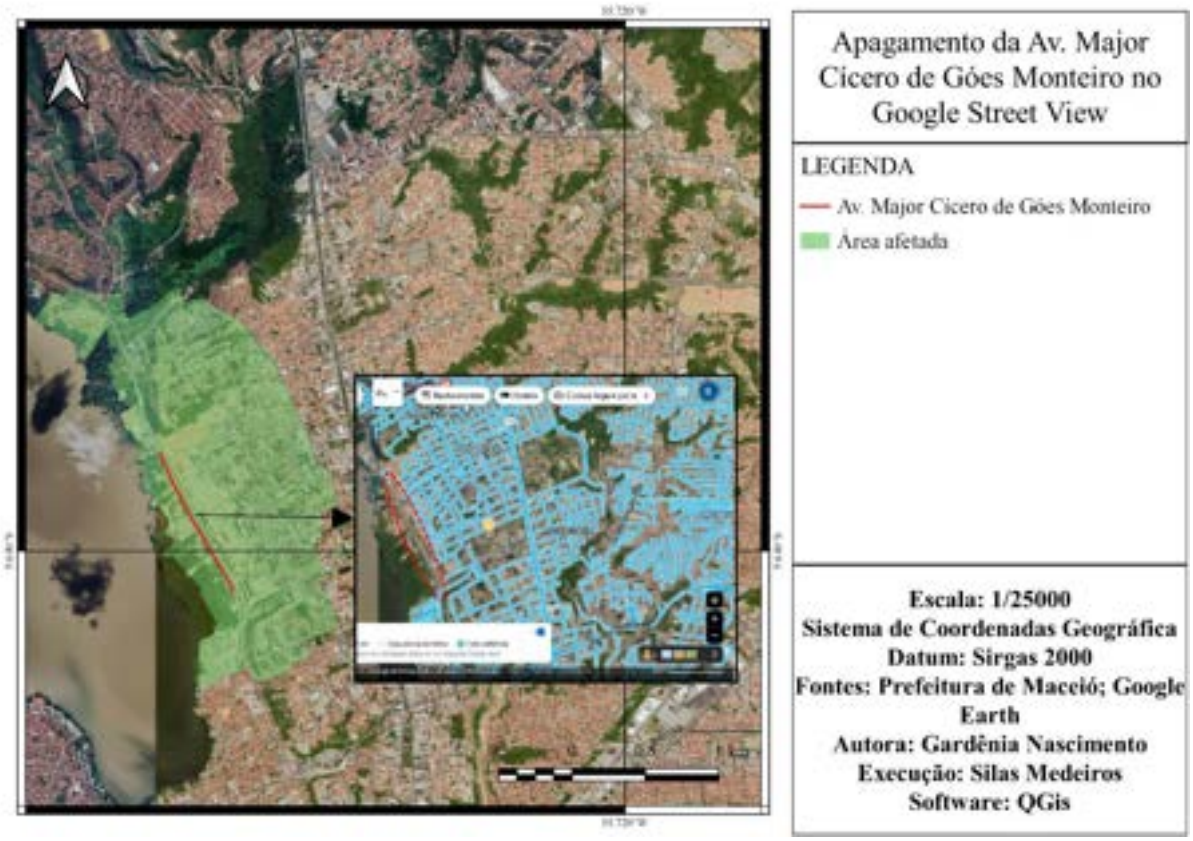


Fonte: Cotidiano Fotográfico, 2023.

Com a interdição da Avenida Major Cícero de Góes Monteiro [parte do caminho histórico] que conecta os bairros de Bebedouro, Mutange e Bom Parto, houve também o bloqueio virtual da rua no *Google Maps* e o apagamento dela no *Google Street View*, desde a última atualização do *Google*, em 2022. Quer dizer, a ação do bloqueio e isolamento impedindo o acesso físico da população também é virtual, impossibilitando a todos entrar livremente *online* e conhecer, ou reconhecer como era a avenida antes do desastre, e caracterizando uma extensão do apagamento histórico para as futuras gerações. Dia 11/12/2023, um dia após o colapso da mina 18, em mensagem no *Tweet*, o Prefeito JHC escreveu que iria restringir voos de drones nas áreas destruídas pela Braskem, além de promover as demolições das moradias[61].

[61] ARNEWS. Por que o prefeito de Maceió vai restringir voos de drones nas áreas destruídas pela Braskem ?!. **AR News,** [*s. l.*], 2023. Disponível em: https://www.arnewsnoticias.com/2023/12/prefeito-de-maceio-vai-restringir-voos.drones-areas-destruidas-braskem-.html?m=1. Acesso em: 18 jun. 2024.

Mapa 17 - Apagamento da Av. Major Cícero de Góes Monteiro no *Google Street View*



Fonte: Gardênia Nascimento, com execução de Silas Medeiros, 2024.

Associado a isso, boias na Laguna Mundaú, em frente ao Mutange, impedem o trânsito de barcos nas proximidades. Atualmente, depois do colapso da mima 18, está proibida a navegação e a pesca na Laguna, o que interfere diretamente na atividade pesqueira de subsistência na área, impactando ainda mais a vida de quem sobrevive da pesca. Alguns dias depois do colapso da mina 18, o MPF recomendou a Braskem, em dezembro de 2023, que instituísse um Programa de Compensação com o auxílio financeiro para os atingidos pela interdição da laguna. O MPF pede também ao Ministério da Pesca e da Agricultura - MAPA, e ao município de Maceió a identificação destes pescadores e marisqueiras.

Importante lembrar que no acordo socioambiental, cláusula 24, a Braskem se compromete a aportar valor adicional em casos supervenientes: “na hipótese de ocorrência de situações supervenientes e excepcionais de extrema gravidade [...], não previstas no termo e que requeressem atuação emergencial, a Braskem seria intimada formalmente para aportar, no prazo de 05 dias úteis, valor adicional em dinheiro suficiente para fazer frente às despesas delas decorrentes” (Cláusula 24). Até fevereiro de 2024 não houve esse aporte nem auxílios financeiros.

Em função do traçado urbano e da topografia local, a área afetada não foi totalmente isolada, e o fluxo viário ainda é constante nas vias de ligação entre bairros [Major Silveira Camerino, Ladeira do Calmon, Manoel Menezes], apesar do entorno esvaziado. As demais ruas permanecem vazias e silenciosas.

Em síntese, a delimitação da *Paisagem do Desastre* inicialmente se estabelece tanto fisicamente, através dos portões e tapumes impeditivos da entrada da população e boias limitadoras da navegação, quanto virtualmente, através das imagens de satélite e mapas. Assim, a *Paisagem do Desastre* se torna representativa tanto pela ação delimitadora e compulsória do poder público associado à mineradora Braskem, quanto pela referência de luta e resistência dos moradores, em favor dos seus direitos humanos.

3.7.9 A retirada dos equipamentos públicos e a carência na cidade e nas áreas de entorno

Seguindo a desocupação, houve a interdição/desocupação de vários equipamentos sociais públicos [estaduais e municipais] como casas psiquiátricas, hospitais, postos de saúde, escolas e Centros de Referência de Assistência Social -CRAS, Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, que provocou inúmeros transtornos assistenciais, educacionais e de saúde pública. A falta dos serviços essenciais nas regiões de entorno imediato ao mapa de setorização de danos e de linhas de ações prioritárias ocasionou desequilíbrio de assistência à população e gerou outro dano: a afetação direta da população que não está na área atingida.

Figura 11 - Equipamentos públicos na área afetada



Fonte: Diagonal, 2023.

Ou seja, apesar das diferentes características dos bairros atingidos, porém, com condições similares na sua inserção na cidade, os bairros ofertavam, de maneira satisfatória, o acesso aos serviços públicos e infraestrutura também para seu entorno. Quando esses equipamentos são desativados, a demanda da área do entorno perde a assistência municipal [saúde, educação e assistência social], dificultando também a vida de sua população da circunvizinhança que depende desses serviços. Ao mesmo tempo, a população afetada, que agora se encontra em outros bairros, busca assistência nos postos para onde foram os seus históricos médicos e assistenciais, fazendo com que se desloquem para lugares diferentes. Além disso, lugares que também são referências culturais como o CEPA [referência de arquitetura moderna em Alagoas e de método de ensino], ou ginásios onde aconteciam os ensaios de grupos folclóricos, ou até mesmo a histórica Clínica de Saúde José Lopes e da Igreja Batista do Pinheiro, por exemplo, também estão em ameaça de demolição.

Dentre a Paisagem Urbana, as praças se tornaram os equipamentos públicos mais referenciados pelos ex-moradores como lugares de sociabilidade e dos encontros de luta por direitos pós desastre [detalhado no Capítulo III]. Tanto no Diagnóstico Participativo da Diagonal, quanto na Oficina Participativa realizada por essa pesquisadora, as Praças Lucena Maranhão e Menino Jesus de Praga são fortes referências de sociabilidade, cultura e, atualmente, como ponto de encontro da luta dos afetados, onde os movimentos sociais e manifestações políticas importantes aconteceram. Essas praças se encontram hoje abandonadas, mas fazem parte da *Paisagem do Desastre* com dupla importância: um lugar de socialização, festejos e encontro com amigos e família como também um lugar de manifestações de resistência e luta.

3.8 Camada de arte-denúncia na *Paisagem do Desastre*

Segundo Curtis, a arte possibilita ao indivíduo ampliar a percepção, a reflexão, a apreciação e a crítica. Na sua visão, a arte também é uma expressão de cidadania onde "todos os momentos da arte estão fundamentados na época de suas criações." De certa forma entende-se que o homem se posiciona perante a sociedade através da arte. Ela é uma das manifestações do pensamento humano. "Com a arte toda pessoa é levada a refletir e a transformar suas formas de ver o mundo e de agir sobre ele" (Curtis, 2013, p.7). Ou seja, a arte nos permite ver diferentes visões e buscar, de forma crítica, a transformação do pensamento.

Parafraseando Paulo Freire, Curtis introduz a ideia de que "pensar certo significa procurar descobrir e entender o que se acha mais escondido nas coisas e nos fatos que nós

observamos e analisamos" (Curtis, 2013, p.13), ou seja, para Paulo Freire o conhecimento crítico dá autonomia ao indivíduo, e como cada um tem uma forma de ver o mundo, podemos ter várias interpretações do que vemos. Assim, a arte se expressa também como uma forma de transmissão de conhecimento e é também educador.

É dentro desse viés pedagógico e crítico que se percebe a classe artística maceioense atenta e provocando intervenções urbanas importantes na área afetada e fora dela. Diante do silêncio dos canais de comunicação e do poder público, projetos como o do grupo de fotógrafos *Ruptura* ganharam dimensão.[62] A arte rompe o silêncio e conta a narrativa dos afetados e se transforma em reivindicações ao poder público. O projeto mostrou diferentes ângulos de uma mesma catástrofe, ao colocar fotografias dos imóveis em ruína nos muros de residências. Mostrar o desastre pelas lentes da fotografia foi o apelo do projeto criado em 2021, pois, "a ideia surgiu em decorrência do pouco que se falava atualmente sobre o problema, abafado pelos meses de pandemia de Covid-19.", segundo o fotógrafo Jorge Vieira, um dos idealizadores. A busca não era só expor o problema, mas que seus observadores pudessem interpretar o desastre de acordo com o seu pensamento crítico, percebendo a gravidade da situação e convidando o espectador a se posicionar e exercer sua cidadania.

Imagem 17 - Exposições de fotos ao ar livre e divulgação de fotografias aéreas



Fonte: Projeto Ruptura, 2021[63].

[62]SERAFIM, Nicollas. Projeto Ruptura: Olhares sobre vidas rachadas. **Aqui Acolá Arte**, Alagoas, 2021. Disponível em: https://aquiacola.net/2021/01/10/projeto-ruptura-olhares-sobre-vidas-rachadas/. Acesso em: 6 jun. 2024.

[63] PROJETO RUPTURA. **Sobre o Projeto e Depoimentos dos(as) Fotógrafos(as) Participantes.** Projeto Ruptura, Maceió, 2021. Disponível em: https://projetorupturamcz.wixsite.com/fotografia/depoimentos. Acesso em: 18 maio 2024.

O Projeto Ruptura se estendeu para o lugar de maior referência de nossa cidade: nossas praias, e em 2021 fez um ato no Dia de Finados chamado *Finados Bairros*, que pendurou em varais, lenços com os registros fotográficos do grupo[64]. Mais uma vez, a iniciativa busca romper o silêncio e mostrar a *Paisagem do Desastre* para além do espaço urbano afetado.

Foto 46 - Intervenção urbana Finados Bairros - Grupo Ruptura, 2021



Fonte: G1 Alagoas, 2021.

Na tentativa de maior divulgação sobre o desastre, foi produzido o documentário: *A Braskem passou por aqui*. Segundo o Presidente da Associação dos Empresários, Alexandre Sampaio, o documentário foi lançado em São Paulo no intuito de "furar a bolha" que se fechava em Maceió, limitando a divulgação do desastre. Contudo, apesar de ter acesso livre na plataforma do YouTube, não houve a massificação da informação, à época [2022]. Hoje, após o rompimento da mina 18, há 180 mil visualizações (Pronzato, 2021).

O projeto visual de Paulo Aciolly, *A gente foi feliz aqui*[65] estampou fotos em tamanho real nas paredes das casas e apartamentos dos ex-moradores com o objetivo de resgatar as suas

[64]G1 ALAGOAS. Intervenção homenageia famílias afetadas pelo afundamento do solo em Maceió. **G1 Alagoas,** Maceió, 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/11/02/intervencao-homenageia-familias-afetadas-pelo-afundamento-do-solo-em-maceio.ghtml. Acesso em: 18 maio 2024.

[65] G1 ALAGOAS. Projeto resgata memórias de moradores que deixaram seus imóveis no bairro do Pinheiro, em Maceió. **G1 Alagoas,** Maceió, 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/09/30/projeto-resgata-memorias-de-moradores-que-deixaram-seus-imoveis-no-bairro-do-pinheiro-em-maceio.ghtml. Acesso em: 18 maio 2024.

memórias, e tinha também a intenção de “repovoar” os bairros artisticamente. O custo do material usado era do próprio ex-morador e, talvez por isso, não teve tanta adesão.

Imagem 18 - Projeto A gente foi feliz aqui, de Paulo Accioly.



Fonte: G1 Alagoas, 2020.

Mais adiante, uma nova camada da *Paisagem do Desastre* se formou em 2022, quando artistas plásticos e fotógrafos pintaram uma das ruas do Pinheiro com a frase: " Maceió afunda em lágrimas”. O ato se repetiu em 2024, na Ladeira do Calmon, via de ligação dos bairros Pinheiro e Bebedouro, como também das partes alta e baixa da cidade. A necessidade de mostrar o pesar expresso em frase pintada no chão, para ser vista do alto, traduz a necessidade do pedido de socorro para além daquele lugar, um grito silencioso visto pela arte-denúncia[66].

Fotos 47 e 48 - Intervenções urbanas por artistas locais em 2022 e 2024, respectivamente



Fonte: Arthur Celso (2022), Gazeta web, reprodução Rafael Santos

Em 2023, essa pesquisadora também utilizou um dos produtos dessa pesquisa para produzir uma Exposição Fotográfica, junto com o grupo do Projeto Ruptura, sobre os bairros em afundamento, intitulada *Aqui morava uma família*. Foram expostos, na sede do IPHAN

[66] HONORATO, Maylson. Vídeo: Artistas pintam ‘Maceió afunda em lágrimas’ em rua do Bebedouro. **GazetaWeb.com,** Maceió, 2024. Disponível em: https://www.gazetaweb.com/noticias/maceio/video-artistas-pintam-maceio-afunda-em-lagrimas-em-rua-do-bebedouro. Acesso em: 16 maio 2024.

Alagoas, registros das pichações dos ex-moradores em suas próprias casas, realizadas antes de sua expulsão, como uma das principais formas de expressão deixadas pelos moradores, pois, nelas os sentimentos de afeto, pertencimento, raiva, mágoa e denúncia foram marcantes. Como se trata de importante registro, as pichações serão melhor exploradas no Capítulo III.

Foto 49 - Exposição Aqui morava uma família



Fonte: Gardênia Nascimento, agosto de 2023.

De uma maneira geral, as intervenções artísticas, sejam poemas, músicas, fotografias, colagens, pichações e pinturas, buscam quebrar o silêncio e mostrar a tragédia como forma de denunciar o desastre socioambiental, e, ao mesmo tempo, procurar por justiça social. Concomitantemente, são também formas de expressão de valor histórico pela característica de documento que possuem.

3.9 Considerações do Capítulo

Em síntese, esse capítulo II mostrou a construção da *Paisagem do Desastre* a partir de fatos influenciadores da destruição provocada pela mineradora Braskem. Inicialmente foi necessário contextualizar o problema entendendo a história dos cinco bairros afetados, como também uma resumida história da legislação ambiental. Desde a criação do código de mineração em 1967, [cerca de 50 anos] foram apontados avanços e retrocessos causados,

principalmente, pela autorregulação dos empreendimentos, a falta de fiscalização e as ações políticas que induziram os problemas atuais, a exemplo do desastre em Maceió.

Importante ressaltar a relevância da influência do Acordo Socioambiental na *Paisagem do Desastre*, visto que foi através dele que se estabeleceram diretrizes de reparação que definiram as ações, tanto dentro da área afetada quanto fora dela. Suas consequências concretas se expressam nas ações de mitigação como a expulsão de moradores, limitações do território, demolições, rupturas e tantos outros problemas já colocados. A *Paisagem do Desastre* é a representação desse acordo juntamente com as consequências da exploração mineral.

Associado ao problema socioambiental está também a postura questionável do poder público na condução de medidas necessárias para amparar e reparar a sociedade diante da dor da diáspora causada pelo desastre. Essa postura vem se repetindo desde a implantação da mineradora, como vimos no Capítulo I, até os dias atuais, independente de partidos políticos, de políticas públicas ou mesmo do sistema de gestão adotado. O poder capitalista especulativo está sempre se sobrepondo a qualquer outro poder ou aos valores da vida humana.

Vimos também que a perda da função social da propriedade é uma realidade que cria um vazio urbano, preponderante e influenciador de problemas que transbordam da área afetada e coloca em xeque o destino da área do entorno, podendo até expandir a *Paisagem do Desastre*. Paisagem essa que vem sendo arruinada e gradualmente demolida, afetando também importante bairro histórico da cidade, como o bairro Bebedouro e todas as referências culturais dos cinco bairros. **Uma real possibilidade da perda do patrimônio histórico da cidade**. Mais uma forma de apagamento do desastre.

O silenciamento das autoridades associada à falta de informação técnica sobre o desastre, além da sensação de injustiça social, revolta a todos e motiva ex-moradores a se expressarem através de pichações refletindo o luto vivido pela perda de sua identidade, sociabilidade, origem e vida. As pichações fazem a *Paisagem do Desastre* também resistência.

Compreende-se que, diante de tantos impactos sobre um mesmo lugar aqui exemplificados, é perceptível a complexidade do tema e de como a *Paisagem do Desastre* possui inúmeras camadas e representações.

As ações atuais fragilizam a memória dessa destruição com a possibilidade de apagamento da *Paisagem do Desastre* tanto física quanto virtual. É na arte que as várias visões da realidade estão sendo expostas e é também através dela que podemos extrapolar as barreiras geográficas e perceber, principalmente, no registro das fotografias as imagens que não se calam diante do crime. A busca por esse registro está também na busca dos valores dessa *Paisagem do Desastre* que demonstram o sofrimento causado à sociedade e ao meio ambiente. Esses

valores precisam ser pesquisados, conhecidos e não esquecidos, como forma de evitar o apagamento do maior desastre ambiental brasileiro em área urbana e em andamento. É o que leremos no Capítulo III.

4 CAPÍTULO III – Memória e Identidade: valor cultural na *Paisagem do Desastre*

Foto 50 - Estátua em bronze do escritor alagoano Jorge de Lima, Maceió



Fonte: Cotidiano Fotográfico, 2024.

Estudou-se como se implantou a mineradora Braskem e os fatos relevantes desse momento no Capítulo I e buscou-se mostrar como *Paisagem do Desastre* foi sendo construída após a deflagração do desastre como exposto no Capítulo II, diante dos fatos e da dor dos afetados relatado.

Essa pesquisa propôs uma hipótese inicial de reparação dos afetados através da patrimonialização dos bairros como um lugar de memória sensível.

Para isso, o levantamento dos valores culturais do lugar através de levantamento de referências, a partir do olhar da sociedade, se faz necessário. No entanto, o desafio está no fato de que os 57 mil afetados foram expulsos e não há cadastro disponível para possíveis entrevistas e, ao mesmo tempo, essa pesquisa precisava desenvolver outros meios para perceber os valores atribuídos ao lugar pela sociedade. Isso posto, pensa-se: de que maneira essa pesquisa poderia acessar o sentimento de valoração dos afetados e como sistematizar esses valores?

Buscou-se, primeiramente, estudar os conceitos de memória e identidade baseados principalmente nos pensamentos de Joel Candau associados aos conceitos de valores, baseados nos pensamentos de Leonardo Castriota. Foram considerados também o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e a Política do Patrimônio Cultural Material.

A metodologia e técnicas utilizadas procuraram alternativas para estudar registros que pudessem expressar os sentimentos das vítimas e optou-se por estudar as pichações deixadas nos imóveis da área de risco, as falas dos sujeitos no podcast *Vozes do Afundamento* e as falas da comunidade em Oficina Participativa. As três ações, juntas, compõem o objeto deste capítulo para a atribuição da significância cultural aqui buscada.

As três ações foram escolhidas por interpretarem três momentos: o momento da **pré-expulsão,** fotografado nas pichações como registro do sentimento da população, visto aqui como um momento "congelado" do passado, que fala silenciosamente dos sentimentos de afeto, esperança, mágoa, denúncia e do pertencimento ao lugar. O segundo momento é o da **pós-expulsão**, pesquisado através de análise do podcast *Vozes do Afundamento* que pode observar os sentimentos expostos depois que os ex-moradores perdem seu lar; e o último momento: o **tempo atual** [setembro de 2023], pesquisado através de Oficina Participativa que observa um sentimento mais atual da perda. Dessa forma, busca-se juntar as percepções dos três diferentes momentos no intuito de ter uma visão mais ampla das referências culturais.

Como essa pesquisa levanta a hipótese de que a patrimonialização da área atingida pela mineradora pode ser uma forma de reparação, busca-se, então, saber se a área de risco é ou não uma área de valores a serem preservados. A reflexão de quais são as referências de memória presentes no lugar e a busca de instrumentos e métodos alternativos de valoração para identificá-las serão o norte desse capítulo.

Portanto, a metodologia da identificação seguiu quatro passos definidos:

a) Fotografar e mapear as pichações realizadas por moradores dos bairros em afundamento e, posteriormente categorizá-las;

b) Estudar as falas das entrevistas do podcast *Vozes do Afundamento;*

c) Categorizar sujeitos para de atribuir valores aos bairros em afundamento; e,

d) Aplicar Oficina Participativa para fomento de discussão sobre referências culturais da área.

Para estruturar melhor este Capítulo III, o texto foi dividido em quatro subcapítulos, seguindo os passos da metodologia citada anteriormente: O subcapítulo "a" trata do registro das pichações nos bairros e sua análise como registro de expressões pré-expulsão. No subcapítulo "b" passamos a estudar o momento pós-expulsão através da análise de entrevistas em podcast. O subcapítulo "c" buscou métodos de categorização de sujeitos para uma Oficina Participativa, diante do desafio de se buscar uma representatividade dos bairros em afundamento. E no subcapítulo "d" foram tratadas as questões de memória, identidade, atribuição de valores e referências culturais da área de risco pela população afetada. O estudo priorizou a leitura de

Joel Candau e Leonardo Castriota. A iniciativa da Oficina Participativa se baseou nos instrumentos de Educação Patrimonial do IPHAN [uso da Casa do Patrimônio de Maceió e o Inventário Participativo], seguindo o pensamento de que devemos trabalhar em um movimento pedagógico de lembrar para não se repetir.

4.1 Pichações como manifestação-documento

O acesso limitado e o número de ex-moradores expulsos dos bairros em afundamento em Maceió são o maior desafio da pesquisa. O uso de fontes visuais - pichações[67] - para identificar a realidade social foi um recurso utilizado devido à necessidade de encontrar alternativas para estudar as referências culturais dos bairros em afundamento. É o uso da imagem e do que está escrito nela como uma possibilidade de conhecer e uma forma específica de linguagem de inúmeras possibilidades. Outro motivo de seu estudo, está no fato de serem encontradas em todos os bairros afetados, em quase todas as ruas; o que demonstra que não se trata de um grupo pequeno, e sim, de um fala coletiva. Não há dúvida de que as pichações são a fala de centenas de pessoas afetadas. Ou seja, as pichações efetivamente compõem a *Paisagem do Desastre* e dão esse elemento de protagonismo das pessoas vítimas do desastre. Então, "elas são o efetivo protagonismo das vítimas nessa construção da paisagem, pela via do protesto, da indignação. [...] as pichações fazem parte do próprio processo de atribuição de valor, de forma inequívoca, orgânica e inquestionável. Tem nome: Maria Estela e Severino Frazão; tem idade: 74 anos morando aqui, tem rua...[...]"[68].

A ideia é entender os vestígios materiais produzidos pelos ex-moradores que escreveram as pichações, buscando perceber a organização dos bairros. Busca-se também compreender os processos internos e externos responsáveis pelas mudanças sociais, inerentes àquela situação. De acordo com os métodos de Inventário Participativo adotados na Oficina Participativa, nessa pesquisa, as pichações estão aqui consideradas como uma forma de expressão levantada nos bairros atingidos, assim como sua relevância como mais uma camada da *Paisagem do Desastre*.

Para caracterizar as expressões escritas nos bairros afetados como pichação, primeiramente tentou-se compreender que tipo de manifestação é essa, pois, a pichação muitas vezes é confundida com o grafite. Enquanto a primeira tem grafia própria, em preto e branco e é considerada um ato de **vandalismo**; a segunda é caracterizada por desenhos coloridos, quando

[67] A pichação, em sentido contemporâneo, surgiu pouco depois de meados do século XX. Esse tipo de manifestação é formada por elementos como sinais e rabiscos, além de, no Brasil, ter uma letra própria para isso.
[68] Fala do supervisor dessa dissertação, Maicon Fernando Marcante, durante comentário na Banca de defesa.

autorizada, é considerada **arte** e não crime. No entanto, o que ambos têm em comum é serem manifestações de rua que expressam uma ideia que constitui um canal de diálogo de quem faz e de quem vê. Segundo Saulo Metria[69], "esse movimento [pichação] não nasceu para ser considerado arte, e sim para ser uma manifestação social, política e ideológica." e continua:

> O picho é como um termômetro social, ele acontece onde acontece maior contraste social, político e ideológico. Geralmente onde o estado não age o picho aparece com maior frequência. Então revela para a sociedade o que ela não quer ver, por isso é uma manifestação importante porque revela o que a sociedade joga para baixo do tapete" [...] "a pichação não tem o intuito de ser aceita, muito menos de se tornar agradável aos olhos. Ela inclusive serve para incomodar e gerar desconforto com o que deseja transmitir (Mariana, 2022).

De acordo com o dicionário *Oxford Language*, pichar quer dizer "escrever, rabiscar [dizeres de qualquer espécie] em muros, paredes, fachadas de edifícios etc.", usando tinta em spray, utilizada como demarcação de território.

A pichação não é algo novo, há registros de xingamentos, poesias e falas políticas encontrados na cidade de Pompéia que foram preservados pela erupção do Vulcão Vesúvio; como também na Idade Média, padres faziam uso do picho para falar mal de governantes ou em muros de conventos rivais como crítica a doutrinas contrárias às suas. Mas, foi com a popularização do aerossol, após a 2ª Guerra Mundial, que a pichação se proliferou; como observado na revolta estudantil de 1968, em Paris, nos protestos contra as universidades em busca da liberdade de expressão. Outro exemplo, como o muro de Berlim que foi repleto de pichações em protesto contra a sua existência [em seu lado ocidental], ou em Los Angeles no intervalo de 1969-70 a briga por território do tráfico entre as gangues *Bloods* e *Crips* [Endo, 2009), ou seja:

> A pichação é considerada essencialmente transgressiva, predatória, visualmente agressiva, contribuindo para a degradação da paisagem urbana. O pichador tem a estética como valor secundário, há um privilégio pela palavra tipografia, no caso de desenhos ou ilustrações, eles são muito simples, próximos de símbolos (Endo, 2009, p.8).

A legislação brasileira considera pichação como vandalismo e crime ambiental de acordo com a Lei 9.605/98 [Lei de crimes ambientais] com pena de 3 meses a 1 ano, acrescido de multa; mas, ao mesmo tempo, a pichação brasileira é reconhecida como "um fenômeno

[69] O artista plástico brasileiro Saulo Metria (n. 1987) iniciou sua trajetória na pintura em meados de 2008, quando passou a utilizar as paredes como meio para expressar seu universo estético de signos e símbolos. METRIA, Saulo. **Geometrize est ritualize.** Saulo Metria, [*s. l.*], [s. d.]. Disponível em: https://www.saulometria.com/bio. Acesso em: 19 jun. 2024.

legítimo brasileiro" pela singularidade das letras utilizadas e suas peculiaridades. "O tipo de fonte digital conhecido como *tag* reto é o representante desse estilo usado para escrever texto em softwares de computador." (Endo, 2009, p. 8).

Em vista disso, as expressões gráficas dos afetados em suas casas podem ser consideradas pichações. Ao utilizar-se da pichação para exprimir suas manifestações de denúncia, mágoa, pertencimento, esperança, fé ou afeto, como também uso de assinaturas pessoais e símbolos, os afetados também estão protestando, se expressando e deixando o passado, documentado. O ato de fotografar esse documento [pichação] deixa registrado o reflexo daquele momento de expulsão. O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 garante essa liberdade de expressão através do §IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de **comunicação**, independentemente de censura ou licença; [grifo nosso].

Entende-se, então, que a pichação nesse caso é um ato de literalização do passado e do seu processo de transformação em arquivo. O uso de fotografia passa a ser meio de expressão que permite preservar o registro daquilo que é importante.

Considerando também que para o registro das pichações se usou a fotografia, Silva (2015, p. 248 e 252) escreve que "O dispositivo fotográfico também é central na arte da memória, na medida que a fotografia é pensada [...] como uma escritura visual" e segundo Jochen Gerz, "A memória não pode ter nenhum lugar fora de nós [...] nós apenas nos recordamos daquilo que esquecemos" (2015, p. 252), ou seja, a fotografia das pichações registram e dão suporte à memória guardada pela população dos bairros em afundamento.

Entende-se que a pichação passa a ser uma ferramenta de identificação usada, nessa pesquisa, como alternativa na busca das referências culturais dos bairros em afundamento, validada também pela Política do Patrimônio Cultural Material - PPCM, que em seu artigo Art. 12. § 1º informa:

> A existência de instrumentos específicos associados ao processo de Identificação não impede que sejam utilizados, para cumprimento de seus objetivos, outros instrumentos, ferramentas, procedimentos e metodologias quando estes se apresentarem mais adequados ao objeto ou natureza da ação de preservação a ser executada.

Ainda com base nas políticas públicas construídas pelo IPHAN, lê-se na PPCM, art. 13º que:

> O Iphan realizará ações e atividades de Identificação com as seguintes finalidades:
> I. **Identificar a presença de bens culturais materiais significativos** para grupos formadores da sociedade brasileira e que reflitam a diversidade cultural no território;

> IV. Produzir conteúdo como **subsídio às ações e atividades de Patrimonialização**, Vigilância e Interação do patrimônio cultural material; [grifo nosso]

Observa-se que as pichações são aqui estudadas enquanto imagem e escrita ao mesmo tempo, e que juntas revelam e descrevem sentimentos puros dos afetados. Portanto, para tratar das relações dos moradores com o lugar se faz necessário usar, também, de recursos da antropologia visual como soluções metodológicas para compreensão das suas questões culturais e sociais. Mas, é importante ressaltar que quando tratamos de imagens também tratamos de uma certa subjetividade e, na pesquisa acadêmica, pode ser questionável. Barbosa destaca em seu artigo: Imagem, pesquisa e antropologia, a dicotomia entre objetividade e subjetividade da imagem:

> Algumas vezes, a dificuldade parece estar centralizada na dicotomia entre objetividade e subjetividade. Os propósitos científicos buscam a precisão e a objetividade como meios privilegiados de apreender e compreender a realidade e, nesse sentido, a polissemia da imagem parece se tornar um obstáculo. Outras vezes, parece estar localizada no duplo desafio que empreender uma pesquisa a partir ou junto a linguagens expressivas impõe: de um lado dar conta das questões antropológicas que ambicionamos enfrentar e, de outro, dar conta também das questões cognitivas que lançar mão dessas linguagens provoca (Barbosa, 2014, p. 3).

Apesar dessa dicotomia, a imagem é uma contribuição epistemológica à antropologia no sentido de que permite compreender o comportamento humano em uma linguagem específica, com potencial de conhecimento. A maneira como podemos sistematizar as reflexões sobre a imagem podem levar a pensamentos, reflexões e até conclusões importantes. Na verdade, é como diz o trocadilho do escritor Millôr Fernandes (1923-2012): "Uma imagem vale por mil palavras, mas diga isso sem as palavras". Barthes (1984) chama de *Punctum* àquele detalhe na fotografia que revela todo o sentido do contexto. No entanto, não se trata somente de imagens, porém, imagens com escritas de cunho significativo de comunicação. São expressões mais que iconográficas, são registros de falas silenciosas que dizem de quem escreve e de onde escrevem. As pichações quando escritas na fachada, são “gritos” para a sociedade. Constituem a Paisagem dos bairros, contudo, quando escritas nas paredes internas das casas, não são mais uma comunicação com o mundo exterior, elas parecem ser o registro, “o sussurro” da família em sua intimidade ou até mesmo o reflexo da ideia de pequenez na reação ao desastre.

O uso de imagens tem sido utilizado para busca de reflexões e estudos sobre o homem, não meramente como registro de um momento, mas como instrumento investigativo. Para o fotógrafo Pierre Verger: “A fotografia permite ver aquilo que não se tem tempo de ver, porque ela fixa o instante. Eu diria ainda mais, ela memoriza, ela é a memória[...]” (Lopes, 2022, p.25).

> As imagens na antropologia vêm sendo utilizadas de diferentes maneiras, seja como ferramentas de captura da realidade, seja como objeto de pesquisa. Enquanto ferramenta, por exemplo, são muitas as discussões que permeiam o campo da chamada antropologia visual e do filme etnográfico, pois é o tipo de ferramenta e de reflexão **muito utilizada nas pesquisas de fenômenos culturais**, servindo igualmente enquanto meio de ilustração e de difusão de pesquisas, não esquecendo seu potencial na investigação de diferentes meios tecnológicos [...]. (Lopes, 2022, p.11) [grifo nosso].

Ao fotografar pichações dos bairros em afundamento, percebe-se que por trás de cada imagem há a necessidade de reflexão sobre elas. É importante entender o contexto em que foram produzidas: quem as produziu? Para que picharam? Onde foram feitas? Questionamentos importantes que podem ser desenvolvidos segundo Barbosa:

> Qual seria a questão incontornável da fotografia? Os retratos trazidos por Fernanda Rechenberg são bons para **pensar a potência imaginativa da fotografia e das relações implicadas na sua elaboração. O retrato aqui não é apenas um ato, mas um processo de muitos atos** (Barbosa, 2014, p. 5), [grifo nosso].

O uso da imagem e da escrita como instrumento de pesquisa e a análise destas é o cerne desse subcapítulo.

A imagem da escrita será a ferramenta e a fonte ao mesmo tempo, como também a escrita será o meio de linguagem adotado para a compreender da relação dos ex-moradores e seu ambiente, das relações de pertencimento e afeto, da apreensão do que se quer dizer sem dizer nada, ou seja, será essencial à análise de forma expressiva como instrumento de pesquisa.

As escritas serão analisadas mais adiante segundo a categorização das pichações que são separadas de acordo com os sentimentos de afeto, pertencimento, fé/esperança, mágoa e denúncia. As frases serão analisadas observando quais as palavras mais usadas e a quantidade de vezes que aparecem nas pichações; assim como também serão quantificados o número de pichações de cada sentimento.

A ideia de percorrer os bairros fotografando pichações atentou para a possibilidade de se fazer uma etnografia de/na rua, visto que o percurso visa um certo diálogo do ambiente e da pesquisadora para descrever as relações sociais dos moradores com o lugar. No entanto, o fato dos lugares já não possuírem moradores elimina essa possibilidade, pois a etnografia de rua é um deslocamento pela própria cidade, observando a dinâmica do lugar e percebendo as relações humanas que ali estão. Portanto, captar as relações de pertencimento e do pensamento do outro é uma tarefa difícil, porém, descrever o que se vê nas pichações mostra a singularidade de cada morador e abre inúmeras possibilidades a partir de um elemento estético (Rocha, 2003, p. 101).

Dentro das fontes que tratam a etnografia de rua é importante a observação do comportamento humano e da dinâmica de vida dos lugares, observando pessoas dentro do seu habitat. Dessa forma, o lugar é observado como objeto temporal, de percursos diversos ligados à vida e à rotina do dia a dia. Pensa-se: como podemos fazer etnografia de rua e entender a dinâmica do lugar quando ele está totalmente evacuado? Em resposta pode-se colocar a ideia de que as fotos "congelaram" um momento importante para seus moradores: a sua pré-expulsão. E é nesse momento, quando se está à mercê da perda, que se revela o pensamento do que entrelaça o morador e sua casa. Estudar esse momento, é estudar os sentimentos de quem viveu uma expulsão, além de garantir o registro apesar do tamponamento e às futuras demolições, como pode ser percebido por Lopes:

> As pichações em muros dos bairros afetados foi uma **forma de gritar por socorro**, visto que o acontecido não era noticiado com frequência nos jornais. **Pichações mostram o afeto pelo bairro ou pela casa**, algo que se tornou comum de se ver. Com o passar dos anos, essas pichações começaram a "desaparecer", isso por conta da mineradora começar a colocar tapumes nas casas já seladas, ação essa que veio a tomar conta de várias ruas dos bairros (Lopes, 2022, p. 23).

A percepção das pichações nas ruas provocou um olhar mais aguçado dessa pesquisadora, pois, sem poder ver ou falar com quem as escreveu, os sentidos focaram em outras questões como as listadas abaixo:

a) a **localização** de onde estavam escritas: dentro de casa [um sussurro] ou fora de casa [um grito];
b) o **tamanho da letra**: grande [para ser visto] ou pequeno [para ser registrada ou revelada a impotência e a pequenez];
c) o uso de **letra** [objetividade] ou **número** [pseudo objetividade quando se trata de tempo de moradia, pois é história de vida]
d) A essência **da escrita**: uso de nomes pessoais ou sobrenomes como forma de marcar um território importante, uma história, pois, ninguém escreve seu próprio nome em um local que não se identifica.
e) a **forma**: desenho [simbologia]: as pichações mostram, além das palavras, símbolos frequentes que precisam ser descritos separadamente:

#: como ferramenta do mundo digital para mostrar ao mundo inteiro o que se está passando, denunciar, "gritar" por socorro. Foi o símbolo mais usado associado ao nome justiça;

Coração: demonstrando o mais expressivo sentimento humano que é o amor e sua relação de afeto com o lugar;

Mãos: como a marcação/registro de uma existência naquele lugar.

4.1.1 Do georreferenciamento das pichações

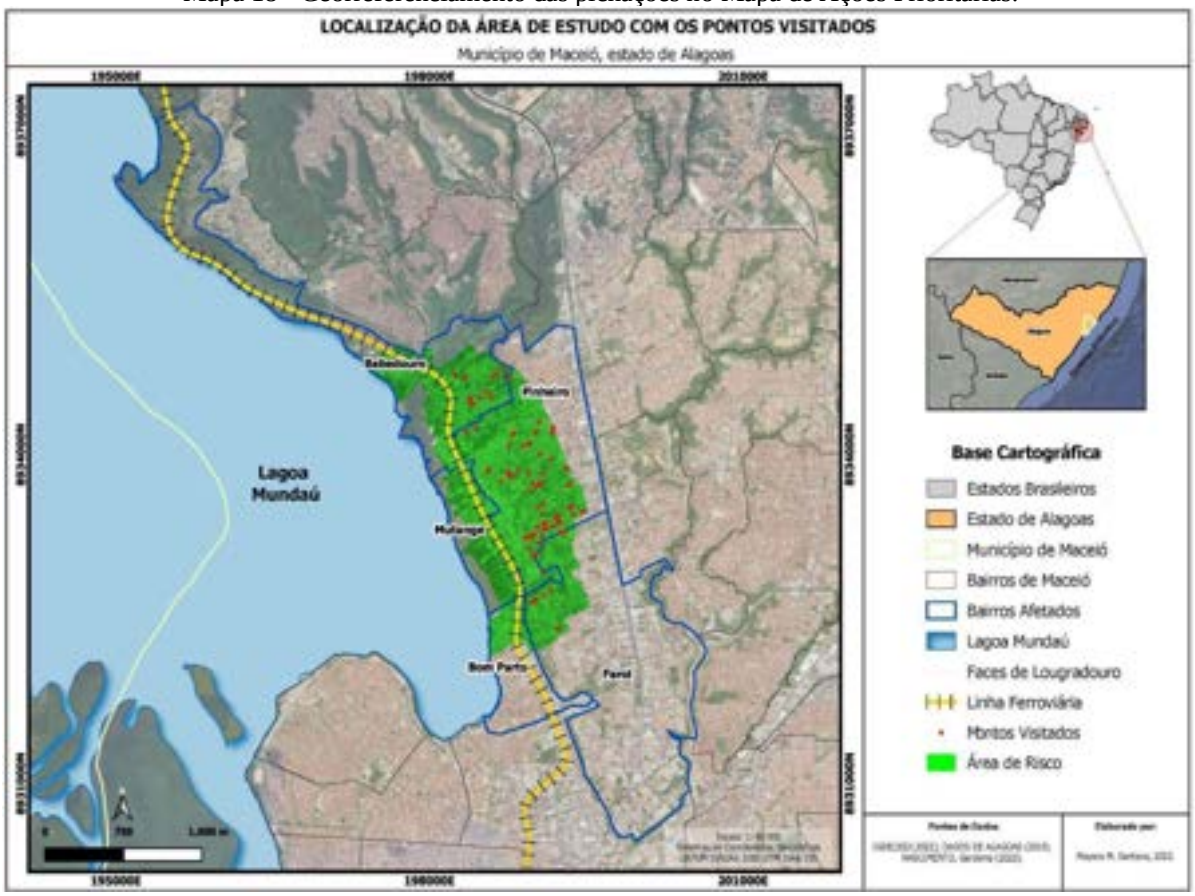
Os mapas abaixo mostram que todos os bairros foram percorridos, exceto nas áreas que já tiveram os imóveis demolidos como todo o bairro Mutange e parte da área do bairro de Bebedouro. Alguns trechos de ruas estão fechados [ver indicação de "X" na cor vermelha no mapa abaixo], porém, não se teve informação dos motivos, além da própria demolição.

Figura 14 - Ruas percorridas para o registro das pichações entre os dias 03 e 08 de junho de 2023.



Fonte: Gardênia Nascimento, 2023.

Mapa 18 - Georreferenciamento das pichações no Mapa de Ações Prioritárias.



Fonte: Gardênia Nascimento, executado por Mayara Santana, 2023.

4.1.2 Da classificação e análise das pichações

Inicialmente os bairros foram percorridos e fotografadas 119 pichações. Elas foram enquadradas, expondo em colunas: a ordenação de pontos, a foto, a transcrição do texto da pichação, suas coordenadas geográficas, seu endereço e uma categorização indicando o sentido das pichações como: afeto, pertencimento, fé/esperança, mágoa e denuncia [ver Apêndice A].

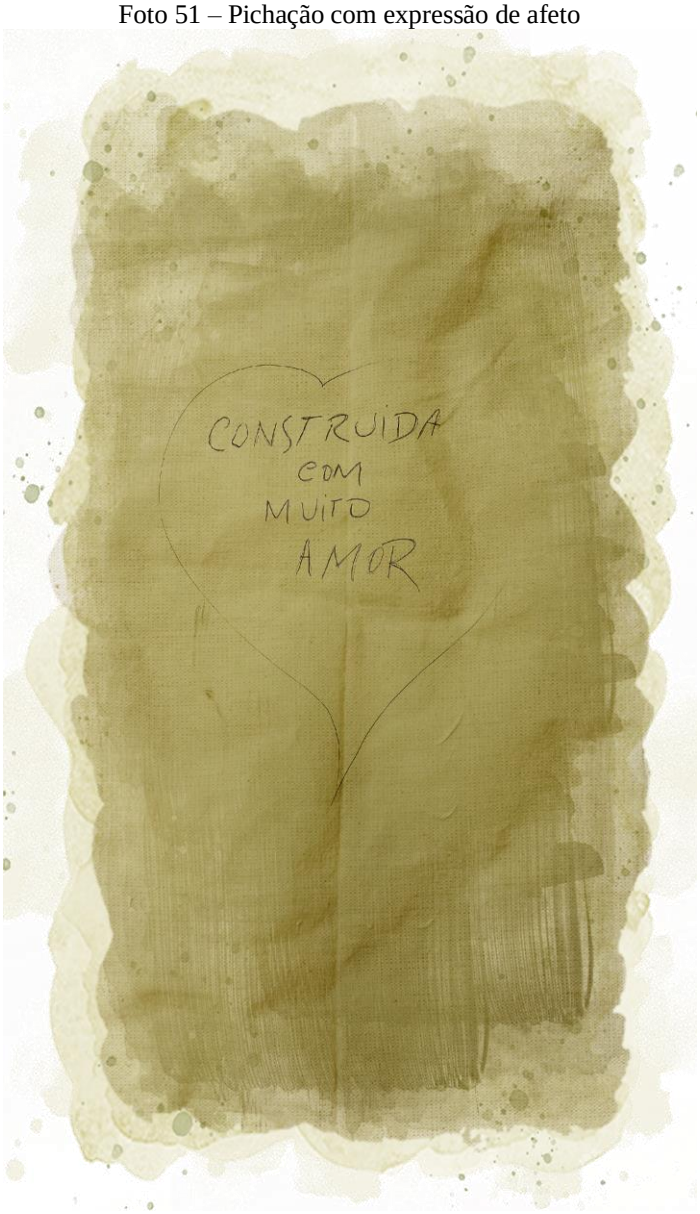
O percurso foi realizado nos dias 03 e 08 de junho de 2023, de carro e durante a manhã e tarde. Percebeu-se que há pichações em todos os bairros, em quase todas as ruas, em quase todos os imóveis. Em sua maioria se localizam nos muros ou nas fachadas.

Importante ressaltar que não se pretende aqui fazer análises aprofundadas das questões psicológicas do morador quando pichou sua casa, nem tão pouco os princípios da filosofia e linguística para analisar o discurso, e sim ter parâmetros numéricos [quantitativos] sobre a frequência em que as pichações acontecem, de acordo com a sua caracterização; ao mesmo tempo que se tenta apreender, de forma qualitativa, os motivos que podem ter levado a essa pichação.

A categorização foi baseada nas escritas das pichações, no sentimento que transmitiam e que tipo de comunicação faziam. Os textos foram estudados a partir da premissa de que são sentimentos que identificam os moradores. Todos, de várias formas, descrevem suas perdas dando ênfase ao que mais prezavam: a vida vivida no dia a dia.

Segue adiante as relações de frases das pichações separadas nas categorias de afeto, pertencimento, fé/esperança, denúncia/resistência e mágoa. Estão grifados os nomes que expressam a categoria indicada.

Foto 51 – Pichação com expressão de afeto



Fonte: Cotidiano Fotográfico, 2022.

Quadro 3 - Transcrições das pichações de afeto

	Transcrição das Pichações - AFETO
1	Fomos **felizes** aqui!
2	Aqui fomos **felizes**. Família Torres. 58 anos!
3	Minha família morou aqui. **Vó Antônia Vô Luiz**. Família Santos. Pinheiro 60 anos
4	Aqui morava um **menino lindo**
5	**Obrigada Pinheiro** por acolher a nossa história por mais de 30 anos
6	**Eterno Pinheiro**. 5 mil não é nada! pague logo! Fia da Peste!
7	Aqui morava uma **família feliz**!!! Terezinha [coração] Walter. filhos netos bisnetos
8	Tantos **momentos felizes** histórias, lembranças Era uma vez o "clube do Regi-Regi" e da Dona Fran. Saudade infinita! 27 anos de Pinheiro destruídos!
9	2010 - 2020 **saudades**
10	A gente foi **feliz** aqui
11	Alguém me dá um coração, pq eu já não sinto mais nada
12	A.L [**coração]** Y.N -W+D
13	O **amor** morou aqui mas foi expulso pela cobiça da Braskem [sentimento de luto]
14	**Saudades**
15	**Nunca te esqueço**
16	**Eterno** Mazinho
17	**Eterno** Pitoco
18	Braskem: vc me tirou uma das coisas que eu mais **gostava** na rua que era o flau da D. Maria e seu sorriso nas manhãs
19	**Amarei eternamente** minha casa e Bebedouro
20	**Saudade** de Bebedouro
21	**Saudades** Bebedouro...
22	**Sinto sua falta Pinheiro**
23	**Eterna saudade** dos amigos de Bebedouro.
24	Maldita Braskem. **Saudades eternas** 4
25	Aqui nesta casa morou uma família **feliz**! Victor Carnaúba Camila Carnaúba Marcos Carnaúba
26	Família Lima [**corações]** Alicio Alfaiate Rafa Família Oliveira
27	"A todo segundo aqui passado Julia V. há 7.863.296 segundos aqui. [**14 anos]**"

28	A gente foi feliz aqui
29	Nosso lar estará sempre em nossas **melhores lembranças**. Núbia, Aliny e Júlia [entre pequenos **corações]**
30	[**Árvore genealógica]**
31	Aqui éramos **felizes**! Quanto vale o sal de nossas lágrimas? **Saudades** meu Bebedouro
32	Pinheiro **vive**!
33	Um lar de **MT amor** 47 anos
34	Aqui mora gente **feliz**!
35	**Vovó** Rosinha **Vô** Ernande **Vovó** Onca
36	**SDDS** Posso até sair da que + **esquecer jamais**
37	"Levo no [desenho de **coração]** as lembranças dos **bons tempos** e uma **gratidão** por tudo que passei aqui" Não importa para onde vamos mais sim quem carregamos no **coração** Até um dia amigos! # Caiçara para todo sempre!
38	**Gratos** pelos vizinhos, amigos e histórias aqui construídas
39	Construída com amor [dentro de um **coração]**
40	**Nosso** Bebedouro! O que será?
41	Família Portela. Uma despedida pode causar muita dor, mas não diminui as **alegrias** que foram vividas aqui, não importa para onde vamos, mas sim o que carregamos. Todas as **lembranças desse lar**. Areline Luan Yasmim Guilherme Jandira Sandro Cecília Murilo Ane Arthur Gabriel Icaro Vinicius Gabriela
42	Aqui fomos **felizes**. Marcelo Ana Rosa Ana Clara Marcelinho Aqui ficava nosso bar
43	Aqui morava uma **família.**
44	Só resta **saudade. Saudade do meu vizinho** Nesta casa minha família era **feliz** Deus cuida do teu povo
45	**Lembranças**
46	**Sonhos**

Fonte: Gardênia Nascimento, 2023.

Breve comentário

A relação de afeto é percebida pela repetição da mensagem de felicidade e amor pelos bairros ou pela casa. É a ideia de lugar que não se esquece e que eternamente trará saudades.

Para Tuan (1980, p.116), o afeto pelo lugar é como uma forma de patriotismo local, onde o morador tem uma "experiência íntima do lugar" que não se prende a nada materialmente

geográfico, ou seja, o amor pelo lugar se constrói através da experiência de vivê-lo e dessa forma, quanto mais tempo vivemos nele mais pertencentes somos.

A saudade traz a ideia de melancolia quando estamos longe de algo ou de pessoas que damos valor, ou mesmo das boas experiências vividas. Nem bem saíram, os afetados já mostravam sentimentos de saudades do que se perdeu, demonstrando a certeza de que não será esquecido, pois, a ideia de eterno está sempre presente nas pichações, e eternidade não tem fim. Trata-se de uma relação existencial e extrapatrimonial perdida na saída compulsória dos ex-moradores.

Ao estudar o meio ambiente, Tuan (2015) trata das relações de familiaridade e afeição dizendo que "os pertences de uma pessoa são uma extensão de sua personalidade; ser privado deles é diminuir seu valor como ser humano, na sua própria estimação." (Tuan, 2015, p.135)

Portanto, pode-se dizer que a relação de afeto dos ex-moradores nos bairros afetados pela mineração tinha como base as pessoas atreladas ao meio ambiente que viviam. Ao serem separadas, houve uma ruptura nessa relação que se desdobra na ruptura da cultura local de ser e viver. O lugar está vazio fisicamente, contudo, povoado de afetos ainda referenciados pelas casas em ruínas, base das pichações. Contudo, logo segue a pergunta: se as casas, ruas e calçadas são referências de lugar para a comunidade afetada, o que será referência se essas casas forem demolidas[70]? O que será referência e suporte da memória do bairro? Esse é um dos desafios da pesquisa. O que vai contar essa história de destruição?

[70] As casas estão sendo demolidas com autorização da Defesa Civil de Maceió com a justificativa de estarem comprometendo a segurança de quem passa pela área, além de justificarem que os imóveis estão sendo focos de animais peçonhentos [escorpiões, baratas e ratos] e de doenças transmitidas pelo mosquito, como dengue e chikungunya.

Foto 52 – Pichação com expressão de pertencimento: Imóvel com a identificação dos moradores como o nome da rua



Fonte: Acervo Ana Paula, 2022

Quadro 4: transcrições das pichações de pertencimento

	Transcrição das pichações - PERTENCIMENTO
1	Maria Stela e Severino Frazão
2	**Esquinão** Frazão eternamente
3	**Desde 1980**. [desenho de árvore genealógica]. P.s.: Te amamos Família Oliveira. Obrigada por tudo!
4	Delegado Topera **morou aqui**. Descaso com o bairro do Pinheiro
5	Governantes Deus é Deus de justiça. **74 anos** família Ferreira
6	**Oficina do peixinho** mais uma vítima da Braskem. Peixinho agora conserta carro no puteiro.
7	**Igreja Nossa Senhora de Nazaré**
8	**36 anos de história** vividas. Casarão da Família Bispo
9	**Moramos há 64 anos**. A Braskem afundou sonhos!
10	**Família Cavalcante Gomes**
11	Seu Ze da latinha + **50 anos de Pinheiro**. Tudo começou com o Bar da Latinha. Seu ze e Dona Nicinha
12	Vó Terezinha **52 anos no Pinheiro**. Val Vania Valdir Nena Waltinho Marcio Bruno Diego Rebeca Marcinho Manu Priscila Guga Olavo
13	Família comando **1993**
14	Família dos Santos **17 anos**
15	Aqui morou uma família. Braskem destruiu **50 anos**
16	Maldita Braskem. Ganância **50 anos** destruídos
17	Aqui deixo **25 anos de minha vida**
18	**Desde 1999**. Senado da Padaria Ideal bons amigos se reuniam.

19	[...] **anos vividos nesta casa**. Não estamos sós, Deus cuida de nós. A justiça vem do Senhor que criou os céus e a terra.
20	Não é só uma casa, mas é uma **história**!
21	Família Figueiredo Andrade 38 **anos**
22	Eternamente 25 **Essa rua tem nome** Alceu, Aparecida, Lego e Miraci Marlene, Orisea, Adail, Alecy, Susi, Aurora, Edvaldo, Socorro, Edgina, Doda, Eliane, Elza, Cícero, Silvana, Zezé e Pedro, Helder, Vitória, Ronald, Braga Neto Luta
23	Um lar de MT amor **47 anos**
24	Família Nascimento 70 anos de **história** nesta casa
25	Aqui fomos felizes!!! Família Cruz **54 anos**
26	Anna Dadá Mônica Coca Adriana Anísio Verônica Dena Áurea Debi Jó
27	Aqui vivíamos **50 anos de história** do Bar do Lula
28	**Neidjane**
29	Vcs podem até receber, mas o $ ñ era de vcs Nil e Rosa Esta casa **pertence** a dona Mildes e Seu Hermógenes

Fonte: Gardênia Nascimento, 2023.

Breve comentário

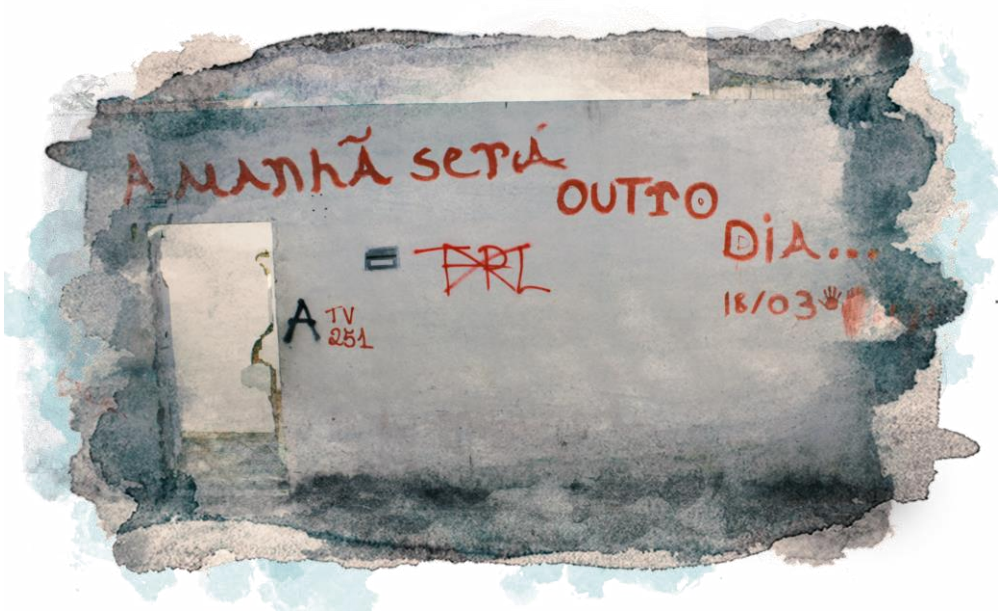
A relação de pertencimento é explicitada tanto por frases indicando o tempo de vida dos moradores nos bairros, quanto pela marcação do nome das famílias em sua propriedade e marcas de mãos. Nesse caso, é importante considerar que, normalmente se vê esses números como ciência exata, mas eles estão mostrando, além da quantidade de anos vividos [representação quantitativa], estão expressando a história por trás desses números [representação qualitativa]. Dentre as 29 pichações de pertencimento, 18 informam o tempo vivido nos bairros, o que reflete 62% das frases de pertencimento estudadas. O peso da história de vida familiar confere certo respeito no território e ao mesmo tempo, se contrapõe à retirada compulsória da população. A separação do lugar de vivência alcança a vida emocional do afetado com a perda de seu abrigo, do seu lar. Nesse sentido, Tuan descreve as consequências dessa separação explicando que:

> [...], uma pessoa no transcurso do tempo, investe parte de sua vida emocional em seu lar e além do lar, em seu bairro. **Ser despejado, pela força, da própria casa e do bairro é ser despido de um invólucro, que devido a sua familiaridade protege o ser humano das perplexidades do mundo exterior.** Assim como algumas pessoas

> são relutantes em abandonar um velho casaco por um novo, algumas pessoas – especialmente as idosas - relutam para abandonar o seu velho bairro por outro com casas novas (Tuan, 1980, p.114) Grifo nosso.

Ou seja, o investimento pessoal da comunidade não é só na casa, mas também, no bairro como um todo. Ao deixar a casa, deixa-se também os encontros que aconteciam na rua, na porta de casa, na fila da padaria, no bar da esquina, por exemplo. O pertencimento vira forma de expressão, quando se diz “a MINHA rua é cheia de árvores", ou mesmo quando as atitudes comunitárias reforçam esse pertencimento, quando se fecha a rua para celebrações e festas, por exemplo.

Foto 53 – Pichação com expressão de esperança



Fonte: Acervo Ana Paula, 2021.

Quadro 5: transcrições das pichações de fé e esperança

	Transcrição das pichações - FÉ e ESPERANÇA
1	Não estamos sós. **Deus** é Justiça. 75 anos de história. Nosso Deus é fiel. Ele é nosso guia.
2	Governantes **Deus** é **Deus** de justiça. 74 anos família Ferreira
3	**Jesus**
4	Uma história sem fim... Um novo recomeço. **Deus** acima de tudo!!!
5	[...] anos vividos nesta casa. Não estamos sós, **Deus** cuida de nós. A justiça vem do Senhor que criou os céus e a terra.
6	Só resta saudade. Saudade do meu vizinho. Nesta casa minha família era feliz **Deus** cuida do teu povo
7	Triste, mais com esperança que dias melhores virão. **Deus** nos abençoe e perdoe o pecado da Braskem
8	Temos **Deus**. Ele é por nós.

9	Nada é para sempre. **Viva** cada momento como se fosse o último
10	70 Anos de vida nesta casa. A nossa esperança está no **Deus** todo poderoso. **Deus é fiel e justo**. Os sonhos dos filhos de Deus jamais serão destruídos. Ele faz justiça.
11	Cabeça erguida e **fé** na vida Ao entrar nessa casa, **Deus** te abençoe ao sair desta casa **Deus** de acompanhe amém.
12	"A justiça dos homens pode lhe faltar, mas confie e espere no **Senhor**, pois sua Justiça nunca falha"
13	Minha esperança está em Deus e não na Braskem
14	Agindo **Deus** quem impedirá?
15	Por vezes a tristeza que você vê no meu rosto esconde a tristeza do meu [desenho de coração] A Braskem tá levando minha casa e quatro bairros menos a minha **fé**
16	**Amanhã será outro dia**... 18/03 [mão]

Fonte: Gardênia Nascimento, 2023.

Breve comentário

As pichações com sentimentos de fé e esperança foram a de menor frequência em relação a todas as pichações estudadas, equivalente a 6,7%, ao contrário das pichações de mágoa e denuncia que chegam a 58,65%, quase 10 vezes mais.

Segundo Cavaco (2010, p. 94), "na perspectiva de Ezra Stotzland, **a esperança é essencial para o ser humano, na medida em que a existência, ou ausência desta, poderá influenciar o seu futuro** (Polleti, 1980). Para Moore (2005), referindo-se a autores como Edey, Jevne e Miller, a esperança, apesar de ser um termo que parte das pessoas entende como algo que **tem uma forte influência na vida, pode ser definida de forma diferente por cada pessoa**." (Cavaco, 2010, p. 93) grifo nosso. Ainda de acordo com o autor, os aspectos que diminuem a esperança são o abandono e isolamento, a fadiga, os sentimentos negativos, o medo e o desespero, dentre outros.

Ou seja, famílias retiradas de seus lares, compulsoriamente, pouco expressaram formas de esperança, provavelmente vivem um momento ímpar de separação de sua história e suas raízes. Associado a isso, cabe lembrar que, ao saírem de suas casas, os moradores deram a posse de seu lar para a mineradora que os obrigou a sair, apesar do não recebimento imediato de sua indenização, condição do Acordo Socioambiental firmado pela Justiça Federal. Não havia certezas do futuro, além de se procurar um outro lugar para morar. A perda da esperança, segundo Cavaco (2010, p. 96), é também fruto do "medo e do desespero", entre outros, diante da impotência dos moradores.

A expulsão também provocou a mudança da territorialidade como um fator marcante nesse processo do desastre, em Maceió, que desequilibrou as relações no território, praticamente anulando o poder social e sobrepondo a todos os outros o poder econômico.

A relação de fé é observada pela frequência das palavras Deus, Jesus e Senhor. Elas representam 90% das frases pichadas de fé e esperança. Mas, o que se observa é uma fé voltada para a justiça, assim como as frases de denúncia, porém, a esperança é fé na justiça Divina, que além de cuidar também protege. Percebe-se a perda de confiança na justiça dos homens.

Foto 54 - Pichação com expressão de denúncia de afetação da família e da vida social



Fonte: Acervo Deth Nascimento, 2022.

Quadro 6 - transcrições das pichações de denúncia e resistência

	Transcrição das Pichações – DENÚNCIA E RESISTÊNCIA
1	**Somos vítimas** da Braskem
2	Fomos **condenados**
3	Braskem pague **logo a conta**!!!
4	Braskem = **Tragédi**a!
5	Bem-vindos ao **massacre** S1L3NC1050 que você não vê na TV!
6	# **luto** da vovó. Acordo p/ **crime**?
7	Braskem + **poder público de bosta**!!! **Assassina**!!!
8	S.O.S! **Justiça** urgente
9	Braskem **destruição**
10	**#Fora Braskem lucro=sangue**
11	Prefeito JHC **abandonou o povo** do Pinheiro. Seu veto e a prova viva falso só apareceu na can...

12	#**Fora Braskem**
13	Braskem **assassina**!
14	# **Justiça**
15	#**Respeito**
16	Queremos **justiça**!
17	Aqui: 336 **famílias prejudicadas**
18	**Impunidade**
19	Vão **matar nossos filhos**. Gov + B = **corrupção**. Nojentos
20	Braskem **criminosa**. Bairros choram... saia daqui **pague o justo**
21	O bairro do Pinheiro pede **socorro**!
22	Sonhos **destruídos**. Esta casa foi i**nvadida, depredada** e está **fechada**. Quem pagará por isso? 25 anos de histórias deixados para trás... **Quem pagará por isso**?
23	A Braskem veio nos **explorar** e o governo **fechou os olhos**
24	**Dano emocional** tem preço? Não tem. Isso **poderia ter sido evitado**!!
25	???? Salvar pessoas de um possível desastre ou extrair **sem fiscalizar**. Quantos bairros a +vão ter que ser **desocupados** por dinheiro
26	O Pinheiro hoje chora, pelo **descaso**... Dignidade já.
27	**Fora Braskem**. Pague o povo. Sem indenização
28	**Fora Braskem**. Braskem nojeira de Alagoas
29	Braskem **assassina**
30	Braskem **assassina**
31	5 Bairros **destruídos**
32	**Fora Braskem**. **Povo doente**
33	**Maldita** Braskem. Ganância 50 anos **destruídos**
34	**Fora Braskem**
35	Bando de **ladrão Assassinos**
36	**Fora Braskem**
37	"**Justiça** para as 57.000 **famílias** afetadas" "**Braskem assassina**"
38	" o IMA é **conivente** com o **maior crime ambiental de Alagoas**!!!"
39	Chega de **propaganda enganosa**. # respeito
40	fithing 4 **survaval**
41	**Braskem criminosa**!
42	**Quanto vale** a história de uma vida?
43	# **Me deixe em paz** Braskem
44	Só tristeza. "... **boca só se cala quando o tiro acerta**!!!"
45	57. 000 **famílias afetadas diretamente**
46	**Quem oprime mais**, o estado ou a Braskem?
47	**Ladrona**
48	Farol **minado**
49	**Justiça** pelos nossos direitos
50	Queremos **justiça**!
51	**Ladra gananciosa suborno karma**
52	**Indenização Já**

53	Braskem **mata**... ninguém sabe como anda os processos!!!
54	Delegado Topera morou aqui. **Descaso** com o bairro do Pinheiro
55	**Braskem comprou Maceió**
56	Queremos **justiça**!
57	**Respeitem** os moradores do Pinheiro. #**justiça**
58	44 anos **deixados para trás**!
59	**Braskem governa autoridade** todos culpados Rubens Berenice
60	Braskem. "**indústria de tristeza e desilusão**! **Descaso** dos Governos! **Vergonha**!
61	**Dinheiro fala mais alto** #Mutange #**Fora Braskem**
62	Sonhos destruídos # Mutange # Vive # **Fora Braskem**
63	A **destruição** de um Sonho [desenho de seis corações]
64	O que vale é os **lucro$** # **vidas destruídas**
65	Meu **pesadelo tem nome Braskem**
66	**Fim triste** mais é real
67	**Burra ladra ganancia suborno karma egoísta manipuladora**
68	Vá para outro lado **perigo**
69	#**Justiça**
70	**Braskem rica e Bebedouro no buraco**
71	Com Braskem Sem Braskem
72	Essa medalha eu fiz para a Braskem em honra ao **mérito de destruição** em 1º lugar, parabéns vc merece
73	Dinheiro de **lágrimas**
74	A **ganância dos homens sangrou** a raiz do meu Pinheiro uma a uma vejo cair suas folhas junto cai meu coração homens fortes choram mulheres guerreiras não tem forças para lutar
75	Aqui foram 107 **anos de história destruídos pela ganância**
76	Braskem **comprou o Decreto 2005 da Prefeitura Tombou o bairro de Bebedouro**
77	Braskem **mata** mais que a COVID 19
78	[Desenho de lápides com os nomes dos bairros]
79	**Condenada** pela Defesa Civil Selada pela Braskem
80	**Triste partida**. Mineração **destruidora de lares**
81	A felicidade desta família a Braskem **ruiu**
82	O amanhã nunca se iguala ao ontem só a mudança é constante
83	Braskem **tirou vidas**!
84	Braskem **obrigado** Fui
85	"O brando sono dos meus lares **FOI-SE**"
86	Braskem **serviço sujo separou amigos e famílias**
87	Braskem vc é isso [seta] **dinheiro destruição choro despedidas depressão ansiedade estress**
88	Braskem **destruiu** não apenas um bairro inteiro **destruiu vidas, sonhos e famílias**.
89	**Já foi**
90	Nosso l**ar destruído pela ganância** - Braskem-

91	**Oi nóis**!

Fonte: Gardênia Nascimento, 2023.

Breve comentário

O sentimento de denúncia é percebido de várias formas, tanto na repetição das palavras justiça, assassina, ladra/ladrona, criminosa, vítima, impunidade e outras, quanto na preponderância desse sentimento nas pichações, que equivale a 43,75%, quase metade dos pichos. Junto com a mágoa, chega-se a quase 60% das pichações.

A denúncia se faz na necessidade, não só de mostrar o que está acontecendo de errado, mas também, de nomear os culpados com o objetivo de buscar soluções para os prejuízos causados ou em busca de justiça. A acusação contra a mineradora Braskem é pichada em 31,42% das denúncias e todos os prejuízos da destruição acumulam-se em destruição de lares pela ganância, separação de famílias e amigos, vidas e sonhos ceifados e a conivência dos poderes público e judiciário; ou seja, mesmo com a ideia de acusação de impunidade, percebe-se que a denúncia não se restringe a coisas materiais e sim à destruição e à ruptura de relações sociais e familiares. Diante dessa perda, pergunta-se: há alguma forma de reparação?

Foto 55 - Pichação com expressão de mágoa



Fonte: Cotidiano Fotográfico, 2022.

Quadro 7 - transcrições das pichações de mágoa

	Transcrição das pichações – MÁGOA
1	Braskem sua ganância **destruiu mais um sonho**
2	Braskem **separou uma família**. Agora. A família Arcanjo
3	Foram tantos sonhos vividos, tantos **sonhos destruídos**

4	Braskem, **demolição de um sonho**
5	Braskem **o inferno lhe espera**!
6	Eterno Pinheiro. 5 mil não é nada! pague logo! **Fia da Peste**!
7	# **luto da vovó**. Acordo p/ crime?
8	**Fim de festa** #Flor de Lis
9	"**Haja hoje para tanto ontem e amanhã para tanto hoje**" [Paulo Leminski]
10	Moramos ha 64 anos. A Braskem **afundou sonhos**!
11	**Não era pra ser assim**
12	Vidas e **lares destruídos**
13	**Impunidade**
14	**sonhos destruídos**. Éramos felizes aqui.
15	Alguém me dá um coração, pq eu **já não sinto mais nada**
16	O amor morou aqui mas **foi expulso** pela cobiça da Braskem
17	**Cada dia uma dor**!!!
18	Braskem: **vc me tirou** uma das coisas que eu mais gostava na rua que era o flau da D. Maria e seu sorriso nas manhãs
19	# **Me deixe em paz** Braskem
20	Aqui morou arte e alegrias. **tristeza e desastre**.
21	A **dor é imensa**, mas NINGUÉM nos tirará nossas lembranças [coração partido]
22	Braskem **FDP** **Não há dinheiro no mundo que pague**
23	Vida **roer moer remoer morrer**
24	**Maldita**!! "Braskem: ao entrar neste, o capeta te receba e ao sair te acompanhe, afinal vocês são de lá. Autor: Clarisse Lispector.
25	Braskem o bairro do Farol **tá vivo**
26	**Xô Braskem**
27	Tchow Luzia **Luto** por Bebedouro De Jordan Andrielly
28	A **destruição de um Sonho** [desenho de seis corações]
29	**Chorarei eternamente** por Bebedouro
30	Mutange vive! #**revolta** Sonhos **Roubados**
31	Família e **sonhos destruídos**. **Me expulsaram**

Fonte: Gardênia Nascimento, 2023.

Breve comentário

As frases que expressam o sentimento de mágoa revelam “família e sonhos destruídos” e a frustração do futuro em algo que “não era para ser assim”. Na ausência do sonho, não há sentido para vida e esperança [no sentido de esperançar-se], portanto, não se sabe o que virá. Da mágoa vem o choro que revela a “Vida **roer moer remoer morrer”.** Apesar do luto vivido pela perda, o morador avisa: “Braskem o bairro do Farol tá vivo”; e ele continua: “xô Braskem”, “me deixe em paz Braskem” para afastar-se de quem lhe causa mal e mágoa. Ou seja, o aviso é de que “O amor morou aqui mas foi expulso pela cobiça da Braskem”.

4.1.3 Traduzindo as expressões em números

Quadro 8 - Frequência da categorização das pichações.

Sentimentos	Percentual de aparição
Afeto	22,11%
Pertencimento	13,94%
Fé/esperança	7,69%
Denúncia	43,75%
Mágoa	14,90%

Fonte: Gardênia Nascimento, 2023.

As pichações agora se tornam formas de expressão contidas em mais uma camada da *Paisagem do Desastre* da Braskem. Não há uma rua sequer que não as tenha. E diante da necessidade de se perceber de uma forma ampla a área em afundamento, também podemos pensá-la como Paisagem, e, sem maiores reflexões, tem-se a paisagem como o que se vê. No entanto, é necessário que essa paisagem seja analisada a partir da ideia de que o todo que se vê transcende seu alcance visual, pois, sendo resultado das relações sociais, ela é incompleta à primeira vista. Ou seja, não é até onde a vista alcança, é até onde se vê e se sabe sobre a paisagem.

Em suma, as pichações hoje fazem parte *Paisagem do Desastre*, construída nesses últimos quase seis anos. Elas também se transformaram em referências culturais do desastre como relevantes e explícitas formas de expressão, deixadas por parte dos ex-moradores. No entanto, elas podem desaparecer em função das ações de demolição dos imóveis da área afetada. Ou seja, diante dessa importância, de que maneira as pichações podem se consolidar como um registro e documento do desastre?

As frases pichadas trouxeram, além de sentimentos, a percepção de referências de lugares como as ruas e calçadas dos bairros, palco da vivência e da sociabilidade. No contexto de suas falas é possível perceber, lugares [como a padaria Ideal], edificações [casas das famílias], saberes [o flau da Dona Maria], celebrações como [anos de história de vida], mas o maior legado analisado nesse capítulo é o registro de todas as pichações como uma importante forma de expressão dos ex-moradores no caso Braskem, que hoje estão fotografadas, classificadas, georreferenciadas e registradas nessa pesquisa. **Um registro-documento do desastre nos bairros em afundamento**.

O processo de expulsão dos bairros em afundamento pôde ser vivido pelos afetados de forma semelhante ao processo de luto por um ente amado, traduzido pela negação, seguido da raiva, continuado pela barganha, sentido na depressão e alcançado pela aceitação. Neste momento, peço licença para me colocar como ex-moradora que vivenciou o desastre com perdas materiais e imateriais e, dessa forma, posso falar da privação do que se tinha e das diferentes fases devido à destruição dos bairros e seu afundamento.

"A **negação** começa desqualificando qualquer notícia sobre o assunto e questionando a veracidade dos fatos. É o momento de "fuga" da realidade que tende a se estender até o momento em que não há mais como refutar o fato. É também um mecanismo de defesa para se proteger da realidade e, às vezes, pode prolongar o sofrimento. Esse momento dá lugar à revolta e à **raiva** contra a mineradora Braskem que provocou, gananciosamente, um desastre que, comprovado pela CPRM, poderia ter sido evitado. A raiva traz pensamentos de injustiça, ao mesmo tempo que acusa e procura culpados. A raiva também é a fase que quase nunca termina, ela se mistura com a **barganha** em seguida. A barganha se reflete, nesse caso, à barganha dos valores do que se perdeu. Certamente nunca será pago o que realmente achamos que merecemos, pois, o que está ali é a reparação pela perda da nossa vida, e a barganha se faz na discussão dos valores dos bens materiais, porém, avaliados pelo morador pelos bens imateriais.

Diante do problema a tristeza toma conta do afetado. As lembranças são mais intensas e a perda mais penosa. Quando se é expulso do seu lar sem possibilidade de volta, nem mesmo para uma visita, é na tristeza profunda que permanecem. Aliás, as fases da raiva e tristeza em permanência simultânea chegaram a adoecer a população afetada com **depressão**, síndrome do pânico e outras manifestações mentais. Algumas levadas a cabo por suicídio ou morte. A depressão é a penúltima fase do luto, quando o afetado aceita a realidade, mas tem dificuldade de administrar a tristeza.

A última fase é a mais difícil de se transpor: a da **aceitação**. Todos devem passar por ela para conseguir continuar suas vidas, paulatinamente, pensando no futuro. Aceitar o desastre não significa deixar de perceber as injustiças e nem deixar de lutar a favor de direitos, mas de aceitar que o fato existe e que não há como voltar para evitá-lo. Quando se entende isso, é necessário "virar a página", reescrever sua história, construir outras vivências e memórias."

O artigo *O Conceito Psicanalítico do Luto: uma perspectiva a partir de Freud e Klein* traz a definição de luto por Freud que coaduna com a descrição acima:

> Ao explicar o conceito em Luto e Melancolia, Freud (1915) o entende como uma reação à perda, não necessariamente de um ente querido, mas também, algo que tome as mesmas proporções, portanto um fenômeno mental natural e constante durante o

> desenvolvimento humano. Para o autor, no luto, nada existe de inconsciente a respeito da perda, ou seja, o enlutado sabe exatamente o que perdeu. Além disso, o luto é um processo natural instalado para a elaboração da perda, que pode ser superado após algum tempo e, por mais que tenha um caráter patológico, não é considerada doença, sendo assim, interferências tornam-se prejudiciais (Cavalcanti; Samckuk; Bonfim, 2013, p. 89).

A descrição do luto acima também serve para situar as fases dos indivíduos em que as pichações foram realizadas: existe um misto de raiva e barganha [denúncia/ resistência e mágoa], além da tristeza [depressão] e da aceitação [fé/ esperança]. Contudo, percebe-se que a maioria dos afetados [58,65%], vivenciava a segunda fase do luto [raiva] enquanto poucos estavam na fase da aceitação [7,69%]. Vale ressaltar que o luto é individual e pode ter durações diferentes, dependendo de como o indivíduo se relaciona com a vida.

Importante dizer que assim como o desastre está em andamento e sem o fechamento do ciclo de princípio, meio e fim; a reação ao luto também pode ser influenciada por esse fato e a vivência plena do luto com a aceitação pode demorar a chegar. Vive-se hoje, ao mesmo tempo, ações para deter, controlar, remediar e prevenir o desastre. As minas continuam em colapso, busca-se deter o colapso com o preenchimento das minas, há o monitoramento e acompanhamento do processo para controlar a situação; busca-se remediar os impactos e constroem-se ações de prevenção. Dentro desse processo, os ex-moradores e a população de toda a cidade vivem a instabilidade de não saber se o combate ao afundamento será eficiente e eficaz e, portanto, a possibilidade de extensão dos impactos pode estagnar o luto em uma de suas fases, como a raiva.

4.1.4 Transformando pichações em exposição fotográfica

O levantamento das pichações fez a orientadora dessa pesquisa, Lia Motta, e o supervisor do mestrado, Maicon Marcante, sugerirem transformá-la em exposição, dando início a um projeto de educação patrimonial. A ideia foi trabalhar a Casa do Patrimônio de Maceió como um elo entre a pesquisa e a comunidade e iniciar um processo de interlocução, visto que esse é o seu propósito. A Exposição Temporária teve o objetivo de integrar a Casa do Patrimônio de Maceió à população dos bairros em afundamento, como também toda a comunidade, além de continuar a envolver a sociedade maceioense na discussão do desastre causado pela mineradora Braskem, mantendo a ideia de lembrar para não repetir.

Como as fotos dessa pesquisadora não eram profissionais, primeiramente foram solicitadas fotos de fotógrafos da cidade para o uso na dissertação do Mestrado Profissional e,

foi elaborada proposta de exposição temporária que conta com as fotos mais representativas do grupo sobre as pichações. De 198 fotos cedidas, foram escolhidas 60.

Os fotógrafos alagoanos Jorge Vieira e a Professora e fotógrafa Dilma de Carvalho assinaram a curadoria e, junto com essa pesquisadora, foram escolhidas as fotos. O Projeto Expográfico foi desenvolvido pelo Arquiteto Nelson Braga. O título da exposição foi **Aqui Morava uma Família**, frase pichada no portão da primeira casa do bairro Pinheiro que começou a apresentar rachaduras e afundamento brutal do solo. O conceito aqui utilizado foi de mostrar que os afetados são pessoas e não números e que, na realidade famílias inteiras foram atingidas formando uma família de afetados: Nossa Identidade! A área utilizada da Casa do Patrimônio de Maceió foi o hall principal de entrada, local de exposições temporárias, mas com intervenções muralistas que extrapolaram esse espaço e se estendem através de 5 banners na fachada do prédio, à Rua Sá e Albuquerque, a principal rua do bairro histórico e turístico, Jaraguá. Nos banners foram pichados com spray: Família Pinheiro, Família Bebedouro, Família Mutange, Família Bom Parto e Família Farol [os cinco bairros afetados]. A exposição teve duração de dois meses, e, durante esse tempo, todas as pessoas que passarem por essa rua, puderam olhar para os banners ali colocados. Para publicizar a exposição, a pichação dos banners foi feita como um ato, no dia 22/07/2023, em frente à porta da Braskem, na praia do Sobral, com os muralistas Yara Pão e Levy Paz, filmados com drone pelos fotógrafos Arthur Celso e Yara Pão, vendo todas os nomes das famílias pichadas e ao fundo a entrada da Braskem. Essas filmagens foram transformadas em vídeo de 1 minuto, produzido por Rafael Teixeira e foi veiculada como uma chamada, um convite para a participação da sociedade na exposição aberta dia 17/08/2023, dia do Patrimônio Cultural Brasileiro (Nascimento, 2023).

Figura 15: Projeto da exposição fotográfica na área de exposição temporária da Casa do patrimônio de Maceió



Fonte: Nelson Braga, 2023.

Foto 56 - Abertura da Exposição fotográfica: Aqui morava uma família, 17/08, dia do Patrimônio Cultural Brasileiro



Fonte: Betina Caetano, 2023.

A inauguração da exposição foi aberta ao público na Casa do Patrimônio [sede do IPHAN/AL], Rua Sá e Albuquerque, 147, bairro histórico Jaraguá, em um dos dias mais significativos do ano: dia 17/08 [quinta-feira], dia do patrimônio cultural, às 19:30h; sem esquecer que nessa semana também foi o dia da fotografia, comemorado em 19/08. No sábado 19/08/23 foi realizada a Oficina Participativa sobre referências culturais com representantes da sociedade afetada, pessoas engajadas na causa, representantes de associações, líderes e acadêmicos, conduzida pela Profª Mestra Sônia Rampim, pesquisadora da UFMG, Coordenadora do Comitê Científico de Interpretações do Patrimônio - ICOMOS, na mesma Casa do Patrimônio de Maceió. A oficina contou com palestra de abertura do Prof. Dr. Leonardo Castriota, arquiteto urbanista que coordenou o Dossiê de tombamento de Bento Rodrigues e é conselheiro do ICOMOS.

A comunicação teve como consultor o jornalista, arquiteto e cartunista alagoano Ênio Lins, que também foi secretário de Comunicação do Estado de Alagoas nos últimos oito anos. Para maior divulgação da exposição, foram elaborados cards e vídeos de 1 minuto que circularam durante os dez dias que antecederam a exposição. Foram também contactados os canais de comunicação local de TV e mídia digital, além de articulação com as mídias de parceiros que já possuem canais alternativos como os grupos no Instagram: "vítimas da Braskem", "Vidas Rachadas", "Projeto ruptura mcz", "Cotidiano Fotográfico" e outros.

Durante a exposição, as fotografias foram vendidas a R$60,00 [sessenta reais] e o arrecadado [R$ 1.600,00] foi doado para o S.O.S Pet Pinheiro, grupo que tem se esforçado para salvar gatos abandonados nos bairros afetados. A entrega foi registrada em canal do Instagram dessa pesquisadora também para conhecimento da população.

Na abertura da exposição foi também lançado o livro digital *A cidade Engolida - uma discussão inicial do afundamento dos bairros em Maceió/AL pela extração da Sal-gema*, no qual essa pesquisadora escreve um dos capítulos. A edição é organizada pelas Prof[as] Dras. Natallya de Almeida Levino e Marcele Elisa Fontana, e é gratuita, podendo ser baixada através do link abaixo. Esse livro será usado como material complementar do curso de Geografia da UFAL.

Figura 16 - Livro A Cidade Engolida



Fonte: Levino; Fontana, 2023

Resumo da exposição

Exposição: Aqui Morava uma Família.

Idealizadora: Mestranda Gardênia Nascimento

Curadoria: Fotógrafos Jorge Vieira e Dilma de Carvalho

Fotógrafos: Arthur Celso

Ana Paula

Carlos Eduardo

Deth Nascimento

Dilma de Carvalho

Data de abertura: 17/08/2023 às 19:30h

Local: Casa do Patrimônio de Maceió - IPHAN

Texto da exposição:

> Comemorando o dia do Patrimônio Cultural Brasileiro e o mês da Fotografia, a exposição fotográfica intitulada **Aqui Morava uma Família** conta com os registros mais sinceros da sociedade afetada pela mineradora Braskem, em Maceió, mostrado nas pichações de suas casas, no momento que estavam à mercê de serem expulsos. A pichação, neste contexto, é um ato de literalização do passado e do seu processo de transformação em arquivo, como uma "escritura visual".
> Não se trata somente de imagens, porém imagens com escritas de cunho significativo de comunicação. São expressões mais que iconográficas, são registros de falas silenciosas que dizem muito de quem escreve e de onde escrevem. As pichações quando escritas na fachada, são "gritos" para a sociedade e constituem a paisagem dos bairros hoje; contudo, quando escritas nas paredes internas das casas, não são mais uma comunicação com o mundo exterior, elas parecem ser o registro, "o sussurro" da família em sua intimidade.

Em suma, estudamos as pichações de forma sistemática, estabelecendo uma metodologia desde o seu registro, categorização e análise, de tal forma que podemos perceber que os afetados estavam vivendo um momento de luto, quando a raiva e mágoa são predominantes, provavelmente pelo impacto de sua retirada. A necessidade de registrar esse momento, ao mesmo tempo de comunicar e denunciar aos outros o que acontece, revela também a dificuldade de serem ouvidos. O símbolo "#", o mais utilizado nas pichações, traduziu também, de forma emblemática, a necessidade de extrapolar as fronteiras geográficas, o que demonstra a vontade de contar para o mundo a sua expulsão. Porém, os desenhos de coração e mãos ainda demonstram, mesmo no momento de raiva, mágoa e denúncia, o amor e pertencimento àquele lugar. São relações sociais construídas e vivenciadas ao longo de anos, rompidas e mutiladas no dia da partida.

Nas pichações foi perceptível o sentimento de apego pelo lugar e pelas pessoas que fazem parte dele: familiares ou vizinhos, relações cotidianas que aconteciam nas ruas, espaços públicos, locais de encontro onde a sociabilidade sustentava a vida. A indicação do período de

anos vividos no bairro denota a relação estreita com o território ao mesmo tempo que o marca. Esses espaços foram lugares de afeto e base das relações sociais. Dentre as pichações, as palavras: saudade, vizinhos e família são constantes, reforçando a percepção da sociabilidade. A palavra felicidade/feliz aparece 25% nas pichações de afeto. E quanto mais amado o lugar, mais pichações de mágoa e denúncia apontam para a frequência de um vocabulário quase jurídico como: Justiça, assassina, ladra/ladrona, criminosa, crime, vítimas e impunidade. Em essência, essas pichações se tornam um **apelo por justiça social** diante da impunidade da mineradora Braskem. É explícita a busca de um salvador diante da falha humana, e é na justiça divina que está a esperança dos ex-moradores, pois, as palavras Deus, Jesus e Senhor estão em 90% das pichações de fé e esperança.

4.2 Estudo do Podcast *Vozes do afundamento*[71]

Mantendo a metodologia de estudar os momentos vividos pelos ex-moradores afetados pela Mineradora Braskem, antes e depois da expulsão, até o momento atual; e após a análise das pichações no subcapítulo sobre as pichações como o primeiro momento estudado, passaremos a estudar o momento pós-expulsão através da análise de entrevistas em podcast.

A necessidade de se estudar as falas dos moradores afetados levou essa pesquisadora a buscar formas alternativas e criação de uma metodologia de se colher, de forma qualitativa e quantitativa, o sentimento dos afetados após a sua expulsão dos bairros. Pensou-se em entrevistas semiestruturadas ou estruturadas que pudessem ser feitas de forma digital, no entanto, diante das dificuldades de outros pesquisadores em terem essas entrevistas, optou-se por se considerar o Podcast *Vozes do Afundamento*.

A dificuldade relatada por outros pesquisadores é que os afetados não estavam mais dispostos a serem entrevistados, pois, não aguentavam falar sobre o assunto ou queriam "virar a página" dessa história tão sofrida. Também foi importante o uso do podcast porque as falas já tinham o consentimento por serem públicas e, através do aplicativo do *Spotify*, também estavam acessíveis a todos. As entrevistas foram colhidas para transcrição nos meses de junho e julho de 2023. Segundo o Jornalista Rivison Batista, criador do podcast, o canal registra desabafos para que não sejam esquecidos.

[71] Jornalista idealizador do podcast lançado pelo portal TribunaHoje.com. Canal para vítimas da mineração de sal-gema contarem suas histórias. TIBUNA INDEPENDENTE. Tribuna lança podcast Vozes do Afundamento. **Tribuna Hoje,** Maceió, 2023. Disponível em: https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2023/03/04/117115-tribuna-lanca-podcast-vozes-do-afundamento. Acesso em: 22 maio 2024.

> "Esperamos alcançar o maior número possível de vítimas que queiram fazer seus relatos. O afundamento em Maceió é um fato histórico que merece ser documentado. E as pessoas que passaram e ainda passam por essa tragédia merecem ter um canal na imprensa para que tudo o que elas sofreram fique registrado, para que elas desabafem e para que esse crime grotesco não se repita futuramente", diz Rivison Batista[72].

Esses podcasts estão no portal de notícias da cidade de Maceió, TribunaHoje.com, que, em 04/03/2023, lançou um projeto utilizando podcasts para contar as histórias das vítimas da mineradora Braskem. Esse projeto foi idealizado para ser um meio mais simples de colher e divulgar os relatos dos afetados que quisessem participar, no intuito de se ter mais alcance de público. É um canal de extensão do projeto *Vidas afundadas,* que produziu vídeos e que agora são transformados em falas. Ele está disponível no aplicativo *Spotify* e na plataforma do projeto *Vidas Afundadas*[73]. As falas são voluntárias e recebem as orientações do repórter para sua gravação e envio.

> "Primeiro, é recomendado que o participante escolha um lugar muito silencioso no momento em que for enviar o áudio. Isso é o básico, para não ter nenhuma interferência no som. Segundo a pessoa precisa começar o áudio identificando-se com nome, sobrenome e o local onde residia e precisou sair por causa do afundamento. Aí a pessoa conta sua história", destaca o repórter[74].

Importante salientar que, apesar de na gravação do Podcast não haver a data da entrevista dos afetados, o seu lançamento foi feito em março de 2023 e as narrativas relatam a saída dos entrevistados e de como era o bairro antes do desastre. Dessa forma, entende-se que são tratados de momento pós-expulsão.

Portanto, assim como as pichações, as falas do podcast estudado, também serão consideradas como importantes formas de expressão e parte das referências culturais levantadas, posteriormente, na Oficina Participativa. Nelas também estão contidas referências culturais lembradas e que devem ser consideradas nesse trabalho.

Após a escolha da fonte das entrevistas, elas foram transcritas. São oito ao todo que estão identificadas no quadro abaixo. Apesar de não serem datadas, a narrativa informa que os entrevistados eram ex-moradores ou estavam contando sua história. Percebeu-se também que se tratava de pessoas dos bairros Pinheiro e Bebedouro, ou seja, a percepção de quem morava no tabuleiro e na planície.

---

[72] Idem 11
[73] TRIBUNA HOJE. Vidas Afundadas – Uma tragédia Urbana. **Tribuna Hoje,** Maceió, 2023. Disponível em: https://tribunahoje.com/vidas-afundadas. Acesso em: 25 maio 2024.
[74] item 11

Quadro 9 - Lista de entrevistados do Podcast *Vozes do Afundamento*

Nº	Entrevistados	Bairro de origem	Observações
1	Elisangela Lau	Flexal (Bebedouro)	Mora fora do mapa de ações prioritárias, no entorno. Conta a história da sogra que saiu de Bebedouro.
2	Jamerson dos Santos	Pinheiro	Morava na borda da encosta, vista para Lagoa
3	Deise Silva	Bebedouro	Já se mudou. Conta problemas mentais da tia do marido.
4	Waliston Bastos	Bebedouro	Ex morador.
5	Edvânia Paulo	Pinheiro	Ex-moradora. Morava perto da Fernandes Lima
6	Ciro Veras	Morador de Maceió	Cordelista
7	Marcelino Brito	Bebedouro	Morou na Praça Lucena Maranhão.
8	Alexandre Sampaio	Pinheiro	Ex-morador e tinha empresa na Rua Belo Horizonte e Presidente da Associação dos Empresários do Pinheiro

Fonte: Gardênia Nascimento, 2024.

Optou-se por dar continuidade à categorização definida para a análise das pichações através dos sentimentos de: afeto, pertencimento, mágoa, denúncia/resistência, fé/esperança; para que sejam comparadas.

A metodologia utilizada foi definir uma cor para cada categoria e grifar as falas das entrevistas nas linhas que esses sentimentos eram percebidos. Dessa forma temos a seguinte legenda:

Afeto	Pertencimento	Fé	Mágoa	Denúncia/ Resistência

Portanto, ao olhar para as entrevistas, mesmo sem lê-las, é possível "ver" os sentimentos ali expressos e, assim, poder entender a carga dos diversos sentimentos envolvidos nelas. Dependendo da quantidade de linhas do texto grifadas por sentimento, podemos analisar mais facilmente a frequência do que se fala e, obviamente, do que se sente.

Adiante está uma das entrevistas analisadas associadas à legenda de categorização dos sentimentos para o entendimento do leitor. As demais entrevistas do podcast estão no Apêndice B.

4.2.1 Entrevista 1

Isolamento no Flexal

Rivison Batista: Olá a todos, aqui é Rivison Batista, e você está no podcast “Vozes do afundamento”. Nesse episódio, Elisangela Lau conta como é a vida no Flexal de Baixo. A comunidade dos Flexais, que compreende o Flexal de Cima e o Flexal de Baixo, ficou ilhada socialmente após o afundamento de solo que atingiu os bairros que a rodeavam, deixando os moradores sem serviços essenciais dentro da própria comunidade. Faltam transporte, saúde e escolas.

Elisangela: Meu nome é Elisangela Lau, moro na rua Tobias Barreto, em Bebedouro, mais precisamente no Flexal de Baixo. Bem, eu vivia em um lugar cheio de vida há 9 anos, pois foi quando eu me casei e fui morar com meu esposo, em uma das casas que minha sogra nos cedeu para morar. Minha sogra, Maria Lúcia, residia neste endereço desde o dia que nasceu. 62 anos, para ser precisa. Tem 1 ano que ela faleceu, por conta de incertezas, inseguranças e tristeza. Ela já era uma paciente, sim, diabética, se isolou, deixou de se cuidar, e veio a ter complicações e falecer, e uma das preocupações dela era o que iria acontecer com a gente, onde nós iríamos morar, se o bairro que nós iríamos morar era tão tranquilo e cheio de vida quanto o nosso. E, no meio dessas incertezas, eu digo “o que vamos fazer? Para onde vamos?”, porque nós tínhamos um bairro cheio de vida, nós tínhamos feira, todo tipo de comércio, farmácia, inúmeras escolas estaduais, municipais, particulares. Inclusive, meu filho, que hoje tem 9 anos, começou sua vida escolar no colégio Batista de Bebedouro, que também foi desocupado, ele com 2 anos e meio, e teve que sair de lá porque o colégio encerrou suas atividades. Então hoje vivemos em um lugar deserto, esquecido, perigoso, onde nós não temos opção de escola, não temos farmácia, não temos nenhum tipo de supermercado nem feira, nem acesso a saúde, então é o que eu digo, nós tínhamos um bairro cheio de vida e bom para se morar, onde as pessoas eram vizinhas há décadas, onde um conhecia o outro, onde se você precisasse de ajuda você tinha alguém para estender a mão, e hoje vivemos em um lugar que parece mais um cenário de guerra, onde todos os dias a gente tem que pedir a deus que nos guarde do ponto de ônibus até em casa. Sem falar o descaso do poder público para conosco, nos obrigar a ficar em um lugar onde não existe mais nada, onde todos os dias tem que pedir a deus que me guarde, porque fora tudo que vivemos, ainda temos que passar quase todos os dias por situações de perigo, tanto por conta da via que ficou escura e esquisita, quanto de assalto, por pessoas no carro, por pessoas de moto, porque nós viramos um povo que está esquecido e qualquer bandido vem se aproveitar da nossa situação, que já não é boa. Hoje quando alguém me pergunta onde eu moro,

eu digo com muita tristeza que moro em Bebedouro, porque eu vivo em um lugar onde ninguém quer viver, onde ninguém vem procurar casa para comprar. E eu deixo aqui bem claro a minha indignação com a situação e com o poder público que nos largou para viver no esquecimento. Porque esses que estão lá, resolvendo por nós, sem nos ouvir, deveriam morar aqui e ver como é legal o lugar que eles dizem que vão revitalizar. Dois finais de rua, que foi o que sobrou de Bebedouro.

Referências citadas:
Lugares: Flexal de Baixo, Bebedouro.
Pessoas: vizinhos.
Edificação: Colégio Batista de Bebedouro.

Em síntese, esse subcapítulo propôs analisar o podcast *Vozes do Afundamento* como forma alternativa de ter acesso às falas de parte dos ex-moradores da área atingida, momento após a sua expulsão. As entrevistas são consideradas aqui como uma forma de expressão originária do desastre da Braskem. Para a análise, foi escolhida a metodologia de uso de cores para identificar os sentimentos de afeto, pertencimento, fé/esperança, Denúncia/resistência e Mágoa em momento após expulsão. O método permitiu a visualização dos sentimentos que revelam a preponderância de falas de denúncia e mágoa, apesar de falas de afeto, pertencimento e fé. Dessa forma, comparando com a análise das pichações no subcapítulo "a", percebe-se que as falas, agora analisadas, continuam na fase da raiva e da dor; equivalente à segunda fase do luto igualmente identificada nas pichações; porém, começam a ser mais pontuadas as questões de pagamento, tanto de danos morais e indenização dos imóveis [13 vezes]; aparentemente, a terceira fase do luto: da barganha.

Mesmo entendendo dessa forma, a força das palavras de raiva associada à barganha sugere uma necessidade de reparação e/ou compensação. Pensamos: o que está sendo cobrado em dinheiro pelos moradores trata-se de uma reparação somente material? Se o relato de perda de sonhos de vida e sociabilidade da comunidade estava sempre nas pichações e entrevistas, como isso poderia ser compensado em dinheiro? Entende-se que nas perdas relatadas há um valor diferenciado, subjetivo e difícil de mensurar, relativo às perdas imateriais das referências de memória e que precisam ser discutidas no viés de reparação; pois, até o momento das entrevistas as pessoas não conseguiram ser compensadas, mesmo com as indenizações recebidas.

4.3 Categorização dos atores para Oficina Participativa para Levantamento das Referências Culturais - Representatividade não, diversidade social sim

Segundo o dicionário *Oxford language*, representatividade é a "qualidade de alguém, de um partido, de um grupo ou de um sindicato, cujo embasamento na população faz que ele possa exprimir-se verdadeiramente em seu nome", ou seja, quando um grupo legitima um representante para falar por ele. Porém, nos bairros em afundamento podemos perceber a precariedade dessa representação, pois, temos apenas alguns poucos representantes de bairro e líderes religiosos que poderiam falar por seu grupo, mas não por todos.

Consequentemente, diante do desafio de buscar uma representatividade dos bairros em afundamento, foi necessário fazer as seguintes reflexões: Quantos e quais sujeitos poderiam representar o grupo dos afetados? Quem teria essa legitimidade?

Parafraseando Paulo Bonavides, Chaves (2016) informa que a representatividade pode ser abordada de três formas: Política, Jurídica e Social. O conceito de representatividade política tem no poder executivo, por lei, a legitimidade de representação popular através do voto, que se estende do vereador da cidade ao Presidente da República. Diz respeito à questão da cidadania, visto que "a cidadania é a prova de identidade que mostra a relação ou vínculo do indivíduo com o Estado" (Chaves, 2016, p. 57). Mas também, incluo aqui a legitimidade de líderes de movimentos sociais e associações que têm a legitimidade de representar um grupo por voto ou pela própria liderança que já exerce. O conceito de representatividade jurídica está no fato de se fazer parte de uma nação, e por fim, o conceito social está ligado a valores e aspirações. Nesse caso, a representatividade pretendida nos bairros em afundamento estaria no conceito social que representa a população afetada nos seus anseios coletivos e no olhar que a sociedade adquire ao viver em um lugar.

Teriam legitimidade para falar todos os afetados, individualmente, mas não necessariamente representando os demais. Não há uma delegação do grupo para uma pessoa; no máximo, teríamos a representação de uma pequena parte desse grupo, como as associações e os líderes religiosos.

Desse modo, ao buscar os valores culturais e a significância do lugar, compreendemos que a diversidade de modos de vida, de sujeitos, de lugares e tudo ao redor é o que compõem esse grupo social. É na diversidade que a vida acontece e constrói cultura e memória, e será então na diversidade que pretendemos enxergar as diversas referências culturais presentes na área de risco: "Num mundo globalizado a diversidade cultural deve ser pensada de um ponto

de vista cosmopolita. Somente uma visão universalista pode valorizar realmente o que denominamos "diferença" (Ortiz, 1998, p. 87). Ademais, “A diversidade cultural não pode ser vista apenas como uma "diferença”, isto é, algo que se define em relação a, nos remete a alguma coisa outra. Toda “diferença” é produzida socialmente, ela é portadora de sentido simbólico e de sentido histórico” (Ortiz, 1998, p. 99).

Isso posto, essa pesquisadora elaborou uma lista de sujeitos com a seguinte reflexão: de que maneira posso construir um grupo de pessoas que possa refletir a diversidade dos bairros? Assim, os critérios estabelecidos foram:

a) **Geográfico** - os presidentes de associação de bairros e ex-moradores; como também foi pensado em incluir os moradores do entorno que hoje vivenciam estar na “borda” da área atingida, mas que estão no espaço do bairro fora do risco;
b) **Resistência** - moradores que se recusam a sair da área de risco;
c) **Religioso** - a espiritualidade está diretamente ligada às questões culturais e por isso a sua diversidade também poderia representar diferentes formas de se ver os valores dos bairros;
d) **Profissional** - profissionais autônomos que usaram seus conhecimentos para estudar sobre o tema e produziram mais informação sobre os afetados e o desastre; sociólogo que trabalhou laudo antropológico sobre parte da área do entorno;
e) **Artístico** - grupos de artistas que desenvolveram percepções diferentes sobre os bairros. O olhar mais sensível. O olhar mais atento às pessoas;
f) **Produção cultural** - pessoas que produziram projetos sobre o tema que também expuseram para a sociedade um olhar mais aguçado sobre o desastre;
g) **Acadêmico [Discentes e Docentes]** - produção acadêmica de pessoas atingidas que transformaram sua experiência em trabalhos acadêmicos de pesquisa; e acadêmicos que independentemente de serem atingidos, estão trabalhando com o tema nas diferentes áreas de estudo;
h) **Relacional com a Mineradora** - pessoas que estão desenvolvendo projetos de restauração e recuperação do patrimônio edificado para a mineradora Braskem;
i) **Associação de classes** - representantes de associações de comerciantes;

j) **Movimentos sociais** - representantes de movimentos criados para combater os efeitos do desastre e apoiar os afetados, ou mesmo presidentes de clubes de esporte;

k) **Folclore**: representantes de grupos folclóricos atuantes nos bairros;

l) **Servidor público**: atuante em alguma área do poder público envolvido com o tema do desastre.

A partir dos critérios acima descritos, foi construído quadro de Categorização dos Sujeitos convidados a fazer parte da Oficina Participativa.

Quadro 10 - Categorização de sujeitos

Nº	**Nome**	**Motivo do convite**	**Contato**	**Categoria**
1	Dilma de Carvalho	Ex-moradora do Pinheiro, membro do Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais do MPF e fotógrafa.	82 99111-1192	Geográfico CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
2	Neirevane Nunes	Ex-moradora do Bebedouro, membro do Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais do MPF e integrante do MUVB - Movimento Unificado das Vítimas da Braskem).	82 98832-0200	Geográfico e Movimentos sociais Político CONFIRMADO
3	Geraldo Vasconcelos	Ex-morador do Pinheiro e presidente do S.O.S Pinheiro.	82 99617-8610	Geográfico e Movimentos sociais, Servidor Público e Político CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
5	Andrea Guido	Moradora da área de entorno do Pinheiro e fotógrafa do grupo Ruptura.	82 99974-8747	Geográfico e Artístico CONFIRMADO
6	Carlos Eduardo	Ex-morador do Farol com TCC - "Vidas e Lares Destruídos: Território e Memória, uma fotoetnografia após a tragédia causada pela Braskem."	82 99416-9311	Geográfico e Acadêmico e Artístico CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
7	Adriana Capretz	Profª Ufal. trabalhos acadêmicos com os bairros em afundamento. Projeto de inventário participativo.	82 99444-8363	Acadêmico e Profissional CONFIRMADO
8	Paulo Nascimento	Psicólogo e Doutorando com tema sobre os bairros em afundamento.	82 99837-2850	Acadêmico e Profissional CONFIRMADO
9	Silma	Psicóloga da defesa Civil, especialista em emergência e desastre.	82 99821-1070	Profissional e Servidor Público CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
10	Jorge Vieira	Fotógrafo e integrante do grupo de fotografia Ruptura e da Fragma.	82 988661749	Artístico e Movimentos Sociais

				CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
11	Isadora Padilha	Idealizadora do projeto Cidade de Afetos, integrante do livro Rasgando a cortina de silêncios, ex-presidente do IAB.	82 98231-1112	Profissional e Movimento Social CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
12	Ana Paula	Ex-moradora do Bebedouro e fotógrafa.	82 98729-7782	Geográfico e Artístico CONFIRMADO e PARTICIPANTE
13	Dirceu	Panificação Belo Horizonte do Pinheiro. Ex-morador. Empresário local	82 99129-6355	Geográfico CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
14	Ênio Lins	Arquiteto, ex-secretário de Cultura do Estado, Ex-secretário de Comunicação do Estado, Jornalista e cartunista.	82 99122-6085	Profissional, artístico, ex-servidor público CONFIRMADO
15	Adriana Guimarães	Profª UFAL e Consultora da Braskem sobre o Patrimônio histórico material.	82 99331-0113	Acadêmico, Profissional e Relacional com a Mineradora CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
16	Josemary Ferrare	Consultora da Braskem sobre o patrimônio histórico.	82 988410142	Profissional e Relacional com a Mineradora CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
17	Alexandre Sampaio	Presidente da associação dos empresários e ex-morador do Pinheiro.	82 99644-1968	Geográfico, Associação de Classes e Político CONFIRMADO
18	Maurício Sarmento	Morador de Bebedouro e integrante do MUVB - Movimento Unificado das Vítimas da Braskem.	82 98810-8895	Geográfico, Servidor Público e Movimentos sociais CONFIRMADO
19	Edson Bezerra	Sociólogo que fez contra laudo sobre parte do bairro de Bebedouro.	82 9800-3843	Profissional e Acadêmico CONFIRMADO
20	Marisa Beltrão	Trabalha com e ministrou a oficina *CULTURA E MEMÓRIA – bairros impactados pelo afundamento do solo*, na exposição *O chão da nossa casa*, do Projeto Ruptura.	82 99645-4771	Profissional CONFIRMADO E **PARTICIPANTE**
21	Karine	Mestrado sobre as residências do Pinheiro.	82 99614-9277	Geográfico, acadêmico e profissional CONFIRMADO
22	Jeferson	Morador do entorno da área de risco, no Pinheiro.	82 999509641	Geográfico CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
23	Rikartiany Cardoso	Mestranda de Direito que pesquisa os bairros em afundamento.	82 98825-1037	Profissional e Acadêmico CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
24	Patrícia	Arquiteta, fez mestrado sobre Bebedouro.	82 98188-5813	Profissional e Acadêmico

				CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
25	Augusto	Presidente da associação dos moradores de Bebedouro.	82 999306047 e 98784.0684	Geográfico e Movimento Social e Político CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
26	Ricardo Batista	Ex-morador do Bom Parto, advogados de muitas vítimas, integrante do Comitê Gestor de Danos Extrapatrimoniais no MPF.	82 99913-0652	Geográfico e Profissional CONFIRMADO
27	Rafaela Yonara	Moradora Vila Saem [entorno de Bebedouro].	82 99657-8880	Geográfico CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
28	Augusto Romeiro	Estudante de economia da UFAL		CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
29	Betinho	Representante do coco de roda Reviver do bairro de Bebedouro.	82 98803-4779	Geográfico e Folclore CONFIRMADO
30	Jacinto	Presidente da associação do Alto do Céu [parte do bairro do Pinheiro].	82 98855-7879	Geográfico Movimentos sociais CONFIRMADO
31	Fernanda	Ex-moradora do Pinheiro.	82 98807-5040	Geográfico CONFIRMADO
32	Rafael	Ex-morador do Pinheiro.	82 99960-3113	Geográfico CONFIRMADO
33	Elisa Moraes	Ex-moradora e presidente do S.O.S Pet Pinheiro, grupo que acolhe e cuida dos gatos abandonados no Pinheiro.		Geográfico Movimentos Sociais CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
34	Talianne Leal	arquiteta servidora do IPHAN.	82 98822-9547	Profissional CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
35	Maicon Marcante	Supervisor dos produtos do mestrado. Historiador do IPHAN e Superintendente substituto.	82 98222-4265	Profissional CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
36	Adelaide	Moradora da área de entorno do Pinheiro e integrante da associação S.O.S Pinheiro.	82 98898-5448	Geográfico CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
37	Priscilla Barros	Moradora do Pinheiro, ainda resistente, filha do Promotor de Justiça que tem a biblioteca Wilson da Silva Barros. [biblioteca]	82 99178.3228	Geográfico CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
38	Pedro Nunes	Morador do bairro do Pinheiro [resistente].	82 99825-9000	Geográfico CONFIRMADO e **PARTICIPANTE**
39	Jorge Gonzaga	Ex-morador e por muito tempo resistente.	82 999351393	Geográfico CONFIRMADO
40	Pastor Wellington	Pastor da Igreja Batista do Pinheiro.	82 98752-8557	Religioso CHAMADO E Não CONFIRMADO
41	Pai Reinaldo de Oxum	Terreiro no Pinheiro.	82 98881-1633	Religioso CHAMADO E Não CONFIRMADO

42	Cônego Walfran	Cônego da Igreja de Santo Antônio.	82 99329-9222	Religioso CHAMADO E Não CONFIRMADO
43	Elias Melo	Jornalista e ex-morador da Gruta do Padre	82 98818-4804	Geográfico NÃO RESPONDEU
44	Deraldo	Quadrilha Pé de Serra.	82 988881432	Folclore NÃO RESPONDEU

Fonte: Gardênia Nascimento, 2023.

Abaixo segue o modelo do convite para a participação da Oficina que foi distribuído através de card, enviado por *WhatsApp* e e-mails, e posteriormente ratificado através de ligações telefônicas, com antecedência de dez dias antes do evento.

Figura 17 - Card-convite da Oficina Participativa



Isso posto, é importante enfatizar que o método acima adotado na categorização não tratou da representatividade discutida no início desse subcapítulo, sendo buscado outra possibilidade de validar um grupo para falar sobre os valores dos bairros em afundamento. Portanto, a Oficina Participativa foi idealizada a partir da ideia de diversidade social, de variedade, de pluralidade que pudesse contribuir para uma amostra qualitativa da comunidade afetada.

Fonte: Gardênia Nascimento e Alice Jardim, 2023.

O convite foi enviado para as 44 pessoas listadas anteriormente e 50% delas se fizeram presentes. No quadro 10 acima, consta na última coluna quem participou. Ainda assim, entende-se que houve diversidade, pois, contou com ex-moradores dos bairros Pinheiro, Bebedouro e Farol; Presidentes das associações dos bairros Pinheiro e Bebedouro; moradora resistente; ativistas; pesquisadores; servidora da Defesa Civil e psicóloga; fotógrafos que atuam com o

tema; produtores culturais; empresário do Pinheiro; consultoras da Braskem; professoras da UFAL; moradores do entorno [Pinheiro e Vila Saem], associação de causa animal e servidores do IPHAN.

Não se fizeram presentes nenhum dos líderes religiosos convidados [Católico, Batista, do candomblé e maçon] e representantes do folclore, como o coco de roda e a quadrilha. No entanto, duas das maiores referências culturais apontadas na Oficina foram: a Igreja Batista e o Conjunto da Igreja de Santo Antônio de Pádua e Praça Lucena Maranhão, representações religiosas e núcleos de folclore dos bairros.

Reforça-se que as referências apontadas na Oficina Participativa não significam a totalidade das referências culturais de todos os bairros, e sim, o resultado daquela Oficina, que certamente está limitada às relações sociais e de vida de seus participantes.

4.4 Oficina Participativa - levantamento de Referências Culturais Preliminares - Memória e identidade dos afetados

Para estudar a identidade dos afetados pela Mineradora Braskem em Maceió é necessário o estudo da memória e identidade de uma população de quase sessenta mil pessoas que possuem, cada uma delas, uma memória individual do que era viver naquele local. Era nos bairros, hoje em afundamento, que se manifestavam suas crenças, hábitos, modos e sentidos de vida. Cada família, cada bairro tinha seus costumes e regras. Mas, de que maneira podemos tratar essas memórias como memórias coletivas? Em que medida essa memória coletiva também se torna a identidade dos afetados?

Desse modo, propõe-se estudar os conceitos de memória e identidade discutidos por Joel Candau (2021), visto que se trata de discussão baseada na visão de pensadores do assunto como Maurice Halbwachs e Pierre Nora.

Joel Candau (2021) desenvolve suas ideias de memória atrelada à ideia de identidade. Para ele, que se baseia no olhar da antropologia, há uma interligação de seus pensamentos entre "o indivíduo e o grupo para compreender, a partir de dados empíricos, como os indivíduos chegam a compartilhar práticas, representações, crenças, lembranças, produzindo, em uma determinada sociedade, aquilo que chamamos de cultura" (Candau, 2021, p. 11). Ele também explica que identidade e memória podem ter diferentes sentidos, mas se interligam ao sentido de representações. Enquanto a primeira é uma representação do estado de ser, um "se perceber no mundo"; a segunda é uma representação inteiramente cognitiva. Desse modo, independente

das diferenças, precisamos estudar a forma como elas se manifestam (Candau, 2021, p.21). Então, pensa-se:

> A memória é a identidade em ação, mas ela pode, ao contrário, ameaçar, perturbar ou mesmo arruinar o sentimento de identidade, tal como mostram os trabalhos sobre as lembranças de traumas e tragédias como, por exemplo, a anamnese de abusos sexuais na infância ou a memória do Holocausto (Candau, 2021, p. 18).

O autor propõe analisar a memória através da antropologia estudando o homem a partir da descrição biológica dele. Dessa maneira, Candau elenca três formas de observação que derivam em três conceitos de memória. A primeira forma é a **Protomemória**, aquela memória repetitiva que se torna hábito, e o indivíduo não raciocina para fazer porque está introjetado no hábito, e dessa forma se torna um saber inseparável do corpo. A segunda forma é a **memória de recordação ou reconhecimento** que são lembranças de si mesmo [saberes, crenças, sensações, sentimentos etc.] e a **Metamemória** que é a representação de cada um com a sua própria memória ou como ele se identifica no mundo; ou seja "[...] cada um de nós tem uma ideia de sua própria memória e é capaz de discorrer sobre ela para destacar suas particularidades, seu interesse, sua profundidade ou suas lacunas [...]" (Candau, 2021, p. 22).

Portanto, citando Michael Dummett, Candau (1991) define a memória:

> [...] a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: "a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um "estar aqui" que vale menos pelo que é do que fazemos dele" (Candau, 2021, p. 09).

Na realidade, percebe-se que as três definições de memória citadas anteriormente são a base para a ideia de **memória coletiva**, ou seja, é compreender que quando vários indivíduos reproduzem suas memórias individuais e se apegam a sentidos semelhantes, estas se tornam coletivas. Lembrar do processo de expulsão desde a ciência do desastre, sua aceitação, suas manifestações particulares de denúncia, resistência, afeto, fé ou pertencimento, sua retirada e sua readaptação em outro lugar, é um processo que todos passaram ou passam, e é a partir desse processo que se entende a memória coletiva dos afetados moldada através da vivência de cada um. "A necessidade de recordar é, portanto, real, mesmo que apenas para que não nos tornemos seres "pobres e vazios". [...] Essa necessidade é indissociável da busca pelo esquecimento, que ocorre concomitantemente ao lembrar." (Candau, 2021, p. 126).

> A memória, ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento (Candau, 2021, p. 16).

A transmissão da história mostra as formas do passado para legitimar o ocorrido e a memória é transmitida cheia de sentimentos. “Ali onde a história se esforça em colocar o passado a distância, a memória busca fundir-se nele” (Candau, 2021, p. 132). “Assim, quando se perde a felicidade, a memória dessa perda pode ser tão dolorosa que o esquecimento vem ajudar aquele que sofre.” (Candau, 2021, p.128).

Nesse sentido, segundo Candau, Halbwachs distinguiu a “memória histórica”, que seria mais uma memória emprestada, e prendida, escrita, pragmática, longa e unificada, e a “memória coletiva”, que seria uma memória produzida, vivida, oral, normativa, curta e plural”. Esses conceitos de Halbwachs, concebidos no início do século passado, foram também estudados nessa pesquisa, no entanto, para Pierre Nora, memória e história são exatamente os opostos, pois, a memória é a vivida e em evolução permanente, vulnerável a todos os usos e manipulações, mas se compõe de detalhes particulares e simbólicos. Já a história liga-se ao tempo e a relação entre as coisas. “Pertence a todos e a ninguém e tem vocação ao universal.” [...] “A história é igualmente simplificadora, seleta e esquecida de fatos” (Candau, 2021, p. 132).

Em se tratando de memória coletiva, essa dissertação considera o pensamento de Halbwachs como uma memória vivida, porém, que podem ser transmitidas quando expostas. Assim, as pichações e entrevistas dos ex-moradores dos bairros em afundamento, quando expostas ao conhecimento de outras pessoas, não são mais memórias individuais, pois, conseguem se comunicar com o outro tornando-se coletiva, apoiada na memória de outras pessoas. “Quando uma representação mental é comunicada de um indivíduo para o outro ela se transforma em representação pública” (Candau, 2021, p. 37).

Também é importante ressaltar que memória lembrada se distingue de memória compartilhada. No caso dos afetados pelo desastre em Maceió, as suas memórias tanto são lembradas quanto compartilhadas, pois, eles vivenciam o processo de expulsão e sofrem as consequências do desastre registrando de todas as formas as suas lembranças: entrevistas, manifestações de rua, gravações, documentários, pichações, podcast e outros. Dessa forma, a maioria dos afetados pode ser capaz de organizar suas memórias enquanto grupo identitário, pois, o desastre foi capaz de mudar a vida das pessoas, não só o seu lugar de origem. A memória se torna forte e profunda.

Citando Ver Paul Connerton (1989) Candau diz:

> Enfim, admite-se geralmente que memória e identidade estão indissoluvelmente ligadas. [...] “a memória e a identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até a sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente” (Candau, 2021, p. 19).

A identidade da população afetada se construiu nas relações dela com o ambiente que vivia, nas reações similares à expulsão e nas interações sociais situacionais das manifestações de rua, falas, pichações que se mostra claro o sentimento de pertencimento e visão de mundo, “por vezes, não é um território de um só lugar que constitui o grupo, mas uma memória ligada a uma sucessão de lugares de uso e habitação” (Candau, 2021, p. 158).

Portanto, para propor os bairros em afundamento como um objeto patrimonial será preciso compreender os seus valores e atributos, compreender sua significância cultural para os afetados e perceber a necessidade de sua conservação. O lugar marcado pelo afundamento e pela retirada compulsória de seus moradores precisará ser visto como um marco da identidade da população expulsa: ou seja, **dos afetados pela mineradora Braskem**, assim como as vítimas do holocausto, da escravidão, do atentado às Torres Gêmeas, ou da mineração.

Contar essa história do desastre para que ele não seja esquecido é uma forma pedagógica de tentar evitar que se repita, pode ser também valorizar e priorizar os afetados na medida que se busque o dever de preservar a história do desastre, mesmo que a transmissão da história seja diferente da transmissão da memória.

4.4.1 Busca das referências culturais

Esta iniciativa se baseia nos instrumentos de Educação Patrimonial do IPHAN, seguindo o pensamento de que devemos trabalhar em um movimento pedagógico de lembrar para não esquecer, lembrar para não se repetir. Dessa forma, a Educação Patrimonial se torna a melhor ferramenta para essa busca, de forma participativa, para a construção coletiva do conhecimento:

> A educação que se vislumbra é aquela que se caracteriza como mediação para a **construção coletiva do conhecimento**, a que identifica a comunidade como produtora de saberes, que reconhece, portanto, a existência de **saberes locais.** Enfim, a que reconhece que os bens culturais estão inseridos em contextos de significados próprios associados à memória de cada localidade. A educação, portanto, deve ser percebida como aquela que ocorre nos espaços da vida das pessoas, ampliando tempos, espaços e oportunidades educativas (Rampim, 2023, p. 28).

Ou seja, assim como a arte, a educação é um processo para construção de conhecimento e, associada ao campo do patrimônio, passa a ter um conceito de valorização do conhecimento que não está somente em bens materiais e sim da imaterialidade que neles estão. Importa acrescentar que a Educação Patrimonial será mais efetiva quando associada à vida cotidiana das pessoas e desse jeito, precisa ter sentido em todas as dimensões de vida da sociedade.

Amplia-se o conceito de patrimônio cultural ao mesmo tempo em que se valida a legitimidade de apontar esses valores através dos grupos da sociedade brasileira. “O patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão presentes na história de um grupo e foram transmitidas entre várias gerações" (Rampim, 2023, p. 29)”. O próprio artigo 216 da Constituição Federal ratifica esse pensamento (Brasil, 1988):

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I - As formas de expressão;
> II - Os modos de criar, fazer e viver;
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parafraseando Szmygin (2002), Castriota (2022) diz que o patrimônio seria hoje “mais subjetivo que objetivo”: “isso significa”, explica, “que o patrimônio não existe separadamente de um sujeito, um grupo social, nação, cultura e país. Dependendo das necessidades e possibilidades, cada um desses sujeitos define o seu patrimônio.” (Castriota, 2022, p. 24). Posto que “O objetivo final da conservação não é conservar a matéria em si, mas, muito mais, manter [e moldar] os valores corporificados no patrimônio – com o tratamento ou a intervenção física sendo um dos muitos meios para esse fim.”.

A busca de Castriota (2022) está em usar as suas investigações para identificar as diferentes valorações que o patrimônio recebe, assim como foram esses processos de identificação, sempre percebendo a conservação como uma atividade histórica e culturalmente determinada. É perceber como os valores são uma construção social através do que ele chama de “via crítica”. Ou seja, ter um senso crítico amplo que observe o objeto em seus diferentes valores e pondere seus conflitos na medida em que o perceba como patrimônio dentro de um contexto social.

Na instância federal, o IPHAN é a autarquia responsável pela proteção da memória no Brasil e prevê os instrumentos de proteção já institucionalizados como: inventário, registro,

vigilância, tombamento e desapropriação, dentro de sua política de proteção de bens culturais nacional, juntamente com a Constituição Federal. Portanto, para serem protegidos como patrimônio cultural, os bairros em afundamento devem mostrar a sua representatividade e importância.

Castriota (2022) aponta reflexões importantes sobre a responsabilidades das instituições de patrimônio citando a socióloga francesa Nathalie Heinich que acredita que:

> as instituições seriam, no fundo, as responsáveis por um certo compartilhamento de valores, que levaria à suspensão da discussão sobre eles, ao transformá-los em "convenções de qualidade", admissíveis por todos, nos diversos campos da vida – seja no terreno esportivo, nos concursos escolares, no mundo da arte, da política, entre outros. Com isso, o questionamento constante em nossos dias de sua legitimidade, a relativização do seu escopo e a desconstrução de seus fundamentos não trariam apenas os efeitos positivos de emancipação ou de progresso social, mas levariam simultaneamente a um "enfraquecimento de referências, critérios e métodos compartilhados de juízos (Castriota, 2022, p. 65).

Ou seja, instituições de patrimônio, como o IPHAN, por exemplo, definem e legitimam valores que passam a ser inquestionáveis como uma convenção de qualidade; no entanto, em função da expansão do conceito de cultura e da inclusão da sociedade como agente indicador das referências culturais essa legitimidade das instituições é desconstruída e emancipa a participação social nas políticas de preservação.

> Como sabemos, as políticas de preservação trabalham sempre com a dialética lembrar-esquecer: para se criar uma memória, privilegiam certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos aspectos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade. Assim, no campo da conservação do patrimônio, os valores são sempre centrais para se decidir o que conservar – que bens culturais representarão a nós e a nosso passado – bem como para se determinar como conservar – que tipo de intervenção é necessário para eles serem transmitidos para as gerações futuras (Castriota, 2022, p. 67).

E para falar de patrimônio no Brasil é necessário falar do IPHAN, então, Castriota (2022) revisita as referências que construíram a ideia de valores como José Reginaldo S. Gonçalves com a *Retórica da Perda: discursos do patrimônio cultural no Brasil (2002)*, Maria Cecília Londres Fonseca com *Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil* (1997) que mostra as práticas institucionais que contribuíram para alargar a noção de patrimônio; Márcia Regina Romeiro Chuva com *Os arquitetos da Memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil* (2009) que fala das disputas dos programas estatais. Todas as referências se mostram de maneira coerente e compatível com as ideias de valorização das áreas afetadas aqui estudadas.

Ao construir a ideia de que a área afetada pela mineradora Braskem pode ser um lugar de memória, a pesquisa proporcionou a discussão sobre referência de memória e a identidade da comunidade dos bairros afetados, pois, apesar de já ter se passado quase seis anos, a relação de pertencimento entre bairros e afetados ainda é estreita.

Enquanto uns querem esquecer, outros reivindicam, além de tantos outros direitos, o direito à memória de um desastre que não deve mais se repetir. Não desconsiderando o direito ao esquecimento que tem o afetado, enfatizamos o poder-dever do Estado em proteger essa memória. Portanto, essa memória é uma construção que pode ser reconhecida através de políticas públicas[75] que garantam seu direito constitucional: "Não satisfazer o dever de memória é expor-se ao risco do desaparecimento [...]" (Candau, 2021, p. 125).

Nos processos de valorização, o tema da participação incorpora as expectativas em relação à democracia a ser construída: uma democracia para todos, a partir da ativação da mobilização e do poder das classes populares". Dessa forma, o conceito de participação popular tem como consequência uma democracia representativa que obriga uma mudança no padrão de políticas públicas, sem favorecimento de grupos e promovendo cidadania. No campo da cultura, essa política participativa se torna cada vez mais relevante, e fazendo então parte da Carta Magna brasileira, como pode ser visto no art. 216-A:

> Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em **regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa**, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, **democráticas e permanentes**, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

Na construção de uma visão mais democrática podemos considerar que a participação popular é fundamental, e, juntamente com as práticas de Educação Patrimonial, podem levar a caminhos mais assertivos no campo do patrimônio. Segundo Castriota (2022), a identificação do patrimônio passa pela importância de quem o valoriza, de que forma e porquê: "Para se decidir, portanto, o que é patrimônio e para se manter, não os bens materiais por si mesmos, mas, como anotamos, os valores neles incorporados, torna-se necessário examinar sempre porquê e como e, principalmente, por quem o patrimônio é valorizado." (Castriota, 2022, p. 100).

[75] Entende-se por políticas públicas as ações, ou um conjunto de processos criados, desenvolvidos pelo governo, que assegura os direitos da população em diversas áreas, para promover a qualidade de vida dos cidadãos. O intuito é criar uma sociedade mais justa e menos desigual.

Cabe frisar que na publicação do IPHAN *Educação Patrimonial – história, conceitos e processos* (2014) a Coordenação de educação Patrimonial do IPHAN-CEDUC defendeu que além da participação popular se entende a Educação Patrimonial como um processo pelo qual encontramos os valores culturais junto com a sociedade no intuito de perceber suas referências culturais:

> Atualmente a CEDUC defende que a Educação Patrimonial se constitui de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como **recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações**, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação (IPHAN, 2014, p.19).

Além disso, essa publicação faz uma importante reflexão de que a Educação Patrimonial é um processo de mediação que trata do dia a dia da comunidade como um somatório de conhecimentos que constrói a vida de cada indivíduo.

Mostra que a amplitude do conceito de cultura também pede a amplitude das políticas públicas que agora precisam ser transversais e intersetoriais: "cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas." Ainda, afirma o Art. 1º. "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem **na vida familiar, na convivência humana, no trabalho**, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas **manifestações culturais"**. [grifo nosso].

No IPHAN, a estratégia de investimento na Educação Patrimonial continua utilizando duas ações: a) Casas do Patrimônio e b) Inventários participativos.

Segundo Sônia Rampim (2023):

> O Inventário Participativo constitui-se, portanto, numa ferramenta de Educação Patrimonial com objetivos principais de fomentar no leitor a discussão sobre patrimônio cultural, assim como estimular que a própria comunidade busque identificar e valorizar as suas referências culturais, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural.

Sendo assim, a pesquisa segue as duas estratégias de investimento em Educação Patrimonial do IPHAN, na busca das referências culturais das áreas atingidas: a utilização da Casa do Patrimônio de Maceió como ponto de articulação dos sujeitos, ao mesmo tempo que se utiliza dos conceitos do Inventário Participativo e INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais, para a implantação da Oficina Participativa. Obviamente que o Inventário Participativo e o INRC se constroem em pesquisas mais longas, com várias oficinas e trocas com a sociedade, porém, a iniciativa de se fazer uma Oficina Participativa carrega em si a

necessidade de se começar essa discussão, e, dessa forma, estabelecer um primeiro passo investigativo que nos auxilie na condução de propostas de proteção e patrimonialização. A Educação deve ser pensada como escolha de processos pelos quais exercitamos construções coletivas de conhecimentos.

O método de identificação de valores encontrado pelo IPHAN em 2000 com o INRC significa um passo para a reflexão sobre a patrimonialização de bens culturais materiais e imateriais, construindo um caminho mais estreito de conhecimento dos bens brasileiros, identificando e aproximando o IPHAN a vida cotidiana da sociedade e de tudo que importa para ela. Ou seja, as referências culturais são o alicerce para as políticas de patrimônio cultural, entendendo que essas referências são a produção material como também suas práticas sociais.

> O desenvolvimento do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC significa a disponibilização de um instrumento essencial para a identificação e documentação de bens culturais e, consequentemente, para as possibilidades de preservação desses bens. [...]O INRC é, antes, um instrumento de conhecimento e aproximação do objeto de trabalho do IPHAN, configurado nos dois objetivos principais que determinaram sua concepção:
> 1. identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; e
> 2. apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua preservação (BRASIL, 2000, p. 8).

Partindo do princípio de que foi definido nessa pesquisa os bairros em afundamento como o sítio a ser estudado, será percebido através das técnicas de valoração as localidades de referência dentro dele, como também a identificação de edificações, saberes, celebrações, lugares e formas de expressão.

O processo de identificação de referências culturais da área afetada é norteado, primeiramente, pela PPCM que dentre os seus princípios destaco três que podem traduzir a essência desse trabalho:

> **Princípio da Humanização** - A preservação dos bens culturais deve considerar sua contribuição para garantir a cidadania e a dignidade da pessoa humana;
> **Princípio da Ressignificação** - Constantemente novos significados são atribuídos ao Patrimônio Cultural Material que, em consequência, deve ser entendido para além de um registro do passado;
> **Princípio da Reparação** - Todo dano sofrido por um bem cultural, sempre que possível, deverá ser reparado.

Os bairros em afundamento, já desocupados, passam por um processo importante de ressignificação do lugar que transcende a sua materialidade. O afeto e os sentimentos dos ex-

moradores por um bairro em ruínas trazem à tona a importância de seu valor simbólico e emocional que hoje temos na memória coletiva. Se faz necessário, portanto, seu reconhecimento como forma de perceber a dignidade das pessoas que ali viveram, da mesma forma que ainda há a necessidade de sua reparação.

As ações realizadas nesse trabalho, segundo as premissas da PPCM, serão consideradas e compreendidas a partir do seu tempo presente de forma indissociável entre materialidade e imaterialidade do bem, buscando sempre o fortalecimento da comunidade afetada para a preservação de seu próprio patrimônio.

De acordo com os dez processos utilizados na PPCM, pretende-se fazer uso de pelo menos três durante esse estudo das referências culturais dos bairros em afundamento: a **Educação Patrimonial**, no sentido de usá-la como uma ação pedagógica de lembrar para não esquecer e não repetir. "É o direito de conhecer, interpretar e interagir com os bens culturais materiais"; a **Identificação** dos atributos da área afetada no intuito de tê-la como lugar de valor patrimonial ou seja "localizar, conhecer e caracterizar os bens culturais materiais". e, por fim, mas não menos importante, o **Reconhecimento**, a ser utilizado na pesquisa da dissertação de mestrado como uma indicação de reconhecimento do lugar enquanto bem cultural, ou seja, "é explicitar as referências culturais e a significação cultural atribuídos aos bens materiais nele contido".

Dentre os instrumentos do reconhecimento das áreas afetadas, a Chancela da Paisagem e a Declaração de Lugar de Memória[76] e o Tombamento podem ser considerados como alternativas, no entanto, dependerá dos valores que serão atribuídos ao lugar.

Segundo o Art. 22., da PPCM, apreende-se que "as ações e atividades de Reconhecimento decorrem das ações de Identificação e devem orientar-se à compreensão de bens culturais referenciais às comunidades locais, mas com representatividade, significação ou importância:

> I. Nacional, quando envolver o País;
> II. Regional, quando envolver mais de uma Unidade da Federação;
> III. Estadual, quando envolver uma Unidade da Federação ou Mesorregião; e;
> IV. Municipal; quando envolver um ou mais municípios de uma mesma Unidade da Federação ou Microrregião.

Para essa pesquisadora, como foi dito na introdução, a dimensão e importância nacional do desastre em Maceió está na sua singularidade de ser o único desastre de mineração em área urbana e ainda em curso no Brasil; ao mesmo tempo que se trata de atividade licenciada pelo

[76] Lugares de memória ainda não foram normalizados pelo IPHAN.

Ministério de Minas e Energia para a exploração do subsolo de propriedade da União. Além do mais, as suas consequências interferem na cidade e Região Metropolitana de forma plural, transversal; melhor dizendo, atinge a todas as esferas e, portanto, referência na história Nacional.

Acrescenta-se à importância nacional, duas especificidades da PPCM do IPHAN: a área estudada é lugar de possibilidades de sítios arqueológicos, pois, 1) faz parte do caminho histórico de povoamento da cidade, 2) inclui o bairro protegido de Bebedouro, 3) possui cemitério e ainda 4) exerce atividades pesqueiras ao longo da planície lagunar [relacionadas às comunidades indígenas]. A segunda é que a área do desastre é cortada pela via férrea, patrimônio cultural material da extinta Rede Ferroviária Federal. Dessa forma, estando desativada e não operacional, ela passa a ser de responsabilidade do IPHAN, como patrimônio nacional e pode fazer parte da lista de patrimônio cultural ferroviário protegido.

Também se percebe a necessidade de inclusão do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial – PNPI, adotando duas linhas de suas ações: I - Pesquisa, documentação e informação, com a produção do conhecimento e documentação, [que é o objetivo deste capítulo]; e II - Reconhecimento e valorização, para reconhecer o valor cultural imaterial [que é a proposta da dissertação].

Castriota (2022, p.308) relembra que a diversidade de valores advém do reconhecimento do patrimônio imaterial como também da participação e legitimidade social na atribuição de valores de um bem. Portanto, essas mudanças exigiram mudanças nas políticas públicas que criaram canais de participação como conselhos deliberativos, assim como buscou novos instrumentos para reconhecimento e preservação desses valores. “[...] sua importância [dos objetos] surgiria, sempre dos significados atribuídos aos objetos pelos sujeitos dos diversos grupos sociais, não sendo, portanto, inerente ao bem cultural ou menos ao material de que são feitos esses objetos”.

Castriota também lembra que, em relação às Cartas Patrimoniais, o marco dessa virada seria a Carta de Burra do ICOMOS Austrália, de 1979, pois, deixa claro que há diversos valores que podem ser atribuídos a um bem e que esses não se sobrepõem uns aos outros, pelo contrário, eles se fortalecem entre si e contribuem para a significância do lugar. Segundo o autor, “nunca existiria um único valor [ou um valor sempre prevalente] nos monumentos, mas sempre uma pluralidade de valores, que, ademais, não seriam pré-existentes nos monumentos, mas a eles atribuídos.” (Castriota, 2022, p. 308).

> Em vez de procurar uma verdade unívoca, como haviam feito as doutrinas anteriores, a Carta de Burra abria-se para uma pluralidade de valores, considerando, inclusive, os valores dos grupos não dominantes. Apesar de não abandonar uma abordagem científica, este documento, pela primeira vez, fala de "valor social" [...] art. 2.5 "abarca as qualidades pelas quais um lugar se tornou um foco de sentimento espiritual, político, nacional ou de outra natureza, de um grupo dominante ou minoritário" [...] "Na Carta australiana cada grupo cultural teria uma responsabilidade de identificar lugares de significância e um direito de tomar decisões a respeito (Castriota, 2022, p. 21 e 22).

Vemos também na Carta de Burra[77] uma importante referência na escolha da metodologia que tem como uma das etapas o processo de identificação de referências culturais. Segundo ela, o lugar é um bem quando tem uma significação cultural; ou seja, o valor estético, histórico, científico e social para as gerações passadas, presentes e futuras.

> Locais de significado cultural enriquecem a vida das pessoas, muitas vezes proporcionando um sentimento profundo e inspirador de **conexão com a comunidade e a paisagem, com o passado e com as experiências vividas.** São registros históricos, que são **importantes expressões da identidade e experiência** australiana. **Locais de significado cultural refletem a diversidade de nossas comunidades, contando a nós e à paisagem australiana. Eles são insubstituíveis e preciosos**. (ICOMOS Austrália, 1979. Tradução livre da autora e grifos nossos).

Em suma, essa pesquisa está se embasando em seis pontos importantes para condução do processo de busca de referências culturais dos bairros em afundamento:

1º a utilização da Educação Patrimonial como um processo de busca do conhecimento com a mobilização social e a valorização da vida cotidiana que amplia e democratiza seu conceito de patrimônio na Constituição Federal de 1988;

2º O poder-dever de proteção do patrimônio do IPHAN como órgão de memória;

3º Os conceitos trabalhados no Inventário Participativo e INRC;

4º Uso da Política do Patrimônio Cultural Material que, além dos princípios da humanização e ressignificação, se utiliza do princípio da reparação de danos sofridos, além de uso de processos de Educação Patrimonial, identificação e Reconhecimento;

5º A referência do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, fazendo uso de duas das quatro linhas de ação: Pesquisa e Reconhecimento;

6º A utilização da Carta de Burra como método de pesquisa, que inclui a valorização de bens culturais e busca da significância do lugar.

[77] Carta internacional - ICOMOS, que fala da conservação e restauração de monumentos e sítios, redigida na cidade de Burra, na Austrália, em 1979, e revisada em 1981, 1988, 1999 e 2013.

Isso posto, partimos para a implementação da Oficina Participativa com um grupo da comunidade afetada com a seguinte pergunta: Quais são as referências de memória existentes para a população afetada?

4.4.2 Estruturação das atividades para a Oficina Participativa

A Oficina Participativa fez parte de evento realizado na Casa do Patrimônio de Maceió, dividido em três momentos:

a) Exposição de fotografias das pichações nos bairros em afundamento, com curadoria de dois fotógrafos e fotos cedidas pelos artistas da fotografia;

b) Palestra de abertura do Prof. Dr. Leonardo Castriota;

c) Oficina Participativa com a Prof. Mestre Sônia Rampim.

4.4.3 Oficina Participativa de levantamento das referências Culturais [dia - 19/08/23]

A Oficina aconteceu no dia 19/08 de 2023 e contou com a participação de sujeitos pré-escolhidos e categorizados no subcapítulo "c". A abertura da Oficina aconteceu com a palestra do Prof. Leonardo Castriota que tratou da mudança do conceito de patrimônio e do processo de valorização de lugares como lugar de memória sensível e de consciência, a exemplo do caso de Bento Rodrigues, em Minas Gerais, cujo trabalho foi coordenado por ele. Como quarto desdobramento desse trabalho, a filmagem da palestra foi enviada formalmente para os órgãos de patrimônio, assim como instituições de ensino superior e de classe como UFAL, CESMAC, CAU e IAB. [Disponível no link: https://drive.google.com/file/d/1lc-ad0A41R2k6fX8uRxLk9Ax6zcsH4sN/view?usp=drive_link].

A abordagem tratou de uma visão mais nacional de patrimonialização ao tempo que a Oficina de Participativa tratou de uma visão mais local sobre Educação Patrimonial e das referências culturais dos bairros em afundamento. Ou seja, foram abordadas as diferentes "camadas" de valores que a área de risco possui.

A Profª e Mestra Sônia Rampim[78] fez uma introdução sobre formas de atribuição de valor em lugares e coordenou a Oficina. Ela foi convidada para ministrar a Oficina devido à sua

[78] graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho- UNESP (1988), especialização em Sociologia Rural pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (1993), especialização em Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social pela Escola Nacional de Administração Pública- Enap (2013) e mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP (2003). Foi Coordenadora de Educação Patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan e hoje atua no IBRAM.

vasta experiência de trabalhos participativos no Brasil, como também pela importante experiência na Coordenação da Educação Patrimonial no Manual de Inventário Participativo, publicado pelo IPHAN, em 2016.

4.4.4 Metodologia da Oficina Participativa

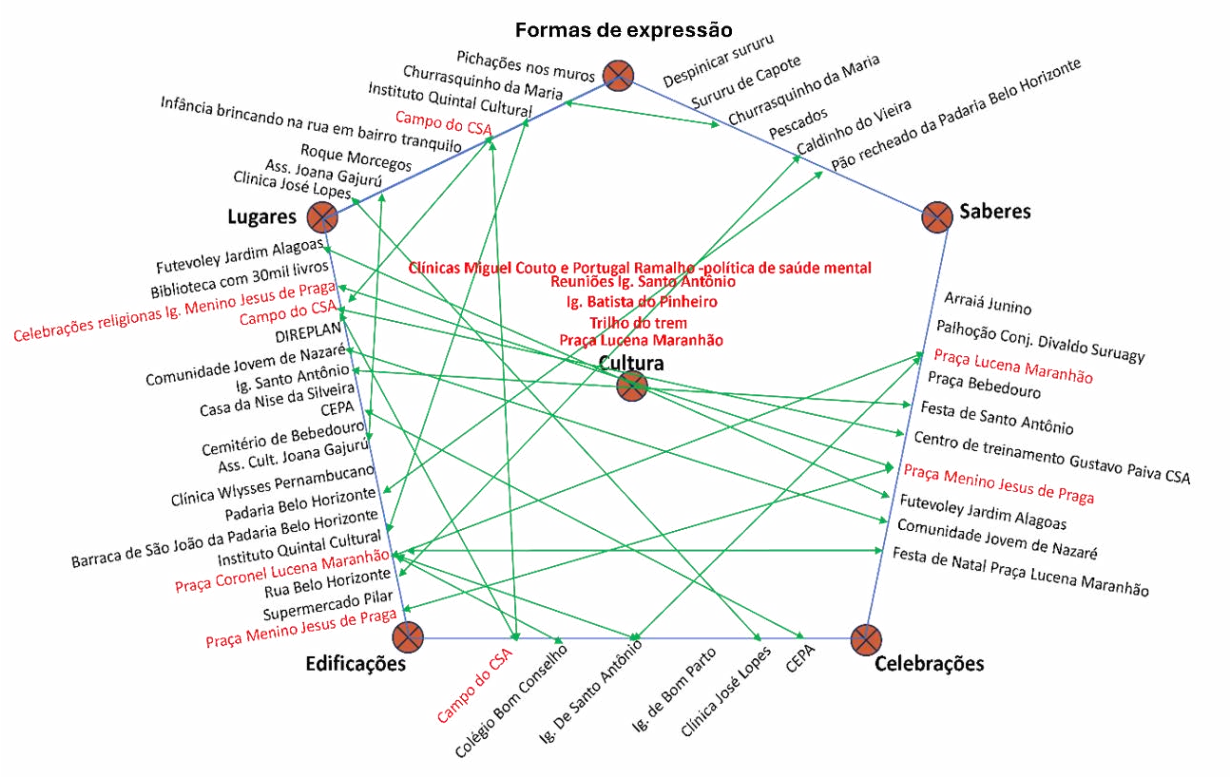
Segundo o INRC e o Manual de Inventário Participativo, as categorias de referências culturais são classificadas em: Edificações, Saberes, Celebrações, Lugares e Formas de Expressão. Utilizando essas referências, a Oficina Participativa tratou das referências culturais ameaçadas e discutiu com a sociedade presente seus diferentes tipos.

A Oficina Participativa seguiu as seguintes etapas: a) Discussão sobre o conceito ampliado de patrimônio cultural em forma de palestra; b) Breve apresentação das categorias do patrimônio cultural presentes no Inventário Participativo mostrando exemplos; c) Levantamento das referências culturais presentes no bairro a partir da escuta dos participantes; d) Transposição das referências culturais em uma mandala de forma criativa e ação política; e) Apresentação das narrativas do patrimônio.

A dinâmica da mandala é fruto de metodologia adotada pela Rede Paulista de Educação Patrimonial – REPEP - e foi construída utilizando cinco cones de sinalização, dispostos em círculos, representando os tipos de referências culturais: Edificações, Saberes, Celebrações, Lugares ou Formas de Expressão. Ao centro, havia um cone representando a cultura. Cada participante escolheu duas referências dos bairros, escritas em papéis que foram fixados em cordões que ligavam os cones. À medida que iam sendo colocadas nos cordões, eram compartilhadas as narrativas. A leitura da mandala segue o sentido anti-horário. Abaixo figura representativa, já incluídas as referências discutidas em grupo.

Suas experiências de pesquisa e trabalho são: educação de jovens e adultos, educação patrimonial e metodologias participativas.

Figura 18: Representação da dinâmica da Mandala



Fonte: Gardênia Nascimento, 2023.

A Oficina foi gravada com gravador de celular [modelo Redmi Note 10 6GB RAM 128GB ROM] e as falas dos integrantes foram transcritas e registradas de acordo com as categorias já apontadas na metodologia. [segue link da gravação da oficina: https://drive.google.com/file/d/1jd4PjL0tBjQYTcfMSzKVv4BINtpXOgZL/view?usp=drive_link].

Na sistematização, essa pesquisadora criou um quadro com quatro colunas: a) a categoria da referência; b) o que é a referência; c) o que se falou dela e d) comentários de contextualização para que o leitor compreenda a dimensão das falas. Para melhor entendimento das narrativas, segue abaixo a quadro, organizada nas categorias do Inventário Participativo: Lugares, Edificações, Saberes, Formas de expressão e Celebração. Nas discussões foram identificados elementos que se caracterizaram como todas as categorias, e então, foi criada uma outra categoria chamada “cultura” para abarcá-los.

4.4.5 Sistematização das informações

Segue abaixo a sistematização do resultado da Oficina Participativa, ressaltando que se trata de indicações de referências escolhidas pelo grupo participante e que não se trata de listagem finita de representações culturais dos bairros em afundamento.

Quadro 11 - Sistematização das referências culturais faladas na oficina participativa

CATEGORIAS	O QUE É	PORQUE É REFERÊNCIA	OBSERVAÇÕES COLHIDAS DURANTE E PÓS OFICINA
LUGAR			
Clínica Wlysses Pernambucano; Clínica Miguel Couto; Hospital do Sanatório; Hospital Escola Portugal Ramalho – UNCISAL.	Clínicas de saúde [mental]	Circuito de clínicas de saúde relacionado à Política Pública Nacional de Saúde Mental; História da luta antimanicomial do Brasil; O Hospital do sanatório ficou conhecido porque antes ele era a Liga Alagoana contra a tuberculose [era um sítio e era específico para tratar a tuberculose]; Forma um corredor psiquiátrico; Profissionais de saúde mental de Maceió estudaram ou trabalharam lá; Tem valor afetivo porque afetou muita gente que foi internada.	Está intrinsecamente relacionado à ambiência do lugar: local isolado, natureza exuberante, vegetação de mangues, beira de lagoa e bacia do Riacho do Silva, condições climáticas favoráveis e benéfica ao tratamento tanto de tuberculose quanto da saúde mental. [**paisagem]**; O Hospital Escola Portugal Ramalho é o único hospital psiquiátrico público da cidade de Maceió- AL, com estruturas antigas que ressaltam sua arquitetura manicomial. É a maior referência para o atendimento psiquiátrico da população não só do estado, mas também de alguns municípios de estados próximos; Relacionado à morfologia do lugar [**paisagem**; “Seguindo a lógica argentina, instituições de assistência psiquiátrica do setor particular foram instaladas em espaços de casarões onde moravam famílias ricas de Maceió, todas no bairro de Bebedouro. A Casa de Saúde Miguel Couto, tem sua inauguração datada em 1947, a Clínica de Repouso Dr. José Lopes, foi em inaugurada em 1961, e a Casa de Saúde e Clínica de

			Repouso Ulysses Pernambucano, em 1968, (Ribeiro, 2012).” “As três instituições psiquiátricas localizadas no bairro de Bebedouro têm em comum o fato de estarem entre a estrada principal do bairro de um lado, e de outro, uma vegetação densa e a lagoa Mundaú. Este fato retoma o que já foi explorado sobre a localização dessas edificações entre montanhas, rios e mares, considerando como uma das formas de marginalização.” https://1library.org/article/hist%C3%B3ria-dos-espa%C3%A7os-da-loucura-em-alagoas.zggd6n8z
Casa da Nise da Silveira	Casa que foi alugada para pessoas da família de Nise da Silveira. “família dela. Ela ia muito lá.”	Nise da Silveira - médica psiquiatra brasileira, reconhecida mundialmente por sua contribuição à psiquiatria. Revolucionou o tratamento mental no Brasil ao lado de Dona Ivone Lara.	Rua de Bebedouro em homenagem a família de Nise da Silveira – Faustino Silveira.
Campo do CSA; Centro de Treinamento Gustavo Paiva.	Um dos dois maiores times de futebol [o outro é o CRB].	Todos os bairros em afundamento contemplavam o time; Filhos queriam jogar no CSA, pois quase todos eram azulinos; Azulino e Mancha [como os torcedores são chamados] também é uma forma de expressão; O esporte é também uma celebração devido à agitação e dinâmica dos bairros nos campeonatos ou jogos; Torcida da mancha; É edificação porque as instalações existiam há mais de cem anos Os ex-moradores do bairro do Mutange assistiam o treinamento do time como privilégio sem pagar, porque as casas eram na encosta como uma grande arquibancada.	O CSA era chamado de azulão do Mutange. Se convencionou chamar o CRB como time do mar e o CSA como time da Lagoa, então está relacionado com o lugar [**ambiência e Paisagem]**; As cores azul e vermelho dos times CSA e CRB se relacionava às cores azul e vermelha da bandeira do estado, do pastoril [que é azul e encarnado]; É uma referência cultural para a cidade e para o Estado; A história do bairro do Mutange se confunde com a história do CSA. A relação de troca entre o estádio e essa comunidade identificou o bairro como a torcida do CSA por causa da sua

			posição na encosta [como arquibancada] – [**ambiência e paisagem];** Influência no esporte de várzea – esporte amador na planície lagunar.
Praça Menino Jesus de Praga	Praça entre os conjuntos habitacionais Jardim das Acácias e Divaldo Suruagy.	A maioria dos eventos sociais do bairro do Pinheiro aconteciam na praça.	-
Igreja N. S de Nazaré e comunidade de Nazaré	Igreja do Pinheiro, pertencente à Paróquia Menino Jesus de Praga.	Formava católicos; Fazia trabalhos no Lar de idosos Luiza de Marilac, em Bebedouro e abrigos para crianças; É também celebrações com festas religiosas.	A Igreja teve seu telhado desabado. A comunidade dançou Pastoril, Coco de Roda para arrecadar dinheiro para fazer o novo telhado [correlação com cultura de outros bairros].
Rua Belo Horizonte	Via do bairro do Pinheiro, paralela à principal Avenida da cidade [Av. Fernandes Lima], de grande movimento e que liga o bairro do Pinheiro ao bairro do Farol e Bebedouro.	Concentra referências de estabelecimentos gastronômicos conhecidos nos bairros e na cidade como: Bar Caldinho do Vieira, Padaria Belo Horizonte e Macarronada do Lyra.	Paralela à principal Avenida da cidade [Av. Fernandes Lima], de grande movimento e que liga o bairro do Pinheiro ao bairro do Farol e Bebedouro.
Biblioteca com 30 mil livros	Acervo deixado por pai de moradora, colecionava livros desde os 7 anos de idade.	A história da biblioteca é uma história de vida da família, que resiste à saída; Avaliada em 1 milhão de reais.	A biblioteca pessoal passou a ter uma edificação anexa à casa e possuir mobiliário projetado para acomodar os livros.
Padaria Belo Horizonte e barraca de São João dessa padaria	Edificação de mais de 40 anos.	Referência de comércio local; Encontros da comunidade.	Padaria já demolida pela Braskem devido a problemas estruturais no afundamento.
		Local de encontros de políticos;	Foi tombado por lei Estadual em 2023: considera patrimônio cultural imaterial do estado de alagoas,

Caldinho do Vieira	Bar	Referência geográfica; Referência de gastronomia [caldinho de feijão]; Referência de lugar para a cidade; Tinha 47 anos [1972].	aperitivo gastronômico popular Caldinho do Vieira; "Caldinho" foi criado pelo Senhor José Vieira dos Anjos, e tem notório valor tradicional para os moradores do bairro do Pinheiro e Farol; Seu Vieira trouxe a receita do caldinho de feijão do restaurante da família, em Pão de Açúcar; Para fins de degustação, pôs a cachaça e o caldinho, denominados como o famoso "Ele e Ela", os quais ocuparam o protagonismo do estabelecimento.
Mercadinho Pilar	Referência geográfica [ponto de referência] e de encontro da comunidade.	Um dos maiores mercadinhos do Pinheiro.	[nasceu como vendinha e se tornou referência com três andares – família morava em cima].
Futevôlei no espaço do Conjunto Jardim Alagoas	Área de lazer do conjunto.	Moradores iam para comer no passaporte, para jogar, colocar paredão [música]. Encontro social.	-
Bebedouro	Bairro	Associado à Graciliano Ramos.	Alguns dos principais romances alagoanos – Calunga [Jorge de Lima], Angústia [Graciliano Ramos] – foram escritas com referências diretas aos territórios atingidos pelo desastre da Braskem. Traços e Troças (1899), de Pedro Nolasco Maciel; Octávio Brandão, Canais e Lagoas, em 1919, também. A Praça Lucena Maranhão e o secular casarão dos Nunes Leite fazem parte de um dos primeiros filmes rodados em Alagoas, o Casamento é Negócio? de Guilherme Rogatto. Naquela praça que se deu a cena da prisão de Graciliano Ramos no filme Memórias do Cárcere, de Nelson Pereira dos Santos.
Bom Parto	Bairro.	Associado a Jorge de Lima.	Idem informação anterior. Bairro de comunidade operária que surgiu e cresceu em função da fábrica têxtil

			Alexandria. Relatos de festas e bailes do sindicato.
DIREPLAN	Autoescola.	Pessoal da região da comunidade Vila Saem: “muitos se formaram lá, aulas para a primeira habilitação.” Os alunos tiveram aulas práticas no bairro do Pinheiro por ter ruas largas e tranquilas.	Relacionado à ambiência.
Churrasquinho da Maria	Lanches.	Ponto de encontro da comunidade.	-
Quintal Cultural	Instituição	Referência na região lagunar que trabalha expressões culturais com juventude e periferia; Estão presentes em vários lugares da cidade para questões culturais; Há mais de uma década trabalha com juventude e crianças.	Está na borda da área de monitoramento da Braskem.
Associação cultural Joana Gajuru	Associação	Congrega cursos, faz mobilização cultural; É também forma de expressão.	Sua sede, mesmo não sendo tombada, foi feita intervenção no imóvel por eles serem uma instituição cultural [imóvel da década de 60]. A fachada parecia o chapéu do guerreiro, algo único.
Cemitério de Bebedouro	Cemitério de bairro	Cemitério tradicional com túmulos de pessoas abastadas e depois para todos; Referências e mestres culturais sepultados nele.	O cemitério está interditado. Quem tem seu túmulo só pode visitar com agendamento desde 2021.
CATEGORIAS	**O QUE É**	**PORQUE É REFERÊNCIA**	**OBSERVAÇÕES COLHIDAS DURANTE E PÓS OFICINA**
CULTURA [todas as referências]			
Igreja de Santo Antônio; Festa de Santo Antônio; Praça Lucena Maranhão [onde fica a Igreja de Santo Antônio e o Colégio Bom Conselho]; Comunidade da Igreja de Santo Antônio;		Reuniões com os jovens, CCC, arrecadação de dinheiro para o Lar de idosos Luiza de Marilac; Bailes de reencontro dos alunos do bom conselho; Festas culturais na praça Lucena Maranhão; Reuniões no coreto da praça ou dentro da igreja; Casamentos e batizados comunitários; Distribuição de sopas;	O Lar de Idosos Luiza de Marilac era uma instituição beneficente, fundada em 1958 instalada no bairro de Bebedouro, que cuida de 30 idosas. Foi também retirado devido ao afundamento em 2018. Mudaram-se provisoriamente para o bairro de Santa Amélia, área de entorno de risco. Previsão de entrega do novo espaço este ano de 2023.

Festa de Natal da Praça Lucena Maranhão.		Reunia: amor, cultura, educação, compreensão, saúde mental e lazer. Era um conjunto de coisas em um único lugar e mostra a sociabilidade dos bairros. Reunia-se moradores da Chã de Bebedouro, Flexal de cima, Flexal de Baixo, Rua do Banheiro, Ladeira de Santo Antônio; As referências de festas da cidade eram em: Fernão Velho, Bebedouro e Jaraguá; Palco de grandes Carnavais, Pastoril, festa junina [festa do Padroeiro Santo Antônio], confraternizações natalinas; A festa de Natal da praça Lucena Maranhão foi precursora de todas as festas de Natal nas praças da cidade, pois bebedouro é bairro histórico [provavelmente as primeiras festas de Natal comunitária do bairro].	Os elementos urbanos como a Praça Lucena Maranhão, o mercado, a feira livre, a estação ferroviária, o Colégio Bom Conselho [antigo asilo de órfãos], o casarão da família Leão [usado como clínica de repouso Dr. José Lopes de Mendonça], o Casarão dos Nunes Leite e a igreja de Santo Antônio são referências para a sociedade, tanto arquitetônicas quanto de valores sociais. A vida girava em torno deles.
Trilho do trem Trem Estação de Bebedouro	Rede ferroviária nos bairros de Bebedouro, Mutange e Bom Parto, [planície lagunar, beira de lagoa].	Referência ao acordar cedo com o apito do trem que era o primeiro para vir da cidade de Rio Largo para Maceió; O trilho do trem tem significado grande na memória das pessoas do bairro “enquanto eu estiver aqui e ouvir o apito do trem, eu não saio daqui da minha casa” – ou seja é a presença do trem que decide se fica ou vai; Historicamente, o trilho interligava as fábricas têxteis do bairro de Fernão Velho [Fábrica Carmen], do bairro da Cambona [Fábrica Alexandria], do bairro do Centro [loja da Fábrica da Pedra, da cidade do sertão Delmiro Gouveia] até o Porto de Jaraguá, onde aconteciam as trocas comerciais. Portanto é referência do Ciclo do Algodão que uniam as fábricas; Todas as fábricas precisavam de água para funcionar, por isso estavam ao longo da orla lagunar; O percurso do trilho é o percurso dos tropeiros.	Todas as fábricas precisavam de água para funcionar, por isso estavam ao longo da orla lagunar. [**ambiência e paisagem]**; O nome do bairro de Bebedouro foi chamado assim porque os tropeiros paravam para beber água no Riacho do Silva [local da Bacia do Riacho do Silva], [**ambiência e Paisagem]**; O percurso de povoamento que depois se transformou em rede ferroviária aconteceu pela morfologia da cidade: era o caminho entre a lagoa e a encosta com água potável. [**ambiência e paisagem]**; O INRC cadastrou não só o sururu, mas também a sua forma de vender, anúncio quase cantado pelas marisqueiras: “ susuruuuuuuuuu freeeeeesssco”. [proveniente

		[antigos comerciantes] que iniciou o povoamento de Maceió e que liga os bairros históricos [Fernão Velho, Bebedouro, Centro e Jaraguá] ao Porto de Maceió; No trem se vendia literatura de cordel, histórias do romanceiro popular do sertão Nordeste do Brasil; Era o traslado de pescadores de uma comunidade para outra [Rio Novo, e Rio Largo]. Levavam no trem suas ferramentas, como varas de pescar; As catadoras de sururu ainda molhadas com cestas de sururu que deixavam um cheiro forte no trem. Vendiam o Sururu de capote, referência cultural alagoana que está no INRC de Alagoas; As filezeiras [que fazem o bordado filé] que usavam o trem; As operárias da Fábrica de Fernão Velho levavam no trem cortes de tecidos para vender no mercado municipal. A Fábrica também pagava parte dos valores de trabalho em cortes de tecido que elas iam vender no Mercado Público aquilo que excedia os seus lençóis; No percurso do trilho do trem está na origem de Maceió; Desde o século XIX tem vinculação com o próprio ciclo do açúcar com o escoamento da mercadoria para o Porto de Maceió; Há registros históricos que o Vale do Rio Mundaú e o Vale do Rio Parnaíba constituíram dois caminhos da linha férrea; As estações de trem se tornaram Patrimônio Nacional Ferroviário aos cuidados do IPHAN (2007). Com a interdição dos trilhos na área em afundamento, estes deixaram de ser operacional, passando assim a ser protegido pelo patrimônio histórico ferroviário;	da lagoa mundaú – **ambiência e paisagem]**; Há registros históricos que o Vale do Rio Mundaú e o Vale do Rio Parnaíba constituíram dois caminhos da linha férrea [**ambiência e paisagem]**; O Mandi é um peixe de couro e de água doce conhecido popularmente como Mandi-Amarelo, Mandi-Chorão e Surubim-Bagre. É encontrado em todas as bacias hidrográficas do Brasil. O Mandi habita remansos das margens dos rios, locais com areia e cascalho no fundo.

		Os pescadores estendiam esteiras no chão do Bairro de Bebedouro para vender o peixe Mandi, já seco e salgado, por causa da parada do trem e fluxo de pessoas; Trem do forró [passeio junino com festa dentro do trem]; A estação de Bebedouro era referência para quem chegava em Maceió, pois as paradas anteriores eram na cidade de Rio Largo e depois Fernão Velho [distrito de Maceió, que hoje é bairro, porém isolado do restante da cidade].	
Igreja Batista do Pinheiro	Local de celebrações religiosas, festividades, cursos profissionalizantes Palhoção.	Se tornou referência por vários temas e debates; Lugar de vanguarda, de luta, de proteção, de filantropia; Música dentro da igreja de agregar os jovens; Trabalho comunitário e social importante.	Foi tombada pelo Estado.
CEPA	Centro Educacional Antônio Gomes de Barros - CEAGB, antigo Centro Educacional de Pesquisa Aplicada – CEPA	Referência para todos os moradores dos bairros em afundamento Referência icônica de arquitetura moderna alagoana e do Brasil; Projeto educacional de vanguarda para a época; Foi o maior complexo educacional da américa latina; O nome das escolas, como Laura Dantas [primeira escola fechada pelo afundamento], que era uma educadora da periferia negra; Recebia o JEBS- Jogos Universitários do Brasil, pois era referência pelo complexo que era [pista de atletismo, piscinas olímpicas e de salto ornamental, Ginásio poliesportivo [CDR]]. Local de desenvolvimento de práticas esportivas. Estrutura incomum para escolas públicas; Política pública educacional proveniente dos pensamentos de Anísio Teixeira, intelectual, educador e escritor brasileiro. Personagem central na história da educação no Brasil nas décadas de	Parte das escolas interditadas por causa do afundamento; Aulas em um período e no outro atividades físicas com pista de atletismo e piscina olímpica permitiam o desenvolvimento esportivo como o atletismo, polo aquático, salto ornamental e natação; Referência de educação de qualidade em tempo integral.

		1920 e 1930, que gerou esse tipo de escola em todo Brasil.	
CATEGORIAS	**O QUE É**	**PORQUE É REFERÊNCIA**	**OBSERVAÇÕES COLHIDAS DURANTE E PÓS OFICINA**
SABERES			
Caldinho do Vieira	Caldo de feijão servido com cachaça, conhecido como "Ele e Ela".	Referência gastronômica não só dos bairros, mas da cidade;	Foi tombado pelo Estado.
Padaria Belo Horizonte	Padaria tradicional do bairro do Pinheiro.	Referência de pães feitos em padaria tradicional do bairro, como o pão recheado.	O forno foi construído no imóvel [não era de escala industrial].
Sururu de capote	Marisco da Lagoa Mundaú	Referência cultural da cidade e de Alagoas. Modo de fazer o marisco que mistura parte com casca e parte sem casca cozinhando com temperos e sal. O caldo deste cozinhar também é tomado como aperitivo.	Registrado no INRC de Alagoas.
Pescados	Pesca de peixes de água doce e crustáceos.	Referência do modo de vida dos ribeirinhos.	A pesca está presente nos símbolos alagoanos: está no brasão do estado de Alagoas e no Brasão da cidade de Maceió.
CATEGORIAS	**O QUE É**	**PORQUE É REFERÊNCIA**	**OBSERVAÇÕES COLHIDAS DURANTE E PÓS OFICINA**
CELEBRAÇÕES			
Celebrações da Praça Menino Jesus de Praga	Festas comunitárias	Ponto de encontro da comunidade, principalmente dos conjuntos Jardim das Acácias, Divaldo Suruagy e entorno.	
Celebrações na comunidade jovem de Nazaré.	Festas comunitárias	Celebrações com festas religiosas.	
Festa de Natal da Praça Lucena Maranhão.	Festa natalina	A festa de Natal da Praça Lucena Maranhão foi precursora de todas as festas de Natal nas praças da cidade, pois Bebedouro é bairro histórico [prováveis primeiras festas de Natal comunitária do bairro].	
CATEGORIAS	**O QUE É**	**PORQUE É REFERÊNCIA**	**OBSERVAÇÕES COLHIDAS DURANTE E PÓS OFICINA**

FORMA DE EXPRESSÃO			
Quintal Cultural	Instituição	Referência na região lagunar que trabalha expressões culturais com juventude e periferia; Está presente em vários lugares da cidade para questões culturais; Há mais de uma década trabalha com juventude e crianças.	Está na borda da área de monitoramento da Braskem
Associação cultural Joana Gajuru	Associação	Congrega cursos, mobilização cultural	Sua sede, mesmo não sendo tombada, foi feita intervenção no imóvel pela sensibilidade da associação [imóvel da década de 60]. A fachada parecia o chapéu do guerreiro, algo único.
Rock Morcegos Praça do Rock	Banda de rock	Tocava rock underground. Diz ser a banda mais longa do Brasil que foi para o Guinness Book.	
Conversas e brincadeiras nas calçadas	Áreas públicas	Referência de encontros da comunidade devido às ruas serem tranquilas e de calçadas largas. [**ambiência]** Hábito interiorano de ficar na porta.	
CATEGORIAS	**O QUE É**	**PORQUE É REFERÊNCIA**	**OBSERVAÇÕES COLHIDAS DURANTE E PÓS OFICINA**
EDIFICAÇÕES			
Campo de Treinamento do CSA	Centro de treinamento esportivo de futebol	Referência de estádio mais moderno de Alagoas antes da construção do Estádio Rei Pelé, em 1970, no bairro do Trapiche.	Em 1922 o estádio do CSA foi inaugurado.
			Construída em 1877, para dar asilo às órfãs de soldados mortos na Guerra do Paraguai, ou vindas de famílias pobres, vitimadas pela grande seca que assolou as regiões áridas do Estado naquele ano. Asylo das Órphans Desvalidas de Nossa Senhora do Bom Conselho, construído no governo municipal de Antônio Passos de Miranda, com recursos

Escola Estadual Nossa Senhora do Bom Conselho	Escola	Tombada pelo Patrimônio Histórico estadual	liberados pelo imperador Dom Pedro II. Em 1938 foi transformado em Escola Normal Rural Nossa Senhora do Bom Conselho, abrigando, em regime de internato, principalmente, meninas vindas do interior, para cursar o ensino pedagógico. Tornou-se, por muitos anos, uma escola de referência no cenário da educação alagoana, atualmente denominada Escola Estadual Nossa Senhora do Bom Conselho. https://eassim.com.br/desalojado-de-sua-origem-colegio-bom-conselho-celebra-142-anos-de-historia/
Igreja Batista do Pinheiro	Templo	Edificação Tombada como patrimônio material e imaterial do Estado de Alagoas	
Igreja de Santo Antônio de Pádua	Templo	Uma das igrejas mais antigas da cidade.	Consta nos livros da igreja desde 1870 e a paróquia data de 1912. “uma pequena cidade do interior dentro do coração de Maceió" [Cônego Walfran]
Igreja do Bom Parto	Templo	Paróquia de 1949	Fundada em função da Vila Operária da Fábrica Têxtil Alexandria. Foi criada para assistência religiosa e catequética, sobretudo dos funcionários da fábrica. Sofreu muitas reformas e não conserva sua originalidade
Hospital Psiquiátrico José Lopes de Mendonça	Casa de saúde	Imóvel construído pela família Leão [usineiros], situado no trajeto da Avenida Major Cícero de Góes Monteiro. É a maior referência para o atendimento psiquiátrico da população não só do estado, mas também de alguns municípios de estados próximos. Ferragens e ornamentos trazidos da Europa.	
	Complexo educacional que atende desde o		

CEPA	jardim infantil ao ensino médio, além da Escola Estadual José Correia da Silva Titara [antigo Instituto da Educação – IE – de Alagoas] que forma profissionais para a educação em Alagoas, Fonte: SINPRO-DF	Referência icônica de arquitetura moderna alagoana e do Brasil;	Está parcialmente interditado.

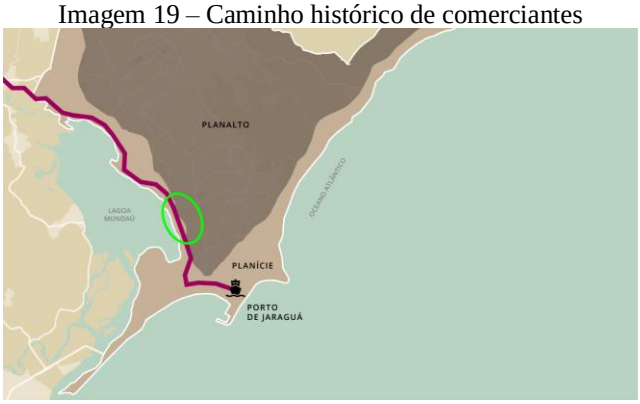
Fonte: Gardênia Nascimento, 2023.

Das referências levantadas nessa Oficina, percebe-se que elas se dividiam em três tipos: a) Relativos ao meio físico; b) Relativos à sociabilidade e c) Relacionados à Políticas Públicas nacionais e municipais ou ciclos e acontecimentos nacionais.

a) Relativos ao meio físico

- Caminho histórico de comerciantes [tropeiros] que vinham do Norte e margeavam a Lagoa Mundaú e a encosta para chegar ao porto de Maceió, no bairro de Jaraguá. O meio físico condicionou esse caminho pela topografia e pelo acesso à água;

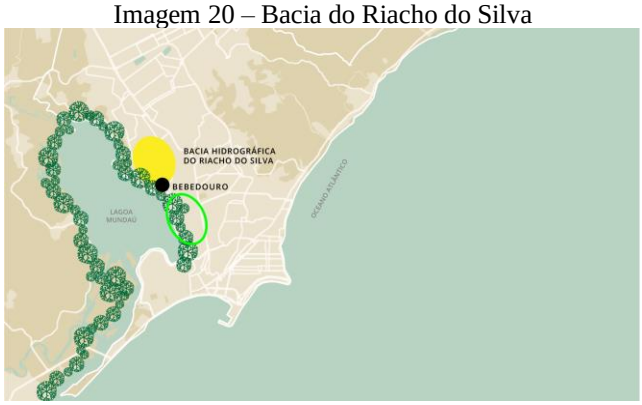
Imagem 19 – Caminho histórico de comerciantes



Fonte – Gardênia Nascimento, com execução de Alice Jardim, 2023.

- A bacia do Riacho do Silva que deságua em Bebedouro foi o motivo do surgimento do bairro, pois, no caminho dos tropeiros, esse era o local de parada para se beber água. O próprio nome do bairro está ligado ao meio físico.

Imagem 20 – Bacia do Riacho do Silva



Fonte: Gardênia Nascimento, com execução de Alice Jardim, 2023.

- Atividade pesqueira [pescadores e marisqueiras] desenvolvida em toda a Lagoa Mundaú, que tinha no bairro Bebedouro uma das zonas atingidas pela mineração. O sururu, marisco referência de patrimônio local [INRC], e o saber de como "despinicá-lo" e vendê-lo fortalecem a referência;
- O trilho do trem, da mesma forma que o caminho dos tropeiros, foi marcado pela condição da planície lagunar, da existência de um caminho já conhecido até chegar ao porto;

Imagem 21 – trilho do trem e localização das fábricas têxteis.



Fonte: Gardênia Nascimento, com execução de Alice Jardim, 2023.

- Fábricas têxteis utilizavam a linha férrea para exportação e estavam à beira da lagoa porque precisavam de muita água. Fizeram parte do ciclo do algodão em Alagoas;
- Casarões diferenciados: a ambiência de um lugar à beira da lagoa, mangues e encostas verdes favoreceu a procura de casas de veraneio das famílias abastadas que ali construíram mansões ao longo do caminho dos tropeiros e do trilho;

Imagem 22 - Localização de casarões



Fonte: Gardênia Nascimento, com execução de Alice Jardim, 2023.

- Futebol de várzea e posterior Campo e Centro de Treinamento do Time de futebol CSA; um dos dois maiores times de Alagoas;

Imagem 23 – local do Estádio do CSA



Fonte: Gardênia Nascimento, com execução de Alice Jardim, 2023.

- Casarões se transformaram em casas de saúde. A burguesia se mudava para o bairro do Farol e os casarões se transformam em clínicas e hospitais que atendiam tuberculosos e doentes mentais. A política de saúde nacional indicava locais mais isolados, arejados, clima agradável, em meio à paisagem como parte do método de cura. A referência da médica Nise da Silveira, reconhecida no Brasil deve ser considerada;

Imagem 24 - localização das clínicas que eram mansões



Fonte: Gardênia Nascimento, com execução de Alice Jardim, 2023.

- Os bairros Farol e Pinheiro, que são mais novos, estavam sendo foco de investimentos imobiliários de prédios residenciais para exploração da vista da Lagoa Mundaú.

Imagem 25 – Borda do tabuleiro e visada da Laguna Mundaú e o mar.



Fonte: Gardênia Nascimento, com execução de Alice Jardim, 2023.

b) **Relativos à Sociabilidade**

- Praça Lucena Maranhão e Igreja de Santo Antônio;
- Praça Menino Jesus de Praga;
- Paróquia Nossa Senhora de Nazaré;
- Igreja Batista do Pinheiro;
- Campo do CSA;
- CEPA
- Escola Bom Conselho
- Rua Belo Horizonte
- Caldinho do Vieira
- Futevôlei do Conj. Jardim das Acácias
- Mercadinho Pilar
- Churrasquinho da Maria
- Quintal Cultural
- Associação Cultural Joana Gajuru
- Cemitério de Bebedouro
- Praça do Rock

Todas as referências acima têm em comum a prática religiosa, cultual e comercial. Das quatro citadas inicialmente, a primeira, que está no bairro histórico Bebedouro, se sobressai,

pois é a que cresceu com a origem da cidade. As referências não são somente de festas, bailes, casamentos comunitários, distribuição de sopa, mas de um dinamismo social de encontros, celebrações e saberes, referência para toda a cidade. Ali se construiu uma sociabilidade forte, tanto para quem organizava e se doava para coordenar as atividades desenvolvidas, como para quem ia vivenciá-las. É considerado pela população de Maceió como o berço da cultura do município. Da mesma forma que a Igreja de Santo Antônio, a Igreja Batista do Pinheiro, apesar de mais nova [cerca de 40 anos] é referência de filantropia, cursos para a comunidade, celebrações e luta política a favor das minorias. As Igrejas Menino Jesus de Praga e a Capela de Nossa Senhora de Nazaré seguem a mesma tradição das demais citadas, porém, de referência no bairro Pinheiro; o bairro mais novo entre os cinco bairros afetados pela Mineradora Braskem.

- O Campo do CSA é referência não só para o bairro Mutange, mas para toda a cidade de
- CEPA: complexo educacional que agregava alunos de todos os bairros em afundamento. Com política voltada para ensino integral, oferecendo educação e qualidade, aulas básicas de formação profissional, artes, esportes e competições nacionais. Então, promovia a integração social dos alunos;
- Rua Belo Horizonte - é referência de locais comerciais, principalmente de bares e a Padaria Belo Horizonte, ponto de encontro não só da comunidade local, mas da cidade. Um deles, O bar "Caldinho do Vieira" é registro de patrimônio imaterial de Alagoas;
- Pescados: agregava a atividade pesqueira com uma das zonas pesqueiras de Maceió.

c) Relacionados às Políticas Públicas Nacionais e municipais, ou ciclos e acontecimentos nacionais:

- Implantação da rede ferroviária devido à Política Nacional de Exportação e mobilidade urbana;
- As ferrovias davam suporte à exportação do açúcar e posteriormente do algodão, [ciclo do açúcar e algodão em todo o país];
- Escola Estadual Nossa Senhora do Bom Conselho: foi criada para dar asilo às órfãs de soldados mortos na Guerra do Paraguai (1877), ou vindas de famílias pobres, vitimadas pela seca;
- Clínicas de saúde implantadas segundo a Política Nacional de Saúde Mental [antimanicomial];

- CEPA: complexo estadual que à época foi referência na América Latina, localizado no bairro Farol, reflexo da Política Pública Educacional proveniente dos pensamentos de Anísio Teixeira, intelectual, educador e escritor brasileiro;
- Política Nacional de Desenvolvimento Econômico com a implantação da mineração da Salgema em Alagoas;
- Política de Desenvolvimento Territorial do município de Maceió que induziu a implantação de prédios residenciais nos bairros Pinheiro e Farol [exploração da vista da lagoa na borda das encostas por se localizarem na parte alta da cidade].

Em suma, a Oficina Participativa conseguiu já apontar importantes referências locais, estaduais e nacionais que podem ser exploradas de maneira mais aprofundada em uma possível e futura Declaração da *Paisagem do Desastre* como Lugar de Memória ou como suporte para um dossiê de Tombamento, caso necessário. Apesar da participação de 22 indivíduos, há conteúdo de referências, fruto da diversidade de sujeitos, correspondendo às expectativas iniciais do método de escolha, elegendo a diversificação, apontada no subcapítulo anterior, como forma de captar a cultura local. Observa-se também que o maior número de referências está contido na categoria Lugares, possivelmente devido à perda da referência material da memória da comunidade, segundo a Profª Sônia Rampim.

Também é necessário frisar que esse subcapítulo apenas relata as informações levantadas pelos sujeitos aqui trabalhados e não necessariamente trata de todas as referências culturais dos afetados e dos bairros em afundamento.

4.5 Considerações do Capítulo

De uma maneira geral e considerando o que já foi estudado nesse capítulo [pichações, podcast e Oficina Participativa], é importante perceber que a maioria de referências indicadas nas pichações e no podcast está contida nas referências culturais levantadas na Oficina Participativa; ou seja, estão reafirmando a sua importância dentro desse estudo e **essas referências das pichações torna-se o momento em que o lugar vira Paisagem com a materialização na paisagem dos conflitos sociais**.

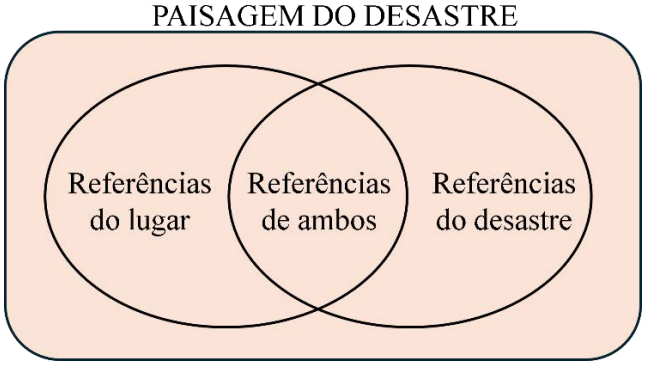
Acrescenta-se a importância da análise das pichações como forma de legitimar os sentimentos dos afetados aqui expostos, pois elas foram encontradas em todos os bairros atingidos; ou seja, as pichações mostram que a fala é de muitas pessoas. Melhor dizendo, se por

um lado a amostra da Oficina Participativa e podcast é pequena, as centenas de pichações afirmam um sentimento coletivo da comunidade afetada.

O mais preocupante é que essas referências não estão protegidas por lei e que **estão à mercê de serem perdidas pelo processo de demolição em andamento**.

Importante salientar que essa pesquisadora percebeu que também há uma distinção entre as referências do lugar e as referências do desastre, visto que não estamos objetivando apenas buscar referência do passado, mas as referências do lugar que marcam e mostram as consequências da desastrosa exploração da mineradora Braskem, ou seja, uma memória do presente, e ambas, com a perspectiva de registros para as gerações futuras. Assim sendo, podemos perceber na figura abaixo que há referências de valores diferentes [do lugar e do desastre] e até de duplo valores que, tanto são referência da cultura local, quanto são do desastre.

Figura 19 - Representação das referências da *Paisagem do Desastre*



Fonte: Gardênia Nascimento, 2024.

O Capítulo III, portanto, abordou a pesquisa de valores da área afetada buscando-se a proteção da memória coletiva desse desastre, contudo, se faz necessário também fazer reflexões não só o que de fato é importante no lugar para a população atingida, mas quais os estigmas que o marca e qual o melhor método para percepção dos atributos para uma futura utilização de instrumentos de preservação da memória.

Acrescenta-se que o resultado da Oficina Participativa, com a indicação das referências culturais sistematizadas nesse capítulo, não representa a totalidade de referências possíveis da área afetada, e sim o resultado daquele grupo diverso que se fizeram presentes. O processo de identificação de referências através de um Inventário Participativo, por exemplo, utiliza uma sequência de encontros com a sociedade para construir o espelho das referências culturais. O que apresentamos é um indicativo de que existem referências importantes que precisam ser

preservadas e que fazem parte do exercício dessa dissertação em declarar os bairros afetados como um Lugar de Memória.

Podemos dividir a busca de referências preliminares em duas partes: referências culturais preliminares do lugar [natural, edificado, material ou imaterial]; e referências preliminares que contam a história da exploração insustentável da mineração da Braskem em Maceió [exploração, mitigação, resistência e outros], que serão tratadas no Capítulo IV, após a narrativa conceitual, no subitem caracterização e referências da *Paisagem do Desastre*.

Isso posto, entende-se que o Capítulo III apresentou os valores preliminares do lugar e, no Capítulo IV serão tratadas as referências do desastre para que, juntas, possam formar uma Declaração da *Paisagem do Desastre* como lugar de Memória, que poderá servir como base para pesquisas futuras sobre a patrimonialização dos bairros em afundamento, podendo incluir discussões sobre o Tombamento da paisagem ou de elementos que a compõe.

5 CAPÍTULO IV - Um ensaio sobre a Declaração da *Paisagem do Desastre* como Lugar de Memória

Foto 57 - Estátua em bronze do professor, crítico literário e dicionarista alagoano, Aurélio Buarque de Holanda.



Fonte: Cotidiano Fotográfico, 2024.

O silêncio é o resultado de quem cala como também de quem é calado. Durante os capítulos anteriores mostramos a exploração silenciosa da mineração, em cavernas a 1km de profundidade, que foi capaz de explorar durante anos uma área urbana sem que os moradores percebessem os perigos existentes devido ao silêncio das autoridades ambientais na prestação de informações necessárias à sua autorização e fiscalização. A base desse silêncio esteve, inicialmente, no calar da sociedade com a imposição da implantação e ampliação da mineradora por interesses econômicos e no notório clientelismo contínuo, praticado pela Salgema, hoje Braskem, tanto para a classe jornalística, quanto para a comunidade do Pontal da Barra e para a classe política. Essa última, com raras exceções, independentemente de partido ou de gestão, promoveu e promove o silenciamento através da falta de informação pública, tanto sobre a mineradora quanto sobre o desastre. Uma forma de controle da narrativa do desastre sob o poder dos gestores. A discussão do desastre com a sociedade não está em pauta em nenhum órgão do Município, por exemplo, nem é citada na tão reivindicada revisão do Plano Diretor vigente de 2005, já comentado no Capítulo II, que está defasado e é lei essencial para proposituras de enfrentamento do desastre e no ordenamento territorial. Ou seja, o Poder Público adota a política do esquecimento e vai adequando a memória sem história. É

“a desidentificação com a memória.” [...] uma memória que se tornou, ela mesma, objeto de uma história possível” (Nora, 1993, p.5)

Um silêncio proposital que se fortalece na construção de uma narrativa distorcida da Braskem, que transforma um crime em evento geológico [causado pela natureza] e que por isso, ela, a mineradora, “é parte da solução”. Aliás o silêncio quanto a sua responsabilidade está em não assumir a sua culpa, oficialmente, no Acordo Socioambiental e na falta do pedido de desculpas para Maceió. Parafraseando Alexandra Barahona Brito, Coelho (2016) lembra:

> “a memória é uma luta sobre o poder e sobre quem decide o futuro, já que aquilo que as sociedades lembram e esquecem determina as suas opções futuras”. [...] “O direito à memória impõe ao regime democrático a tarefa de projetar um futuro, de seguir em frente, sem, entretanto, deixar de assumir o compromisso pela responsabilização pelos atos de violência praticados” (Coelho, 2016, p.3).

As consequências do desastre são quase invisíveis, como o afundamento milimétrico e lento dos bairros, durante anos, pelo colapso acelerado de cavernas subterrâneas que não se vê; como as indenizações baixas e protegidas por cláusulas de confidencialidade; o adoecimento mental dos afetados, assim como o seu empobrecimento; a dispersão dos afetados em todas as regiões da cidade; e tantas outras consequências invisíveis. O próprio silêncio da população do Mutange, que ocupava área de encosta, legalmente não edificante por ser território não legalizado e apropriado por vulneráveis, é uma das formas de apagamento dos direitos daquela comunidade. Além de tudo, ainda há de se considerar o silenciamento virtual do desastre nas plataformas do *Google Maps e Street View* que não mais possibilita mostrar imagens das ruas interditadas pela mineradora.

O direito à memória consiste, então, no direito ao conhecimento de fatos de alta relevância histórica, social e cultural no mundo. Além disso, o direito à memória se faz necessário para a superação de traumas coletivos herdados pelos afetados, porque a memória produz efeitos que ultrapassam o âmbito individual. Segundo Freud, os indivíduos acabam se prendendo ao passado quando não querem lembrar, pois, o que não é lembrado se repete compulsivamente na vida do sujeito de forma involuntária, (Coelho, 2016, p.3). Contudo, esse direito não é só do indivíduo, mas da sociedade como forma de que os abusos não se repitam no futuro; ou seja, “a política do esquecimento e da impunidade, se reduz, na verdade, a um passado que não passa” (Brepohl, 2011).

O direito à memória é a possibilidade de as vítimas contarem os fatos segundo sua vivência, admitindo outras interpretações da história e, de forma democrática, porque não existe apenas uma versão, existem várias formas de se ver um mesmo fato e que se fique claro

que há várias possibilidades de interpretação dele. “O Poder Público, ao promover uma memória crítica em relação ao passado, permite a incorporação dos valores democráticos pelos jovens, o que sinaliza para um futuro da não-repetição” (Coelho, 2016, p.7).

Ressaltamos a necessidade de se exigir o direito à memória do desastre utilizando-se, também, a Justiça de Transição que consiste no conjunto de ações da sociedade para se buscar um acordo sobre os abusos do passado, responsabilizar os culpados, que seja feita justiça e que haja conciliação. Dentre essas ações está a busca pela efetivação do direito à memória diante da falta de informações e investigações sobre crimes contra direitos humanos.

Todas as formas de silenciamento vêm construindo um **apagamento** histórico-cultural, físico e virtual do desastre, gerando tristeza e indignação, alimentadas pelo sentimento de busca por justiça social. Há, então, uma dicotomia entre lembrar e esquecer o desastre. A tristeza pede o **esquecimento**[79] e a indignação pede a justiça social mergulhada na necessidade de reparação como lembrança, como **memória.**

Compreende-se que, apesar de seis anos após o desastre, o tempo não apagou a tristeza e a indignação, pelo contrário, elas vêm sendo alimentadas pelo tempo que o silenciamento tem durado e se fortalece na necessidade de reparação.

> Ainda que quase sempre acreditem que “o tempo trabalha a seu favor” e que “o esquecimento e o perdão se instalam com o tempo”, os dominantes frequentemente são levados a reconhecer, a demasiado tarde e com pesar, **que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados**, que se exprimem então com os gritos da contra violência (Polak, 1989, p.9).

O direito à memória tenta impedir que outros abusos aconteçam novamente e possibilita a superação de um passado traumático; no entanto, superar não é o mesmo que esquecer, mas deixar que os sujeitos continuem suas vidas, cicatrizando as feridas e deixando transparentes os fatos ocultados ou negados.

Portanto, a pesquisa aqui apresentada busca o **Contra-Apagamento** do desastre, tanto na própria realização deste documento, quanto na associação do desastre da Braskem a outras situações de riscos em curso no Brasil, como a exploração insustentável de minério nas cidades de Mariana, Bento Rodrigues, Brumadinho. Lidamos, portanto, com uma situação de âmbito nacional diante da qual cabe o título um Lugar de Memória Nacional proposto pelo IPHAN.

---

[79] O direito ao esquecimento foi aprovado na VI Jornada de Direito Civil da CJB - Conselho da Justiça Federal - pelo enunciado 531[2].

Importante considerar que durante toda a pesquisa foram, e ainda são utilizados como parte de trabalho, os parâmetros, diretrizes, planos, políticas e instrumentos do IPHAN. A exemplo disso, no Capítulo III usou-se a **Educação Patrimonial** através dos seus dois principais instrumentos: a **Casa do Patrimônio de Maceió** e o **Inventário Participativo**. Como também foi utilizada uma das quatro linhas de ação do PNPI com a **Pesquisa, documentação e informação**, na produção do conhecimento e da documentação descritas nos Capítulos I e II.

No capítulo III, foram utilizados também os processos da PPCM e PNPI de **Identificação** dos atributos da área afetada a partir do resultado da Oficina Participativa; e os instrumentos de **Reconhecimento e valorização** do lugar enquanto bem cultural portador de referências de identidade, memória que se desenvolviam modos de vida e sociabilidades nas ações de natureza imaterial, para **subsidiar** possíveis ações de conservação e restauração das áreas afetadas e/ou instruir outros processos de reconhecimento do patrimônio cultural no âmbito nacional, conforme proposto no desenvolvimento deste capítulo.

5.1 Tombamento, Chancela da Paisagem ou Declaração de Lugar de Memória?

Após as pesquisas sobre a implantação da mineradora Salgema em Maceió, as consequências do desastre com a Mineradora Braskem e a atribuição de valores e referências culturais dos bairros afetados junto com a sociedade, entende-se que esta área precisa ser preservada culturalmente.

Como se trata de uma paisagem urbana com referências importantes de memória e identidade nacional, ponderou-se o uso de três possíveis instrumentos de preservação, adotados pelo IPHAN: a Chancela da Paisagem Cultural, o Tombamento e a Declaração de Lugar de Memória.

Sabendo que a Chancela da Paisagem Cultural é um instrumento de preservação usado para “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009), percebemos que o objetivo desse instrumento consiste em preservar, manter e fomentar as práticas culturais ali existentes e valorizadas pela sociedade. No entanto, a sociedade foi expulsa e o lugar se tornou desabitado, impossibilitando que a cultura local seja praticada. Nem mesmo as características físicas ambientais foram preservadas, a exemplo das encostas do bairro Mutange, o arruinamento das edificações e sua paulatina demolição. Ou seja, o conceito da Paisagem Cultural adotado na Chancela da Paisagem Cultural não se adequa

porque, segundo a sua definição, necessita da permanência da relação homem-ambiente e essa não consegue mais se perpetuar como antes.

Portanto, é importante ressaltar que essa dissertação está pautada na PPCM do IPHAN, e por isso, utiliza o conceito de Paisagem Cultural adotada no instrumento da Chancela da Paisagem. No entanto, tem-se ciência de que o conceito de Paisagem Cultural é muito mais amplo do que a relação entre homem e natureza. A paisagem também é resultado da ação do homem sobre o meio, e nada mais notório que a *Paisagem do Desastre* ser o resultado da ação desastrosa do homem ao meio ambiente através da mineração, mesmo estando a quase 1km de profundidade. Portanto, reconhece-se que a *Paisagem do Desastre* é uma Paisagem Cultural, porém, descartando o instrumento de proteção da Chancela da Paisagem como alternativa de preservação.

Quanto ao instrumento de Tombamento, trata-se de uma ferramenta de força na limitação do direito de propriedade, importante diante da situação, já relatada, em que a Braskem se beneficiou das indenizações aos moradores, assumindo suas propriedades. Há indicativos de que no futuro, quando os bairros puderem ser ocupados, o instrumento será o mais adequado para proteção da *Paisagem do Desastre*, podendo controlar sua ocupação. No entanto, com o desastre em processo e a demanda de estudos mais detalhados dos remanescentes do desastre e seu resultado na paisagem, para orientar o tombamento, ficaria dificultada a identificação da materialidade a ser preservada.

A valorização e preservação da *Paisagem do Desastre*, por meio de sua declaração como Lugar de Memória, além da reparação aos atingidos, representará uma conduta pedagógica para a transmissão da memória contida nela. Ou seja, além da preservação, o que se propõe aqui é um Contra-apagamento de um desastre tecnológico, que ainda está em andamento, resultado da prática do capitalismo mineral no Brasil. Na realidade, é uma ação de luto e luta em busca da sua não repetição. A ideia de transmissão desse acontecimento, concentra-se no conceito da MEMÓRIA do crime como fato histórico e com o intuito de dar consciência às gerações futuras do que o capitalismo predatório é capaz de fazer em detrimento da vida humana.

Entende-se que a Declaração de Lugar de Memória concentra em seu propósito a tríplice compreensão dos bairros em afundamento: material, simbólica e funcional; pois, tem a *Paisagem do Desastre* como suporte material, cuja memória coletiva pode ser apreendida pelo seu simbolismo e, ao mesmo tempo, tem a função de agregar as memórias coletivas apontadas pela sociedade na Oficina Participativa. Melhor dizendo, a *Paisagem do Desastre* se torna um DOCUMENTO do crime ambiental da mineradora Braskem. Uma realidade histórica e simbólica.

Entretanto, ao adotar a *Paisagem do Desastre* como um Lugar de Memória, é importante considerar que essa pesquisa pode dar suporte a um futuro tombamento, visto que já existe um pedido em andamento na Superintendência do IPHAN-Alagoas, proposto pela sociedade.

5.2 O poder-dever do IPHAN como órgão de memória contra o apagamento da história

Qual é o papel do Poder Público diante do silenciamento do desastre da Braskem em Maceió?

Ao demonstrar o silenciamento do desastre nos capítulos anteriores e da importância dela como referência histórica das mazelas do capital especulativo, constrói-se como tática de resistência[80] a ideia de que a área afetada é um Lugar de Memória. Essa pesquisa proporciona o desenvolvimento de reflexões sobre o direito à memória e ao esquecimento, mas, especialmente, o **uso da memória como instrumento de luta**. Apesar de já terem se passados quase seis anos após o terremoto, a relação de pertencimento entre bairros e afetados ainda é estreita. Mas, enquanto uns querem esquecer, outros reivindicam, além de tantos outros direitos, o direito à memória de um desastre que não deve mais se repetir. Não desconsiderando o direito ao esquecimento que tem o afetado, enfatizamos o poder-dever do Poder Público em proteger e difundir esta memória. Portanto, essa memória é uma construção que pode ser reconhecida através de políticas públicas de preservação garantidos pelo direito constitucional.

Consequentemente, tratamos de dois olhares sobre a política de preservação da memória indissociáveis na discussão de propostas de patrimonialização da área afetada em Maceió, contidas em duas principais Leis Federais: o Decreto-Lei 25/1937, que define o patrimônio histórico e artístico nacional:

> Art. 1º: Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a **fatos memoráveis da história do Brasil**, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (grifo nosso).

[80] Aqui está sendo considerado o conceito de Certeau (1994), de estratégias e táticas. A partir da terminologia do exército, ele sugere o uso desses conceitos para analisar ações do poder público com estratégias e táticas como reação social a eventuais desmandos do poder público, pela sobrevivência e atendimento das necessidades cotidianas de vida. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** Artes de fazer - 1. Petrópolis: Vozes, 1994.

E o outro olhar vem da Constituição Federal de 1988, artigo 216, que define o conceito de patrimônio cultural brasileiro:

> Constituem patrimônio cultural brasileiro **os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira**, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico; (grifo nosso).

Na instância federal, o IPHAN é a autarquia responsável pela proteção da memória no Brasil e prevê os instrumentos de proteção já institucionalizados como: inventário, registro, vigilância, tombamento e desapropriação, dentro de sua política de proteção de bens culturais nacional, juntamente com a Constituição Federal. Mais que isso, a Constituição de 1988 no seu Art. 216, § 1º, determina que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, poderá criar "outras formas de acautelamento e preservação". Portanto, para serem protegidos como patrimônio cultural, os bairros em afundamento devem ter demostrada sua representatividade e importância, através das políticas públicas de proteção como patrimônio cultural.

Nessa pesquisa foram demonstrados valores atribuídos aos bairros que consolidam a sua significância cultural, não só local ou regional e sim a sua significância nacional, conforme visto no capítulo III. É a partir desses valores atribuídos pela sociedade que a área em afundamento, como um patrimônio cultural, é passível de ser protegida pelo seu significado Nacional, diante da magnitude do desastre e violência contra os direitos humanos de brasileiros, com a destruição dos modos de vida e da história da cidade nordestina de Maceió. Um tipo de desastre que pode se repetir em diferentes lugares do território nacional, se for esquecido. Dessa forma, o poder-dever do Estado se faz necessário.

Portanto, propõe-se que a área seja declarada Lugar de Memória, segundo o novo instrumento de acautelamento e preservação, proposto na PPCM, em conformidade com a Constituição, para que a instituição cumpra seu poder-dever, no Contra-apagamento da história do lugar; ou seja, quando chamamos uma área urbana de patrimônio é um meio usado para alcançar a narrativa de preservação da memória.

> Analisar as áreas urbanas como um objeto ao qual se agrega o qualificativo "patrimônio" significa, portanto, dizer que a norma [no sentido foucaultiano] que preside sua preservação **deriva de um processo de estruturação de discursos e objetos concretos**, **em decorrência de um objetivo estratégico.** (Sant'Anna, 2014, p.37).

5.3 A competência do IPHAN

Segundo a Portaria MINC 92 de 05 de julho de 2012, que trata do Regimento Interno do IPHAN, em seus artigos 2º e § 1º, podemos ler a missão e finalidade do Instituto, na qual essa pesquisa enfatiza a garantia do direito à memória e na promoção e pesquisa do patrimônio cultural brasileiro:

> **Art. 2º** O IPHAN tem como missão promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro visando fortalecer identidades, **garantir o direito à memória** e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País.
> **§ 1º** É finalidade do IPHAN **preservar, proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro**, na acepção do art. 216 da Constituição Federal.

Vale ressaltar que o patrimônio cultural é de competência comum da União e todas as instâncias do poder público, e que deve ser tratado em todas as suas esferas públicas. Segundo o artigo 23º da Constituição Federal de 1988 é explícita a competência que vai além do IPHAN:

> **Art. 23**. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
> [...]
> III - **proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural**, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
> IV - **Impedir** a evasão, **a destruição e a descaracterização** de obras de arte e de **outros bens de valor histórico, artístico ou cultural**;
> [...]
> XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as **concessões de** direitos de pesquisa e **exploração** de recursos hídricos e **minerais em seus territórios** (Brasil, 1988).

Ou seja, além da proteção, as instâncias de patrimônio no país têm responsabilidades sobre as concessões de exploração mineral, como é o caso da exploração mineral de sal-gema em Maceió.

Essas responsabilidades também estão explícitas no site oficial do IPHAN, onde se reforça a parceria possível entre estados e municípios, tanto na coordenação, regulação quanto no fomento de ações, através do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, contido no Plano Nacional de Cultura.

> Nesse contexto, o Iphan **constrói em parceria com os governos estaduais** o Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, com uma proposta de avanço disseminada **de maneira contínua para os es e municípios** em três eixos: **coordenação** (definição de instância(s) coordenadora(s) para garantir ações articuladas e mais efetivas); **regulação** (conceituações comuns, princípios e regras gerais de ação); e **fomento** (incentivos direcionados principalmente para o fortalecimento institucional, estruturação de sistema de informação de âmbito nacional, fortalecer ações coordenadas em projetos específicos) (IPHAN, 2023) (grifos nossos).

Ainda no site do IPHAN encontramos as diversas formas de proteção do patrimônio cultural, sendo explícita a sua responsabilidade nas ações preservacionistas.

> **Identificar, documentar, tombar, salvaguardar e fiscalizar o patrimônio histórico** são tarefas do Iphan que tem como viés característico de todas as suas ações a preservação de nossa diversidade cultural, das tradições regionais, da expressão de todas etnias e de todas as camadas da população (IPHAN, 2023).

Resumidamente, o IPHAN é a autarquia federal criada e estruturada para não só identificar o patrimônio histórico, "de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira", como também prezar pela sua preservação e fomento, podendo contar com a ajuda de órgãos das três esferas de governo, inclusive, em ações de exploração mineral, incluindo em seu regimento interno a obrigação de realizar ações para qual foi criado: a preservação do patrimônio nacional.

No caso dos bairros em afundamento em Maceió a *Paisagem do Desastre*, declarado como Lugar de Memória pelo IPHAN, significa a contribuição da esfera federal para que a paisagem se firme como lugar simbólico como alerta para que esse tipo de violência não ocorra mais no território brasileiro. Uma ação dessa natureza seria caminho para parcerias das demais instâncias de poder, municipal e estadual, fazendo uso de seus instrumentos de proteção, como é o caso do Plano Diretor Municipal.

5.4 Construindo procedimentos para a caracterização da *Paisagem do Desastre* como Lugar de Memória

Como já dito, a Declaração de Lugar de Memória ainda não foi normatizada na PPCM e dessa forma, propõe-se a sua construção a partir da comparação e análise de três portarias do IPHAN, [ver Apêndice C]:

a) Portaria IPHAN nº 11 de 11 se setembro de 1986 que dispõe sobre os procedimentos de inscrição de bens nos Livros de Tombo;
b) Portaria IPHAN nº 127 de 30 de abril de 2009 que dispõe sobre a Chancela da Paisagem Cultural; e,
c) Portaria IPHAN nº 407 de 21 de dezembro de 2010 que dispõe sobre os parâmetros de valoração do Patrimônio Ferroviário.

Elas foram escolhidas por se tratar de procedimentos para patrimonialização de áreas urbanas, como o caso da *Paisagem do Desastre*. Das similaridades encontradas entre elas, listamos:

a) Toda pessoa pode propor a proteção, seja física ou jurídica. Ou seja, deve ter interessados na proteção;
b) Deve ser apresentado com o requerimento um estudo detalhado contendo minimamente a descrição do objeto, suas áreas e seus entornos; a apreciação do mérito do valor cultural nacional e indicação de atributos;
c) Deve ser construído com a sociedade;
d) Deve ser analisado pelo Conselho Consultivo.

Uma das inovações das portarias está na Chancela da Paisagem Cultural que possibilita um pacto de gestão, considerando que as ações de preservação no espaço urbano envolvem vários atores como o Poder Público Federal, Estadual e Municipal; sociedade civil e iniciativa privada. Portanto, a partir dessa constatação, essa pesquisadora propôs uma Minuta de Portaria de Regulamentação para Declaração de Lugar de Memória, que servirá como roteiro para a caracterização da *Paisagem do Desastre* como Lugar de Memória.

Essa iniciativa foi criada por entender que havia a necessidade de se declarar a *Paisagem do Desastre* como Lugar de Memória, e sem uma normativa, isso seria difícil de demonstrar. Ao mesmo tempo, entende-se que o Mestrado Profissional do IPHAN tem, entre seus objetivos, pensar a preservação do patrimônio dentro do ambiente do IPHAN, como um "laboratório avançado"[81] de busca de soluções para suas lacunas com discussões atuais, como o caso de um Lugar de Memória Sensível.

A importância desta Minuta está na demonstração de que é possível utilizar o instrumento de preservação Lugar de Memória como forma de acautelamento, criando uma sugestão para o IPHAN, como um ponto de discussão posterior, se assim ele quiser. Segue abaixo a minuta:

[81] Expressão utilizada por Rafael Winter, na Banca de Defesa dessa dissertação de Mestrado Profissional do IPHAN.

5.5 Minuta de Portaria de procedimentos para Declaração de Lugar de Memória

PORTARIA Nº XX, DE XX DE XX DE 20XX (MINUTA)

Dispõe sobre os procedimentos para Declaração de Lugar de Memória.

CONSIDERANDO a Constituição da República de 1988 em seus artigos 215, 216 e 225);

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, no Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, que dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

CONSIDERANDO, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto das Cidades que tem como um dos princípios básicos o planejamento participativo;

CONSIDERANDO o direito à memória como direito ao conhecimento de fatos de alta relevância histórica, social e cultural no Brasil;

CONSIDERANDO, que a Política do Patrimônio Cultural Material do IPHAN institui novos procedimentos que envolvem a preservação e valorização do patrimônio cultural; e

CONSIDERANDO, a necessidade de consolidação das normas de procedimentos para os processos de Declaração de Lugar de memória no âmbito do IPHAN.

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

I - DA DEFINIÇÃO

Art. 1° O Lugar de Memória são sítios os quais são atribuídos em caráter simbólico, com representações materiais de um processo identitário que permanece vivo pela preservação e se transformam em monumentos da memória onde se encontram os remanescentes da memória que se quer eternizar.

Art. 2º O Lugar de Memória tem três significados: material, simbólico e funcional e eles atuam simultaneamente ao lugar. As coisas materiais do Lugar de Memória têm uma simbologia e também sua funcionalidade como referência, identidade.

II - DA FINALIDADE

Art. 3º A Declaração do Lugar de Memória tem por finalidade a valorização da memória como ideia central da preservação de um bem, promovendo sua construção coletiva, garantindo a sua legitimidade junto às comunidades e entre os agentes públicos.

III – DA EFICÁCIA

Art. 4º A Declaração do Lugar de Memória reconhece a importância de valores simbólicos do lugar, ainda que um bem cultural tenha perdido sua integridade e autenticidade, em consequência da ação humana ou do tempo.

TÍTULO II

DO PROCEDIMENTO

Art. 5º Toda pessoa física ou jurídica é legitimada a provocar, mediante proposta, a instauração da Declaração de Lugar de Memória.

Art. 6º O requerimento de Declaração de Lugar de Memória poderá ser dirigido:

I - Às Superintendências Regionais do IPHAN, em cuja circunscrição o bem se situar;

II - Ao Presidente do IPHAN; ou

III - Ao Ministro de Estado da Cultura.

Art. 7º O requerimento da Declaração de Lugar de Memória deve ser acompanhado de estudo minucioso, incluindo:

a) Descrição das características do lugar, suas áreas e seus entornos, quando couber;
b) Apreciação do mérito do valor cultural;
c) Exposição dos valores existentes;
d) Exposição dos significados material, simbólico e funcional; e
e) Descrição de atributos a serem preservados;
f) Indicativos para critérios de preservação

Art. 8º O Lugar de Memória precisa ser reconhecido pela sociedade por meio de construção coletiva devido à indissociabilidade entre os bens culturais e as comunidades. Esse reconhecimento deve ser comprovado pelo requerente por meios possíveis de análise técnica.

Art. 9º O Lugar de Memória, ao ser declarado pelo IPHAN, passa a ser uma referência nacional.

Art. 10 Os bens declarados lugar de Memória são protegidos, com vistas a evitar seu perecimento ou sua degradação, a apoiar sua conservação, a divulgar sua existência e a fornecer suporte a ações administrativas e legais de competência do poder público.

DO CONCEITO PEDAGÓGICO EM PLANO DE GESTÃO

Art. 11 O Lugar de Memória possui caráter educativo que expõe o passado buscando seu Contra-Apagamento, para transmissões futuras. Poderá ser declarado junto um Plano de Gestão, incluindo ações pedagógicas, pactuadas com o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada.

DA AVALIAÇÃO TÉCNICA

Art. 12 Os processos para Declaração de Lugar de Memória serão instruídos nas Superintendências do IPHAN e sua avaliação técnica promoverá a complementação dos elementos indispensáveis ao ajuizamento dos requisitos necessários, a fim de que o objeto da proposta deva constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 13 Na análise técnica poderão ser consultados os diversos setores internos do IPHAN que detenham atribuições na área, as entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, com vistas à celebração de um pacto para a gestão do Lugar de Memória.

DA INSTRUÇÃO

Art. 14 Finalizada a instrução, o processo administrativo será submetido para análise jurídica e expedição de edital de notificação da declaração, com publicação no Diário Oficial da União e abertura do prazo de 30 dias para manifestações ou eventuais contestações ao reconhecimento pelos interessados.

DO JULGAMENTO PELO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 15 Recebendo o processo devidamente instruído, o Presidente do IPHAN distribuirá , em reunião do Conselho Consultivo, a um de seus membros e contar-se-á o prazo de 60 dias, a partir de sua distribuição, para decisão do Conselho a respeito da matéria.

Art. 16 Se reprovado pelo Conselho Consultivo o presidente do IPHAN encaminhará processo para arquivamento, expedindo comunicação ao Conselho Consultivo, ao proponente e à superintendência.

Art. 17 Se aprovado pelo Conselho Consultivo, o processo será devolvido ao setor jurídico para exame das formalidades legais e, posteriormente, encaminhado ao Ministro da Cultura para homologação.

Art. 18 A Declaração de Lugar de Memória deverá ser publicizada no Diário Oficial da União e comunicada ao Conselho Consultivo, a Superintendência do IPHAN e ao requerente, aos Estados-membros e Municípios onde a porção territorial estiver localizada, dando-se ciência ao Ministério Público Federal e Estadual, com ampla publicidade do ato por meio da divulgação nos meios de comunicação pertinentes.

DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 19 O Lugar de Memória deverá ser reavaliado a cada 10 anos, porém, ele também poderá ser reavaliado a qualquer tempo, caso a justificativa apresentada inicialmente ou os compromissos acordados, acerca do uso e conservação adequados, não sejam mais condizentes com a preservação de suas características.

Art. 20 O processo de revalidação será formalizado e instruído a partir dos relatórios de monitoramento e de avaliação, juntando-se manifestações das instâncias regional e local, para deliberação pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

5.6 Estudo da *Paisagem do Desastre* como Lugar de Memória

Trataremos agora da *Paisagem do Desastre* da mineradora Braskem com o intuito de conceituar essa paisagem como um Lugar de Memória, de acordo com a Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN e com roteiro sugerido pela minuta de portaria já apresentada anteriormente. Ou seja, estamos adotando a *Paisagem do Desastre* como uma forma de ver o sítio e o Lugar de Memória, um instrumento de acautelamento.

Para melhor didática na exposição do assunto, este capítulo foi dividido em subcapítulos, e trada do estudo dos bairros em afundamento sob a ótica de Lugar de Memória.

5.7 Narrativa conceitual para apreciação do mérito do valor cultural nacional e seus significados material, simbólico e funcional

Se faz importante esclarecer que trazemos novamente referenciais teóricos para tratar da *Paisagem do Desastre* porque entende-se que, se estudados no primeiro capítulo, estariam muito distantes da discussão sobre esse olhar da paisagem, e, ao mesmo tempo, também se faz

importante mostrar a concatenação de ideias que se complementam para formar um conceito único de *Paisagem do Desastre*.

Para conceituar a *Paisagem do Desastre* da Braskem como Lugar de Memória, foram estudados diferentes conceitos que juntos se fazem necessários à compreensão do tema. Estudou-se a cidade como documento; os Lugares de Memória Sensível e de Consciência; o conceito de Paisagem, e, a partir deles, se construiu a ideia de *Paisagem do Desastre*.

O objeto da pesquisa é a patrimonialização de uma área urbana, sendo, no entender dessa pesquisadora, importante estudá-las como DOCUMENTO. Por isso, pesquisou-se como o IPHAN adotou esse conceito de documento por meio da abordagem feita pela pesquisadora Márcia Sant'Anna, em seu livro *Da cidade-monumento à cidade documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil* 1937-1990 e aqui usada como referência.

Os conceitos de Lugares de Memória, Lugares de Memória sensível e Sítios de Consciência tiveram como base os pensamentos de Halbwacks, Michel Polak, Jacques Le Goff, Pierre Nora e Joel Candau, principalmente quando se conceitua a memória, a história e a identidade; todos basilares para o entendimento do Lugar de memória.

Para a construção dos conceitos de *Paisagem do Desastre*, a pesquisa estudou os pensamentos de Carl Sauer, Yi-Fu Tuan e Angelo Serpa, os quais definem a Paisagem Cultural como produto da relação natureza e sociedade. No entanto, para além desse pensamento, entende-se hoje que a paisagem se forma pela ação do homem sobre o meio, independente deste lugar estar habitado ou não. Melhor dizendo, a *Paisagem do Desastre* está esvaziada, porém, ela é produto da ação minerária, causada pelo homem, e portanto, é uma Paisagem Cultural.

a) Cidade monumento à cidade documento

A evolução dos valores de preservação cultural de áreas urbanas se transformou ao longo de décadas, a partir da década de 30, quando se entendeu a importância de se preservar sítios e paisagens. Inicialmente eram valorizadas por serem entorno de uma edificação protegida; posteriormente por seu valor estético, compreendidas como cidade-monumento, e, por conseguinte, foram consideradas pelo seu valor histórico, assim compreendidas como testemunho do passado. Até então, todos, atrelados às características materiais de sua arquitetura.

Márcia Sant'Anna em seu livro *Da cidade-monumento à cidade documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990* mostra que o conceito de patrimônio, em relação as áreas urbanas, tem como marco legal a lei francesa de 1930 para **proteção de**

sítios e paisagens. (Sant'Anna, 2014, p.43), a Carta de Atenas de 1933 e a influência dos pensamentos de Gustavo Giovannoni na inclusão das cidades históricas na estrutura urbana (Sant'Anna, 2014, p.64).

No ano de criação do SPHAN, o Decreto-Lei 25/37, artigo 18, contribuiu para proteção de contextos urbanos, mesmo gerando discussões sobre áreas de entorno e conceitos de visibilidade existentes até hoje, baseado no conceito estético ou artístico, (Sant'Anna, 2014, p.114). Há o entendimento de patrimônio pautado nos valores estéticos e históricos, e já incluem conjuntos de bens imóveis e a paisagem urbana:

> Art. 18. Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, **na vizinhança da coisa tombada**, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objéto, impondo-se nêste caso a multa de cincoenta por cento do valor do mesmo objéto, (IPHAN, 1937). Grifos nossos.

O conceito de **patrimônio** evoluiu e, "**se tornou uma categoria urbanística e elemento importante dentro do planejamento urbano**" (Sant'Ana, 2014, p.45). Agregado a essa categoria acrescentamos seu papel educativo e museológico, pois, segundo Kevin Lynch, "a construção das cidades não pode se pautar apenas em critérios de funcionalidade, elas devem ser belas e organizadas e lugar de vivência e reposição de energias, contribuindo para seu equilíbrio emocional" (Sant'Anna, 2014, p.50).

No Brasil, o movimento modernista (década de 1930) foi quem instituiu as cidades como monumento histórico. Ao mesmo tempo, **a Carta de Atenas (1933) reconhece que os valores de conjuntos urbanos devem ser salvaguardados como testemunho do passado, por seu valor histórico, plástico e sentimental e a escolha do que preservar está na expressão ou não da cultura anterior e ter um interesse geral.** Ou seja, há 90 anos se compreende que áreas urbanas são testemunhos, e, ao longo do tempo, essa ideia se consolida até os dias atuais. Ela é valorizada por sua importância histórica e estética.

O primeiro ato de valorização e proteção de área urbana no Brasil aconteceu em 1933 com o título da cidade de Ouro Preto como Monumento Nacional através do Decreto 19.398/33, tida como berço da cultura brasileira e obra de arte. Segundo Márcia Sant'Anna, Ouro Preto também foi a primeira cidade no mundo a ser declarada oficialmente um monumento nacional, ou seja, que representasse o patrimônio histórico e artístico nacional. (Sant'Anna, 2014, p.163). Depois disso, 235 tombamentos foram realizados naquele ano, incluindo também outras áreas urbanas, principalmente no Estado de Minas Gerais. **Melhor dizendo, o conceito de cidade-**

monumento estava na sua percepção como obras de arte, relíquia e excepcionalidade, todas chanceladas pela autoridade intelectual e notório saber do IPHAN.

Esses tombamentos estavam sempre ligados à arquitetura civil e religiosa do período colonial e seu entorno, como uma igreja e praça a sua frente; o que se repete ao longo da vida do IPHAN. Também foram incluídos os chamados **conjuntos paisagísticos** como sítios naturais no contexto urbano de beleza peculiar, como a Serra do Curral, em Belo Horizonte e o Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro; a maioria inscrita no *Livro do Tombo de Belas Artes*. Esses iniciaram a ideia de **preservação paisagística de grandes cidades**, **para conter a especulação imobiliária**. Só no Rio de Janeiro, sete morros foram tombados em 1973 em combate a essa especulação. (Sant'Anna, 2014, p.170 e 171). **Ou seja, mais uma vez a patrimonialização é usada como recurso, como instrumento de limitação, mas só aplicada em cidades que eram vistas como obras de arte**.

Por outro lado, a construção da ideia de cidade-documento é explicada por Márcia Sant'Anna quando expõe o pensamento de Françoise Choay no entendimento da **cidade antiga como documento histórico e objeto de estudo** que leva a uma "museificação" adotada até a década de 1960, mas, a autora entende que, na verdade, a cidade antiga deve fazer parte de um planejamento territorial.

Na realidade, é somente depois de três décadas [década de 60] que há um entendimento no Brasil de preservação de áreas urbanas pela sua historicidade e; de forma pioneira, a Itália institui lei de 1967 que tratava da preservação de sítios históricos, trabalhando um zoneamento urbano, que discutia fortemente a refuncionalização das áreas centrais. A partir daí, "**a área urbana-patrimônio foi cristalizada como "centro histórico"**. Na verdade, **como se tratava de valores mais estéticos, o sítio urbano tombado tinha mais um viés museológico**, (Sant'Anna, 2014, p.248).

Em resumo, a área urbana patrimonializada era vista como importante por sua característica temporal, ao ser a origem da cidade, e, por suas características físicas [arquitetônicas], que a colocou num patamar de valor que, por anos, se tornou referência de patrimônio urbano. Ou seja, apesar de serem valorizadas pelo seu valor histórico, seu valor estético tinha grande influência na patrimonialização.

A década de 1960 e 70 também promove transformações **nos valores das áreas urbanas tombadas que passaram a ser alvo do chamado turismo cultural, dando a elas um valor econômico e um potencial turístico**. Por outro lado, essa política favoreceu a permanência da visão do patrimônio como patrimônio edificado e deixando de lado outras

referências culturais. **A narrativa de preservação foi distorcida, sendo este objeto de disputas de gestores para o recebimento de investimentos e não pela crença no conceito preservacionist**a. É nessa época que se tombava por: a) fatos memoráveis da história do Brasil; b) ciclos econômicos que marcaram os processos civilizatórios; c) homogeneidade arquitetônica e sua ambientação com a paisagem natural; contudo, as áreas urbanas eram tombadas mais para se manter uma relação de escala nas edificações monumentais. Melhor dizendo, **eram vistas como entorno e não com valores patrimonializáveis** (Sant'Anna, 2014, p.244).

As mudanças de conceito de patrimônio foram se solidificando na década de 1980. "**A preservação urbana era, enfim, concebida como uma tarefa de todos - em especial dos poderes locais -, voltada não apenas para a conservação da sua materialidade, mas também do seu conteúdo social**" (Sant'Anna, 2014, p.273). Esse foi um importante passo para se começar a reconhecer outros valores de preservação, ligados aos sentidos dos objetos.

Na década de 1980 a expansão do conceito de patrimônio potencializa a área urbana preservada como "**criador de identidades, gerador de necessidades e instrumento político**". (Sant'Anna, 2014, p.85). As áreas urbanas tombadas passam a ser pensadas não apenas pelos exemplos arquitetônicos, **mas também por outros valores identificados nesse lugar**, como o histórico, valorizando as áreas urbanas como **cidade-documento**, por exemplo:

> "A grande mudança na prática de seleção de áreas urbanas como patrimônio ocorreu na década de 1980, quando os critérios que a informaram deixaram definitivamente de lado a questão estética e passaram a fundamentar-se no valor histórico do objeto, De **cidade-monumento**, relíquia e paradigma da civilização material que a nação brasileira foi capaz de construir, a área urbana-patrimônio passou à **cidade-documento**, objeto rico de informações sobre a vida e a organização social do povo brasileiro das várias fases da sua história, como já dizia Rodrigo Melo Franco de Andrade no final de sua vida[...]" Márcia Sant'Anna, 2014, p.300).

Portanto, as cidades passaram a ser vistas como testemunho, registro de fatos históricos com a necessidade de uma análise mais completa e interdisciplinar sobre o lugar. Definida como documento, a cidade informa sobre a ocupação do território e os processos históricos de produção do espaço urbano. Melhor dizendo, as áreas urbanas também passam a ser fonte de conhecimento multidisciplinar.

Nessa época, o conceito de bem cultural como portador de referência à memória, identidade e ação, publicada na Constituição Federal de 1988, insere o sujeito que atribui valor à coisa e não cabe mais apenas ao especialista do IPHAN escolher, pois, o que importa é como os grupos sociais reconhecem a cidade. Esse é um divisor de águas na seleção do que se

preservar, pois, para quem preservar é mais importante do que as características do próprio objeto.

No início deste século XXI acontecem profundas mudanças no campo da cultura no Brasil, associadas às políticas e posturas do governo do Presidente Lula somadas à inclusão do patrimônio imaterial como política de Estado e seu inventário e registro. A amplitude do conceito de cultura também pede a amplitude das políticas públicas que agora precisam ser transversais e intersetoriais: "cultura, turismo, meio ambiente, educação, saúde, desenvolvimento urbano e outras áreas correlatas" (Sant'Anna, 2014, p.317).

No entanto, um dos problemas na proteção do patrimônio urbano é a escala e a complexidade de sua interpretação, pois, se utiliza de variados elementos, e, para ser entendido, necessita de vários saberes usados de forma transversal.

Após os estudos de danos mostrados nos Capítulos I e II, da constatação das referências culturais levantadas no Capítulo III e do entendimento sobre o conceito de cidade-documento, entende-se que os bairros em afundamento são vistos como testemunho, como um fato histórico, registro da exploração mineral insustentável no Brasil. Podemos defini-los como um documento que informa sobre a desocupação do território devido à atividade exploratória ambiental, que gerou o processo de expulsão de 57 mil famílias, múltiplos danos ambientais, sociais, econômicos, etc. É o documento de um processo histórico de produção de um vazio e do caos no espaço urbano da cidade de Maceió. Melhor dizendo, os bairros em afundamento são as áreas urbanas que passam a ser fonte de conhecimento multidisciplinar sobre o desastre.

b) Lugares de Memória, Lugares de Memória Sensível e Sítios de Consciência

Há três conceitos importantes que precisam ser considerados aqui: a ideia de **Lugares de Memória**, que são sítios os quais são atribuídos em caráter simbólico, com representações materiais de um processo identitário que permanece vivo pela preservação e se transformam em monumentos da memória. São lugares de memória cristalizada, caracterizada pelo "movimento que nos transporta que é da mesma natureza que aquele que o representa para nós" (Nora, 1993, p.2). Os **Sítios de Memória Sensível**, são aqueles que despertam a memória de um evento traumático e doloroso, e que guarda em sua materialidade a dor e o sofrimento; e **Sítios de Consciência**, que confronta ativamente a história do que aconteceu naquele sítio e estimula os visitantes a refletir e agir sobre as implicações contemporâneas da história[82]. Pode-se entender que a *Paisagem do Desastre* da Braskem carrega hoje essas três perspectivas, pois,

[82] Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues, 2019.

é um lugar que faz sentido para os afetados, é um lugar de vivência que foi perdida de maneira traumática, e que suscita sentimento de revolta e reparação.

Mas, é como Sítio de Consciência que os bairros em afundamento ganham valor nacional, pois, a *Paisagem do Desastre* ali apresentada possibilita a interpretação do lugar como um ato político de conscientização das ações insustentáveis da exploração mineral no Brasil. Esse conceito tem em si um viés pedagógico e necessário para alertar o comprometimento do meio ambiente e do homem caso desastres como esse se repitam no território nacional.

No Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues encontramos a definição de sítio de consciência a partir da *International Coalition of Sites of Conscience* (Compat, 2019, p.xxi):

> Um "sítio de memória" só se torna um "sítio de consciência" se ele "confronta ativamente a história do que aconteceu naquele sítio e estimula os visitantes a refletir e agir sobre as implicações contemporâneas da história". Assim, os sítios de consciência, ao mesmo tempo que são um dispositivo importante para a memorialização dos lugares podem servir também para se lidar com catástrofes recentes, servindo para se refletir sobre possíveis casos semelhantes e desdobramentos futuros: "Enquanto os sítios de consciência e os sítios de memória estão ambos intimamente conectados com o passado, os sítios de consciência são distintos em seu firme compromisso com o futuro", anota o relatório preparado para o Centro do Patrimônio Mundial (Compat, 2019, p.xxi).

Atualmente, percebe-se uma busca do entendimento do que seria "patrimônio da dor ou difíceis", visto que temos patrimonializados, por exemplo, lugares como Auschwitz (Alemanha), Hiroshima (Japão), como também o Cais do Valongo no Rio de Janeiro, exemplo de sítio histórico sensível. Todos suscitam eventos traumáticos com violação de direitos humanos. Todos não são preservados pela materialidade e sim pela memória traumática que se associa a eles; ou seja, a *Paisagem do Desastre* como lugar de Memória tem seu valor simbólico que condensa toda a tragédia. Para Castriota (2019), a matéria passa a ser o "conector de significados" do evento traumático.

Mas, antes de falar de lugares, precisamos relembrar o que discutimos sobre memória no Capítulo III e, por isso, as leituras de Hermann Ebbinghaus, Halbwacks, Michel Polak, Jacques Le Goff, Pierre Nora e Joel Candau foram essenciais.

São os pensamentos franceses que, ao longo da história, encontram fundamentos para o estudo da memória. Na área de ciências sociais, o francês Maurice Halbwachs é um dos precursores dos estudos sobre a memória e mostra que uma memória não é inteiramente individual e nem inteiramente coletiva e ambas se entrelaçam. As contribuições de Michael Polak se unem com a de Halbwachs, considerando a memória coletiva como uma construção social e importante para o sentimento de identidade. Mas Polak, da mesma forma que Halbwachs, entende também que as memórias são construídas não só a partir de experiências

vividas, mas também, herdadas e transmitidas pelos grupos que participamos quando socializamos. (Rios, 2013, p.8-9). Importante salientar que para Halbwachs e Polak a memória contribui para a criação do sentimento de identidade.

O historiador francês Jacques Le Goff, também deu importantes contribuições na segunda metade do século passado, principalmente com a publicação do livro *História e Memória* (1988) que expõe escritos do autor entre 1977 e 1982. Le Goff entende que a história é a forma científica da memória e que existem nos monumentos (herança do passado) e nos documentos (escolha do historiador), um testemunho do passado.

Segundo Le Goff (1990), Lefebvre afirmava igualmente: "não há notícia histórica sem documentos" (Lefebvre, 1971, Apud Le Goff, 1990, p.465), e relata que, inicialmente, o documento era um texto. Porém, percebe-se que é uma definição limitada.

Fazendo referência aos fundadores da revista "*Annales d'histoire économique et sociale*" (1929), Le Goff amplia esse conceito, entendendo que **em tudo que o homem se expressa está o documento**:

> A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, **deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem**. **Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais**. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. **Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem**. (Le Goff, 1993, p.285). Grifos nossos.

Então, cruza-se essa ideia com o conceito de Lugar de Memória de Pierre Nora, que tem simultaneamente o sentido material, simbólico e funcional. A expansão do conceito de documento exige agora um olhar mais abrangente e consegue ver nas coisas materiais, inclusive em paisagens, o sentido dado a ela, pela sociedade.

Baseado em Pierre Nora (1984), Lia Motta (2012) afirma que "lugares de memória são aqueles que apropriados simbolicamente perdem seu sentido original, passando a representar um valor a eles atribuído" (Motta, 2012, p. 188). Referindo-se a Antônio Augusto Arantes (1997), que trabalha com o conceito de lugar como sendo espaços que têm sentido para seus habitantes, ela diz que, "a condição para a valorização dos vestígios da história como referência cultural é a leitura dos modos de viver e usar os sítios e as coisas impressas no território" (Motta, 2012, p. 188).

Como há múltiplas perdas no desastre da Braskem, e não há mais como voltar ao estado anterior, a memória vivida pelos afetados não pode mais ser praticada cotidianamente, pois, não

há coisas e pessoas para isso no lugar; então, essa memória se transforma em história, registro do que foi um dia. A partir das ideias de Pierre Nora, que propôs uma ideia de nova história das políticas de memória na segunda metade do século passado, compreende-se a memória como o que se vive, e história como o que se conta da vida. “Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história.” (Nora, 1993, p.3). Dessa forma, **o Lugar de Memória é um lugar de história e ratifica e fortalece o conceito de cidade-documento, anteriormente estudado, pois, a percepção da história do lugar, contada através de seus vestígios, faz com que ele seja, de fato, em Maceió, o registro do processo de desocupação do território causado pelo desastre socioambiental da Braskem**.

A definição do Lugar de Memória declarada como valor nacional, do presente, se justifica pela referência do passado. O presente enfraquecido pelo desastre e pelos múltiplos danos, necessita de conhecimento e estudo, além da transmissão pedagógica da memória. Dessa forma, segundo Nora (1993), os Lugares de Memória têm três significados: material, simbólico e funcional e eles atuam simultaneamente ao lugar. As coisas materiais do Lugar de Memória têm uma simbologia e também sua funcionalidade como referência, identidade.

> É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número, uma maioria que deles não participou. [...] Na falta dessa intenção de memória, **os lugares de memória são lugares de história** (Nora, 1993, p.15). Grifos nossos.

Segundo Pierre Nora, os Lugares de Memória são antes de tudo restos. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações são os marcos testemunha de uma outra era, das ilusões de eternidade (Nora, 1993, p.3). Melhor dizendo, nos Lugares de Memória se encontram os remanescentes da memória que queremos eternizar. No caso da pesquisa, a tentativa de eternização não se trata de uma tentativa saudosista peculiar da sociedade, mas sim, da necessidade de eternizar a memória cruel da exploração mineral, que, não só em Maceió, provocou múltiplas perdas e danos incalculáveis para a sociedade. É eternizar o exemplo da exploração mineral brasileira insustentável.

Entende-se os bairros em afundamento como Lugar de Memória porque eles estão salvos na memória que ainda se habita (é uma memória recente), uma memória coletiva, afetiva e sentimental, que fazem sentido e exprimem a convicção militante de uma vida simbólica ali vivida. Trata-se de uma memória que transporta, mantém-se conectados à memória, nos desperta da perda, nos movimenta o pensamento do passado, do presente e do futuro, instiga à

luta, revolta também, mexe com o maior sentimento do lugar: o pertencimento, a identidade. Contudo, esse lugar é também um lugar mutante, que ao longo do tempo ganhará aspectos e significados diferentes e é dessa maneira que se deve vê-lo. O lugar, a *Paisagem do Desastre*, não é uma fotografia, estagnada no tempo para parar o esquecimento ela também precisa ser vista na sua metamorfose que, no caso dos bairros em afundamento, está acontecendo nesse momento não só pela ação do devir, mas pelas intervenções cotidianas, como as pichações, o crescer da vegetação, a demolição que o poder público e a mineradora promovem, enfim, é preciso encontrar formas de mostrar esse lugar, metamorfoseado, porém, fortemente simbólico e histórico. Portanto, segundo Pierre Nora:

> Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para - o ouro é a única memória do dinheiro - prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que **os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose**, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (Nora, 1993, p.16).Grifos nossos.

Considera-se que se quer preservar, além das referências cotidianas dos afetados, se quer preservar a **memória do desastre**; essa que ainda está em andamento e nos permite vivenciar, a cada dia, as suas transformações espaciais, incluindo também uma perspectiva futura, de novos usos e funções urbanas relacionadas ao lugar de memória que a *Paisagem do Desastre* pode ter. As transformações são vistas nas pichações, nas ruínas, nas demolições, perfurações de poços, interdições de ruas, colapso de mina, no crescimento da vegetação, nas contínuas manifestações populares locais e tantos outros fatos que mantém viva a memória do desastre em andamento, sem previsão de estagnação, construindo cotidianamente a memória do lugar. “A necessidade da memória é uma necessidade da história. [...] É antes de tudo, uma memória, diferente da outra, arquivística. Ela se apoia inteiramente sobre o que há de mais precioso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem” (Nora, 1993, p.8).

Em suma, os lugares de memória assumem um papel importante para referenciar a memória coletiva que está alicerçada na identidade e transformada em história. Mas quando essa memória é resultado de algo traumático, assim como dos bairros em afundamento de Maceió, eles se caracterizam como Lugares de Memória Sensível e de Consciência; e, quando patrimonializados, são também chamados de patrimônio da dor, patrimônio difícil ou sombrio. Eles passam a ser lugares que tanto podem ter a função de memorial da memória coletiva, quanto são referências de reconhecimento de direitos e reparação. Eles buscam a não ocultação

de fatos e a crença nas vítimas. Visto que atualmente não há uma política de reparação e justiça eficientes, “, tais patrimônios podem registrar, recordar e auxiliar as vítimas e seus descendentes a lidarem com o passado, por meio de medidas simbólicas individuais ou coletivas” (Meneguello, 2021, p.2).

A necessidade de se perceber e estudar os lugares de memória sensível ou de consciência começou na Europa, devido às crueldades cometidas pelo fascismo a partir da Segunda Guerra Mundial, ou em países que destruíram sua população originária tanto fisicamente quanto em sua narrativa de nação. Observa-se a memória como um campo de disputas. As disputas políticas sobre o que e quem deve ser lembrado ou esquecido perduram. Trazer à tona casos de injustiças e crueldade como a política antimanicomial, a escravidão, torturados políticos, golpe civil-militar de 1964 e o regime ditatorial, e exploração mineral no Brasil jogam na mesa novas discussões sobre a conduta política, científica, social no Brasil.

No Brasil esse assunto é recente, mas a pesquisadora Cristina Meneguello tem se debruçado sobre o assunto e tem trazido contribuições ao campo.

Os lugares de memória sensível ou de consciência buscam dar novos significados ao lugar, porém, baseados na narrativa de suas vítimas, muitas vezes contra uma narrativa oficial que silencia, esconde ou distorce a realidade vivida. Esses lugares possibilitam problematizar os diferentes aspectos vividos e as cicatrizes de sua história. (Meneguello, 2021, p.4).

Em síntese, diante do acima exposto, consideramos os bairros em afundamento, além de documento, um Lugar de Memória Sensível e de Consciência, que guarda referências da memória, não só do lugar vivido, mas, do sofrimento causado pela exploração insustentável da mineradora Braskem, da mesma maneira que se materializa como registro e exemplo das reflexo das múltiplas perdas, consequência da exploração mineral no Brasil.

c) Da paisagem urbana à *Paisagem do Desastre*

A opção pelo conceito *Paisagem do Desastre* considera a dificuldade de enquadramento na categoria da Paisagem Cultural como vem sendo usada pelo IPHAN, e que, foi o conceito usado para a Portaria sobre a Chancela da Paisagem Cultural, como uma porção do território que soma bens de diferentes naturezas, incluindo o imaterial. Nesse caso, esvaziado de sua vitalidade, percebeu-se que não era possível considerar os bairros em afundamento como objeto da Chancela da Paisagem Cultural e, por isso, optou-se pelo instrumento do Lugar de Memória. Entretanto, a paisagem dos bairros está tomada por manifestações culturais e vestígios das culturas que ali se desenvolveram. Além do mais, a *Paisagem do Desastre*, em si, é fruto do

produto da sociedade e da ação desastrosa do homem na natureza; portanto, cultural. Nesse sentido vale uma reflexão sobre isso, pois, entende-se que toda paisagem é também uma Paisagem Cultural.

Não se pretende historicizar cronologicamente a origem do conceito de paisagem ao longo do tempo, mas sim, observar a paisagem urbana, justificando-a como *Paisagem do Desastre*, baseada nos resultados apontados no Capítulo III e nas reflexões conceituais já adotadas acima, como documento e como Lugar de Memória.

De uma maneira geral, o nome paisagem aparece no termo alemão *landschaft* [paisagem] que passou a ser estudada sob a perspectiva da geografia no século XIX, e dividida entre paisagem natural e cultural. Os conceitos de paisagem variam dependendo da ótica de quem a estuda, sendo estética, científica, morfológica, social e outras. Há muitas correntes e campos que interpretam a paisagem de diversas formas. Somente na geografia tivemos a corrente germânica - baseada na cartografia geomorfológica; a francesa - ligada ao conceito de região; a da antiga União Soviética - definida por um complexo natural territorial e seus processos físicos, químicos e bióticos; e a anglo-americana - analisada pela evolução do relevo. As três últimas já durante o século XX.

Mas, é em 1925, que o geógrafo estadunidense Carl Sauer se evidencia por publicar *The morfology of landscape* que trata a paisagem de maneira integrada considerando-a como elo dos fatores sociais e naturais, ou seja, a junção do que chamava de "sítio" com a ação do homem. Para ele, esses dois fatores eram indissociáveis e simbióticos. Esse conceito é limitado, porém, é o utilizado na Portaria IPHAN 127//2009 IPHAN, que trata de conceitos de Paisagem Cultural no Brasil.

Para Pereira (2018), a compreensão da paisagem se constrói através de sua percepção **morfológica** [resultado do processo do devir]; e **simbólica** [resultado da história de vida da sociedade naquele território]. Melhor dizendo, a paisagem tem as marcas dos diferentes tempos e resulta da construção social e histórica que se faz sobre um suporte material, que é a natureza.

A essência simbólica tem um peso importante na paisagem, pois, ela tem na sua base a relação afetiva e humana com o lugar, onde a vida acontece. O significado social de fazer parte de um lugar resulta na identidade de quem vive nele. (Pereira, 2018, p.19). Essa visão é obtida da Portaria IPHAN 127/2009, publicada há quinze anos, que institucionalizou a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Segundo seu Art. 1º, define-se: Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Na realidade, a Paisagem Cultural, sob a perspectiva de patrimônio, apareceu recentemente através da UNESCO, em 1992, e é na portaria 127/2009 que se ressalta a ciência quanto à dinamicidade da paisagem atrelada ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis.

> Art. 3º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com as transformações inerentes ao **desenvolvimento econômico e social sustentáveis** e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio (IPHAN, 2009). Grifos nossos.

Apesar da Portaria 127/2009, não houve paisagens inscritas no instrumento da Chancela de Paisagem. O que temos hoje é a inscrição de quatro paisagens brasileiras pela UNESCO como a área urbana da cidade do Rio de Janeiro/RJ, a primeira área urbana do mundo reconhecida pelo valor de sua paisagem, em 2012. Foram valorizados os locais de Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, o Aterro do Flamengo, o Jardim Botânico, a praia de Copacabana, e a entrada da Baía de Guanabara.

Além do Rio de Janeiro, mais três paisagens brasileiras são inscritas na UNESCO, como o conjunto urbano de Pampulha, em Belo Horizonte/MG, Paraty Ilha Grande/RJ e o Sítio Roberto Burle Marx, também no Rio de Janeiro. Ou seja, das cinco inscrições de patrimônio da UNESCO, quatro são paisagens.

Por causa da diversidade de paisagens no Brasil [o sertanejo e a Caatinga, o candango e o Cerrado, o Pantanal e o boiadeiro, o gaúcho e os pampas, o pescador e os barcos tradicionais, as tradições da mata e as tribos indígenas] se entendeu à paisagem brasileira como Paisagem Cultural (IPHAN, 2024).

Contudo, parafraseando Lia Motta, Pereira destaca que foi o valor artístico que, desde o início das ações do IPHAN, identificou-se fortemente o valor do patrimônio e que ele foi incorporado ao valor da memória. No entanto, as primeiras paisagens estudadas no Brasil deram primazia aos contextos do cotidiano e do trabalho de grupos sociais que são pressionados pela urbanização e industrialização; como quilombolas, pescadores, camponeses empobrecidos, colonos imigrantes e outros (Pereira, 2018, p.19). Dessa forma, mostra-se uma preocupação maior na caracterização da Paisagem Cultural com a produção do espaço e as relações humanas que influenciaram na sua criação e transformação.

Por outro lado, olhar a paisagem como patrimônio é também reconhecer variáveis que não são apenas morfológicas e simbólicas, mas, considerar outras variáveis como o local; a escala; a proporção entre espaço edificado e natural; os modos de produção e ocupação daquele

espaço; além das relações e dinâmicas sociais. São estes e outros elementos que tornam a paisagem singular e considerada como patrimônio cultural. Portanto, o valor cultural é "o produto do jogo concreto das relações sociais" (Pereira, 2018, p.21). Em vista disso, **a paisagem volta a tratar do conceito de lugar de Memória como lugar de afeto, das relações humanas, das trocas sociais: da identidad**e.

Serpa (2013, p. 171) lembra que na geografia o lugar pode ter dois entendimentos: "lugares como as distintas versões dos processos de reprodução do capital ao redor do mundo" [análise marxista] ou "como lótus da reprodução da vida cotidiana, permeada por diferentes visões de mundo e diferenciadas ideias de "cultura". [...] é um fenômeno da experiência humana" [análise humanista]. O segundo conceito de lugar é o adotado nessa pesquisa como um espaço vivido, de construção de experiências do cotidiano. É onde as relações humanas acontecem e se enraízam com o sentimento de afeto por ele.

O sentido de afetado já usado neste documento, segundo o dicionário *Oxford Languages*, se apresenta no sentido tanto de atingido, acometido; mas também, no sentido terno de afeto; afeição pelo lugar, e é a partir dessa definição que tratamos os ex-moradores como afetados. Serpa (2013, p. 172) se refere à intensidade das relações de afeto ao lugar citando (Tuan, 1983): "A "distância" é um conceito espacial inexpressivo separado da ideia de objetivo ou lugar" e então, entende-se no caso do desastre em Maceió, **apesar da expulsão dos moradores e esvaziamento dos bairros em afundamento, a área de risco continua sendo vista como um lugar, objeto de afeto e relações vividas por anos no cotidiano dos ex-moradores**; ou seja, o Lugar de Memória estudado acima, também é um lugar de afeto.

O conceito de lugar quando associado ao sentimento de afeto também nos leva a reflexões sobre o seu envolvimento cultural, pois, a relação de afeto onde se vive se entrelaça com as relações sociais e, ao mesmo tempo, damos a ele um significado cultural. Mesmo esvaziados, os bairros em afundamento estão ligados afetivamente aos seus ex-moradores através da memória. Ele continua tendo seu valor cultural e significância.

Desse modo, **a perda da vida no lugar não o esvaziou de significado, e sim o transformou e deu a ele novos significados histórico, identitário e relacional**. Consequentemente, além da perspectiva de lugar, tem-se a reflexão sobre esse lugar ser também um Lugar de Memória. "Ter consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar. [...] A história é responsável pelo amor à terra natal" (Tuan, 1980, p. 114), pois, todo o cenário se faz através de uma "árvore genealógica viva" (Tuan, 1980, p. 115).

Foto 58 - Árvore genealógica pichada no bairro do Pinheiro



Fonte: Gardênia Nascimento, 2023.

A análise do Lugar de Memória com a perspectiva do afeto pode ser observada nas manifestações de pichações registradas dos ex-moradores dos bairros em afundamento no período de sua mudança. São verdadeiros documentos a céu aberto que demonstram a relação de pertencimento e da vida cotidiana da comunidade. As fotos abaixo deixam fácil imaginar as relações sociais da comunidade: a reunião de senhores na padaria para discutir política chamada "senado" [foto 59]; a história e permanência da família contada pelo desenho da árvore genealógica [foto 60]. "A genealogia pode ser definida como uma "busca obsessiva de identidade" e se apresenta com mais força quanto mais as pessoas experimentam o sentimento de se distanciar de suas raízes." (Candau, 2021, p. 137); a venda do "flau"[83] da D. Maria [foto 61] e a relação de moradores da rua com os nomes de todos escritos na fachada [foto 62]; todos ratificam os conceitos de identidade e lugar de Candau e Serpa, já falados anteriormente, e aplicável nos bairros em afundamento.

Esses exemplos de pichações mostram a necessidade da transmissão de cada família para além do momento escrito, é uma forma de "reapropriação do passado dos afetados à qual cada indivíduo se lança ao mobilizar as funções de revivescência [...]" Segundo Joelle Balhoul, "As lembranças pessoais agregam às narrativas coletivas" (Candau, 2021, p. 141).

Fotos de 59 a 62 - Pichações dos ex-moradores dos bairros em afundamento

[83] sucos congelados vendidos embalados em sacos plásticos. Conhecido também em outros lugares como sacolé.



Fonte - Acervo particular Carlos Eduardo, 2021



Fonte - Acervo da fotógrafa Ana Paula, 2021



Fonte - Acervo particular Carlos Eduardo, 2021



Fonte - Acervo da fotógrafa Ana Paula

Ainda segundo Serpa (2013), são as experiências que definem o lugar como **histórico**, **relacional** ou **identitário**. Os bairros em afundamento passam a ser históricos por fazer parte na trajetória da cidade como o lugar do maior desastre socioambiental em área urbana no Brasil, em curso, além do fato de ser o registro de seu povoamento a mais de 200 anos, com inúmeras experiências sociais e suas interrelações. É também um lugar relacional por se tratar de área urbanizada e base da construção da sociedade e de suas relações cotidianas, porém, não mais vivenciadas ali. E por fim, os bairros em afundamento também são um lugar identitário por transformar milhares de ex-moradores de bairros distintos em um único grupo: os afetados pela mineradora Braskem.

Para o geógrafo Yi-Fu Tuan (1980, p. 107), não há como separarmos meio ambiente de sentimentos, e, por isso, ele criou a palavra topofilia para a associação de sentimentos a um lugar. À primeira vista, é no olhar que se constroem as primeiras relações. Mas, é a partir dos outros sentidos que são despertadas as relações com o lugar. Ver a paisagem, sentir o vento e o cheiro do que nos envolve, a temperatura, o som ou o silêncio do que está ao redor; os cinco sentidos são acionados e é através deles que passamos a sentir o lugar; ou seja, a paisagem só é vivida em sua plenitude quando há o envolvimento de todos os sentidos.

As ruínas à beira da Laguna Mundaú induzem, de forma equivocada, a um bombardeio ou terremoto, apesar de nenhum objeto bélico ter sido jogado naquele lugar. Também podemos pensar que o verde da vegetação na beira da laguna é mangue, porém, na verdade são árvores já inundadas até a copa, devido ao afundamento terrestre e a consequente invasão das águas. Ou seja, conseguimos ver o todo, mas não de maneira totalizante e, como diz Serpa, "a paisagem resulta de um processo de acumulação, mas é, ao mesmo tempo, contínua no espaço e no tempo, é una sem ser totalizante, é compósita, pois, resulta sempre de uma mistura, um mosaico de tempos e de objetos datados" (Serpa, 2013, p. 170). "[...] **uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de diferentes momentos**." (Santos, 1997, p. 73) [grifos nossos].

O desastre formou um divisor físico-temporal. Na verdade, surge como um marco que separou as inúmeras camadas da paisagem urbana, que, ao longo do tempo, **construiu-se** pela ocupação espontânea da sociedade. O desastre transformou os bairros em novas camadas, porém, com foco na **destruição**. Melhor dizendo, o desastre separa as camadas anteriores, entendidas aqui como positivas [que constroem, edificam e completam] das camadas negativas [que destroem, depreciam e esvazia]. A *Paisagem do Desastre*, então, se forma por camadas diversas e mutantes, que parte das pichações, seguidas das manifestações de arte; criando ruínas encobertas pela vegetação e apagada pela demolição. Todas juntas formam uma grande cicatriz; explícita; inegável; histórica e memorável.

Um outro exemplo sobre o que se vê da *Paisagem do Desastre* em Maceió é percebido no bairro Bom Parto: à primeira vista, observam-se casas em ruínas, sem telhados e portas. Ruas desertas, sem movimento ou vida. Um "bairro fantasma" e "abandonado" [foto 63 abaixo]. Ao mesmo tempo, compreender que se trata de área "deixada" obrigatoriamente pelos moradores e não abandonadas, e que os próprios moradores retiraram telhados e portas para não serem saqueadas depois de sua saída, ou para serem reaproveitadas em um novo lar [foto 64 abaixo], apreende-se que o pensamento do abandono do lugar na realidade se trata de uma expulsão, produzindo uma imagem de destruição material e social.

Nesse caso, a representação do espaço dependerá também da "distância" que estamos da paisagem; ou seja, não da distância física, mas da distância do conhecimento sobre ela, mostrada pelas figuras abaixo.

Foto 63 - Vista aérea do bairro de Bom Parto, após a desocupação, em 2021.
Foto 64 - Moradores retirando telhas de suas casas no bairro de Bebedouro, 2021.



Fonte: acervo do fotógrafo Arthur Celso.

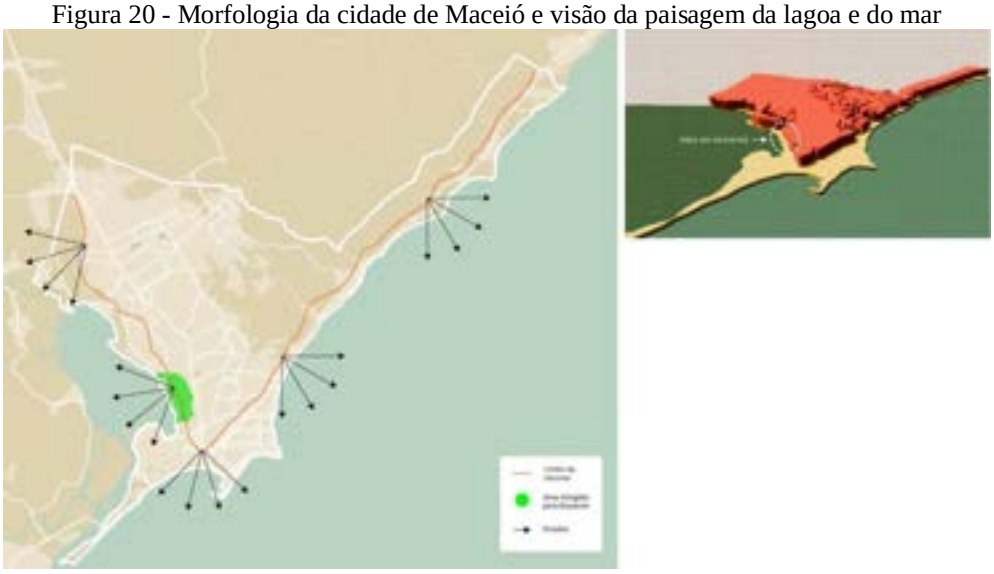


Fonte: acervo do fotógrafo Arthur Celso.

Percebendo que se trata de uma destruição histórica da cidade de Maceió e que essa área urbana representa um **documento** do desastre socioambiental, valorizamos a área de risco vendo a *Paisagem do Desastre* como lugar de Memória, integrado no contexto urbano local e no conceito de patrimônio. É um "divisor de águas" sócio urbano que vem impactando o município com dezenas de milhares de famílias migrando para outros bairros, da mesma maneira que o desequilíbrio infraestrutural dos serviços e áreas de ocupação, como pode ser visto no Capítulo II. A paisagem dos bairros em afundamento, além de ser um produto social e cultural, é, depois do desastre, também, o resultado de ações desastrosas de exploração mineral, vivenciadas não só com particularidade e sim, com **singularidade**, pois, se trata do maior desastre socioambiental em área urbana, no Brasil, **ainda em andamento**.

Para além das considerações acima sobre o conceito de Paisagem Cultural, é importante fazer algumas outras considerações. A paisagem também depende do referencial de localização em que nos encontramos. Para a sociedade que vivia nos bairros em afundamento, principalmente aquelas nas encostas e tabuleiros, a paisagem cotidiana se voltava do continente para a Laguna Mundaú e o manguezal. Essa relação com a paisagem natural não é apenas tratada nos bairros em afundamento, pois, **é também uma característica morfológica da cidade de Maceió**. Como já vimos, e é necessário relembrar, Maceió se localiza entre a Laguna Mundaú e o mar, dividida entre planícies e tabuleiros. Assim, há uma continuidade de encostas que deixam a cidade predominantemente composta de mirantes naturais, dos quais são objeto de proteção através do Plano Diretor Municipal; portanto, também são tratados como patrimônio cultural e considerados elementos referências de Maceió. Ou seja, a paisagem lagunar e marítima já é protegida pelo Plano Diretor. Segundo Machado (2019, p. 13), a cidade de Maceió se torna avarandada, logo, a paisagem desses mirantes naturais também registra a paisagem que o maceioense tem com as suas duas maiores referências naturais: a Laguna Mundaú e o Mar.

Figura 20 - Morfologia da cidade de Maceió e visão da paisagem da lagoa e do mar



Fonte: Machado (2019), com adequações de Gardênia Nascimento, 2023.

Conclui-se, portanto, que os bairros afetados eram uma paisagem urbana que possuía referências culturais importantes e valorizadas pela sociedade [como foi relatado na Oficina Participativa no Capítulo III]. Entretanto, devido ao desastre e sua desocupação compulsória, não há mais possibilidade de continuidade das relações entre homem e meio ambiente, como existia. As relações ficaram na **memória** da comunidade afetada. **O lugar foi destruído, mas a memória não**. A destruição do lugar transformou a paisagem urbana, gerando uma nova camada caótica sobre ela e, ao mesmo tempo, metamorfoseando seu significado e/ou potencializando seus valores. Ela agora é testemunho das consequências de ações insustentáveis de mineração no Brasil. Então, o valor da *Paisagem do Desastre* está na sua simbologia como **documento**, símbolo de memória coletiva.

Em suma, após a revisão de conceitos de Cidade-Documento, Lugar de Memória e Paisagem Cultural, pode-se dizer que a paisagem dos bairros em afundamento, transformada pelo desastre da mineração de sal-gema, é formada por essa trinalidade, e enxergamos o testemunho da produção do espaço urbano e histórico da exploração insustentável da mineração no Brasil, onde ainda repousam referências de memória e identidade da população afetada, resultado da dinâmica social e cultural da sociedade.

Vencido o desafio de definir os bairros em afundamento como um Lugar de Memória e documento, agora precisamos compreender como a *Paisagem do Desastre* pode ser caracterizada e posteriormente definida, visto que ela ainda não possui conceito na literatura existente.

5.8 Caracterização da *Paisagem do Desastre*

O que melhor caracteriza a *Paisagem do Desastre* é o conceito de **metamorfose**: uma sequência de mudanças materiais e imateriais, capaz de atingir o que vemos, o que sentimos, o que valorizamos e também como nos vemos diante dela. Esse "metamorfosear" passa por transformações na paisagem local e suas referências culturais, por transformações sociais e por transformações de sentimentos e desejos. São transformações paisagísticas, do medo, valorais, referenciais, identitárias e da vida. Essa paisagem é mutante por essência.

Entende-se que a paisagem é feita de camadas sobrepostas, fruto da apropriação e processos sociais ao longo do tempo. Nesse caso, o desastre da Braskem em Maceió se apresenta como a última e atual camada, até agora, que não está mais associada a valores estéticos, pois, a destruição formou um caos urbano. Melhor dizendo, há um distanciamento de referências estéticas, cuja simbologia da perda se sobrepõe também a ela. O caos é o suporte do sentimento de perda. **É a metamorfose paisagística**. Nesse caso, não há mais o medo ou a retórica da perda[84], pois, as antigas referências culturais, relativas à história e ao cotidiano dos grupos que ali viviam foram alteradas, danificadas e/ou destruídas. Novas referências culturais foram construídas e agora que dão sentido a paisagem. A perda é fato e o que se busca é o Contra-apagamento da história presente, para garantir a história futura; em outras palavras, o medo permanece, porém, agora do esquecimento. **É a metamorfose do medo**. Dessa forma, os valores se metamorfoseiam: ou se potencializam ou se transformam em documento do desastre.

Assim, o conceito histórico se fortalece, pois, o desastre também é um fato memorável, marcante e, acima de tudo, de necessária recordação. Essa **metamorfose valoral** revela os atributos do lugar como referências do caos, fruto da exploração insustentável da natureza, que se caracteriza pela sobreposição do capital às vidas.

Portanto, enquanto documento, a *Paisagem do Desastre* mostra os múltiplos danos e supressão do suporte de referências para se transformar em outras, agora ligada à necessidade do não apagamento. **É a metamorfose referencial**.

O caos irradiado atinge, de forma generalizada, a sociedade e a deixa com um "rosto e digital diferentes". Há a criação de uma nova identidade local, estabelecida pela afetação

[84] Livro de José Reginaldo Santos Gonçalves - A Retórica da Perda - os discursos do patrimônio cultural no Brasil, 1996. Discussão que explica as políticas de preservação como "performances alegóricas", mostrando no discurso de Rodrigo de Melo Franco o desaparecimento de monumentos, sítios históricos e objetos "relíquias" sobre a patrimonialização pelo medo da perda.

coletiva e difusa da sociedade. É a afetação que a une, a identifica, a diferencia. No caso da mineradora em Maceió, os atingidos assumem sua nova identidade: os "afetados da Braskem". **É a metamorfose identitária**.

A *Paisagem do Desastre* representa, não só o movimento de expulsão, mas também, de exclusão social. Como deslocados ambientais, não há garantias imediatas que assegurem a reparação integral dos danos sofridos. Em todos os casos de desastre, os afetados precisam buscar seus direitos na justiça, pois, apesar desses direitos estarem descritos nas leis ambientais e constitucionais, a comprovação da culpa acaba sendo de responsabilidade da vítima e a desvantagem entre o poder da sociedade afetada e o forte poder do capital se converte em uma briga entre "Davi e Golias". Isso se potencializa entre os mais vulneráveis. Desse modo, a exclusão do lugar, do acesso à informação, dos direitos sociais, ao patrimônio adquirido, ao retorno à vida anterior e tantos outros, são o retrato da luta cotidiana de um afetado. **É a metamorfose da vida**.

Do ponto de vista urbano, um dos maiores danos para a cidade em uma área de desastre está na perda da função social da propriedade. É um dos princípios gerais da atividade econômica, garantido pela Constituição Federal de 1988, baseada na ideia de justiça social, que trata da ordem econômica e financeira brasileira. Em seu Artigo 170 lê-se: A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim **assegurar, a todos, existência digna**, **conforme os ditames da justiça social**, observados os seguintes princípios: [...]; III - função social da propriedade; [...]. Então, quando a mineradora Braskem transforma 2,4 km² de área em vazio urbano destruído, inóspito e inseguro para outros usos, e durante tempo indeterminado, há o impedimento que se cumpra essa função social. Enquanto função urbana, ela agora não serve à cidade ou à sociedade.

É nesse momento que a paisagem urbana se transforma em *Paisagem do Desastre* e se faz necessária a retomada do direito da coletividade, do direito à memória e da proteção ao meio ambiente, acima do direito privado. Isso significa que, tal direito à memória da coletividade precisa estar acima do direito de posse da mineradora sobre aquele lugar.

A dupla natureza de direito [privado e coletivo] é a mesma que permitiu a criação do Decreto-Lei 25/1937 e que é a base dos critérios de patrimonialização no Brasil e da possibilidade de se propor novas formas de acautelamento e preservação, conforme definido no Art. 216, §1º da Constituição de 1988. É por causa dela que se entende que um bem é de todos, e como já foi dito anteriormente, o objetivo da lei é sempre em busca do bem comum.

Para refletir sobre o que seria o bem comum em um desastre, transporta-se a dor da perda dos bairros e sua transformação em Lugar de Memória que desperta vários sentimentos

relacionados ao processo de luto [negação, raiva, negociação, depressão e aceitação -, como explicado no Capítulo III], e com eles, a necessidade de responsabilizar o causador da dor e sofrimento, mas também a busca da reparação dos danos sofridos.

Reparar danos materiais pode ser até possível, pois, seus valores são calculados em valores financeiros e que são negociáveis. No entanto, os danos imateriais ou morais [dentre eles os danos culturais], precisam ser analisados de forma mais ampla.

Nessa pesquisa, entende-se que, ao se reconhecer os bairros afetados como uma paisagem transformada em *Paisagem do Desastre*, a sua Declaração como um Lugar de Memória é uma forma de ressignificar os bairros em afundamento, possibilitando o não apagamento de sua história, não só para os afetados, mas para toda a cidade, que também foi afetada de diferentes formas. É uma forma de conscientização e futuro suporte para também propor o seu tombamento, resgatando o princípio constitucional da função social da propriedade.

Em síntese, a *Paisagem do Desastre* assume as características inerentes a sua natureza - o caos material e imaterial - e, ao mesmo tempo, é um lugar de referências ressignificadas e que transforma a *Paisagem do Desastre* como Lugar de Memória.

5.9 Características da Paisagem do Desastre [casos]

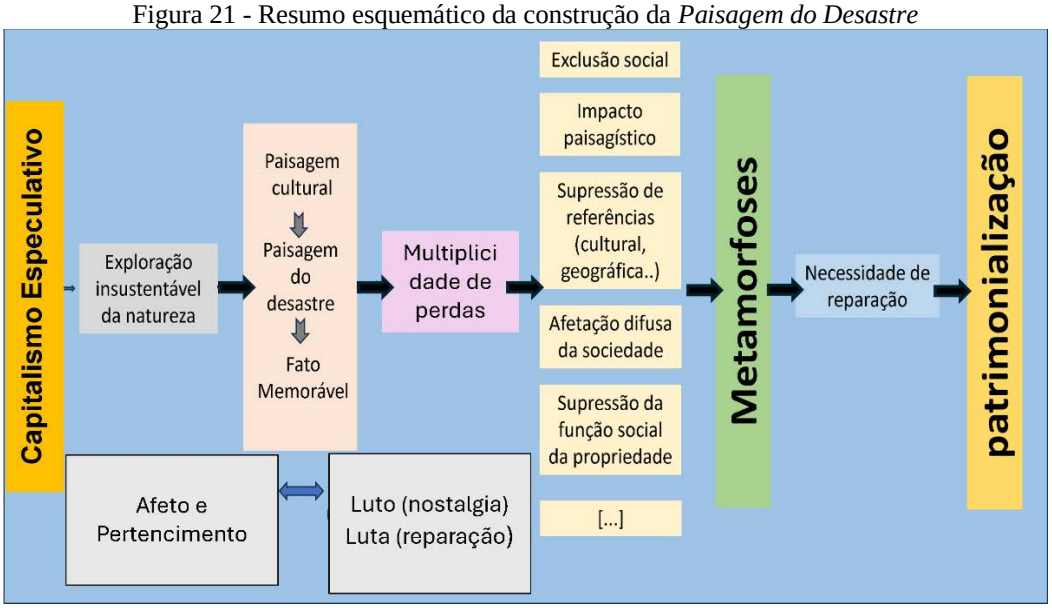
A partir do estudo da área afetada pelo desastre em Maceió e das considerações observadas nos capítulos anteriores, essa pesquisadora percebeu características importantes da *Paisagem do Desastre* que seguem elencadas abaixo e posteriormente transformada em resumo esquemático:

a) Resultado da exploração de forma insustentável a natureza [imposição do capital sobre vidas];
b) É um fato memorável;
c) Afeta a sociedade de forma difusa;
d) Cria uma identidade para os afetados;
e) Exclui socialmente;
f) Impacta e transformar a paisagem;
g) Suprime os suportes das referências culturais;
h) Suprime a função social da propriedade;
i) Causar multiplicidade de perdas;

j) Ressignifica referências;

k) Desperta o sentimento de reparação.

Figura 21 - Resumo esquemático da construção da *Paisagem do Desastre*



Fonte: Gardênia Nascimento, 2024.

Para aplicar objetivamente as características de um desastre definidas acima, buscou-se exemplos, brasileiros e internacionais, para se construir um quadro comparativo, que formam Paisagens de Desastre. No Brasil, adotamos a paisagem da Braskem[85], Brumadinho, Bento Rodrigues e Mariana [por se tratar de paisagens destruídas pela mineração], e no exterior, as paisagens de Chernobyl e Hiroshima [por serem paisagens destruídas conhecidas internacionalmente há anos e que até hoje somos impactados por elas]. Buscou-se compreender que, as paisagens destruídas e percebidas do ponto de vista cultural, possuem iguais características, independente da sua causa.

Outro critério de escolha de casos foram os desastres provocados por mineradoras, assim como em Maceió, e fatos conhecidos já consolidados na história do mundo pelo tempo decorrido. Nesse caso, Hiroshima em 1945 e Chernobyl em 1986.

Imagem 26 - Paisagem de desastres nacionais e internacionais.

[85] Não foi usado o nome Maceió como nos demais casos porque ele ficou conhecido como caso Braskem, ao contrário dos demais lugares.



Fonte: Google, Arthur Celso e com adaptações da autora, 2024.

Dos casos acima citados, faremos uma breve explanação sobre cada um, exceto da mineradora Braskem, que já é objeto dessa pesquisa. Como se trata de uma análise comparativa, em linhas gerais, os textos foram extraídos de artigos ou sites educacionais, pois, foram amplamente divulgados e estudados em todos os canais de comunicação no Brasil e no mundo, se fazendo relevante observar o motivo do acontecido, de que maneira a paisagem foi atingida e quais as consequências socioambientais:

5.9.1 Desastre de Mariana e Bento Rodrigues/MG

> O Desastre de Mariana ocorreu em 5 de novembro de 2015 e foi a maior tragédia ambiental da história do Brasil. O acidente foi provocado pelo rompimento da Barragem do Fundão, usada para guardar os rejeitos de minério de ferro explorados pela empresa Samarco. O evento causou a destruição do meio-ambiente, contaminação do rio, do solo e um saldo de 19 mortos, com terrível impacto social, além de todas as questões ambientais.
>
> No dia 5 de novembro de 2015, às 16:20, a Barragem do Fundão não conteve os 55 milhões de metros cúbicos de lama que armazenava em seu interior e arrebentou. A lama chegou em apenas 15 minutos à pequena localidade de Bento Rodrigues, situada a 8 km da barragem, com uma população de 620 habitantes. Esta cidade desapareceu soterrada pela lama e hoje restam somente escombros daquilo que eram casas. Por 16 dias, a lama seguiu o leito de 853 km do rio Doce e atingiu as cidades ribeirinhas provocando escassez de água, diminuição da pesca, do comércio e do turismo. A lama chegou à bacia hidrográfica no dia 21 de novembro e os dejetos se espalharam num raio de 80 quilômetros causando graves prejuízos para a indústria local (Rocha, 2021, p. 184)
>
> Bento Rodrigues, um antigo povoado originado no século XVII em função da extração aurífera, cercado por montanhas e localizado ao norte do município de Mariana, foi a primeira localidade a ser atingida, sendo devastada pelos rejeitos minerários provenientes da Barragem de Fundão da empresa Samarco Mineração S.A., que se

localizava a montante. Antes do rompimento, Bento Rodrigues apresentava uma paisagem característica de dezenas de povoados daquela região, trazendo resquícios dos diferentes ciclos da mineração no Estado, desde catas de talho a céu aberto do período colonial até a mineração atual em bancadas, com barragens de alteamento. Suas aproximadamente 180 casas se localizavam organicamente ao longo de ruas, vielas e becos, numa morfologia característica dos arraiais setecentistas mineiros, destacando-se do casario as Capelas de São Bento e das Mercês, que ficavam nas extremidades do caminho tronco, principal rua do povoado. Esse caminho, que era antigamente utilizado por tropeiros, era parte da conhecida Estrada Real, importante rota do período colonial que ligava essa região de exploração mineral ao litoral fluminense. Ali vivia uma comunidade de aproximadamente 600 pessoas, que mantinham antigos e profundos laços sociais e de parentesco, e tiravam sua subsistência da agricultura e do turismo em pequena escala, levando uma vida pacata, característica de uma localidade rural. [...] . A lama de rejeitos proveniente da Barragem do Fundão arrasou quase completamente o antigo povoado de Bento Rodrigues, que foi transformado em ruína: das 180 casas ali existentes ficaram em pé apenas 22 após o desastre. A população que vinha ocupando aquele território há trezentos anos, após conseguir fugir, de forma improvisada, do local durante o rompimento, foi transferida para a sede do município de Mariana, e está abrigada, até hoje, de forma dispersa em hotéis e casas alugadas, rompendo-se os laços familiares e de convivência longamente cultivados (Castriota, 2019).

Frente ao desastre e, principalmente, à ameaça de que essa tragédia de proporções nacionais fosse esquecida, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT), um órgão local com trajetória de ativa atuação em defesa do patrimônio, resolveu proteger pelo instituto do tombamento os remanescentes de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, outro vilarejo fortemente atingido. Não obstante, tratava-se de uma proteção apenas temporária e provisória, que visava impedir, naquele momento, uma destruição ainda maior, não se estabelecendo, na rapidez do ato protetivo, o objeto exato da proteção nem as diretrizes para sua preservação. Como sabia que para a preservação efetiva dos sítios protegidos ainda havia muito a ser feito, o COMPAT procurou, então, o Ministério Público Estadual, que, por sua vez, acionou o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS/BRASIL), momento em que começa nossa participação direta nesse processo, que se estende desde o final de 2015 (Castriota, 2019).

O mais curioso em toda essa tragédia causada pelo rompimento da barragem de Fundão, não causou grandes transtornos econômicos para a Vale S.A. Muito pelo contrário, o que se observou foi um crescimento no valor de mercado após o rompimento da barragem da empresa Samarco. A companhia Vale S.A. assume a liderança na produção das pelotas e ferro e domina o mercado mundial nesse cenário (Rocha, 2021, p.184).

Foi justamente após a tragédia de Mariana que a Vale atingiu o valor de Mercado de R$ 323 bilhões de reais. Esse resultado foi fruto da paralisação das atividades da Empresa Samarco. pós o desastre, a empresa alegou que seguia rigorosamente as regras e que as barragens passavam periodicamente por inspeções governamentais. No entanto, há suspeita que várias licenças ambientais e as fiscalizações tenham sido aprovadas como troca de favor da empresa aos políticos interessados em financiamento nas suas campanhas eleitorais. A empresa foi multada pelo Ibama (Instituto Brasileiro de Meio-Ambiente) em R$ 250 milhões, contudo, em 2017 só havia pago cerca de 1% desse valor (Rocha, 2021, p. 184)

5.9.2 Desastre de Brumadinho/MG

Em 2018, a Vale produz 55,3 milhões de toneladas de pelotas de ferro. A tragédia Brumadinho, foi o maior impacto social já registrado na nossa história. Foram quase 300 mortes e muitos corpos ainda não foram encontrados. Além de todas essas

vítimas, houve grande perda de casas, pousadas, aldeias indígenas dos índios Pataxós, além do grande impacto ambiental na bacia do Rio Paraopeba.

Brumadinho, que está na região metropolitana de Belo Horizonte, enfrentou um grande desastre ambiental no dia 25 de janeiro de 2019. A Barragem 1 da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, rompeu-se, desencadeando uma avalanche de lama, a qual destruiu a comunidade próxima e as construções da própria Vale. O terrível mar de lama não causou apenas prejuízos financeiros, sendo responsável também pela morte de dezenas de pessoas.

A barragem que se rompeu em Brumadinho tinha como finalidade, de acordo com a Vale, a deposição de rejeitos. Ainda de acordo com a mineradora, a barragem, que foi construída em 1976, estava inativa e, no momento, não havia nenhuma atividade operacional em andamento (Dos Santos, [s. d.]).

As causas do rompimento da barragem ainda são desconhecidas. De acordo com a Vale, a barragem possuía segurança física e hidráulica. A Polícia Federal e a Polícia Civil de Minas investigam o caso para averiguar se houve alguma irregularidade na elaboração dos documentos técnicos.

A barragem em Brumadinho rompeu-se no início da tarde de uma sexta-feira (25 de janeiro de 2019). Como nenhum sinal de alerta foi emitido, muitas pessoas não conseguiram deixar o local a tempo. Até a tarde de 1º de fevereiro de 2019, já haviam sido confirmadas 110 mortes, mas apenas 71 pessoas foram identificadas. A primeira pessoa a ter a sua identificação confirmada foi a médica Marcelle Porto Cangussu, de 35 anos de idade.

Além disso, 238 pessoas encontravam-se desaparecidas. Muitas dessas pessoas desaparecidas estavam nas instalações da Vale que foram afetadas. Sabe-se ainda que, em uma pousada local atingida, havia cerca de 35 pessoas. Ajudam nas buscas o Corpo de Bombeiros, a Força Aérea Brasileira e o Exército. Cerca de 130 militares de Israel também participaram das buscas.

Segundo a Vale, em Brumadinho, rompeu-se apenas uma barragem, a qual apresentava um volume de 11,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos. A mineradora afirma ainda que a lama que foi liberada não é tóxica. Entretanto, apesar de não ser assim considerada, ela pode desencadear outros problemas ambientais, tais como:

a) Em virtude da grande quantidade de rejeitos e da velocidade em que foram liberados, a lama destruiu grande parte da vegetação local e causou a morte de diversas espécies de animais. É importante salientar que a região abrigava uma grande área remanescente da Mata Atlântica, um bioma com grande biodiversidade. Houve, portanto, uma enorme perda. De acordo com o Instituto Estadual de Florestas (IEF) a área da vegetação impactada representa 147,38 hectares.
b) Os rejeitos da mineração atingiram ainda o rio Paraopeba, que é um dos afluentes do rio São Francisco. A grande quantidade de lama torna a água imprópria para o consumo, além de reduzir a quantidade de oxigênio disponível, o que desencadeia grande mortandade de animais e plantas aquáticas. Em relação ao rio São Francisco, a expectativa de que a lama seja diluída antes de atingi-lo.
c) Em razão da grande quantidade de lama que foi depositada na região, o solo terá sua composição alterada, o que pode prejudicar o desenvolvimento de algumas espécies vegetais. Além dessa alteração, quando a lama seca, forma uma camada dura e compacta, que também afeta a fertilidade do solo (Dos Santos, [s. d.]).

O Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas (FONASC), uma ONG voltada para a preservação ambiental, emitiu um parecer em dezembro de 2018, em que constatou uma série de inconsistências no processo de licenciamento aprovado pelo Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM), ligado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Segundo apurou, as licenças prévias de instalação e de operação, que deveriam ser no modelo LAT ou trifásico, foram concedidas à Vale conforme o modelo LAC1, procedimento bem mais simples, por uma deliberação do governo mineiro. Além disso, o requerimento da mineradora tinha problemas técnicos, por exemplo, o Estudo de

Impacto Ambiental (EIA) não apresentava a delimitação correta da Área de Influência Direta (AID). O empreendimento previa ainda uma expansão física, invadindo a vegetação existente em Área de Preservação Permanente (APP), considerada área importante para conservação da biodiversidade na zona de amortecimento do Parque Estadual do Rola-Moça.
Em 11 de dezembro foi aprovado pelo COPAM, a pedido da Vale, a licença para que a empresa ampliasse a capacidade produtiva da Mina de Jangada e da Mina Córrego do Feijão, das então 10,6 milhões de toneladas por ano para 17 milhões de toneladas por ano. Em 10 de janeiro de 2019 a Associação Comunitária da Jangada apresentou um recurso no governo do estado para anulação da licença.
Em nota, o Greenpeace Brasil afirmou que o rompimento da barragem de Brumadinho foi uma triste consequência do que não foi feito pelo Estado brasileiro e pelas mineradoras depois da tragédia da barragem de Fundão em Mariana, também controlada pela Vale. Segundo o Greenpeace, os minérios são um recurso finito que deveriam ser explorados de forma estratégica e com regime de licenciamento e fiscalização rígidos, com prioridade na reciclagem e reaproveitamento. Porém, isso não aconteceria por causa do "afrouxamento" das regras do licenciamento ambiental, com a pressão de grupos econômicos com forte *lobby* entre os parlamentares. Afirmou ainda que esse tipo de evento não pode ser considerado acidente, mas sim crime ambiental, que precisaria ser investigado, punido e reparado. A fundação SOS Mata Atlântica também lamentou o ocorrido, se solidarizando com os atingidos e com a população de Brumadinho. Afirmou que iria acompanhar de perto aquela que chamou de "mais uma tragédia anunciada". Malu Ribeiro, coordenadora da fundação, afirmou que "no Brasil existem cerca de 230 represas como esta que representam risco socioambiental. É uma bomba-relógio".

Após essa nova tragédia, a Vale teve uma nova queda no seu valor de mercado, mas em menos de 1 ano, recuperou seu valor, em virtude da paralização de 10 usinas antigas com baixa produção, e, portanto, a diminuição de 10% da sua produção. Mas observa-se o aumento de quase 100% no valor do minério de ferro, ou seja, diminuiu os custos e aumentou o preço do minério no mercado internacional. O aumento do preço das commodities no mercado internacional, levou a Vale a ter lucratividade superou 15 bilhões de reais no terceiro semestre de 2020. O prejuízo foi grandiosamente imensurável para a população e para o meio ambiente (Rocha, 2021, p. 184).

5.9.3 Acidente nuclear em Chernobyl

"O acidente de Chernobyl aconteceu às 1h23min47s, portanto na madrugada do dia 26 de abril de 1986. Esse acidente aconteceu no reator 4 da usina de Chernobyl e foi resultado de falha humana, uma vez que os operadores do reator descumpriram diversos itens dos protocolos de segurança. Além disso, foi apontado posteriormente que os reatores RBMK (usados em Chernobyl e em outras usinas soviéticas) tinham um grave erro no seu projeto, o qual permitiu que o acidente acontecesse.
Tudo ocorreu durante um teste de segurança que estava em curso e resultou na explosão do reator 4. Com a explosão, dois trabalhadores da usina foram mortos e, na sequência, um incêndio no reator 4 iniciou-se e estendeu-se durante dias. A explosão deixou o reator nuclear exposto, e o incêndio foi responsável por jogar na atmosfera uma elevada quantidade de material radioativo."
"O vento levou o material radioativo lançado na atmosfera, principalmente para o oeste e norte de Pripyat, e a radiação espalhou-se pelo mundo. Rapidamente, foram identificados altos níveis de radiação em locais como Polônia, Áustria, Suécia, Bielorrússia e até locais muito distantes, como Reino Unido, Estados Unidos e Canadá.
Os primeiros a alertarem a comunidade internacional de que algo havia acontecido na União Soviética foram os suecos. Os questionamentos realizados ao governo soviético levaram-no a admitir que o acidente havia acontecido no dia 28 de abril. Até então, os soviéticos trataram de esconder o que havia acontecido, temendo os impactos disso para a reputação do país."

[...]
"A usina de Chernobyl era equipada com quatro reatores nucleares RBMK-1000, capazes de gerar cerca de 1000 MW de energia elétrica cada. Na época do desastre, a usina de Chernobyl produzia aproximadamente 10% de toda a energia elétrica consumida pela Ucrânia. Além disso, Chernobyl foi a terceira usina nuclear produzida pela União Soviética a utilizar os reatores RBMK, produzidos por uma tecnologia ultrapassada, criada cerca de 30 anos antes da data do acidente."
[...]
Apesar da gravidade do acidente, a população de Pripyat só começou a ser evacuada 36 horas depois da explosão. A cidade, localizada no norte da atual Ucrânia, contava na época com cerca de 50 mil habitantes, que foram evacuados em 1200 ônibus enviados pelo governo soviético. A população da cidade foi orientada a não levar seus pertences e foi informada de que se tratava de uma evacuação temporária. Os habitantes de Pripyat foram obrigados a abandonar alimentos e animais domésticos.
Além de realizar a evacuação dos habitantes da região, o governo soviético criou uma zona de exclusão, a qual incluía locais que apresentavam alto risco para a presença humana. Com isso, tudo em um raio de 30 km de distância da usina de Chernobyl foi evacuado."
"As consequências do acidente de Chernobyl foram profundas, sobretudo para três países: Ucrânia, Bielorrússia e Rússia, todas as três antigas repúblicas da União Soviética. Nas questões políticas, o acidente de Chernobyl reforçou as medidas do governo de Mikhail Gorbachev (então presidente da URSS) de realizar o desarmamento nuclear da União Soviética. Além disso, o acidente também contribuiu para o fim da União Soviética."
[...]
"Em questões ambientais, o acidente de Chernobyl foi algo sem precedentes desde que o homem começou a manipular materiais radioativos. Acredita-se que de 13% a 30% do material radioativo do reator 4 tenha sido lançado na atmosfera e, desse material, cerca de 60% dele concentrou-se no território da Bielorrússia.
A Bielorrússia, por sinal, foi o país mais afetado pelo acidente de Chernobyl. Cerca de 23% do território bielorrusso foi contaminado e, com isso, o país perdeu cerca de 264 mil hectares de terras cultiváveis por conta da radiação. Além disso, ¼ das florestas bielorrussas foram contaminadas e, atualmente, entre um e dois milhões de pessoas vivem em território contaminado."
"A cidade de Pripyat, local no qual estava a instalação, foi abandonada e hoje é uma cidade-fantasma. Passados mais de trinta anos do acidente, as imagens mostram que a natureza retomou seu espaço na cidade abandonada. Existem evidências que apontam que a quantidade de animais presentes na zona de exclusão aumentou consideravelmente por causa da pequena presença humana."
"Outra importante consequência do acidente de Chernobyl foi o aumento da quantidade de câncer na população ucraniana e bielorrussa, principalmente. Existem estudos que apontam que, até 2005, cerca de 6 mil crianças desenvolveram câncer de tireoide em consequência da exposição à radiação. Existem também evidências que apontam o crescimento na taxa de doentes por leucemia."
"Estudos sugerem que, entre aqueles que passaram por eventos traumáticos (como o acidente de Chernobyl), o índice de ansiedade é maior. As consequências psicológicas causadas pelo acidente de Chernobyl foram identificadas como parecidas com as daqueles que passaram por acontecimentos extremamente traumáticos, como o bombardeio atômico sobre Hiroshima e Nagasaki.
Milhares de pessoas que estiveram em contato com a radiação foram beneficiadas com compensações disponibilizadas pelos governos dos países afetados e hoje recebem pensão especial, ou foram aposentadas por invalidez, ou recebem tratamento médico especial etc." (Kingsle, 2021).

5.9.4 A Bomba de Hiroshima

"No dia 6 de agosto de 1945, os Estados Unidos fizeram uso da arma de guerra mais poderosa da História da humanidade até então: bombas nucleares. A bomba lançada

sobre a cidade japonesa de Hiroshima causou grande destruição e foi utilizada no estágio final do conflito com o objetivo de forçar uma rendição japonesa. O lançamento da bomba nuclear sobre Hiroshima é considerado hoje um crime de guerra cometido pelos Estados Unidos."

A utilização da bomba nuclear em Hiroshima está dentro do contexto do confronto entre Japão e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Os conflitos entre as duas nações iniciaram-se após o ataque japonês contra a base naval americana de Pearl Harbor no Havaí, em 7 de dezembro de 1941.

O Japão foi motivado a atacar os Estados Unidos pelas vitórias que o exército alemão havia conquistado na Europa até então. O intuito do Japão ao atacar os Estados Unidos era derrotar a nação para expulsá-la definitivamente da Ásia, o que permitiria que o Japão exercesse o controle sobre o continente. Entretanto, a decisão japonesa foi um grande erro, pois subestimava a capacidade econômica e de mobilização para a guerra dos Estados Unidos."

"Os combates entre as duas nações logo começaram a mostrar a superioridade americana, uma vez que vitórias importantes foram acontecendo ao longo do conflito, como nas batalhas de Midway, Guadalcanal, Tarawa etc.

Em agosto de 1945, o conflito já havia acabado na Europa e arrastava-se na Ásia, pois o Japão não aceitava a rendição. Apesar da recusa em se render, o Japão estava destruído pela guerra.

"Em 1945, o Japão era um país em colapso, pois já havia perdido quase todos os territórios ocupados durante a guerra e a economia japonesa não suportava mais financiar o conflito. Internamente, o sofrimento da população com a destruição era ampliado pela falta de alimentos. Além disso, a nação sofria com os bombardeios dos aviões americanos.

Em meados de 1945, os Estados Unidos já elaboravam os planos para uma possível invasão territorial do Japão, entretanto, a recusa japonesa aos termos de rendição propostos na Declaração de Potsdam fez os Estados Unidos optarem pela utilização das bombas nucleares produzidas durante o Projeto Manhattan.

O Projeto Manhattan foi o programa nuclear em que os Estados Unidos reuniram uma série de cientistas para produzir armamentos nucleares durante a Segunda Guerra Mundial. Inicialmente as bombas foram projetadas para serem utilizadas na Alemanha, mas a derrota do Nazismo fez com que as bombas fossem usadas contra o Japão."

"A bomba de Hiroshima foi lançada no dia 6 de agosto de 1945, às 8:15 da manhã. A bomba, nomeada de Little Boy (pequeno garoto), foi lançada pelo avião Enola Gay. A fissão da bomba de urânio gerou uma destruição que resultou na morte de mais ou menos 80 mil pessoas instantaneamente.

O poder de destruição da bomba foi tão grande que pessoas desprotegidas próximas do local de lançamento foram instantaneamente vaporizadas e outras que estavam próximas a alguma parede tiveram sua sombra imprensa nessa parede, conforme o relato de Charles Pellegrino:

[...]

O calor gerado pela bomba gerou incêndios e obrigou muitas pessoas a se abrigarem no rio que corta a cidade. Pouco tempo depois, uma forte chuva caiu. Os relatos contam que a chuva era negra. Charles Pellegrino explica o motivo da forte chuva após o lançamento da bomba:

A bomba tinha vaporizado a água do rio e dos lagos em toda a extensão de Hiroshima. Num raio de dois quilômetros, as folhas perderam uma porção substancial da umidade, como também a perderam pássaros e grilos, e cada folha de grama, cada soldado e criança que estiveram ao ar livre. Todos os vapores acumulados da cidade foram içados para as camadas inferiores da estratosfera; quando esfriaram, condensaram e começaram a cair."

"Os relatos contam o horror instalado na cidade com sobreviventes deformados de todos os jeitos possíveis. As pessoas possuíam ferimentos e queimaduras gravíssimas espalhadas pelo corpo. Além disso, os sobreviventes absorveram quantidades de radiação que se mostraram mortais. Pessoas que conseguiram escapar ilesas da explosão nuclear morreram subitamente dias depois. Outras tiveram que conviver com doenças causadas pela radiação pelo resto da vida.

> Apesar da destruição causada em Hiroshima, o governo japonês recusou-se a assinar a rendição e optou por continuar na guerra. Em consequência disso, os Estados Unidos utilizaram dias depois a sua segunda bomba nuclear, que foi lançada na cidade de Nagasaki" (Silva, [s. d.].).

Após as descrições, podemos observar o Quadro 12 abaixo que sintetiza as características da *Paisagem do Desastre* como lugar de Memória e observa que estas fazem parte dos exemplos considerados acima. É importante ressaltar que todas as características elencadas abaixo representam 100% das paisagens estudadas, fortalecendo o conceito da *Paisagem do Desastre* como lugar de Memória:

Quadro 12 - Comparativo de casos de paisagem de desastres e destruições

Características da *Paisagem do Desastre*		**Caso Braskem**	**Caso Brumadinho**	**Caso Mariana**	**Bento Rodrigues**	**Caso Chernobyl**	**Caso Hiroshima**
1	**Imposição do capital sobre vidas**	sim	sim	sim	sim	sim	sim
2	**Fato memorável**	sim	sim	sim	sim	sim	sim
3	**Afetação da sociedade de forma difusa**	sim	sim	sim	sim	sim	sim
4	**Criação de nova identidade de afetados**	sim	sim	sim	sim	sim	sim
5	**Exclusão social**	sim	sim	Sim	sim	Sim	Sim
6	**Transformação da paisagem**	sim	sim	sim	sim	sim	sim
7	**Supressão de suporte de referências culturais**	sim	sim	sim	sim	sim	sim
8	**Supressão da função social da propriedade**	sim	sim	sim	sim	sim	sim

9	**Multiplicidade de perdas**	sim	sim	sim	sim	sim	sim
10	**Ressignificação de referências**	sim	sim	sim	sim	sim	sim
11	**Despertar do sentimento de reparação**	sim	sim	sim	sim	sim	sim

Fonte: Gardênia Nascimento, 2024.

5.10 Definição da *Paisagem do Desastre* como lugar de Memória

Após os estudos anteriores, chega-se à definição de *Paisagem do Desastre* como Lugar de Memória é o resultado da imposição do capital sobre as vidas humanas que afeta a sociedade de forma difusa, excluindo-a deste lugar, suprimindo os suportes de referência cultural dessa sociedade e refletindo em múltiplas perdas socioambientais, econômicas e culturais. Torna-se um lugar de Contra-Apagamento e memorável pelo que representa. A *Paisagem do Desastre* como lugar de Memória cria uma identidade para a sociedade e se converte em um lugar de múltiplas transformações: paisagísticas, valorais, referenciais, identitárias e da vida. Portanto, essa paisagem transformada no caos, deixa nascer novos significados das referências materiais que vemos e busca, através da associação delas com o desastre, passando a ser o DOCUMENTO a ser preservado em substituição de valores. Dessa forma, a *Paisagem do Desastre* como lugar de Memória passa a ter uma função comunitária que devolve e ressignifica a paisagem urbana destruída, dando a ela uma natureza coletiva, ou seja, de um bem comum.

5.11 Ensaio para uma Declaração da *Paisagem do Desastre* como lugar de Memória

Tendo em vista que o Lugar de Memória ainda não está regulamentado, aqui, fazendo uso do conhecimento produzido na pesquisa sobre o desastre da Braskem ao longo da dissertação, foi feita uma proposta, considerando uma Minuta de Portaria para Declaração de Lugar de Memória, resultado dos estudos de regulamentação e procedimento usados pelo IPHAN.

Em verdade, esse é um confronto teórico e metodológico, como diz Castriota quando propõe a preservação da área do desastre de Bento Rodrigues (2019), que considera a imagem da destruição como objeto de preservação cultural, diferente dos tradicionais conceitos de

valores, principalmente estéticos, secularmente usados e validados na categoria de patrimônio. Apesar do conceito de valor ser associado a algo bom e de qualidade, a *Paisagem do Desastre* também o demonstra quando cumpre sua função de ser objeto de memória e de reparação. Esse conceito passa por uma metamorfose e assume importância de documento. Agora potencializados, os suportes materiais, conhecidos como atributos, são destacados como cicatrizes da destruição, provocadas pela exploração minerária no Brasil.

À vista disso, os valores atribuídos pela sociedade não são os únicos a serem considerados havendo a junção do passado e do presente, com a essência do que é patrimônio: uma transmissão para gerações.

A *Paisagem do Desastre* como lugar de Memória, ao ser declarada pelo IPHAN, passa a ser uma referência nacional. Tem origem no desastre socioambiental, que vem afundando cinco bairros da capital de Alagoas, com o colapso de minas de sal-gema, pela exploração insustentável de mineração no Brasil. É considerado um marco como o maior desastre socioambiental em área urbana e ainda em curso, no Brasil. Por isso, há a necessidade de políticas de preservação desse lugar, como instrumento de Contra-Apagamento, exemplo do poder destrutivo das práticas de mineração brasileira, desenvolvidas por mais de cinco décadas.

Tem-se como conceito central a memória da perda da paisagem urbana, transformada em *Paisagem do Desastre*; em outros termos, o conceito do desastre que promove a metamorfose da paisagem urbana para a *Paisagem do Desastre* caracterizado pela metamorfose dos valores materiais e imateriais atribuídos a ela que passam a ser documentos.

Para se imaginar estratégias de preservação, os bairros em afundamento devem ser vistos como um Lugar de Memória que, a despeito das perdas, preserva os significados mais importantes que se transformam devido ao desastre e sua própria narrativa.

Para esse ensaio de Declaração da *Paisagem do Desastre* como lugar de Memória, a pesquisa considerou três diretrizes:

a) As reflexões sobre as características comuns entre lugares que sofreram destruição da paisagem, marcantes no Brasil e no mundo, comparando os problemas vividos pela sociedade [relatados nos Capítulos I e II] com outros lugares destruídos;
b) O resultado da pesquisa de identificação de valores culturais realizados no Capítulo III, através do estudo das pichações, podcasts e Oficina Participativa; e
c) A narrativa teórica que estudou conceitos de cidade-documento, Lugar de Memória e Paisagem Cultural, mostrada neste Capítulo IV.

Esse ensaio explica, de forma sucinta, o que é o Lugar de Memória e o porquê de ele ser importante; identificando aspectos que devem ser protegidos para manter o seu sentido. Por isso, nos baseamos na minuta de Declaração de Lugar de Memória, desenvolvida a partir do estudo das portarias IPHAN que tratam de procedimentos de valorização de bens.

A declaração é composta de 6 partes:

a) Descrição das características do lugar, suas áreas;
b) Apreciação do mérito do valor cultural;
c) Exposição de valores existentes;
d) Exposição dos significados material, simbólico e funcional;
e) Descrição de atributos a serem preservados;
f) Indicativos para critérios de preservação

No entanto, essa pesquisa faz outras adequações a essa metodologia, considerando que o valor do lugar está dividido em valores culturais [aqueles atribuídos pela sociedade na oficina participativa - elementos que foram condicionados pela paisagem; elementos relativos à sociabilidade e elementos relacionados à Políticas Públicas Nacionais e municipais ou ciclos e acontecimentos nacionais -] e documentos da destruição a serem preservados [atributos do desastre em si, referência da exploração, mitigação e resistências]. É um caso singular, pois, é um lugar da sociedade que se perdeu, mas que intencionamos preservar as "cicatrizes" e a memória dos afetados.

Acrescenta-se que, para ser um Lugar de Memória, os bairros em afundamento precisam ser reconhecidos pela sociedade. Entende-se que, dentro dessa pesquisa, o Capítulo III, que trata dos estudos das pichações, podcasts e Oficina Participativa, mostra como a diversidade da sociedade consultada reconhece os bairros afetados como lugar de referências morfológicas, sociais e políticas e, dessa forma também o reconhece como Lugar de Memória.

Os bairros em afundamento são vistos como a *Paisagem do Desastre* como lugar de Memória porque desperta a memória traumática do desastre da mineração da Braskem, de forma dolorosa; e guarda em sua materialidade a dor e o sofrimento dos afetados, provocado pelo capitalismo desmedido, materializado na exploração da sal-gema, que vem destruindo cinco bairros da cidade de Maceió e a vida de milhares de pessoas. Reconhecer os bairros dessa forma, desperta a consciência coletiva para a busca de justiça social e a cultura dos direitos humanos.

Essa pesquisa conclui com um ensaio de Declaração da *Paisagem do Desastre* como lugar de Memória para a área demarcada e considerada de ações prioritárias, constituída pelo bairro Mutange e parte dos bairros Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto e Farol, está materializada na imagem-síntese no Mapa 19, página 281.

Importante salientar que a declaração abaixo é o resumo conclusivo de tudo que já foi escrito nessa dissertação e pode ser analisada separadamente, independente da leitura desse documento. Utilizamos trechos da dissertação para compor a declaração.

Entende-se também que essa dissertação pode ser a base e a sugestão inicial na construção de um dossiê para a proteção dos bairros afetados como patrimônio brasileiro, mostrando as consequências do capitalismo no caos da exploração da sal-gema pela mineradora Braskem.

5.12 Declaração da *Paisagem do Desastre* como lugar de Memória

a) Descrição das características do lugar e suas áreas

Trata-se de um lugar compreendido por cinco bairros, predominantemente residenciais e urbanos da cidade de Maceió/AL, atingidos pela mineradora Braskem por meio de sua exploração de minas de sal-gema, que ficam a 1km de profundidade. O afundamento causado por essa exploração foi deflagrado em 2018, evacuou os bairros e expulsou cerca de 57 mil famílias. O lugar foi decretado como área de ações prioritárias em pela Defesa Civil de Maceió e isolado do restante da cidade. Tem área aproximada de 2,4 km² e se localiza às margens da Laguna Mundaú e mangues, englobando a borda do tabuleiro que divide a cidade em dois planos: planície e planalto, no litoral da cidade de Maceió, Alagoas. O lugar é compreendido pelo bairro Mutange e parte dos bairros Pinheiro, Bebedouro, Bom Parto e Farol.

A propriedade, agora totalmente privativa da mineradora, está sendo completamente demolida, eliminando os suportes materiais da história daquele lugar.

b) Apreciação do mérito do valor cultural

A tragédia causada pela Braskem é considerada como o maior desastre socioambiental em área urbana e ainda em curso, no Brasil. Devido ao desastre e a desocupação compulsória do lugar, não há mais possibilidade de continuidade das relações entre homem e meio ambiente, como existia. As relações ficaram na MEMÓRIA da comunidade afetada. **O lugar foi**

destruído, mas a memória não. A destruição do lugar transformou a paisagem urbana, gerando uma nova camada caótica sobre ela e, ao mesmo tempo, metamorfoseando seu significado e/ou potencializando seus valores. Ela agora é testemunho das consequências de ações insustentáveis de mineração no Brasil. Desse modo, o valor da *Paisagem do Desastre* está na sua simbologia como DOCUMENTO, símbolo de memória coletiva.

c) Exposição de valores existentes

O valor de preservação da *Paisagem do Desastre* da Braskem está dividido em dois tipos: os valores da paisagem e os vestígios da história do desastre. Ambos têm igual importância, se complementam e fortalecem as referências do Lugar de Memória.

Para os valores da paisagem, foram percebidos em três categorias: a) elementos que foram condicionados pela paisagem; b) Elementos relativos à sociabilidade e c) elementos relacionados à Políticas Públicas Nacionais e municipais ou ciclos e acontecimentos nacionais.

Dos vestígios da história do desastre destacamos: a) relativos à exploração; b) relativos às ações de mitigação; c) relativos aos movimentos de resistência e os d) relativos à dor e ao sofrimento.

A despeito dos bairros em afundamento formarem uma Paisagem urbana, o valor central do Lugar de Memória está na MEMÓRIA da destruição provocada pelo desastre mineral e os registros dele, percebidos na paisagem. São elementos que se associam à exploração insustentável da mineração no Brasil que são imperceptíveis e silenciosos quando subterrâneas, como é o caso de Maceió.

Os bairros localizados na planície Lagunar [Bebedouro, Mutange e Bom Parto] são caracterizados pelo caminho histórico de povoamento da cidade, onde o bairro Bebedouro se destaca por ser patrimônio histórico protegido pelo Plano Diretor Municipal, por ser um dos primeiros núcleos de povoação da cidade.

Nesse caminho histórico implantou-se o trilho do trem que, ao ligar fábricas têxteis [Carmen e Alexandria] ao Porto de Maceió [durante o ciclo do algodão] também levou acessibilidade à uma região de natureza exuberante da Laguna Mundaú e mangues, de ar puro e paisagem bucólica. Referências naturais importantes para toda a cidade. Então, casarões foram edificados e hoje são referências, não só históricas, como também arquitetônicas.

Aliás, a Laguna Mundaú é naturalmente influenciadora das atividades pesqueiras do lugar e de toda a cidade, agregando umas das zonas pesqueiras municipais em Bebedouro.

A prática de atividades futebolísticas sempre foram presentes no Brasil e as áreas de borda de Laguna Mundaú, com espaços desocupados influenciados pelas marés, beneficiou a prática do futebol de várzea; tão presente, que influenciou o surgimento do primeiro estádio de futebol alagoano no campo do CSA, retirado em 2020 pelo desastre.

O ambiente saudável e de ar puro levou à transformação dos casarões em unidades de saúde, que espelhavam os princípios da política antimanicomial brasileira. Então, casarões foram adaptados, tendo em destaque a Clínica de Saúde José Lopes, constituindo uma tripla referência: a da política antimanicomial, a de arquitetura e a de expressão popular que associava o nome da clínica à loucura: "leva pra o Zé Lopes"!

Os lugares de sociabilidade dos bairros em afundamento estão ligados às práticas religiosas. A primeira, a Praça Lucena Maranhão e Igreja Santo Antônio que estão no bairro histórico de Bebedouro, se sobressai, pois é a que cresceu com a origem da cidade. As referências não são somente de festas, bailes, casamentos comunitários, distribuição de sopa, mas de um dinamismo social de encontros, celebrações e saberes referência para toda a cidade. Ali se construiu uma sociabilidade forte, tanto para quem organizava e se doava para coordenar as atividades desenvolvidas como para quem ia vivenciá-las. É considerado pela população de Maceió como o berço da cultura do município.

Da mesma forma que a Igreja de Santo António, a Igreja Batista do Pinheiro, apesar de mais nova [cerca de 40 anos] é referência de filantropia, cursos para a comunidade, celebrações e principalmente, luta política a favor das minorias. Ela tem duplo destaque, pois, além de suas atividades naturais de templo religioso, é uma das principais instituições engajadas na luta contra a mineradora e que foi recentemente reconhecida pela Assembleia Legislativa como patrimônio histórico do Estado. As Igrejas Menino Jesus de Praga e a Capela de Nossa Senhora de Nazaré seguem a mesma tradição das demais citadas, porém, de referência no bairro do Pinheiro, o mais novo entre os cinco bairros afetados pela Mineradora Braskem. Ambas também foram palco de reuniões comunitárias das associações em combate à mineradora.

Os bairros na área do tabuleiro, Pinheiro e Farol, eram mais novos e vistos como área de expansão imobiliária pelo potencial paisagístico de vista da Laguna Mundaú e do Mar. Ele passou a espelhar a política de ocupação incentivada pelo Plano Diretor da cidade, favorecida pela paisagem da Laguna Mundaú. Eles eram as "varandas" dos bairros em afundamento.

É no bairro Farol e na divisa com o Pinheiro que se destaca uma das principais referências da política educacional brasileira, com ênfase na América Latina: o CEPA, complexo educacional que formou a população local, municipal e estadual.

A própria extração de minas de sal-gema na área urbana do Mutange é referência da Política Nacional de Desenvolvimento Econômico, com a implantação da mineradora Salgema em Alagoas.

d) Exposição dos significados material, simbólico e funcional

O Lugar de Memória – *Paisagem do Desastre* concentra em seu propósito a tríplice compreensão dos bairros em afundamento: material, simbólica e funcional; pois, tem a *Paisagem do Desastre* como suporte material, cuja memória coletiva pode ser apreendida pelo seu simbolismo e, ao mesmo tempo, tem a função de agregar as memórias coletivas apontadas pela sociedade. Melhor dizendo, a *Paisagem do Desastre* se torna um DOCUMENTO do crime ambiental praticado pela mineradora Braskem. Uma realidade histórica e simbólica.

e) Descrição de atributos a serem preservados

1. Traçado urbano dos bairros - registro da configuração urbana dos bairros;
2. Linha férrea [trilho e estação] - registro do caminho histórico, com o escoamento de produtos dos ciclos têxtil e do açúcar e potencializador da ocupação residencial da área;
3. Borda do Tabuleiro e encosta - registro de ocupação em função da visada da Laguna Mundaú e Mangues, referências da cidade e do Estado. São protegidos pelo Plano Diretor como mirantes pela importância de identidade local com a paisagem lagunar;
4. Ladeira do Calmon - importante via histórica de ligação entre os bairros de Bebedouro e Pinheiro, com traçado preservado desde a sua origem. É também importante por ser ela que liga os bairros da planície [Bebedouro, Mutange e Bom Parto] aos bairros do tabuleiro [Pinheiro e Farol]. São as ladeiras que ratificam a morfologia da cidade. O Calmon também é a imagem síntese da *Paisagem do Desastre*;
5. Avenida Major Cícero de Góes Monteiro - via lagunar que compõem o percurso histórico de ocupação da cidade e que foi interditada obstruindo o acesso de toda a área e representa o primeiro apagamento registrado em mapas do Google, sem acesso a imagens da via antes do desastre;
6. Rua Belo Horizonte - é referência de locais comerciais, principalmente de bares e a Padaria Belo Horizonte, ponto de encontro não só da comunidade local, mas da cidade. Um deles, O bar “Caldinho do Vieira” é registro de patrimônio imaterial de Alagoas;

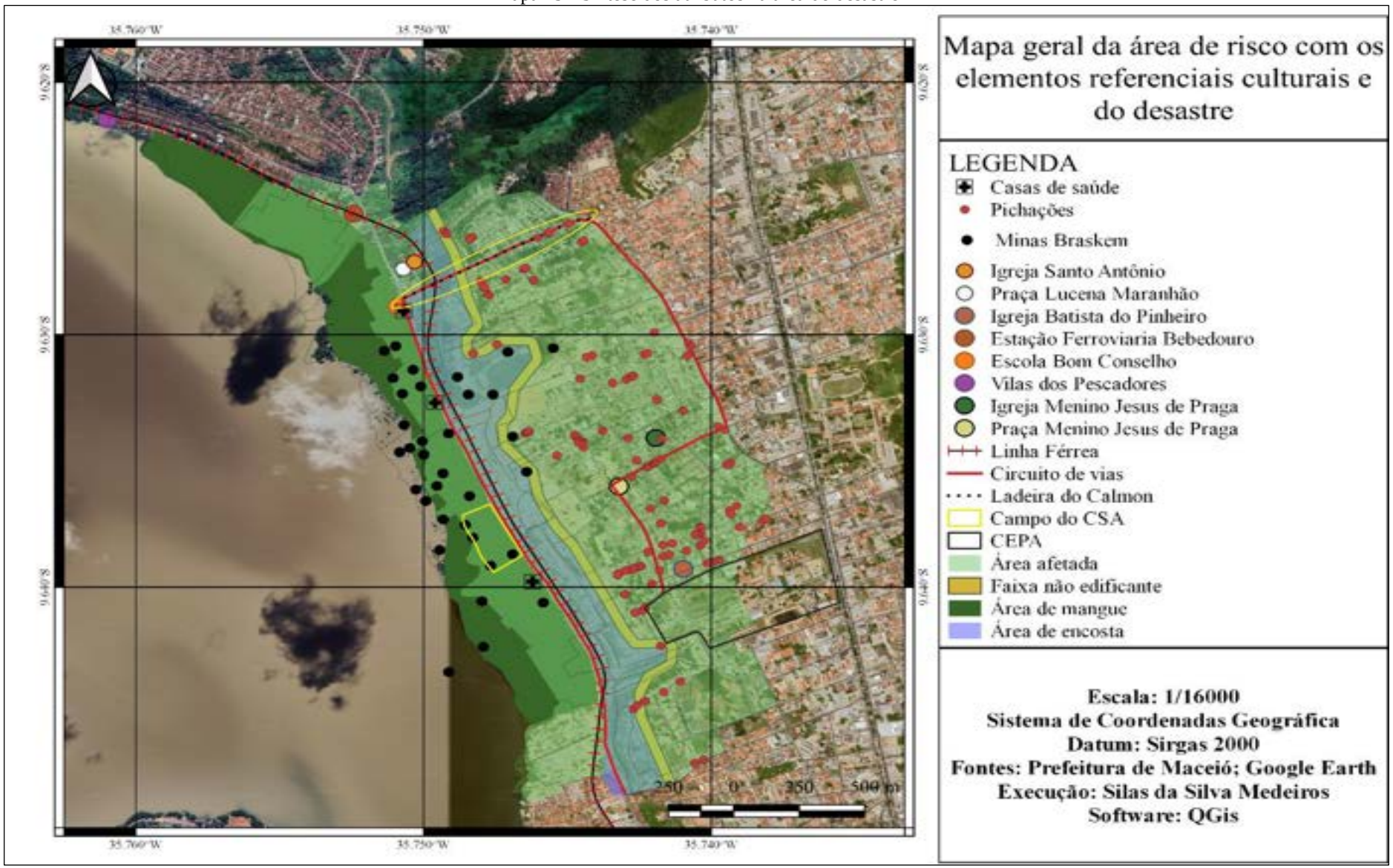
7. Circuito entre bairros - constituído pelas três vias acima: Av. Major Cícero de Góes Monteiro, Ladeira do Calmon, Rua Belo Horizonte acrescidas da Rua Manoel Menezes e Rua Santa Júlia. Todas formam um circuito importante de ligação entre os pontos de referência histórica, morfológica, social e de políticas públicas [ver em imagem síntese];
8. Casarões transformados em unidades de saúde - registro de ocupação influenciada pela paisagem e de políticas públicas nacionais de saúde;
9. Campo de CSA - referência de práticas esportivas e do primeiro estádio do estado de Alagoas;
10. Praça Lucena Maranhão e Igreja de Santo Antônio - referência de ocupação do bairro de Bebedouro e sociabilidade centenária construída por ações religiosas, folclóricas, políticas e de lazer;
11. Igreja Batista do Pinheiro - referência de ações sociais e de formação como também local de resistência e luta contra a mineradora Braskem;
12. Praça Menino Jesus de Praga - referência de local de sociabilidade como também local de resistência e luta contra a mineradora Braskem;
13. Paróquia Nossa Senhora de Nazaré - referência de local expressivo de sociabilidade comunitária;
14. CEPA: complexo educacional referência de política de educação nacional, sociabilidade agregadora dos bairros locais e referência de vida escolar de alagoanos
15. Áreas de mangue e Laguna Mundaú - apesar da proteção ambiental existente, elas constituem as referências culturais tanto do próprio estado que lhe dá nome: Alagoas, quanto pelas práticas da pesca em toda a região metropolitana. O sururu, molusco singular e extraído dessa Laguna, é patrimônio imaterial do Estado;
16. Vila dos pescadores - referência das práticas da pesca nos bairros em afundamento que também são às práticas do estado
17. Escola Estadual Nossa Senhora do Bom Conselho: foi criada para dar asilo às órfãs de soldados mortos na Guerra do Paraguai (1877), ou vindas de famílias pobres, vitimadas pela seca;
18. Clínicas de saúde - implantadas segundo a Política Nacional de Saúde Mental [antimanicomial], incluindo a Clínica José Lopes;
19. Poços de extração de sal-gema - registro da exploração mineral em solo urbano;
20. Ruínas - registro do processo de desocupação e expulsão dos bairros. Como todos os bairros compreende grande área e que a sua permanência tem agravantes para saúde e segurança pública, entende-se que as ruínas da Ladeira do Calmon, que faz parte do

circuito entre bairros, liga a planície e o planalto, e tem a marcante visada da Laguna Mundaú, mangues, edificações históricas e pichações, representa sinteticamente a *Paisagem do Desastre*;

21. Pichações - registro da indignação, dor e resistência dos afetados;
22. As torres de monitoramento - referência do combate ao afundamento.

Observação: as imagens dos atributos estão contidas no Apêndice E, assim como suas fontes**.**

Mapa 19 - Síntese dos atributos na área do desastre



Fonte - Gardênia nascimento, com execução de Silas Medeiros, 2024.

Definição

O Lugar de Memória - *Paisagem do Desastre* da Braskem é o resultado da imposição do capital sobre as vidas humanas que afeta a sociedade de forma difusa, excluindo-a deste lugar, suprimindo os suportes de referência cultural dessa sociedade e refletindo em múltiplas perdas socioambientais, econômicas e culturais. Torna-se um lugar de Contra-Apagamento e memorável pelo que representa. O lugar cria uma nova identidade para a sociedade e se converte em um lugar de múltiplas transformações: paisagísticas, valorais, referenciais, identitárias e da vida. Portanto, essa paisagem transformada no caos, deixa nascer novos significados das referências materiais que vemos e busca, através da associação delas com o desastre, passando a ser o **documento** a ser preservado em substituição de valores. Dessa forma, a *Paisagem do Desastre* como lugar de Memória passa a ter uma função comunitária que devolve e ressignifica a paisagem urbana destruída, dando a ela uma natureza coletiva, ou seja, de um bem comum.

f) Indicativos para critérios de preservação

Os critérios de preservação dos bairros em afundamento devem primar por um Lugar de Memória a partir da visão dos afetados [sistematizada no capítulo III] e do seu significado material, simbólico e funcional da memória do desastre. Isso posto, os bairros em afundamento são, aqui, considerados um lugar de metamorfoses pela memória do desastre da Braskem, e, em função dessa memória, são estabelecidas as seguintes **premissas**:

i) **Valorização da paisagem resultante**, como cicatriz, independente do que ela venha a ser, pois será sempre o resultado de uma transformação violenta que deixou o espaço inabitável, perdeu sua história, sua habitabilidade e sociabilidade. Exceto quando resultado da especulação capitalista na transformação desse lugar em áreas urbanas residenciais ou afins.

ii) **Valorização**:
   a. das referências sociourbanísticas dos bairros;
   b. dos elementos que representam a causa e as consequências do desastre;

iii) **Ratificação** da preservação dos elementos já protegidos pelo poder público como mirantes, imóveis históricos e estação ferroviária;

iv) **Revitalização/Reutilização** do lugar;

Em função da dinâmica do espaço urbano, entende-se que a preservação da memória do desastre deve propor um uso ressignificado que promova uma nova camada na paisagem, mantendo a essência da história do desastre da Braskem; contudo, potencializando sua reutilização, na medida que não haja risco para a sociedade. Para se perceber a memória do desastre e o lugar como uma totalidade, se faz necessário vivenciar o ambiente através de um caminho que conecte os principais elementos dessa história.

Primeiramente, entende-se que a principal referência urbana dos bairros é seu próprio **traçado urbano**; sem sua preservação não é possível reconhecer que existiam bairros, gerando um apagamento urbano, como aconteceu no Mutange [nesse caso, não há mais possibilidade de reconhecimento].

A relação morfológica dos bairros em afundamento de planície e tabuleiro é marcante, pois além de tornarem a cidade "avarandada", são elementos que permitem uma visão da *Paisagem do Desastre* em quase sua totalidade; portanto, as **bordas do tabuleiro** precisam ser preservadas como não edificantes, da mesma maneira e que os mirantes no restante da cidade são protegidos no Plano Diretor de Maceió.

Há três espaços onde a sociabilidade se expressava marcantemente: 1. **O conjunto da Praça Lucena Maranhão e da Igreja de Santo Antônio de Pádua, em Bebedouro; 2. A Praça Menino Jesus de Praga e Igreja [com mesmo nome], no Pinheiro; e 3. A Igreja Batista do Pinheiro**. A força da religião impulsionava a sociedade não só em festejos e celebrações, mas também, nas lutas e resistências da comunidade. A metamorfose dos propósitos, antes só religiosos, marcou e marca a história de resistência. Esses espaços precisam ser preservados pela sua simbologia plural de união e luta. Importante informar que a Igreja Menino Jesus de Praga já foi demolida, portanto necessária a sua reconstituição.

A maior referência da memória dos sentimentos vividos pelos ex-moradores, seja de afeto, pertencimento, fé, mágoa ou denúncia/resistência, estão registrados nas **pichações** dos imóveis em toda a área afetada. Elas trazem a essência do abalo emocional sofrido, das injustiças, dos desejos de reparação e do amor pelo lugar. São a voz silenciosa dos afetados e o reflexo do elemento humano diante do desastre. Sua perda simultânea a escrita dessa dissertação, devido as demolições em andamento, nos exige propor alternativas de sua permanência, a partir do seu cadastro georreferenciado no Apêndice A. A reprodução dos escritos em novos suportes materiais no local onde foram escritos se faz necessário para a preservação dessa memória. Caminhar pelos bairros lendo esses escritos ratificará, a cada passo, a memória do sofrimento mental.

Como bairro histórico, Bebedouro continua sendo protegido pelo Plano Diretor de Maceió e por isso, **54 imóveis** da área afetada estão sendo restaurados. Inclui-se a essa lista a Estação Ferroviária de Bebedouro. Ratifica-se essa necessária preservação, considerando os novos usos desses imóveis como parte de ações pedagógicas sobre o desastre, em futuro Plano de Gestão.

As **ruínas** são o próprio testemunho da destruição física e expulsão dos moradores, mas como dito anteriormente, a demolição dos imóveis acabará com esse registro. Pode-se até pensar que o terreno vazio também é esse registro de apagamento; porém, entende-se que deveria existir uma rua ou quarteirão dos bairros mantido como ruína, como testemunho, mas, é uma ação que foge ao alcance dessa pesquisa. Então, propõe-se haver um **Memorial do Desastre da Braskem**, com recursos tecnológicos suficientes para revisitar virtualmente os bairros. De acordo com a Oficina Participativa realizada, o local que mais possui significados e é referência citada é a Praça Lucena Maranhão, em Bebedouro, onde também a mineradora, por exigência do acordo socioambiental, está restaurando os imóveis históricos indicados pelo município.

O Mutange é referência do lazer futebolístico alagoano, nascido do futebol de várzea, que fez um dos maiores clubes de futebol do Estado - o CSA. É também referência do "apagamento" de um bairro inteiro. Dessa maneira, sugere-se a preservação do **Campo do Clube CSA**, em meio ao mangue, como resgate devido ao apagamento sofrido.

Imagem 27 – Visão geral dos indicativos de critérios de preservação



Fonte Gardênia Nascimento, 2024.

Foto 65 – Ladeira do Calmon – Lugar síntese da *Paisagem do Desastre* como Lugar de Memória



Fonte: Site tribuna Hoje de 24/01/2021.

A Ladeira do Calmon é "A Imagem-síntese da *Paisagem do Desastre*" porque explicita os dois níveis da cidade [planície e planalto], conecta os bairros em afundamento, faz parte do traçado urbano histórico, está arruinada e com pichações, tem ao fundo o colégio Bom Conselho, exemplo de referência de unidade de preservação individual [municipal e estadual], e expõe a vista da Laguna Mundaú e Mangues, duas das maiores referências naturais da cidade.

Mais do que conter os atributos pesquisados e mostrados pela sociedade, há na foto acima a mistura do que define a paisagem com o que ela provoca; dizendo de outra forma, há tanto referências da cultura local, quanto referência do desastre em si, e isso mostra que qualquer escolha da patrimonialização representa conflito e visões distintas de valores. Enquanto o primeiro tem valor para a sociedade, o segundo, aqui nessa dissertação, tem valor de um documento do desastre que precisa ser destacado e marcado como testemunho do que não se deve repetir.

O patrimônio é sempre uma escolha e, no caso da área do desastre, ao ressaltar uma situação violenta e um sítio ainda em processo de destruição, em que o valor diz respeito a não esquecer a violência que construiu a paisagem, a escolha se torna ainda mais complexa. Dessa forma, é uma escolha que inclui tanto os diretamente afetados, quanto quem fica indignado com tal violência ou quem está ameaçado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa tratou do desastre socioambiental tecnológico da mineradora Braskem na cidade de Maceió/AL, sob a ótica do campo do patrimônio. Nela, foram levantados os valores e referências culturais dos cinco bairros afetados [resultante de Oficina Participativa] e se buscou a importância da preservação da MEMÓRIA desse desastre na paisagem urbana, aqui denominada *Paisagem do Desastre*. O objetivo consistiu em saber se essa *Paisagem do Desastre* pode ser reconhecida como um Lugar de Memória. Dessa forma considerada, essa paisagem passa a ser objeto de patrimonialização e, consequentemente, uma hipótese de reparação.

Para responder se a patrimonialização é ou não um recurso para a reparação de danos dos afetados, foram seguidos quatro passos.

O primeiro passo, descrito no Capítulo I, mostrou que o desastre aconteceu por sucessivas ações de descaso com o meio ambiente e com vidas humanas, desde a implantação da mineradora Salgema S/A, hoje Braskem, que, por um conceito errôneo de desenvolvimento econômico e para o seu próprio benefício, o Estado, em todas as suas instâncias [federal, estadual e municipal], silenciou a sociedade e promoveu o capitalismo especulativo como alternativa de progresso, por meio da atividade minerária em Alagoas. Essa postura estatal foi reflexo do que aconteceu em todo país, diante de um Plano de Desenvolvimento Econômico ambientalmente insustentável.

O segundo passo, expresso no Capítulo II, ratifica tanto a postura da mineradora Braskem, quanto a do Estado e da classe política, na continuidade do silenciamento da sociedade, associado às práticas ambientais brasileiras de autorregularão empresarial. Os múltiplos danos são relatados como uma sequência de problemas para a cidade e para as pessoas, dos quais explicam de que maneira a *Paisagem do Desastre* chegou a se tornar um vazio urbano destruído e um retrato do caos. Mostrou-se a dimensão dos danos materiais e, principalmente, imateriais, que tornaram o caso em Maceió como o maior desastre socioambiental, em área urbana e em curso, no Brasil.

Para responder de que maneira podemos identificar os valores culturais da área afetada como referências de memória e identidade, o Capítulo III, um dos mais desafiadores, desenvolveu o terceiro passo, que buscou alternativas para a atribuição dos valores da *Paisagem do Desastre*, por meio de análises das pichações dos moradores em suas casas, podcasts e aplicação de Oficina Participativa. A pesquisa propôs uma análise baseada no marco da expulsão dos afetados e pesquisou os momentos, antes e depois, dessa expulsão, além do

momento atual. Percebeu-se que houve uma mudança ou evolução dos sentimentos dos afetados nesse processo e o estudo de pichações locais e entrevistas de podcasts observou, de forma singular, que havia um processo de luto coletivo, que se fortaleceu no sentimento de raiva [segunda das cinco fases do luto]. Esses estudos demostraram os valores culturais dos bairros em afundamento como referências de memória e identidade dos ex-moradores na *Paisagem do Desastre* da Braskem.

A análise das pichações considerou outras ciências de conhecimento como a antropologia visual e de rua e o conceito psicanalítico do luto, e facilitou a classificação dos dados subjetivos em dados objetivos através de percentuais. Os resultados foram conclusivos sobre o estado mental dos afetados que conviviam ainda no estágio da raiva. A análise do podcast "Vozes do afundamento", utilizando cores associadas aos sentimentos de afeto, pertencimento, raiva, mágoa, fé e denúncia, deixou também visível os sentimentos percebidos no texto, ratificando o resultado da análise das pichações: os afetados estavam ainda vivendo o estágio da raiva depois de sua expulsão.

A despeito das limitações devido ao número de afetados [57 mil] e da sua dispersão na cidade, a pesquisa conseguiu cumprir o seu propósito quando apontou os diversos valores e referências da *Paisagem do Desastre*, atribuídos pela sociedade consultada, através de Oficina Participativa. Além disso, a sua sistematização permitiu classificar esses valores em três tipos: a) elementos que foram condicionados pela paisagem; b) Elementos relativos à sociabilidade e c) elementos relacionados à Políticas Públicas nacionais e municipais ou ciclos e acontecimentos nacionais; o que facilitou a percepção da variedade e, muitas vezes, dos valores múltiplos de uma mesma referência.

O entendimento da autora em buscar a diversidade ao invés da representatividade foi a base da escolha dos sujeitos da Oficina Participativa, que os categorizou e obteve um resultado também diverso e, portanto, mais completo. Caracterizá-los ampliou a visão cultural local e potencializou a Oficina Participativa.

O quarto e último passo, que consiste no Capítulo IV, averiguou se a *Paisagem do Desastre* pode ser vista como um Lugar de Memória, e ser objeto de patrimonialização, para a reparação dos afetados. O conteúdo do capítulo fortaleceu o valor cultural dos bairros em afundamento, e mostrou seu tríplice significado: material, simbólico e funcional, caracterizando-o como Lugar de Memória. Assim, a *Paisagem do Desastre* é vista como um **documento**, um registro histórico que pode ser reconhecido pelo IPHAN e pode embasar ações pedagógicas e de consciência em prol do seu Contra-Apagamento, contribuindo para que fatos semelhantes não se repitam.

O conceito de *Paisagem do Desastre* como Lugar de Memória foi apreendido por meio dos conceitos de Cidade-Documento, de Márcia Sant'Anna; de Lugar de Memória, de Pierre Nora; ambos demonstrando que a paisagem é o registro das ações capitalistas da mineração no Brasil. Associou-se o conceito de paisagem de Carl Sauer, diante da constatação das referências sociais e simbólicas do lugar.

A definição de um novo termo para paisagem, como *Paisagem do Desastre*, vem do desejo dessa pesquisadora de dimensionar os danos sofridos com o caos material e imaterial do lugar[86], porém, considerando que essa paisagem guarda uma força no reconhecimento na memória da destruição como instrumento do seu Contra-Apagamento. As paisagens de desastres são algo vivenciado em qualquer lugar do mundo e possuem, aparentemente, as mesmas características elencadas nessa dissertação. Portanto, estudá-la e conceituá-la implica em perceber de que maneira ela pode ser apreendida e futuramente gerida, ao mesmo tempo que fortalece as ações de sua reparação em outros desastres.

A estratégia para a construção do conceito da *Paisagem do Desastre* como um Lugar de Memória buscou a sua caracterização baseada no caso Braskem, diante do que já foi estudado, e usou da comparação com outros casos. Com isso, mostrou-se que 100% do que foi observado se enquadra em todos os casos e, então, confirmou-se a pertinência das características, tornando-as como parâmetros de afirmação.

A partir do que foi colocado, a pesquisa confrontou teoricamente e metodologicamente o tema quando propôs a preservação de um lugar de destruição, contrário aos valores estéticos tradicionais; porém, consegue demostrar a sua importância enquanto DOCUMENTO do que o capitalismo, em forma de exploração mineral, pode provocar. Dessa forma, pode-se construir um ensaio de Declaração de Lugar de Memória – *Paisagem do Desastre*, e estruturar, de forma sintética, o porquê de seu reconhecimento como patrimônio.

Considera-se essa declaração uma reparação ao dano cultural sofrido, quando os bairros em afundamento são reconhecidos como patrimônio, pois assim, assumem uma dupla natureza jurídica: privada e coletiva. É por causa dela que se entende a retomada do direito da coletividade e proteção ao meio ambiente, acima do direito privado, transformando-a em um bem de todos, e como já foi dito anteriormente, o objetivo da lei é sempre em busca do bem comum.

No contexto atual, a reparação não é só das pessoas afetadas. A reparação é por se compreender que, desde a década de 70, uma mineradora se instala, explora excessivamente

[86] Entende-se aqui o lugar como um ambiente de afeto e pertencimento entre homem e o meio em que vive.

com a conivência dos governos, destrói vidas e isso ofende a cada um no mundo por tal violência.

Importante acrescentar que a *Paisagem do Desastre* é uma cicatriz urbana e social e, mesmo diante da possibilidade da demolição material das referências dos cinco bairros, o resultado de seu uso sempre será essa cicatriz; pois, outras camadas da paisagem serão o resultado da violência da especulação do capital; exceto se esse lugar se transformar em uma ocupação de condomínios urbanos ou afins. Esse fim será, de fato, a reafirmação da violência, o desrespeito com os afetados e o apagamento da *Paisagem do Desastre*.

A destruição da memória do desastre com a extinção total do lugar é um problema social para os afetados que têm sua história apagada, mas é uma solução já adotada pela mineradora Braskem, construindo a narrativa de ser a "solução" do problema, escondendo ser a própria causadora. No entanto, a preservação pode ser uma solução para o Poder Público se decidir aprender com isso e não repetir a tragédia, ou pode ser um problema para ele, se a sua estratégia de apagamento do desastre pactuar com a da mineradora. Ou seja, o Poder Público tem as duas possibilidades, mas a quem ele realmente pretende ouvir: a sociedade ou a mineradora?

É o Poder público que tem órgãos especializados, é ele quem regulamenta, legisla e executa políticas públicas. A sua conduta depende de "vontade" política ou de pressão popular, através de mecanismos de participação social, mas é seu poder e dever de agir na preservação da memória. A preservação formal se faz na esfera pública, nos órgãos de patrimônio; no entanto, ela também é transversal com multiplicidades de ações que também incluem políticas públicas gerais e planejamento territorial.

Com a demolição do lugar, as referências culturais e do desastre começam a ser apagadas ou ressignificadas, tanto pela mineradora, que constrói uma forte narrativa de "ajudar" ao município e as pessoas [semelhante ao clientelismo inicial, à época de sua instalação], quanto pelos afetados que, sem suporte material de suas histórias, buscam ressignificar a sua relação com o lugar.

O custo de não entender como preservar essa memória do desastre é o de não poder agir para que ele não se repita; ou seja, talvez possamos fazer com que um desastre desse não se repita se pudermos compreender como preservar sua memória e isso pode ajudar a resolver um problema prático: o apagamento da memória do desastre socioambiental e tecnológico da Braskem em Maceió.

Para dizer o essencial, entende-se que a pesquisa atingiu os objetivos propostos de explicar o desastre e de atribuir suas referências, de forma democrática, utilizando metodologia baseada nas políticas e instrumentos propostos pelo IPHAN, associada a metodologias

alternativas criadas pela autora. Esse documento também respondeu às questões e hipóteses abordadas incialmente, pois, além de ampliar a compreensão do problema causado pelo desastre da Braskem, colocou uma possibilidade real da hipótese inicial: a patrimonialização como reparação. Como contribuição a essa reflexão, a dissertação deixa ainda uma sugestão de portaria para os procedimentos necessários à valorização de um Lugar de Memória, da mesma forma que o aplica construindo um ensaio para Declaração da *Paisagem do Desastre* como Lugar de Memória.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ALAGOAS. Centro Educacional de Pesquisa Aplicada forma alagoanos há quase 60 anos. **Tribunahoje.com.,** Alagoas, 2017. Disponível em: https://tribunahoje.com/noticias/educacao/2017/09/16/33717-centro-educacional-de-pesquisa-aplicada-forma-alagoanos-ha-quase-60-anos. Acesso em: 11 jul. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **Relatório aponta mineração como causa de rachaduras em Maceió.** 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-05/relatorio-aponta-mineracao-como-causa-de-rachaduras-em-maceio#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20CPRM,no%20solo%20e%20nas%20edifica%C3%A7%C3%B5es. Acesso em: 20 abr. 2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM). **Caso Braskem.** 2023. Disponível em: https://www.gov.br/anm/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/caso-braskem. Acesso em: 20 abr. 2024.

ARNEWS. Por que o prefeito de Maceió vai restringir voos de drones nas áreas destruídas pela Braskem ?!. **AR News,** [*s. l.*], 2023. Disponível em: https://www.arnewsnoticias.com/2023/12/prefeito-de-maceio-vai-restringir-voos.drones-areas-destruidas-braskem-.html?m=1. Acesso em: 18 jun. 2024.

ASSESSORIA JORNAL EXTRA. Uma das causas para afundamento do bairro é a drenagem, diz Crea. **Jornal Extra,** Maceió, 2019. Disponível em: https://ojornalextra.com.br/noticias/alagoas/2019/04/46106-uma-das-causas-para-afundamento-do-bairro-e-a-drenagem-diz-crea. Acesso em: 18 jul. 2024.

BARBOSA, A. Imagem, pesquisa e antropologia. **Cadernos de Arte e Antropologia,** Bahia, v. 3, n. 2, p. 3-8, 2014. Disponível em: https://journals.openedition.org/cadernosaa/770 . Acesso em: 14 mar. 2024.

BARROS, J. Ruas do Bom Parto e Levada são tomadas pela água após fortes chuvas em Maceió. **Gazeta de Alagoas,** Maceió, 2022. Disponível em: https://www.gazetaweb.com/noticias/maceio/ruas-do-bom-parto-e-levada-sao-tomadas-pela-agua-apos-fortes-chuvas-em-maceio. Acesso em: 13 jan. 2023.

BARTHES, R. **A câmara clara.** Nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. Disponível em: https://monoskop.org/images/d/d3/Barthes_Roland_A_camara_clara_Nota_sobre_a_fotografia.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

BBC NEWS. Parte de mina da Braskem se rompe em Maceió, mas risco de colapso "diminuiu" diz Defesa Civil. **BBC NEWS Brasil**., [*s. l.*], 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0j2jv93wljo . Acesso em: 29 dez. 2023.

BESSA, A. S. M.; PAZ, F. C. de S. Paisagem da destruição - o caso do rompimento da barragem em Mariana, Brasil. **Estudos da Paisagem**, Minas Gerais, p. 35-52, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/48088. Acesso em: 28 jun. 2023.

BRANDÃO, T. Moradores cobram solução para o cemitério de Bebedouro. **Gazeta de Alagoas**., Maceió, 2022. Disponível em: https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/390905/moradores-cobram-solucao-para-cemiterio-de-bebedouro. Acesso em: 16 jan. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. **ANM divulga perguntas e respostas sobre atuação no Caso Braskem**. Agência Nacional de Mineração, Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/anm/pt-br/anm-divulga-perguntas-e-respostas-sobre-atuacao-no-caso-braskem. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. Centro Nacional de Referência Cultural. **Propostas resultantes do encontro para debate dos efeitos produzidos pelos centros industriais nas comunidades localizadas em suas áreas de influência (Maceió, 17 a 19 de maio de 1976**). Relatório técnico Nº 10. Brasília. 1976.

BRASIL. Centro Nacional de Referência Cultural. **Quatro anos de trabalho do Centro Nacional de Referências Culturais**. Relatório Técnico. Brasília, DF, 1979.

BRASIL. CPRM. Serviço Geológico do Brasil. **Estudos Sobre a Instabilidade do terreno nos bairros Pinheiro, Mutange e Bebedouro, Maceió (AL):** Ação Emergencial no Bairro Pinheiro. Brasília: CPRM, 2019. 4v. Disponível em: https://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/21133/1/relatoriosintese.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 97.632, de 10 de abril de 1989.** Dispõe sobre a regulamentação do Artigo 2°, inciso VIII, da Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981, e dá outras providências. Brasília, DF, 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d97632.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei 25 de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, RJ, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.** Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). Brasília, DF, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017.** Cria a Agência Nacional de Mineração (ANM); e dá outras providências. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13575.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.066, de 30 de setembro de 2020. Altera** a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e dá outras providências. Brasília, DF, 2020. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14066.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978.** Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências. Brasília, DF, 1978. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6567.htm. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996.** Altera dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9314.htm. Acesso em: 17 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Caderno Pedagógico - memória e patrimônio**. Programa Educativo do BomSerá - oficinas de restauro. Ouro Preto, MG, 2023. Disponível em: https://ia.art.br/bomsera-caderno-pedagogico-memoria-e-patrimonio/. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC** - Manual de Aplicação. IPHAN. Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Regional. **Manual de desastres**. V. II. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/dessociais.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. Ministério de Minas e energia. **Entenda a diferença entre os tipos de desastres naturais e tecnológico registrados no Brasil.**
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/ultimas-noticias/entenda-a-diferenca-entre-os-tipos-de-desastres-naturais-e-tecnologicos-registrados-no-brasil. Acesso em: 17 jul. 2023.

BRASIL. **Portaria Nº 1311, de 28 de maio de 2019.** Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Município de Maceió/AL. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Brasília, DF, 2019.

BRASIL. **Portaria Nº 1733, de 19 de junho de 2020.** Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Município de Maceió/AL. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Brasília, DF, 2020.

BRASIL. **Portaria Nº 2532, de 25 de outubro de 2019.** Reconhece situação de emergência em municípios. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Brasília, DF, 2019.

BRASIL. **Portaria Nº 2697, de 20 de outubro de 2020.** Reconhece o Estado de Calamidade Pública no Município de Maceió/AL. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Brasília, DF, 2020.

BRASKEM. Braskem Explica como a cobertura vegetal ajuda a proteger e estabilizar o terreno da encosta do Mutange. Brasken, [*s. l.*], [s. d.].Disponível em: https://www.braskem.com.br/portal/Principal/arquivos/imagens/alagoas/11-09-2023-BE-054---Cobertura-Vegetal-da-Encosta-GAZ-296-x-510-v3.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

BREPOHL, M. Censura e Repressão (1964-1982): Lembrar mas do quê? **Revista Anistia política e justiça de transição**. Brasília, n. 5, p.138-148, 2011. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/tablas/r30015.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

CALABRE, L. O Serviço do Patrimônio Artístico Nacional dentro do contexto da construção das políticas públicas de cultura no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 35, p. 33-45, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

CALABRE, L. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. **Revista do Instituto De Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 58, p.137-156, 2014. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/82392. Acesso em: 28 jun. 2023.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira, 1. ed. 8. reimp. São Paulo: Contexto, 2021.

CARTACAPITAL. Caso Braskem: Justiça determina que seguradoras garantam cobertura a imóveis em risco. **CartaCapital,** [*s. l.*], 2024. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/justica/caso-braskem-justica-determina-que-seguradoras-garantam-cobertura-a-imoveis-em-risco/. Acesso em: 18 jan. 2024.

CARTACAPITAL. PF cumpre mandados de busca e apreensão para apurar crimes cometidos pela Braskem. **Carta Capital,** [*s. l.*], 2023. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/justica/pf-cumpre-mandados-de-busca-e-apreensao-para-apurar-crimes-cometidos-pela-braskem/. Acesso em: 11 jan. 2024.

CARVALHO, R. Mineração põe em colapso também a mobilidade urbana de Maceió. **Gazeta de Alagoas**., Maceió, 2020. Disponível em: https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/280966/mineracao-poe-em-colapso-tambem-a-mobilidade-urbana-de-maceio. Acesso em: 06 jun. 2024.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio e Valores I:** A via Crítica de Alois Riegl. Belo Horizonte: IEDS, Miguikim, 2022.

CASTRIOTA, L. B.; (coord.). **Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues**. COMPAT, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://issuu.com/patrimonioculturalmpmg/docs/bentorodriguesdossietombamento . Acesso em: 15 abr. 2024.

CAVACO, V. S. J.; *et al.* Qual o papel da esperança na saúde da pessoa?– Revisão Sistemática. **Revista de Enfermagem Referência**, [*s. l.*], v. 2, n. 12, p. 93-103, 2010. Disponível em: https://www.index-f.com/referencia/2010pdf/12-93103.pdf . Acesso em: 15 abr. 2024.

CAVALCANTE, J. **Salgema:** do erro à tragédia. Maceió: Editora CESMAC, 2020.

CAVALCANTI, A. K. S.; SAMCZUK, M. L.; BONFIM, T. E. O conceito psicanalítico do luto: uma perspectiva a partir de Freud e Klein. **Psicólogo inFormação**., São Paulo, Ano 17, n. 17, 2013.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano:** Artes de fazer - 1. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAVES, D. G. O "povo" e as disfunções míticas da representatividade política no Brasil. **Meritum**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 53-82, 2016. Disponível em: http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/4891. Acesso em: 15 abr. 2024.

CNN BRASIL. Colapso em mina de Maceió: veja o que se sabe sobre o caso. **CNN Brasil**., [*s. l.*], 2023. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/colapso-em-mina-de-maceio-veja-o-que-se-sabe-sobre-o-caso/. Acesso em: 26 dez. 2023.

CNN BRASIL. **Professor sobre mina em Maceió:** Essa é a nossa Chernobyl. Youtube, CNN PRIME TIME, [*s. l.*], 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yXZsGliE5Dk. Acesso em: 19 jul. 2024.

CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Demais bacias do estado de Alagoas.** 2024. Disponível em: https://www.codevasf.gov.br/area-de-atuacao/bacia-hidrografica/demais-bacias-do-estado-de-alagoas. Acesso em: 20 abr. 2024.

COELHO, M. C. R. O direito à memória como instrumento de reflexão crítica do passado e de criação de um novo futuro. **Caderno Virtual**, [*s. l.*], v. 1, n. 33, 2016. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/1196 . Acesso em: 01 mar. 2024.

CÓLEN, R. Tremor de terra é registrado em vários bairros de Maceió. **G1 Alagoas,** Maceió, 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/tremor-de-terra-e-registrado-em-varios-bairros-de-maceio.ghtml. Acesso em: 18 jul. 2024.

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU. **Maceió.** CBTU, Maceió, 2022. Disponível em: https://www.cbtu.gov.br/index.php/pt/sistemas-cbtu/maceio. Acesso em: 18 maio 2024.

COTIDIANO FOTOGRÁFICO. **Estátua em bronze do professor, crítico literário e dicionarista alagoano, Aurélio Buarque de Holanda.** Instagram, [*s. l.*], 2022. Disponível em: https://www.instagram.com/cotidiano_fotografico/. Acesso em: 17 jul. 2024.

COTIDIANO FOTOGRÁFICO. **Estátua em bronze da psiquiatra alagoana Nise da Silveira, Maceió.** Instagram, [*s. l.*], 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/cotidiano_fotografico/. Acesso em: 17 jul. 2024.

COTIDIANO FOTOGRÁFICO. **Estátua em bronze do escritor alagoano Jorge de Lima, Maceió.** Instagram, [*s. l.*], 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/cotidiano_fotografico/. Acesso em: 17 jul. 2024.

COTIDIANO FOTOGRÁFICO. **Felicitações de Natal da Salgema que trabalha "em prol do desenvolvimento do potencial econômico do Estado", [s. d.].** Instagram, [*s. l.*], 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/cotidiano_fotografico/. Acesso em: 17 jul. 2024.

COTIDIANO FOTOGRÁFICO**. Manifestantes nos portões de Bebedouro e Bom Parto.** Instagram, [*s. l.*], 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/cotidiano_fotografico/. Acesso em: 17 jul. 2024.

COTIDIANO FOTOGRÁFICO. **Material escolar doado pela Salgema em 1989.** Instagram, [*s. l.*], 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/cotidiano_fotografico/. Acesso em: 17 jul. 2024.

COTIDIANO FOTOGRÁFICO. **Pichação com expressão de afeto.** Instagram, [*s. l.*], 2022. Disponível em: https://www.instagram.com/cotidiano_fotografico/. Acesso em: 17 jul. 2024.

COTIDIANO FOTOGRÁFICO. **Pichação com expressão de mágoa.** Instagram, [*s. l.*], 2022. Disponível em: https://www.instagram.com/cotidiano_fotografico/. Acesso em: 17 jul. 2024.

CUREAU, S.; KISHI, S. A. S.; SOARES, I. V. P.; LAJES, C. M. F. (org.). Valor de Patrimônio e Saber Técnico Institucional. *In:* CUREAU, Sandra, KISHI, Sandra Akemi Shimada, SOARES, Inês Virgínia Prado, LAGE, Claudia Márcia Freire (Coords.). **Olhar Multidisciplinar sobre a Efetividade da Proteção do Patrimônio Cultural.** Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

CURTIS, R. de C. M. **A importância da arte-educação na formação do cidadão**. 2013. 34 fls. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação no curso de Artes Visuais, habilitação em Licenciatura) - Universidade de Brasília, Departamento de Artes Visuais, Barretos, 2013. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/8833/1/2013_RitaDeCassiaMacedoCurtis.pdf . Acesso em: 15 abr. 2024.

D'ALESSANDRO, Marcela. Maior desastre socioambiental em curso no mundo é foco de pesquisa da UnB. **UnBCiência,** Brasília, 2023. Disponível em: https://unbciencia.unb.br/humanidades/49-administracao/714-maior-desastre-socioambiental-em-curso-no-mundo-e-foco-de-pesquisa-da-unb#:~:text=Esses%20s%C3%A3o%20alguns%20dos%20meios,em%20zona%20urbana%20no%20mundo. Acesso em: 05 mai. 2024.

DE LIMA, V. T. C.; MANHAS, A. C. B. da S.; MANHAS, M. P. G. **A Identificação dos Moradores com os Novos Espaços Urbanos que Promovem a Imagem Turística de Maceió (AL)**. *In:* Sobre o Comércio e Cidade: uma relação de Origem. Colóquio (Inter) Nacional, III, São Paulo, 2015. Disponível em: http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/05/3_cincci/035-adriana-capretz.pdf . Acesso em: 07 set. 2023.

DIAGONAL. **Plano de Ações Sociourbanísticas:** Diagnóstico Técnico-Participativo do PAS

Pós-Escuta Pública. 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1WtAiV1uL1j2H8fivcP5TOEfhlh6a4ubC/view. Acesso em: 05 mai. 2024.

DOS SANTOS, V. S. Desastre ambiental de Brumadinho. **Mundo Educação UOL,** [*s. l.*], [s. d.]. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/biologia/desastre-ambiental-brumadinho.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

DUARTE, R. de O. **O protagonismo e a sedução do mar e da laguna em Maceió e o imaginário das águas na cidade.** 2019. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

ECKET, C.; ROCHA, A. L. C. da. Etnografia de e na rua: estudo de antropologia urbana, **Ed. UFRGS,** Porto Alegre, p. 21-46, 2013. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9160. Acesso em: 14 mar. 2024.

ENDO, T. S. **A pintura rupestre da pré-história e o grafite dos novos tempos**. 2009. 12 fls. Trabalho de conclusão de curso (pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://celacc.eca.usp.br/pt-br/celacc-tcc/378/detalhe. Acesso em: 18 maio 2024.

FACHINI, T. Código de Mineração: principais pontos e alterações recentes. **PROJURIS**, [*s. l.*], 2022. Disponível em: https://www.projuris.com.br/blog/codigo-de-mineracao/. Acesso em: 11 jan. 2024.

FEITOSA, M. L. P. de A. M. Marco regulatório da Mineração: a disputa entre o direito humano ao desenvolvimento e o direito econômico do desenvolvimento. **Revista de Direito da Administração Pública,** Rio de Janeiro. Ano nº 03, v. 01, n. 01, 2016. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UFF-10_2ae88c9d180699e057769cd660bae549. Acesso em: 14 mar. 2024.

FONTOURA JÚNIOR, Caio Flávio Martinez. **A Influência da topografia na identificação de centralidades urbanas:** estudo de caso no município de Barra do Piraí, Rio de Janeiro. 2020. 79 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Cartográficas) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2020. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/c544eca7-c850-4516-a525-6d152d263a47/content. Acesso em: 15 abr. 2024.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo** - trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

FRAGOSO, E. (Org.). **Rasgando a Cortina de Silêncios** - O Lado B da Extração do Sal-gema em Maceió. Maceió: Instituto Alagoas, 2022.

G1 ALAGOAS. Intervenção homenageia famílias afetadas pelo afundamento do solo em Maceió. **G1 Alagoas,** Maceió, 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/11/02/intervencao-homenageia-familias-afetadas-pelo-afundamento-do-solo-em-maceio.ghtml. Acesso em: 18 maio 2024.

G1 ALAGOAS. Justiça determina fim de protesto em área da Braskem em Maceió; manifestantes mantêm acampamento. **G1 Alagoas,** Maceió, 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/09/18/justica-determina-fim-de-protesto-em-area-da-braskem-em-maceio-manifestantes-mantem-acampamento.ghtml. Acesso em: 18 maio 2024.

G1 ALAGOAS. Projeto resgata memórias de moradores que deixaram seus imóveis no bairro do Pinheiro, em Maceió. **G1 Alagoas,** Maceió, 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/09/30/projeto-resgata-memorias-de-moradores-que-deixaram-seus-imoveis-no-bairro-do-pinheiro-em-maceio.ghtml. Acesso em: 18 maio 2024.

GISMAPS. **Bairros de Maceió (KML).** Governo do Estado de Alagoas, Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – Seplag/AL, 2017. Disponível em: https://gismaps.com.br/downloads/bairros-de-maceio-kml/. Acesso em: 29 jul. 2024.

GONÇALVES, H. Sururu pode ser extinto da lagoa Mundaú após colapso de mina em Maceió, diz especialista. **G1 AL**, Maceió, 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/12/06/sururu-pode-ser-extinto-da-lagoa-mundau-apos-colapso-de-mina-em-maceio-diz-especialista.ghtml. Acesso em: 16 jan. 2024.

GONÇALVES, J. R. S. G. **A Retórica da Perda** - os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MINC – IPHAN, 2002.

GOVERNO DE ALAGOAS. **Mapa de Declividade (2° Edição).** Secretaria do Estado de Planejamento e do Desenvolvimento Econômico – SEPLANDE, Maceió, 2021. Disponível em: https://dados.al.gov.br/catalogo/nl/dataset/mapas-de-caracterizacao-territorial/resource/80d352e6-32c9-40c3-a8f8-23537b6b2324. Acesso em: 05 maio 2024.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Trad. Laurent Léon Schafter. Paris, 1968. Título Original: La Memoire Collective. São Paulo: Centauro, 2011. ISBN 85-7115-038-9. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf . Acesso em: 12 abr. 2024.

HEITOR, G. K. M. **Quando o Museu é uma Luta!** A Criação do Museu da beira da Linha do Choque e do Museu das Remoções. 2021. 169 fls. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/56846/56846.PDF. Acesso em: 15 abr. 2024.

HELERBROCK, R. **Acidente de Chernobyl.** Brasil Escola UOL, [*s. l.*], [s. d.]. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/historia/chernobyl-acidente-nuclear.htm**.** Acesso em: 10 mar. 2024.

HISTÓRIAS DO SUBSOLO. **Licença Ambiental de Operação para Braskem** - 2016. Histórias do Subsolo, Maceió, 2022. Disponível em: https://historiasdosubsolo.org/documentos. Acesso em: 08 jan. 2023.

HISTÓRIAS DO SUBSOLO. **Placa da renovação da Licença Ambiental de Operação** - 2017. Histórias do Subsolo, Maceió, 2022. Disponível em: https://historiasdosubsolo.org/documentos. Acesso em: 08 jan. 2023.

HISTÓRIAS DO SUBSOLO. **Presidente Ernesto Geisel em Maceió -** Arquivo Público, 1975. Histórias do Subsolo, Maceió, 2022. Disponível em: https://historiasdosubsolo.org/documentos. Acesso em: 08 jan. 2023.

HISTÓRIAS DO SUBSOLO. **Publicação em jornal da manifestação contra a Braskem:** Jornal A Voz do Jornalista - 07-1985. Histórias do Subsolo, Maceió, 2022. Disponível em: https://historiasdosubsolo.org/documentos. Acesso em: 08 jan. 2023.

HISTÓRIAS DO SUBSOLO. **Publicação em jornal dos estudos sobre o Terminal Químico da Salgema** – Tribuna, 06-08-1986. Histórias do Subsolo, Maceió, 2022. Disponível em: https://historiasdosubsolo.org/documentos. Acesso em: 08 jan. 2023.

HISTÓRIAS DO SUBSOLO. **Publicação jornal em 22 de julho de 1987 do sindicato dos jornalistas contra a licença ambiental para a duplicação da Salgema.** Histórias do Subsolo, Maceió, 2022. Disponível em: https://historiasdosubsolo.org/documentos. Acesso em: 08 jan. 2023.

HISTÓRIAS DO SUBSOLO. **Relatório da comissão designada por Divaldo Suruagy para avaliar os riscos do complexo industrial** - 07-11-1983. Histórias do Subsolo, Maceió, 2022. Disponível em: https://historiasdosubsolo.org/documentos. Acesso em: 08 jan. 2023.

HONORATO, M. Vídeo: artistas pintam "Maceió afunda em lágrimas" em rua de Bebedouro. **GazetaWeb.com**., Maceió, 2024. Disponível em: https://www.gazetaweb.com/noticias/maceio/video-artistas-pintam-maceio-afunda-em-lagrimas-em-rua-do-bebedouro. Acesso em: 6 jun. 2024.

IBGE. **Índice de Desenvolvimento Humano** – Maceió 1991. IBGE, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/pesquisa/37/30255?ano=1991. Acesso em: 25 jul. 2024.

IBGE. **Índice de Desenvolvimento Humano** – Maceió 2010. IBGE, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/maceio/pesquisa/37/30255?ano=2010. Acesso em: 25 jul. 2024.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, Veneza, 1964. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf. Acesso em: 08 abr. 2023.

ICOMOS. **Proposta de inscrição do Sítio Arqueológico Cais do Valongo na lista do Patrimônio Mundial**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

ICOMOS. **The Burra Charter.** The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance, Australia, 2013. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31_10_2013.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. **Publicação do Jornal de Alagoas em 9 de maio de 1984.** IHGAL, Maceió, [s. d.].

INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE. **Interpretation of sites of memory.** Study commissioned by the World Heritage Centre of UNESCO and funded by the Permanent Delegation of the Republic of Korea. 2018. Disponível em: http://whc.unesco.org/document/165700. Acesso em: 11 abr. 2024.

IPHAN. **Detalhes sobre o Patrimônio Cultural.** 2024. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/. Acesso em: 20 abr. 2024.

IPHAN. **Portaria 375 de 19 de setembro de 2018**. Ministério da Cultura. Dispõe sobre a Política do Patrimônio Cultural Material - PPCM, 2018. Brasília, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_iphan0732090.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

IPHAN. **Portaria nº 200 de 18 de maio de 2016**. Ministério da Cultura. Dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - PNPI, 2016. Brasília, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_n_200_de_15_de_maio_de_2016.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

IPHAN. **Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018.** Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Brasília, DF, 2018.

KAUFMANN, J-C. **A Entrevista Compreensiva:** um guia para a pesquisa de campo. Petrópolis, RJ: Vozes; Maceió, AL: EDUFAL, 2013.

KINGSLE, J. A vida segue em Chernobyl, 35 anos após o pior acidente nuclear do mundo. **National Geographic**., [*s. l.*], 2021. Disponível em: https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2021/04/a-vida-segue-em-chernobyl-35-anos-apos-o-pior-acidente-nuclear-do-mundo. Acesso em: 01 fev. 2024.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEVINO, N. de A.; FONTANA, M. E. (Orgs.). **A cidade engolida.** Desastre ocasionado pela extração irregular de minas de sal-gema em Maceió-AL: uma discussão inicial. São Carlos:Pedro & João Editores, 2023.

LIMA FILHO, M. F.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. (Orgs.). **Antropologia e Patrimônio Cultural** - Diálogos e Desafios Contemporâneos. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia – Blumenau: Nova Letra, 2007.

LIMA NETO, F. Mina 18 da Braskem está em processo de estabilização em Maceió, diz a Defesa Civil. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/12/mina-18-da-braskem-esta-em-processo-de-estabilizacao-em-maceio-diz-defesa-civil.shtml . Acesso em: 12 jan. 2023.

LIMA, T. A. O licenciamento ambiental no Iphan: o socioambiente em questão. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 35, p. 285-319, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf . Acesso em: 14 mar. 2024.

LOPES, C. E. da S. **Vidas e Lares Destruídos:** Território e Memória, uma Fotoetnografia após a Tragédia Causada pela Braskem. 2023. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/11532. Acesso em: 15 abr. 2024.

LOPES, E. Arquivos da Memória: Memória e Sociedade. **Etnográfica Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, Lisboa, v. 1 n. 1, p. 123, 1996. Disponível em: https://journals.openedition.org/etnografica/4413. Acesso em: 30 abr. 2023.

MACEIÓ. **Decreto de Calamidade 9.643 de 29 de novembro de 2023.** Declara emergência no município de Maceió em virtude da iminência de colapso da mina 18 da mineradora Braskem. Prefeitura Municipal De Maceió, 2023. Disponível em: https://maceio.al.gov.br/uploads/documentos/Decreto-de-Emergencia-Municipio-de-Maceio-DOM-extraordinario-29-de-novembro-de-2023.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

MACEIÓ. **decreto nº. 9.128 Maceió/AL, 23 de novembro de 2021.** Declara estado de calamidade pública nas áreas do município de Maceió afetada por subsidências e colapsos - COBRADE nº 1.1.3.4.0, conforme IN/MDR nº. 36/2020. Maceió, AL, 2021.

MACEIÓ. **IPLAN debate com setor imobiliário planejamento urbano de Maceió.** Prefeitura de Maceió, Al, 2023. Disponível em: https://maceio.al.gov.br/noticias/iplan/iplan-debate-com-setor-imobiliario-planejamento-urbano-de-maceio. Acesso em: 13 maio 2024.

MACEIÓ. **Lei Municipal 5.486, 31 de dezembro de 2005.** Plano Diretor de Maceió. Maceió, AL, 2005.

MACHADO, M. L. **As Varandas da Cidade:** proposta de valorização dos mirantes do Centro e Farol de Maceió. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Alagoas, 2019. Disponível em: https://issuu.com/mlcvmachado/docs/as_varandas_da_cidade. Acesso em: 15 abr. 2024.

MACIEL, A. B. C.; LIMA, Z. M. C. O Conceito de Paisagem: diversidade de olhares. **Sociedade e Território**, Natal, v. 23, n. 2, p. 159-177, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3505. Acesso em: 14 mar. 2024.

MADEIRO, C. Milhares de peixes aparecem mortos em lagoa onde mina rompeu em Maceió. **UOL**, [*s. l.*], 2024. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2024/01/02/milhares-de-peixes-aparecem-mortos-em-lagoa-onde-mina-colapsou-em-maceio.htm Acesso em: 16 jan. 2024.

MAGALHÃES, A. M. **Inspetoria de Monumentos Nacionais** (1934 – 1937). Dicionário do Patrimônio Cultural IPHAN, Brasília, [s. d.]. Disponível em : http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/29/inspetoria-de-monumentos-nacionais-1934-1937. Acesso em: 15 abr. 2024.

MAGALHÃES, J. Pesquisadora Projeta impactos da mineração em Maceió. **Agência Econordeste**., Fortaleza, 2024. Disponível em: https://agenciaeconordeste.com.br/pesquisadora-projeta-impactos-da-mineracao-em-maceio/. Acesso em: 16 jan. 2024.

MARIANA, V. Grafite e Pichação: Por que um é considerado arte e o outro é crime? **ComunicaUEM**. Maringá. 16 de maio de 2022. Disponível em: http://www.dfe.uem.br/comunicauem/2022/05/16/grafite-e-pichacao-por-que-um-e-considerado-arte-e-o-outro-crime/. Acesso em: 01 jul. 2023.

MARTINS, H. H. T. de Souza. Metodologia Qualitativa de Pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 15 abr. 2024.

MENEGUELLO, C.; BORGES, V. Patrimônio, memória e reparação: a preservação dos lugares destinados à hanseníase no estado de São Paulo. **Patrimônio e Memória**., São Paulo, v. 4, n. 2, p. 345 – 374, 2018. Disponível em: https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/771/1055. Acesso em: 14 out. 2023.

MENEGUELLO, C.; PISTORELLO, D. Patrimônios difíceis e ensino de história: uma complexa interação. **Revista História Hoje,** São Paulo, v. 10, n. 19, p. 4 -11, 2021. Disponível em: https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/775. Acesso em: 14 mar. 2024.

METRIA, S. **Geometrize est ritualize.** Saulo Metria, [*s. l.*], [s. d.]. Disponível em: https://www.saulometria.com/bio. Acesso em: 19 jun. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Acordo de cooperação MPF / PR-RR N° 001/2020.** Acordo de Cooperação que entre si celebram o Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado de Roraima – e o Ministério da Defesa Exército Brasileiro – Força-Tarefa Logística Humanitária– VIII Contingente. Boa Vista, Roraima, 2020. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/rr/sala-de-imprensa/docs/Acordo_assinado_PRRR00010660.2020.pdf. Acesso em: 19 jul. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **MPF quer o fim da extração de areia em área de proteção ambiental em Marechal Deodoro (AL)**. Assessoria de Comunicação Social Procuradoria da República em Alagoas, Maceió, 2023. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/al/sala-de-imprensa/noticias-al/mpf-quer-o-fim-da-extracao-de-areia-em-area-de-protecao-ambiental-em-marechal-deodoro-al. Acesso em: 13 jan. 2023.

MOTTA, F. F.; MARQUES, C. L. A Compensação como Forma de Reparação de Danos Ambientais Irreversíveis. **Salão de iniciação Científica,** UFRGS, Porto Alegre, v. 14, p. 2-6, 2002. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/83023/Resumo_20020972.pdf?sequence=1 Acesso em: 06 abr. 2023.

NASCIMENTO, G. **Vídeo_Exposição Aqui morava uma família.** Casa do Patrimônio – IPHAN, 2023. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/11_f7aVh4vFBzuB4jqB4roGSuxwWxhgXl/view?usp=sharing. Acesso em: 16 jun. 2024.

NASCIMENTO, J. Após 97 anos, CSA deixa Mutange e vai para Nelsão. **Gazeta de Alagoas,** Maceió, 2019. Disponível em:https://d.gazetadealagoas.com.br/esportes/213621/apos-97-anos-csa-deixa-mutange-e-vai-para-nelsao. Acesso em: 17 dez. 2023.

NOGUEIRA, R. **Quando um cemitério é patrimônio cultural**. 2013. 128 fls. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/uniriobb/12386. Acesso em: 15 abr. 2024.

NORA, P. Entre memória e história - a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Jhoury. **Proj. História**. São Paulo, n. 10, p. 07-28, 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763. Acesso em: 02 mar. 2024.

NOTÍCIA CAU/AL. **CAU/AL abre fórum permanente para Plano Diretor de Maceió.** Participe! CAU/AL, Maceió, 2016. Disponível em: https://www.caual.gov.br/?p=6263. Acesso em: 05 jun. 2024.

ONU. **Declaração Internacional dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III), Paris, 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 14 mar. 2024.

ORTIZ, R. Diversidade Cultural e Cosmopolitismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 47, p. 73-89, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/F3ZBtNxnjYnN3XjDCXMRzSR/abstract/?lang=pt. Acesso em: 14 mar. 2024.

PALHANO, N. **Nota Técnica 2 para a Prefeitura Municipal de Maceió**. Assunto: Atualização do Termo de Acordo para apoio na desocupação das Áreas de Risco, nos autos dos processos no. 0803836-61. 2019. 4 .05. 800 e no. 0806577-74.2019.4.05.800 em trâmite perante a 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de Alagoas, Maceió, 2022.

PASSOS, G. Braskem é condenada a indenizar o Estado de Alagoas. **Agência Brasil**., Brasília, 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/justica/audio/2023-10/braskem-e-condenada-indenizar-estado-de-alagoas. Acesso em: 06 jun. 2024.

PENA, R. F. A. Falha Geológica. **Mundo Educação UOL,** [*s. l.*], [s. d.]. Disponível em: https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/falha-geologica.htm. Acesso em: 13 jul. 2024.

PERALTA, E. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória. Antropologia, Escala e Memória**, [*s. l.*], n. 2 (Nova Série), p. 4-23, 2007. Disponível em: https://arquivos-da-memoria.fcsh.unl.pt/ArtPDF/02_Elsa_Peralta[1].pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

PEREIRA, D. C. **Paisagem como patrimônio:** entre potencialidades e desafios para a implementação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira. 2018. 213 fls. Dissertação (Mestrado profissional em preservação do patrimônio Cultural) Centro Lucio Costa, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1870. Acesso em: 15 abr. 2024.

PIMENTEL, J. B. **Bebedouro.** Bairros de Maceió, Maceió, 1996. Disponível em: http://www.bairrosdemaceio.net/bairros/bom-parto. Acesso em: 10 jul. 2024.

PIMENTEL, J. B. **Bom Parto.** Bairros de Maceió, Maceió, 1996. Disponível em: http://www.bairrosdemaceio.net/bairros/bom-parto. Acesso em: 10 jul. 2024.

PIMENTEL, J. B. **Farol.** Bairros de Maceió, Maceió, 1996. Disponível em: https://bairrosdemaceio.net/bairros/farol. Acesso em: 10 jul. 2024.

PJM DRONE. **Da Gruta de Lourdes até o Farol -** Maceió Alagoas Brasil Visto de cima em 5.4K. Dji Air 2S. Youtube, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=IJt6bbrye_g. Acesso em: 17 jun. 2024.

PODER360. Instituto do Meio Ambiente de AL multa Braskem em R$ 72 milhões. **Poder 360**, [*s. l.*], 2023. Disponível em: https://www.poder360.com.br/meio-ambiente/instituto-do-meio-ambiente-de-al-multa-braskem-em-r-72-milhoes/. Acesso em: 05 maio 2024.

POLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

PREFEITURA DE MACEIÓ. **Notícias na rede social do Instagram da Prefeitura de Maceió durante o colapso da mina 18, em dezembro de 2023.** Instagram, [*s. l.*], 2023.

PROJETO RUPTURA. **Sobre o Projeto e Depoimentos dos(as) Fotógrafos(as) Participantes.** Projeto Ruptura, Maceió, 2021. Disponível em: https://projetorupturamcz.wixsite.com/fotografia/depoimentos. Acesso em: 18 maio 2024.

PRONZATO, C. **A Braskem passou por aqui:** A catástrofe de Maceió. Youtube, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zBOJbOGcBwo. Acesso em 14 mar. 2024.

RAMPIM, S. **Educação Patrimonial e Inventários Participativos nos contextos escolares**. IPHAN, [*s. l.*], 2023.

REDAÇÃO FOLHA DE ALAGOAS. Agência revela políticos alagoanos que receberam doações da Braskem. **Folha de Alagoas**., Maceió, 2023. Disponível em: https://folhadealagoas.com.br/2023/12/06/agencia-revela-politicos-alagoanos-que-receberam-doacoes-da-braskem/. Acesso em: 01 fev. 2024.

REDAÇÃO JORNAL DE ALAGOAS. Novo relatório da ANM classifica minas da Braskem como “sem estabilidade” **Jornal de Alagoas**, Maceió, 2023. Disponível em:

https://www.jornaldealagoas.com.br/geral/2023/12/26/22262-novo-relatorio-da-anm-classifica-minas-da-braskem-como-sem-estabilidade. Acesso em: 31 jan. 2024.

REDAÇÃO T82. Risco iminente: colapso da mina 18 no Mutange pode causar salinização drástica na Lagoa Mundaú, segundo a Defesa Civil. **T82**, Maceió, 2024. Disponível em: https://t82.com.br/maceio/noticia/2023/11/29/risco-iminente-colapso-da-mina-18-no-mutange-pode-causar-salinizacao-drastica-na-lagoa-mundau-segundo-a-defesa-civil. Acesso em: 16 jan. 2024.

REZENDE, A. S. Massey, Doreen B.: Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade. Trad. Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiás, v. 29, n. 1, p. 19-42, 2008. Disponível em: https://revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/7106. Acesso em 14 mar. 2024.

RIOS, F. D. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Intratextos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 1-22, 2013. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/intratextos/article/view/7102/9367. Acesso em: 04 mar. 2023.

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. Etnografia de Rua: Estudo de etnografia Urbana. **Rua**. Campinas, v. 9, p. 101-127. 2003. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/187458/000431143.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 6 jun. 2024.

ROCHA, L. C. As Tragédias de Mariana e Brumadinho: É Prejuízo? Para Quem? **Caderno de Geografia**, São João Del-Rei, v. 31, n. 1 especial, p. 184-195, 2021. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/25541/17777. Acesso em: 10 mar. 2024.

RODRIGUES, R. CNBB denuncia o acordo da Prefeitura de Maceió com a Braskem. **Tribuna Hoje**, Maceió, 2024. Disponível em: https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2024/01/13/132393-cnbb-denuncia-acordo-da-prefeitura-de-maceio-com-a-braskem. Acesso em: 13 jan. 2023.

RODRIGUES, R. Plano Diretor de Maceió não sai do papel. **Tribuna Hoje,** Maceió, 2024. Disponível em: https://tribunahoje.com/noticias/politica/2024/02/24/134300-plano-diretor-de-maceio-nao-sai-do-papel. Acesso em: 06 jun. 2024.

RODRIGUES, R. Protesto no cemitério de Bebedouro. **Tribuna Hoje**, Maceió, 2023. Disponível em: https://tribunahoje.com/noticias/brasil/2023/11/01/128889-protestos-no-cemiterio-de-bebedouro. Acesso em: 01 fev. 2023.

RUBIM, A.; FERNANDES, T.; RUBIM, I. (Orgs.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura.** Salvador: Edufba, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/2802/1/colecao%20cult_8_RI.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.

SAL-GEMA. *In:* WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Sal-gema&oldid=67074935. Acesso em: 6 jul. 2024.

SALOMÃO, M. **Saber dos Arquivos.** São Paulo: Edições Ricochete, 2011.

SANT'ANNA, M. **Da cidade-monumento à cidade documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. Salvador/BA: Oiti Editora, 2014.

SANTIAGO, D. V., CID, G. da S. V. Patrimônios Difíceis: entre a memória, direitos e reparação. **ORE**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 10-18, 2023. Disponível em: https://www.academia.edu/107804901/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_do_Dossi%C3%AA_Patrim%C3%B4nios_Dif%C3%ADceis_entre_a_mem%C3%B3ria_direitos_e_repara%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 14 mar. 2024.

SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço Habitado.** Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEIXAS, J. Mina da Braskem em Maceió se rompe: o que acontece agora? **BBC News Brasil,** São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2e2e0yz04eo. Acesso em: 12 jan. 2023.

SEIXAS, J.; PAMPLONA, N.; LUCCA, B. Mina da Braskem desaba em Maceió. **Folha de São Paulo**, Maceió, Rio de Janeiro, São Paulo, 2023. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/12/mina-da-braskem-em-maceio-sofre-rompimento-diz-prefeito.shtml. Acesso em: 05 maio 2024.

SERAFIM, N. Projeto Ruptura: Olhares sobre vidas rachadas. **Aqui Acolá Arte**, Alagoas, 2021. Disponível em: https://aquiacola.net/2021/01/10/projeto-ruptura-olhares-sobre-vidas-rachadas/. Acesso em: 6 jun. 2024.

SERPA, A. Paisagem, lugar e Região: perspectivas teóricos-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **GeoUSP - espaço e tempo**, São Paulo, n.33, 2013, p. 168-185. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74309. Acesso em: 14 mar. 2024.

SILVA, D. A. Lançamento da bomba nuclear sobre Hiroshima. ***Brasil Escola,*** [*s. l.*], [s. d.]. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/guerras/lancamento-bomba-nuclear-sobre-hiroshima.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

SILVA, M. Nicolau Santos da. Território: uma revisão teórico-conceitual. **Interespaço**, Grajaú, v.1, p.49-76, 2015. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/3435. Acesso em: 14 mar. 2024.

SOARES, I. P.; CUREAU, S. (Orgs.). **Bens Culturais e Direitos Humanos.** São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2015.

SOARES, S. de J. Pesquisa Científica: uma Abordagem sobre o Método Qualitativo, **Revista Ciranda**. Montes Claros, v. 1, n. 3, p.168-180, 2019. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/view/314/348. Acesso em: 30 abr. 2023.

SORRE, M. A Geografia Humana (introdução). **GEOgraphia**. Barcelona, ano V, n.10, p. 137-143, 2003. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13461 . Acesso em: 15 abr. 2024.
SPINOZA, Benedictus de. **Ética.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

THIESEN, I. Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaço de produção do conhecimento. *In:* Granato, Marcus; dos Santos, Claudia Penha; Loureiro, Maria Lucia de N. M. (Orgs.). **Museu e Museologia:** Interfaces e Perspectivas/Museu de Astronomia e Ciências Afins. v. 11. Rio de Janeiro: MAST, 2009.

TIBUNA INDEPENDENTE. Tribuna lança podcast Vozes do Afundamento. **Tribuna Hoje,** Maceió, 2023. Disponível em: https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2023/03/04/117115-tribuna-lanca-podcast-vozes-do-afundamento. Acesso em: 22 maio 2024.

TICIANELI. **Bom Parto da paróquia do padre Brandão Lima e da Fábrica Alexandria.** História De Alagoas, Maceió, 2019. Disponível em: https://www.historiadealagoas.com.br/bom-parto-da-paroquia-do-padre-brandao-lima-e-da-fabrica-alexandria.html. Acesso em: 25 jan. 2024.

TICIANELI. **Bonifácio, o Major da folia.** História De Alagoas, Maceió, 2015. Disponível em: https://www.historiadealagoas.com.br/bonifacio-o-major-da-folia.html. Acesso em: 25 jan. 2024.

TICIANELI. **Estrada de Bebedouro, um dos primeiros caminhos para Maceió.** História De Alagoas, Maceió, 2020. Disponível em: https://www.historiadealagoas.com.br/estrada-de-bebedouro-um-dos-primeiros-caminhos-para-maceio.html. Acesso em: 25 jan. 2024.

TICIANELI. **História dos bairros do Alto do Farol.** História De Alagoas, Maceió, 2013. Disponível em: https://www.historiadealagoas.com.br/zeppelin-em-maceio.html. Acesso em: 25 jan. 2024.

TICIANELI. **Os Morais: subsídios para sua história.** História De Alagoas, Maceió, 2017. Disponível em: https://www.historiadealagoas.com.br/os-morais-subsidios-para-sua-historia.html. Acesso em: 25 jan. 2024.

TICIANELI. **Zeppelin em Maceió.** História De Alagoas, Maceió, 2015. Disponível em: https://www.historiadealagoas.com.br/zeppelin-em-maceio.html. Acesso em: 25 jan. 2024.

TRIBUNA HOJE. Vidas Afundadas – Uma tragédia Urbana. **Tribuna Hoje,** Maceió, 2023. Disponível em: https://tribunahoje.com/vidas-afundadas. Acesso em: 25 maio 2024.

TUAN, Y-F. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2015.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida. Paris, 1972. Disponível em: https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

UNESCO. **Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular**. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura reunida. Paris, 1989. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

VARGAS, H. C. III CinCci - Colóquio internacional sobre comércio e cidade: uma relação de origem. **PosFAUUSP**, São Paulo, v. 17, n. 28, p. 258-262, 2010. https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i28p258-262, ISSN 2236-6040. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43713 . Acesso em: 15 abr. 2024.

VASCONCELOS, D. A. L. de; ARAÚJO, L. M. de; RAMOS, S. P. Evolução histórica do destino turístico Maceió-Alagoas-Brasil: de antecedentes à atual situação. **RITUR**, Penedo, v. 6, n. 1, p. 139-164, 2016. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/2391. Acesso em: 14 mar. 2024.

VIEIRA, M. do C. "**Daqui só saio pó":** conflitos urbanos e mobilização popular - a Salgema e o Pontal da Barra. Maceió: EDUFAL, 1997.

WINTER, R. R. **Verbete Paisagem**. Paisagens Culturais Mundiais, ICOMOS, [*s. l.*], [s. d.].Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/92/paisagem. Acesso em: 28 jun. 2023.

ZHOURY, A.; *et al.* (Orgs.) **Mineração, Violências e Resistências -** Um Campo aberto à Produção de Conhecimento no Brasil. Marabá, PA: Iguana; ABA, 2018.

APÊNDICE A

Fotos georreferenciadas das pichações

Pontos	Classificação do Ponto	Transcrição do texto	Coordenadas Geográficas X/Y		Foto	Coordenadas	Endereço
1	FÉ/ESPERANÇA	Não estamos sós. Deus é Justiça. 75 anos de história. Nosso Deus é fiel. Ele é nosso guia.	-9.638.914,00	-35.739.735		9°38'20.1"S 35°44'23.1"W	R. Miguel Palmeira, 1153 - Farol, Maceió - AL, 57055-330
2	AFETO	Fomos felizes aqui!	-9.638.993	-35739935,000		9°38'20.4"S 35°44'23.8"W	R. Miguel Palmeira, 1183 - Farol, Maceió - AL, 57055-330
3	PERTENCIMENTO	Maria Stela e Severino Frazão	-9.639.033	-35740032,000		9°38'20.5"S 35°44'24.1"W	R. Miguel Palmeira, 1183 - Farol, Maceió - AL, 57055-330

4	PERTENCIMENTO	Esquinão Frazão eternamente	-9.639.045	-35.740.132		9°38'20.6"S 35°44'24.5"W	R. Miguel Palmeira, 1193 - Farol, Maceió - AL, 57055-330
5	MÁGOA	Braskem sua ganância destruiu mais um sonho	-9.639.868	-35.742.065		9°38'23.5"S 35°44'31.4"W	R. Miguel Palmeira, 992-1172 - Farol, Maceió - AL, 57055-504
6	MÁGOA	Braskem separou uma família. Agora. A família Arcanjo	-9.640.275	-35.742.994		9°38'25.0"S 35°44'34.8"W	R. Miguel Palmeira, 992-1172 - Farol, Maceió - AL, 57055-504
7	PERTENCIMENTO E AFETO	Desde 1980. (desenho de árvore geneológica). P.s.: Te amamos Família Oliveira. Obrigada Por tudo!	-9.641.008	-35.742.639		9°38'27.6"S 35°44'33.5"W	Av. Dr. Muniz Falcão, 118-182 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-515

8	AFETO	Aqui fomos felizes. Família Torres. 58 anos!	-9.640.926	-35.742.392			9°38'27.3"S 35°44'32.6"W	Av. Dr. Muniz Falcão, 100 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-515
9	AFETO	Minha família morou aqui. Vó Antônia Vô Luiz. Família Santos. Pinheiro 60 anos	-9.640.771	-35.742.284			9°38'26.8"S 35°44'32.2"W	Av. Dr. Muniz Falcão, 40 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-515
10	AFETO E MÁGOA	Foram tantos sonhos vividos, tantos sonhos destruídos	-9.639.336	-35.741.796			9°38'21.6"S 35°44'30.5"W	R. Manoel Menezes, 4 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-690
11	PERTENCIMENTO/ DENÚNCIA	Delegado Topera morou aqui. Descaso com o bairro do Pinheiro	-9.639.172	-35.742.442			9°38'21.0"S 35°44'32.8"W	R. Cel. Lima Rocha, 1447 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-502

12	DENÚNCIA	Somos vítimas da Braskem	-9.639.202	-35.742.548			9°38'21.1"S 35°44'33.2"W	R. Cel. Lima Rocha, 713 - Farol, Maceió - AL, 57055-502
13	DENÚNCIA	Fomos condenados	-9.639.253	-35.742.671			9°38'21.3"S 35°44'33.6"W	R. Cel. Lima Rocha, 1477 - Farol, Maceió - AL, 57055-502
14	AFETO	Aqui morava um menino lindo	-9.639.239	-35.742.708			9°38'21.3"S 35°44'33.8"W	R. Cel. Lima Rocha, 1046-1468 - Farol, Maceió - AL, 57055-400
15	AFETO	Obrigada Pinheiro por acolher a nossa história por mais de 30 anos	-9.639.313	-35.742.737			9°38'21.5"S 35°44'33.9"W	R. Cel. Lima Rocha, 743 - Farol, Maceió - AL, 57055-502

16	MÁGOA	Braskem, demolição de um sonho	-9.639.339	-35.742.931			9°38'21.6"S 35°44'34.6"W	R. Cel. Lima Rocha, 75 - Farol, Maceió - AL, 57055-400
17	PERTENCIMENTO E ESPERANÇA	Governantes Deus é Deus de justiça. 74 anos família Ferreira	-9.639.357	-35.743.005			9°38'21.7"S 35°44'34.8"W	R. Cel. Lima Rocha, 1707-1637 - Farol, Maceió - AL, 57055-400
18	AFETO	Pense na gaitada feia kkk Aline	-9.639.452	-35.743.220			9°38'22.0"S 35°44'35.6"W	R. Cel. Lima Rocha, 1499 - Farol, Maceió - AL, 57055-502
19	MÁGOA	Braskem o inferno lhe espera!	-9.639.525	-35.743.241			9°38'22.3"S 35°44'35.7"W	R. Cel. Lima Rocha, 1499 - Farol, Maceió - AL, 57055-502

20	PERTENCIMENTO	Oficina do peixinho mais uma vítima da Braskem. Peixinho agora conserta carro no puteiro.	-9.639.500	-35.743.257		9°38'22.2"S 35°44'35.7"W	R. Paschoal Barbosa da Fonseca, 80a - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-505
21	AFETO E MÁGOA	Eterno Pinheiro. 5 mil não é nada! pague logo! Fia da Peste!	-9.638.774	-35.741.673		9°38'19.6"S 35°44'30.0"W	R. Cel. Lima Rocha, 1331 - Farol, Maceió - AL, 57055-502
22	AFETO	Aqui morava uma família feliz!!! Terezinha (coração) Walter. filhos netos bisnetos	-9.638.714	-35.741.455		9°38'19.4"S 35°44'29.2"W	R. Cel. Lima Rocha, 1291 - Farol, Maceió - AL, 57055-502
23	PERTENCIMENTO	Igreja Nossa Senhora de Nazaré	-9.638.549	-35.740.858		9°38'18.8"S 35°44'27.1"W	R. Cel. Lima Rocha - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-502

24	DENÚNCIA	Braskem pague logo a conta!!!	-9.638.356	-35.740.373		9°38'18.1"S 35°44'25.3"W	R. Ricardo Cesar de Melo, 89-1 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-540
25	DENÚNCIA	Braskem = Tragédia!	-9.638.168	-35.740.225		9°38'17.4"S 35°44'24.8"W	R. Cel. Lima Rocha, 1171 - Farol, Maceió - AL, 57055-502
26	DENÚNCIA	Bem vindos ao massacre S1L3NC1050 que você não vê na TV!	-9.637.620	-35.739.011		9°38'15.4"S 35°44'20.4"W	R. Cel. Lima Rocha, 1015 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-502
27	MÁGOA E DENÚNCIA	# luto da vovó. Acordo p/ crime?	-9.637.355	-35.738.205		9°38'14.5"S 35°44'17.5"W	R. Cel. Lima Rocha, 941 - Farol, Maceió - AL, 57055-502

28	MÁGOA	Fim de festa #Flor de Lis	-9.637.282	-35.738.102			9°38'14.2"S 35°44'17.2"W	R. Cel. Lima Rocha, 1213-1041 - Farol, Maceió - AL, 57055-400
30	PESAR MÁGOA	"Haja hoje para tanto ontem e amanhã para tanto hoje" (Paulo Leminski)	-9.636.954	-35.739.363			9°38'13.0"S 35°44'21.7"W	R. Srg. Aldo Almeida, 170 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-510
31	PERTENCIMETNO	36 anos de história vividas. Casarão da Família Bispo	-9.637.100	-35.739.310			9°38'13.6"S 35°44'21.5"W	R. Srg. Aldo Almeida, 149 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-510
32	DENÚNCIA	Braskem + poder público de bosta!!! Assassina!!!	-9.636.785	-35.739.119			9°38'12.4"S 35°44'20.8"W	R. Cícero Virgínio De Torres, 308 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-620

33	DENÚNCIA	S.O.S! Justiça urgente	-9.637.606	-35.740.373		9°38'15.4"S 35°44'25.3"W	R. Ricardo Cesar de Melo, 140-178 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-540
34	DENÚNCIA	Braskem destruição	-9.637.650	-35.740.364		9°38'15.5"S 35°44'25.3"W	R. Ricardo Cesar de Melo, 140-178 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-540
35	DENÚNCIA	#Fora Braskem lucro=sangue	-9.637.861	-35.740.381		9°38'16.3"S 35°44'25.4"W	R. Luiz de Cerqueira Cotrim, 2 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-500
36	PERTENCIMENTO MÁGOA	Moramos ha 64 anos. A Braskem afundou sonhos!	-9.637.900	-35.740.455		9°38'16.4"S 35°44'25.6"W	R. Ricardo Cesar de Melo, 117 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-670

37	AFETO E DENÚNCIA	Tantos momentos felizes histórias, lembranças Era uma vez o "clube do Regi-Regi" e da Dona Fran. Saudade infinita! 27 anos de Pinheiro destruídos!					
38	DENÚNCIA	Prefeito JHC abandonou o povo do Pinheiro. Seu veto e a prova viva falso so apareceu na can...	-9.635.073	-35.739.322		9°38'06.3"S 35°44'21.6"W	R. Ricardo Cesar de Melo, 50 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-670
39	DENÚNCIA	Não entre risco de morte	-9.635.160	-35.739.456		9°38'06.6"S 35°44'22.0"W	R. Ricardo Cesar de Melo, 424-558 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-540
40	PERTENCIMENTO	Família Cavalcante Gomes	-9.637.466	-35.741.750		9°38'14.9"S 35°44'30.3"W	R. Mis. John Mein, 125 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-790

41	PERTENCIMENTO	Seu Ze da latinha + 50 anos de Pinheiro. Tudo começou com o Bar da Latinha. Seu ze e Dona Nicinha	-9.638.265	-35.741.354		9°38'17.8"S 35°44'28.9"W	R. Luiz de Cerqueira Cotrim, 16 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-500
42	DENUNCIA E MÁGOA	#Fora Braskem	-9.637.911	-35.740.551		9°38'16.5"S 35°44'26.0"W	R. Luiz de Cerqueira Cotrim, 99-17 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-590
43	PERTENCIMENTO	Vó Terezinha 52 anos no Pinheiro. Val Vania Valdir Nena Waltinho Marcio Bruno Diego Rebeca Marcinho Manu Priscila Guga Olavo	-9.638.325	-35.741.677		9°38'18.0"S 35°44'30.0"W	R. Luiz de Cerqueira Cotrim, 353-19 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-590

44	MÁGOA	Não era pra ser assim	-9.638.597	-35.742.190			9°38'19.0"S 35°44'31.9"W	R. Manoel Menezes, 105 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-690
45	AFETO	2010 - 2020 saudades	-9.636.885	-35.742.118			9°38'12.8"S 35°44'31.6"W	R. Mis. John Mein, 110-230 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-790
46	PERTENCIMENTO	Família comando 1993	-9.636.580	-35.741.630			9°38'11.7"S 35°44'29.9"W	R. Basileu de Meira Barbosa, 6a - Pinheiro, Maceió - AL, 57057-480
47	DENÚNCIA	Braskem assassina!	-9.635.620	-35.742.764			9°38'08.2"S 35°44'34.0"W	Praca Menino Jesus Praga, 330 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-645

48	DENÚNCIA	# Justiça	-9.635.240	-35.742.221		9°38'06.9"S 35°44'32.0"W	Praca Walter Castro Souza, 348 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-770
49	DENÚNCIA	#Respeito	-9.635.190	-35.742.154		9°38'06.7"S 35°44'31.8"W	Al. São Benedito, 459-363 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-525
50	DENÚNCIA	Queremos justiça!	-9.635.089	-35.741.983		9°38'06.3"S 35°44'31.1"W	Al. São Benedito, 485 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-645
51	DENÚCIA	Aqui: 336 famílias prejudicadas	-9.635.067	-35.741.947		9°38'06.2"S 35°44'31.0"W	Al. São Benedito, 485 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-645

52	MÁGOA	Vidas e lares destruídos	-9.635.002	-35.741.883		9°38'06.0"S 35°44'30.8"W	Al. São Benedito, 453 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-645
53	DENUNCIA E MÁGOA	Impunidade	-9.634.912	-35.741.754		9°38'05.7"S 35°44'30.3"W	Al. São Benedito, 468 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-645
54	DENUNCIA	Vão matar nossos filhos. Gov + B = corrupção. Nojentos	-9.633.636	-35.739.758		9°38'01.1"S 35°44'23.1"W	Al. São Benedito, 265 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-645
55	DENÚNCIA	Braskem criminosa. Bairros choram... saia daqui pague o justo	-9.633.771	-35.739.535		9°38'01.6"S 35°44'22.3"W	Empresarial Regina Perrelli - Al. São Benedito, 730 - sala 116 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-645

56	AFETO E MÁGOA	sonhos destruídos. Éramos felizes aqui.	-9.634.132	-35.741.716		9°38'02.9"S 35°44'30.2"W	R. Prof. Mario Marroquim, 126 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-610
57	DENÚNCIA	O bairro do Pinheiro pede socorro!	-9.634.091	-35.742.887		9°38'02.7"S 35°44'34.4"W	Rua cônego Cavalcante de Oliveira, 681-625 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-770
58	DENÚNCIA	Sonhos destruídos. Esta casa foi invadida, depredada e está fechada. Quem pagará por isso? 25 anos de histórias deixados para trás... Quem pagará por isso?	-9.634.977	-35.742.598		9°38'05.9"S 35°44'33.4"W	R. Basileu de Meira Barbosa, 191-181 - Pinheiro, Maceió - AL, 57057-480
59	DENÚNCIA	A Braskem veio nos explorar e o governo fechou os olhos	-9.633.015	-35.740.985		9°37'58.9"S 35°44'27.6"W	Alameda Cônego Cavalcante de Oliveira, 143-75 - Pinheiro, Maceió - AL, 57057-740

60	AFETO E PERTENCIMENTO	A gente foi feliz aqui	-9.630.831	-35.740.833		9°37'51.0"S 35°44'27.0"W	Alameda Dr. Moacyr Tavares Lopes, 324-480 - Pinheiro, Maceió - AL, 57057-540
61	DENÚNCIA	Dano emocional tem preço? Não tem. Isso poderia ter sido evitado!!	-9.633.908	-35.746.467		9°38'02.1"S 35°44'47.3"W	R. Cel. Aurélio Mousinho, 6 - Pinheiro, Maceió - AL, 57057-500
62	DENÚNCIA	???? Salvar pessoas de um possível desastre ou extrair sem ficalizar. Quantos bairros a +vãoter que ser desocupados por dinheiro	-9.633.900	-35.746.459		9°38'02.0"S 35°44'47.3"W	R. Cel. Aurélio Mousinho, 6 - Pinheiro, Maceió - AL, 57057-500
63	AFETO E PERTENCIMENTO	Sinto sua falta Pinheiro	-9.633.856	-35.746.367		9°38'01.9"S 35°44'46.9"W	R. Cel. Aurélio Mousinho, 6 - Pinheiro, Maceió - AL, 57057-500

64	AFETO E MÁGOA	Alguém me dá um coração , pq eu já não sinto mais nada	-9.633.844	-35.746.336		9°38'01.8"S 35°44'46.8"W	R. Cel. Aurélio Mousinho, 6 - Pinheiro, Maceió - AL, 57057-500
65	DENÚNCIA	O Pinheiro hoje chora, pelo descaso... Dignidade já.	-9.633.809	-35.743.778		9°38'01.7"S 35°44'37.6"W	R. Santa Júlia, 404 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-560
66	PERTENCIMENTO	Família dos Santos 17 anos	-9.634.229	-35.744.461		9°38'03.2"S 35°44'40.1"W	R. Santa Júlia, 132 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-560
67	DENÚNCIA	Fora Braskem. Paque o povo. Sem idenização	-9.634.453	-35.744.437		9°38'04.0"S 35°44'40.0"W	R. Manoel Menezes, 602-730 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-690

68	DENÚNCIA	Fora braskem. Braskem nojeira de Alagoas	-9.634.317	-35.744.520		9°38'03.5"S 35°44'40.3"W	R. Santa Júlia, 938 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-560
69	DENÚNCIA	Braskem assassina	-9.634.085	-35.744.673		9°38'02.7"S 35°44'40.8"W	R. Manoel Menezes, 101a - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-720
70	DENÚNCIA	Braskem assassina	-9.634.228	-35.744.608		9°38'03.2"S 35°44'40.6"W	R. Santa Júlia, 69 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-560
71	DENÚNCIA	5 Bairros destruídos	-9.634.239	-35.744.605		9°38'03.3"S 35°44'40.6"W	R. Santa Júlia, 69 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-560

72	DENÚNCIA	Fora Braskem. Povo doente	-9.634.287	-35.744.613		9°38'03.4"S 35°44'40.6"W	R. Santa Júlia, 104 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-560
73	PERTENCIMENTO	Aqui morou uma família. Braskem desctriu 50 anos	-9.634.794	-35.745.363		9°38'05.3"S 35°44'43.3"W	R. Santa Júlia, 360-488 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-560
74	DENÚNCIA	Braskem assassina	-9.633.967	-35.744.749		9°38'02.3"S 35°44'41.1"W	R. Santo Antônio, 68 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-580
75	AFETO	A.L (coração) Y.N -W+D	-9.632.570	-35.741.891		9°37'57.3"S 35°44'30.8"W	R. Santa Júlia, 523 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-720

76	AFETO E MÁGOA	O amor morou aqui mas foi expulso pela cobiça da Braskem	-96.281.597	-357.478.819		9°37'41.4"S 35°44'52.4"W	R. Carteiro João Firmino, 95 - Bebedouro, Maceió - AL, 57017-815
77	PERTENCIMENTO E DENÚNCIA	Maldita Braskem. Ganância 50 anos destruídos	-96.283.908	-357.477.753		9°37'42.2"S 35°44'52.0"W	R. Carteiro João Firmino, 130 - Bebedouro, Maceió - AL, 57057-135
78	DENÚNCIA	Fora Braskem	-96.307.383	-3.574.828		9°37'50.7"S 35°44'53.8"W	Pinheiro, Maceió - AL, 57057-122
79	DENÚNCIA	Bando de ladrão Assassinos	-96.284.436	-357.477.164		9°37'42.4"S 35°44'51.8"W	R. Carteiro João Firmino, 130 - Bebedouro, Maceió - AL, 57057-135

80	DENÚNCIA	Fora Braskem	-96.307.383	-3.574.828		9°37'50.7"S 35°44'53.8"W	Pinheiro, Maceió - AL, 57057-122
81	AFETO	Fomos felizes aqui!	-96.303.828	-357.474.497		9°37'49.4"S 35°44'50.8"W	R. São João, 64 - Pinheiro, Maceió - AL, 57057-122
82	DENÚNCIA	"Justiça para as 57.000 famílias afetadas" "Braskem assassina"	-96.299.147	-357.419.764		9°37'47.7"S 35°44'31.1"W	Av. Comendador Francisco de Amorim Leão, 442-472 - Pinheiro, Maceió - AL, 57057-180
83	DENÚNCIA	" o IMA é conivente como maior crime ambiental de Alagoas!!!"	-96.308.297	-357.441.367		9°37'51.0"S 35°44'38.9"W	Av. Comendador Francisco de Amorim Leão, 799-643 - Pinheiro, Maceió - AL, 57057-180

84	DENÚNCIA	Chega de propaganda enganosa. # respeito	-96.308.919	-357.443.331		9°37'51.2"S 35°44'39.6"W	Av. Comendador Francisco de Amorim Leão, 799-643 - Pinheiro, Maceió - AL, 57057-180
85	AFETO	Fomos felizes	-96.317.461	-357.445.547		9°37'54.3"S 35°44'40.4"W	R. Basileu de Meira Barbosa, 481 - Pinheiro, Maceió - AL, 57057-480
86	FÉ	Jesus	-96.307.867	-357.423.208		9°37'50.8"S 35°44'32.4"W	R. Jorn. Augusto Vaz Filho, 644-770 - Pinheiro, Maceió - AL, 57057-150
87	DENÚNCIA	fithing 4 survaval	-96.307.353	-357.422.117		9°37'50.7"S 35°44'32.0"W	R. Jorn. Augusto Vaz Filho, 644-770 - Pinheiro, Maceió - AL, 57057-150

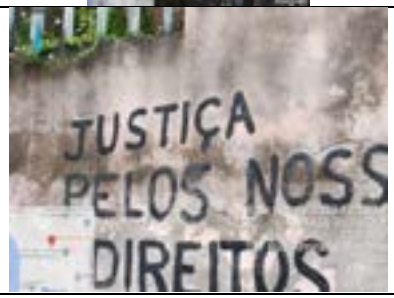
88	DENÚNCIA	Braskem criminosa!	-9.630.337	-35.740.791		9°37'49.2"S 35°44'26.9"W	R. Prof. José da Silveira Camerino, 710-758 - Pinheiro, Maceió - AL, 57055-630
89	MÁGOA	Cada dia uma dor!!!	-96.304.922	-357.407.058		9°37'49.8"S 35°44'26.5"W	R. Prof. José da Silveira Camerino - Pinheiro, Maceió - AL
90	AFETO	Saudades	-96.317.719	-357.429.519		9°37'54.4"S 35°44'34.6"W	Alameda Dr. Moacyr Tavares Lopes, 379 - Pinheiro, Maceió - AL, 57057-550
91	AFETO E PERTENCIMENTO	Aqui deixo 25 anos de minha vida	-9.631.911	-35.743.424		9°37'54.9"S 35°44'36.3"W	Alameda Dr. Moacyr Tavares Lopes, 666 - Pinheiro, Maceió - AL, 57057-550

92	AFETO E PERTENCIMENTO	Desde 1999. Senado da Padaria Ideal bosn amigos se reunião	-9.631.680	-35.742.840		9°37'54.1"S 35°44'34.2"W	R. Joaquim Gouveia de Albuquerque, 430 - Pinheiro, Maceió - AL, 57057-470
93	AFETO	Nunca te esqueço	-9.631.631	-35.742.711		9°37'53.9"S 35°44'33.8"W	R. Joaquim Gouveia de Albuquerque, 430 - Pinheiro, Maceió - AL, 57057-470
94	DENÚNCIA	Fora Braskem	-96.261.294	-357.483.067		9°37'34.1"S 35°44'53.9"W	R. Colegio Nossa Sra. B Conselho, 299 - Bebedouro, Maceió - AL, 57017-720
95	DENÚNCIA	Quanto vale a história de uma vida?	-96.261.331	-357.483.014		9°37'34.1"S 35°44'53.9"W	R. Colegio Nossa Sra. B Conselho, 299 - Bebedouro, Maceió - AL, 57017-720

96	AFETO E PESAR	Eterno Mazinho	-96.259.042	-357.493		9°37'33.3"S 35°44'57.5"W	R. Pedro Beltrão, 147 - Bebedouro, Maceió - AL, 57018-045
97	AFETO	Eterno Pitoco	-96.260.139	-357.491.969		9°37'33.7"S 35°44'57.1"W	R. Pedro Beltrão, 79 - Bebedouro, Maceió - AL, 57018-045
98	AFETO E MÁGOA	Braskem: vc m tirou uma das coisas que eu mais gostava na rua que era o falu da D. Maria e seu sorriso nas manhã	-96.263.194	-357.445.017		9°37'34.8"S 35°44'40.2"W	R. Sabino Romariz, 25 - Bebedouro, Maceió - AL, 57017-890
99	DENÚNCIA E MÁGOA	# Me deixe em paz Braskem	-96.262.867	-357.444.225		9°37'34.6"S 35°44'39.9"W	R. Sabino Romariz, 76 - Bebedouro, Maceió - AL, 57017-890

100	DENÚNCIA	Braskem comprou Maceió	-96.274.036	-357.465.156		9°37'38.7"S 35°44'47.5"W	Tv. Belo Alves, 32 - Bebedouro, Maceió - AL, 57017-615
101	DENÚNCIA	Só tristeza. "... boca só se cala quando o tiro acerta!!!"	-96.278.139	-357.471.389		9°37'40.1"S 35°44'49.7"W	R. Sabino Romariz, 77 - Bebedouro, Maceió - AL, 57017-890
102	AFETO E PERTENCIMENTO	Eterna saudade dos amigos de bebedouro.	-96.278.392	-357.461.656		9°37'40.2"S 35°44'46.2"W	R. Manoel Sampaio, 1 - Bebedouro, Maceió - AL, 57017-840
103	DENÚNCIA	57. 000 famílias afetadas diretamente	-96.255.911	-357.449.369		9°37'32.1"S 35°44'41.8"W	R. Dr. Passos de Miranda, 1099-573 - Bebedouro, Maceió - AL, 57018-035

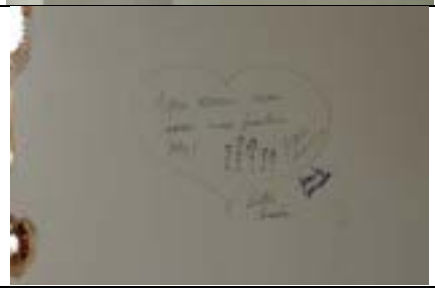
104	DENÚNCIA	Quem oprime mais, o estado ou a Braskem?	-96.259.681	-357.456.475		9°37'33.5"S 35°44'44.3"W	R. Dr. Passos de Miranda, 612 - Bebedouro, Maceió - AL, 57018-035
105	AFETO	Amarei eternamente minha casa e bebedouro	-96.261.569	-357.460.267		9°37'34.2"S 35°44'45.7"W	R. Dr. Passos de Miranda, 536-588 - Bebedouro, Maceió - AL, 57018-035
106	DENÚNCIA	Ladrona	-96.278.869	-357.480.133		9°37'40.4"S 35°44'52.9"W	R. Carteiro João Firmino, 117-81 - Bebedouro, Maceió - AL, 57017-815
107	AFETO	Saudade de Bebedouro	-96.279.472	-357.479.842		9°37'40.6"S 35°44'52.7"W	R. Carteiro João Firmino, 117-81 - Bebedouro, Maceió - AL, 57017-815

108	PERTENCIMETNO E MÁGOA	Aqui morou arte e alegrias. tristeza e desastre.	-96.281.358	-357.478.753		9°37'41.3"S 35°44'52.4"W	R. Carteiro João Firmino, 117-81 - Bebedouro, Maceió - AL, 57017-815
109	ESPERANÇA E FÉ	Uma história sem fim... Um novo recomeço. Deus acima de tudo!!!	-96.437.303	-357.410.714		9°38'37.4"S 35°44'27.9"W	R. Alm. Barroso, 94-158 - Farol, Maceió - AL, 57055-280
110	DENÚNCIA	Farol minado	-96.441.475	-357.416.528		9°38'38.9"S 35°44'30.0"W	R. Alm. Barroso, 179 - Farol, Maceió - AL, 57055-280
111	DENÚNCIA	Justiça pelos nossos direitos	-96.445.075	-357.423.028		9°38'40.2"S 35°44'32.3"W	R. Alm. Barroso, 217 - Farol, Maceió - AL, 57055-280

112	DENÚNCIA	Bra Almirante não vai acabar	-96.448.281	-357.426.986		9°38'41.4"S 35°44'33.7"W	R. Albuquerque Lins, 317-237 - Farol, Maceió - AL, 57055-270
113	DENÚNCIA	Queremos justiça!	-96.446.661	-357.425.533		9°38'40.8"S 35°44'33.2"W	R. Albuquerque Lins, 230 - Farol, Maceió - AL, 57055-270
114	DENÚNCIA	Ladra gananciosa suborno karma	-96.469.667	-35.740.575		9°38'49.1"S 35°44'26.1"W	R. Santa Rita, 195-3 - Farol, Maceió - AL, 57055-260
115	AFETO E PERTENCIMENTO	Décadas vividas pela família Almeida	-96.468.317	-357.402.719		9°38'48.6"S 35°44'25.0"W	Ladeira José C. da Silva, 181 - Farol, Maceió - AL, 57055-212

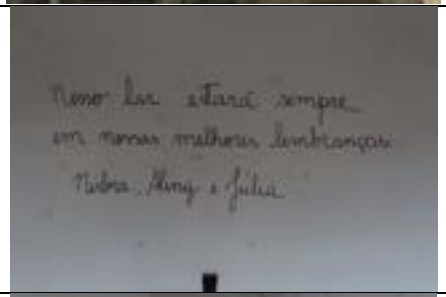
116	PERTENCIMENTO, FÉ E DENÚNCIA	(...) anos vividos nesta casa. Não estamos sós, Deus cuida de nós. A justiça vem do Senhor que criou os céus e a terra.	-96.423.319	-357.417.447		9°38'32.4"S 35°44'30.3"W	R. Jerusalém, 2 - Farol, Maceió - AL, 57055-607
117	DENÚNCIA	Indenização Já	-96.262.172	-357.483.744		9°37'34.4"S 35°44'54.2"W	R. da Penha, 31 - Bebedouro, Maceió - AL, 57017-880
118	DENÚNCIA	Braskem mata... ninguém sabe como anda os processos!!!	-96.259.428	-357.456.106		9°37'33.4"S 35°44'44.2"W	R. Dr. Passos de Miranda, 612 - Bebedouro, Maceió - AL, 57018-035
119	AFETO	Saudades Bebedouro...	-96.273.608	-357.464.458		9°37'38.5"S 35°44'47.2"W	R. Sabino Romariz, 284-352 - Bebedouro, Maceió - AL, 57017-870

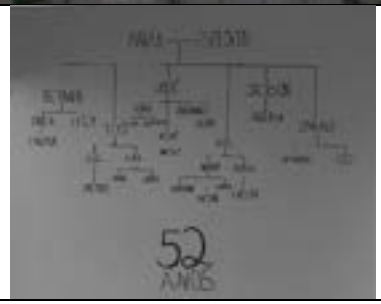
FOTOS CEDIDAS PELOS FOTÓGRADOS					
120	DENÚNCIA	Queremos justiça!			
121	DENÚNCIA	Respeitem os moradores do Pinheiro. #justiça			
122	MÁGOA	Família e sonhos destruídos. Me expulsaram			
123	DENÚNCIA	44 anos deixados para trás!			

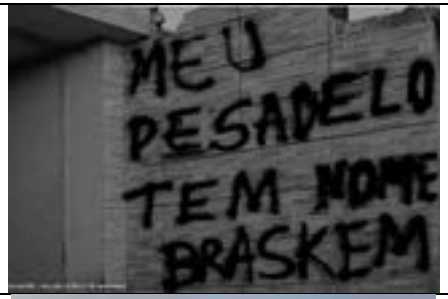
123	DENÚNCIA	Braskem governa autoridades todos culpados Rubens Berenice			
124	AFETO	Maldita Braskem. Saudades eternas 4			
125	PERTENCIMENTO	Não é só uma casa, mas é uma história!			
126	AFETO	Aqui nesta casa morou uma família feliz! Victor Carnaúba Camila Carnaúba Marcos Carnaúba			

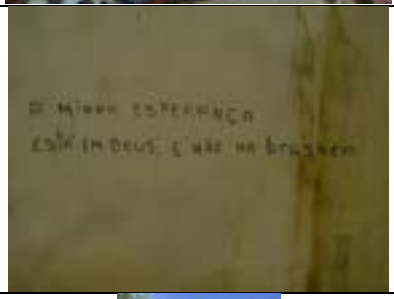
127	DENÚNCIA	Braskem. "insdústria de tristeza e desilusão! Descaso dos Governos! Vergonha!			
128	AFETO	Família Lima (corações) Alicio Alfaiate Rafa Família Oliveira			
129	DENÚNCIA	Dinheiro fala mais alto #Mutange #Fora Braskem			
130	AFETO	"A todo segundo aqui passado Julia V. há 7.863.296 segundos aqui. (14 anos)"			

131	MÁGOA	Mutange vive #revolta Sonhos Roubados			
132	ESPERANÇA E FÉ	Amanhã será outro dia... 18/03 (mão)			
133	AFETO	A gente foi feliz aqui			
134	MÁGOA	Chorarei eternamente por Bebedouro			

135	DENÚNCIA	Sonhos destruídos # Mutange # Vive # Fora Braskem			
136	AFETO	Nosso lar estará sempre em nossas melhores lembranças. Núbia, Aliny e Júlia (entre pequenos corações)			
137	FÉ	Por vezes a tristeza que você vê no meu rosto esconde a tristeza do meu (desenho de coração) A Braskem tá levando minha casa e quatro bairros menos a minha fé			
138	MÁGOA e DENÚNCIA	A destruição de um Sonho (desenho de seis corações)			

139	DENÚNCIA	O que vale é os lucro$ # vidas destruídas			
140	PERTENCIMENTO	Família Figueiredo Andrade 38 anos			
141	PERTENCIMENTO	Eternamente 25 Essa rua tem nome Alceu, Aparecida, Lego e Miraci Marlene, Orisea, Adail, Alecy, Susi, Aurora, Edvaldo, Socorro, Edgina, Doda, Eliane, Elza, Cícero, Silvana, Zezé e Pedro, Helder, Vitória, Ronald, Braga Neto Luta			
142	AFETO	(Árvore genealógica)			

143	DENÚNCIA	Meu pesadelo tem nome braskem			
144	DENÚNCIA MÁGOA	(Carinha triste)			
145	AFETO DENÚNCIA	Aqui éramos felizes! Quanto vale o sal de nossas lágrimas? Saudades meu Bebedouro			
146	AFETO DENÚNCIA	Pinheiro vive!			

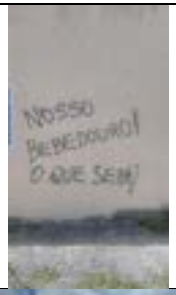
147	FÉ	Agindo Deus quem impedirá?			
148	FÉ	Minha esperança está em Deus e não na Braskem			
149	AFETO E PERTENCIMENTO	Um lar de MT amor 47 anos			
150	MÁGOA	Tchow Luzia Luto por Bebedouro De Jordan Andrielly			

151	AFETO	Aqui mora gente feliz!			
152	AFETO	Vovó Rosinha Vô Ernande Vovó Onca			
153	AFETO	SDDS Posso até sair da que + esquecer jamais			
154	AFETO	"Levo no (desenho de coração) as lembranças dos bons tempos e uma gratidão por tudo que passei aqui" Não importa para onde vamos mais sim quem carregamos no coração Até um dia amigos! # Caiçara para todo sempre!			

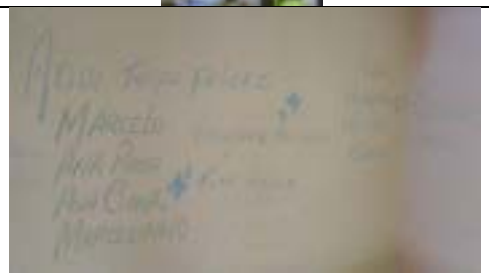
155	AFETO	Gratos pelos vizinhos, amigos e histórias aqui construídas			
156	AFETO	Construída com amor (dentro de um coração)			
157	DENÚNCIA	Fim triste mais é real			
158	DENÚNCIA	Burra ladra ganancia suborno karma egoísta manipuladora			

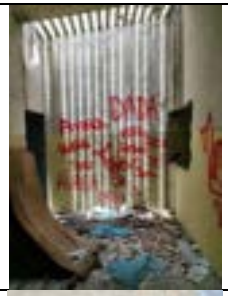
159	DENÚNCIA	Va para outro lado perigo			
160	DENÚNCIA	#Justiça			
161	DENÚNCIA	Braskem rica e Bebedouro no buraco			
162	DENÚNCIA	COM Braskem Sem Braskem			

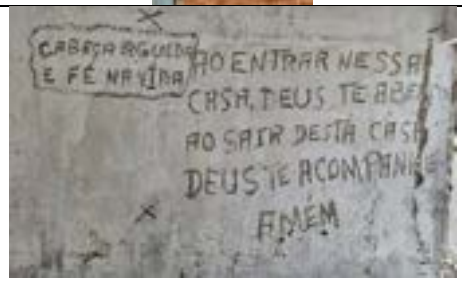
163	DENÚNCIA E MÁGOA	Essa medalha eu fiz para a Braskem em honra ao mérito de destruição em 1º lugar, parabéns vc merece			
164	DENÚNCIA	Dinheiro de lágrimas			
165	DENÚNCIA	A ganânica dos homens sangrou a raiz do meu Pinheiro uma a uma vejo cair suas folhas junto cai meu coração homens fortes choram mulheres guerreiras não tem forças para lutar			
166	DENÚNCIA	Aqui foram 107 anos de história destruídos pela ganância			

167	AFETO	Nosso Bebedouro! O que será?			
168	DENÚNCIA	Braskem comprou o Decreto 2005 da Prefeitura Tombou o bairro de Bebedouro			
169	MÁGOA	Xô Braskem			
170	DENÚNCIA	Braskem mata mais que a COVID 19			

171	DENÚNCIA	(Desenho de lápides com os nomes dos bairros)			
172	DENÚNCIA	Condenada pela Defesa Civil Selada pela Braskem			
173	DENÚNCIA	Triste partida. Mineração destruidora de lares			
174	DENÚNCIA	A felicidade desta família a Braskem ruiu			

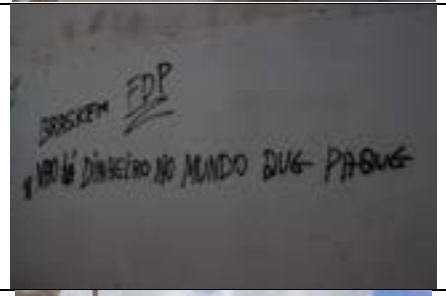
175	AFETO	Família Portela Uma despedida pode causar muita dor, mas não diminui as alegrias que foram vividas aqui, não importa para onde vamos, mas sim o que carregamos. Todas as lembranças desse lar. Areline Luan Yasmim Guilherme Jandira Sandro Cecília Murilo Ane Arthur Gabriel Icaro Vinicius Gabriela			
176	PERTENCIMENTO	Família Nascimento 70 anos de história nesta casa			
177	AFETO	Aqui fomos felizes Marcelo Ana Rosa Ana Clara Marcelinho Aqui ficava nosso bar			
178	AFETO E PERTENCIMENTO	Aqui fomos felizes!!! Família Cruz 54 anos			

179	PERTENCIMENTO	Anna Dadá Mônica Coca Adriana Anísio Verônica Dena Áurea Debi Jó			
180	PERTENCIMENTO	Aqui vivíamos 50 anos de história do Bar do Lula			
181	PERTENCIMENTO	Neidjane			
182	DENÚNCIA	O amanhã nunca se iguala ao ontem só a mudança é constante			

183	FÉ	"A justiça dos homens pode lhe frutar, mas confie e espere no Senhor, pois sua Justiça nunca falha"			
184	FÉ	Cabeça erguida e fé na vida Ao entrar nessa casa, Deus te abençoe ao sair desta casa Deus de acompanhe amém.			
185	FÉ	70 Anos de vida nesta casa. A nossa esperança está no Deus todo poderoso. Deus é fiel e justo. Os sonhos dos filhos de Deus jamais serão destruídos. Ele faz justiça.			
186	ESPERANÇA E FÉ	Nada é para sempre. Viva cada momento como se fosse o último			

187	MÁGOA	Braskem o bairro do Farol ta vivo			
188	MÁGOA	Maldita!! "Braskem: ao entrar neste, o capeta te receba e ao sair te acompanhe, afinal vocês são de lá. Autor: Clarisse Lispector.			
189	FÉ ESPERANÇA	Temos Deus. Ele é por nós.			
190	FÉ E ESPERANÇA	Triste, mais com esperança que dias melhores virão. Deus nos abençõe e perdoe o pecado da Braskem			

191	DENÚNCIA	Brskem tirou vidas!			
192	MÁGOA	Vida roer moer remoer morrer			
193	DENÚNCIA	Ainda tem morador aqui!!!			
194	DENÚNCIA	Brakem obrigado Fui			

195	DENÚNCIA	"O brando sono dos meus lares FOI-SE"			
196	AFETO	Aqui morava uma família.			
197	MÁGOA	Braskem FDP Não há dinheiro no mundo que pague			
198	AFETO E FÉ	Só resta saudade Saudade do meu vizinho Nesta casa minha família era feliz Deus cuida do teu povo			

199	DENÚNCIA	Braskem serviço sujo separou amigos e famílias			
200	DENÚNCIA	Braskem vc é isso (seta) dinheiro destruição choro despedidas depressão ansiedade estres			
201	PERTENCIMENTO	Vcs podem ate recebe mas o $ ñ era de vcs Nil e Rosa Esta casa pertence a dona Mildes e Seu Hermógenes			
202	MÁGOA	A dor é imensa, mas NINGUÉM nos tirará nossas lembranças (coração partido)			

203	DENÚNCIA	Braskem destruiu não apenas um bairro inteiro destruiu vidas, sonhos e famílias.			
204	DENÚNCIA	Já foi		DILMA	
205	AFETO	Lembranças		DILMA	
206	AFETO	Sonhos		DILMA	

207	DENÚNCIA	Nosso lar destruído pela ganânica - Braskem-			DILMA	
208	DENÚNCIA	Oi nóis!			DILMA	

APÊNDICE B

Podcasts analisados

Afeto	Pertencimento	Fé	Mágoa	Denúncia/Resistência

Entrevista 2

Jeamerson dos Santos relembra sua vida no bairro do Pinheiro

Jeamerson: Meu nome é Jeamerson dos Santos, morava no final da Miguel Palmeira, já descendo a ladeira, de frente pro IMA e também de frente pro SINTEAL. Morava lá no Pinheiro desde que eu nasci, minha mãe também nasceu lá, meu pai, meus avós, meus bisavós. Então assim, de rememoração dá uns 150 anos que a minha família é daquela região, antes mesmo de ser povoado e de ser foco de investimentos públicos, como construção de prédios para funcionários públicos, como a construção do Divaldo Suruagy, de exército, construções do próprio Hospital do Açúcar que agora é Veredas, enfim, construção de grandes empreendimentos antigos. E isso faz parte dessa **história** que a Braskem destruiu. Naquela comunidade, como todo mundo nasceu e se criou, era uma comunidade muito próxima, de muito afeto, de muita troca, alguns sanguíneos e outros por questão de proximidade, era uma família gigantesca, e agora estão todos espalhados pela cidade, muitos na parte alta. E essa situação atravessou a minha família de uma forma muito pesada, a minha tia teve depressão, piorou, terminou falecendo de covid, meu pai também adoeceu e isso também fragilizou ainda mais a saúde dele, faleceu ano passado. Foi um baque para toda família, para a comunidade, principalmente pela forma como foi feito. Eu lembro de ter acompanhado audiências na Igreja Batista, naquele momento eu estava viajando, fazendo mestrado fora, mas acompanhando, e sempre atento, porque as informações não estavam disponíveis para a população. Eu chegava em casa para a minha mãe, meus irmãos e falava “gente, a gente precisa acompanhar isso”, esse negócio lá no Jardim Acácia de área vermelha, e em frente a nossa casa, em frente ao ima e ao SINTEAL, tem um sistema de coleta, e aí eu falava “tem um sistema aqui na frente, tem uma base da Braskem aqui na frente e o Jardim Acácia fica atrás, então a gente tem que ficar atento porque a gente tá morando mais ou menos no meio dessa história”. E aí eu tive a oportunidade de participar de uma audiência pública, essa audiência foi provocada a partir de uma audiência que teve em Brasília, nesta audiência o chefe da defesa civil disse que não existia o negócio de

área vermelha e que toda aquela região estava comprometida, isso foi baque, né, porque as informações até hoje elas não são públicas, até hoje a gente não tem noção disso, de qualé o raio de aprofundamento, de distância, enfim, a dimensão desse poço que existe naquela região. E aí eu fui na audiência pública justamente para questionar, fiz uma fala, e no final da minha fala eu fiz um apelo, eu disse "não façam que nem o titanic, que trancaram os portões para que a população pobre morresse afogada", porque nós precisamos de notícia, precisamos de informação, e que realmente está acontecendo. E aí quando chegou, a forma que isso teve impacto, os primeiros contatos que a Braskem teve foi com as associações de moradores, e as primeiras informações foram de que iriam ser casas, as pessoas iam ser indenizadas, sair de lá das casas e ganhar uma outra casa. Isso não aconteceu, isso não aconteceu, vieram vários outros problemas. Porque falar do Pinheiro, é importante lembrar que o Pinheiro foi transformado em um bairro nobre ao longo do tempo, mas ele era uma ocupação negra, uma ocupação oriunda quilombola, a população pobre e negra que vivia ali foi muito mal assistida e orientada, e isso propositalmente, porque a ideia era tirar o máximo possível das pessoas de lá. E hoje a gente olha, recentemente eu estava do outro lado da lagoa fazendo atividade com relação ao movimento da lagoa aberta,e eu fico olhando aquela paisagem devastada de um canto ao outro, exatamente aquela dimensão que se espalhavam os amigos, os familiares os conhecidos, do Alto da Conceição até lá o início do Saem. Isso é um absurdo, é de uma agressividade tão grande, que tá muito nessa **história** de urbanização dessa cidade, porque a população mais pobre foi sendo afastada da área mais plana e ficando até com os últimos pedaços no declínio. Quem entra no Pinheiro pela Miguel Palmeira e pela Lima Rocha sabe, são os finais daquelas avenidas que dá pra visão pra lagoa. Meus parentes, meus familiares todos moravam ali, e eu conversava mais com as minhas avós, as mais antigas, lembrando daquela região, o quanto tinha mato, eu cheguei a conhecer pessoas centenárias que moravam na minha rua. São muitas **histórias** importantíssimas de vida que foram, não foram destruídas porque estão vivas em nossas memórias, na nossa existência. E bem recentemente eu participei de uma das reuniões promovidas pelo órgão municipal para discutir um espaço de memória, museológico, e aí eu fiz exatamente a defesa deste espaço museológico. É importante que tenha esse registro do que é aquela memória para Maceió, enquanto potência de reverberação histórica. Falar da agressão da Braskem me passa de uma forma revoltante, porque tem uma junção de elementos, de poderes, você tem o poder público, o poder judiciário, o pessoal do ministério e tal, e as atenções eram simplesmente para tirar as pessoas, e aí você era direcionado a fazer o acordo para ganhar 80 mil, que foi o valor estabelecido para a população pobre de lá, e aí os preços das casas todos começaram a ser elevados, principalmente quando as pessoas sabiam que vinham do Pinheiro,

enfim, e as condições de comprar uma casa só pioraram. É importante esse registro, parabenizo a ação de registrar essas memórias em forma de áudio, **porque a gente não pode esquecer**. **A cidade é feita para as pessoas, e não para a indústria se beneficiar de forma predatória**, como foi feito. Minha vó viva, eu lembro que naquela região onde foi construído o Jardim Acácia, tinha um rio perene onde era a coleta de água, a coleta da água para a subsistência normal do dia a dia, e eu lembro de ter falado com os meus pais no início, e meu pai dizia "não Jeamerson, é porque construíram o Jardim Acácia em cima do rio", e eu dizia "não é só isso, não é só isso, é coisa pior", e era coisa pior. Eu participei de uma dessas audiências na Igreja Batista do Pinheiro, e é bom se lembrar do quanto foi importante a figura do pastor Wellington na organização da população mais carente e pobre daquela região, porque se não fosse o espaço, o espaço que ele abriu para outras pessoas falarem, comentem, enfim, cientistas, pesquisadores que não tinham relações com a Braskem, relação monetária com a Braskem, falavam o que estava acontecendo realmente de verdade, e é um fato que já há muito tempo vinha-se discutindo. Ou seja, a exploração predatória daquela região ali poderia provocar a possibilidade desses acidentes. Hoje, a minha preocupação, e por isso fiz questão de mandar esse áudio, é que nós precisamos manter aquele território, aquela região como pertencimento do município, da população de Maceió, e não de empresários. Isso é um ponto. O outro ponto é que precisamos exigir que a Braskem use o fundo, use o recurso que tem, para a construção de um espaço de memória e **história** daquela região, porque é importantíssimo que isso não fique apagado na história, e ela passa por esse viés de muita exclusão, inclusive, da violência do estado e da relação do estado com a iniciativa privada, onde o interesse não é público. Isso é importante, porque o interesse ali era para trazer o benefício, a manutenção e o bem estar da população, e isso não foi feito. O acompanhamento que a Braskem se propôs a fazer, psicológico por exemplo, com minha mãe, durou pouco tempo e depois parou. As relações de estudo e documental, de posse de terra foi muito atravessado de violência. Minha família é muito grande, o modelo da vila onde morava era uma casa gigantesca, os meus tios cresceram, cada um veio herdando um pedaço do terreno, e quando a Braskem chegou para fazer a discussão de indenização, chegou de uma forma tão violenta que só fundamentou ainda mais um clima negativo, de muita desunião, não só na minha família mas em várias famílias que foram atingidas. A questão de divisão de herança, ninguém estava pensando sobre esse processo né, as pessoas estavam vivendo, e a dinâmica da ocupação dos espaços era dos seus descendentes, então houve muita violência através dessa falta de preocupação desta empresa e dos poderes públicos também, que queriam resolver isso da forma mais rápida, jogar embaixo do tapete uma das coisas mais absurdas que a gente tem na **história** que é esse acidente, essa intervenção

predatória no bairro do Pinheiro, na cidade de Maceió. Então assim, falar um pouco desse momento atravessa a minha vida enquanto existência, atravessa a minha família, atravessa essa história de ancestralidade, territorialidade e pertencimento daquela região, as memórias que eu tenho de infância, de adolescência, da fase adulta, de todos os meus amigos, meus primos, meus irmãos, minhas tias, meus avós, tudo isso foi registrado a partir dessa violência que nos atravessa, como uma forma de dizer "nós não podemos perder essa memória". E aí eu agradeço mais uma vez e reforço para os movimentos que estão discutindo, para os que ainda estão lutando, minha mãe ainda está lutando para ter a indenização da casa dela, e tantas outras pessoas. É muito louco o que aconteceu, mas um espaço construído com responsabilidade, com cuidados afetivos, cuidados históricos, cuidados antropológicos, sociológicos, artísticos, é necessário, e esse espaço tem que ser financiado pela Braskem, porque ela é a grande responsável por todo esse caos na vida de milhares de pessoas atravessadas por essa violência. É preciso manter a resistência, é preciso dizer que essa cidade não pode ficar omissa em relação a isso, é preciso ter mais clareza sobre até onde vai a gravidade dessa situação, ou seja, o raio de exploração do subsolo, porque isso nos deixa mais calmo, quando as coisas não são omitidas, as ações não são feitas aos pedaços. Então é isso, eu agradeço pela disposição e contem comigo para qualquer questão sobre o Pinheiro, sobre esse incidente, sobre agressividades, sobre essa necessidade de falar e se registrar a presença da população daquela região lá.

Referências citadas:

Lugares: Conj. Divaldo Suruagy, Quartel do Exército, Hospital do Açúcar, Igreja Batista, Conj. Jardim das Acácias, IMA, SINTEAL, Alto da Conceição.

Pessoa: Pastor Wellington

Afeto	Pertencimento	Fé	Mágoa	Denúncia/Resistência

Entrevista 3

Vítima tem a saúde mental afetada depois após perder a casa

Rivison: Olá a todos, aqui é Rivison Batista, e nesse episódio do podcast "Vozes do afundamento" Deise Silva fala sobre a tia do seu esposo, que antes era uma pessoa saudável e feliz que morava no bairro do Bebedouro, em Maceió, e depois que perdeu sua residência por

causa da Braskem, adquiriu problemas psiquiátricos e precisou ser internada no hospital psiquiátrico Portugal Ramalho. Sua família hoje luta por justiça. Confira o relato.

Deise: Meu relato é sobre a tia do meu marido, que morava lá na rua Sabino Romariz, Bebedouro, a rua do cemitério. Foi tirada a força da sua casa. Ou saía ou a Braskem derrubava, então ela teve que fazer um acordo, e na época ela chamou o meu marido, que é sobrinho dela, eu sou esposa do sobrinho dela, para ajudar, porque não sabia, só que ela já tinha assinado um acordo com a Braskem, que era aquele valor único de 81.500 reais. Tudo bem, saiu da casa dela, recebeu o aluguel social, muitos documentos a gente teve que procurar, documentos de pessoas mortas, que nem existiam mais. Então assim, ela ficou transtornada, ela sofreu muito, foi morar de aluguel, passou por dois apartamentos, foi mordida por um pitbull na época que isso tudo aconteceu, quando ela foi retirada da casa dela. A casa dela era uma casa de família, dos irmãos, uma casa que ela morou a vida toda com a família, com o pai, a mãe, irmão, com tudo, e hoje ela se encontra doente mental, se encontra internada no Portugal Ramalho por doenças psiquiátricas. O dinheiro deu pra comprar a casa dela, deu, comprou uma casinha. Os móveis ela tinha perdido todos porque rachou a casa, ela comprou móveis, pagou umas coisas que tinha que pagar, e na realidade, como ela não tinha renda, hoje ela sofre problemas psiquiátricos e não tem condições de arcar, porque não tem recurso. A Braskem tirou tudo. Ela morava na casa dela, e a Braskem arrancou, então assim, isso mexeu. Ela saiu de perto da vizinhança que ela cresceu. E hoje eu vejo a tia do meu marido sofrendo internada no Portugal Ramalho, por conta da Braskem. Que a Braskem feriu, a Braskem sangrou vidas, sangrou sem nem importância e pagou um valor, deu, e achou que fez tudo. Não, não fez. Destruiu vidas. A tia do meu marido está morrendo aos poucos, a cada minuto, entendeu? Ela está internada hoje no Portugal Ramalho. Já é a segunda crise psicótica que ela tem. Então assim, destruíram vidas e não estão nem aí. Até esse dinheiro aí da prefeitura, que foi o ressarcimento, a prefeitura não quer pagar, não quer dar o direito a quem perdeu tudo. A tia do meu marido nasceu e se criou ali, o pai dela era vendedor de carvão na época. Trabalhava, criou cinco filhos lá. E a dona Duor, que é a tia do meu marido, foi a que ficou na casa, uma casa de herdeiro, de família, que era uma casa que ela era feliz, ela sabia ir pra todo canto fazer a feirinha dela, as compras dela, tinha as amizades dela, tinha tudo. E de repente, hoje se vê numa casa de doido. Se vê no Portugal Ramalho porque não se recuperou. Então é justo essa mulher hoje não poder pagar nem um tratamento de uma coisa que não foi ela que causou? É revoltante ver que ninguém faz nada, entendeu? Ela ficou com a maior esperança de receber esse ressarcimento aí da prefeitura. Nem o próprio prefeito JHC tem pena do povo. Desde o começo do ano que o prefeito faz festa. Porque ele não devolve o dinheiro que a Braskem pagou para indenizar os moradores? Ela é

um caso que precisa, ela está doente, ela precisa de tratamento, desse dinheiro, é pouco, mas já iria ajudar no tratamento dela. Ia ajudar ela a poder botar uma pessoa para tomar conta dela, que hoje ela não pode mais viver só. Então, a gente que é família, um faz uma coisa, outro faz outra, meu marido ajuda, eu ajudo, mas a vida dela acabou. Destruíram, acabaram com ela. E ela já é uma idosa. Então assim, é revoltante, a minha revolta é essa, por ninguém fazer nada. Achar que deu uma mixaria e tá tudo bom. Porque ela comprou a casinha dela tá tudo bom. Não é dessa forma, ela é um ser humano, que foi arrancada da casa dela e hoje está com problema. Então eu me revolto sim, entendeu? Hoje ela está com problema, internada em uma casa de louco, porque a Braskem deixou ela assim. Ela estava na casa dela, ela não pediu pra sair da casa dela, ela foi obrigada a sair. Então eu queria pedir, deixar aqui, vocês são um canal de transparência, que vocês estão lutando por essa causa, que entrasse fundo. Esse prefeito, JHC, pagar o dinheiro do povo. A Braskem ver o que fez com as pessoas. Nem os danos morais a tia do meu marido recebeu, só foi o dinheiro mesmo do imóvel e acabou. Nem os danos morais pagaram, que ela tem direito, não pagaram. Chegaram lá, mandaram ela assinar um acordo, ela assinou e acabou. E hoje a prefeitura recebeu não sei quantos bilhões e não quer ressarcir esse povo sofrido. Então a gente tem que abrir a boca, a gente tem que falar mesmo. Eu agradeço a oportunidade, e é o meu relato, que façam alguma coisa. A dor que a gente sente em ver ela amarrada. Ela só fala da Braskem, ela só fala da casa dela, que nunca mais vai ser a mesma pessoa. Nenhuma qualidade de vida, nenhum dinheiro e indenização para a mulher pelo menos se cuidar, eles não dão. Para ela se tratar, se internar em uma clínica decente, como o pessoal disse. Mas é muito caro, como é que a gente vai pagar? Pagaram a indenização da casa, foi comprada outra casa. E aí? Uma casa onde ela não conhece ninguém, na cidade universitária. O pessoal que ela conhecia, a maioria, foi morrendo, a maioria de desgosto, que eram idosos. Ela morou por 50 anos nesta casa e ficou e por isso mesmo. Para completar, a coitada botou uma esperança tão grande agora na prefeitura, ligando direto para todo mundo dizendo que ia receber, que ia se cuidar. Dizendo “com esse dinheiro que a prefeitura vai me pagar, eu vou me cuidar. Procurar um médico particular”, porque todo mundo sabe que SUS não adianta nada, e o prefeito não faz isso. Ainda tira a esperança de uma pessoa dessa que só sofre, que ainda conta, meu deus, com o dinheiro que a prefeitura vai pagar para poder se cuidar. É muito triste de ver, não tenho palavras para falar. Eles fazem isso porque não é com eles, não são as famílias deles, eles acham que esse pessoal não são gente não, são um pedaço de plástico, de papel, de lixo que pode chutar para qualquer lugar. Não é dessa forma.

Referências citadas:

Lugares: Rua do cemitério.

Pessoa: Prefeito JHC

Edificação: [Hospital Psiquiátrico] Portugal Ramalho.

Afeto	Pertencimento	Fé	Mágoa	Denúncia/Resistência

Entrevista 4

A saída de Waliston Bastos do Bebedouro

Rivison Batista: Olá a todos, aqui é Rivison Batista, e nesse episódio do podcast "Vozes do Afundamento", Waliston Bastos conta como era sua vida no bairro de Bebedouro, onde convivia diariamente com familiares e amigos, mas precisou sair após o afundamento causado pela Braskem.

Waliston: Bom, meu nome é Waliston Bastos, eu morava em Bebedouro, na rua Senador Bernardo de Mendonça, conhecido como Cardoso, e a minha vida e a vida da minha família antes dessa tragédia, desse fato lamentável, desse crime praticado por essa empresa criminosa, era uma tranquilidade, né? A gente vivia muito bem no bairro do Bebedouro. Todo mundo se conhecia, todo mundo convivia diariamente. Eu estudei por muitos anos, eu e minha irmã, na escola Bom Conselho, então eu frequentava muito a praça Luciana Maranhão, frequentava muito também a Igreja Matriz de Santo Antônio, fiz crisma, primeira eucaristia, me batizei na Matriz de Santo Antônio, ia todos os domingos para a missa com minha mãe e minha irmã. Era uma vida muito tranquila. Eu planejava nascer, me criar ali no bairro de Bebedouro, e não pretendia sair daquele bairro, mas infelizmente veio esse crime, né, esse tremor de terra que aconteceu. Inclusive, quando aconteceu o tremor eu estava em casa, estava no computador, senti a mesa vibrar, e aí depois a gente ficou sabendo de tudo que aconteceu. Quando saí do bairro do Bebedouro, hoje moro no Jardim Petrópolis, e a minha vida mudou completamente. Perdi o contato com os amigos que tinha desde a infância, familiares que moravam próximo

foram morar em outros bairros, a gente perdeu a identidade. A convivência com os amigos, com os vizinhos, todo mundo se conhecia. Hoje a gente mal se vê, mesmo morando na mesma cidade, mal se vê. Tenho uma filha de 4 anos, e antes de ter ela eu dizia "eu quero que minha filha frequente a igreja que eu frequentei. Se possível, que ela estude na escola que eu estudei, que foi o Colégio Bom Conselho, que formou várias pessoas", mas infelizmente, por conta de uma empresa criminosa, eu não vou poder mais levar minha filha na Matriz de Santo Antônio. Tudo isso por conta de uma empresa criminosa, uma empresa que destruiu a vida de várias famílias. Ela não destruiu apenas materialmente, ela destruiu sentimentos, destruiu lembranças, destruiu raízes, destruiu diversos fatores que afetaram diretamente a vida de muitas pessoas.

Referências citadas:

Lugares: Praça Lucena Maranhão, Igreja Matriz de Santo Antônio.
Pessoa: vizinhos, amigos de infância
Edificação: Escola Bom Conselho e Igreja Matriz de Santo Antônio.
Celebrações: crisma, primeira eucaristia, batismo, missa.

Afeto	Pertencimento	Fé	Mágoa	Denúncia/Resistência

Entrevista 5

Edvânia Paulo conta como era sua vida antes do afundamento de solo

Rivison Batista: Edvania Paulo é uma ex-moradora do bairro do Pinheiro, e neste episódio ela conta como era sua vida antes do afundamento de solo, e depois do afundamento.

Edvânia: Olá, eu sou Edvânia Paulo, ex-moradora do bairro do Pinheiro. Eu morava na Alameda São Benedito, nº 349, e em 2019 eu tive que sair por conta do problema, né. Fui morar, primeiramente, na Pitanguinha, e ficou mais ou menos perto, porque a gente estava na Pitanguinha, era próximo do Pinheiro. E foi um sofrimento muito grande, porque a gente morava em uma casa e teve que alugar um apartamento, e nesse momento a gente não recebia auxílio e nem nada, então a gente teve que assumir uma despesa extra. Em 2021 eu tive que fazer uma mudança novamente, por conta do exagero do aumento de aluguel. Todo ano o

reajuste ficando muito mais caro e o salário da gente não acompanha essa mudança que aconteceu. E essa segunda mudança foi para um lugar mais distante, e atualmente eu estou morando no Murilópoles. Lá no apartamento alugado, ele tinha 97 metros quadrados, e agora eu estou residindo em um de 70 metros. E a minha casa tinha 240 metros quadrados, pra você ter ideia. Então eu perdi todos os móveis, e a casa, lógico. Eu e meus dois filhos. Então foi muito difícil. A minha vida no Pinheiro, eu fazia tudo a pé. Eu ia para a Igreja a pé, porque eu morava uma rua depois da Igreja Menino Jesus de Praga, eu trabalho no CEPA, eu tinha depilação, corte de cabelo, mercadinho, tudo eu fazia a pé, porque era tudo próximo. O bairro do Pinheiro era autossuficiente, a gente tinha tudo, a gente não precisava sair de lá para nada. Um bairro historicamente residencial, onde as famílias se conheciam, né, acompanhavam o crescimento de filhos, e um bairro, também, comercial. A gente tinha tudo que você imaginar: farmácia, supermercado, escola, escola de línguas, hospital, tudo. Então, perder toda a identidade, como a gente perdeu, vizinhos que a gente não encontra mais. Atualmente a paróquia está sendo reconstruída no bairro de Sanatório, mas é uma luta, né, porque a igreja era enorme, recém-construída, com todas as pastorais prontas e uma comunidade completamente firmada. E hoje a gente tem quatro gatos pingados. Não porque não tenha fé, mas porque a Braskem, junto com a política e a justiça desse Brasil, destruiu vidas. Fomos assassinados. Muita gente foi morar até no interior, em bairros distantes, então não tem como você se deslocar. Eu ainda estou conseguindo ir para a minha paróquia, mas é muito difícil, porque agora eu tenho que ter um deslocamento, um gasto para poder chegar lá. Domingo retrasado, dia 29 de janeiro, nós fizemos a última procissão no bairro do Pinheiro, porque ele já está perdendo suas características, ele está sendo demolido. Então eu acredito que daqui para o meio do ano não terá mais nenhuma característica, tudo vai ser destruído. E foi muito doloroso passar e ver muita coisa que não existe mais. E encontrar os velhos amigos. As pessoas idosas são as que mais sofrem o problema de readaptar, de reconstruir a vida, de perder o contato com aquelas pessoas que você se sentava na calçada e podia conversar, que você encontrava na igreja, na farmácia, no supermercado. Um dos relatos foi de uma senhora que disse o seguinte "quando eu me deito eu fico imaginando cadê fulana que eu nunca mais vi, como será que está?", então para a sociedade já está resolvido, a Braskem indenizou. Para a sociedade maceioense, alagoana, a Braskem cumpriu isso, ela está indenizando. Mentira. Não existe indenização. Primeiro que o que eles obrigam a gente a aceitar não é a metade do que era o imóvel, e segundo que a afetividade, os nossos relacionamentos que foram totalmente destruídos, entendem? Eu também sei que existem pessoas que economicamente passaram a ter uma vida melhor, moravam em uma casa ruim, em um barraco, e conseguiram comprar um apartamento, um que tenha piscina,

que está feliz da vida, que foi melhor. Mas, a grande maioria, e a gente fala sempre na grande maioria, foi muito prejudicada. Se a gente conseguisse fazer um levantamento de pessoas que morreram por conta dessa situação, nossa senhora, é inimaginável. Se a gente conseguisse fazer outro levantamento de pessoas que estão doentes por conta da situação, que é muito difícil né superar. A vida segue, mas existe uma ferida, existe uma rachadura que não vai fechar nunca, porque a gente sabe que foi tudo por uma questão de corrupção. Isso é inadmissível, a humanidade cruzar os braços, achar que está tudo bem, que agora tá tudo bem, morando em outro canto e vida que segue. Tem que tirar isso da mente das pessoas, não é assim que se deve lutar para que a vida seja justa. Tem que ser honesta, tem que ser boa, independente de ser como a gente queira que seja. Que não é justa, mas que a gente faça entenderem que não é do jeito que eles querem, que não é do jeito que as pessoas acham. "É assim mesmo". Não, a gente normaliza demais a situação. "É corrupto, não adianta", adianta sim. É importante ter essa comunicação e poder colocar a voz da gente, porque parece que as pessoas estão desalmadas, não sentem. Amanhã poderá ser seu bairro, amanhã poderá ser cidade inteira de Maceió. "Ah, vai não", espera só pra ver. O nível que a corrupção vem tomando conta do mundo, especialmente do Brasil, é de um tamanho inaceitável. Eu recebi a indenização semana passada, vou comprar um lugar para morar, mas a questão não é eu morar em qualquer lugar, a questão é que eu fui expulsa, o meu bairro foi expulso, os bairros foram expulsos, vários bairros de uma cidade. Imagine a quantidade de pessoas que foram expulsas de suas casas, foram obrigadas a deixar sua casa, sua vizinhança, sua vida, uma **história**. Imagine também aquelas pessoas que tinham sua casa e o comércio, imagine essa dureza. Não é fácil você construir. Você não bota seu comércio em outro canto e vai vender, não é assim. Quando você tem um comércio, você tem um consumista que é fiel ao seu comércio, e você vai pra um lugar que ninguém te conhece. Até você reconquistar e voltar a ter a vida que você tinha antes é muito difícil. A gente, brasileiro, precisa acordar e começar a exigir, porque o político fica mais corrupto porque ninguém se incomoda com nada, então qualquer besteirinha que o político fizer você acha que tá certo. "Estão fazendo a indenização", mentira. A Braskem já está fazendo outro crime, que é tirando areia lá no Francês, e parece que ninguém está vendo nada. Encerrando agora, a minha a vida atualmente como se encontra. A gente saiu da nossa residência, a minha filha faz acompanhamento psicológico, ficou depressiva, engordou 20kg, atualmente ela está bem melhor, mas ainda está em fase de acompanhamento psicológico. O transporte escolar ficou mais caro, o meu filho agora eu troquei, ele agora vai de ônibus, eu ia a pé para a escola e agora também tenho que ir de ônibus, e a situação é essa. A gente tinha tudo muito fácil porque era tudo muito perto. Você organiza a sua vida ali de acordo com o local que você trabalha, então

o menino estudava ali no Madalena Sofia, eu trabalhava no CEPA, tudo muito próximo, então era muito mais barata a vida, agora ficou tudo mais caro por a gente estar em um local mais distante. Então a situação financeiramente piorou muito, e emocionalmente a gente tenta respirar e segurar na mão de Deus, porque Deus é que tem sustentado, porque não é fácil.

Referências citadas:

Lugares: Igreja Menino Jesus de Praga, CEPA.
Pessoa: vizinhos.
Edificação: Igreja Menino Jesus de Praga.
Celebrações: última missa no bairro do Pinheiro.
Saberes: pastorais.

Afeto	Pertencimento	Fé	Mágoa	Denúncia/Resistência

Entrevista 6 [cordel]

Um cordel sobre a tragédia em Maceió

Neste episódio vocês vão ouvir a narração de um cordel sobre o afundamento, escrito pelo poeta Ciro Veras. Ciro não é vítima direta do crime da Braskem, porém sentiu a necessidade de se expressar com a sua arte em nome de todas as vítimas.
Ciro Veras: Olá, eu me chamo Ciro Veras, sou um poeta nascido e morador de Maceió, capital de Alagoas. Eu não sou vítima direta, porém, como maceioense, me sinto indignado com a tragédia promovida pela Braskem, que destruiu vários bairros da nossa capital, além de destruir vidas. E como poeta, escrevi um cordel falando da nossa indignação.

Tragédia em Maceió, as toupeiras de aço da Braskem

Não sou de me lastimar nem de chorar pelos cantos
Procuro em minha existência suplantar os desencantos
Levo a vida em alegria, mas se encontro a covardia não contenho mais os prantos
Eu não gosto de escrever sobre agrura nem tristeza

Prefiro falar de flores, do amor, da delicadeza presentes no nosso mundo
Mas um desgosto profundo afasta-nos da beleza
Aí a caneta fere o papel sem piedade
Vocifera e denuncia toda verdade
Realidade cruel, transformando a vida em féu, amarga infelicidade
Quando a morte é natural, o filho retorna a Deus
Quem fica chora e lamenta quando se perde um dos seus
Porém ele se conforma, só porque essa é a norma na hora de dar o adeus
Mas quando essa morte vem fruto da maldade humana
Da vaidade, da ganância de gente muito sacana
Que prejudica os milhares, até seus familiares, e nem mesmo entra em cana
Aí a revolta impera revestida de tristeza
Sem entender como pode se assassinar a beleza de várias comunidades
Que mesmo em dificuldades, tem seu sonho de nobreza
Pois foi o que aconteceu em Maceió capital
Do estado das Alagoas, um lugar fenomenal
A maldade humana veio trazendo muito aperreio ao espalhar grande mal
Nos idos anos 70 do passado século XX
Foi implantada uma empresa com um verdadeiro acinte
Indústria mineradora, a sal-gema precursora de um drama contribuinte
Construída em área urbana gerando muito protesto
Desvalorizou um bairro, o trapiche e o que há de resto do entorno deste local
Causando Um enorme mal, eu estive lá e atesto
Porém as autoridades fecharam olhos para isso
Os governantes da época não tiveram compromisso
Em balizar os danos ambientais e humanos, não quiseram saber disso
Implantada conta gosto de toda população
Essa indústria se firmou bem próximo ao coração
Que é o centro da cidade, para nossa infelicidade nosso choro foi em vão
Nesse bairro do trapiche predominam residências
Tem diversos hospitais, como também das ciências uma grande faculdade
E todo domingo à tarde futebol é permanência
Nosso estádio Rei Pelé é o maior de Alagoas
Um lugar de diversão para inúmeras pessoas

O trapiche é bairro bom, que nunca saiu do tom
Trazendo-nos coisas boas
Enorme a população presente nesse local
Difícil de acreditar que fizeram tão mal a toda comunidade daquela localidade
O descaso foi total
Já começou tudo errado, uma indústria desse porte
Jamais era para ficar ameaçando de morte a toda uma população
Naquela mediação, assim não há quem suporte
Pois nos basta a sua presença perto da comunidade
Para virar uma ameaça para o povo da cidade
Nossa linda Maceió, lugar bonito que só, exposta a calamidade
Trabalhando com produtos químicos e perigosos
Devia estar afastada de lugares populosos
Pois toda comunidade sabe bem qual a verdade dos seus efeitos danosos
Não tinha lugar pior, todos disso tem certeza
Para se instalar uma indústria desse porte e natureza
Pois esse imenso perigo viria tal qual castigo para toda redondeza
Um lugar muito bonito, de restinga e manguezal
Entre o mar e a lagoa, patrimônio ambiental
Deveria ser preservado como um importante legado para o povo da capital
Aterraram todo o mangue, ecológico berçário
Muitas espécies morreram, ficaram no imaginário dessas novas gerações
Privaram-se das emoções de ver aquele cenário
O lindo pontal da barra foi outro bairro atingido
Seu povo bravo e guerreiro de repente foi sacudido
Por máquinas monstruosas, mentes muito ambiciosas sem fazer nenhum sentido
O pontal fica às margens da Lagoa Mundaú
Desemboca no mar e nos dava o sururu
Molusco delicioso, nutritivo e apetitoso
Que estava em nosso menu
Mas o sururu sumiu da lagoa assoreada
Ele era fonte de renda da nossa gente adorada
Quem mora no entorno dela
Ficou vazia a tigela, população desprezada

Também o bairro do Prado ficou desvalorizado
Linda praia do sobral com seu destino selado
A mais bela da cidade exposta a calamidade desse destino malvado
Corria à boca miúda comentários a respeito
E pra se locupletar, sempre dava algum jeito
Um achadozinho aqui, um acordo espúrio ali
Tiraram disso proveito
A politicagem reina no país do faz de conta
Em Alagoas, porém, a coisa de maior monta
Pois o atraso desse estado é o gigantesco legado que por aqui mais desponta
A desconfiança paira por toda comunidade
Pois acham que o povo é burro, mas isso não é verdade
Eu não posso afirmar nada por toda essa marmelada
Mas a coisa é muito grave
Anos depois a sal-gema mudou a nomenclatura
Trocaram para Trikem por formalidade pura
Pois não houve benefício, apenas o malefício
Que hoje ainda perdura
Mais um tempo se passou, mudaram de novo o nome
Passaram a chamar Braskem essa indústria que consome o solo da capital
E até hoje causa mal, como quem mata de fome
Os anos foram passando e a indústria a explorar o solo de Maceió
Escavando sem parar
Como uma imensa toupeira de aço a escavadeira no subsolo a reinar
Trabalho subterrâneo sem ter monitoramento
Nossa comunidade sem nenhum discernimento do que estaria por vir
Para que pudesse agir em um futuro momento
Já em 2018 a surpresa foi geral
A tragédia humanitária chegou para nós afinal
Um terremoto suposto, atingiu a contragosto nossa linda capital
Porém não foi natural aquele tremor de terra
Lá no bairro do Pinheiro, o povo como na guerra
Em desespero ficou, vislumbrou uma dor que nunca se encerra
Uma falha geológica natural é bem verdade

Intacta ela estava aqui em nossa cidade
Porém as escavações, as minas e explosões trouxeram fatalidade
Essa falha foi crescendo, várias minas se juntando
A toupeira ferozmente o subsolo escavando
Até que chegou o dia do desespero, agonia, da população chorando
Pois histórias destruídas podemos remediar
Mas cura definitiva não dá para se alcançar
O pinheiro destruído, nosso povo combalido a todo bairro a vagar
O afundamento do solo mostrou-se nas construções
Rachaduras nas paredes de muitas variações
Tendo o caos como cenário e o povo feito de otário cheio de desilusões
Escavação criminosa, foi isso que aconteceu
A toupeira gigantesca nosso povo removeu
De suas casas e sonhos
E pesadelos medonhos nossa gente aqui sofreu
Até hoje ainda sofre, seu mártir perdura
Pessoas adoecendo sem esperança de cura
A depressão estampada leva as pessoas ao nada
Quando não à sepultura
Uma tristeza profunda senti ao ver o Pinheiro
Que era um bairro tranquilo, bonito e alvissareiro
Me vi triste num canto, e o nó impediu que o pranto se esvaísse por inteiro
Fui ao bairro do bom parto tristemente a caminhar
Pelo meio dos escombros das casas desse lugar
Porém chegando ao Mutange, já fui avistando ao longe
Não poderia passar
Agora a Braskem é dona desses bairros afetados?
Tem cancelas nos acessos que hoje são bem vigiados
O povo não pode entrar, nem nas ruas circular
Todos bem monitorados
Foram tantos os prefeitos e tantos governadores
E ninguém para atuar nesse circo de horrores
A omissão imperando, impunidade reinando, onde estão esses atores?
Porque não mostram a cara em defesa do eleitor

Que votou em candidatos como gente de valor
Para mudar o que foi feito
Mas não teve mesmo jeito
São desprovidos de amor
Pois nenhuma autoridade do passado ou do presente
Chega para dizer nada, mostrando-se sempre ausente
Se esconde, mas é culpado, como naquele ditado
De que quem cala consente
Cadê o legislativo e o poder judiciário?
Todos perderam a língua se evadindo do cenário
A OAB não fala, ou sua voz é tão rala que ficou no imaginário?
E o tal Ministério Público, o que faz por nossa gente?
Cadê a sua atitude, sumiu-se covardemente?
Governadores, prefeitos, vocês não foram eleitos para agir decentemente?
Hoje essa mineradora vive posando de boa
Diz que está preocupada, na mídia nos atordoa
Falácia ambiental, mas na verdade é um mal o que sua voz ecoa
Quantas indenizações as casas foram compradas
Por um preço irrisório as pessoas retiradas
Num desconforto tristonho
Esse transtorno é medonho, muitas estão desgraçadas
E quanto aos danos morais
Não houve nenhum reparo
A justiça é mesmo cega ou ela não tem preparo?
vidas desajustadas, sem pudor atropeladas, é grande o seu desamparo
Uma quantia irrisória pelos tais dos danos morais
Mas parece uma piada, sem respeitar tantos a's
Do semblante de tristeza de um povo que com certeza não volta ao normal jamais
Uma tremenda injustiça com o povo da cidade
E em tanto tempo continua essa maldade
Indiferença política, situação muito crítica da nossa comunidade
O bairro de bebedouro, um dos mais belos e antigos
Histórico logradouro exposto a muitos perigos
Casarões abandonados, moradores enxotados

Esperando seus jazigos
O bebedouro era um berço dos antigos carnavais
Nosso Major Bonifácio abrilhantou por demais essas festas populares
Levando gente aos milhares nas tradições culturais
O colégio bom conselho, um ícone do saber
Para nossa população que estudava pra valer
Hoje a realidade todo mundo pode ver
Pessoas acometidas de infarto e depressão
A beira do precipício, é triste a situação
Maceió ficou mais feia
E quem merece a cadeia, faz pouco do cidadão
Por isso venho pedir justiça para essa gente
A impunidade reinando não traz nada diferente
Nosso povo não merece, pois de tristeza padece quem um dia foi contente
Um belo quadro no chão tristemente entre os escombros
As artes plásticas choram em meio a esses assombros
O cordel levanta a voz contra esse mal tão atroz
E hoje carrega nos ombros a carga muito pesada da responsabilidade
De conservar sempre viva na memória essa verdade
As injustiças cruéis dos atuais coronéis que só promovem maldade
Com seu poder econômico eles tentam maquiar o grande mal que fizeram
Na mídia tentam mostrar que estão bem preocupados
Mas eles são desalmados, só querem nos enganar
Então hoje essa mistura de revolta com tristeza
Vem revestir minha escrita de amargura e aspereza
Somos cabeças pensantes que sem medo dos gigantes carregamos a certeza
Que jamais nos calaremos diante dessa maldade
Nossa luta é preservar o campo e nossa cidade
Assim como ser humano, que é o primeiro no plano de nossa felicidade
Fora Braskem

Referências citadas:

Lugares: centro da cidade, bairro do Trapiche, Lagoa Mundaú, bairro do Prado, praia do Sobral, bairro Bom Parto e Mutange.

Pessoa: Major Bonifácio,

Edificação: Estádio rei Pelé, Colégio Bom Conselho

Celebrações; domingo de futebol, antigos carnavais, festas populares

Saberes: Sururu.

Afeto	Pertencimen-to	Fé	Mágoa	Denúncia/Re-sistência

Entrevista 7

Marcelino Brito conta sua história com o Bebedouro

Marcelino: Sou Marcelino Carvalho de Brito, vim do sertão de Pernambuco em 1977, e fui adotado por Maceió, precisamente no bairro de Bebedouro, na praça Coronel Lucena Maranhão, n 76. Ali fiquei a minha vida, a minha história, tudo começou ali. Em 1980 me casei com Silvana Calheiros, meus filhos nasceram no bairro, estudaram no bairro, e tudo ao redor da gente era feito no bairro de Bebedouro. Um bairro que parecia uma cidadezinha do interior, o segundo bairro de Maceió, um bairro que sua história vem desde 1816, lá do sítio da capelinha, com os portugueses, que ali fizeram fortunas e fizeram também história no bairro de Bebedouro. Um bairro de tradição, um bairro que a grande elite alagoana vinha para a beira da lagoa comer um sururu, um crustáceo, sentir o ar que o bairro tinha, aquele ar que reconhecia todo mundo como o seu, aquele ar de alegria. Um bairro folclórico, um bairro onde nós tivemos Bonifácio da Silveira, um grande folclorista, que fazia festas ali na praça Lucena Maranhão. Um bairro dos carnavais, do clube 29 de junho, onde em 1979 eu tive o prazer de conhecer minha esposa, e era um bairro que as festas de carnavais não deixavam a desejar em lugar nenhum. Um bairro de famílias tradicionais, festivas, e nesse clube eu conheci a minha esposa nesse clube com toda a sua família, seu pai, sua mãe, meu cunhado. O saudoso Freitas Neto, nosso primo, que com certeza se hoje fosse vivo, estaria aqui a frente lutando contra essa impunidade criminosa feita pela Braskem, mas infelizmente nós não tivemos a chance como gostaríamos de ter. Ele simplesmente nem bateu na nossa porta, disse que nós tínhamos que sair, então nós não perdemos só a nossa casa de tijolo e de cimento, mas nós perdemos toda a nossa história, todo o nosso lado imaterial do que nós vivemos ali. Eu sou um administrador de empresas e sou um escritor, a Braskem não quis reconhecer a minha pessoa como um escritor do bairro. O meu segundo livro “Reflexões de um Contador de História”, eu tenho cerca de cinco a seis poemas,

crônicas e prosas que eu falo do bairro de bebedouro, porque bebedouro se tornou para mim, não só a minha morada, mas a minha matéria prima para os meus escritos. Um bairro com tanta história, um bairro cercado pela lagoa mundaú, onde nós crescemos vendo ali na ponte a tirada do sururu, vendo ali na ponte os barquinhos chegando com seus pescadores, vendo ali na estação indo na direção da Lorenzo de Albuquerque, um dos moradores a passeio ou indo a trabalho, e eles tiraram isso da gente. Um dia antes praticamente da nossa saída, eu escrevi um dos mais belos contos nossos, que é "Adeus Bebedouro, meu berço dos sonhos". Fiquei olhando aquela praça, o cheiro das madrugadas da lagoa Mundaú, bem próprio, e olhando para a paróquia de santo Antônio eu fui inspirado a escrever na tristeza. Porque eu pensei nesse texto exatamente no dia que o Pinheiro sofreu aquele tremor. Lá embaixo, na minha casa, nós sentimos o tremor também, e foi pavoroso, a partir dali não tivemos mais sossego. A minha esposa entrou em depressão, não quis mais ficar no bairro, nos impulsionando a tomar uma atitude. E foi aí que com dois meses após, eu optei por sair, e saí não porque queria, mas por medo de que acontecesse realmente alguma coisa. E a gente via no semblante dos outros moradores a incerteza, a doença batendo na porta de cada um, como também presenciamos alguns amigos falecerem pela situação causada pela Braskem. Porque, como eu, são amigos e foram amigos que não imaginavam sair do Bebedouro. Eu me aposentei e fiz meus planos de continuar vivendo em Bebedouro, mas tive que sair. Tudo isso é triste, é uma história que não sabemos o que é real de verdade, e a impunidade a gente vê a cada momento, e infelizmente a impunidade também dos órgãos públicos, porque eu, Marcelino Brito, eu não acredito que essa empresa reinou durante 50 anos sem a proteção de alguns políticos. Nós não sabemos o que vai acontecer com aquele bairro. É muito falatório, é muita conversa bonita, e se tornou eleitoreira também, e a gente fica triste, porque nós moradores sabemos como Bebedouro foi importante para Maceió. O segundo bairro da cidade, onde nós tivemos ali o Comendador Jacinto Leite, O Major Bonifácio da Silveira, Aldário Machado Pires, Aldacir, dona Helena, seu Manoel Calheiros, meu sogro seu Nezinho, dona Vilmar, toda sua prole ali cresceu, como a minha também cresceu. Então a gente tá falando da tristeza, mas é uma tristeza real, uma tristeza que só lá na frente, não sabemos quando nem como, alguém realmente irá vivenciar a verdade. Porque uma empresa do porte que é a Braskem, antiga sal-gema, chega e simplesmente brinca com os sentimentos dos moradores de Bebedouro. Moradores esses que se fosse fazer uma pesquisa com cada um, mais de 90% iriam dizer que não queria sair do bairro de Bebedouro, porque ali foi planejado e projetado toda a sua vida. Então, meus amigos, a gente vê essa situação que também levou outras pessoas, de outros bairros como o Pinheiro, Mutange, uma parte do Bom Parto, e o nosso saudoso e querido Bebedouro. Cerca de 60 mil pessoas, cerca de 7 mil empresas

ao nosso redor tiveram que fechar, cerca de 30 mil empregados tiveram que perder seus empregos. E o pior de tudo, se essa empresa chegasse com a gente com antecedência e conversasse, nos pagasse o que tínhamos de direito, mesmo assim, ainda não era justa, mas nem isso ela fez, simplesmente saiu, e muitos até o momento não receberam e não sabem o que será da sua vida. E a gente fica vendo e ouvindo a prefeitura fazer acordos de bilhões, e não dá uma satisfação aos que deveriam ouvir, que somos nós moradores, o destino desse dinheiro. A minha história foi contada, a minha história, infelizmente, não vai ter como mudar. O que eu sei, morei durante esse tempo todo e não fui reconhecido como deveria ser reconhecido como deveria ser reconhecido, porque essa famigerada empresa, a ambição mostrou que é possível e que nós, povo, não valemos nada. Isso está acontecendo também com os Flexais, as pessoas estão ilhadas naquela rua sem saber como vai ser a vida delas. Hoje não se tem padaria, não se tem posto de saúde, não se tem farmácia, não se tem segurança, e a população está ali sendo praticamente obrigada a ficar presa. Eu clamo aqui pelas autoridades, pelo Ministério Público, pelas autoridades federais inclusive, venham até Maceió, sinta o povo. Os moradores desses bairros estão sentindo e estão passando. Já são aproximadamente cerca de 17 suicídios e ninguém faz nada. Tudo isso é muito triste. Meus netos vai e vem falam dos momentos em que foram felizes naquele bairro, um bairro simples, mas de gente trabalhadora e que merecia respeito, e infelizmente esse respeito a Braskem não teve por nenhum dos moradores. Então eu falo aqui com muita tristeza. Nesse momento, o que eu posso fazer é relatar como venho relatando em livros, como escritor que sou, e nem isso fui reconhecido pela Braskem. Que tirei minha matéria prima para narrar minhas poesias, para narrar minhas crônicas, minhas prosas, sobre o bairro de Bebedouro. Ali eu faço uma trajetória da história do que foi Bebedouro, esses 200 e tantos anos que o bairro tem de história. Então é isso, eu queria deixar registrado e estou aqui a disposição. A única coisa que eu posso fazer é falar da minha trajetória de morador daquele bairro tão querido, um bairro que eu jamais irei esquecer, toda aquela harmonia que se tinha naquele bairro de fé. Se a gente fosse falar aqui de cada pessoa que morou no bairro de Bebedouro, não teríamos fim, porque muitos ilustres se alimentaram do sururu tirado da lagoa mundaú, que hoje também está depredada. São patrimônios históricos. É um bairro que não pode ser esquecido. Infelizmente temos que conviver com essa tragédia sem poder fazer nada. O que eu clamo é a Deus, que dê força a gente para caminhar, para que a gente levante a cabeça. Porque hoje eu moro aqui em Satuba, jamais imaginei sair de bebedouro, e estou tentando aos poucos dar sequência à minha vida, é o que posso fazer, tenho que seguir. Sigam em frente e tenham fé em Deus, porque se formos contar com as autoridades, com esses empresários cruéis, com certeza não levaremos nada de bom.

Referências citadas:

Lugares: Praça Coronel Lucena Maranhão, sítio Capelinha, beira da Lagoa, bairro de Bebedouro, Lagoa Mundaú, Flexais, Paróquia Santo Antônio.

Pessoa: Bonifácio da Silveira, Comendador Jacinto Leite, Aldário Machado Pires, Dona Helena, S. Manoel Calheiros, Dona Vilmar,
Edificação: estação de trem, Paróquia Santo Antônio.
Celebrações: festas, festas de carnavais.
Saberes: sururu, barquinho chegando com seus pescadores.

Afeto	Pertencimento	Fé	Mágoa	Denúncia/Resistência

Entrevista 8

Alexandre Sampaio

Entrevistador: Estamos aqui começando o podcast do programa Vidas Afundadas. Estou aqui com o empreendedor Alexandre Sampaio, que era dono de algumas empresas no bairro do Pinheiro, e foi fortemente atingido pela questão do afundamento de solo em Maceió, tendo enormes prejuízos financeiros, inclusive algumas empresas foram à falência também. Então Alexandre, eu queria que, de início, você contasse para a gente como foi o começo da sua relação com o bairro do Pinheiro, em que ano chegou, uma biografia da sua relação com o Pinheiro desde o início e até quando começou o processo de afundamento no bairro.
Alexandre: A nossa história no bairro ela data antes de eu ter empresas. Eu conheço o bairro desde que o meu avô fundou a Igreja Batista do Pinheiro com a minha avó. Ele é um dos fundadores.
Entrevistador: Qual é o nome dele?
Alexandre: Hamilton de Carvalho Moraes, e Elba Pinto de Moraes. Eles fundaram a igreja, lá atrás, eu acho que eu não era nem nascido nessa época, e eu tive um novo encontro com essa igreja quando eu me converti aos 12 anos. Eu morava em São Paulo, nasci em Maceió, mas tinha ido para São Paulo com minha família, e quando eu voltei, eu comecei a frequentar a

igreja e boa parte das referências que eu tenho de cidadania, de militância, foi lá na igreja. Então a igreja tem essa trajetória longa, e eu digo que parte da resistência que a gente conseguiu cravar no Pinheiro vem dessa história. O meu avô era uma pessoa de oposição, era uma pessoa que lutava por direitos sociais, inclusive foi cassado pela ditadura militar quando era presidente da câmara dos vereadores. Fundou a igreja do Pinheiro, deixou esse legado junto com a minha avó.

Entrevistador: Qual era a rua da Igreja?

Alexandre: Rua Miguel Palmeira.

Entrevistador: Uma das principais vias do Bairro.

Alexandre: Isso. E aí a minha primeira empresa, quando eu era ainda estudante de jornalismo, foi ali na Travessa Manoel Menezes, atrás da ASFAL. A gente abriu aquela empresa sem sequer ter o dinheiro para pagar o primeiro aluguel, e começamos ali a primeira empresa de publicidade da gente, depois a primeira produtora de vídeos do estado de Alagoas foi ali, na Travessa Manoel Menezes. A primeira produtora fora das televisões foi a nossa, minha e do Sidney, que hoje é proprietário da staff, e também é atingido, porque ele criou um estúdio no Pinheiro, mas era uma filial, sem CNPJ porque ele usava o da matriz. Mas voltando, nós fizemos essa trajetória a partir da travessa Manoel Menezes, depois a gente foi para o empresarial Belo Horizonte, ali na rua José Silveira Camerino

Entrevistador: É a mesma rua da padaria Belo Horizonte.

Alexandre: Mesma rua. E depois nós encontramos uma casa de esquina muito boa, atrás do Hapvida, que é na primeira esquina depois da padaria. É a primeira esquina, perto do Ballet Eliana Cavalcanti. Então a gente se mudou para lá, e estávamos lá há mais de 10 anos. Eu estou lá no Pinheiro desde que eu me formei, é uma vida. A gente tá em 2022, imagine

Entrevistador: 32 anos.

Alexandre: Exatamente. Só não são 32 porque eu tive que sair em 2019 por causa desse crime da Braskem.

Entrevistador: 29 anos então.

Alexandre: É, a nossa história no Pinheiro é longa, ela começou na Igreja Batista, meus avós moravam na Tereza de Azevedo, que é a rua da Casa Vieira, ali dentro do bairro, as minhas empresas foram lá, até o problema da Braskem, e a gente fez muita amizade lá, então a gente fez a trajetória de uma vida. Não é um aventureiro que chegou. E mesmo quem chegou não tem culpa nenhuma, imagine, uma das nossas empresas a gente tinha acabado de reformar para poder construir ali um modelo de negócio, que foi interrompido antes da gente poder faturar.

Entrevistador: Alexandre, conta pra gente, durante esse tempo todo que você passou no Pinheiro, você acabou de falar que fez muitas amizades, como foram essas amizades? Você criou muitos vínculos com o pessoal lá do bairro mesmo, muita gente que morava por ali, formou um vínculo afetivo com essas pessoas?

Alexandre: Olha, a gente tinha ligações afetivas em todos os aspectos. Na igreja, a comunidade da Igreja Batista, se conhece muita gente do bairro, nós tínhamos pela atuação no bairro com as três empresas de imobiliária, fizemos muitas vendas no bairro, conhecemos os construtores, muitos clientes que compraram imóveis conosco, a vizinhança, a padaria Belo Horizonte, o Dirceu e a Cláudia eram muito próximos de nós, o Júnior da Arq Projetos, o pessoal do mercadinho pilar, o lava jato. Não tem jeito, você convive no entorno onde trabalha e acaba criando relações ali, e isso naturalmente se desfez. A gente estava apostando muito no bairro, a gente pegou todas as reservas que tinha entre 2015 e 2016, e terminamos a reforma no final de 2017, foram três anos fazendo a reforma na empresa para a gente fazer lá uma espécie de clínica, de um coworking multiuso. A minha esposa tinha uma clínica de psicologia e nutrição, a gente mobiliou e alugava as salas para psicólogos e nutricionistas, pessoas da área de saúde, e ao mesmo tempo ela tinha o CNPJ com vários convênios, que é difícil você ter na área de psicologia, então a gente tinha uma sinergia entre as empresas. Uma empresa reformou, a área de imobiliária era a que faturava mais, então a gente pegou boa parte do lucro da imobiliária, reformou ali para poder fazer a clínica, aí mobiliamos as salas, e quando as salas estavam mobiliadas e a gente já estava faturando um bom dinheiro, que era até um plano de aposentadoria da gente pro futuro, porque era uma renda passiva, o trabalho já tinha sido feito antes, a gente criou bases para isso, e aí a gente teve que fechar. E é uma situação muito complicada porque a gente faz planos e não imagina que o subsolo do seu bairro, onde você construiu uma vida inteira, estava sendo minado pela corrupção, pela negligência, pela imperícia e pelo ganancioso.

Entrevistador: Alexandre, conta pra gente como é que foi o início, porque o mês que começou, que estourou essa bomba, foi março de 2018, com a questão do tremor de terra aqui em Maceió. Como é que foi o início, quando você ficou sabendo que o Pinheiro estava condenado? Como se desenrolou essa história de você com as suas empresas, do momento do tremor em diante?

Alexandre: No dia do tremor eu estava em um evento no litoral sul, e um corretor nosso estava apresentando um apartamento do Tibério Rocha, que fica ali no coração do Pinheiro, na hora da apresentação de venda, quando foi sacudido de uma parede pra outra, até bateu a cabeça na parede, e aí o prédio inteiro foi evacuado, mulher descendo de calcinha e sutiã, homem de cueca, um desespero, uma gritaria, todo mundo pra rua, e eu lembro que eu recebi um telefonema dele

“Alexandre, o que é que houve? Nunca houve um terremoto aqui, eu tava apresentando e tal, o cara pensou que era só no prédio e depois a gente descobriu que era na rua, no bairro”. O impacto para a imobiliária começou exatamente no dia 3 de março de 2018, porque quando houve o “terremoto” que ninguém sabia o motivo, e começaram as especulações de que o bairro tava com problema, se tinha rachaduras que começaram a aparecer e ninguém sabia o que era, então a gente começou a decair o movimento. Eu voltei, na segunda-feira a gente teve reunião na imobiliária com os corretores e esse foi o principal assunto, e aí começou a desconfiança, vale a pena vender imóvel em um bairro que está com terremoto?

Entrevistador: Na época vocês tinham muitos imóveis para venda no Pinheiro?

Alexandre: Muitos imóveis, o bairro do Pinheiro era o bairro que mais crescia em arrecadação de tributos no município de Maceió, dados da secretaria municipal de finanças.

Entrevistador: Ou seja, se não houvesse a questão do afundamento, era um bairro que tinha uma projeção enorme.

Alexandre: Era um bairro que estava sendo descoberto pelo mercado imobiliário. Entre prédios em processo de aprovação, licenciamento, lançamento e entrega, tinham mais de 20 projetos, em diversas fases. O mercado imobiliário tinha descoberto que o bairro do Pinheiro é central, ele é perto de tudo, tem vários pontos de escoamento, você podia ir para a Santa Amélia, ir para o Tabuleiro pela Santa Amélia ou pela Fernandes Lima, poderia descer para o centro pela via do Mutange ali, tinha o corredor do Pinheiro, que era uma paralela da Fernandes Lima, a própria avenida, e era um bairro que tinha e estava virando um complexo hospitalar, com dois hospitais, dezenas de clínicas, Portugal Ramalho, o Hapvida, o Hospital do Sanatório, tudo isso, e também do outro lado você tinha o Hospital do Coração, o Hospital Arthur Ramos, era uma área que você estava perto de tudo.

Entrevistador: Era uma área nobre.

Alexandre: Absolutamente nobre, e em processo de valorização. A nossa imobiliária identificou essa oportunidade e foi pra lá. Então quando houve o terremoto os corretores começaram a sair, até que o MP Estadual estranhamente manteve em segredo de justiça a investigação da CPRM que já foi chamada pela defesa civil em março.

Entrevistador: No momento em que houve o tremor, a equipe de corretores já começou a sair?

Alexandre: Sim, começaram a sair, os negócios, sem a gente entender realmente os motivos, porque isso não fica declarado.

Entrevistador: Então o susto foi grande.

Alexandre: O susto foi grande. Em dezembro de 2018 iniciou-se o movimento SOS Pinheiro, eu comecei a querer entender o que estava acontecendo, fui para as primeiras manifestações,

até que veio em janeiro, explodiu né, a imprensa tomou conhecimento, a prefeitura decretou em dezembro estado de emergência, e aí começaram as especulações, entrou a quadra chuvosa entre fevereiro e março, o desespero que havia gente que dizia que o bairro ia afundar. Nesse contexto, nós fomos as primeiras empresas a sentir o impacto de uma maneira muito forte. A minha esposa tinha três meses de fila de espera no consultório de psicologia, e começou a ter tardes inteiras de janeiro e fevereiro de 2019 sem nenhum paciente, e ela não entendia, porque as pessoas tinham medo de dizer o motivo.

Entrevistador: As pessoas tinham medo de ir ao bairro.

Alexandre: E começou já entre fevereiro e março, quando a CPRM já veio para Maceió, e havia muita especulação, não sei se você se lembra, um geólogo dizia "se chover 30 milímetros o bairro inteiro tem que ser evacuado", então imagine o desespero.

Entrevistador: Era uma situação praticamente apocalíptica, perigo do bairro inteiro desabar.

Alexandre: É, havia uma especulação, havia essa tese de que a chuva deixaria mais pesado o solo e isso poderia aumentar o risco de afundamento, e a imprensa com informações desencontradas, as pessoas com muita *fake news*, é óbvio que as pessoas pararam de frequentar o bairro. Havia inclusive a orientação expressa da defesa civil de não circular no bairro em momentos de chuva.

Entrevistador: Ou seja, a população começou a ver o bairro do Pinheiro como um risco de morte.

Alexandre: Exato. Nesse contexto, não tem um negócio que dependa, que seja sensível à imagem do bairro, à credibilidade, à situação de segurança que resista. E coincidentemente, duas das três empresas que a gente tinha tinham essa característica. A imobiliária depende da imagem do bairro, de segurança, de estabilidade, então tudo que havia de promissor no bairro ruiu da noite pro dia. A gente perdeu quase todos os corretores entre março de 2018 e fevereiro de 2019. A minha esposa perdeu boa parte dos pacientes. Chegou um momento em que a gente, no início de fevereiro, eu comecei a perceber isso, fui procurar o Dirceu da padaria Belo Horizonte, fui procurar o Faloni no Colégio Santa Amélia, e a gente perguntando o que estava havendo, dizendo que a gente precisava entender, precisava se unir. Foi daí que surgiu a associação, eu ainda sou presidente da associação dos empreendedores do bairro do pinheiro e das regiões afetadas. Primeiro era o bairro do Pinheiro porque só se falava de lá, ninguém sabia que o Mutange seria atingido, depois que agregou às outras regiões. Finalizando sobre a situação das empresas, a Cátia, minha esposa, perdeu os pacientes, uns inquilinos da clínica de psicologia que pagavam um percentual das consultas geradas pelos planos de saúde e pagavam o aluguel da nossa empresa, então a gente perdeu dois negócios ao mesmo tempo. A gente

perdeu a imobiliária, que vendia e alugava imóveis de terceiros, a gente perdeu um núcleo de faturamento importante, que era a clínica e a sublocação de salas para psicólogos, nutricionistas e o pessoal da área de saúde, foram mais de duas dezenas de milhares de reais que se perderam da noite pro dia também, e precisamos abandonar, então toda reforma que a gente tinha feito e tudo que tinha sido, o valor de hoje é em torno de duzentos e pouco mil reais, a gente simplesmente teve que deixar para trás porque não tinha mais cliente.

Entrevistador: Alexandre, é uma pergunta meio redundante, eu sei que depois disso a vida ficou difícil, mas com suas palavras, depois desse episódio de falência de empresas e tudo mais, como é que foi a vida para você e a sua família?

Alexandre: Eu diria que a gente teve que renascer. Morreu para viver de novo. Porque não é fácil empreender no Brasil, você junta um dinheiro e fica pensando como é que vai ter uma renda melhor, como pode fazer, e o dinheiro todo que a gente tinha, a gente investiu naquela reforma, e para diversificar, a gente não queria depender só do mercado imobiliário, só do trabalho individual da minha esposa como psicóloga, e a gente já pensava em dar uma desacelerada, porque o modelo de negócio que a gente criou permitia isso, permitia uma renda líquida de 20, 22 mil reais por mês, e a gente poder ter uma vida mais desacelerada, mais confortável, e isso da noite para o dia ruiu. Então a gente teve que sair, foi uma decisão duríssima, a gente saiu antes da Braskem ser responsabilizada pelo que tinha acontecido, antes de ter um mapa de evacuação, antes sequer de saber se a gente teria direitos ou não.

Entrevistador: E saiu justamente por causa das pessoas que tinham medo de frequentar o local.

Alexandre: É, porque ficou inviável. E aí o dinheiro que restava para a gente, a gente alugou uma sala, reformou inteira, fomos para uma sala de 50m2 que se transformou em um consultório, a sala da minha esposa, eu que tinha uma empresa grande fiquei também restrito a uma sala. A gente tentou reconstruir a imobiliária, mas sem espaço, sem sala de reunião, sem nada, a gente resolveu fechar a empresa.

Entrevistador: Qual era o nome da imobiliária?

Alexandre: Era Moura e Sampaio Imóveis, a Cátia era minha sócia. Mas ela originalmente nasceu como Remax, que era uma franquia americana de 2010 a 2016 mais ou menos, e depois a gente devolveu a franquia e ficou como Le Vende imóveis. E aí a imobiliária a gente precisou fechar, porque não teve como, a gente tava sem condições de pagar o contador nessa época. A gente ficou só com duas empresas. Eram três empresas e quatro negócios, como eu falei, a clínica de psicologia, a imobiliária, a sublocação de salas e a empresa de marketing. A gente perdeu a sublocação e a imobiliária, então dois negócios falidos.

Entrevistador: Alexandre, e como é que ficou a questão dos funcionários das suas empresas?

Alexandre: A gente tinha poucos funcionários em todas as empresas, era bem enxuto, porque o nosso negócio era baseado em uma estrutura para os profissionais gerarem serviços. A imobiliária é uma plataforma para os corretores atuarem, a clínica era uma plataforma para psicólogos, nutricionistas. A gente tinha muita gente envolvida conosco, mas não eram funcionários. Era o modelo que a gente escolheu para ter menos custos trabalhistas, criando formas de apoiar o autônomo. A gente dava a estrutura e a pessoa se remunerava ao usar aquela estrutura, como um coworking. Mas a gente precisou demitir uma funcionária, e a situação ficou tão difícil que a gente não conseguiu ter verba indenizatória, e a gente passou 1 ano pagando salário porque não tinha como demitir. Esse é um caso, você imagine multiplicado por 10 funcionários, por 20, por 30. Muita gente vive esse drama até hoje. Mas a gente conseguiu demitir a funcionária, a duras penas, tirando o dinheiro que a gente não tinha e pagando todos os encargos sem ficar devendo a ela, demoramos 1 ano, mas a gente conseguiu, e a gente não fechou, passamos um tempo sem fechar a empresa, pagando contador, tributos e tal, porque a gente não tinha dinheiro para fechar. Até que a gente conseguiu e fechou a empresa, a Moura e Sampaio.

Entrevistador: Depois disso tudo, você disse que é uma história de morte e renascença, como é que foi a parte do viver de novo?

Alexandre: Olha, foi muito duro, e no meio de tudo isso a gente teve a pandemia. A gente tinha acabado de reformar a sala para a sede das empresas que ficaram, quando veio a pandemia. A gente terminou de reformar em julho de 2019, e acho que em março de 2020 veio o lockdown. Aí todo mundo preso dentro de casa, de um lado a gente sofria de indignação do problema da Braskem, que se valeu também da pandemia para silenciar todo mundo, e de outro a gente parou para não morrer e não enlouquecer. Eu tive o cuidado, a minha esposa sofreu muito, era o sonho dela o modelo da clínica, era uma coisa que ela sempre quis na vida, ela sofreu muito mais que eu, e eu transformei o sofrimento em luta. Então de um lado, na pandemia, eu comecei a fazer lives para denunciar a Braskem, o crime, e foi a atuação da gente, dessas lives que praticamente só eu fazia pela associação, com Israel Lessa que fazia lives comigo, e tinha muita visibilidade. Numa dessas lives a gente denunciou que os ministérios públicos, as defesas civis receberam um documento da CPRM recomendando ampliar as áreas de risco, porque na época era só uma borda do mapa e dentro havia um povo ilhado no Pinheiro, e eles esconderam isso e a gente teve acesso a esse documento, e foi uma confusão, a gente começou a mexer e movimentar de um lado, mas de outro a minha família me cobrava “você não vai viver disso, você tem que comer, você tem que pôr a comida dentro de casa”. E a gente começou a construir uma alternativa, eu aproveitei a minha experiência no mercado imobiliário e a gente juntou um grupo

de investidores. Foi difícil porque estava no meio da pandemia e tudo era telefone, live, videoconferência, mas graças a deus a gente tinha uma credibilidade no mercado, então ao invés de usar recursos próprios que ficaram lá, a gente pretendia usar o lucro da gente para empreender depois, mas a gente teve que trazer de fora, remunerando e perdendo parte do nosso lucro, e a gente constituiu um grupo de investidores pequeno e começamos a desenvolver um empreendimento no litoral sul, em Coruripe. A gente chamou uma arquiteta que era parceira, ela topou fazer sem remuneração no primeiro momento, chamamos um advogado nosso, enfim, a gente conseguiu criar um grupo sem remuneração para pensar em um projeto e acreditando na história da gente, esperar que desse certo no risco, para poder ser remunerado. Graças a Deus, depois de dois anos de trabalho, a gente conseguiu aprovar, licenciar esse empreendimento, ele está absolutamente regularizado e estamos vendendo. A gente conseguiu trazer um grupo que apoiou a gente, eu sou muito grato aos engenheiros, aos arquitetos, aos projetistas, aos advogados, e a gente conseguiu realmente recomeçar do zero, as pessoas entendiam um pouco do que a gente estava vivendo, e graças a deus a gente está conseguindo retribuir isso, pagar essas pessoas que acreditaram na gente. Muita gente não entendeu como foi possível isso, mas hoje, contando, parece simples, mas imagine no meio da pandemia estar mobilizando vários profissionais de longe, pra algo que ninguém acreditava ainda.

Entrevistador: Alexandre, eu queria que você desse um pouco mais de detalhes de como foi a questão do nascimento da associação dos empreendedores do bairro do pinheiro e agregados.

Alexandre: Ela começou de uma dor sem causa, todas as pessoas estavam sofrendo em silêncio, nós não tínhamos uma noção exata do que estava acontecendo. Hoje, quando eu contei há pouco que a gente começou a perder, eu pensava que eu estava perdendo corretor por incompetência minha, mais um outro que estava perdendo cliente, todo mundo estava sendo afetado de algum modo, mas sem saber os motivos. Até que chegou um momento que a gente estava perdendo muitos clientes entre janeiro e fevereiro, e em janeiro eu comecei a me mobilizar, procurei o Dirceu da Belo Horizonte, o Junior da Arq Projeto, o pessoal do mercadinho Pilar, e daí a gente começou a se perguntar o que estava acontecendo. Em dezembro começou a surgir o movimento no SOS Pinheiro, mas a imprensa só falava em moradores, e eu ficava “não é possível que esse problema seja só de moradores”, era um problema geral, mas por incrível que pareça, era um problema que não se falava, nenhuma das autoridades falava. Eram só moradores, e a gente estava sem lugar de fala nesse negócio, profundamente atingidos. E eu procurei alguns advogados na época, e aí formamos no dia 12 de fevereiro de 2019, tivemos uma reunião no Colégio Santa Amélia, o nosso estatuto. É uma entidade legalmente constituída desde essa data. O estatuto da gente tem a premissa de primeiro salvar vidas e preservar as pessoas, depois

buscar indenização para os prejuízos, mas também preservar os empregos, e lutar pelo bem comum. Quando anunciou a associação, eu lembro que houve muita oposição, principalmente das associações de moradores, porque desde o início isso foi muito partidarizado, e quem mais se opôs foi o movimento SOS Pinheiro, que era um movimento de moradores liderado por Geraldo Vasconcelos.

Entrevistador: Por que houve essa oposição?

Alexandre: Eu acho que por interesse político, partidário. Eu acho que havia uma vontade das lideranças que estavam surgindo ali, viram a oportunidade de se promover politicamente, então mais um player, mais um jogador nessa coisa não é bem-vindo, e ainda mais um jogador articulado. Eu sou jornalista, especializado em marketing, a gente tinha uma relação boa com a imprensa por conta de ser agência de propaganda, de ter sempre feito projetos na tribuna, na gazeta de alagoas, então a gente tinha uma boa relação com a imprensa, com a cidade.

Entrevistador: E como ficou essa relação com o SOS Pinheiro depois?

Alexandre: Olha, foi uma situação sempre conflituosa, eu acho que, como esse podcast vai ficar para a história, eu acho que é importante falar, a gente sempre teve uma preocupação. Havia uma crítica muito forte a nossa associação, diziam que a gente era oportunista, que eu seria candidato a vereador, essa a principal crítica que faziam contra mim. E olha que interessante, a primeira eleição foi logo em seguida, foi a eleição em que o JHC se elegeu, todos os líderes dos bairros foram candidatos a vereador, menos eu. Eu era o mais criticado que me aproveitaria dessa situação para ser vereador, e não fui candidato.

Entrevistador: Por conta da sua exposição, as pessoas dos outros movimentos olhavam para você como uma pessoa que queria apenas se promover.

Alexandre: É. Bom, a história está contando isso agora, eu não fui candidato para vereador e nem queria ser, e não serei candidato mais tarde. Não é minha praia, eu não consigo conviver com o modus operandi da política aqui em Alagoas, eu prefiro ter as minhas empresas, o meu negócio. Eu sou empresário, sou empreendedor, e sou cidadão, e eu sou um cidadão consciente dos meus direitos, e sou muito puto da vida com a maneira que eles estão sendo vilipendiados. E eu digo “puto” porque é uma indignação visceral. Eu tinha o que dizer, eu percebia, eu fazia uma leitura do problema e tinha que falar, se eu não falasse eu adoecia, e eu não via ninguém falando, quem é que devia de fato estar falando, tomando iniciativas de defender a população, eu não via. A gente via os vereadores se aproveitando disso, a gente via os líderes comunitários se aproveitando, e na hora do embate real, onde você corria o risco de receber uma retaliação, perder um emprego, ou perder um negócio, todo mundo abria. Então a Braskem foi cooptando liderança por liderança, movimento por movimento. órgão por órgão, poder por poder, até que

criou uma dominação completa. A gente via um estado de exceção em Alagoas, não vivemos uma democracia no estado de Alagoas, há uma falsa representatividade, porque todos hoje representam, na prática, no submundo, a Braskem. No primeiro momento, no início de 2019, o MP federal estava ouvindo a comunidade, mas ouvindo não para o acordo, era procurado, reagia e tal, e nos causou muita estranheza, primeiro, quando notas técnicas que falavam de evacuação necessária em áreas de auto perigo foram escondidas, e foram tratadas de uma maneira pouco republicana por todos os órgãos, defesa civil nacional, estadual, municipal, pelos ministérios públicos estadual, federal, pelas defensorias públicas. Eu digo isso hoje no podcast porque eu denunciei isso em uma live e peguei o documento que ficou apenas quatro horas, foi a nota técnica no início de março de 2020 que apontava a necessidade de evacuação das áreas, essa nota técnica foi publicada, porque é um documento público, no site da CPRM, só por quatro horas, e o ministério das minas e energia mandou tirar, mas já tinha sido distribuída para as autoridades e ninguém falou nada. Foi a nossa associação que denunciou isso publicamente e deu um rebuliço nos ministérios públicos, eu soube por que eu tinha informações também, e alguns dias depois saiu o novo mapa, o segundo, que foi fruto dessa denúncia. E a gente começou a ver que, desde essa época, as autoridades ao invés de estarem ao lado, emprestando a sua autoridade, o seu poder constitucional, o seu objetivo de existir, para a comunidade afetada, ela começava a migrar para fazer o jogo da Braskem. E isso foi uma coisa absurda que começou a acontecer, eu posso historiar com clareza, o MP estadual decretou segredo de justiça na época do Alfredo Gaspar de Mendonça, ainda era chefe, de um problema que era de profundo interesse público, principalmente de quem vivia nos bairros, mas também para toda cidade de Maceió. Só quando a comunidade foi pra rua que foi quebrado o segredo de justiça e foi decretado o estado de emergência, mas se não fosse, se isso não tivesse vazado, continuava em segredo. Depois dos movimentos de fechar a rua, a gente fechou duas vezes a Fernandes Lima, fizemos marcha até o tribunal de justiça, teve audiência pública em Brasília, aliás, o senador Rodrigo Cunha foi um dos primeiros políticos a dar visibilidade a esse problema, mas estranhamente depois da audiência pública em Brasília, ele silenciou. E agora fez uma nova audiência no início deste ano, e para a minha surpresa, eu fui o único presente fisicamente em Brasília, e todos os órgãos estavam virtuais, representados através de videochamada, e todos eles, sem exceção, me atacavam. Os ministérios públicos, o GGI, a defesa civil. Foi uma tentativa de desqualificar a forma como a gente estava atuando, e eu não tenho dúvida de que foi articulado, porque no final das contas o Rodrigo Cunha mal quis falar comigo, e ali foi um palco montado para me desacreditar, e não para resolver o problema, não para encaminhar soluções. Que, aliás, nas duas audiências ele se omitiu, deu visibilidade, mas sumiu, uma pessoa

não pode assumir uma responsabilidade dessa e depois se omitir. Perdeu uma grande oportunidade de mostrar o valor que tinha como senador da república, e não foi o único. O governador Renan Calheiros também se omitiu completamente, o prefeito de Maceió Rui Palmeira, o Rui Palmeira ainda ajudou através de uma secretaria de finanças a fazer uma lei. Aliás, vale a pena a gente contar uma história das conquistas que a gente conseguiu, porque não foram poucas. A associação claramente cumpriu todas as prerrogativas estatutárias para as quais ela foi criada. Então eu constituí um escritório, a gente fez uma pesquisa, vários mandaram propostas, a gente escolheu um escritório jurídico para dar apoio aos associados, nós entramos com uma ação na justiça pedindo que a justiça responsabilizasse quem é que devia nos indenizar, e ela simplesmente indeferiu, não foi julgado ainda o recurso da gente, a justiça federal. Mas a gente conseguiu aprovar duas leis, a gente aprovou, a gente construiu juntos, na época ainda em 2019, a nossa lei saiu antes sequer da Braskem ser responsabilizada. Maio de 2019 foi publicada a lei 6900, que a associação construiu junto com a FECOMÉRCIO, o SEBRAE e a secretaria de finanças, uma lei que dava remissão, ou seja, perdão de dívidas, contraídas entre 2018 a partir do terremoto, até o momento da promulgação, dois anos de isenção fiscal para quem saísse do bairro, e cinco anos para quem permanecesse no barro, e isso implicava não só para empresas, a gente legislou também para moradores, IPTU. Foi uma vitória incrível, a associação foi criada em fevereiro e em maio já tinha lei aprovada. Foi um trabalho enorme de articulação e tal, e eu te digo, sabe quantos vereadores ajudaram a fazer a lei? Nenhum. Agora eu quero fazer um registro aqui: Felipe Mamede, o Alexandre, e os fiscais do corpo técnico da secretaria municipal de finanças merecem o nosso aplauso. Eles foram extremamente sérios na condução do processo e depois, claro, a gente fez uma carta assinada pelo Sebrae, pela Fecomércio, pela nossa associação, para que todos os vereadores se sensibilizassem, e a lei foi aprovada em um dia. A mensagem chegou de manhã e à noite estava promulgada. E aí a gente começou a fazer uma peregrinação no governo do estado para poder, junto com as associações, e o governo colocou a gente para rodar por quatro meses só para ganhar tempo e não fez nada.

Referências citadas:

Lugares: Igreja Batista do Pinheiro, [Hospital Psiquiátrico] Portugal Ramalho, [Hospital] Hapvida, Hospital do Sanatório, Colégio Santa Amélia, S.O.S Pinheiro.

Pessoas: Hamilton Carvalho de Morais, Elba Pinto de Morais, Alfredo Gaspar de Mendonça, Senador Rodrigo Cunha, Governador Renan Filho, [ex] Prefeito Rui Palmeira e Prefeito JHC.

Edificação: Igreja Batista do Pinheiro, ASFAL-Associação de Saúde dos Fiscais de Alagoas -, Padaria Belo Horizonte, Mercadinho Pilar.

Saberes: Ballet Eliana Cavalcante, Associação dos Empresários, S.O.S Pinheiro, Fecomércio, SEBRAE e Secretaria de Finanças.

APÊNDICE C

Quadro 14 – Análise comparativa das Portarias IPHAN nº 11/86 (Tombamento); 127/2009 (Chancela da Paisagem Cultural) e 407/2010 (Valorização do Patrimônio Ferroviário).

DAS NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSOS DE PRESERVAÇÃO E PROTEÇÃO NO AMBITO DO IPHAN		
PORTARIA IPHAN N° 11/1986 – INSCRIÇÃO NO LIVRO DO TOMBO - TOMBAMENTO	**PORTARIA IPHAN Nº 407/2010 - VALORAÇÃO E PROCEDIMENTO DE INSCRIÇÃO NA LISTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL FERROVIÁRIO**	**PORTARIA IPHAN Nº 127/2009 - A CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL**
CONSIDERAÇÕES: a) O Decreto-Lei 25/37, b) O Regimento Interno do IPHAN.	**CONSIDERAÇÕES:** a) Lei n.º 11.483, de 31 de maio de 2007 (cabe ao IPHAN receber e administrar os bens ferroviários os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção; b) necessidade de estabelecer procedimento administrativo; c) reconhecimento de valor cultural, dos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil d) necessidade de criação de um cadastro	**CONSIDERAÇÕES:** a) A Constituição da república de 1988 (artigos 215, 216 e 225); b) O Decreto-Lei 25/37; c) O Estatuto das Cidades - Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001
-	**Art. 2º** Os bens inseridos na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário gozam de proteção, com vistas a evitar seu perecimento ou sua degradação, apoiar sua conservação, divulgar sua existência e fornecer suporte a ações administrativas e legais de competência do poder público.	**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** **Art. 1º** Definição do que é Paisagem Cultural **Art. 2º** finalidade da preservação **Art. 3º** Eficácia da preservação
-		**Art. 4º** – **pacto para Gestão compartilhada** do poder público, sociedade e iniciativa privada. (O pacto dá origem a um **plano de gestão compartilhada**, planejadas todas as ações voltadas à preservação dos valores que levaram determinado lugar a ser

		reconhecido como uma Paisagem Cultural Brasileira,
Art. 2º toda pessoa física ou jurídica é legitimada a provocar, mediante proposta, a instauração do processo de tombamento.	Art. 1º Instituir no âmbito do INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário	**Art. 6º** Qualquer pessoa natural ou jurídica é parte legítima para requerer a instauração de processo administrativo visando a chancela de Paisagem Cultural Brasileira
ART. 3º poderá ser dirigido ao: I – Diretorias regionais (hoje superintendências); II – Secretário do SPHAN (hoje Presidente); III – Ao ministro da Cultura		**Art. 7º** poderá ser dirigido: I - às Superintendências Regionais do IPHAN, em cuja circunscrição o bem se situar; II - ao Presidente do IPHAN; ou III - ao Ministro de Estado da Cultura.
Justificar o valor com estudo minucioso com: a) descrição do objeto, suas áreas e seus entornos, b) apreciação do mérito do valor cultural c) (incluir localização, nome de seus proprietários, certidão de propriedade e de ônus reais, seu estado de conservação, documentação fotográfica e plantas)	**Art. 3º** Fica instituída a Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural Ferroviário (para decidir acerca do valor histórico, artístico e cultural de bens móveis e imóveis.) **Art. 4º** São passíveis de inclusão na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário os bens móveis e imóveis oriundos da extinta RFFSA: I - Que apresentarem correlação com fatos e contextos históricos ou culturais relevantes, inclusive ciclos econômicos, movimentos e eventos sociais, processos de ocupação e desenvolvimento do País, de seus Estados ou Regiões, bem como com seus agentes sociais marcantes; II - Portadores de valor artístico, tecnológico ou científico, especialmente aqueles relacionados diretamente com a evolução tecnológica ou com as principais tipologias empregadas no Brasil a partir de meados do século XIX até a década de 1970; III - Cujo intuito de valoração cultural seja objeto de manifestação individual ou coletiva de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, desde que devidamente justificada, podendo ser, inclusive, motivada por seu valor simbólico. Parágrafo único. Os bens passíveis de valoração serão analisados e avaliados, isoladamente ou em conjunto, mediante processo administrativo.	**Art 7º**. O requerimento para a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, **acompanhado da documentação pertinente**, poderá ser dirigido [...]
Encaminha para Superintendência, depois para o DEPAM e depois para o Conselho consultivo		**Art. 8º**. Verificada a pertinência do requerimento para Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, será instaurado processo administrativo.

		§ 1º - O Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização - DEPAM/IPHAN é o órgão responsável pela instauração, coordenação, instrução e análise do processo. § 2º - A instauração do processo será comunicada à Presidência do IPHAN e às Superintendências Regionais em cuja circunscrição o bem se situar
DA AVALIAÇÃO TÉCNICA		
art. 10º PRONUNCIAMENTO TÉCNICO DA SUPERINTENDÊNCIA SOBRE A PROPOSTA. A coordenadoria de proteção promoverá a complementação dos elementos indispensáveis ao ajuizamento dos requisitos necessários, a fim de que o objeto da proposta deva constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional. Art. 12º Se Favorável será encaminhado ao setor jurídico. **Art. 13º** Na hipótese de a Coord. de Proteção pronunciar-se contra a proposta de tombamento, encaminhará o processo ao Secretário da SPHAN, que determinará o seu arquivamento ou reestudo. **Parágrafo único** – fica a critério do Secretário da SPHAN a apreciação pelo conselho consultivo dos casos previstos no caput, in fine, deste artigo. o envio ao conselho consultivo é facultativo	**Art. 5º** Os processos administrativos a serem analisados pela Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural Ferroviário, serão instruídos nas Superintendências do IPHAN ou na Coordenação Técnica do Patrimônio Ferroviário. **Art. 6º** Os bens declarados como de valor histórico, artístico e cultural pela Comissão, serão levados à homologação do Presidente do IPHAN, sendo a decisão publicada no Diário Oficial da União no prazo de 30 (trinta) dias.	**Art. 9º**. Para a instrução do processo administrativo poderão ser consultados os diversos setores internos do IPHAN que detenham atribuições na área, as entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, com vistas à celebração de um pacto para a gestão da Paisagem Cultural Brasileira a ser chancelada.
PARÁGRAFO ÚNICO - o jurídico analisa os aspectos jurídicos: a legalidade, motivação e instrução do ato administrativo. **art. 15º** se cabível, notifica-se o proprietário por edital ou individualmente. **art. 16º** dará conhecimento ao município.		**Art. 10º** Finalizada a instrução, o processo administrativo será submetido para análise jurídica e expedição de edital de notificação da chancela, com publicação no Diário Oficial da União e abertura do prazo de 30 dias para manifestações ou eventuais contestações ao reconhecimento pelos interessados.
ART. 17º o proprietário tem 15 dias para anuir ou impugnar		
	Art. 7º Após a publicação no Diário Oficial da União os bens declarados como de valor cultural serão inscritos na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário. Parágrafo único. A Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário	

	será apresentada em meio digital e impresso, estando disponível à consulta de qualquer interessado.	
DO JULGAMENTO PELO CONSELHO CONSULTIVO E PELO MINISTRO DA CULTURA		
ART. 18º o presidente designa uma pessoa do conselho consultivo para em 60 dias se pronunciar. **ART. 20º** se aprovado pelo conselho é encaminhado ao jurídico para depois encaminhar para o ministro da cultura para homologação **ART. 24º** publicar na imprensa oficial e por outros meios		**Art. 12º** Aprovada a chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a súmula da decisão será publicada no Diário Oficial da União, sendo o processo administrativo remetido pelo Presidente do IPHAN para homologação final do Ministro da Cultura. **Art. 13º** A aprovação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural será comunicada aos Estados-membros e Municípios onde a porção territorial estiver localizada, dando-se ciência ao Ministério Público Federal e Estadual, com ampla publicidade do ato por meio da divulgação nos meios de comunicação pertinentes.
DO ACOMPANHAMENTO E DA REVALIDAÇÃO		
-	**Art. 9º** Os bens que forem objeto do Art. 4º poderão ter sua valoração reavaliada a qualquer tempo, caso a justificativa apresentada inicialmente ou os compromissos acordados, acerca do uso e conservação adequados, não sejam mais condizentes com a preservação da Memória Ferroviária.	**Art. 15º** A chancela da Paisagem Cultural Brasileira deve ser revalidada num prazo máximo de 10 anos.
-		**Art. 16º** O processo de revalidação será formalizado e instruído a partir dos **relatórios de monitoramento e de avaliação**, juntando-se manifestações das instâncias regional e local, para deliberação pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

APÊNDICE D

Imagens dos Atributos da *Paisagem do Desastre* da Braskem

1. Traçado urbano dos bairros



2. Linha férrea [trilho e estação]



3. Borda do Tabuleiro e encosta



4. Ladeira do Calmon



5. Avenida Major Cícero de Góes Monteiro



6. Rua Belo Horizonte



Fonte – https://www.google.com/maps/@-9.6324751,-35.7398692,3a,74.8y,347.67h,94.57t/data=!3m6!1e1!3m4!1saHPpACbhYHo7Eh1ZdP3yHA!2e0!7i16384!8i8192?hl=pt-BR&entry=ttu

7. Circuito entre bairros

Imagem não disponível

8. Campo de CSA



9. Praça Lucena Maranhão e Igreja de Santo Antônio



10. Igreja Batista do Pinheiro



11. Praça Menino Jesus de Praga



12. Paróquia Nossa Senhora de Nazaré



13. CEPA



14. Áreas de mangue e Laguna Mundaú



15. Vila dos pescadores

16. Escola Estadual Nossa Senhora do Bom Conselho



17. Clínicas de saúde



18. Poços de extração de sal-gema



19. Ruínas



20. Pichações



21. As torres de monitoramento



22. Mirante

Imagem não disponível



Fontes:
1 https://www.google.com/maps/place/Macei%C3%B3+-+AL/@-9.6370478,-35.7426767,4324m/data=!3m1!1e3!4m6!3m5!1s0x70138f2941ebc55:0xd1630decf3a3513!8m2!3d-9.6498597!4d-35.7089506!16zL20vMDNkejZo?entry=ttu
2. https://www.google.com/search?q=esta%C3%A7%C3%A3o+de+trem+de+bebedouro+maceio&sca_esv=1086af29042c933c&sxsrf=ACQVn0-

QvYg82NIbaC1smn6Ly33nVFz5vA%3A1712889746246&ei=kp8YZrLGDsnf1sQP3J654Ak&udm=&ved=0ahUKEwiy1_TG07uFAxXJr5UCHVxPDpwQ4dUDCBA&uact=5&oq=esta%C3%A7%C3%A3o+de+trem+de+bebedouro+maceio&gs_lp=Egxnd3Mtd2l6LXNlcnAiJWVzdGHDp8OjbyBkZSB0cmVtIGRlIGJlYmVkb3VybyBtYWNlaW8yBRAhGKABSKMUUJ8GWOwPcAF4AZABAJgBvwGgAeEIqgEDMC43uAEDyAEA-AEBmAIIoALyCMICChAAGEcY1gQYsAOYAwCIBgGQBgWSBwMxLjegB8cW&sclient=gws-wiz-serp#vhid=T6cHmqcbO87V6M&vssid=l

3. https://folhadealagoas.com.br/2024/04/03/braskem-diz-que-70-das-obras-na-encosta-do-mutange-estao-concluidas/

4. Site tribuna Hoje de 24/01/2021

5. https://www.google.com/search?sca_esv=1086af29042c933c&sxsrf=ACQVn08R8z0hQjBPIJfH_byzUwU17zsCNw:1712890844158&q=5.+Avenida+Major+C%C3%ADcero+de+G%C3%B3es+Monteiro&tbm=isch&source=lnms&prmd=misvnbtz&sa=X&ved=2ahUKEwjF9rfS17uFAxVEp5UCHVEMAIgQ0pQJegQIChAB&biw=1920&bih=919&dpr=1#imgrc=eEDrd7BxSWVrIM

6. https://www.google.com/maps/@-9.6324751,-35.7398692,3a,74.8y,347.67h,94.57t/data=!3m6!1e1!3m4!1saHPpACbhYHo7Eh1ZdP3yHA!2e0!7i16384!8i8192?hl=pt-BR&entry=ttu

7.

8. https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/presidente-do-csa-confirma-saida-do-mutange-em-dezembro-e-detalha-proximos-passos/

9. https://pt.foursquare.com/v/pra%C3%A7a-lucena-maranh%C3%A3o/5138a003e4b011df450ea887?openPhotoId=5ba135bd64c8e1002ccd1332

10. https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/10/07/igreja-batista-do-pinheiro-recebe-titulo-de-patrimonio-imaterial-de-alagoas.ghtml

11. https://www.google.com/search?sca_esv=1086af29042c933c&sxsrf=ACQVn0-wDCx2GZf7YEV0V3M9Tnxv6AuS1Q:1712890354667&q=pra%C3%A7a+menino+jesus+de+praga+no+pinheiro&tbm=isch&source=lnms&prmd=imvsnbtz&sa=X&ved=2ahUKEwi_64Pp1buFAxVOq5UCHTObAnMQ0pQJegQIERAB&biw=1920&bih=919&dpr=1#imgrc=KWqpx1cPHHLK0M

12. https://www.google.com/maps/@-9.6384265,-35.7408646,3a,75y,172.88h,85.91t/data=!3m6!1e1!3m4!1sEt-IoRHTT-0kF2imNeKyGg!2e0!7i16384!8i8192?hl=pt-BR&entry=ttu

Fonte – https://www.google.com/search?sca_esv=46b4c7e13b37a354&sxsrf=ACQVn0_x7nL5_ymRUjenoXmJ3ejfmW03Rw:1712891180142&q=cepa&tbm=isch&source=lnms&prmd=isvnmbtz&sa=X&ved=2ahUKEwiP7NLy2LuFAxW8rpUCHd4lC8EQ0pQJegQIEhAB&biw=1920&bih=919&dpr=1#imgrc=xiEWhmEkwPNwcM

14. Fonte – Jonathan Lins/G1

15. Diagnóstico Técnico Participativo, 2023, p.611.

16. https://www.google.com/search?sca_esv=1086af29042c933c&sxsrf=ACQVn0-mbRC1Lp9uKoQNdr7XQX38p6Eavg:1712890486768&q=escola+bom+conselho+no+bebedouro&tbm=isch&source=lnms&prmd=imvnsbtz&sa=X&ved=2ahUKEwjy1oKo1ruFAxXfr5UCHZXUBHcQ0pQJegQIDhAB&biw=1920&bih=919&dpr=1#imgrc=-1sa_-KbwIHCvM

17. https://www.google.com/search?sca_esv=1086af29042c933c&sxsrf=ACQVn09idzDsoluZ-WLQM8l8PlGeswrAtw:1712890570260&q=clinica+jose+lopes+bebedouro&tbm=isch&source=lnms&prmd=misvnbtz&sa=X&ved=2ahUKEwiMyerP1ruFAxWbqZUCHV8ZBB4Q0pQJegQICxAB&biw=1920&bih=919&dpr=1#imgrc=cPe-w7lCEi9kWM

18. https://www.google.com/search?sca_esv=1086af29042c933c&sxsrf=ACQVn0-TmRKpetBiFbTBgxvEexoO48p9jQ:1712890715347&q=minas+de+extra%C3%A7%C3%A3o+de+sal-gema+no+mutange&tbm=isch&source=lnms&prmd=ivnsmbtz&sa=X&ved=2ahUKEwjai4KV17uFAxXRpZUCHae_BsIQ0pQJegQIERAB&biw=1920&bih=919&dpr=1#imgrc=k4rV4XhY3wrgOM

19. https://www.agenciatatu.com.br/noticia/em-ruinas/

20. Fonte – Ana Paula, 2023.

21.

22 https://maceio.al.gov.br/noticias/semurb/mirante-da-cha-de-bebedouro-passa-por-requalificacao-e-vai-se-tornar-memorial-de-solidariedade

ANEXO I

Processo 3100/46402/2022 – Prefeitura de Maceió.

Imóveis de interesse histórico apontados pela Prefeitura de Maceió.

Braskem

ANEXO I

Lista de imóveis de valor histórico situados dentro da Área de Desocupação

A. Unidades Especiais de Preservação Cultural (UEP) do Município de Maceió[1]

1. Instituto do Meio Ambiente – IMA, localizado na Av. Cícero de Góes Monteiro, 2.197, Mutange;
2. Vila Lilota (Casa de Saúde Dr. José Lopes de Mendonça), localizada na Av. Cícero de Góes Monteiro, 3.219, Bebedouro;
3. Associação do Magistério ou Associação dos Magistrados, localizada na Av. Cícero de Góes Monteiro, 2.939, Mutange; e
4. Paróquia Nossa Senhora do Bom Parto, Rua General Hermes, S/N, Bom Parto.

B. Edificações de valor histórico localizadas no Setor de Preservação Rigorosa 1 (SPR1) na Zona Especial de Preservação Cultural 3 (ZEP 3)[2] do Município de Maceió

1. Paróquia Santo Antônio de Pádua, localizada na Rua/Praça Coronel Lucena Maranhão com a Rua Vereador Bruno Ferrari;
2. Casa de Saúde Miguel Couto, localizada na Rua Major Cícero de Góes Toledo, 3.621/ Avenida Major Cícero de Góes Monteiro, 3.621;
3. Sociedade Nossa Senhora do Bom Conselho, localizada na Rua Major Cícero de Góes Toledo, 3.673/ Avenida Major Cícero de Góes Monteiro, 3.673;
4. Antiga CMEI Braga Neto, localizada na Rua Cônego Costa, 3.747;
5. Rua Cônego Costa, 3.761;
6. Rua Cônego da Costa, 3.769 / Av. Major Cícero de Góes Monteiro, 3.769;
7. Rua Cônego Costa, 3.777 / Av. Major Cícero de Góes Monteiro, 3.777;

[1] Conforme Quadro 1 do Anexo II da Lei Municipal nº 5.486 de 30/12/2005 (Plano Diretor de Maceió) e consulta realizada à CGPH/SEDET no processo administrativo nº 4896/2020 e Parecer CGPH.
[2] Conforme consulta realizada à CGPH/SEDET no processo administrativo nº 4896/2020 e Parecer CGPH.

8. Rua Coronel Lucena Maranhão esquina com a Rua da Liberdade, 62/ Rua Dr. Antônio Nunes Leite, 62;

9. Rua Coronel Lucena Maranhão, 49/ Praça Coronel Lucena Maranhão, 49;

10. Rua da Liberdade, 82/ Rua Dr. Antônio Nunes Leite, 82, esquina com a Rua Vereador Bruno Ferrari;

11. Rua da Liberdade, 50/ Rua Dr. Antônio Nunes Leite,50;

12. Rua Dr. Passos de Miranda, 227;

13. Rua Dr. Passos de Miranda, 233;

14. Rua Dr. Passos de Miranda, 252;

15. Rua Dr. Passos de Miranda, 62;

16. Rua Dr. Passos de Miranda, 90;

17. Rua Dr. Passos de Miranda, 92;

18. Rua Dr. Passos de Miranda, 94;

19. Rua Dr. Passos de Miranda, 98/96;

20. Rua João Leite Sobrinho, 207;

21. Rua João Leite Sobrinho, 211;

22. Rua João Leite Sobrinho, 217;

23. Rua José Moreira, 1.849;

24. Rua José Moreira, 1.900;

25. Rua José Moreira, 1.949;

26. Rua José Moreira, 1.953;

27. Rua José Moreira, 1.961;

Av. Assis Chateaubriand,5260 | Pontal da Barra
Maceió – AL | Brasil | CEP 57010-900
Tel. 55 82 3177 5151 | Fax 55 82 3177 5211
www.braskem.com

28. Rua José Moreira, 1.957[1];

29. Rua Major Cícero Góes Toledo, 3.598 / Av. Major Cícero de Góes Monteiro, 3.598;

30. Rua Major Cícero Góes Toledo, 3.610 / Av. Major Cícero de Góes Monteiro, 3.610;

31. Capela - Rua Major Cícero de Góes Monteiro, S/N (Capela localizada no Complexo N. Sra. do Bom Conselho, localizado na Avenida Major Cícero de Góes Monteiro, 3.673);

32. Rua Marques de Abrantes, 16;

33. Rua Mem de Sá, 89/ Rua Manuel Caetano Dos Santos, 89;

34. Rua Mem de Sá, 93/ Rua Manuel Caetano Dos Santos, 93;

35. Rua Mem de Sá, 97/ Rua Manuel Caetano Dos Santos, 97;

36. Ladeira Professor Benedito da Silva, 104 / Ladeira Professor Benedito da Silva, esquina com Rua Marques de Abrantes, 74;

37. Ladeira Professor Benedito da Silva, 131;

38. Ladeira Professor Benedito da Silva, 139;

39. Rua Faustino de Oliveira, 41/ Rua Faustino Silveira, 41;

40. Rua Faustino de Oliveira, 45/ Rua Faustino Silveira 45;

41. Estação Ferroviária, localizada na Rua Tobias Barreto, SN; e

42. Rua Tobias Barreto, 132.

C. Edificação de valor histórico de acordo com a Lei Estadual n°. 8.515/21.

1. Igreja Batista do Pinheiro, localizada na Rua Miguel Palmeira, 1300.

[1] Após vistoria dos imóveis localizados na Rua José Moreira, 1.957 e 1.975, foi identificado que apenas o imóvel localizado na Rua José Moreira, 1.957, é de interesse histórico. Dessa forma, não será objeto de relatório o imóvel localizado na Rua José Moreira, 1.975, identificado na Resposta ao Ofício 144/2021.

Av. Assis Chateaubriand,5260 | Pontal da Barra
Maceió – AL | Brasil | CEP 57010-900
Tel. 55 82 3177 5151 | Fax 55 82 3177 5211
www.braskem.com

Braskem

Lista de imóveis de valor histórico situados fora da Área de Desocupação

A. Unidades Especiais de Preservação Cultural (UEP) do Município de Maceió[4]

1. Vila Operária Fábrica Alexandria, localizada na Av. Dr. Francisco de Menezes, Rua Dr. Jonas Montenegro e Rua Saldanha Marinho.

B. Edificações de valor histórico localizadas no Setor de Preservação Rigorosa 1 (SPR1) na Zona Especial de Preservação Cultural 3 (ZEP 3)[5] do Município de Maceió

1. Casa Nise da Silveira, localizada na Ladeira Prof. Benedito da Silva, 217;
2. Ladeira Prof. Benedito da Silva, 158;
3. Antigo Instituto Prof. Francisco Sales, localizado na Ladeira Prof. Benedito da Silva, 18;
4. Colégio Santa Amélia, localizado na Ladeira Prof. Benedito da Silva, 134, esquina com a Rua Marquês de Abrantes;
5. Igreja Nossa Senhora da Conceição, localizada na Rua Ladeira Prof. Benedito da Silva esquina com a Rua das Palmeiras;
6. CRAS, localizado na Rua Marquês de Abrantes, s/n.

[4] Conforme Quadro 1 do Anexo II da Lei Municipal nº 5.486 de 30/12/2005 (Plano Diretor de Maceió) e consulta realizada à CGPH/SEDET no processo administrativo nº 4896/2020 e Parecer CGPH.
[5] Conforme consulta realizada à CGPH/SEDET no processo administrativo nº 4896/2020 e Parecer CGPH.

Av. Assis Chateaubriand,5260 | Pontal da Barra
Maceió – AL | Brasil | CEP 57010-800
Tel. 55 82 3177 5151 | Fax 55 82 3177 5211
www.braskem.com